

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FORMAS DE VIVER:
FORMAÇÃO DE LAÇOS PARENTAIS ENTRE CATIVOS EM TAUBATÉ, 1680-1848

Maurício Martins Alves

Orientador: Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino

Novembro 2001

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FORMAS DE VIVER:
FORMAÇÃO DE LAÇOS PARENTAIS ENTRE CATIVOS EM TAUBATÉ, 1680-1848

Maurício Martins Alves

Orientador: Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obter o título de Doutor em História

Novembro 2001

RESUMO

Ao final do século XVII, predominam cativos indígenas em Taubaté/SP. Com a descoberta do ouro, investe-se em cativos de origem africana (naturais/descendentes de) e no plantio de cana de açúcar. Cresce, nas primeiras décadas do século XVIII, o índice de masculinidade (razão de sexo), a idade média dos escravos, a média de cativos por escravista. Cresce também a proporção de plantéis com vinte ou mais escravos, bem como a proporção de cativos sob controle destes. Após a década de 1730, o arrolamento de indígenas é quase nulo e os indicadores descritos anteriormente decaem todos, associados ao refluxo da atividade agrícola mercantilizada. Somente no século XIX tais índices se elevam, associados a uma pequena retomada do crescimento do plantio de cana e, especialmente, ao crescimento do plantio de café a partir da década de 1820. Tem-se, assim, uma periodização em três grandes fases.

A longevidade da escravidão supõe mecanismos apaziguadores (sem eliminar o conflito, também inerente). Em todo o período estudado, presença de laços familiares entre cativos, indicado por aqueles que alguma vez conheceram o casamento. Dois grandes padrões emergem. Um predominante entre indígenas, na passagem do século XVII para o XVIII, com aproximadamente metade dos cativos com quinze anos ou mais casados ou viúvos. Outro entre africanos e descendentes, na passagem do século XVIII para o XIX, com valores próximos a um terço. Nos dois padrões, casos de relação estável com duração superior a duas décadas. A presença destes laços familiares repercute em crescimento vegetativo, indicado por 43 a 55% dos cativos com quinze anos ou mais nascidos em Taubaté (anos 1805 a 1835), e índice geral de fecundidade mais elevado quanto maior o tamanho do plantel (no período 1785-1835).

Na população livre com quinze anos ou mais, dois terços conheceram o casamento. A relação entre o processo de acúmulo de riqueza e o “ciclo de vida das famílias” mostra-se pelo número médio de cativos possuídos por proprietários, que cresce entre os mais jovens e, entre os mais idosos, tende a reduzir. Pelo rendimento anual (em réis) dos fogos, expande-se tal relação para toda a população. A média de cativos casados e viúvos por plantel, oscilando sincronicamente com o número médio de cativos por plantel, remete para um ciclo de vida também nas famílias entre cativos.

O presente trabalho tem por base 718 inventários *post-mortem* abertos em Taubaté/SP entre 1680 e 1848, registros eclesiásticos de batismo (1794-1831) e de casamento (1814 a 1827) de escravos, mais treze listas nominativas (maços de população) para o período 1774-1835, referentes à mesma localidade. A comparação entre corpos documentais, nos períodos em que coincidem, permitiu detectar oscilações semelhantes nas diferentes bases documentais, o que atribui maior segurança às oscilações detectadas nos inventários *post-mortem* para todo o período estudado.

ABSTRACT

At the final of the seventeenth century, there was a predominance of American Indians among captives in Taubaté. With the gold discovery, there was a captive African negroes investment (nature/descend from) and in sugar cane plantation too. The index of manliness (sex reason), the slaves' medium age, the average of captives for slaveholder in the first decades of the eighteenth century, grows. The proportion of owners with twenty or more slaves, as well the proportion of captives under control of these grows too. After the decade of 1730, associated to the reflux of the commercialized agricultural activity the American natives' enrolment is almost zero and all indicators previously described decay. Only in the nineteenth century these indexes rise, associated to a small retaking of sugar cane plantation growth, and especially to the growth of coffee plantation, that starting after the decade of 1820. Thus, there were three great phases.

The slavery longevity supposes peacemakers mechanisms (without eliminating the conflict, also inherent). In the whole studied period, there was the presence of family lines among the captives, how indicated by some of them that met the marriage. Two great patterns emerge. The first of them is that one among the Indians, in the seventeenth for the eighteenth century passage, approximately half of years old (or more) married or widowers. Another among African negroes and their descendents in the eighteenth to nineteenth century passage, with value closed to one third of them. In both patterns, there was the presence of two decades or more stable relationship cases. The presence of these family lines rebounds in vegetative growth, indicated by 43 to 55% of fifteen years old (or more) captives born in Taubaté (1805 to 1835 A.D.), and higher as larger general index of fecundity the size of the slaveholding (in 1785-1835 A. D. period).

In the fifteen years old (or more) free population, two thirds met the marriage. The relationship between the process of wealth accumulation and the "families life cycle" is shown by the medium number of captives possessed by slaveholder, that grows among the youngs and reduce among the seniors owners. It must expand this relationship for the whole population due the annual revenue (in "réis") of the "fogos". The slaveholding's married and widowers captives average and the medium number of captive by slaveholding oscillate in synchronism, it also sends for a life cycle in the families among captives.

The present work has for base 718 inventories opened in Taubaté/SP between 1680 and 1848, ecclesiastical registrations of baptism (1794-1831) and of marriage (1814 to 1827) of slaves, more thirteen manuscript censuses for the period 1774-1835, referring to the same place. The comparison among documental bodies, in the periods in that they coincide, it allowed to detect similar oscillations in the different documental bases, what attributes larger safety to the oscillations detected in the inventories for the whole studied period.

AGRADECIMENTOS

Não teria sido possível desenvolver este trabalho sem a amizade e o auxílio de muitas pessoas e instituições. Em muitas ocasiões, pequenos gestos valeram o mundo; por impossível nomeá-los, sintetizo em alguns o desejo de agradecer a todos:

Ao Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino, pela valiosa orientação em todos estes anos; difícil descrever a influência e amizade, ampliando horizontes;

Aos funcionários da Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico de Taubaté, do Arquivo do Estado de São Paulo e da Cúria Diocesana de Taubaté, pela atenção e préstimo; aos que me auxiliaram na cópia da documentação, todos nomeados no início do anexo dois.

Ao CNPq, à Universidade do Vale do Paraíba, à Universidade de Taubaté e ao Centro Universitário Salesiano, pelo apoio recebido, sob diferentes formas;

A Iraci Costa e Renato Marcondes, pela leitura dos originais;

À Sonia M. de S. França Alves, esposa diletta, pelo carinho com que acompanhou esta pesquisa, e à Clara Elena, luz recém-nascida – ambas, incentivo e fonte no aprender a viver. Aos meus pais, meus irmãos, Raimundo; Papali, Olavo, Alexandre, Sidnéia, Ana... São tantos os que, em pequenos gestos, não só facilitaram a conclusão deste trabalho, mas tornaram minha vida melhor.

OBSERVAÇÕES

As citações textuais, correspondentes ao português da época em estudo, permanecem com a ortografia da época, inclusive a grafia dos preços em réis, por exemplo: 1:000\$000rs significa um conto de réis.

No texto, os inventários são citados pelo nome do inventariado e ano de abertura do processo – principal forma de referência para consultar o documento no Arquivo Municipal de Taubaté.

As listas nominativas (maços de população) têm apenas o ano citado e, quando necessário identificar algum fogo, indica-se companhia e esquadra. Utilizou-se cópia microfilmada, os originais estão sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo.

ÍNDICE

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| PERIODIZAÇÃO..... | 10 |
| A ATIVIDADE AGRÍCOLA..... | 15 |
| PADRÃO DE POSSE DE CATIVOS..... | 27 |
| <i>Posse média de escravos</i> | <i>27</i> |
| <i>Faixas de tamanho de plantel.....</i> | <i>34</i> |
| A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA SEGUNDO O PADRÃO DE POSSE DE CATIVOS..... | 42 |
| O CARÁTER ENDÓGENO DAS TRANSFORMAÇÕES | 48 |
| <i>Composição da riqueza inventariada por setores econômicos.....</i> | <i>57</i> |
| REPENSANDO A DEPENDÊNCIA..... | 68 |
| FORMAÇÃO DOS PLANTÉIS: TEORIA DO CICLO DE VIDA (SEXO, ESTADO CIVIL, COR, ORIGEM E IDADE DOS CHEFES DE FOGOS) | 78 |
| ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS EM TAUBATÉ, 1829 | 79 |
| ORIGEM E IDADE DOS CABEÇAS DE CASAL..... | 99 |
| POSSE DE CATIVOS SEGUNDO IDADE DO ESCRAVISTA | 113 |
| SEXO, IDADE E ORIGEM DOS CATIVOS | 128 |
| COMPOSIÇÃO SEXUAL DA POPULAÇÃO CATIVA..... | 129 |
| IDADE DOS CATIVOS | 135 |
| <i>Ordem de descrição dos cativos.....</i> | <i>142</i> |
| <i>Proporção de crianças, adultos e velhos</i> | <i>149</i> |
| ORIGEM DOS CATIVOS | 162 |
| <i>Origem e cor dos cativos pelas listas nominativas</i> | <i>179</i> |
| <i>Crescimento endógeno da população cativa.....</i> | <i>188</i> |
| CASAR OS CATIVOS: TORNAR LADINOS..... | 195 |
| PROPORÇÃO DE CATIVOS UNIDOS POR LAÇOS DE PARENTESCO | 201 |
| <i>Proporção de escravos casados e viúvos segundo tamanho de plantel.....</i> | <i>225</i> |
| <i>Variação do crescimento de casados e viúvos</i> | <i>228</i> |
| CICLO DE VIDA DAS FAMÍLIAS CATIVAS..... | 232 |
| INSTAURAR O CUIDADO: TEMPO DE ADAPTAÇÃO | 239 |
| <i>Origem dos conjugues</i> | <i>250</i> |
| <i>Laços de parentesco segundo origem nos inventários.....</i> | <i>261</i> |
| <i>Idade dos conjugues</i> | <i>267</i> |
| <i>Legitimidade das crianças.....</i> | <i>280</i> |
| A PERMANÊNCIA DO CUIDADO..... | 284 |
| ESTABILIDADE FAMILIAR E COMPADRIO: DOIS ESTUDOS DE CASO | 316 |
| CONCLUSÃO..... | 327 |
| BIBLIOGRAFIA | 331 |

| | |
|------------------------------------------------------|------------|
| ANEXO 1: A CRISE ECONÔMICA NO SETECENTOS..... | 342 |
| ANEXO 2: TABELAS E GRÁFICOS..... | 357 |

ÍNDICE DAS FIGURAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <i>Figura 1 – Vila de Taubaté. Debret, 1827</i> | <i>10</i> |
| <i>Figura 2 – Mapa dos caminhos valeparaibanos ao final do século XVIII</i> | <i>13</i> |
| <i>Figura 3 Laços de parentesco e apadrinhamento entre escravos no inventário de Inez Gonçalves Gil</i> | <i>318</i> |
| <i>Figura 4 Laços de parentesco e apadrinhamento entre escravos no inventário de Antônio da Cunha Gago.....</i> | <i>322</i> |
| <i>Figura 5 – “Villa de Taubaté...”: mapa da vila de Taubaté - Pallière, 1821.....</i> | <i>361</i> |

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>gráfico 1 – distribuição dos inventários segundo produção agrícola, 1680-1848</i> | 17 |
| <i>gráfico 2 – Evolução das vendas reais: exportáveis e mercado interno, 1798-1835</i> | 26 |
| <i>gráfico 3 – média de escravos por inventário e fogo, 1680-1848</i> | 29 |
| <i>gráfico 4 – padrão de posse de cativos: plantéis com até 9 escravos, 1680-1848</i> | 36 |
| <i>gráfico 5 – evolução no estoque de cativos, 1783-1835</i> | 41 |
| <i>gráfico 6 – Principais setores econômicos - Taubaté, 1680-1828</i> | 61 |
| <i>gráfico 7 – Proporção de casados, solteiros e viúvos na população livre com 15 a 29 anos segundo faixa de idade, 1805-1829</i> | 92 |
| <i>gráfico 8 – média de pessoas por fogo segundo o tipo de família e a idade do cabeça do fogo, 1829</i> | 94 |
| <i>gráfico 9 – índices gerais de fecundidade para livres, 1774-1829</i> | 102 |
| <i>gráfico 10 – proporção de cabeças de fogo nascidos em Taubaté</i> | 105 |
| <i>gráfico 11 – escravos controlados por fogos chefiados por naturais de Taubaté</i> | 107 |
| <i>gráfico 12 – variação das idades da população livre e cativa segundo o último dígito da idade (de dez a 99 anos)</i> | 109 |
| <i>gráfico 13 – Pirâmides etárias para livres (1774-1829)</i> | 112 |
| <i>gráfico 14 – média de escravos por proprietário em coortes segundo a idade do proprietário, 1774-1825</i> | 119 |
| <i>gráfico 15 – média de escravos por proprietário em coortes de idade mais elevada segundo a idade do proprietário, 1774-1825</i> | 122 |
| <i>gráfico 16 – média de escravos por proprietário segundo a idade do proprietário, 1774-1825</i> | 123 |
| <i>gráfico 17 – média de rendimento anual (em réis) dos fogos segundo a idade do cabeça de fogo</i> | 126 |
| <i>gráfico 18 – razão de sexo (índice de masculinidade) entre cativos, 1680-1848</i> | 130 |
| <i>gráfico 19 – razão de sexo (todos os cativos) segundo faixa de tamanho de plantel, 1680-1848</i> | 132 |
| <i>gráfico 20 – idade dos cativos, 1680-1848</i> | 151 |
| <i>gráfico 21 – Idade média dos cativos, 1710-1848</i> | 153 |
| <i>gráfico 22 – Idade média dos cativos segundo faixa de tamanho de plantel, 1710-1848</i> | 155 |
| <i>gráfico 23 – Pirâmides etárias para total dos escravos (1785-1829)</i> | 160 |
| <i>gráfico 24 – Pirâmides etárias dos escravos segundo origem (1805-1829)</i> | 161 |
| <i>gráfico 25 – distribuição dos cativos segundo origem, 1680-1848</i> | 166 |
| <i>gráfico 26 – distribuição dos batizados de adultos e africanos segundo o ano do batismo, 1806-1831</i> | 176 |
| <i>gráfico 27 – proporção de batizados adultos e africanos entre batizados identificados, 1806-1831</i> | 176 |
| <i>gráfico 28 – distribuição dos cativos africanos segundo origem, 1805-1829</i> | 180 |
| <i>gráfico 29 – razão de sexo (índice de masculinidade) dos cativos com quinze anos ou mais, segundo origem, 1805-1829</i> | 185 |
| <i>gráfico 30 – índice geral de fecundidade entre cativos, 1785-1829</i> | 190 |
| <i>gráfico 31 – variação da presença de crianças até 4 anos e de mulheres com 15 a 49 anos</i> | 192 |
| <i>gráfico 32 – Proporção (%) de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau, 1680-1848</i> | 206 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| gráfico 33 – casados + viúvos entre cativos com quinze anos ou mais segundo origem, 1805-1835 | 215 |
| gráfico 34 – cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco de primeiro grau segundo origem..... | 218 |
| gráfico 35 – casados + viúvos entre cativos com quinze anos ou mais segundo origem e sexo..... | 222 |
| gráfico 36 – Proporção (%) de cativos com quinze anos ou mais casados ou viúvos segundo cor, 1805-1829..... | 224 |
| gráfico 37 – Variação do crescimento de casados e viúvos em relação ao crescimento da população cativa com quinze anos ou mais..... | 230 |
| gráfico 38 – Número médio de cativos casados ou viúvos por plantel, em plantéis com cativos casados ou viúvos, segundo idade do proprietário, 1799-1829..... | 237 |
| gráfico 39 – proporção de casamentos por ano (sobre total de casamentos), 1815-1829..... | 249 |
| gráfico 40 – distribuição dos registros de casamentos segundo origem dos cônjuges, 1814-1829..... | 252 |
| gráfico 41 – proporção dos casamentos ano a ano segundo a origem dos cônjuges, 1814-1829..... | 254 |
| gráfico 42 – Proporção de famílias entre cativos segundo origem dos cônjuges..... | 256 |
| gráfico 43 – laços de parentesco entre cativos segundo origem, 1680-1729 | 263 |
| gráfico 44 – laços de parentesco entre cativos segundo origem, 1730-1848 | 266 |
| gráfico 45 – diferença na idade média dos cônjuges segundo origem do casal, 1805-1829..... | 270 |
| gráfico 46 – diferença etária média segundo origem e faixa etária dos cônjuges, 1805-1829..... | 274 |
| gráfico 47 – filhos legítimos segundo registro de batismo, 1794-1831 | 281 |
| gráfico 48 – duração (em anos) da presença nas listas de cativos casados, 1799-1829..... | 298 |
| gráfico 49 – duração (em anos) dos casamentos entre cativos – 1799-1829 | 301 |
| gráfico 50 – Proporção casados, solteiros e viúvos na população livre com quinze anos ou mais segundo faixas de idade, 1805-1829 | 372 |
| gráfico 51 – número médio de cativos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários e tamanho do plantel, 1774-1829..... | 375 |
| gráfico 52 – pirâmides etárias de cativos coloniais não naturais de Taubaté, 1805 e 1815..... | 378 |
| gráfico 53 – razão de sexo por faixas de tamanho de plantel (1 a 4 e 20 ou mais), 1680-1848..... | 378 |
| gráfico 54 – Total de escravos que chegam ao primeiro porto brasileiro de desembarque segundo o ano do primeiro desembarque, 1750-1867..... | 382 |
| gráfico 55 – Proporção de cativos casados, solteiros e viúvos entre cativos com quinze anos ou mais segundo faixa de idade dos escravos, 1805-1835..... | 389 |
| gráfico 56 – média de escravos segundo faixa etária do cabeça de fogo entre produtores de café em 1829 | 396 |

ÍNDICE DAS TABELAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <i>tabela 1 – distribuição dos inventários segundo produção agrícola, 1680-1848.....</i> | <i>18</i> |
| <i>tabela 2 – padrão de posse de escravos nos inventários post-mortem, 1680-1848.....</i> | <i>38</i> |
| <i>tabela 3 – padrão de posse de escravos na listas nominativas, 1774-1829.....</i> | <i>39</i> |
| <i>tabela 4 – Média de produção e total produzido segundo faixa de tamanho de plantel: 1774-1829</i> | <i>49</i> |
| <i>tabela 5 – padrão de posse de escravos segundo tipo de atividade agrícola – lista nominativa de 1774</i> | <i>50</i> |
| <i>tabela 6 – padrão de posse de escravos segundo tipo de atividade agrícola – lista nominativa de 1799</i> | <i>51</i> |
| <i>tabela 7 – padrão de posse de escravos segundo tipo de atividade agrícola, 1815</i> | <i>52</i> |
| <i>tabela 8 – padrão de posse de escravos segundo tipo de atividade agrícola, 1829</i> | <i>53</i> |
| <i>tabela 9 – distribuição da riqueza inventariada segundo setores econômicos, 1680-1828.....</i> | <i>58</i> |
| <i>tabela 10 - composição das dívidas segundo sua origem geográfica, 1680-1828.....</i> | <i>66</i> |
| <i>tabela 11 – Estrutura das famílias e domicílios em Taubaté, 1829 e São Paulo, 1836.....</i> | <i>84</i> |
| <i>tabela 12 – distribuição dos fogos segundo o número de pessoas livres, 1774-1829.....</i> | <i>86</i> |
| <i>tabela 13 – Cabeças de fogo segundo sexo e estado civil, 1774-1829.....</i> | <i>89</i> |
| <i>tabela 14 – tipo de família segundo estado civil do cabeça de fogo (e vice-versa) em Taubaté, 1829</i> | <i>90</i> |
| <i>tabela 15 – estado civil segundo a idade do cabeça de fogo (e vice-versa) em Taubaté, 1829... </i> | <i>91</i> |
| <i>tabela 16 – Produção de café (em arrobas) por tipo de família, 1829</i> | <i>95</i> |
| <i>tabela 17 – posse de terra segundo o tipo de família (e vice-versa) em Taubaté, 1829</i> | <i>97</i> |
| <i>tabela 18 – origem dos cabeças de casal, 1805-1829.....</i> | <i>100</i> |
| <i>tabela 19 – número médio de cativos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários.....</i> | <i>117</i> |
| <i>tabela 20 – razão de sexo (índice de masculinidade) dos cativos, 1710-1848</i> | <i>134</i> |
| <i>tabela 21 – razão de sexo (índice de masculinidade) dos cativos, 1785-1829</i> | <i>134</i> |
| <i>tabela 22 – Idade dos cativos, 1680-1848.....</i> | <i>157</i> |
| <i>tabela 23 – Idade média dos cativos, 1710-1848</i> | <i>157</i> |
| <i>tabela 24 – Idade dos cativos, 1785-1829.....</i> | <i>158</i> |
| <i>tabela 25 – Idade dos cativos segundo tamanho do plantel, 1785-1829</i> | <i>158</i> |
| <i>tabela 26 – Idade média dos cativos, 1785-1829.....</i> | <i>158</i> |
| <i>tabela 27 – distribuição dos cativos segundo origem, 1680-1848.....</i> | <i>174</i> |
| <i>tabela 28 – Distribuição dos cativos com quinze anos ou mais segundo origem, 1805-1829... </i> | <i>181</i> |
| <i>tabela 29 – cativos com 15 anos ou mais segundo origem e tamanho do plantel, 1805-1829.. </i> | <i>183</i> |
| <i>tabela 30 – cor dos cativos segundo a origem, 1805-1829.....</i> | <i>187</i> |
| <i>tabela 31 – casados, solteiros e viúvos entre cativos com quinze anos ou mais por origem e sexo</i> | <i>220</i> |
| <i>tabela 32 – casados+viúvos entre cativos com quinze anos ou mais, segundo faixa de tamanho de plantel, 1805-1835</i> | <i>227</i> |
| <i>tabela 33 – número médio de cativos casados ou viúvos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários, 1799-1829</i> | <i>238</i> |
| <i>tabela 34 – Distribuição (%) dos casais segundo origem, 1805-1825</i> | <i>259</i> |
| <i>tabela 35 – diferença etária média segundo origem e faixa etária dos cônjuges, 1805-1829.. </i> | <i>278</i> |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>tabela 36 – ano inicial e ano final da presença nas listas de cativos casados, 1799-1829</i> | 299 |
| <i>tabela 37 – ano inicial e ano final de relação matrimonial nas listas, 1799-1829</i> | 303 |
| <i>tabela 38 – estabilidade de laços parentais segundo a idade do filho mais velho</i> | 306 |
| <i>tabela 39 – destino das famílias entre cativos após partilha</i> | 311 |
| <i>tabela 40 – destino das famílias entre cativos após partilha segundo tipo de família e origem dos cônjuges</i> | 313 |
| <i>tabela 41 – destino das famílias entre cativos após partilha segundo tamanho do plantel</i> | 315 |
| <i>tabela 42 – Média de indígenas e africanos por inventário, 1680-1848</i> | 362 |
| <i>tabela 43 – distribuição da riqueza (em réis) a partir de inventários post-mortem, 1680-1828</i> | 363 |
| <i>tabela 44 – Distribuição da riqueza em réis segundo o número de escravos possuídos, 1730-1828</i> | 364 |
| <i>tabela 45 – Cabeças de fogo segundo sexo e estado civil, 1774-1829</i> | 365 |
| <i>tabela 46 – tipo de família segundo faixa de tamanho de plantel (e vice-versa) em Taubaté, 1829</i> | 366 |
| <i>tabela 47 – tipo de família segundo sexo do cabeça do fogo (e vice-versa) em Taubaté, 1829</i> | 366 |
| <i>tabela 48 – tipo de família segundo a idade do cabeça de fogo (e vice-versa) em Taubaté, 1829</i> | 367 |
| <i>tabela 49 – Cabeças de fogo que vivem a favor segundo a posse de escravos, 1799 e 1829</i> | 367 |
| <i>tabela 50 – Cabeças de fogo que vivem a favor segundo estado civil e faixas de idade, 1799 e 1829</i> | 368 |
| <i>tabela 51 – média de pessoas por fogo segundo o tipo de família e a idade do cabeça do fogo, 1829</i> | 369 |
| <i>tabela 52 – cabeças de casal segundo a cor, 1805-1829</i> | 370 |
| <i>tabela 53 – Composição etária da população livre, 1774-1829</i> | 370 |
| <i>tabela 54 – estado civil da população livre com quinze anos ou mais, 1774-1835</i> | 370 |
| <i>tabela 55 – Proporção casados, solteiros e viúvos na população livre com quinze anos ou mais segundo faixas de idade, 1805-1829</i> | 371 |
| <i>tabela 56 – Proporção casados, solteiros e viúvos na população livre com 15 a 29 anos segundo faixa de idade, 1805-1829</i> | 373 |
| <i>tabela 57 – Variação das idades da população segundo o último dígito da idade (de 10 a 99 anos)</i> | 374 |
| <i>tabela 58 – número médio de cativos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários e tamanho do plantel, 1774-1829</i> | 375 |
| <i>tabela 59 – número médio de cativos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários, produção agrícola e tamanho dos plantéis, 1774-1829</i> | 376 |
| <i>tabela 60 – média de rendimento anual (em réis) dos fogos segundo a idade do cabeça de fogo</i> | 377 |
| <i>tabela 61 – Idade média dos cativos adultos (quinze a quarenta anos), 1785-1829</i> | 377 |
| <i>tabela 62 – distribuição dos cativos segundo origem, 1805-1829</i> | 379 |
| <i>tabela 63 – razão de sexo (índice de masculinidade) dos cativos segundo origem, 1805-1829</i> | 379 |
| <i>tabela 64 – Distribuição dos cativos com 15 anos ou mais segundo origem e tamanho do plantel, 1805-1829</i> | 380 |
| <i>tabela 65 – cativos segundo origem e tamanho do plantel, 1805-1829</i> | 381 |
| <i>tabela 66 – Distribuição dos cativos por sexo e faixas etárias, 1835</i> | 381 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <i>tabela 67 – Distribuição dos cativos segundo cor, 1805-1829.....</i> | <i>382</i> |
| <i>tabela 68 – índice geral de fecundidade para população livre e cativa, 1774-1829.....</i> | <i>383</i> |
| <i>tabela 69 – Variação da presença de crianças até 4 anos e de mulheres com 15 a 49 anos</i> | <i>384</i> |
| <i>tabela 70 – Variação do crescimento de cativos casados e viúvos em relação ao crescimento da população cativa com quinze anos ou mais.....</i> | <i>384</i> |
| <i>tabela 71 – Proporção (%) de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau, 1680-1848.....</i> | <i>385</i> |
| <i>tabela 72 – Proporção (%) de cativos com quinze anos ou mais unidos por laços de parentesco de primeiro grau segundo cor, 1805-1829.....</i> | <i>385</i> |
| <i>tabela 73 – Distribuição dos cônjuges segundo origem, 1805-1825.....</i> | <i>386</i> |
| <i>tabela 74 – Proporção de cativos casados, solteiros e viúvos entre cativos com quinze anos ou mais segundo faixa de idade dos escravos, 1805-1835.....</i> | <i>388</i> |
| <i>tabela 75 – Proporção (%) de cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco de primeiro grau segundo origem, 1680-1848.....</i> | <i>390</i> |
| <i>tabela 76 – proporção de casamentos de escravos por ano (sobre total de casamentos).....</i> | <i>390</i> |
| <i>tabela 77 – diferença na idade média dos cônjuges segundo origem do casal, 1805-1829.....</i> | <i>391</i> |
| <i>tabela 78 – Diferença etária média entre cônjuges segundo faixas etárias destes.....</i> | <i>392</i> |
| <i>tabela 79 – Filhos legítimos e naturais – Taubaté, 1794-1831.....</i> | <i>393</i> |
| <i>tabela 80 – Coeficiente de correlação linear (Pearson) entre os valores da tabela 33.....</i> | <i>394</i> |
| <i>tabela 81 – média de escravos segundo faixa etária do cabeça de fogo entre produtores de café escravistas, 1829.....</i> | <i>395</i> |
| <i>tabela 82 – Produção média de café (em arrobas) segundo faixas de idade do produtor em 1829 ...</i> | <i>397</i> |
| <i>tabela 83 – duração, em anos, da presença nas listas de cativos casados, 1799-1829.....</i> | <i>398</i> |
| <i>tabela 84 – duração, em anos, da presença de cativos casados encontrados inicialmente nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815.....</i> | <i>398</i> |
| <i>tabela 85 – sexo dos cativos casados, por idade, segundo o ano inicial de presença nas listas.....</i> | <i>399</i> |
| <i>tabela 86 – origem dos cativos casados, por idade, segundo o ano inicial de presença nas listas.....</i> | <i>399</i> |
| <i>tabela 87 – ano inicial e final de presença dos cativos casados encontrados inicialmente nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815.....</i> | <i>399</i> |
| <i>tabela 88 – origem dos cônjuges segundo idade do marido, em casais com presença inicial nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815.....</i> | <i>400</i> |
| <i>tabela 89 – duração (em anos) dos casamentos entre cativos – 1799-1829.....</i> | <i>400</i> |
| <i>tabela 90 – ano inicial e final de presença dos casais, para casamentos com presença inicial nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815.....</i> | <i>401</i> |
| <i>tabela 91 – duração, em anos, de casamentos com presença inicial nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815 segundo origem.....</i> | <i>401</i> |
| <i>tabela 92 – duração, em anos, de casamentos com presença inicial nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815 segundo origem e idade.....</i> | <i>402</i> |
| <i>tabela 93 – período inicial e final da relação de casamento nas listas, segundo origem dos cônjuges, 1799-1829.....</i> | <i>403</i> |

Introdução

Em 1741, morre Miguel Vieira de Miranda. Era senhor de quatro escravos: “hua negra do gentio guine por nome Françisca de idade de trinta e oito annos pouco mais ou menos”, mãe do rapaz Sebastião, de dezoito annos, do mulatinho Pedro de dois annos e da mulatinha Elena, de sete annos (total de 220\$000rs). Possuía uma casa “na rua Nova do Campo de tres lanços cobertas de palha e de taipa de mão” (16\$000rs) e “mais huas cazas velhas na rossa em terras alheyas com quatro portas e huma avulça [sic]” (5\$658rs). Tinha, também, “hum ralho de rallar mandioca jahuzado” (\$320rs), “huma prença com sua gamella” (3\$200rs), “duas enchadas velhas” (\$640rs), “dois machados huzados” (\$640rs), “dous tachos hum grande eoutro piqueno” (4\$000rs), um hábito de terceiro já usado (3\$520rs), duas caixas com fechadura e chave (4\$800rs), dois tamboretas (\$640rs), um catre (1\$280rs) e uma imagem de N. Sra. da Piedade (\$640rs “o feitio”). A viúva inventariante arrola, ainda, dívidas passivas (total de 69\$640rs) e bens dados em dote (que inclui duas escravas, ambas com onze annos).

Como Miguel, muitos outros. Em 718 inventários *post-mortem* consultados, abertos entre os annos de 1680 e 1848, sob a guarda do Arquivo Municipal de Taubaté/SP, 148 não arrolam escravos, e apenas 64 inventariados possuem vinte ou mais escravos. Observando as listas nominativas, esta concentração mostra-se ainda mais forte. Entre 1774 e 1835, somente um quarto da população possui cativos. Entre estes escravistas, metade tem até dois escravos¹. Por década, a média de escravos por proprietário varia entre quatro e dezoito (exceto na década de 1680). Destaca-se, na documentação, uma forte concentração da riqueza inventariada,

¹ Valores arredondados para enfatizar a diferença. A tabela 3 apresenta os valores observados.

perpassando todas as alterações econômicas que ocorrem em Taubaté ao longo deste século e meio. Inicialmente voltada para o preamento do indígena, a descoberta de ouro em Minas Gerais transforma a atividade econômica na vila de Taubaté. Cresce o plantio de cana de açúcar. A partir da década de 1730, a crise. O plantio de cana não voltará a ter o mesmo vigor, mesmo na passagem do século XVIII para o século XIX. Um novo grande destaque na atividade agropecuária ocorre apenas com o café, especialmente a partir da década de 1820.

A presença continuada de escravos mostra que se gera riqueza suficiente para diferenciar internamente os membros desta comunidade – não só entre quem tem e quem não tem escravos, mas entre que tem mais e quem tem menos cativos. Produzindo para o abastecimento (mandioca), Miguel Vieira consegue acumular o bastante para ter quatro cativos (que valem mais do que o dobro do valor dos demais bens arrolados). O que indica a existência de outros mecanismos de acumulação, não vinculados diretamente ao mercado externo à colônia, revalorizando as regiões não-exportadoras. Já na década de 1970, historiadores alertam para a necessidade de valorizar o “interno” para melhor se entender a colônia². Esta deixa de ser meramente uma “empresa agroexportadora”, sem eliminar a importância deste aspecto.

Corolário destas transformações interpretativas, novos olhares são lançados sobre a mão-de-obra cativa: tem-se não uma simples dicotomia *res-persona*, mas uma complexa relação de conflito e acomodação. Nem “Zumbi”, nem “Pai João”³. Contra o estereótipo do escravo inadaptável (bem expresso na visão de Clovis Moura⁴) ou do escravo submisso, vale o dizer de Antonil, em 1711: “uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por

² CARDOSO, Ciro F. S. *As concepções acerca do “Antigo Sistema Colonial”: a preocupação excessiva com a “extração de excedente”* In: LAPA, José R. do A. (org.) Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980; GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 5 ed., São Paulo: Ática, 1988; entre outros

³ REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. *Op. cit.*

toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos”⁵. Destaca-se assim, a importância do processo de socialização do indivíduo à nova realidade em que é inserido. Ao comentar este processo de adaptação, Antonil afirma que “dos escravos novos se há de ter maior cuidado, porque ainda não têm modo de viver, como os que tratam de plantar suas roças”⁶.

Esta socialização, se passa pela violência, não se restringe ao mero uso desta (mesmo que seja um “castigo exemplar”, como descrito por Silvia H. Lara⁷). É preciso ter um “modo de viver”. Para Antonil, ter um escravo “ladino e esperto” significa o resultado de “cuidados”, não pequenos; ou seja, diríamos hoje, envolve negociação e conflito. Alguns cativos permanecem “rudes” por toda a vida, outros se adaptam ao novo ambiente. Nesta adaptação, Antonil destaca a possibilidade do cativo possuir roça própria. O presente trabalho destaca outro aspecto neste permanente “cuidado”: a formação de laços parentais. Exemplo disto são os quatro escravos de Miguel Vieira, todos ligados por laços de parentesco de primeiro grau. Construir laços de solidariedade e auxílio mútuo torna-se vital para garantir a sobrevivência num ambiente novo, desconhecido. Pelo contato com outras pessoas, o indivíduo se adapta, aprendendo a conviver com o novo meio que o circunda. Isto é uma regra social básica, que vale tanto para adultos migrantes como para recém-nascidos. As relações de parentesco e compadrio, por exemplo, representam um importante fator de adaptação. Para os escravos, elas adquirem especial importância. Migrante forçado, ou nascido em regime coercitivo, é pelo contato com os outros escravos que se criam as bases que não só garantem a “sobrevivência”, mas formulam uma “vivência”.

⁴ MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

⁵ ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3 ed. Belo Horizonte:Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 89.

⁶ ANTONIL, *op. cit.*, p. 91.

⁷ LARA, Silvia H. Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Este “cuidado” com a socialização do cativo tem, intrinsecamente, um caráter ambíguo. O papel dos laços parentais entre cativos, por um lado, pode ser interpretado como um caráter acomodativo, reduzindo as tensões sociais (e, por isso, uma concessão do senhor). Mas também pode significar uma conquista destes cativos, fruto de disputa, obrigando seu senhor a ceder. Mais plausível que tenha sido as duas coisas, simultaneamente. É neste sentido de ambigüidade que José Flávio Motta conclui, ressaltando a formação da família escrava como uma estratégia de sobrevivência para o cativo e um controle social que se estabelece na relação senhor/escravo: “São, decerto, um instrumento de controle social empregado pelos senhores; mas são, igualmente, uma efetiva estratégia de sobrevivência da qual se lançam mão os escravos”⁸. Negociação e conflito⁹. Pacto. Não será a paz outro nome da guerra, na qual todos se acham vitoriosos, em que o bônus é considerado maior que o ônus? Slenes¹⁰ entende “negociar” no sentido amplo dado por Clausewitz, como “um processo conflituoso em que ambas as partes procuram ‘persuadir’ o outro, podendo usar como arma até a ameaça da ‘guerra’ e a própria ‘guerra’”. A guerra, como arma para a paz, indica os limites da própria guerra: “o avesso da paz teria significado a anomia, o outro nome da guerra, e os homens, por definição, não vivem para além da norma”¹¹. A paz, conflito permanente, mas normalizador, base de qualquer sociabilidade.

⁸ MOTTA, José Flávio. *Família escrava: uma incursão pela historiografia*. História: questões & debates, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 104-159, 1988, p. 156.

⁹ Não por acaso é este o título da obra de João José Reis e Eduardo Silva, que versa sobre a resistência negra no Brasil escravista. Sugestivo, o título de um dos capítulos é bem uma mostra desta corrente historiográfica contrária ao radicalismo perene nas relações senhor/escravo: este não é “nem Zumbi, nem Pai João”. Aquele, completo eu, nem paternalista, nem carrasco. (ver REIS, João José e SILVA, Eduardo, *op. cit.*).

¹⁰ SLENES, Robert A. W. Na senzala, uma flor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 17.

¹¹ FLORENTINO, Manolo G. e GÓES, José R. *Tráfico negreiro e socialização parental entre os escravos do agro fluminense, séculos XVIII e XIX*. População e família. São Paulo: Cedhal/Usp/Humanitas, vol.1, n° 1, p. 83-118, jan/jun 1998.

Não é de se estranhar, portanto, que o papel da família entre cativos tenha interpretações variadas. Se Manolo Florentino e José Roberto Góes¹² destacam este caráter apaziguador (apesar de focando a endogamia dos casamentos, fator de dissensão), Hebe Maria Mattos de Castro¹³ destaca a família entre cativos num ambiente de disputa por recursos (limitados) e de estratégia de aproximação ao mundo dos livres (o que, segundo Slenes, enfraquece os laços de comunidade dentro da senzala e a resistência coordenada ao sistema). Slenes, ao comentar o pensamento de Florentino e Góes, diz ver “muito mais paz entre diferentes grupos de escravos”. Sobre Mattos, afirma dar “menos importância (...) às tensões decorrentes das estratégias familiares dos cativos, que teriam visado a conquista competitiva de recursos limitados e (pelo menos até o final do tráfico de africanos) a construção de alianças sociais mais no mundo dos livres do que no dos escravos”¹⁴. Neste seu mais recente trabalho, Slenes destaca o papel desestabilizador do sistema escravista, exercido pela família escrava, baseado na importância da herança africana para a interpretação que os escravos faziam de sua experiência: “experiências e memórias em comum acabaram se sobrepondo, ainda na primeira metade do século XIX, às forças que promoviam a introversão familiar, pelo menos nas plantations do Sudeste, criando instituições cruciais para a formação de solidariedades e identidades escravas”.

Este debate toma como ponto de partida a existência e permanência no tempo de laços familiares entre cativos, o que nem sempre foi consenso entre os historiadores. Por diferentes motivos, Nina Rodrigues, Gilberto Freire, Kátia de Q. Mattoso, Florestan Fernandes, entre outros, posicionaram-se como contrários à existência de laços familiares estáveis entre cativos¹⁵.

¹² FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José Roberto. A paz das senzalas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

¹³ CASTRO, Hebe M. Mattos de. Das cores do silêncio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹⁴ SLENES, *op. cit.*, p. 17.

¹⁵ cf. MOTTA, José Flávio. *Família escrava: uma incursão pela historiografia*. *op. cit.*; SLENES, *op. cit.*

Mais recentemente, Suely R. Queirós¹⁶ defende o pequeno significado da formação de famílias entre escravos, seguindo posição de J. Gorender¹⁷. Nestas abordagens, um maior “incentivo” à formação de famílias entre cativos ocorreria apenas com o fim do tráfico africano, em 1850, no intuito de repor mão-de-obra. Em oposição a esta linha teórica, desde a década de 1980 estudos apontam para a reiteração, no tempo, de laços familiares entre cativos¹⁸. Parte destes trabalhos centram sua atenção no sudeste brasileiro oitocentista. Recuando no tempo, a leitura de inventários *post-mortem* abertos em Taubaté entre os anos de 1680 e 1729 mostra uma reiteração de laços familiares entre cativos¹⁹. Em Taubaté, a reiteração destes laços mostra-se também pela leitura de outros corpos documentais, como maços de população (listas nominativas) e registros eclesiásticos.

Novamente, o inventário de Miguel Vieira mostra-se exemplar no questionamento dos limites da historiografia contrária à estabilidade de laços de família entre cativos. Mesmo considerando-se (por hipótese) Francisca como lasciva, desregrada (quem sabe?), alguns padrões emergem deste inventário. Ficam perguntas. Tendo Sebastião 18 anos, não significa isto um laço familiar (entre mãe-filho) que durou 18 anos? Tendo Miguel Vieira três escravos, os três conformando uma família, não teria algo de intencional nesta escolha que manteve os filhos com a mãe até o momento da morte de Miguel? Quanto ao pai dos filhos de Francisca,

¹⁶ QUEIRÓS, Suely R. R. *Escravidão negra em debate*. FREITAS, Marcos C. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

¹⁷ GORENDER, J. A escravidão reabilitada. 2 ed., São Paulo: Ática, 1991.

¹⁸ Por exemplo, FRAGOSO, João L. R. e FLORENTINO, Manolo G., *Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 151-173, 1987; SLENES, Robert e COSTA, Iraci. *A família escrava em Lorena (1801)*. São Paulo: Estudos econômicos, v. 17, n. 2, p. 245-295, 1987.

¹⁹ O presente trabalho incorpora a análise sobre mecanismos de estratificação social e formação de laços parentais entre cativos em Taubaté entre 1680 e 1729, que constituiu objeto de minha dissertação de mestrado, defendida em 1995 no IFCS-UFRJ e publicada pela Prefeitura de Taubaté-SP. Ver ALVES, M. Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté, 1680-1729. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1999.

infelizmente, nenhuma informação extra foi obtida. É tão plausível supor que Francisca teve diferentes relacionamentos quanto ter mantido uma relação estável não registrada pelos tipos de documentos que se produziam à época? Considero que sim. Como a história vive de desmontar quebra-cabeças, muitas vezes recolhendo apenas migalhas, valerá para Francisca o dito “mãe certa, pai incerto” como se ela fosse algo que não se pode provar que seja (e neste caso, nem que não seja). Se o inventário de Miguel Vieira torna-se exemplar, é menos pelo motivo de outros casos como o dele existirem, e mais por aproximadamente um terço da população cativa com quinze anos ou mais ser casada ou ter experimentado do casamento (são viúvos), ao longo de todo o período em que as listas nominativas apresentam sistematicamente tal informação (1805 a 1829). Este patamar de um terço mostra-se altamente significativo se comparado com o padrão para os livres: equivale a pouco menos do que a metade do observado entre livres. Mais ainda, em plantéis com vinte ou mais escravos, a proporção de casados ou viúvos se aproxima bastante da existente entre livres.

Uma das tônicas do presente trabalho está em mostrar o subdimensionamento destes registros. Slenes, ao comparar a menor proporção de cativos casados ou viúvos no Rio de Janeiro que nas regiões de São Paulo, apresenta diferentes razões para este subdimensionamento, e conclui: “o que mais distinguia Campinas e outros municípios no Centro-Oeste paulista de localidades de grande lavoura no Rio de Janeiro era que naqueles lugares uma proporção maior de uniões consensuais entre escravos foi registrada na Igreja pelos senhores e, portanto, documentada nos censos e registros paroquiais”²⁰. A principal tônica do presente trabalho, porém, ultrapassa a simples defesa da contínua presença destas relações parentais. Fixa-se na estabilidade nas relações parentais entre os cativos: a permanência de uma união e não uma sucessão de relações esporádicas. A rigor, uma sucessão de relações

esporádicas também poderia ser deduzida dos números atualmente existentes, uma vez que a presença de laços familiares entre cativos vem sendo demonstrada principalmente a partir da proporção de casados e viúvos²¹ sobre o total de escravos. Outro mecanismo é o utilizado com os escravos de Miguel Vieira, de contar a idade do filho mais velho, supondo-a como tempo limite mínimo desta relação (uma vez que outros filhos mais velhos podem ter falecido antes do registro documental que se utiliza para determinar o tempo de existência desta relação). O estudo de casos, tomados como representativos, apresenta-se como um instrumento muito empregado, e importante, principalmente para análise de estratégias de relação interpessoal (neste item, o trabalho de Mattos é exemplar). Na busca de ampliar mais a capacidade de deduzir estabilidade nas relações entre cativos, o presente trabalho fundamenta-se numa associação entre análise estatística e estudo de casos. Em especial, pelo acompanhamento no tempo das famílias entre cativos encontradas em diferentes documentos.

Contra a interpretação historiográfica favorável à quase ausência de cativos no vale do Paraíba setecentista, recorrente desde a década de 1940²², o primeiro capítulo mostra um crescimento da atividade mercantilizada (plantio de cana de açúcar) nas primeiras décadas do setecentos, associada ao crescimento do tráfico de almas. Mesmo a crise desta atividade em meados do mesmo século não representou a eliminação, mas apenas a redução da presença de cativos. Com a retomada da atividade mercantilizada no início do oitocentos, em especial do café a partir da década de 1820, um novo e intenso crescimento do tráfico. A periodização assim estabelecida interfere especialmente em três características da composição demográfica dos

²⁰ SLENES, R. *Na senzala, uma flor*. *Op. cit.*, p. 92.

²¹ Salvo indicação em contrário, “casados e viúvos” e “casados ou viúvos” são utilizados neste trabalho com o mesmo sentido: a soma dos cativos casados com os cativos viúvos.

²² Ver HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas econômicas - USP, 1986 (edição fac-similada)

escravos: sexo, idade e origem. A análise destes aspectos, realizada no terceiro capítulo, mostra acima de tudo um estranhamento para com os novos cativos que o tráfico introduz em Taubaté.

Superar o estranhamento, ter “um modo de viver”, faz-se premente. O quarto capítulo discute o instaurar do cuidado, o recurso do casamento como um forte mecanismo que torna ladinos os cativos recém-inseridos em ambiente estranho. Para melhor situar a importância dos laços parentais (particularmente matrimoniais) estabelecidos entre cativos, o segundo capítulo discute a formação de laços matrimoniais entre livres, com ênfase na teoria do ciclo de vida. Instaurar o cuidado subentende mais cuidado. Tornar-se ladino é um caminho sem volta para aqueles que permanecem no convívio social, caso contrário, é o quilombo, a prisão, a morte. Como uma flor, que não deve ser regada apenas uma vez ou outra: deve ser cuidada permanentemente. A reprodução no tempo de laços familiares indicados pelos índices de cativos que alguma vez conheceram o casamento (casados/viúvos) deve repercutir, portanto, na estabilidade destes laços. O quinto capítulo apresenta, ao longo de todo o período estudado e por diferentes técnicas, relações estáveis com duração superior a duas décadas. Diante da diferença, forjar igualdades não é mera figura de retórica. É necessidade permanente. E a formação de alianças por parentesco é um importante mecanismo para forjar uma paz – conflituosa, mas paz. Torna ladino, instaura e reproduz o cuidado, cria e recria normas, produz um modo de viver.

Periodização

Taubaté situa-se na região do vale do rio Paraíba, entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, um “triângulo” cujos vértices são a cidade do Rio de Janeiro, as Minas Gerais e a cidade de São Paulo (ver Figura 2). Uma impressão deste “cerco” feito pelas serras pode ser percebido na Figura 1 abaixo, realizada por Debret em 1827: a área urbana está representada dentro de um grande rebaixo, com o primeiro plano muito acima do nível das ruas²³.

Figura 1 – Vila de Taubaté. Debret, 1827



A “imagem” de confinamento é recorrente na historiografia referente ao vale do Paraíba, taxando-o como isolado, sem caminhos²⁴, não é corroborada por novas pesquisas. Contra isto,

²³ Comparado com o mapa da cidade feito por Pallière em 1821 (ver Figura 5, em anexo), esta imagem de Debret mostra disposição incorreta da Igreja e das ruas, permitindo deduzir que a imagem foi concluída posteriormente. Ressalta da imagem, assim, mais a sensação rememorada do “confinamento” que a descrição fidedigna. Mesmo sendo Debret marcado pelo estilo neoclássico, dedicado à descrição do ambiente, o que explica o azul da serra da Mantiqueira. (BOUSSO, V. D. Debret no vale do Paraíba: as montanhas são azuis. Jacareí/SP: Fundação Cultural de Jacarehy “José Maria de Abreu”, 1995).

²⁴ Ver HERRMANN, Lucila. *Op. cit.*; PASIN, José L. *Os fundamentos históricos da industrialização do Vale do Paraíba*. Revista da Faculdade Salesiana, Lorena/SP, No. 21, 1973, p. 101-110.

pode-se argumentar utilizando mesmo a ênfase dada aos caminhos por esta historiografia. Apesar das dificuldades para transpor as serras do Mar e da Mantiqueira. Antonil relata, em 1711, entre os caminhos para as Minas Gerais, dois deles passando por Taubaté. O primeiro, “dos paulistas”, segue da cidade de São Paulo para as Minas no prazo de “pelo menos” dois meses, “porque não marcham de sol a sol, mas até o meio dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe, aonde o há, mel de pau e outro qualquer mantimento”. O segundo caminho, partindo do Rio de Janeiro em direção às Minas, é percorrido em menos de trinta dias. Antonil, entretanto, afirma que “raras vezes sucede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas”. Mesmo assim, este foi o caminho percorrido pelo Governador Artur de Sá: partindo “da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues [Lorena]. Destas roças ao Ribeirão. E do ribeirão (...) ao Rio das Velhas”. O terceiro caminho descrito por Antonil é o “caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas”, com destaque para as roças que existem ao longo de todo o caminho. O quarto caminho parte “da cidade da Bahia para as minas do rio das Velhas”, mais longo que os demais, porém “mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as cargas”²⁵.

Outros caminhos passam pelo Vale do Paraíba setecentista (ver Figura 2). Destaque deve ser dado a duas passagens. Primeiro, uma variante (entre outras) do caminho feito pelo governador Artur de Sá, que de Parati segue diretamente para Guaratinguetá, passando por Facão (atual Cunha), reduzindo o tempo de viagem para quem sobe a serra da Mantiqueira pela região de Embaú (evitando passar por Taubaté). Segundo, o “caminho novo da Piedade”,

²⁵ ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. *Op. cit.*, p. 184-187.

interligando São Paulo ao Rio de Janeiro diretamente por terra. Segundo Paulo Pereira dos Reis, no “ano de 1778, ficou pronto o ‘caminho nôvo entre Piedade [atual Lorena] – S. João Marcos – Rio’, apesar de exigir ainda um trabalho permanente de melhoria e conservação. Essa estrada fôra planejada em 1725, (...) e as picadas começaram a ser abertas em 1726”²⁶.

Da mesma forma que é verdade que o transporte de carga é dificultado pela geografia da região, também é verdade que as tropas carregadas não deixaram de transitar. Se em 1721 o Conde de Assumar reclama dos atrasos de sua bagagem ao chegar em Lorena, ainda em 1861 Zaluar repete a queixa das péssimas condições dos caminhos. Viagens longas e penosas por matas cerradas, percorrendo distâncias muitas vezes superiores à extensão de seu país de origem, dificilmente seriam interpretadas de outra forma por estes viajantes. O que não é característica exclusiva do vale do Paraíba, mas realidade de todo o interior colonial. O sertão, local inóspito. Não à toa, as reiteradas pressões das autoridades para ocupação das margens dos caminhos, para prover alimento e pouso aos passantes. Antonil destaca o caminho pela Bahia por ser “mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas”. São estas duas características que, em grande parte, valorizam o caminho aberto por Garcia Paes nos primeiros anos do setecentos, ligando o Rio de Janeiro diretamente a Minas. Junte-se a redução no tempo de viagem e tem-se uma boa explicação para o sucesso desta passagem. Revolução nos meios de transporte (não só de cargas), efetivamente, apenas com a ferrovia na segunda metade do oitocentos.

²⁶ REIS, Paulo P. O caminho novo da Piedade no nordeste da capitania de S. Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 119.

Transpor serras, penetrar o sertão. Apesar das dificuldades, viver longe do litoral não é sinônimo de isolamento. Dá conta disto a larga documentação referente a Taubaté produzida no período colonial²⁷. Variável no tempo, mas uma presença contínua, a atividade agropecuária ou comercial detectada principalmente através de inventários *post-mortem* opoem-se à interpretação já clássica de um Vale do Paraíba isolado e dominado pela produção para subsistência, com pouco ou nenhum cativo²⁸.

Esta imagem de isolamento e subsistência deriva de uma lógica incapaz de visualizar geração de riqueza a partir de uma atividade para abastecimento da colônia. Nesta visão, a atividade econômica na vila de Taubaté apresentaria um pequeno crescimento no começo do século XVIII, por abastecer as minas recém-descobertas. Em seguida, com a crise do ouro, a crise da região. A produção de cana de açúcar, no final do oitocentos, e a do café, nas primeiras décadas do novecentos, reverteriam esta crise. Ainda segundo esta historiografia, seria “rara” a presença de cativos ao longo do século XVIII, as atividades voltadas apenas para “subsistência”²⁹.

A leitura de inventários *post-mortem* abertos em Taubaté colonial, porém, exigem reparos nesta periodização. Apesar de não permitir visualizar o tamanho da produção agrícola, é possível supô-la em maior ou menor escala proporcionalmente à posse de cativos³⁰. Tal correlação mostra-se pertinente na documentação consultada, como se mostra a seguir. A

²⁷ Ver, na bibliografia e na abertura do anexo 2, relação dos documentos consultados para este trabalho.

²⁸ Ver HERMMANN, *op. cit.*

²⁹ Ver HERMMANN, *op. cit.*

³⁰ Certo, também, que a posse de cativos representa destaque social. Antonil afirma: “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”. Ainda mais se “homem de cabedal e governo”, a ponto de Antonil compara-lo aos fidalgos do reino (ANTONIL, *op. cit.*, p. 75). Esta dupla característica da posse de cativos não passou despercebida em Taubaté. Enseja não só uma diferenciação entre quem possui e quem não possui cativos, mas especifica uma hierarquia entre os próprios possuidores de escravos, um instrumento de hierarquização já consolidado na historiografia.

oscilação da atividade agrícola dá-se de modo próximo não só em relação à oscilação do número médio de cativos por proprietário³¹, mas também em relação ao grau de concentração destes cativos. O que se destaca neste capítulo, primeiro especificando a atividade agrícola, em seguida especificando o padrão de posse de cativos, é uma divisão do período trabalhado em três grandes fases, especificando subfases para o último período.

A atividade agrícola

Um retrato – um momentâneo – do acumulado de uma vida, eis o que o inventariante legou-nos ao relatar os bens dados a partilhar. Olhar em seqüência estes momentâneos, como num filme, permite vislumbrar movimento no que parece ser apenas imagem estática. Como regra, os documentos dizem apenas o que aquele que o produziu considerava importante, merecedor do registro... Ir além destas barreiras, destes limites – eis o esforço de reinventar metodologias. Os inventários não indicam tamanho da produção, já foi dito. Também não permitem saber de uma atividade agropecuária fora do período do processo de inventário, nem saber de alguma atividade considerada muito pequena para ser arrolada. Uma forma de superar este limite temporal está na inclusão de instrumentos específicos de determinada cultura como indicativo desta. Como exemplo, o modo de tratar a cana de açúcar: nem sempre se arrolam canaviais. Alguns inventários arrolam alambique, o que permite deduzir especificamente

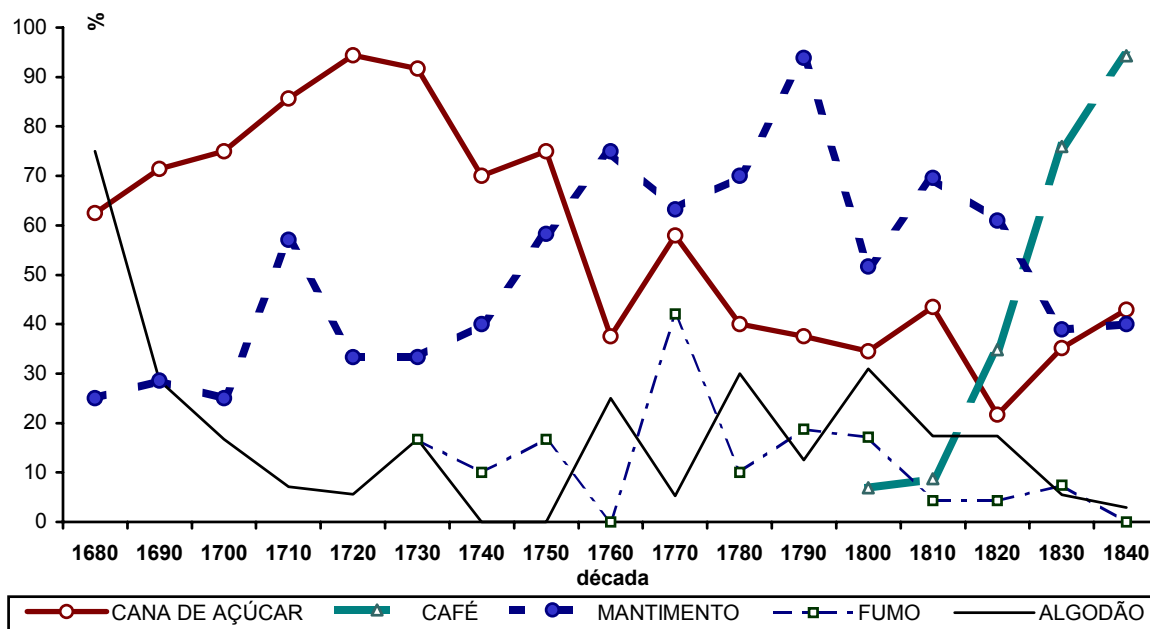
³¹ Nos inventários, bem como nas listas, os cativos arrolados podem estar distribuídos por mais de propriedade. A palavra plantel é aqui empregada para designar o conjunto de cativos sem separá-los por propriedade. Nas listas, representa o conjunto de escravos por fogo, podendo ocorrer serem escravos de diferentes proprietários reunidos em uma única unidade produtiva (o que a documentação raramente especifica). Nos inventários *post-mortem*, os escravos arrolados são os pertencentes ao inventariado.

produção de aguardente, mas não em que quantidade. Outro limite: quando o inventariante arrola um quartel de cana, este pode ser convertido em açúcar, aguardente ou rapadura. Como raramente é possível deduzir tais finalidades, o mais correto, aqui, é agrupa-las. Na rubrica “cana”, portanto, estão indicados tantos os inventariantes que arrolam plantio de cana, quanto aqueles que arrolam alambique, ou utensílios como “prensa de moer cana” (desconsiderou-se “prensa” sem mais especificações, pois há descrição de “prensa de espremer massa”). Na classificação do item “mantimentos”, além dos inventários que arrolam plantio de arroz, feijão, milho ou mandioca, inclui aqueles que possuem “roda de ralar mandioca”. Do item “algodão” consta não só os que arrolam algodoads, mas também os que arrolam “podões de podar algodão” ou “desencaroador de algodão”. “Podões”, sem detalhamento, foram excluídos do cálculo, pois há descrição de “podões de podar cana”. No item “fumo” não se incluiu nada além de plantações explicitamente declaradas (arrobas de fumo, inventariadas desde a década de 1690, foram excluídas deste cálculo – pode não ser produção local). Declarações de “arvoados” ou “plantações”, sem especificar o plantio, também foram excluídas desta análise³². Aqui, o objetivo é perceber flutuações em dois grandes grupos: de um lado, nas atividades tradicionalmente consideradas para consumo local ou, no máximo, destinadas para mercados mais próximos. De outro lado, nas atividades tradicionalmente consideradas para venda, em especial para mercados mais longínquos. O primeiro grupo engloba os produtos classificados como “mantimentos”. No segundo grupo, destacam-se dois itens, especificados pela sua

³² Diferente do critério adotado em minha dissertação de mestrado (ver ALVES, M. *op cit.*), que reuniu os inventários em apenas dois grandes grupos: em um item, os que arrolam canavial e/ou alambique (independente de outros plantios simultâneos); em outro, os inventários não presentes no primeiro grupo e com indicação de outros plantios (incluindo os não claramente especificados, como “arvoados”, e mesmo “prensas” ou “moendas”). A diferença no número de inventários considerados deve-se ao novo critério de classificação, e à releitura de trechos de documentos antes considerados ilegíveis ou de sentido duvidoso. As tendências gerais, porém, permanecem as mesmas em ambos os trabalhos, no período em que coincidem (1680-1729), de modo que um critério reforça o outro.

relevância: a cana de açúcar e o café. O algodão e o fumo, também considerados para venda, apresentaram menor desenvolvimento em Taubaté.

gráfico 1 – distribuição dos inventários segundo produção agrícola, 1680-1848



Fonte: Ver tabela 1.

A oscilação destes dois grupos é apresentada no gráfico 1. Destaca-se, como tendência, um forte crescimento da proporção de inventários que arrolam plantio de cana nas primeiras décadas deste estudo, com forte queda a partir da década de 1730. No século XIX, pequeno crescimento da presença de cana, somado ao forte e rápido crescimento da proporção de inventários que arrolam plantio de café, após a década de 1810. A década de 1730 apresenta-se como um marco divisório também para a proporção de inventários que arrolam mantimentos. Após este momento, cresce acentuadamente até o final do século XVIII quando, iniciado o

século XIX, entra em queda. Fumo e algodão apresentam fase de ascensão neste mesmo período (segunda metade do século XVIII), ainda que menos acentuada em relação aos demais itens. Tem-se, assim, três grandes períodos. O primeiro e o terceiro marcados pelo crescimento da atividade agrícola voltada para mercados de longa distância, com produtos tipicamente caracterizados como “de exportação”, separados por um período intermediário com predomínio para a produção para mercado local/regional, de curta distância. Estas oscilações, contudo, carecem de ser melhor especificadas.

tabela 1 – distribuição dos inventários segundo produção agrícola, 1680-1848

| DÉCADA | CANA DE AÇÚCAR | MANTIMENTO | ALGODÃO | FUMO | CAFÉ | TOTAL (#) |
|--------|----------------|------------|---------|------|------|-----------|
| 1680 | 62,5 | 25,0 | 75,0 | 0 | 0 | 8 |
| 1690 | 71,4 | 28,6 | 28,6 | 0 | 0 | 7 |
| 1700 | 75,0 | 25,0 | 8,3 | 0 | 0 | 12 |
| 1710 | 85,7 | 57,1 | 7,1 | 0 | 0 | 14 |
| 1720 | 94,4 | 33,3 | 5,6 | 0 | 0 | 18 |
| 1730 | 91,7 | 33,3 | 16,7 | 16,7 | 0 | 12 |
| 1740 | 70,0 | 40,0 | 0 | 10,0 | 0 | 10 |
| 1750 | 75,0 | 58,3 | 0 | 16,7 | 0 | 12 |
| 1760 | 37,5 | 75,0 | 25,0 | 0 | 0 | 8 |
| 1770 | 57,9 | 63,2 | 5,3 | 42,1 | 0 | 19 |
| 1780 | 40,0 | 70,0 | 30,0 | 10,0 | 0 | 10 |
| 1790 | 37,5 | 93,8 | 12,5 | 18,8 | 0 | 16 |
| 1800 | 34,5 | 51,7 | 31,0 | 17,2 | 6,9 | 29 |
| 1810 | 43,5 | 69,6 | 17,4 | 4,3 | 8,7 | 23 |
| 1820 | 21,7 | 60,9 | 17,4 | 4,3 | 34,8 | 23 |
| 1830 | 35,2 | 38,9 | 5,5 | 7,4 | 75,9 | 54 |
| 1840 | 42,9 | 40,0 | 2,9 | 0 | 94,3 | 35 |

Obs.: Soma dos itens supera 100%. Se um inventario arrolar cana e café, ele será citado duas vezes (ver explicação acima, no primeiro parágrafo deste item).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico Dr. Felix Guizard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Ver detalhes sobre documentação no anexo 2.

Na década de 1680, a presença de cana representa aproximadamente dois terços dos inventários cuja produção rural era grande o suficiente para ser arrolada. Na década seguinte, quando se descobre o ouro nas Minas Gerais, o refluxo nas atividades agrícolas – que deve estar marcado pelo êxodo em direção das Minas. Diante da promessa de lucro fácil, a busca do ouro leva não só à escassez de pessoas, mas também dos próprios recursos que agora são direcionadas para as minas. Passado o primeiro momento de euforia e *rush*, o ouro presente em Taubaté é convertido para a aquisição de cativos, via tráfico. Considerando-se a riqueza inventariada em réis segundo setores econômicos, percebe-se como esta conversão é forte: há uma correlação de -0,98 entre a liquidez (dívidas ativas mais ouro) e o investimento em cativos (ver tabela 9, no anexo 1). A produção rural direciona-se novamente para a cana de açúcar, de modo que o predomínio da cana cresce rapidamente, enquanto o cultivo de algodão reduz-se com não menos rapidez (cf. gráfico 1). Nas décadas de 1700 e 1710, o domínio da cana de açúcar é efetivo: nove em cada dez agricultores a cultivam. O que se observa para Taubaté não se restringe a esta vila. Este período de crescimento da atividade mercantilizada na passagem do século XVII para o XVIII também é observado em São Paulo por Ilana Blaj: “a partir das últimas décadas do século XVII sedimenta-se, gradativamente, o processo de mercantilização paulistano e a consolidação de sua elite. Comercializando toda uma produção local e de outras regiões, articulando os bairros rurais e as vilas interioranas, suprimindo os centros mineradores e as demais capitanias, São Paulo configura-se como uma área de abastecimento interno nos quadros da colônia”³³.

³³ BLAJ, Ilana. A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo, Depto. de História da Universidade de São Paulo, 1995 (Tese de doutorado), p. 307. Blaj estuda, em sua tese de doutorado, o período 1681-1721. Em Taubaté, a crise ocorre após este período – seria o caso de ver se em São Paulo o mesmo ocorre.

A partir da década de 1730, o plantio de cana de açúcar cai continuamente em Taubaté, enquanto cresce o número de inventários que arrolam plantio de milho, feijão, mandioca, entre outros (agrupados sob a rubrica “mantimentos”). A produção de mantimentos não deve ser vista como apenas o mínimo para sobrevivência das pessoas que o produzem, mas representa uma produção em tamanho considerado suficientemente grande para ser arrolado e dividido entre os herdeiros. Fosse pequena demais esta produção, impossibilitaria a partição e não teria sentido arrolá-la (quando muito, um acordo entre as partes resolveria o problema). Assim, é possível supor que parte desta produção de mantimentos constitui uma atividade monetarizada, ao menos para ter seu preço em réis declarado para efeito de arrolamento no inventário e, talvez, seja grande o suficiente para ser vendida. O mesmo raciocínio vale para outros documentos. As listas nominativas funcionam pela ótica governamental: detalham principalmente produção mercantilizada, mesmo que algumas listas diferenciem a produção vendida da consumida na própria casa. Registro de escrituras, ou outra documentação que marque compra e venda, anota apenas proporções suficientemente grandes para tal. A disputa sobre a posse de algum bem segue o mesmo princípio: os valores são significativos para as partes disputantes.

A crise da produção mercantilizada no segundo terço do setecentos deve estar associada, principalmente, a dois fatores. Primeiro, à também efêmera presença de ouro em Taubaté: a partir da década de 1720 reduz-se aos patamares de 1680, e assim permanece, conforme indica a tabela 9 (no anexo 1). Segundo, à abertura do caminho ligando o Rio de Janeiro diretamente às Minas Gerais. Zemella afirma que o caminho novo “realizou um verdadeiro fenômeno de captura econômica, roubando aos caminhos paulistas e aos baianos os lucros auferidos pelo

comércio com o pujantíssimo *hinterland* mineiro”³⁴. Difícil determinar qual fator representou maior papel nesta crise, muito provavelmente nenhum deles sozinho explicaria tamanha queda. A conjunção de vários fatores, com a predominância destes dois, parece representar uma melhor explicação³⁵. A produção de mantimentos continuará dominante na segunda metade do século XVIII, apesar da tentativa de promover o plantio do algodão e do fumo. A constante presença de teares nos inventários indica que a manufatura têxtil nunca deixou de existir em Taubaté – parte da produção era convertida em tecido na própria vila de Taubaté. Quanto ao fumo, as tentativas do governo provincial de São Paulo de promover este plantio não foram suficientes para desenvolver este cultivo em Taubaté, o que Rangel destaca bem³⁶, e os inventários *post-mortem* apenas reforçam.

A reversão da crise da produção agrícola mercantilizada, presente nos dois últimos terços do século XVIII, ocorre apenas no século XIX. Com a consolidação do plantio de café, após a década de 1820, consolida-se este novo período. Mas, desde a década de 1800 tem-se a indicação da reversão desta crise. A cana de açúcar tem uma rápida e curta retomada de crescimento na passagem do século XVIII para o XIX, fechando o período deste estudo com uma tendência de alta, mesmo momento em que moradores da vila de Taubaté tem contato com o café. Em 1789, o inventário aberto por falecimento do ajudante Manuel de Oliveira Neves arrola “um moinho de moer café”. O interessante (no sentido de Paul Veyne³⁷) está em especificar que este moinho tem uma finalidade específica: moer café. Além deste moinho, arrola “um engenho de moer canas”, um alambique velho com peso de 12 libras e, entre outros

³⁴ ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento das Minas Gerais no século XVIII 2 ed. São Paulo, HUCITEC: EDUSP, 1990, p. 120.

³⁵ Ver anexo 1, “A crise econômica no setecentos”, sobre as diferentes interpretações historiográficas acerca das alterações econômicas no vale do Paraíba setecentista.

³⁶ RANGEL, Armênio de S. Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté - 1765/1835. São Paulo, FEA-USP, 1990 (tese de doutorado), p. 8.

bens, uma escumadeira. Entretanto, não arrola plantações. O plantio de cana, pelo seu valor, seria arrolado, se existisse. A posse de instrumentos para beneficiar cana de açúcar faz supor que este plantio devia ser feito, talvez apenas não existindo no momento da morte de Manuel. Pode ser que o plantio de café, por algum acordo entre os herdeiros, não tenha sido arrolado. O mesmo deve ocorrer em relação a plantações de pouco valor, como “arvoredos”, bananeiras, jabuticabeiras, laranjeiras, etc. Não plantar nada, porém, seria incongruente para um senhor de 18 escravos: como sustentar-se, como sustentá-los?

Segundo Rangel, as primeiras exportações de café na capitania parecem datar de 1797: 522 arrobas pelo porto de Santos. Pela lista nominativa de 1798, teriam sido produzidas 68 arrobas em Taubaté, 10,3% do produzido na capitania de São Paulo neste ano³⁸. Na lista de 1799, este valor sobe para 96 arrobas. Nos inventários, a primeira descrição de plantio de café aparece em 1801³⁹. Jose da Silva Leme possuía, ao falecer, além de 7 escravos, “hum sitio ou xacra no Itaim com casas cobertas de telhas de pau e barro de tres lansos arvoredos e cafezais rozais e algodoes”. Antes de 1820, apenas outros dois inventários arrolam plantio de café: em 1808 (Joaquim Machado, dono de um escravo) e em 1814 (Maria Alves de Souza, senhora de 19 escravos). Pelas listas, ainda em 1815 esta produção é pequena: quatro fogos produziram 726 arrobas. Em 1820, 22 fogos produziram 867 arrobas de café. Destes, quatorze fogos não tinham escravos (produção de 109 arrobas, sendo que um deles produziu 50 arrobas), seis fogos tinham entre um e quinze escravos, um tinha 32 (produção de 406 arrobas) e outro 102 escravos (produção de 90 arrobas).

³⁷ VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Ed. 70, 1983.

³⁸ RANGEL, *op. cit.*, 224-255

³⁹ A diferença se explica por ser o inventário imagem do acumulado de uma vida, e a lista o momentâneo anual.

Estes números permitem ainda mais duas conclusões. Primeiro, que o plantio do café desenvolveu-se a partir de pequenas plantações. Segundo Rangel, “em seus primórdios, a cafeicultura [em Taubaté] resumia-se a pequenas plantações, que se formaram, principalmente, a partir do limitado processo de enriquecimento anterior, e a partir de uma economia que havia atravessado por um longo período de estagnação”⁴⁰. Segunda conclusão: uma grande disparidade entre os produtores de café, reforçada nos anos subseqüentes, com o desenvolvimento deste plantio. Um desenvolvimento que será cada vez mais intenso. Em 1829 a produção é de 7798 arrobas (ver tabela 8). Em 1854 a produção foi de 354730 arrobas⁴¹.

Baseado nos valores apresentados por Pedro Müller, Rangel conclui, para o ano de 1835, ter Taubaté “uma participação modesta na cafeicultura: participação de 5,4% em relação ao Vale do Paraíba, e 3,9% em relação ao conjunto da província”. Rangel argumenta que as plantações deste ano são pequenas, com produção média por fogo de 55 arrobas, sendo que 81,9% dos produtores produziram até 50 arrobas, equivalente a 30,2% do total de café produzido⁴². Este aspecto permanecerá vigente na década seguinte: ao final do período aqui estudado, o crescimento do plantio de café não levará a plantios com duas dezenas de mil pés de café. Nos inventários abertos em Taubaté entre os anos de 1845-47, a imensa maioria chega apenas a 6 ou 8 mil pés. Neste quesito, o único destaque fica por conta do Alferes Francisco Moreira da Costa, inventariado em 1845, que arrola 66 escravos e “uns cafezais novos e velhos e dando suas frutas” por 8:000\$000 réis. Não diz, contudo, quantos pés plantados. Deve ser algo próximo de 40000 pés, se compararmos com o inventário de Manuel Antunes de Siqueira (com 18 cativos), aberto no mesmo ano, que arrola 16000 pés de café por 3:200\$000 réis. O Alferes Francisco é um caso a parte, no tocante ao tamanho de seu plantel. Apenas Gertrudes Ramos de Oliveira

⁴⁰ RANGEL, *op. cit.*, p. 263.

⁴¹ RANGEL, *op. cit.*, p. 260.

(também inventariado em 1845) tem mais cativos que ele: possui 78 escravos. O restante dos inventariados nesta década tem, no máximo, 28 cativos.

O tamanho das plantações arroladas não condizem com o tamanho da escravaria, indicativo de não estarem estes escravos única ou principalmente voltados para o plantio da rubiácea. Exemplo disto é João da Silva Leme, inventariado em 1847, que não possui cativo, mas tem um cafezal velho de 12000 pés. Nesta mesma década, muitos escravistas não têm sequer a metade do número de pés de café de João. Não à toa, Taubaté não figura entre as principais cidades produtoras de café nas contas feitas por Pedro Müller: se em 1835 não o era, tampouco na década de 1840 ocorre mudança neste quadro. A lista nominativa de 1825, que fornece uma visão mais detalhada da quantia de pés de café plantados, mostra números semelhantes aos inventariados em 1845-48. Período de formação dos cafezais, em 1825 ainda predominam os proprietários de até mil pés de café. Em 1800 fogos, apenas 119 listam pés de café. Destes, 33 (27,7% dos fogos) tem até 500 pés de café (3,9% do total de pés). No momento de formação da economia cafeeira, metade dos cafeicultores planta até 1500 pés. Mas o café, um produto que exige grandes investimentos para a plantação, elimina os que plantam 100 ou 200 pés: em 1845-47, os produtores da rubiácea (tenham ou não escravos) plantam pelo menos 500 pés (em geral, 3 a 6 mil pés). O tamanho máximo dos cafezais, em 1825, pouco difere dos inventariados na década de 1840. Em 1825, os três maiores plantios têm, respectivamente, 15000 pés, 19000 e 30000 pés de café. Com a atividade cafeeira já estabelecida, na década de 1840, não predominam “plantações de maturidade que se caracterizavam por grandes escalas de produção”, esperadas pela historiografia. Rangel não é o único, bem mostra isto as citações que Rangel faz de Caio Prado Júnior, em defesa desta esperança de crescimento. Os casos citados desta “maturidade”, como o engenho real, dos jesuítas, mais parece exceção: ao longo de todo

⁴² RANGEL, *op. cit.*, p. 263.

este estudo, a imensa maioria dos proprietários não chega a deter vinte cativos. Rangel afirma que “mesmo essas plantações maiores nada tinham a ver com as plantações de maturidade que se caracterizavam por grandes escalas de produção”⁴³. A produção de 23.607 arrobas de café em 1835, porém, é significativa⁴⁴, e o predomínio de plantéis maiores, das “plantações de maturidade”, deve ser relativizada, diante não só de novos trabalhos que relavorizam estes “ganhos de escalas” mais reduzidos, bem como da leitura dos inventários abertos em Taubaté, com o predomínio de plantéis com menos de 10 cativos (o que se discute no próximo item).

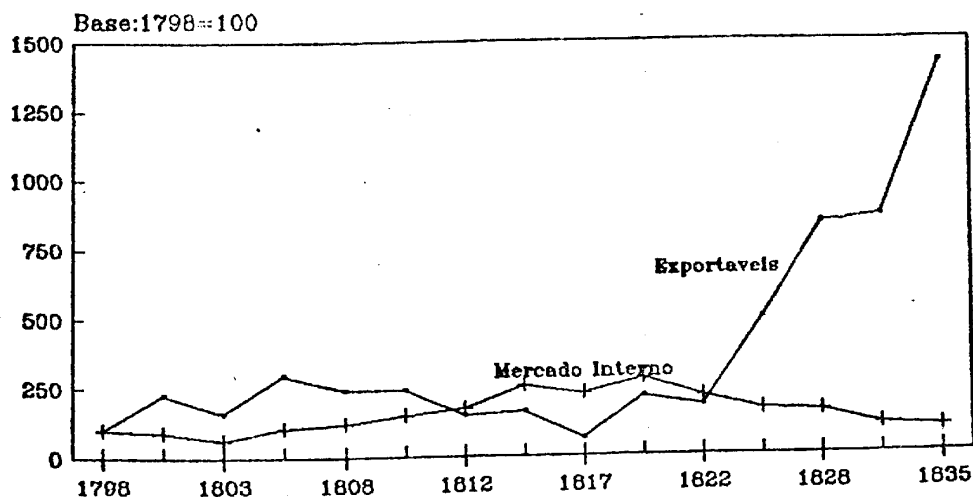
Em síntese, o que salta dos inventários post-mortem, vistos na longa duração, é a contínua presença de atividades tipicamente “para exportação” (no caso, para venda fora da vila, predominantemente). A cana nunca deixa de ser cultivada, sempre presente em parcela significativa dos agricultores. O algodão, apesar de participação mais restrita, tem presença continuada (exceto décadas de 1740 e 1750). No século XIX, o café representa o carro-chefe. Desde já, é a oscilação desta presença de produtos “exportáveis” que determina a periodização realizada. Duas fases de crescimento desta presença: o começo dos séculos XVIII e XIX. Entre elas, uma fase de declínio (não de ausência) destas atividades, com o predomínio de mantimentos. Das três fases, merece destaque a última, pela existência de um corpo documental especialmente rico: as listas nominativas. Produzidas quase ano a ano, a riqueza de detalhes (especialmente entre 1798 e 1836) permite que este último período seja melhor detalhado, indicando-se claramente três subfases no século XIX, conforme o gráfico 2, elaborado por Rangel⁴⁵.

⁴³ RANGEL, *op. cit.*, p. 262-263.

⁴⁴ MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. 3 ed., São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 124.

⁴⁵ RANGEL, *op. cit.*, p. 118.

gráfico 2 – Evolução das vendas reais: exportáveis e mercado interno, 1798-1835



Fonte: RANGEL, *op. cit.*, p. 118. Agradeço ao autor a permissão para reproduzir o gráfico.

Alguns aspectos metodológicos, contudo, devem ser explicitados. O gráfico 2 trata de vendas, não de quantidade produzida. Não permite deduzir crescimento ou queda da quantidade produzida, apenas afirmar que aumentou ou diminuiu o valor (em réis) destas vendas. Também deve ser ressaltado que os fogos (unidade produtiva/domiciliar considerada pelas listas) são agrupados segundo dois grupos excludentes de produção, segundo a atividade principal do fogo. Rangel divide a produção agropecuária em “produtos exportáveis” (destinados ao comércio de longa distância) e os para “abastecimento” (destinados ao consumo interno, local/regional). No primeiro grupo café, algodão, fumo, açúcar; no segundo, arroz, feijão, farinha, milho, aguardente e a pecuária. Nas listas, considera-se exportação o que se vendeu para fora de Taubaté, não necessariamente vendido para fora da colônia.

Inicialmente, na virada do século XVIII para XIX, crescimento da atividade mercantil, com o plantio de cana de açúcar. Na década de 1810, queda do plantio de cana de açúcar e crescimento da produção para abastecimento. Na década de 1820, crescimento acelerado da

produção de café. Tem-se um comportamento inversamente proporcional na variação das vendas da produção para exportar e para o mercado interno. Inicialmente, a queda das vendas da produção para mercado interno, associada ao crescimento da produção de açúcar e fumo; posteriormente, crescimento deste mercado interno, pelo crescimento da pecuária. Por fim, a retomada intensa da venda da produção exportável (do café), com queda da venda de produção para mercado interno. Três oscilações a repetir as oscilações de longo prazo, dos três grandes ciclos. Em todos os três períodos delimitados, e também nos subperíodos da terceira fase, a atividade agrícola permanentemente embasada no uso de cativos, cuja presença oscila sincronicamente com as oscilações da atividade agrícola. Eis o tema do próximo item.

Padrão de posse de cativos

Posse média de escravos

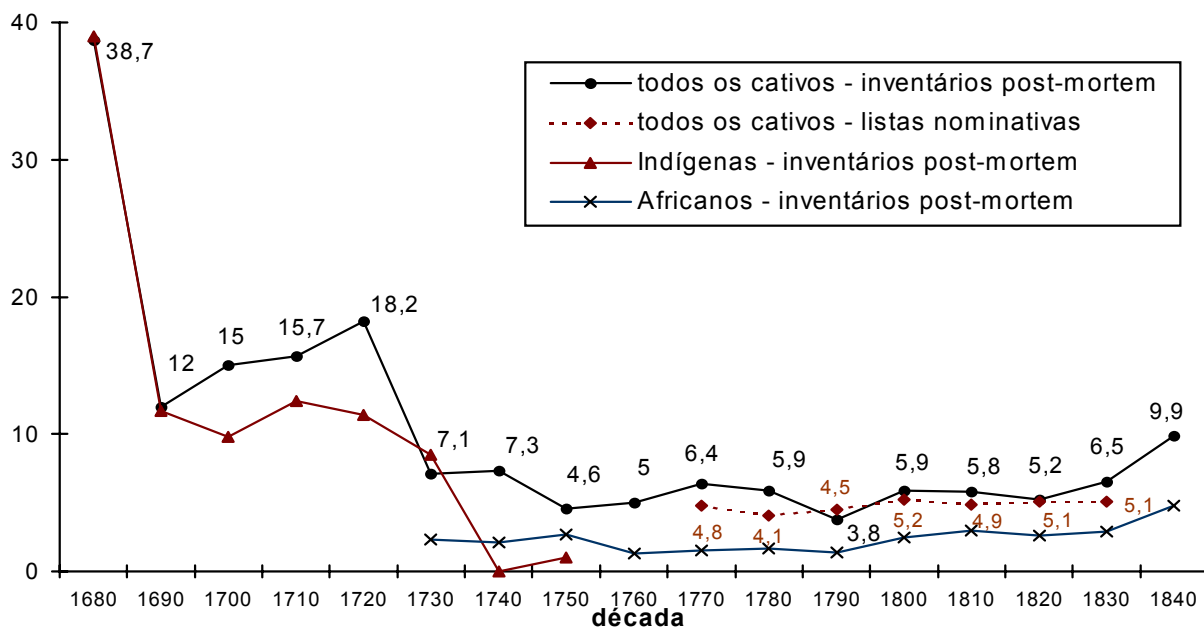
A atividade agrícola, nos inventários, está diretamente associada ao padrão de posse de cativos. Separadas por meio século, duas grandes fases de expansão da presença de cativos pode ser detectada pelo gráfico 3. Estas duas fases coincidem com o crescimento do número de inventários que arrolam plantio de cana ou posse de alambique, nas primeiras décadas do setecentos, e com o crescimento no número de inventários que arrolam plantio de café, nas primeiras décadas do oitocentos (cf. gráfico 1). Entre estas duas fases, uma progressiva queda no número médio de cativos por proprietário. Destes gráficos, não se pode concluir por uma

economia baseada unicamente na força dos membros da família, sem o recurso contínuo à mão-de-obra extra. Em todo o período estudado, uma produção agrícola recorrendo continuamente à mão-de-obra extra-familiar (destaque para a cativa). Se, após a década de 1720, médias de 4 a dez cativos por proprietário não eliminam a necessidade de trabalho dos membros da família, tampouco indicam a ausência de atividade mercantilizada, suficientemente grande para requerer mão-de-obra extra, e suficientemente rica para garantir não só a aquisição, mas também a manutenção destes.

Outro aspecto deve ser destacado neste gráfico 3: nos dois períodos de crescimento da atividade agrícola mercantilizada, o crescimento da média de cativos se faz via tráfico. Nos primeiros oitenta anos deste estudo, período de arrolamento de cativos indígenas, reduz-se continuamente a média de indígenas por inventário (considerando apenas aqueles que arrolam indígenas). A presença de indígenas também cai proporcionalmente, até deixar de ser citada (ver análise da tabela 27, em capítulo sobre “Sexo, idade e origem dos cativos”). Em uma sociedade apenas com indígenas no século XVII, a intensa redução da presença de cativos na década de 1690 deve-se à descoberta de ouro nas minas gerais, que ocasionou forte êxodo⁴⁶. A retomada do crescimento da posse média, nos princípios do setecentos, ocorre pela entrada de cativos não-indígenas (a documentação não permite especificar mais detalhadamente a origem). No século XIX, a média de africanos por inventário oscila de modo bem próximo à variação da média para todos os cativos, indicativo de que a variação geral segue a variação da presença de africanos (a tabela 27 indica o crescimento da presença de africanos).

⁴⁶ ZEMELLA, *op. cit.*, p. 45.

gráfico 3 – média de escravos por inventário e fogo, 1680-1848



Fonte: Inventários *post-mortem* (ver tabela 2) e listas nominativas de 1774, 1785, 1795, 1805, 1815, 1825 e 1835 (ver tabela 3 - para 1835, valor de Rangel, *op. cit.*, p. 204). Para média de indígenas e africanos, ver tabela 42, em anexo. Ver tabela 27 sobre a origem dos cativos.

Apesar de listas nominativas e inventários *post-mortem* não serem documentos diretamente comparáveis, os valores relativos (a proporcionalidade entre valores em relação ao total) apresentam-se comparáveis entre si – dentro de limites. Se o inventário busca diretamente a unidade familiar de laços primários, incluindo apenas secundariamente graus de parentesco mais distantes (seja pela ausência/falecimento dos primeiros ou por determinação explícita do falecido), o “fogo” identifica o domicílio (que não é sinônimo de unidade produtiva), podendo incluir membros com diferentes graus de parentesco consanguíneo (ou mesmo outros tipos de relações). Se o primeiro indica um padrão de posses acumuladas ao longo da vida, o segundo busca mostrar a atividade produtiva do ano em que se elabora a lista (dando ênfase para as atividades mais mercantilizadas). Voltado para abastecer os governantes de informações sócio-

econômicas, é um documento elaborado pela ótica do administrativo, sistematizando a coleta das informações de modo a permitir a totalização em quadros-resumo. Maria Luiza Marcílio divide as listas em um primeiro momento com cunho militar (devido às guerras do sul), não se listando produção, e um segundo período após final da década de 1790 até a década de 1820, seguida de um período de desarticulação na elaboração das listas após a independência até o fim destas em meados do século⁴⁷. Destinada a arrolar todos os moradores (não apenas os que possuem algum bem), mesmo assim não se deve concluir que seja total esta aproximação (é o caso, por exemplo, de homens que se “escondem” no período de recenseamento, a fim de evitar o recrutamento).

Ressalta, do gráfico 3, que a média de cativos não apresenta grande diferença entre as duas bases documentais. Isto ocorre, em parte, porque se selecionou uma parcela da população dotada de maior riqueza, excluindo-se os não-proprietários de escravos. No período em que coincidem listas nominativas e inventários (décadas de 1770 a 1830), a proximidade destes valores nas duas bases documentais indicam que os inventários representam uma amostra confiável da população detentora de cativos. O que permite inferir, para o período anterior a 1774 (primeira lista nominativa a permitir este cálculo), que as médias de cativos por inventário sejam representativas da posse média de cativos no total de proprietários de cativos⁴⁸. Inferência com riscos, pela especificidade de cada período. Acrescem ainda dois problemas, que devem ser

⁴⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. São Paulo: Husitec, Edusp, 2000.

⁴⁸ O coeficiente de Pearson é de 0,25, comparando os valores dos inventários para as décadas de 1770 a 1820 com os valores das listas para os anos de 1774, 1785, 1795, 1805, 1815 e 1825. Indica correlação fraca, diretamente proporcional, suficiente para não negar a amostra como significativa. Uma forte correlação inversamente proporcional serviria de argumento contrário a tal representatividade, mas uma forte correlação, direta ou inversamente proporcional, pode significar que a especificidade de cada documento não foi respeitada. Um corpo documental prende-se ao anual, ao total da população; outro corpo documental prende-se ao acumulado de uma vida, ao grupo de possuidores de bens a partir. Tratando-se de média de cativos, reduz-se a segunda diferença, não necessariamente a elimina.

destacados neste raciocínio, ao comparar inventários e listas nominativas. Em primeiro lugar, os inventários estão agrupados por década, e correspondem ao acumulado de uma vida, enquanto as listas fazem uma apreciação anual. Outro ponto a destacar é a diferença entre o critério de unidade produtiva na lista e nos inventários – analisada anteriormente. São limites da documentação, inerentes ao trabalho do historiador. Ainda assim, a similitude que se percebe não apenas neste tópico (média de cativos), mas também em outros itens analisados neste trabalho, vem em reforço à periodização elaborada a partir dos inventários *post-mortem*.

A média de cativos, seja por fogo (caso das listas), seja por inventário, revela-se portadora de oscilações próximas às apresentadas pela produção agrícola, reforçando a periodização já estabelecida. Crescimento da média no mesmo período de crescimento de cana de açúcar e café, redução da média no período intermediário. Outro aspecto, contudo, deve ser destacado: a elevada e permanente concentração da posse de cativos, ao longo de todo o período estudado. Os cálculos de Rangel, considerando o índice de gini⁴⁹, seguem na mesma direção: a concentração geral da posse de escravos, entre os anos 1774-1830, apresenta Índice de Gini ampliado (relativo a toda a população) sempre superior a 0,86. Considerando apenas os proprietários de cativos neste período, o índice de Gini reduz-se, mas ainda permanece superior a 0,47 – valores bem elevados⁵⁰. Certo é que, se entre os possuidores de algum bem já ocorre

⁴⁹ O índice de Gini oscila entre zero (igualdade absoluta) e um (diferença absoluta).

⁵⁰ Rangel, *op. cit.*, p. 208-210. Em 1776, no cálculo da distribuição da riqueza (em réis) produzida por cada fogo, o índice de Gini ampliado é igual a 0,92. Neste mesmo ano, entre os fogos que declaram possuir algum patrimônio, o índice de Gini é igual a 0,76; sendo que os 50% menores patrimônios participam com apenas 5,5% da riqueza total. Entre os inventariados, a grande concentração indicada pelo padrão de posse de cativos (ver tabela 2) também aparece na análise da distribuição da riqueza em réis (ver tabela 43, em anexo). Entre os anos 1680 e 1828, os inventários dos 5 a 20% mais ricos controlam entre 17 e 65% da riqueza inventariada (em réis), enquanto a porção mais pobre dos inventários (49 a 64%) detém sempre menos de um quarto desta mesma riqueza (exceto década de 1790, quando detém 47%). A correlação entre concentração da riqueza inventariada e a concentração da posse de cativos é forte, podendo ser visualizada pela tabela 44, em anexo. Esta correlação reforça a periodização estabelecida a partir da posse de cativos, agora pela distribuição da riqueza inventariada em réis. Entre 1680 e 1729, os inventários dos 10% mais ricos controlam entre um terço e metade da riqueza

forte exclusão, os que nada possuem de digno a arrolar para partir entre herdeiros mostram um grau de exclusão ainda maior. A alta proporção de não proprietários de cativos, apontada pelas listas, indica um subdimensionamento dos valores inventariados, um patamar mínimo de diferenciação entre os proprietários de bens a partilhar.

Esta constante diferenciação reflete-se no predomínio de médias de escravos inferiores a dez, nas listas nominativa e nos inventários (exceto período anterior a 1730). Indicativo do predomínio de plantéis com menos de dez cativos (ver tabela 2, próximo subitem), aspecto já destacado pela historiografia para outras regiões. Renato Leite Marcondes⁵¹ e José Flávio Motta⁵² mostram a predominância de plantéis com menos de dez cativos em diferentes regiões e momentos sempre associados à alta concentração de posse. Da mesma forma, Iraci Costa e Nelson Nozoe⁵³ indicam para Lorena, em 1801, uma média de 5,6 cativos por proprietário e índice de Gini igual a 0,536. Estes valores são semelhantes a outras localidades, para o mesmo período. No ano de 1804, a média de cativos por proprietário oscilou entre 3,7 e 5,8 e o índice de Gini entre 0,502 e 0,56, considerando-se Sorocaba⁵⁴, Vila Rica⁵⁵, Lorena (incluindo Areias), a vila de Curitiba mais as freguesias de São José dos Pinhais e Lapa⁵⁶, e sete localizadas do Paraná⁵⁷. A Bahia, nos anos de 1816 e 1817, apresenta média de 7,2 cativos por proprietários,

inventariada (em réis), enquanto a metade mais pobre dos inventários detém sempre menos de um quarto desta mesma riqueza. Os mecanismos de reprodução desta diferença baseiam-se sobre o monopólio dos setores geradores de maior riqueza (ver ALVES, *op. cit.*, p. 95-116).

⁵¹ MARCONDES, Renato Leite. *A pequena e média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba*. Locus: revista de História. Juiz de Fora, v. 4, n 2, p. 35-54, 1998.

⁵² MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

⁵³ COSTA, Iraci del Nero da e NOZOE, Nelson H.. *Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX*. Estudos econômicos, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 319-345, 1989.

⁵⁴ LUNA, Francisco V. *Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1804)*. Costa, Iraci del Nero. Brasil: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 10

⁵⁵ LUNA, Francisco V. *Estrutura de posse de escravos*. LUNA, Francisco V. e COSTA, Iraci del N. da. Minas colonial: economia e sociedade. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982, p. 71.

⁵⁶ LUNA, Francisco V. e COSTA, Iraci del N. da. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 211-222, jan/mar 1983, p. 220.

⁵⁷ GUTIÉRREZ, 1985, 14

com índice de Gini igual a 0,590⁵⁸. Baseando-se nos registros de matrículas dos escravos de Taubaté, em 1872, Renato Marcondes⁵⁹ apresenta 4168 cativos registrados, sob o poder de 660 escravistas: média de 6,3 cativos por proprietário, valor pouco superior à média de 5,1 em 1835, encontrada por Rangel⁶⁰. Dentre os proprietários de cativos, aqueles com menos de vinte cativos correspondem a 92,9%, detendo um total de 2289 cativos, 54,9% do conjunto da escravaria. A análise da relação nominal dos escravistas de Taubaté que pagaram o imposto provincial sobre escravos, publicada em 1884 pela Coletoria de Rendas no jornal O Paulista, também aponta para elevada concentração na posse de cativos. 35 proprietários (5% destes) possuem 1505 cativos (43,7% do total de cativos). A posse média foi de 5 escravos por escravista. Pela característica de imposto, destacada por Renato Marcondes⁶¹, deve-se considerar uma subestimação dos valores, em especial das atividades urbanas (com imposto de valor diferenciado, mais elevado). Mesmo assim, nada que eleve substancialmente os valores apresentados para 1884.

Consideradas as diferentes documentações compulsadas (inventários *post-mortem*, listas nominativas, registros de matrículas de escravos), os valores até aqui apresentados para Taubaté permitem concluir, para todo o século XIX, período áureo da cafeicultura paulista, uma média de cativos por proprietário sempre inferior a 10, valores próximos aos apresentados para outras regiões, mas inferiores aos apresentados em Bananal e Campinas. Nestas duas áreas cafeeiras, os valores são 14,2 escravos por escravista⁶² e 23,7 cativos por escravista⁶³, respectivamente. Ao analisar estes números, para o início da década de 1870, Marcondes conclui: “Em face de Taubaté, o porte e a concentração das escravarias de Bananal e Campinas mostram-se muito

⁵⁸ SCHWARTZ, 1983, 284

⁵⁹ MARCONDES, *op. cit.*

⁶⁰ RANGEL, *op. cit.*, p. 205.

⁶¹ MARCONDES, R. *A pequena e média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. Op. cit.*, p. 52-53

⁶² CASTRO, H.. Das cores do silêncio. *Op. cit.*, p. 233.

superiores”⁶⁴. A adjetivação “muito” tem seu sentido, de modo sintomático, pela maioria das demais regiões apresentarem valores próximos a 5 ou 6 cativos por escravista. O que só reforça a tese central de Marcondes: “A historiografia clássica ressaltou a importância dos grandes cafeicultores no vale do Paraíba. Ao analisarmos novas evidências para o período áureo da faina cafeeira nesta região percebemos a relevância da pequena e da média propriedade, tanto no conjunto da produção de café como com relação ao total dos escravos”⁶⁵. Outra característica a ressaltar é a permanente grande concentração de cativos nas mãos de poucos proprietários, destacada em todos os trabalhos aqui citados, e observados documentalmente também para Taubaté – objeto de estudo do próximo item, que analisa a posse de cativos segundo faixas de tamanho de plantel.

Faixas de tamanho de plantel

A posse média de cativos reflete diretamente o padrão de posse de cativos. Até a década de 1720, período em que predominam valores médios superiores a dez cativos por inventário, também predominam plantéis com dez ou mais escravos (ver tabela 2). A mesma relação repete-se no período posterior: médias menores correspondem a plantéis menores. Apenas nas décadas de 1830 e 1840 reverte-se a queda da média de cativos e da proporção de plantéis com dez ou mais cativos. Esta oscilação repete a periodização já estabelecida a partir da produção agrícola (ver gráfico 1). Quando predomina o cultivo de cana de açúcar, primeiras décadas do século

⁶³ SLENES, Robert A. W. Na senzala, uma flor. *Op. cit.*, p. 77

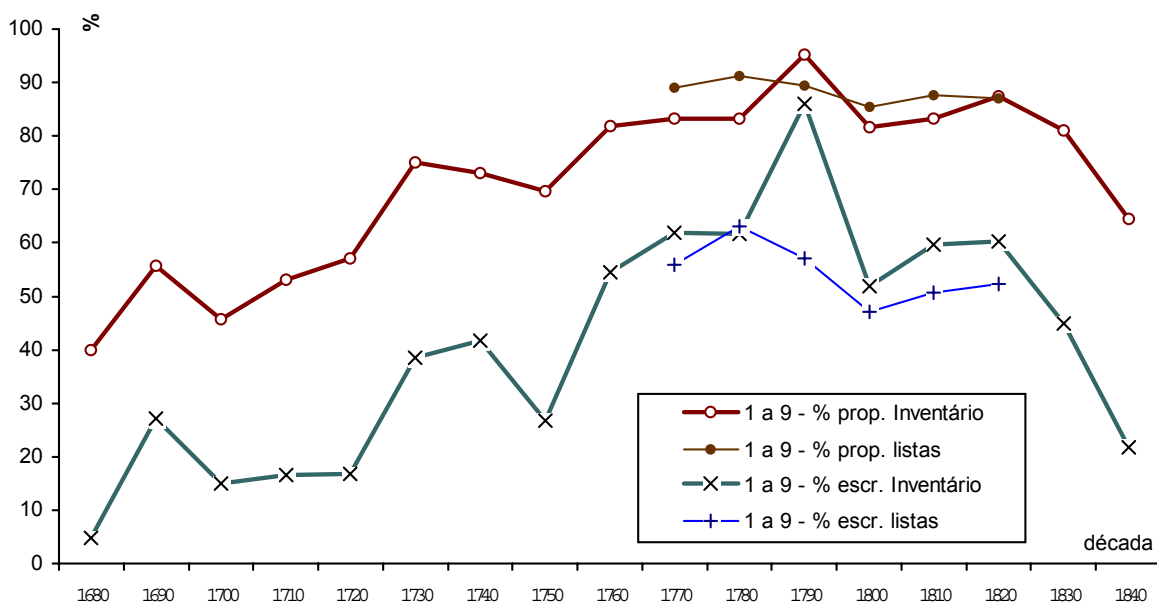
⁶⁴ MARCONDES, *op. cit.*, p. 47

⁶⁵ MARCONDES, *op. cit.*, p. 35

XVIII, predominam plantéis com dez ou mais escravos. A partir da década de 1730, momento de crise da atividade canavieira, retração no tamanho dos plantéis. Com o crescimento acelerado do plantio do café, retomada do crescimento dos plantéis com dez ou mais escravos.

A análise dos plantéis com até 9 cativos, destacada no gráfico 4, indica que a proporção de proprietários oscila sincronicamente com a proporção de cativos sob a posse destes, em linhas quase paralelas. Tal similitude estende-se também para os plantéis com dez ou mais escravos, sendo facilmente visualizada ao considerar as oscilação apresentada no gráfico 4 como invertida, uma vez que se lida apenas com dois grupos: os proprietários que tem até 9 e os que tem mais de 9 cativos. Como num espelho, o crescimento de um grupo corresponde ao decréscimo proporcional do outro grupo, e vice-versa.

gráfico 4 – padrão de posse de cativos: plantéis com até 9 escravos, 1680-1848.



Fonte⁶⁶: ver tabela 2 e tabela 3.

O predomínio dos plantéis com até nove cativos, faixa de tamanho de plantel concentrar a maior parte dos proprietários e cativos (ver tabela 2 e tabela 3), reforça as análises da média de cativos por proprietário apontadas pela historiografia para outras localidades⁶⁷. Predominam não só os plantios em menor escala, como também os plantéis com número reduzido de cativos, se comparados a outras localidades, quando se tem como referência o período abarcado pelas listas nominativas (décadas de 1760 a 1840). O estudo seriado dos inventários, aqui indicado, permite expandir esta conclusão para um bloco temporal mais amplo. Supondo que os valores extraídos

⁶⁶ Neste gráfico, como nos demais gráficos que associam listas e inventários, apenas as listas dos anos terminados em cinco (1785, 1795, 1805, 1815 e 1825), mais a lista de 1774 são citadas. O objetivo é representar um ponto médio no tempo entre os dois corpos documentais, já que um trabalha agrupado por década e o outro por ano. A exceção fica para a lista de 1825, que se associa a inventários abertos entre 1825 e 1828 (tal lista foi mantida para similitude decenal com as listas utilizadas para as décadas anteriores).

⁶⁷ Ver acima a análise de José F. Motta e Renato Marcondes, por exemplo.

para a década de 1680 não devem variar excessivamente para os anos anteriores, e que os valores entre 1848 e 1872 (datas limites entre o presente trabalho e o trabalho de Renato Marcondes) também não sofram alterações significativas, tem-se, para Taubaté, que todo o período de escravidão traduz-se em permanente e alta concentração⁶⁸.

Uma das pontas desta concentração está no segmento dos que possuem poucos cativos. Destaca-se, em todo o período estudado, uma presença significativa de proprietários de apenas um ou dois cativos. Nos inventários, de 2 a 17% dos escravistas tem apenas um escravo, controlando de 0,1 a 4% do total de cativos. Nas listas, de 29 a 33 % dos escravistas tem um escravo, detendo de 5,6 a 8,3% dos cativos. A diferença apresentada entre estes dois corpos documentais, neste ponto, deve estar ligada ao caráter das listas, pela inclusão de uma parcela maior da população, o que leva à maior participação dos proprietários de menor poder aquisitivo. O inventário, por natureza, detecta preferencialmente as variações nas camadas de maior posse (que tem bens a legar). Esta é a principal razão para a proporção de inventários sem arrolar cativos seja bem inferior (entre 0 e 49%) à proporção de fogos sem cativos (entre 76 e 81%), conforme indicado pela tabela 2 e pela tabela 3. Em contrapartida, nos grupos de maior posse, os reveses econômicos apontados na tabela 1 agem intensamente. Os plantéis com vinte ou mais escravos, limite superior de faixa de tamanho de plantel indicado na análise de padrão de posse de cativos, apresenta queda contínua da participação no século XVIII. O auge destes maiores proprietários ocorre juntamente com os plantios tradicionalmente voltados para mercados de maior distância. Se, na década de 1790 apenas 4,8% dos inventariados arrolam plantéis com dez ou mais escravos (ou seja, 95,2% dos inventariados possuíam até 9 cativos), pode-se vislumbrar o quanto os possuidores de riquezas mais elevadas foram afetados neste processo de empobrecimento geral da vila que se fortalece na segunda metade do setecentos.

⁶⁸ Ver nota de rodapé 50.

tabela 2 – padrão de posse de escravos nos inventários *post-mortem*, 1680-1848.

| De- cada | | 1 | 2 | 3a4 | 1a4 | 5a9 | 1a9 | 10 a14 | 15 a19 | 10 a19 | 20 ou+ | 10 ou+ | % total | # total | # s/ esc |
|-------------|----|------|------|------|-------------|------|-------------|-----------|-----------|-------------|-----------|-------------|------------|------------|-------------|
| 1680 | %p | 2,9 | 0 | 20,0 | 22,9 | 17,1 | 40,0 | 14,3 | 5,7 | 20,0 | 40,0 | 60,0 | 100 | 35 | 0 |
| | %e | 0,1 | 0 | 1,7 | 1,8 | 3,0 | 4,8 | 1,8 | 6,3 | 8,1 | 87,1 | 95,2 | 100 | 1356 | |
| 1690 | %p | 3,7 | 3,7 | 11,1 | 18,5 | 37,4 | 55,6 | 18,5 | 7,4 | 25,9 | 18,5 | 44,4 | 100 | 27 | 0 |
| | %e | 0,3 | 0,6 | 3,4 | 4,3 | 22,8 | 27,1 | 18,2 | 10,5 | 28,6 | 44,3 | 72,9 | 100 | 325 | |
| 1700 | %p | 2,9 | 2,9 | 22,9 | 28,6 | 17,1 | 45,7 | 17,1 | 11,4 | 28,6 | 25,7 | 54,3 | 100 | 35 | 3 |
| | %e | 0,2 | 0,4 | 5,5 | 6,1 | 9,0 | 15,0 | 13,1 | 13,0 | 26,1 | 58,9 | 85,0 | 100 | 525 | |
| 1710 | %p | 9,4 | 9,4 | 3,1 | 21,9 | 31,3 | 53,1 | 21,9 | 6,3 | 28,1 | 18,8 | 46,9 | 100 | 32 | 1 |
| | %e | 0,6 | 1,2 | 0,8 | 2,6 | 14,0 | 16,6 | 16,4 | 6,4 | 22,8 | 60,7 | 83,4 | 100 | 501 | |
| 1720 | %p | 2,9 | 11,4 | 11,4 | 25,7 | 31,4 | 57,1 | 2,9 | 17,1 | 20,0 | 22,9 | 42,9 | 100 | 35 | 3 |
| | %e | 0,2 | 1,3 | 2,0 | 3,5 | 13,2 | 16,7 | 1,7 | 15,9 | 17,6 | 65,8 | 83,3 | 100 | 637 | |
| 1730 | %p | 0 | 25,0 | 28,1 | 53,1 | 21,9 | 75,0 | 12,5 | 6,3 | 18,8 | 6,3 | 25,0 | 100 | 32 | 1 |
| | %e | 0 | 6,6 | 12,6 | 19,2 | 20,3 | 38,5 | 18,4 | 14,2 | 32,6 | 28,9 | 61,5 | 100 | 239 | |
| 1740 | %p | 19,2 | 7,7 | 19,2 | 46,2 | 26,9 | 73,1 | 11,5 | 7,7 | 19,2 | 7,7 | 26,9 | 100 | 26 | 1 |
| | %e | 2,6 | 2,1 | 10,6 | 15,3 | 26,5 | 41,8 | 16,4 | 17,5 | 33,9 | 24,3 | 58,2 | 100 | 189 | |
| 1750 | %p | 26,1 | 4,3 | 13,0 | 43,5 | 24,0 | 69,6 | 13,0 | 4,3 | 17,4 | 13,0 | 30,4 | 100 | 23 | 2 |
| | %e | 2,6 | 0,9 | 4,8 | 8,2 | 18,6 | 26,8 | 13,8 | 7,8 | 21,6 | 51,5 | 73,2 | 100 | 231 | |
| 1760 | %p | 22,7 | 9,1 | 22,7 | 54,5 | 27,3 | 81,8 | 13,6 | 4,5 | 18,2 | 0 | 18,2 | 100 | 22 | 1 |
| | %e | 4,5 | 3,7 | 14,5 | 22,7 | 31,8 | 54,5 | 30,0 | 15,5 | 45,5 | 0 | 45,5 | 100 | 110 | |
| 1770 | %p | 10,8 | 5,4 | 32,4 | 48,6 | 35,1 | 83,3 | 8,1 | 5,4 | 13,5 | 2,7 | 16,2 | 100 | 37 | 4 |
| | %e | 1,7 | 1,7 | 17,4 | 20,8 | 40,3 | 61,9 | 15,3 | 13,1 | 28,4 | 10,6 | 39,0 | 100 | 236 | |
| 1780 | %p | 13,3 | 6,7 | 36,7 | 56,7 | 26,7 | 83,3 | 13,3 | 0 | 13,3 | 3,3 | 16,7 | 100 | 30 | 3 |
| | %e | 2,3 | 2,3 | 22,1 | 26,7 | 35,2 | 61,6 | 26,0 | 0 | 26,0 | 12,4 | 38,4 | 100 | 177 | |
| 1790 | %p | 14,3 | 23,8 | 42,9 | 81,0 | 14,3 | 95,2 | 4,8 | 0 | 4,8 | 0 | 4,8 | 100 | 21 | 2 |
| | %e | 3,8 | 12,7 | 43,0 | 59,5 | 26,6 | 86,1 | 13,9 | 0 | 13,9 | 0 | 13,9 | 100 | 79 | |
| 1800 | %p | 13,2 | 21,1 | 23,7 | 55,3 | 23,7 | 81,6 | 13,2 | 0 | 15,8 | 5,3 | 18,4 | 100 | 38 | 7 |
| | %e | 2,3 | 7,3 | 15,2 | 24,8 | 27,0 | 51,8 | 27,1 | 0 | 27,1 | 21,1 | 48,2 | 100 | 218 | |
| 1810 | %p | 13,3 | 16,7 | 20,0 | 50,0 | 33,3 | 83,3 | 6,7 | 10,0 | 16,7 | 0 | 16,7 | 100 | 30 | 6 |
| | %e | 2,3 | 5,8 | 11,9 | 20,0 | 39,7 | 59,7 | 12,5 | 27,8 | 40,3 | 0 | 40,3 | 100 | 176 | |
| 1820 | %p | 15,6 | 25,0 | 25,0 | 65,6 | 21,9 | 87,5 | 6,3 | 3,1 | 9,4 | 3,1 | 12,5 | 100 | 32 | 9 |
| | %e | 3,0 | 9,6 | 17,5 | 30,1 | 30,1 | 60,2 | 13,9 | 10,2 | 24,1 | 15,7 | 39,8 | 100 | 166 | |
| 1830 | %p | 17,0 | 11,3 | 28,3 | 56,6 | 24,5 | 81,1 | 9,4 | 3,8 | 13,2 | 5,7 | 18,9 | 100 | 53 | 47 |
| | %e | 2,6 | 3,5 | 15,5 | 21,6 | 23,4 | 45,0 | 18,1 | 10,8 | 28,9 | 26,0 | 55,0 | 100 | 342 | |
| 1840 | %p | 14,5 | 16,1 | 19,4 | 50,0 | 14,5 | 64,5 | 17,7 | 6,5 | 24,2 | 11,3 | 35,5 | 100 | 62 | 58 |
| | %e | 1,5 | 3,3 | 6,2 | 10,9 | 10,7 | 21,7 | 19,7 | 11,4 | 31,1 | 47,2 | 78,3 | 100 | 614 | |

%p = porcentagem de proprietários (sobre o total de inventários que arrolam posse de escravos);

%e = porcentagem de escravos (sobre o total de escravos arrolados pelos inventários);

s/ esc = número de inventários sem escravos.

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico Dr. Felix Guizard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté.

tabela 3 – padrão de posse de escravos na listas nominativas, 1774-1829.

| Ano | | 1 | 2 | 3a4 | 1a4 | 5a9 | 1a9 | 10 a14 | 15 a19 | 10 a19 | 20 ou+ | 10 ou+ | % total | # total | # s/ esc |
|------|----|------|------|------|-------------|------|-------------|-----------|-----------|-------------|-----------|-------------|------------|------------|-------------|
| 1774 | %p | 29,0 | 18,5 | 23,0 | 70,5 | 18,6 | 89,1 | 5,5 | 2,7 | 8,2 | 2,7 | 10,9 | 100 | 183 | 614 |
| | %e | 6,1 | 7,8 | 17,0 | 30,8 | 25,0 | 55,8 | 13,2 | 10,2 | 23,4 | 20,8 | 44,2 | 100 | 876 | |
| 1785 | %p | 34,2 | 16,7 | 22,1 | 73,0 | 18,3 | 91,3 | 3,8 | 1,5 | 5,3 | 3,4 | 8,7 | 100 | 263 | 846 |
| | %e | 8,3 | 8,2 | 18,4 | 34,9 | 28,2 | 63,1 | 10,9 | 6,4 | 17,3 | 19,7 | 36,9 | 100 | 1078 | |
| 1790 | %p | 29,0 | 18,3 | 23,8 | 71,0 | 18,6 | 89,6 | 5,5 | 2,1 | 7,6 | 2,8 | 10,4 | 100 | 290 | 1022 |
| | %e | 6,5 | 7,8 | 20,4 | 32,7 | 22,4 | 60,9 | 14,1 | 9,5 | 22,2 | 19,3 | 39,1 | 100 | 1291 | |
| 1795 | %p | 29,2 | 17,5 | 26,6 | 73,4 | 16,1 | 89,4 | 5,1 | 2,6 | 7,7 | 2,9 | 10,6 | 100 | 274 | 1089 |
| | %e | 6,5 | 7,8 | 20,4 | 34,7 | 22,4 | 57,1 | 14,1 | 9,5 | 23,6 | 19,3 | 42,9 | 100 | 1227 | |
| 1799 | %p | 29,5 | 22,9 | 15,8 | 68,2 | 21,6 | 89,7 | 4,1 | 2,4 | 6,5 | 3,8 | 10,3 | 100 | 292 | 1191 |
| | %e | 6,5 | 9,9 | 11,7 | 28,1 | 29,7 | 57,8 | 10,6 | 8,6 | 19,2 | 23,0 | 42,2 | 100 | 1328 | |
| 1805 | %p | 31,1 | 20,3 | 16,6 | 68,0 | 17,5 | 85,5 | 7,4 | 2,8 | 10,2 | 4,3 | 14,5 | 100 | 325 | 1225 |
| | %e | 6,1 | 7,9 | 11,1 | 25,1 | 22,2 | 47,2 | 16,5 | 8,8 | 25,2 | 27,5 | 52,8 | 100 | 1664 | |
| 1808 | %p | 33,0 | 20,4 | 17,4 | 70,9 | 18,3 | 89,2 | 6,0 | 1,8 | 7,8 | 3,0 | 10,8 | 100 | 333 | 1246 |
| | %e | 6,7 | 8,2 | 11,9 | 26,7 | 24,7 | 51,5 | 13,6 | 6,2 | 19,8 | 28,7 | 48,5 | 100 | 1653 | |
| 1815 | %p | 30,0 | 20,7 | 20,7 | 71,5 | 16,1 | 87,6 | 5,2 | 4,0 | 9,2 | 3,2 | 12,4 | 100 | 347 | 1473 |
| | %e | 6,2 | 8,5 | 14,8 | 29,5 | 21,1 | 50,6 | 12,2 | 14,1 | 26,2 | 23,2 | 49,4 | 100 | 1686 | |
| 1820 | %p | 29,8 | 19,7 | 21,1 | 70,5 | 17,4 | 87,9 | 6,5 | 2,8 | 9,3 | 2,8 | 12,1 | 100 | 356 | 1468 |
| | %e | 6,3 | 8,3 | 15,1 | 29,7 | 24,5 | 54,1 | 15,4 | 9,6 | 25,0 | 20,9 | 45,9 | 100 | 1693 | |
| 1825 | %p | 28,9 | 16,7 | 20,7 | 66,3 | 20,7 | 87,0 | 5,7 | 3,0 | 8,7 | 4,2 | 13,0 | 100 | 401 | 1399 |
| | %e | 5,6 | 6,6 | 13,6 | 25,8 | 26,5 | 52,3 | 13,1 | 10,2 | 23,3 | 24,3 | 47,7 | 100 | 2044 | |
| 1829 | %p | 27,9 | 20,8 | 17,7 | 66,5 | 21,2 | 87,7 | 5,4 | 2,8 | 8,2 | 4,1 | 12,3 | 100 | 462 | 1505 |
| | %e | 5,8 | 8,6 | 12,5 | 26,9 | 27,9 | 54,7 | 13,5 | 9,6 | 23,1 | 22,1 | 45,3 | 100 | 2234 | |
| 1835 | %p | 32,0 | 15,4 | 19,8 | 67,2 | 23,5 | 90,7 | 5,3 | 1,6 | 6,9 | 2,4 | 9,3 | 100 | 247 | 697 |
| | %e | 7,0 | 6,7 | 14,8 | 28,5 | 32,2 | 60,7 | 13,3 | 5,7 | 18,9 | 20,4 | 39,3 | 100 | 1132 | |

%p = porcentagem de proprietários (sobre o total de fogos que listam posse de escravos);

%e = porcentagem de escravos (sobre o total de escravos listados);

s/ esc = número de fogos sem escravos.

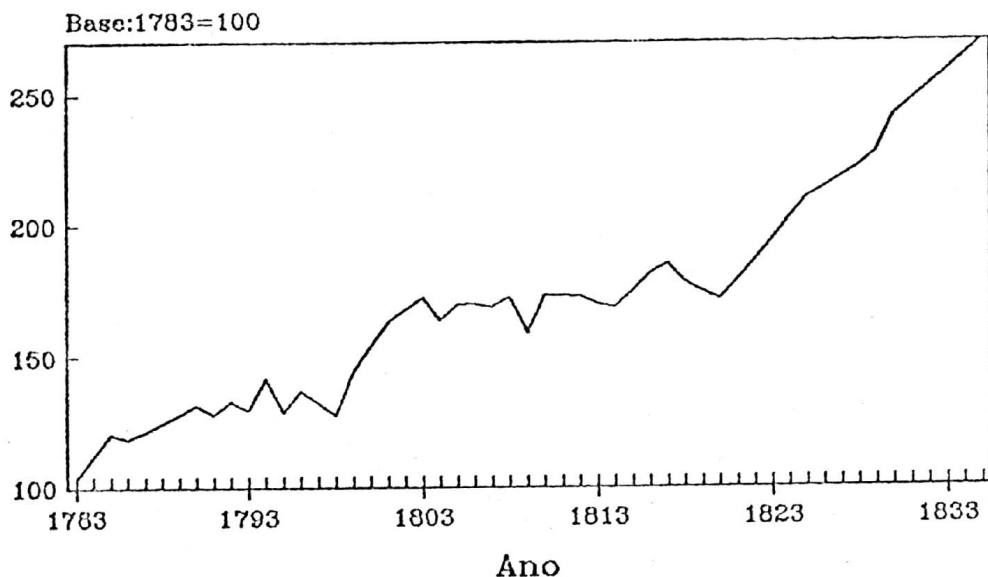
Valores para 1835 são amostrais (aproximadamente metade da população cativa). Ver texto de abertura do anexo 2.

Fonte: Listas nominativas (maços de população). Arquivo do Estado de São Paulo, microfilmes.

O primeiro momento da crise atinge os proprietários de vinte ou mais cativos, na década de 1730, para somente duas décadas depois se expandir a crise para os demais plantéis. Entre os proprietários de dez ou mais escravos, a crise na posse de cativos não se mostra na primeira

metade do setecentos. A redução abrupta ocorre somente na segunda metade do setecentos, saindo do patamar máximo de 24 cativos por plantel (década de 1750) para apenas onze cativos por plantel na década de 1790. A segunda metade do setecentos é, assim, o período dos proprietários de pequenos plantéis, ao mesmo tempo que é o período da produção para abastecimento. Ou seja, recoloca-se a periodização já destacada. A posse média de cativos oscilando de modo diretamente proporcional ao desenvolvimento da atividade agrícola mercantil. Do mesmo modo oscilam os plantéis divididos segundo faixas de tamanho. Partindo dos inventários *post-mortem*, com anuência das listas nominativas, tem-se configurado inclusive a subperiodização para o século XIX, com o padrão de posse de cativos também apresentando uma alteração mais intensa apenas nas décadas de 1830 e 1840, momento de crescimento intenso do plantio de café. A reversão da crise, no século XIX, operada em princípio pelo plantio de cana de açúcar e, posteriormente, pelo café, fica bem explicitada pelo gráfico 5, em reforço ao já detalhado pelas tabelas anteriores.

gráfico 5 – evolução no estoque de cativos, 1783-1835



Fonte: RANGEL, *op. cit.*, p. 201. Agradeço ao autor a permissão para reproduzir o gráfico.

O gráfico 5, elaborado tendo como base 100 o número de cativos em Taubaté no ano de 1783, permite observar a variação relativa do número bruto de cativos (que varia de 1019 escravos no ano de 1783 para 2657 no ano de 1835). Para os anos sem dados, Rangel obteve-os por interpolação. Da mesma forma que para a atividade agropecuária detectada pelas listas, a análise da evolução do estoque de cativos a partir das listas nominativas reforça a subperiodização já desenvolvida para o século XIX. Oscilando sincronicamente com a variação das vendas reais, a variação do crescimento da população cativa. Entre 1798 e 1803, período de presença mais intensa da produção de cana de açúcar, um forte crescimento anual da população cativa (taxa de 5,8% ao ano, “elevadíssima”, segundo Rangel). Entre 1803 e 1820 uma estagnação demográfica da população cativa. Após este período, um novo crescimento, na

esteira do plantio de café⁶⁹. Novamente, reproduz-se a oscilação já apresentada anteriormente, e que se repetirá também para outras variáveis – seja em todo o período estudado, seja apenas no primeiro terço do século XIX.

A atividade agropecuária segundo o padrão de posse de cativos

Coincidem, na periodização aventada, o crescimento da média de cativos por inventário e a maior produção de produtos típicos de comércio de longa distância. E, inversamente, na segunda metade do século XVIII, a queda na média de cativos associada à maior produção de mantimentos. Sendo a média de cativos diretamente associada ao padrão de posse destes cativos, conforme se mostrou no item anterior, a relação entre o padrão de posse de cativos e a produção agropecuária indica que a posse de maior quantidade de mão-de-obra cativa está diretamente associada a cultivos destinados a mercados mais distantes. Fornece condições de gerar maiores lucros através de cultivos em larga escala, fazendo ascender socialmente estes grandes produtores rurais. Wright elaborou um modelo onde relaciona a produção para mercados de longa distância com plantéis maiores, e a posse de plantéis menores com a produção para mercados de curta distância (local/regional)⁷⁰. Para ele, os riscos que as pequenas propriedades corriam com a produção direcionada à troca de gêneros mercantis era alta, por ser uma produção ligada a objetivos de longo prazo. Assim, buscavam assegurar a auto-suficiência

⁶⁹ RANGEL, *op. cit.*, p. 173

⁷⁰ WRIGHT, Gavin. *The political economy of the cotton south*. New York, 1978, apud COSTA, Dora I. Paiva de. *op. cit.* p. 3.

a curto prazo e, eventualmente, colocar seus excedentes no mercado. Como a possibilidade de produzir para além dos limites do consumo familiar está diretamente relacionada à maior presença de mão-de-obra, esta desempenha papel fundamental.

Percebe-se, enquanto observado no longo tempo, através dos inventários, uma forte similitude entre a produção agrícola em Taubaté e o modelo proposto por Wright. Os inventários, porém, não especificam tamanho de produção. Neste aspecto, utilizar as listas nominativas mostra-se bem mais adequado. Selecionou-se quatro listas para esta análise, representativas segundo a periodização já realizada – tanto a deduzida dos inventários, para todo o período, quanto das listas, para o século XIX, a partir da tese de Rangel (ver gráfico 2 e gráfico 5). A primeira lista a especificar produção agropecuária, de 1774, está situada no período de crise da segunda metade do setecentos. A segunda lista, de 1799, no contexto de ascensão da produção de cana de açúcar. A terceira lista, de 1815, está no contexto definido por Rangel como de estagnação (ver gráfico 2 e gráfico 5), enquanto a quarta lista, de 1829, representa o período de ascensão da atividade cafeeira⁷¹. Dois grandes aspectos foram destacados: primeiro, a produção média dos fogos, selecionando os não escravistas e os escravistas segundo quatro faixas de tamanho de plantel. Segundo, o padrão de posse de cativos segundo o tipo de atividade agropecuária. Manteve-se, nesta classificação dos fogos por produção agropecuária, a análise estabelecida para o estudo desta variável nos inventários, sem especificar o fogo segundo a principal atividade (critério utilizado por Rangel e em minha

⁷¹ A lista de 1829 não é adequada para a análise das atividades agrícolas voltadas para abastecimento, por priorizar o registro da produção de café. A lista de 1830 apresenta o mesmo problema, com maior discrepância: lista-se 12352 arrobas de café, 1290 barris de aguardente (números bem superiores ao ano anterior); e apenas 413 arrobas de fumo, 200 arrobas de açúcar, 147 alqueires de milho, 77 alqueires de arroz, 70 alqueires de farinha de mandioca, 25 alqueires de feijão, além de rapadura (no valor de 147\$000 réis). A microfilmagem das listas dos anos seguintes está incompleta ou apresenta muitas páginas ilegíveis. Manteve-se, assim, o ano de 1829 para análise não só da atividade agropecuária mas também das demais variáveis em estudo, especialmente as demográficas.

dissertação de mestrado⁷²). Este critério permite testar a periodização apresentada por Rangel por um novo aspecto, e o que se apresenta neste subitem reforça a periodização definida por Rangel (da mesma forma que os cálculos de Rangel vem em reforço a este novo critério).

Primeira grande característica a notar é o pequeno número de escravistas que arrolam produção nos anos de 1799, 1815 e 1829, em relação a 1774 (ver tabela 5 a tabela 8). Em 1774, de 183 fogos com escravos, 160 (87%) listam produção agropecuária. Em 1799, são apenas 123 entre 292 (42%); em 1815, 128 entre 347 fogos (37%); em 1829, 155 fogos com escravos listam produção agropecuária, num total de 462 fogos com escravos (34%)⁷³. Estes poucos escravistas que apresentam atividade agropecuária tem média de escravos por fogo sensivelmente superior à media geral. Se, em 1799, a média geral é de 4,6 escravos por fogo, entre os fogos de escravistas que tem produção agropecuária esta média sobe para 6,0. Em 1815 e 1829, sobe de 4,9 e 4,8 (respectivamente) para 7,7. Alteração pequena ocorre apenas em 1774, quando a média de escravos por fogo oscila de 4,8 (média geral) para 5,0 (média entre os fogos de escravistas que tem produção agropecuária anotada). Pode-se considerar que muitos escravistas não arrolaram produção existente, tendo como mais plausível encontrar os valores do ano de 1774 (ver tabela 6). Ainda assim, a produção destes escravistas é semelhante ou superior à dos não escravistas na maioria dos produtos⁷⁴. Significa dizer que o incremento da mão-de-obra, ou seja, a posse de

⁷² RANGEL, *op. cit.*; ALVES, *op. cit.*.

⁷³ Como a maior parte dos fogos tem mais de um tipo de produção, tem-se muitos escravistas repetidos em diferentes colunas destas tabelas. Por isso a soma dos escravistas nos diferentes produtos não equivale ao total de escravistas que arrolam produção agropecuária (indicado na primeira coluna).

⁷⁴ Dois limites devem ser considerados. Primeiro, é comum listar apenas “plantou para sua casa” ou plantou para sua sustentação”, sem especificar. Significa que muitos plantios para abastecimento não foram listados. Isto é particularmente sensível em 1829, quando pouco plantio para abastecimento foi anotado. Outro limite refere-se aos itens sobre animais (porco e gado vacum), que devem ser analisados com cuidado, pois incluem grandes comerciantes destes animais, que os tem apenas como comércio e não criação. Por isso algumas médias e quantias produzidas muito elevadas (caso das 2315 cabeças de gado sob poder dos proprietários de 5 a 9 escravos, no ano de 1799, com média de 386 cabeças por fogo, conforme indicado na tabela 4).

cativos, possibilita expandir sensivelmente a produção agrícola. Entre os escravistas, maior posse significa maior produção média. Exceto para milho em 1815, nos demais produtos analisados, e para todos os quatro anos em destaque, a média produzida eleva-se com o crescimento do tamanho de plantel (ver tabela 4)⁷⁵.

Da mesma forma, a média de cativos por plantel é indicativo da dependência de mão-de-obra apresentada pelos cultivos voltados para mercados de longa distância. Em 1774, os produtores de aguardente apresentam a maior média de cativos por fogo: 10,4. Em 1799, a maior média de cativos por fogo encontra-se entre os produtores de açúcar; em 1815, entre os produtores de açúcar e café, em 1829, entre os produtores de fumo e café. Concentra-se mão-de-obra escrava para o cultivo de produtos voltados para um mercado de maior distância, geradores de maior riqueza. Quanto menor o tamanho de plantel, maior é sua tendência para dedicar-se a produtos de abastecimento direcionados para o mercado regional/local. Consoante com o predomínio de plantéis de até quatro cativos (ver tabela 3, para o total de escravistas, e as tabelas 4 a 8 para escravistas com produção agropecuária), as quantias produzidas são maiores nesta faixa de tamanho de plantel. Muitos plantéis com até 9 escravos produzindo pouco por plantel, mas resultando em muito no cômputo geral do produzido; poucos plantéis com dez ou mais escravos produzindo muito por fogo, mas com pequena participação no total produzido. Desviam-se deste padrão apenas açúcar e café, produtos tipicamente voltados para exportação, cujas quantias produzidas aumentam na medida em que aumentam os tamanhos dos plantéis. Deduz-se, assim, maiores dificuldades para os proprietários de pequenos plantéis produzirem estes dois produtos.

⁷⁵ Bacellar verifica tendência semelhante em Sorocaba, na lista nominativa de 1810, para milho, feijão e algodão, em domicílios com e sem escravos: a produção anual média cresce proporcionalmente ao crescimento do número de indivíduos trabalhando. Cf. BACELLAR, Carlos A. Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2001, p. 150.

Se, em Taubaté, os fogos com escravos concentram a maior parte da produção, isto não significa a exclusão dos não proprietários de cativos. Também estes participam de modo significativo no total de produtos agropecuários listados. O que não é de estranhar, uma vez que a maior parte da produção entre escravistas ocorre nos plantéis com até 9 cativos. Acresce que a maior parte dos fogos não possuem escravos⁷⁶: a tabela 3 indica que entre 76 e 81% dos fogos não listam cativos entre os anos de 1774 e 1829. Em 1835, a proporção de fogos sem cativos cai pouco: estes representam 73,9% dos fogos, segundo Rangel⁷⁷. Estes números estão muito próximos dos apresentados por Iraci Costa para outras localidades⁷⁸. Estes três quartos dos fogos sem escravos produzem de tudo, inclusive produtos tidos como “nobres” (qualificação dada por Iraci Costa), como açúcar e café (ver tabela 5 a tabela 8). A produção destes não escravistas, contudo, concentra-se naqueles itens voltados para abastecimento. De modo particular, a produção de milho e algodão concentra-se neste estrato de não escravistas: em todos os quatro anos analisados a produção destes dois produtos (em números brutos) é superior à dos escravistas. Os não escravistas também produzem mais arroz, mandioca, feijão e amendoim que os escravistas em alguns anos. Não sem razão conclui Iraci Costa: “Os não-proprietários eram partícipes ativos do mundo produtivo. Faziam-se presentes em todas as culturas (...) Suas apoucadas posses, é evidente, limitavam e condicionavam sua presença, a qual, não obstante,

⁷⁶ A proporção de inventários *post-mortem* que não arrolam cativos eleva-se acima de 10% apenas após a década de 1800 (ver tabela 2), em grande parte devido à característica desta base documental, dedicada aos que possuem bens para partilha entre herdeiros (exclui os não-detentores de riqueza). A grande oscilação nas décadas de 1830 e 1840 está associada ao preço dos cativos, cujo valor nominal se eleva, nos primeiros anos da década de 1830, do patamar de cem a duzentos mil réis para valores acima de um conto de réis (influência, certamente, da ameaça de fim do tráfico). Mesmo os detentores de algum bem passam a apresentar dificuldades para adquiri-los, pois o valor dos demais bens inventariados não sobe proporcionalmente.

⁷⁷ RANGEL, *op. cit.*, p. 204.

⁷⁸ COSTA, Iraci del Nero da. Arraia miúda. São Paulo: MGSP, 1992, p. 16, 20, 28-30.

não pode ser negada nem deve ser subestimada”⁷⁹. Um exemplo de como estes limites se apresentam, em Taubaté, está na média produzida por fogo. A dos não escravistas só é superior à dos escravistas quatro vezes: milho e mandioca em 1799, mandioca e arroz em 1829. Mostra como a posse de cativos representa um incremento significativo, fator diferenciador entre os produtores agropecuários. Pela análise da tabela 4, maior posse de escravos conduzindo a maiores médias de produção, ou seja, maior produção por pessoa (maior “produtividade”). Ainda assim, a condição dos não-proprietários de cativos em Taubaté é muito semelhante à identificada por Renato Marcondes para Lorena no século XIX: “Apesar da dificuldade de caracterizar a falta de interesse ou de possibilidade de acumular cativos, percebemos a participação dos não-escravistas na produção de subsistência e, principalmente nos inventários, de café e derivados de cana. O seu relacionamento com o mercado ocorria, em geral, esporadicamente, negociando pequenas quantias. A afirmação da *plantation* na região não resultou na inviabilização de suas atividades.”⁸⁰

A análise das tabela 4 a tabela 8 reafirmam a periodização estabelecida, reforçada que fica a relação entre plantéis menores e produção para abastecimento local/regional e entre plantéis maiores e produção para mercados de longa distância. As tendências indicadas no gráfico 1, sobre produção agrícola, mostram-se assim bem associadas às oscilações detectadas no gráfico 3, relativo à média de cativos por inventário. O que se observa para o período de 1774 a 1829, expande-se para todo o período deste estudo, de 1680 até 1848. Em suma, três grandes períodos: começo do setecentos e começo do oitocentos com crescimento da produção mercantilizada, intermediado por um período de crise – segunda metade do setecentos, momento

⁷⁹ COSTA, *op. cit.*, p. 111.

⁸⁰ MARCONDES, Renato Leite. A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX. São Paulo, FEA-USP, 1998 (tese de doutorado), p. 240.

de crescimento do plantio para abastecimento local/regional. Associado a esta variação, crescimento da média de cativos no começo do setecentos e do oitocentos, intermediado por queda na média de cativos por inventário na segunda metade do setecentos.

O caráter endógeno das transformações

Diz Antonil que “os escravos são as mãos e pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”⁸¹. O enfoque do jesuíta, voltado para as grandes plantações com finalidade exportadora, também pode ser adaptado para a região valeparaibana no período colonial, uma zona de abastecimento, periférica aos grandes centros exportadores (Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia). O destaque, neste caso, fica para a presença contínua de cativos, mesmo com a crise da atividade mercantilizada prolongando-se por dois terços do século XVIII, como já analisado. Médias de 4 a dez cativos por proprietário (ver tabela 2), se não eliminam a necessidade de trabalho dos membros da família, tampouco indicam a ausência de atividade mercantilizada (tabela 1), suficientemente grande para requerer mão-de-obra extra, e suficientemente rica para garantir não só a aquisição, mas também a manutenção destes. Realizar a periodização tendo por base a relação entre a posse de cativos e a atividade agrícola, cuja interdependência salientou-se no item anterior, significa também questionar pelos mecanismos desta correlação, em especial sobre a aquisição de cativos, fator preponderante.

⁸¹ ANTONIL, *op. cit.*, p. 89.

tabela 4 – Média de produção e total produzido segundo faixa de tamanho de plantel: 1774-1829

1774

| faixa de tamanho de plantel | milho | | feijão | | mandioca | | arroz | | amendoim | | algodão | | aguardente | | açúcar | | fumo | | café | | gado | | porco | |
|-----------------------------|-------|------|--------|------|----------|------|-------|------|----------|------|---------|------|------------|------|--------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|
| | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod |
| 1 a 4 | 44 | 3969 | 10 | 822 | 28 | 451 | 8 | 288 | 5 | 41 | 7 | 361 | 29 | 206 | - | - | 27 | 490 | - | - | 12 | 598 | 12 | 166 |
| 5 a 9 | 60 | 1729 | 15 | 374 | 31 | 276 | 15 | 150 | 4 | 12 | 7 | 87 | 25 | 25 | - | - | 49 | 295 | - | - | 15 | 195 | 9 | 71 |
| 10 a 19 | 115 | 1605 | 24 | 308 | 150 | 150 | 14 | 140 | 11 | 32 | 9 | 60 | 67 | 202 | - | - | 62 | 374 | - | - | 15 | 154 | 16 | 131 |
| 20 ou mais | 146 | 732 | 46 | 230 | 120 | 120 | 23 | 113 | 18 | 36 | 10 | 30 | 90 | 180 | - | - | 0 | 0 | - | - | 18 | 37 | 22 | 45 |

1799

| faixa de tamanho de plantel | milho | | feijão | | mandioca | | arroz | | amendoim | | algodão | | aguardente | | açúcar | | fumo | | café | | gado | | porco | |
|-----------------------------|-------|------|--------|------|----------|------|-------|------|----------|------|---------|------|------------|------|--------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|
| | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod |
| 1 a 4 | 33 | 100 | 10 | 101 | 33 | 200 | 2 | 8 | - | - | 7 | 58 | 23 | 207 | 100 | 200 | 27 | 852 | 6 | 11 | 10 | 42 | 40 | 80 |
| 5 a 9 | 28 | 168 | 17 | 116 | 15 | 15 | 20 | 20 | - | - | 22 | 65 | 47 | 521 | 47 | 468 | 47 | 515 | 20 | 20 | 386 | 2315 | 9 | 18 |
| 10 a 19 | 80 | 80 | 42 | 125 | 144 | 144 | 0 | 0 | - | - | 0 | 0 | 30 | 30 | 120 | 240 | 20 | 20 | 0 | 0 | 30 | 60 | 50 | 50 |
| 20 ou mais | 50 | 50 | 80 | 80 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - | 0 | 0 | 15 | 23 | 140 | 559 | 177 | 530 | 65 | 65 | 6 | 6 | 0 | 0 |

1815

| faixa de tamanho de plantel | milho | | feijão | | mandioca | | arroz | | amendoim | | algodão | | aguardente | | açúcar | | fumo | | café | | gado | | porco | |
|-----------------------------|-------|------|--------|------|----------|------|-------|------|----------|------|---------|------|------------|------|--------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|
| | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod |
| 1 a 4 | 286 | 1715 | 17 | 69 | 0 | 0 | 16 | 31 | - | - | 12 | 50 | 5 | 31 | 0 | 0 | 57 | 1477 | 60 | 60 | 106 | 425 | 18 | 558 |
| 5 a 9 | 375 | 1500 | 26 | 102 | 100 | 100 | 43 | 130 | - | - | 10 | 29 | 15 | 59 | 0 | 0 | 61 | 486 | 0 | 0 | 18 | 90 | 55 | 934 |
| 10 a 19 | 224 | 1120 | 36 | 214 | 75 | 150 | 43 | 130 | - | - | 0 | 0 | 10 | 31 | 100 | 300 | 100 | 100 | 83 | 166 | 211 | 1686 | 51 | 458 |
| 20 ou mais | 180 | 360 | 70 | 140 | 0 | 0 | 40 | 40 | - | - | 0 | 0 | 14 | 70 | 280 | 840 | 50 | 100 | 500 | 500 | 13 | 67 | 90 | 180 |

1829

| faixa de tamanho de plantel | milho | | feijão | | mandioca | | arroz | | amendoim | | algodão | | aguardente | | açúcar | | fumo | | café | | gado | | porco | |
|-----------------------------|-------|------|--------|------|----------|------|-------|------|----------|------|---------|------|------------|------|--------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|
| | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod | méd | prod |
| 1 a 4 | - | - | 0 | 0 | 30 | 30 | 20 | 20 | - | - | - | - | 16 | 172 | - | - | 35 | 70 | 34 | 1154 | 0 | 0 | 11 | 260 |
| 5 a 9 | - | - | 50 | 50 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - | - | - | 30 | 90 | - | - | 77 | 230 | 60 | 1432 | 10 | 29 | 38 | 375 |
| 10 a 19 | - | - | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - | - | - | 58 | 175 | - | - | 117 | 350 | 115 | 1270 | 0 | 0 | 42 | 291 |
| 20 ou mais | - | - | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - | - | - | 50 | 100 | - | - | 233 | 700 | 226 | 2940 | 10 | 20 | 19 | 94 |

méd = média da produção por faixa de tamanho de plantel; prod = total produzido. Valores arredondados sem casa decimal.

Número de fogos consultados e demais informações, ver tabela 5 a tabela 8. Milho, feijão, arroz, amendoim e farinha de mandioca em alqueires; algodão, fumo e açúcar em arrobas; aguardente em barris; gado em cabeças de gado vacum; porco em cabeças.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 5 – padrão de posse de escravos segundo tipo de atividade agrícola – lista nominativa de 1774

| FAIXA DE TAMANHO DE PLANTEL | Total prop | | milho | | feijão | | Mandio | | arroz | | Amend | | aguard | | algodão | | fumo | | gado | | porco | | cavalo | | café/açúc | | | | | |
|-----------------------------|------------|------|-------|------|--------|------|--------|------|-------|------|-------|------|--------|------|---------|------|------|------|------|------|-------|------|--------|------|-----------|------|-----|-----|-----|--|
| | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | | | |
| 1 a 4 | 69,4 | 29,5 | 65,5 | 26,0 | 65,9 | 25,5 | 59,3 | 26,5 | 59,7 | 18,6 | 52,9 | 14,0 | 53,8 | 12,6 | 68,5 | 30,6 | 60,0 | 24,6 | 66,7 | 28,7 | 43,8 | 14,1 | 65,9 | 29,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| 5 a 9 | 18,8 | 23,7 | 20,9 | 24,3 | 19,8 | 22,8 | 33,3 | 41,2 | 16,1 | 14,3 | 17,6 | 9,9 | 7,7 | 5,9 | 17,8 | 20,0 | 20,0 | 21,6 | 17,3 | 21,2 | 25,0 | 19,3 | 20,7 | 26,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| 10 a 19 | 8,8 | 24,2 | 10,1 | 25,5 | 10,3 | 25,4 | 3,7 | 14,0 | 16,1 | 29,6 | 17,6 | 25,1 | 23,1 | 24,1 | 9,6 | 24,2 | 20,0 | 53,9 | 13,3 | 34,2 | 25,0 | 43,0 | 11,0 | 29,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| 20 ou mais | 3,1 | 22,6 | 3,6 | 24,2 | 4,0 | 26,4 | 3,7 | 18,4 | 8,1 | 37,6 | 11,8 | 50,9 | 15,4 | 47,4 | 4,1 | 25,2 | 0 | 0 | 2,7 | 16,0 | 6,2 | 23,7 | 2,4 | 15,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | |
| Média escr/plantel | 5,0 | | 5,5 | | 5,5 | | 5,0 | | 7,9 | | 9,9 | | 10,4 | | 5,3 | | 5,6 | | 5,4 | | 8,4 | | 5,2 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| # de escravos | 803 | | 761 | | 698 | | 136 | | 490 | | 171 | | 135 | | 385 | | 167 | | 401 | | 270 | | 426 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| # fogo com escr | 160 | | 139 | | 126 | | 27 | | 62 | | 17 | | 13 | | 73 | | 30 | | 75 | | 32 | | 82 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| Prod/fogo c/ escr | - | | 57,8 | | 13,8 | | 36,9 | | 11,1 | | 7,1 | | 47,2 | | 7,4 | | 38,6 | | 13,1 | | 12,9 | | 3,8 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| # Produção c/ escr | - | | 8035 | | 1734 | | 997 | | 691 | | 121 | | 613 | | 538 | | 1159 | | 984 | | 413 | | 310 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| Prod/fogo s/ escr | - | | 25,5 | | 5,5 | | 17,3 | | 4,5 | | 4,1 | | 28,1 | | 4,0 | | 18,0 | | 6,3 | | 5,3 | | 1,8 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| # fogo sem escr | - | | 430 | | 390 | | 59 | | 128 | | 44 | | 7 | | 228 | | 36 | | 69 | | 42 | | 113 | | 0 | | 0 | | 0 | |
| # Produção s/ escr | - | | 10948 | | 2162 | | 1020 | | 581 | | 180 | | 197 | | 916 | | 647 | | 432 | | 224 | | 202 | | 0 | | 0 | | 0 | |

Obs.: % propr. = porcentagem de fogos com escravo; % escr. = porcentagem de escravos.

Total prop = padrão de posse de escravos para o total de fogos com cativo e produção agropecuária; milho = padrão de posse de escravos para os produtores de milho; idem para demais produtos.

Média escr/fogo = média de escravo por fogo; Prod/fogo c/ escr = produção por fogo com escravo; Prod/fogo s/ escr = produção por fogo sem escravo; # Produção c/ escr = produção total dos fogos com escravo; # Produção s/ escr = produção total dos fogos sem escravo.

Milho, feijão, arroz, amendoim e farinha de mandioca em alqueires; algodão, fumo e açúcar em arrobas; aguardente em barris; gado em cabeças de gado vacum; porco em cabeças.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 6 – padrão de posse de escravos segundo tipo de atividade agrícola – lista nominativa de 1799

| FAIXA DE TAMANHO DE PLANTEL | Total prop | | milho | | feijão | | Mandio | | arroz | | açúcar | | aguard | | algodão | | fumo | | gado | | porco | | cavalo | | café | | |
|-----------------------------|------------|------|-------|------|--------|------|--------|------|-------|------|--------|------|--------|------|---------|------|------|------|-------|------|-------|------|--------|------|------|------|------|
| | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % |
| 1 a 4 | 52,0 | 16,4 | 27,3 | 3,8 | 47,6 | 12,3 | 75,0 | 45,2 | 66,7 | 37,5 | 11,1 | 2,7 | 39,1 | 13,4 | 72,7 | 50,0 | 68,1 | 25,9 | 30,8 | 8,3 | 40,0 | 16,0 | 0 | 0 | 0 | 50,0 | 18,8 |
| 5 a 9 | 33,3 | 34,0 | 54,5 | 46,8 | 33,3 | 32,8 | 12,5 | 16,1 | 33,3 | 62,5 | 55,6 | 27,2 | 47,8 | 46,5 | 27,3 | 50,0 | 23,4 | 32,8 | 46,2 | 35,2 | 40,0 | 44,0 | 16,7 | 5,5 | 25,0 | 18,8 | |
| 10 a 19 | 8,1 | 18,9 | 9,1 | 20,3 | 14,3 | 29,5 | 12,5 | 38,7 | 0 | 0 | 11,1 | 16,1 | 4,3 | 9,2 | 0 | 0 | 2,1 | 5,0 | 15,4 | 27,8 | 20,0 | 40,0 | 50,0 | 34,6 | 0 | 0 | |
| 20 ou mais | 6,5 | 30,7 | 9,1 | 29,1 | 4,8 | 25,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 22,2 | 54,0 | 8,7 | 31,0 | 0 | 0 | 6,4 | 36,3 | 7,7 | 28,7 | 0 | 0 | 33,3 | 59,8 | 25,0 | 62,5 | |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Média escr/fogo | 6,0 | | 7,2 | | 5,8 | | 3,9 | | 2,7 | | 12,4 | | 6,2 | | 2,9 | | 4,3 | | 8,3 | | 5,0 | | 21,2 | | 8,0 | | |
| # de escravos | 732 | | 79 | | 122 | | 31 | | 8 | | 224 | | 142 | | 32 | | 201 | | 108 | | 25 | | 127 | | 32 | | |
| # fogo com escr | 123 | | 11 | | 21 | | 8 | | 3 | | 18 | | 23 | | 11 | | 47 | | 13 | | 5 | | 6 | | 4 | | |
| Prod/fogo c/ escr | - | | 36,2 | | 20,1 | | 44,9 | | 9,3 | | 81,5 | | 34,0 | | 11,2 | | 40,8 | | 186,4 | | 29,6 | | 23,2 | | 24,0 | | |
| # Produção c/ escr | - | | 398 | | 422 | | 359 | | 28 | | 1467 | | 781 | | 123 | | 1917 | | 2423 | | 148 | | 139 | | 96 | | |
| Prod/fogo s/ escr | - | | 17,4 | | 7,0 | | 20,6 | | 8,0 | | 22,0 | | 16,1 | | 4,8 | | 16,8 | | 10,2 | | 6,2 | | 7,0 | | 0 | | |
| # fogo sem escr | - | | 68 | | 40 | | 27 | | 9 | | 3 | | 20 | | 77 | | 88 | | 5 | | 13 | | 2 | | 0 | | |
| # Produção s/ escr | - | | 1181 | | 280 | | 556 | | 72 | | 66 | | 321 | | 372 | | 1482 | | 51 | | 81 | | 14 | | 0 | | |

Obs.: % propr. = porcentagem de fogos com escravo; % escr. = porcentagem de escravos.

Total prop = padrão de posse de escravos para o total de fogos com cativo e produção agropecuária; milho = padrão de posse de escravos para os produtores de milho; idem para demais produtos.

Média escr/fogo = média de escravo por fogo; Prod/fogo c/ escr = produção por fogo com escravo; Prod/fogo s/ escr = produção por fogo sem escravo; # Produção c/ escr = produção total dos fogos com escravo; # Produção s/ escr = produção total dos fogos sem escravo.

Milho, feijão, arroz, amendoim e farinha de mandioca em alqueires; algodão, fumo e açúcar em arrobas; aguardente em barris; gado em cabeças de gado vacum; porco em cabeças.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 7 – padrão de posse de escravos segundo tipo de atividade agrícola, 1815

| FAIXA DE TAMANHO DE PLANTEL | Total prop | | milho | | feijão | | Mandio | | arroz | | açúcar | | aguard | | algodão | | fumo | | café | | gado | | porco | | cavalo | | |
|-----------------------------|------------|------|-------|------|--------|------|--------|------|-------|------|--------|------|--------|------|---------|------|------|------|-------|------|-------|------|-------|------|--------|------|-----|
| | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % | prop | % |
| 1 a 4 | 54,7 | 15,4 | 35,3 | 8,8 | 25,0 | 5,0 | 0 | 0 | 22,2 | 4,5 | 0 | 0 | 42,9 | 13,8 | 57,1 | 34,5 | 70,3 | 29,8 | 25,0 | 1,3 | 12,8 | 1,8 | 52,5 | 12,8 | 25,0 | 3,4 | |
| 5 a 9 | 22,7 | 19,6 | 23,5 | 16,5 | 25,0 | 15,6 | 33,3 | 24,1 | 33,3 | 21,4 | 0 | 0 | 28,6 | 21,5 | 42,9 | 65,5 | 21,6 | 26,7 | 0 | 0 | 22,7 | 8,2 | 28,8 | 25,9 | 6,2 | 1,7 | |
| 10 a 19 | 15,6 | 28,9 | 29,4 | 34,1 | 37,5 | 41,1 | 66,7 | 75,9 | 33,3 | 32,1 | 50,0 | 32,9 | 21,4 | 35,4 | 0 | 0 | 2,7 | 6,8 | 50,0 | 22,4 | 36,4 | 31,0 | 15,3 | 27,8 | 37,5 | 27,4 | |
| 20 ou mais | 7,0 | 36,1 | 11,8 | 40,6 | 12,5 | 38,9 | 0 | 0 | 11,1 | 42,0 | 50,0 | 67,1 | 7,1 | 29,2 | 0 | 0 | 5,4 | 36,6 | 25,0 | 76,3 | 22,7 | 59,0 | 3,4 | 33,5 | 31,2 | 67,4 | |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Média escr/fogo | 7,7 | | 10,0 | | 11,3 | | 9,7 | | 12,4 | | 24,3 | | 9,3 | | 4,1 | | 5,2 | | 39,0 | | 18,2 | | 7,1 | | 21,9 | | |
| # de escravos | 980 | | 170 | | 180 | | 29 | | 112 | | 146 | | 130 | | 29 | | 191 | | 156 | | 400 | | 421 | | 350 | | |
| # fogo com escr | 128 | | 17 | | 16 | | 3 | | 9 | | 6 | | 14 | | 7 | | 37 | | 4 | | 22 | | 59 | | 16 | | |
| Prod/fogo c/ escr | - | | 276,2 | | 32,8 | | 83,3 | | 36,8 | | 190,0 | | 13,6 | | 11,3 | | 58,5 | | 181,5 | | 103,1 | | 36,1 | | 14,3 | | |
| # Produção c/ escr | - | | 4695 | | 525 | | 250 | | 331 | | 1140 | | 190 | | 79 | | 2163 | | 726 | | 2268 | | 2130 | | 228 | | |
| Prod/fogo s/ escr | - | | 16,0 | | 7,3 | | 27,3 | | 17,3 | | 0 | | 7,1 | | 3,8 | | 27,2 | | 0 | | 2,9 | | 4,6 | | 2,4 | | |
| # fogo sem escr | - | | 28 | | 21 | | 3 | | 4 | | 0 | | 15 | | 33 | | 72 | | 0 | | 9 | | 209 | | 5 | | |
| # Produção s/ escr | - | | 448 | | 154 | | 82 | | 69 | | 0 | | 106 | | 126 | | 1955 | | 0 | | 26 | | 971 | | 12 | | |

Obs.: % propr. = porcentagem de fogos com escravo; % escr. = porcentagem de escravos.

Total prop = padrão de posse de escravos para o total de fogos com cativo e produção agropecuária; milho = padrão de posse de escravos para os produtores de milho; idem para demais produtos.

Média escr/fogo = média de escravo por fogo; Prod/fogo c/ escr = produção por fogo com escravo; Prod/fogo s/ escr = produção por fogo sem escravo; # Produção c/ escr = produção total dos fogos com escravo; # Produção s/ escr = produção total dos fogos sem escravo.

Milho, feijão, arroz, amendoim e farinha de mandioca em alqueires; algodão, fumo e açúcar em arrobas; aguardente em barris; gado em cabeças de gado vacum; porco em cabeças.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 8 – padrão de posse de escravos segundo tipo de atividade agrícola, 1829

| FAIXA DE TAMANHO DE PLANTEL | Total prop | | milho | | feijão | | mandio | | arroz | | aguard | | algodão | | fumo | | café | | gado | | porco | | Cavalo | | ame/açu | |
|-----------------------------|------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|
| | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr | % prop | % escr |
| 1 a 4 | 49,0 | 13,7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 100 | 100 | 100 | 57,9 | 16,3 | 0 | 0 | 18,2 | 3,5 | 41,5 | 9,7 | 0 | 0 | 51,1 | 15,7 | 42,9 | 11,2 | 0 | 0 |
| 5 a 9 | 27,1 | 24,3 | 0 | 0 | 100 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15,8 | 17,7 | 0 | 0 | 27,3 | 15,5 | 29,3 | 21,7 | 60,0 | 29,5 | 22,2 | 18,4 | 42,9 | 38,8 | 0 | 0 |
| 10 a 19 | 12,9 | 24,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15,8 | 29,8 | 0 | 0 | 27,3 | 28,2 | 13,4 | 21,2 | 0 | 0 | 15,6 | 28,9 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 20 ou mais | 11,0 | 37,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10,5 | 36,2 | 0 | 0 | 27,3 | 52,8 | 15,9 | 47,4 | 40,0 | 70,5 | 11,1 | 37,0 | 14,3 | 50,0 | 0 | 0 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Média escr/fogo | 7,7 | - | 0 | 7,0 | 7,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 7,4 | 7,4 | 0 | 0 | 12,9 | 9,0 | 9,0 | 9,0 | 15,6 | 15,6 | 7,6 | 7,6 | 8,4 | 8,4 | 0 | 0 |
| # de escravos | 1186 | - | 0 | 7 | 7 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 141 | 141 | 0 | 0 | 142 | 741 | 741 | 741 | 78 | 78 | 343 | 343 | 178 | 178 | 0 | 0 |
| # fogo com escr | 155 | - | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 19 | 19 | 0 | 0 | 11 | 82 | 82 | 82 | 5 | 5 | 45 | 45 | 21 | 21 | 0 | 0 |
| Prod/fogo c/ escr | - | - | 0 | 50 | 50 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 28,3 | 28,3 | 0 | 0 | 122,7 | 82,9 | 82,9 | 82,9 | 9,8 | 9,8 | 22,7 | 22,7 | 12,3 | 12,3 | 0 | 0 |
| # produção c/ escr | - | - | 0 | 50 | 50 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 537 | 537 | 0 | 0 | 1350 | 6796 | 6796 | 6796 | 49 | 49 | 1020 | 1020 | 259 | 259 | 0 | 0 |
| Prod/fogo s/ escr | - | - | 20,6 | 4,3 | 4,3 | 25 | 25 | 25 | 25 | 14,3 | 14,2 | 14,2 | 9,3 | 9,3 | 14,9 | 15,4 | 15,4 | 15,4 | 1,7 | 1,7 | 4,2 | 4,2 | 4,7 | 4,7 | 0 | 0 |
| # fogo sem escr | - | - | 17 | 7 | 7 | 2 | 2 | 2 | 2 | 10 | 21 | 21 | 3 | 3 | 14 | 65 | 65 | 65 | 3 | 3 | 123 | 123 | 15 | 15 | 0 | 0 |
| # produção s/ escr | - | - | 350 | 30 | 30 | 50 | 50 | 50 | 50 | 143 | 298 | 298 | 28 | 28 | 209 | 1002 | 1002 | 1002 | 5 | 5 | 516 | 516 | 71 | 71 | 0 | 0 |

Obs.: % propr. = porcentagem de fogos com escravo; % escr. = porcentagem de escravos.

Total prop = padrão de posse de escravos para o total de fogos com cativo e produção agropecuária; milho = padrão de posse de escravos para os produtores de milho; idem para demais produtos.

Média escr/fogo = média de escravo por fogo; Prod/fogo c/ escr = produção por fogo com escravo; Prod/fogo s/ escr = produção por fogo sem escravo; # Produção c/ escr = produção total dos fogos com escravo; # Produção s/ escr = produção total dos fogos sem escravo.

Milho, feijão, arroz, amendoim e farinha de mandioca em alqueires; algodão, fumo e açúcar em arrobas; aguardente em barris; gado em cabeças de gado vacum; porco em cabeças.

Fonte: Listas nominativas.

Os anos iniciais deste estudo estão marcados pela presença de cativos indígenas, progressivamente substituídos por africanos (e descendentes coloniais) ao longo do século XVIII (ver tabela 27). A introdução destes cativos na vila de Taubaté faz-se, de um lado, pelo tráfico de almas, de outro, pelo crescimento endógeno. No tráfico destaca-se, primeiramente, o preamento de indígenas, no qual os moradores de Taubaté participaram ativamente⁸². A aquisição de cativos africanos e de descendentes nascidos na colônia, por outro lado, supõe compra, ou ainda mecanismos como doações e dotes. Este último mecanismo consiste em fator importante para formação de novas unidades produtivas⁸³. Considerando a totalidade dos bens inventariados, incluindo funeral, terças, pios, legados e dotes, estes dois últimos itens chegam a representar um máximo de 5,7% da riqueza inventariada em réis na década de 1820 (5,6 na década de 1810, 4,1% na década de 1800 e 4% na década de 1790). Considerando apenas os escravistas, a maior participação dos dotes ocorre entre os proprietários de dez ou mais cativos, na década de 1820, no valor de 8,5% do total (em réis) dos bens arrolados por estes proprietários de dez ou mais escravos. Ou seja, fator importante, mas não o principal a explicar a crescimento dos plantéis nestes primeiros anos do século XIX. Ainda mais se considerarmos que nestes cálculos de legados e dotes incluem jóias e outros bens de valor – não apenas escravos.

As doações, outra forma de adquirir cativos, ocorrem primordialmente entre moradores da própria vila de Taubaté, pelo que a documentação permitiu observar. Portanto, se explicam o incremento de unidades produtivas, pouco interferem no cômputo geral de cativos em Taubaté. Mas a documentação consultada (listas nominativas, registros de escrituras e inventários *post-mortem*) pode não registrar adequadamente doações, um limite a considerar nesta análise. A

⁸² No inventário aberto em 1687 por falecimento de Miguel de Almeida Cunha, a viúva declara, na página 9v, que “odefunto seu marido emsuavida tinha rocado pera osertão duasarmações a meias”. Ver o capítulo sobre idade e origem dos cativos.

⁸³ NAZZARI, Muriel. The disappearance of the dowry. Stanford University Press, 1991.

compra e venda de cativos mostra bem os limites da documentação para se pesquisar o processo de aquisição de cativos, pelas alterações na forma de registrar as transações de compra e venda de cativos. Se, no começo do período estudado, os livros de escrituras anotam casos de compra e venda de cativos, no começo do século XIX raros são os casos de registro desta atividade. O mesmo ocorre com escrituras de dinheiro a ganho (empréstimos a juros), muito comuns no começo do setecentos, mas inexistentes no começo do oitocentos. Consoante com a importância da posse de terra (ver gráfico 6), predominam as escrituras envolvendo este bem, seja para compra e venda, seja para doação de terras e casas. Estas atividades não deixaram de existir: as listas citam casos de escravos comprados, seja de outras regiões (como Rio de Janeiro), seja de moradores locais; os inventários *post-mortem* arrolam dívidas. O registro delas, contudo, não se observa na documentação compulsada. A rede de financiamento/endividamento passa a operar por outros canais. Estes são limites inerentes ao trabalho no longo tempo: as sociedades alteram as formas de compreender, e portanto de registrar, as relações que se estabelecem entre os membros desta. O crescimento endógeno da população cativa, outro fator a destacar, será discutido adiante, a partir da análise da formação de laços familiares entre cativos. A presença contínua destas relações parentais ao longo do período estudado, contudo, não significa oposição ao tráfico, mesmo nos momentos em que este é mais intenso – eis um dos pressupostos básicos deste trabalho.

Também endógenos são os mecanismos de aquisição de cativos, e por diferentes modos pode-se defender esta posição. Seja pela análise da riqueza inventariada (em réis) segundo setores econômicos, pela proporção de dívidas inventariadas envolvendo não-moradores em Taubaté, ou ainda pela análise de algumas características demográficas da população livre, em especial da origem e idade da população livre residente em Taubaté. Nas primeiras décadas do

século XVIII, o ouro recém-descoberto, sob a posse dos inventariados (portanto, moradores) em Taubaté, é convertido na aquisição de cativos. Por outro aspecto, mais de dois terços das dívidas passivas (considerando o valor em réis) ocorrem entre moradores de Taubaté. Estes, majoritariamente, nascidos na própria vila de Taubaté, conforme análise das listas nominativas entre os anos de 1805 e 1829 (ver próximo capítulo). Pela pirâmide etária desta população (nativa, destaque-se), tem-se que a tendência é emigrar (nascidos em Taubaté irem residir em outras localidades), não imigrar (pessoas nascidas em outras regiões mudarem-se para Taubaté).

Também Rangel aponta para o crescimento endógeno da atividade agrícola em Taubaté, no período compreendido pelas listas nominativas (final do setecentos, início do oitocentos). Para o autor, “tanto o açúcar como o café parecem ter sido o resultado de acumulação endógena”, considerando que o café, ao contrário do açúcar, desfrutou “de melhores condições de acumulação interna, na medida em que desapareceu o intermediação metropolitana. Assim, ao que tudo indica, de pequenas plantações, atingiu-se, na segunda metade do século XIX, imensas *plantations* a partir da acumulação de lucros aplicados na expansão do plantio”⁸⁴. Renato Leite Marcondes, estudando Lorena, também aponta para uma acumulação endógena na formação do café nesta área do vale do Paraíba⁸⁵. Expandindo tais conclusões para todo o período em estudo, tem-se em Taubaté uma comunidade virtualmente fechada. Na formação da agricultura mercantil, nos dois períodos de grande crescimento desta, recursos endógenos, abastecendo as regiões próximas: Minas, por um lado⁸⁶, Rio de Janeiro, por outro⁸⁷.

⁸⁴ RANGEL, *op. cit.*, p. 264.

⁸⁵ Para Renato Marcondes, “o crédito local dominava os empréstimos apesar da crescente influência dos bancos situados no Rio de Janeiro e São Paulo”. MARCONDES. A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX. *Op. cit.*, p. 209.

⁸⁶ MÜLLER, Nice L. O fato urbano na bacia do Rio Paraíba - São Paulo. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1969; HERRMANN, L. *op. cit.*; ZEMELLA, M. P. *op. cit.*.

⁸⁷ PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 163.

Composição da riqueza inventariada por setores econômicos

Uma das bases da periodização aventada, a presença cativa em maior ou menor quantidade permitiu visualizar três etapas de produção agrícola. Esta importância da mão-de-obra cativa reflete-se diretamente no investimento (em reais) que se realiza neste setor. A aquisição de cativos consome a maior parte da riqueza inventariada, iniciando o período estudado em patamar superior a dois terços, encerrando no patamar de um terço (ver tabela 9). Uma sociedade escravista, não apenas por sua produção agrícola depender diretamente da maior presença de cativos, mas também por neles ocorrer o maior acúmulo de riqueza em reais (exceto década de 1750). O predomínio da mão-de-obra cativa, a pequena quantia de numerário, ausência de atividades industriais e a forte presença de uma rede de adiantamentos/endividamentos apontam para um mercado restrito, com pequenas opções de investimento e uma frágil divisão social do trabalho. Este contexto perpassa todo o período estudado, persiste mesmo com a substituição de boa parte dos investimentos na aquisição de cativos para a aquisição de bens rurais, a partir de 1790⁸⁸.

⁸⁸ Hebe de Castro apresenta processo semelhante em Capivary (RJ), na segunda metade do século XIX: “a elite local que monopolizava o trabalho escravo, o acesso ao crédito e o poder local inicia na década de 80 [1880] uma estratégia clara em busca do monopólio efetivo da propriedade da terra, única forma de manter seu posicionamento social diante da crise do trabalho escravo” (CASTRO, Hebe M. M. de. Ao sul da história. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 164). Em Taubaté, a diferença no tempo não permite colocar a crise do trabalho escravo como motivo da transferência de investimentos de escravos para terras e benfeitorias (ao contrário, o tráfico é intenso). Mais plausível supor o esgotamento das terras livres como o fator desencadeante desta escalada de interesse pela terra, com ou sem benfeitorias. Principalmente diante do incremento da atividade agrícola mercantilizada, a requerer sempre mais terras.

tabela 9 – distribuição da riqueza inventariada segundo setores econômicos, 1680-1828

| DECADA | RU | UR | ES | DP | DA | OU | OT | TOTAL (réis) | Total (%) | # INV. |
|--------|------|-----|------|------|------|------|-----|--------------|-----------|--------|
| 1680 | 4,2 | 1,0 | 74,3 | 11,0 | 6,8 | 0,4 | 2,4 | 32:552\$347 | 100,0 | 35 |
| 1690 | 7,3 | 2,3 | 61,0 | 8,3 | 6,5 | 10,7 | 3,9 | 113:946\$939 | 100,0 | 27 |
| 1700 | 5,7 | 2,0 | 66,2 | 10,6 | 8,4 | 4,5 | 2,6 | 106:013\$671 | 100,0 | 38 |
| 1710 | 4,2 | 1,5 | 38,5 | 15,7 | 14,7 | 20,3 | 5,2 | 142:742\$904 | 100,0 | 33 |
| 1720 | 6,1 | 2,3 | 48,8 | 16,0 | 19,5 | 1,8 | 5,6 | 110:678\$704 | 100,0 | 38 |
| 1730 | 7,7 | 1,9 | 34,9 | 21,9 | 21,7 | 7,0 | 4,7 | 49:204\$453 | 100,0 | 33 |
| 1740 | 13,1 | 3,5 | 46,2 | 21,1 | 10,3 | 1,3 | 4,5 | 27:950\$233 | 100,0 | 27 |
| 1750 | 6,5 | 2,0 | 26,9 | 16,4 | 38,9 | 1,9 | 7,3 | 48:988\$630 | 100,0 | 25 |
| 1760 | 16,7 | 4,0 | 44,7 | 13,4 | 19,4 | 0,8 | 3,9 | 10:815\$668 | 100,0 | 23 |
| 1770 | 17,7 | 5,7 | 36,2 | 19,5 | 12,8 | 2,8 | 5,4 | 29:939\$244 | 100,0 | 41 |
| 1780 | 11,7 | 2,7 | 27,8 | 25,0 | 23,0 | 0,5 | 9,3 | 29:210\$650 | 100,0 | 33 |
| 1790 | 24,6 | 4,3 | 40,3 | 16,4 | 6,6 | 1,1 | 6,8 | 11:327\$082 | 100,0 | 23 |
| 1800 | 23,2 | 3,5 | 28,5 | 21,8 | 19,6 | 0,4 | 2,9 | 62:641\$813 | 100,0 | 45 |
| 1810 | 34,1 | 7,0 | 38,1 | 10,6 | 2,7 | 1,1 | 6,5 | 40:909\$169 | 100,0 | 36 |
| 1820 | 30,2 | 9,0 | 37,7 | 10,2 | 6,1 | 1,2 | 5,6 | 61:897\$313 | 100,0 | 41 |

RU = terras, edificações rurais, equipamentos, plantações, instrumentos agrícolas e rebanhos.

UR = casas e terrenos expressamente citados como pertencentes ao núcleo urbano de Taubaté.

ES = preço dos escravos do plantel (para os cativos sem valor declarado no período anterior à década de 1730, correção pela média ponderada de preços – ver ALVES, *op. cit.*, p. 37).

DP = dívidas passivas.

DA = dívidas ativas.

OU = ouro (em pó, lavrado ou quintado) e prata lavrada (arrolou-se prata apenas neste estado)⁸⁹.

OT= demais bens, como vestuário; mobília da casa (pratos de estanho, tachos de cobre, garrafas de vidro, imagens de santos, livros de oração, entre outros objetos); mercadorias de comércio; dinheiro amoadado; metais em estado bruto (cobre, ferro); fumo, aguardente, azeite, algodão em estado bruto (podem não ser produção do inventariado); enfeites de corais (sem ouro ou prata); canoa. Inclui, também, armas de fogo e armas brancas (adagas e tresados). Muitas vezes estas armas possuem partes de prata, mas optou-se por não classificá-las como “ouro/prata” por se ver nelas, antes de tudo, um objeto de defesa.

INV. = número de inventários consultados.

Obs.: Funeral, dotes, legados e pios não foram incluídos nestes cálculos.

Fonte: inventários *post-mortem*.

⁸⁹ Muitas jóias incluem pedras preciosas, como topázios e diamantes, sem citar o peso do ouro. Nas vezes em que cita o peso, apesar de não ser possível ter certeza que o peso refere-se apenas ao ouro, sem incluir as pedras, considere o peso citado em oitavas como sendo apenas o do ouro lavrado. Quando não se diz o peso em oitavas, o valor em réis da jóia é utilizado para calcular um peso aproximado (considerando a oitava de ouro a 1\$400 réis), como se o peso total fosse o do ouro.

Limitar a análise da riqueza em réis à década de 1820 fez-se necessário por problemas de método. Nas duas décadas seguintes, os valores nominais alteram-se significativamente, enquanto em todo o período colonial os mesmos valores permanecem relativamente homogêneos. A principal alteração de preço ocorre para os cativos, no começo do setecentos, com a entrada de escravos não-indígenas, a um preço próximo do dobro do praticado anteriormente para arrolamento das “peças administradas” (indígenas). Se associada à inflação nas Minas Gerais, descrita por Antonil⁹⁰, percebe-se o quanto o ouro muda a atividade econômica ao redor das minas. O preço médio de um cativo adulto sobe para cem e cinquenta mil réis, e assim permanece, nominalmente (cabe reforçar, desconsiderando inflação), até os inventários abertos em 1828. Nos inventários abertos a partir de 1835, sobe abruptamente para valores que facilmente atingem quatrocentos mil réis. Na década seguinte (1845 a 1848), os cativos atingem preços entre setecentos mil réis e um conto de réis! Esta multiplicação por dez não se explica simplesmente pelo crescimento da demanda de mão de obra gerada pelo café, uma vez que esta já ocorre na década de 1720. Mais plausível associar às leis restritivas do tráfico, em especial a de 1830, e ao temor de uma proibição por completo, o que se efetiva em 1850 (dois anos após o fim do período delimitado por este estudo).

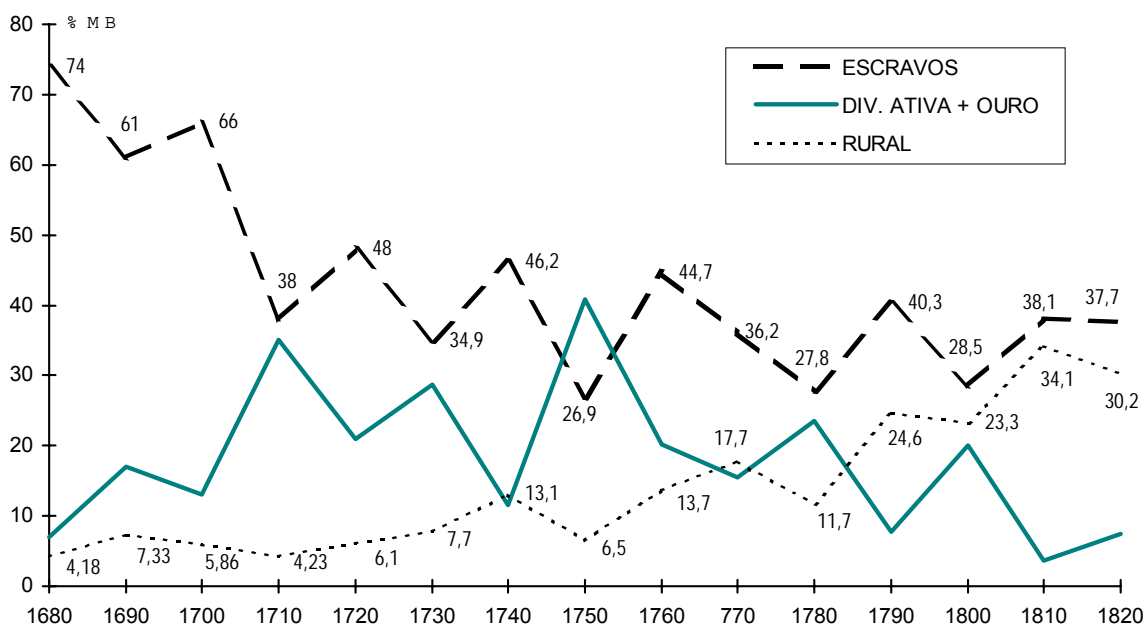
Os bens urbanos também apresentam significativa alteração nas duas últimas décadas deste estudo. Ao longo de todo o período colonial, os valores nominais ultrapassaram o valor de trezentos mil réis apenas uma vez, em 1814 (preço de 420\$000rs). Entre 1825 e 1827, quatro bens urbanos são arrolados com valor oscilando entre 400\$000rs e 600\$000rs. Nas décadas de 1830 e 1840, estes valores chegam mais freqüentemente ao patamar de dois contos de réis, atingindo o valor mais elevado em quatro contos de réis, preço pelo qual foi avaliada uma morada de casas na vila (assobradada e com loja), arrolada entre os bens de Antônio Bonifácio

⁹⁰ ANTONIL, *op. cit.*, p. 171.

de Moura, em processo de inventário aberto em 1848. A descrição das posses urbanas, contudo, não apresenta grande variação ao longo de todo o período estudado, nenhum detalhe arquitetônico que justifique tal escalada de preço em tão pouco tempo. Mais provável que a acelerada valorização dos bens urbanos (incipiente nas décadas de 1810 e 1820, segundo a tabela 9) ocorra na esteira das transformações que o café engendra, em especial pelo aumento de preço dos cativos e das terras com suas benfeitorias. Este último item apresenta acelerado investimento desde o final do setecentos, conforme visualiza-se pelo gráfico 6, o que faz pensar que a característica de zona de fronteira esgota-se, e controlar a terra passa a ser um diferencial. Outros bens (como roupas) apresentam alterações no valor nominal, mas não na mesma proporção, sendo mais correto excluir as décadas de 1830 e 1840 da análise dos valores em réis (base da tabela 9 e tabela 10)⁹¹.

⁹¹ Outro aspecto a salientar na tabela 9 são os valores do monte bruto nas décadas de 1690 a 1720, superiores a 100 contos de réis. São valores nominais, repita-se, mas a grande diferença entre os valores deste período e os valores dos demais períodos serve como indicativo de ser este um momento de pujança não igualada durante todo o período colonial. Mesmo sem deflacionar estes valores, tal conclusão é plausível, não segura; um argumento a mais em favor de um período áureo (literalmente) da economia na vila de Taubaté, um reforço à periodização estabelecida.

gráfico 6 – Principais setores econômicos - Taubaté, 1680-1828



RURAL = terras, edificações, equipamentos, plantações, instrumentos agrícolas e rebanhos.

ES CRAVOS = preço dos escravos.

DIV. ATIVA + OURO = dívidas ativas mais ouro (em pó, lavado ou quintado) e prata lavrada.

Porcentagem sobre o total da riqueza inventariada em réis.

Fonte: Ver tabela 9.

Segundo Lucila Herrmann, a descoberta de ouro nas Minas abre a opção dos moradores no vale do Paraíba venderem, para aqueles que para lá se destinam, as sobras de suas plantações⁹². A importância das Minas como um novo mercado consumidor, a agregar novas áreas voltadas para abastecê-la não é nova na historiografia⁹³. Antonil já destaca a ganância de maior lucro com o direcionar dos produtos para esta nova região: “e estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as cousas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desforneados muitos

⁹² HERRMANN, *op. cit.*;

engenhos de açúcar das peças [escravos] necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos não de dar maior lucro”⁹⁴.

Esta citação destaca ainda outra consequência: a escalada dos preços dos cativos, logo após a descoberta do ouro, o que significa, para outras regiões da colônia, uma forte dificuldade para adquiri-los. A entrada de ouro vindo das minas, entretanto, propicia condições para que os moradores em Taubaté possam adquiri-los. A liquidez (dívidas ativas mais ouro) mostra-se fator importante, apesar de oscilante – crescente até a metade do século XVIII, decrescente no período posterior (ver tabela 9). A inversão de liquidez para a aquisição de cativos, no meio século inicialmente estudado (1680-1729), apresenta uma correlação inversamente proporcional quase perfeita (coeficiente de Pearson igual a $-0,98$). No século seguinte (1730 a 1828), esta correlação diminui (coeficiente de Pearson igual a $-0,61$), mas ainda é significativa. Estes valores indicam que, em todo o período estudado, a conversão da liquidez em cativos não deixou de existir em Taubaté⁹⁵. Como a manter uma simetria, a redução da liquidez significou a redução de cativos.

A maior parte do ouro, nas primeiras décadas do setecentos, é oriunda de contrabando, o que se deduz do ouro em pó em grande escala, e da quase ausência de ouro quintado. Após a década de 1730, este quadro se inverte: cresce a presença de ouro em barra, reduz-se abruptamente o arrolamento de ouro em pó (em apenas um inventário, significativamente – somado a outros dois, que arrolam meia oitava cada). A tentativa da Coroa Portuguesa de controlar o fluxo do ouro, no período inicial das descobertas do metal, parece ter sido um

⁹³ Por exemplo, em PRADO JR., Caio. *Op. cit.*

⁹⁴ ANTONIL, *op. cit.*, p. 171.

⁹⁵ Entre as décadas de 1730 e 1760 e as décadas de 1800 a 1820, o coeficiente de Pearson retoma o valor de $-0,98$.

fracasso, apesar de ter estabelecido uma casa de fundição e quintos na vila de Taubaté⁹⁶. Esse contrabando deveria ser feito com facilidade, pois Boxer afirma ser o “caminho velho” uma “região tão escabrosa e tão espessamente arborizada, que os paulistas, conhecedores da natureza, podiam esquivar-se a qualquer guarda que ali ficasse colocada ‘que ainda sendo tantas guardas como os paos dos mesmos mattos, se pode duvidar os reprimão de entrarem por donde quizerem’”⁹⁷.

Nas cinco décadas iniciais deste estudo arrola-se 26.695,5 oitavas de ouro em pó, 2.472,4 oitavas de ouro lavrado e apenas 33,5 oitavas de ouro quintado. No século seguinte (de 1730 a 1828), arrola-se aproximadamente 4.070 oitavas de ouro, sendo 1723 oitavas de ouro em pó, aproximadamente 1743 oitavas de ouro lavrado e aproximadamente 604 oitavas de ouro em barras. A totalidade deste ouro em pó (1722 oitavas) está arrolada no inventário aberto em 1739, por falecimento de Mateus Rodrigues do Prado. Quanto ao ouro em barras, 448 oitavas foram arroladas em 1772, no inventário aberto por falecimento de Francisco Manuel Pereira, e as demais 156 oitavas no inventário de Manuel Pires Vieira da Silva, aberto em 1753.

Este último inventário citado (de Manuel Pires), inclusive, é uma boa amostra da relação de moradores em Taubaté com as minas de Goiás. Tem-se dois inventários costurados em um mesmo bloco. O primeiro, aberto provavelmente em 1753 (faltam as páginas iniciais) e encerrado em 1755, foi feito com os bens existentes em Taubaté. O segundo processo é aberto em 1757, com os bens que estavam “nas minas dos Goyases”. As relações de moradores de Taubaté com as regiões mineradoras perpassam todo o período de extração do metal precioso, inclusive participando ativamente na procura e descoberta do ouro. É o caso do “capitão-mor Bartolomeu da Cunha Gago, nascido e morador em Taubaté e homônimo do pai (...), [que] foi

⁹⁶ REIS, P. P. O caminho novo da Piedade no nordeste da capitania de S. Paulo. *Op. cit.*, p. 32.

capitão-mor de tropa para descobrimento de metais preciosos (...). Em 1681 tomou parte na expedição comandada por D. Rodrigo de Castelo Branco a Sabaraboçu. Prosseguiu depois em outras expedições através do Sul de Minas, no final do seiscentismo, descobrindo depósitos auríferos nas regiões de Aiuruoca e Baependi⁹⁸. Outros inventários também indicam relações com as minas de Goiás. Em 1738, diz a viúva de Salvador Barbosa do Prado que “deixou nos goyases o defunto seu marido 4 ou 5 negros”. Em 1743, no inventário de Sebastião de Goes Pereira, arrola-se entre as dívidas: “declarou mays deverse aomonte emseys obrigaçoens cujas tem emseu poder Antonio Gomes Botelho que os levou para os goyas onde estão os devedores”. Em 1753, no inventário de Francisca de Freitas, nas dívidas passivas, descreve-se que deve por 236 oitavas “das minas de goiazes”. Mesmo em 1781, um dos herdeiros de Manuel Garcia Velho (ou Manuel Velho Garcia, as duas formas aparecem no inventário), Leandro, solteiro, está “ausente para as partes de Cuiabá”.

Após 1730, a abrupta queda de ouro em pó e a presença de ouro em barra indicam uma redução do contrabando, a maior circulação de ouro legalizado (em barras) indica uma maior fiscalização. Sendo constante a relação com a região das minas, pode ser que a redução da presença de ouro em Taubaté esteja diretamente associada a um controle mais rígido e eficaz da Coroa. Mas o controle administrativo (como a divisão da província de São Paulo na década de 1720 ou a extinção da capitania em meados do setecentos), não representa fator suficiente para justificar o fim do ouro contrabandeado em Taubaté. Continuou entrando ouro em Taubaté mesmo nos anos posteriores à chamada “guerra dos emboabas” (1709), e a presença de ouro em

⁹⁷ BOXER, C. R. A idade do ouro do Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Nacional, 1969, p. 66 (o autor não cita a fonte).

⁹⁸ ORTIZ, José B. São Francisco das Chagas de Taubaté. Vol 2, Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1988, p. 146-147. Ver também FRANCO, Francisco de A. Carvalho. Dicionário dos bandeirantes e sertanistas do Brasil. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1951.

pó em Taubaté cessou antes da extinção da capitania. Parece mais plausível supor que novos caminhos, abertos com o crescimento das minas (tanto nas Gerais, quanto em Cuiabá e Goiás), tenham desviado as rotas deste contrabando, excluindo a vila de Taubaté do circuito de tão cobiçado metal. Neste ponto, a passagem ligando o Rio de Janeiro diretamente a Minas Gerais deve ter exercido papel decisivo⁹⁹.

Distribuição das dívidas inventariadas por origem geográfica

Outra aproximação para fundamentar o caráter endógeno do desenvolvimento econômico de Taubaté, no período delimitado, está na análise das dívidas inventariadas, selecionando-as conforme a origem geográfica dos devedores. Longe de uma demonstração cabal, apontam indícios. Se grande parte das dívidas passivas são feitas com moradores de outros locais, tem-se evidenciado uma grande necessidade de crédito externo, ou seja, insuficiência de crédito interno. Ao contrário, pequena participação das dívidas passivas para com moradores de outros locais indica liquidez interna suficiente para o tamanho dos investimentos realizados – o que pode significar pequenos investimentos com poucos empréstimos. Em relação a Taubaté, sempre mais de dois terços do valor (em réis) das dívidas passivas consiste de transações entre moradores em Taubaté (ver tabela 10). Quanto às dívidas passivas, apenas na década de 1800 a metade do valor (em réis) das dívidas ativas são transacionadas com moradores de outras localidades; nas demais décadas, este valor sempre é

⁹⁹ Ver anexo 1, “A crise econômica no setecentos”, sobre as diferentes interpretações historiográficas acerca das alterações econômicas no vale do Paraíba setecentista.

inferior a um quinto. Relacionando estes valores com a produção agrícola e a posse de cativos, tem-se que a montagem da agricultura mercantil não se processa majoritariamente pelo empréstimo externo de recursos. A maior presença de recursos externos dá-se no período de preamento (século XVII) e na década de 1800, curto período de produção de cana. No entanto, no período de auge do crescimento do plantio de cana (décadas de 1700 a 1720) e do plantio de café (década de 1820), a proporção de dívidas passivas com moradores de outras regiões apresentam valores reduzidos.

tabela 10 - composição das dívidas segundo sua origem geográfica, 1680-1828

| DE CA DA | DÍVIDA ATIVA | | | | DÍVIDA PASSIVA | | | |
|----------------|--------------|---------|-----|----------------------|----------------|---------|-----|----------------------|
| | INTERNA | EXTERNA | % | TOTAL # (em réis) | INTERNA | EXTERNA | % | TOTAL # (em réis) |
| 1680 | 82,6 | 17,4 | 100 | 2:200\$539 | 79,5 | 20,5 | 100 | 3:570\$992 |
| 1690 | 86,2 | 1,8 | 100 | 7:406\$551 | 81,4 | 18,6 | 100 | 9:446\$201 |
| 1700 | 94,3 | 5,7 | 100 | 8:905\$148 | 92,6 | 7,4 | 100 | 11:216\$246 |
| 1710 | 98,6 | 1,4 | 100 | 20:940\$384 | 85,6 | 14,4 | 100 | 22:467\$733 |
| 1720 | 95,4 | 4,6 | 100 | 21:593\$415 | 97,8 | 2,2 | 100 | 17:686\$457 |
| 1730 | 98,6 | 1,4 | 100 | 10:699\$756 | 99,1 | 0,9 | 100 | 10:793\$335 |
| 1740 | 100,0 | 0 | 100 | 2:886\$260 | 98,1 | 1,9 | 100 | 5:900\$393 |
| 1750 | 100,0 | 0 | 100 | 19:075\$663 | 74,9 | 25,1 | 100 | 8:039\$265 |
| 1760 | 98,9 | 1,1 | 100 | 2:099\$333 | 98,9 | 1,1 | 100 | 1:453\$875 |
| 1770 | 94,8 | 5,2 | 100 | 3:822\$408 | 86,2 | 13,8 | 100 | 5:840\$074 |
| 1780 | 94,4 | 5,6 | 100 | 6:725\$810 | 70,7 | 29,3 | 100 | 7:300\$083 |
| 1790 | 92,4 | 7,6 | 100 | 749\$090 | 98,9 | 1,1 | 100 | 1:854\$373 |
| 1800 | 47,6 | 52,4 | 100 | 12:308\$745 | 63,0 | 37,0 | 100 | 13:658\$888 |
| 1810 | 100,0 | 0 | 100 | 1:086\$596 | 80,9 | 19,1 | 100 | 4:335\$795 |
| 1820 | 83,9 | 16,1 | 100 | 3:789\$740 | 96,7 | 3,3 | 100 | 6:286\$361 |

dívida interna = dívidas contraídas entre moradores da própria vila de Taubaté

dívida externa = dívidas de moradores da vila de Taubaté com moradores de outras localidades

Obs.: sobre a delimitação temporal, ver análise da tabela 9.

FONTE: Inventários *post-mortem*.

Pressuposto desta análise, está a valorização da cadeia de adiantamento-endividamento. Numa sociedade com pequena quantia de numerário (ver tabela 9), com uma frágil divisão do trabalho, poucas oportunidades de investimentos, ou seja, num mercado restrito, a existência de um sistema de trocas se confunde com o pagamento de juros e a usura. Daí a importância que adquirem os adiantamentos/endividamentos. Este sistema de créditos aparece claramente observando-se o rol das dívidas inventariadas. Na pág. 71 do inventário de Bernardo Bonfilho, aberto em 1681, Domingos do Prado Martins diz ter emprestado uma peça de pano de algodão de 102 varas a Matheus Vieira da Cunha, que por sua vez a emprestou para Bernardo Bonfilho, para este mandar para o Rio de Janeiro. Salvador Ribeiro serve de testemunha desta transação. Citações de mercadorias vendidas são comuns nos lançamentos de dívidas. No inventário de Francisco Pinto de Macedo, aberto em 1718, a viúva declara que todas as suas dívidas ativas passaram às mãos dos credores. Fato comum, na partilha dos bens inventariados os herdeiros assumem as dívidas ativas e passivas pertencentes ao falecido, perpetuando generacionalmente o processo de adiantamento/endividamento, perpassando toda a sociedade.

Observado através dos inventários, este mecanismo de crédito mantém-se por todo o período estudado. Conforme análise da tabela 9, a inversão de liquidez para a aquisição de cativos, no meio século inicialmente estudado (1680-1729), apresenta uma correlação inversamente proporcional quase perfeita (coeficiente de Pearson igual a $-0,98$). No século seguinte (1730 a 1828), esta correlação diminui (coeficiente de Pearson igual a $-0,61$), mas ainda é significativa. Estes valores indicam que, em todo o período estudado, a conversão da liquidez em cativos não deixou de existir em Taubaté. Pela tabela 10, pode-se adiantar as conclusões acima, considerando esta cadeia de adiantamento-endividamento como formada majoritariamente pelo capital residente, indicando uma capacidade interna de

autofinanciamento. Conclui-se, portanto, que a montagem de um sistema agrícola no começo dos séculos XVIII e XIX, nos moldes preconizados por Caio Prado Júnior (latifúndio, monocultura e escravidão africana), faz-se por recursos endógenos à vila de Taubaté. Ressalte-se, contudo, que outras formas de financiamento podem não ter sido percebidas na (ou podem não serem perceptíveis pela) documentação consultada. Uma forma de registro desta cadeia de endividamento está nas contas correntes e livros de razão, diversas vezes citadas em inventários mas raramente bem descritas por estes (como no inventário de Bernardo Bonfilho, aberto em 1681). Outra possibilidade está na chegada de novos moradores em Taubaté, trazendo consigo recursos para se estabelecerem. Contudo, a análise de algumas características demográficas dos cabeças de casal, feitas a seguir (ver próximo capítulo), mostram que estes são majoritariamente homens casados nascidos em Taubaté. Ou seja, esta opção reforça a característica de crescimento endógeno, ainda mais considerando que estes concentram cada vez mais a posse dos cativos.

Repensando a dependência

1772. Neste ano, os 640 negociantes da praça de Lisboa exportaram cada um, na média, 9.2×10^6 réis. 9 anos antes, os 1316 negociantes da praça de Londres exportaram cada um, na média, 21.61×10^6 réis. Tendo por base diferentes documentos, em especial as listas que designam o corpo mercantil, elaboradas pela Junta do Comércio, de números como esses Jorge Pedreira conclui: “Lisboa possuía um grupo de homens de negócio mais numeroso, em relação

às trocas externas que processava, do que outras praças européias”. Com poucas informações sobre as médias de exportações totais por negociante, são os números de negociantes e sua proporção por mil habitantes que sustentam tal conclusão. Entretanto, esta média mostra em Lisboa um movimento comercial por negociante que, não sendo maior que outras praças, é significativo.

Mesmo reconhecendo que na época selecionada Bordéus e Marselha estavam “no auge de sua expansão e que entraram imediatamente em declínio”, e Lisboa “apenas começava a [se] recuperar da profunda crise dos anos 1760”, e que Londres em 1763 estava “em vésperas de um crescimento explosivo”, Pedreira afirma ter a praça de Lisboa “efetivos mais do que suficientes para fazer circular as trocas externas que a cidade anima”¹⁰⁰.

Também trabalhando com o final do século XVIII (mais especificamente, 1796-1807), e tendo por base as Balanças de Comércio Externo de Portugal, Alexandre Valentim aponta igualmente para um nível de atividade econômica interna muito intensa. Argumenta ser necessário reorganizar as diferentes rubricas que compõem as Balanças, separando produtos que, por terem funções diversas na economia, não deveriam estar reunidos em uma mesma rubrica. Para Valentim, diferentes trabalhos (como o de Borges de Macedo, Fernando Novais e Jobson Arruda) não distinguem “com precisão os casos em que a metrópole se limita a desempenhar a função de entreposto daqueles em que é a produtora dos bens exportados”, por seguirem mais estritamente a “lógica imposta pela sistematização das próprias Balanças — uma sistematização que não corresponde a qualquer critério científico”¹⁰¹.

¹⁰⁰ PEDREIRA, Jorge Miguel V. Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado), p. 130-132.

¹⁰¹ ALEXANDRE, Valentim. Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português. Lisboa: Afrontamento, 1993, p. 27.

Boa parte da argumentação desenvolve-se na análise dos têxteis. Por exemplo, nas tabelas de importação. No que, à primeira vista, parece indicar Portugal como importador e reexportador de produtos, Alexandre mostra as rubricas “lanifícios”, “linifícios” e “sedas” incluindo tanto os produtos manufaturados quanto a matéria-prima. Mais: a seda em rama, por exemplo, prevalece sobre o tecido. Da análise destes itens, mais “mantimentos”, o autor conclui ser falsa a imagem de Portugal “como simples ponto de rotação para produtos manufaturados das nações da Europa do Norte, por um lado, e para os gêneros coloniais, por outro”¹⁰².

A análise da rubrica “produtos das fábricas do reino” vem em reforço a estas conclusões. Este título, em oposição a outros que também contabilizam produtos industriais, pode induzir a uma oposição entre produtos para exportação que é falsa: a primeira rubrica referindo-se a produtos nacionais, a segunda referindo-se a produtos estrangeiros. A análise dos linifícios justifica tal posição: por um lado, mostra como anomalia o crescimento vertiginoso deste item após 1796; por outro, principalmente, mostra a não entrada de tecidos de linho conjugada à entrada de fortes quantidades da matéria-prima respectiva, proveniente da Rússia. Ou seja, produção local.

Referindo-se a Rebelo da Costa (Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto, de 1788) e ao visconde de Balsemão (Memória sobre o estado da agricultura da Província do Minho..., s.d.), Alexandre destaca o papel da produção artesanal, tanto rural quanto urbana, de panos de linho, de ferragens e quinquilharias — quer no comércio interno quer no comércio com as colônias. Sobre os linifícios nacionais (rendas, linhas e sobretudo panos), destaca que conseguem resistir à concorrência dos importados e à pressão dos artigos de algodão. O contrabando, apresentado como “fenômeno endêmico na economia do Antigo Regime”, não é apresentado por Alexandre como elemento que tenha afetado estruturalmente as exportações de

¹⁰² ALEXANDRE, *op. cit.*, p. 28.

artigos manufaturados portugueses para o ultramar: “prosperidade durante a maior parte do período 1796 a 1807; primeiros sintomas de recessão em 1805; recessão geral em 1806-7”¹⁰³.

Alexandre contesta a tese de Portugal deficitário no comércio com o Brasil: ao excluir os metais preciosos dos montantes globais das importações e exportações, mostra “um *superávit* acumulado da metrópole, que só se reduz substancialmente em 1805, passando-se em 1806-7 a uma situação final deficitária”¹⁰⁴. Isto significa redefinir o papel da Coroa Portuguesa no controle de seu vasto império ultramarino, quanto ao grau de dependência em relação à Inglaterra e o efetivo controle metropolitano sobre suas colônias (através do chamado “pacto colonial”). As posições desenhadas acima valorizam o papel português, em nítida oposição à realidade apontada por Fernando Novais e Jobson Arruda (diretamente contestados por Pedreira e Alexandre). Segundo Alexandre, trata-se de um equívoco atribuir a Portugal um mero papel intermediário:

“Um equívoco permanente e muito generalizado tem conduzido a que muitas vezes se veja a história das relações econômicas externas portuguesas, do século XVII a começos do século XX, na perspectiva de uma dominação contínua e esmagadora da Grã-Bretanha: incapaz de resistência — salvo, episodicamente, no tempo de Pombal —, com uma indústria anêmica e uma agricultura deficitária, Portugal não teria tido potencialidades para tirar vantagens do império do Brasil, primeiro, e do de África, depois, limitando-se ao papel de intermediário e deixando ao seu aliado a parte de leão dos lucros da exploração colonial”¹⁰⁵.

Deve-se destacar, entretanto, que um item importante na economia colonial portuguesa não consta no rol dos produtos intermediados pelos portos portugueses: o tráfico de escravos.

¹⁰³ ALEXANDRE, *op. cit.*, p. 53-54.

¹⁰⁴ ALEXANDRE, *op. cit.*, p. 46-51.

Valentim Alexandre sequer o menciona. Sua atenção está muito voltada para análise das Balanças e, ao não citar o tráfico, as Balanças somente reforçam ser esta uma atividade que não passa por Portugal. Pedreira, por sua vez, faz raras menções¹⁰⁶. Isto não quer dizer que comerciantes das praças mercantis portuguesas estivessem afastados desta atividade, mas indica ser provavelmente uma participação de pouca monta (em relação a outros itens).

Fragoso, ao analisar os comerciantes de grosso trato sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro, afirma (citando Florentino) que “desde pelo menos finais do século XVIII, o comércio de cativos era controlado pela comunidade mercantil sediada no Rio”. Em reforço a esta conclusão Fragoso apresenta números para o período 1812-22: “pelo menos, dois terços dos empresários ligados ao tráfico negreiro tinham por residência a praça do Rio de Janeiro, fato que não ocorria necessariamente com aqueles vinculados aos portos da Metrópole lusitana”. Conseqüência deste caráter endógeno, torna-se possível que a acumulação deste comércio de longa distância seja absorvida pela economia colonial¹⁰⁷.

Fragoso e Florentino ressaltam a hegemonia das trocas de longa distância intra-imperiais sobre o comércio de importação/exportação entre a colônia e mercados europeus. Este mercado intra-imperial, ligando as colônias portuguesas na África ao Brasil através do tráfico negreiro significa um redimensionamento do pacto colonial, submetendo-o a um comércio atlântico calcado numa cadeia de endividamentos controlada pelos negociantes da praça do Rio de Janeiro. Mantendo-se com os excedentes retirados da agricultura e controlando o tráfico

¹⁰⁵ ALEXANDRE, *op. cit.*, p. 69.

¹⁰⁶ cf. PEDREIRA, *op. cit.*, p. 339.

¹⁰⁷ FRAGOSO, João L. Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 182.

negreiro, os negociantes da praça do Rio de Janeiro controlavam a própria reprodução física das relações sociais¹⁰⁸.

Destaca-se, deste modo, uma relativa autonomia, sem deixar de reconhecer limites na atuação destes mercadores de grosso trato (por exemplo, não ter acesso ao comércio internacional fora do Império português). Enfoca-se pelo aspecto positivo, pela indicação da ausência de controle absoluto, pelo afirmar que parte substancial da acumulação gerada pelo trato mercantil de longa distância não está em Portugal. Mesmo que Pedreira, no desejo de reforçar a autonomia e prevalência de Portugal, afirme que as riquezas encontradas entre os homens de grosso trato na colônia sejam inferiores às encontradas em Portugal, a simples presença destes grandes cabedais no interior da colônia já redimensiona o que tradicionalmente se entende por “pacto colonial”. Longe de uma estrita dependência política e econômica, apresenta-se autonomia relativa, na qual mecanismos endógenos de acumulação fomentam uma elite colonial mercantil, e não uma elite agrária formada pelo controle das migalhas que sobram da espoliação mercantil ultramarina, em última instância inglesa.

Esta concepção historiográfica de dependência está marcada, de modo particular, pela análise da colonização moderna como um sistema exportador (ver citações de Caio Prado Júnior abaixo). Fernando Novais acompanha o raciocínio formulado por Caio Prado, e o especifica num rígido esquema teleológico. Também para ele a dependência externa dá o pleno significado do Brasil-colônia. É o “sistema colonial de mercantilismo” que dá o “sentido” da colonização europeia, como “instrumento da acumulação primitiva”¹⁰⁹. Segundo esta corrente historiográfica, o centro da economia colonial está na atividade agro-exportadora: “o elemento

¹⁰⁸ FRAGOSO, João L. F. e FLORENTINO, Manolo G. O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 92.

¹⁰⁹ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial 5 ed. São Paulo, Hucitec, 1989, p. 70

fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos”. O comércio interno, “subsidiário como era, foi pequeno, e os contemporâneos nos deixaram poucas informações”¹¹⁰.

Para Caio Prado o monopólio das riquezas coloniais é feito por agentes estrangeiros, restando um pequeno acúmulo na colônia sob o poder dos senhores de engenho, perpetuando o predomínio dos setores exportadores. Ao contrário de proporem uma elite que se perpetua pelo controle dos mecanismos de exportação, Fragoso e Florentino valorizam o monopólio de elementos internos, como o acesso diferencial ao crédito e ao trabalho escravo. Isto significa reconhecer uma dinamicidade na economia colonial que ultrapassa a mera dependência para com o externo (sem negar a influência externa). Nesta concepção, somente é possível entender as profundas diferenças econômico-sociais no interior da colônia recorrendo a estruturas internas. Este deslocamento de questão tem paralelo no balanço historiográfico sobre o absolutismo europeu, se seguirmos o raciocínio de G. Oestreich¹¹¹. Nas primeiras investigações sobre este tema, o objeto de pesquisa destacou temas ligados à análise dos poderes centrais, como a descrição da origem e desenvolvimento da burocracia e o aparecimento do exército permanente. No momento que Oestreich está escrevendo (o texto original é de 1969), as pesquisas já apontavam para nova direção, privilegiando o antigo, o que se tinha deixado intocado, as realidades provinciais, as forças locais: pergunta-se com insistência pelos elementos não-absolutistas do absolutismo. Para Oestreich, apenas parcialmente o poder monárquico se impõe ao nível provincial, e quase nada, ou mesmo nada se impõe no nível do poder local.

A convergência entre o maior ou menor controle da metrópole sobre a colônia, neste contexto, fica bem expressa tendo como ajuda a metáfora da sombra espalhada, retirada do

¹¹⁰ PRADO JR, *op. cit.*, p. 119 e 232.

pensamento do Pe. Antônio Vieira e desenvolvida por Laura de Mello e Souza¹¹². A partir da dicotomia sombra pequenina/sombra espaiada, contrapõe duas visões de Estado. Por um lado, o sol a pino, o sistema “coeso e racional” da administração portuguesa presente no pensamento de Raimundo Faoro, para quem “Portugal soube transpor com sucesso o sistema administrativo metropolitano para as colônias”¹¹³. De outro lado, aproveita-se da “fresta à contestação” dada por Faoro, ao citar o “funcionário colonial como mera sombra”: “se estes fogem ao controle, o mesmo pode acontecer com as leis e determinações que o Estado os incumbe de cumprir”¹¹⁴. Neste raciocínio de descontrole, a autora situa o pensamento de Caio Prado Júnior, que elabora “a imagem de um sistema administrativo assentado na confusão, na irracionalidade e transposto para o Brasil devido a falta de imaginação que, nos administradores portugueses, aliou-se à incapacidade de criar algo novo para a colônia americana”¹¹⁵. Transpondo esta dicotomia para as Minas, conclui pela presença concomitante destas duas realidades: “a sombra curta e a sombra espaiada são duas realidades concomitantes da administração nas Minas.”¹¹⁶ Por um lado, o rigor no controle, exemplificado pelo Regimento de Datas (de 1702) ou, ainda, pela

¹¹¹ OESTREICH, G. *Problemas estruturais do absolutismo europeu*. HESPANHA, Antônio M. B. (org.) *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

¹¹² “A sombra, quando está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés do príncipe, senão também dos de seus ministros. Mas quando chegam àquelas Índias, onde nasce o sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens”. Pe. Antônio Vieira, *apud* SOUZA, Laura de M. e. *Os desclassificados do ouro*. 3 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 91.

¹¹³ SOUZA, *op. cit.*, p. 92. Cf. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 10. ed., São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

¹¹⁴ SOUZA, *op. cit.*, p. 93.

¹¹⁵ *Id.*, p. 93. Cf. PRADO JR., Caio. *Op. cit.*.

¹¹⁶ SOUZA, *op. cit.*, p. 100.

colocação de prepostos quando as esmeraldas ainda eram apenas boatos; por outro lado, a realidade ímpar das minas, nunca antes explorada sistematicamente pela metrópole¹¹⁷.

Originariamente tese de mestrado orientada por Fernando Novais, este texto de Laura de M. e Souza envereda para o reconhecimento de características internas próprias, ainda que limitadas. Prevalece o pensamento expresso nas Cartas Chilenas, do fidalgo pobre fazer fortuna na colônia e voltar à metrópole¹¹⁸, ou ainda a idéia retirada da fala de Tiradentes, para quem tanta riqueza fazia de Minas pobre devido a “Europa, como uma esponja, lhe tivesse chupado toda a substância”¹¹⁹. A pobreza da colônia explica-se assim, prioritariamente pela dependência com o externo. Apesar desta ênfase ainda na dependência com o externo, o reconhecimento deste caráter dicotômico no interior da colônia permite a contrapartida, se levarmos às últimas conseqüências esta postura teórica da autora. O mesmo argumento utilizado a favor da dependência pode ser empregado para defesa da autonomia, divergindo-se o enfoque, concentrando-se o olhar em outro aspecto. Neste sentido, a conclusão de Laura de M. e Souza de que “a realidade é mais viva e mais rica do que a Lei, a quem acaba muitas vezes por modificar e até mesmo por criar, como no caso da legislação fiscalista característica das minas de ouro e diamantes”¹²⁰ torna-se emblemática. Tem-se uma fresta, a fornecer a pista de que não só Minas, mas toda a colônia viva esta dicotomia. Se, para o centro mercantil que representa a praça do Rio de Janeiro¹²¹, pode-se falar em relativa autonomia, em reprodução endógena da desigualdade, procurar expandir tais conclusões para o restante da colônia é apenas conseqüência. E, exatamente pela possibilidade destas derivações que alteram a conclusão

¹¹⁷ *Id.*, p. 95.

¹¹⁸ *Id.*, p. 91.

¹¹⁹ *Id.*, p. 41.

¹²⁰ *Id.*, p. 95.

¹²¹ FRAGOSO e FLORENTINO, *op. cit.*

preliminar, tem-se a complexidade da colônia. Igualmente, deduzida a autonomia, recoloca-se a fresta para pinçar a dependência.

Com um enfoque não voltado para os grandes centros exportadores, as regiões periféricas a estes apresentam uma nova faceta, de relativa autonomia. A complexidade destes micromundos não-exportadores fica negligenciada se o enfoque for direcionado para privilegiar a dependência com o externo. A colônia não é apenas ou principalmente “uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. Se estudarmos os acontecimentos ocorridos no Brasil-colônia a partir deste “sentido da colonização tropical”, o risco é concluir que “tudo mais que nela existe [na colônia], e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial”¹²². Esta já clássica passagem tem seus limites apontados desde a década de 1980¹²³. Este estudo sobre Taubaté, na esteira de outros¹²⁴, procura mostrar que uma visão centrada na dependência é por demais restritiva. A dinamicidade interna torna-se ainda mais rica até porque entrelaçada à dependência do externo. É preciso reconhecer que o Brasil é mais que zonas periféricas inexpressivas a rodear por todos os lados pequenos núcleos exportadores, como pequenas ilhas de excelência num oceano de pobreza/subsistência.

¹²² PRADO JR, *op. cit.*, 119; NOVAIS, Fernando A. *op. cit.*, p. 70 e 106.

¹²³ Por exemplo, ver o debate publicado em LAPA, José Roberto do A. Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹²⁴ Como os de FRAGOSO, *op. cit.*; FRAGOSO e FLORENTINO, *op. cit.*; FLORENTINO, Manolo G. e GÓES, José R, *op. cit.*; CASTRO, Hebe M. M. de. Ao sul da história. *Op. cit.*; MONTEIRO, John. Negros da Terra. São Paulo: Cia das Letras, 1994; FARIA, Sheila de Castro. A colônia em Movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Formação dos plantéis: teoria do ciclo de vida (Sexo, estado civil, cor, origem e idade dos chefes de fogos)

Delimitar as transformações que ocorrem na atividade econômica em Taubaté nestes quase dois séculos em estudo permitiu visualizar uma forte relação entre a posse de cativos e a produção agropecuária e, também, a preponderância de recursos endógenos na composição dos plantéis. Três grandes períodos se destacam: nos últimos dois terços do século XVIII, um período de crise da atividade agrícola mercantilizada, no começo do século XVIII e no começo do século XIX, retomada do crescimento da agricultura mercantil. A presença permanente de mão-de-obra cativa, apesar da redução no período intermediário (de crise), apresenta a questão dos mecanismos para adquirir esta força de trabalho extra-familiar. Sobre estes mecanismos, Renato Marcondes afirma: “um escravista conseguia formar seu plantel de três formas principais: compra, herança recebida (inclusive doações e dotes) e pela reprodução natural de seus escravos”¹²⁵. O objetivo do presente trabalho, entretanto, não é analisar os mecanismos de acumulação, mas identificar, entre os cativos acumulados, a formação de laços parentais. Marcondes, concentrando a atenção sobre as formas de enriquecimento na gestação da economia cafeeira em Lorena (século XIX), destaca a importância da acumulação realizada ao longo da vida das pessoas, no modelo de “ciclo de vida”¹²⁶. No primeiro momento, formação

¹²⁵ MARCONDES. A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX, *op. cit.*, p. 106.

¹²⁶ Este padrão, marcado pela formação gradual dos plantéis, contudo, não deve ser visto como único. Fragoso e Florentino destacam a importância da formação de plantéis pela inversão de capital mercantil

dos plantéis com acúmulo crescente de cativos, seguido pelo desmantelamento destes plantéis ao fim da vida do escravista.

Interessa, para o presente trabalho, analisar que a formação de laços parentais entre cativos segue a variação da posse de cativos ao longo da vida do escravista¹²⁷. Significa, a princípio, reconhecer a presença de laços parentais entre cativos (ver adiante o capítulo “Casar os cativos: tornar ladinos...”¹²⁸). Verificar tal correlação exige caracterizar estes escravistas, atento aos pressupostos colocados pela teoria do ciclo de vida. Nesse sentido, o presente capítulo analisa a estrutura de famílias e domicílios em Taubaté – o que exige caracterizar os cabeças de fogo segundo sexo e estado civil – para em seguida concentrar-se na análise da posse de cativos segundo a faixa etária do escravista – o que supõe caracterizar a idade e a origem destes¹²⁹.

Estrutura das famílias e domicílios em Taubaté, 1829

Gilberto Freire consagrou uma imagem de família associada à autoridade paterna sobre esposa, filhos e inúmeros agregados. Por outro viés (o clã), também Oliveira Vianna ressalta a

em atividades rurais, por razões extra-econômicas (cf. FRAGOSO e FLORENTINO, *op. cit.*). A premissa do presente trabalho é a concomitância destes dois fatores.

¹²⁷ A influência da idade do escravista e o tamanho de seu plantel na presença de laços parentais entre cativos é uma associação já clássica, estabelecida por Gutman. No início de vida, a formação dos plantéis associa-se poucas famílias cativas. Na fase terminal, de fim de vida, a desagregação dos plantéis e conseqüente redução dos laços de primeiro grau entre cativos.

¹²⁸ Em seguida, mostrar-se-á como a proporção de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau está associada aos tópicos desenvolvidos nestes dois primeiros capítulos: a produção agropecuária e a quantidade de cativos possuídos – em particular, com a posse de cativos segundo a idade do escravista.

¹²⁹ As características dos cativos serão discutidas no capítulo seguinte.

importância deste poder patriarcal, a estabilizar as relações familiares entre os mais abastados. Para os pobres, o desregramento¹³⁰. O questionamento desta visão, porém, aparece desde a década de 1980, como no trabalho de Eni de Mesquita Samara, ressaltando o papel de mulheres no comando de fogos paulistas no século XIX. Conclui a autora que “as famílias extensas do tipo patriarcal não foram predominantes em São Paulo, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de membros. Essa ruptura na complexidade familiar que levou os pais a se separarem dos filhos casados, genros, noras e netos e mesmo dos parentes, não revive o ambiente da casa grande onde todos conviviam no cotidiano, mas, por outro lado, não representou uma perda para os laços de solidariedade”¹³¹. Em Taubaté, no período em que as listas nominativas permitem sondar, observa-se igual resultado. Ao mesmo tempo, remete para os problemas de registro dos laços familiares que unem os membros. Entre os livres, muito pouco se registrou além dos laços de parentesco de primeiro e segundo grau. Nos inventários, apenas os herdeiros são citados sistematicamente. Netos, por exemplo, são citados por morte do herdeiro direto ou quando agraciado por terça. Nada a estranhar, visto que a transferência de herança, motivo da abertura do inventário, é legalmente restrita. Também as listas nominativas indicam poucos laços de parentesco além dos primários, predominando, em Taubaté, unidades produtivas reduzidas. O foco, para análise das relações de dependência, deve ser desviado para o relacionamento entre fogos, entre cabeças de casal. Salvador Correa da Mota¹³², por exemplo, indica uma das formas desta interdependência: o utilizar engenho alheio.

¹³⁰ FREIRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 9 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil, p. 10.

¹³¹ SAMARA, Eni de mesquita. As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado da cultura de São Paulo, 1989. Esta publicação corresponde à tese de doutoramento da autora, defendida em 1980, pela USP.

¹³² Lista nominativa de Taubaté, 1805, companhia 7, esquadra primeira, fogo 11.

O que coloca a questão do que se entende como “família” na época em estudo. Comum aparecer, nas listas, afirmação semelhante a “consumiu em sua casa”. Em 1829, sobre a produção de Antonio Machado, 43 anos, agricultor, casado e pai de quatro crianças, diz-se: “tem sitio, planta para o gasto de sua casa”¹³³. Em 1799, o mesmo tipo de afirmação¹³⁴. Neste período (1799-1829), a palavra “casa” repetidamente se associa à idéia de “planta para sua casa” (uma variante da expressão): um dos destinos da produção é a própria “casa”. Um sentido diferente de 1774, quando “casa” se refere ao prédio: “tem casa na vila”, a saber, na área urbana. Com o intuito de apenas descrever os bens possuídos, “casa” significa, em 1774, um imóvel, uma posse. Este sentido predomina no “Vocabulário portugues e latino”, publicado por Raphael Bluteau em 1712-1721. Casa corresponde a “morada de casas, edificio, em que vive huma familia com seus moveis, & alfayas, amparadas das injurias do tempo”¹³⁵. Este é o primeiro sentido, bem explicitado em página e meia de texto. Somente após este enfoque priorizando o significado de imóvel, em outro tópico Bluteau trata casa como “geração, família” – mas com pouco destaque a este sentido. No “Vocabulario portugues e latino”, “família” corresponde às “pessoas de que se compoem huma casa, pays, filhos, e domésticos”¹³⁶. Esta mesma definição para família é apresentada pelo dicionário de Antônio de Moraes e Silva, um século após: “as pessoas de que se compõe a casa, e mais propriamente os subordinados aos chefes, ou pais de famílias”¹³⁷.

¹³³ Lista nominativa de Taubaté, 1829, companhia 5, esquadra 2, fogo 46.

¹³⁴ Para os anos anteriores, somente em 1774 se arrola a produção, sem a preocupação de indicar o destino desta. Em 1835 e 1836, a nova estrutura das listas impede tal afirmação.

¹³⁵ BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portugues e latino. Coimbra, 1712. (ed. eletrônica fac-similar. Rio de Janeiro: UERJ, 2000).

¹³⁶ BLUTEAU, Raphael. *op. cit.*

¹³⁷ SILVA, Antônio de Moraes. Diccionario de lingua portuguesa. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1922 (ed. fac-símile da segunda edição de 1813).

Para Bluteau, “casa” não se confunde, imediatamente, com “família”, e este é o sentido que se percebe pela leitura da lista nominativa de 1774. Mas o inverso não é verdadeiro: a “família” é formada por aqueles que “compoem uma casa”. O termo “família” inclui, assim, o sentido de “casa”, sem estar restrito ao sentido de imóvel. Importante, amplia-se o sentido de família para pessoas não ligadas por laços de parentesco de primeiro grau: os domésticos. Domestico, para Bluteau, como “coisa de casa”, no sentido de “criado em casa”, ou de animal doméstico, “hum animal bravo, feito manço”. Doméstico, significando o controlado, o domado, bem pode ter o sentido extrapolado para os cativos, presentes em Taubaté ao correr de todo o período estudado. Este sentido é explicitado por Morais e Silva, ao citar os “subordinados”, “mais propriamente”.

Este sentido ampliado de família é o que prevalece nas listas nominativas de Taubaté do início do oitocentos: utiliza-se o termo “casa”, representando aquelas pessoas a quem os bens produzidos devem sustentar, não um bem imóvel. Torna-se sinônimo não da unidade familiar com pessoas unidas por laços de primeiro grau, mas remete para o sentido de Bluteau e Morais e Silva. Neste sentido, a percepção de Sheila de Castro Faria também é plenamente cabível para Taubaté: “O caso brasileiro pode ser mais complicado do que o de regiões européias por incluir, na casa, os escravos, provavelmente não considerados ou nomeados como membros de uma família. Mas todos os outros moradores, como criados, parentes, e agregados, talvez estivessem incluídos. Morais e Silva, entretanto, completa com mais uma acepção, incluindo ‘os parentes e aliados’, ou seja, família também pressuporia a não coabitação e seu significado se relaciona não só à consangüinidade como pode ainda abranger membros de outras famílias que fossem ‘aliados’”¹³⁸. Ainda hoje se mantém este sentido. O dicionário de Aurélio Buarque de Holanda define “casa”, entre outros significados, como “o conjunto dos membros de uma família;

instituição familiar. (...) Ser de casa: ser familiar”; mais explicitamente, destaca o caráter ampliado do termo “família” ao definir como “pessoas unidas por laços de parentesco, pelo sangue ou por aliança”¹³⁹.

Este conceito de família, aberto para incluir parentes e agregados/escravos, contudo, deve ser expandido ainda mais. Sheila de Castro Faria, ao citar “parentes e aliados” como uma acepção de família que o dicionário de Moraes e Silva apresenta, conclui: “família também pressuporia a não-coabitação e seu significado se relaciona não só com a consangüinidade como pode ainda abranger membros de outras famílias que fossem ‘aliados’”¹⁴⁰. Família inclui não só membros sem relação consangüínea (como agregados), como pode abranger não-residentes sob o mesmo teto, daí a importância das relações entre fogos. Ainda mais que a presença de pessoas estranhas ao núcleo familiar primário (casal e filhos) nos fogos é muito restrita, o que se percebe pela análise da estrutura das famílias e domicílios em Taubaté (ver tabela 11). A redução da quantidade de pessoas livres por fogo, indicada pela tabela 12, remete para a importância da relação inter-fogo.

¹³⁸ FARIA, Sheila de Castro. *op. cit.*, 41.

¹³⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio - século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹⁴⁰ FARIA, Sheila de C.. *op. cit.*, p. 41.

tabela 11 – Estrutura das famílias e domicílios em Taubaté, 1829 e São Paulo, 1836

| tipo de família | Taubaté | Capital-SP |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------|
| Singular – indivíduo só | 3,6 | 10,6 |
| Desconexa – indivíduo ou casal com escravos, agregados e outros (ou composições várias com estes elementos) | 10,1 | 27,7 |
| Nuclear – casal; casal ou indivíduo com filhos e netos (ou composições várias com estes elementos) | 65,2 | 34,5 |
| Extensa – idem nucleares mais parentes | 0,3 | 1,2 |
| Aumentada – indivíduo ou casal com filhos, netos ou parentes, mais agregados e escravos (ou composições várias com estes elementos, desde que incluísse filhos ou netos ou parentes com agregados ou escravos) | 20,4 | 25,2 |
| Fraterna – domicílios sem chefe com vários elementos parentes ou não (em Taubaté, fogos chefiados por irmãos: seis fogos com escravos, um fogo com um agregado, um fogo sem escravo nem agregado) | 0,4 | 0,8 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 |
| Total de fogos (#) | 1966 | 1516 |

Fonte: Listas nominativas¹⁴¹. Para a cidade de São Paulo, ver Samara, *op. cit.*, p. 28.

A análise da estrutura das famílias e domicílios em Taubaté segue a tipologia desenvolvida por Eni Samara¹⁴², estabelecida para a capital paulista em 1836. Para melhor comparação com o trabalho da autora, observa-se Taubaté a partir da lista nominativa de 1829. Nas categorias classificatórias utilizadas, o principal diferencial entre as duas localidades parece ser a maior presença de agregados e/ou escravos na capital do que em Taubaté. Consoante com os números da tabela 3, que indica mais de dois terços dos fogos sem cativos, em Taubaté mais de dois terços dos fogos consiste em domicílios nucleares ou singulares (ver tabela 11). As famílias desconexas e as aumentadas, em Taubaté, apresentam participação inferior à observada na cidade de São Paulo. Não só pela pequena participação dos escravistas no conjunto da

¹⁴¹ Excluí o Convento de Santa Clara, um fogo com uma pessoa livre (Frei José de S. Angela) e 17 escravos, sem produção declarada. O convento também foi excluído dos cálculos da tabela 12 e das demais tabelas relacionadas a tipo de família, em anexo.

¹⁴² SAMARA, Eni de mesquita. *op. cit.*, p.27.

população (23,5% no ano de 1829, pela tabela 3), mas também pela pequena presença de agregados ao longo do período delimitado pelas listas. Em 1829, tem-se 384 agregados em 246 fogos (166 fogos com apenas um agregado; apenas um fogo com sete agregados, valor máximo). Significa que 87,5% dos fogos, em 1829, não possuem agregados. No ano de 1825, listam-se 392 agregados em 241 fogos (os demais 1558 fogos não tem agregados). 66% destes fogos tem apenas um agregado e o maior número de agregados (onze) também ocorre em um único fogo. Apenas dois fogos tem sete agregados, um fogo tem seis e os restantes tem no máximo cinco agregados. No ano de 1799, os valores são muito próximos: 579 agregados em 314 fogos (1170 fogos não tem agregados). 54% destes fogos tem apenas um agregado e o fogo com maior número de agregados tem sete (um caso). Em 1774, 301 agregados em 171 fogos, 56% destes com apenas um agregado (três fogos com sete agregados, número mais elevado de agregado por fogo). Ou seja, em 1774, não há agregados em 78,5% dos fogos.

Comparando os valores indicados no parágrafo anterior, tem-se uma redução contínua da participação de fogos com agregados, em relação ao total de fogos listados. Em 1774, correspondem a 78,5% do total de fogos, 6,9% da população livre, média de 1,8 agregados por fogo com agregado. Em 1829, correspondem a 87,5% do total de fogos, 4,8% da população livre, média de 1,6 agregados por fogo com agregado. Se o número bruto subiu, tanto de fogos (de 171 para 246, crescimento de 43,9%) quanto de agregados (de 314 para 384, crescimento de 22,3%), isto se explica pelo crescimento geral da população. A redução nos valores relativos está associada ao maior crescimento proporcional do conjunto da população do que dos agregados: o número de fogos cresce 146,8% e o de pessoas 86,4%. Esta tendência de redução do número de fogos com agregados representa uma tendência maior, para o conjunto da população livre: conforme a tabela 12, os fogos maiores reduzem progressivamente a

participação, tanto em relação ao número de fogos quanto ao número de pessoas. Na outra ponta, dos fogos com até três pessoas livres, a participação cresce progressivamente, tanto em relação ao número de fogos quanto ao número de pessoas livres nestes fogos. Em particular, os fogos com apenas um indivíduo livre (não necessariamente domicílios singulares, pois podem incluir escravos), crescem de modo significativo. Quanto aos fogos com quatro a nove pessoas livres, pequena alteração ocorre na proporção de pessoas concentradas nestes fogos; apesar da participação de fogos nesta faixa de tamanho de presença de pessoas livres reduzir-se de 70% em 1774 para 55% em 1799 (54% em 1829). A transformação maior ocorre nos extremos, os maiores fogos cedendo importância para os menores. Enfatizar esta variação é a finalidade da classificação da faixa de tamanho de pessoas livres por fogo, empregada na tabela 12.

tabela 12 – distribuição dos fogos segundo o número de pessoas livres, 1774-1829

| Número de pessoas Livres por fogo | 1774 | | 1799 | | 1829 | |
|--------------------------------------|----------|--------|----------|--------|----------|--------|
| | % pessoa | % fogo | % pessoa | % fogo | % pessoa | % fogo |
| 1 | 0,6 | 3,3 | 1,1 | 5,0 | 1,7 | 7,0 |
| 2 e 3 | 10,0 | 19,0 | 17,7 | 36,0 | 22,3 | 37,1 |
| 4 a 9 | 73,3 | 69,9 | 71,7 | 55,0 | 71,2 | 54,0 |
| 10 ou mais | 16,1 | 7,8 | 9,5 | 4,0 | 4,8 | 1,9 |
| Total (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Total (#) | 4378 | 797 | 6938 | 1484 | 8158 | 1966 |

Fonte: Listas nominativas

A passagem do século XVIII para o século seguinte carrega uma nova mentalidade, mais individualista. Em grande parte associada à retomada da atividade agrícola mercantilizada (o açúcar e o café), elemento desencadeador desta diferença. Entre os anos de 1774 e 1829, a diferença mais significativa está na retomada do plantio para longa distância. Em 1774, tem-se

um momento de refluxo da atividade agrícola mercantilizada; em 1799, crescimento da produção de cana de açúcar; em 1829, crescimento da produção de café. Em 1774, média de 5,5 pessoas livres por fogo; em 1799, média de 4,7 e, em 1829, média de 4,2 pessoas livres por fogo. Quanto à posse de cativos, os indicadores trabalhados mostram-se bem próximos (a diferença acentua-se apenas nas décadas de 1830 e 1840). Nos dois anos limites, 23% dos fogos possuem escravos, com média de 4,8 cativos por fogo. Em 1829, presença um pouco menor de plantéis com até 4 cativos: 70,5% dos escravistas tem 30,8% dos escravos em 1774, 66,5% dos escravistas tem 26,9% dos escravos em 1829¹⁴³. Com o crescimento do estoque de cativos em Taubaté, cujos picos de crescimento situam-se próximos aos anos de 1799 e 1829 (ver gráfico 5), o que ocorre é o direcionamento destes cativos para novos fogos, de modo a manter uma mesma média de cativos por fogo, mas com maior número de fogos e de cativos no total.

Em 1774, os 3,3% de fogos com apenas um indivíduo livre correspondem a 26 fogos nos quais não há escravos. Ou seja, na retração da atividade mercantilizada em Taubaté, formar um novo fogo, solitariamente, sem a companhia de outra pessoa livre, significa exatamente morar sozinho, sem escravos a acompanhá-lo. Para estes, residir sozinho não fornece recursos suficientes para adquirir cativos. Dos 26 chefes de fogos solitários, apenas seis são mulheres, todas viúvas. Entre os homens com estado civil identificado, quatorze são solteiros, um casado e dois viúvos. Ou seja, em 1774, morar sozinho é privilégio dos homens solteiros, acessível às mulheres apenas quando viúvas. Mesmo assim, das 88 viúvas chefes de fogo, maioria das viúvas não mora sozinha: 51 residem em fogos com duas a cinco pessoas livres.

Já em 1799, dos 74 fogos com apenas um indivíduo livre, 57 (3,8% do total de fogos) correspondem a famílias singulares. Tornou-se possível morar sozinho, com escravos à disposição: 17 fogos constituem famílias desconexas. Esta proporção cresce em 1829: a metade

¹⁴³ Ver capítulo anterior: tabela 1, gráfico 2, tabela 2 e tabela 3.

dos fogos com apenas um indivíduo livre (7%, pela tabela 12) constituem famílias singulares (3,6%, pela tabela 11). Nesse sentido, a entrada de cativos significou maior autonomia para morar sozinho, acompanhado de mão-de-obra extra-familiar cativa. Ao mesmo tempo, significou maior autonomia para as mulheres. Em 1829, das 37 mulheres que residem solitariamente (famílias singulares), vinte e uma (56,8%) são viúvas, quinze são solteiras e uma é casada. Bem diferente de 1774, quando inexistiam solteiras ou casadas residindo solitariamente. Entre os homens, continua o predomínio de solteiros, embora não na mesma intensidade: entre aqueles com estado civil identificado, treze (praticamente a metade) são solteiros, sete são casados e sete são viúvos. A maior liberdade das mulheres para morarem sozinhas, se inexistente em 1774, em 1785 já se consolida: das treze mulheres morando solitariamente, nove são solteiras e quatro viúvas. A predominância de solteiras entre as mulheres se repete em 1815. Neste ano, em 72 famílias singulares, 40 são compostas por homens e 32 por mulheres. Entre as mulheres, onze são viúvas e dezenove são solteiras (não há casadas, as restantes não tem indicação de estado civil); entre os homens, 25 são solteiros, dez são casados e cinco são viúvos. Esta importância das mulheres solteiras em fogos menores deve ser ressaltada considerando que, dentre as mulheres que comandam fogos, sempre mais de 50% são viúvas (ver tabela 45, em anexo).

Esta autonomia feminina segue grande similitude com o padrão geral dos chefes de fogos segundo o sexo e o estado civil. Entre os anos de 1774 e 1829, conforme indicado pela tabela 13, de 77 a 86% dos chefes de fogos são homens e, justamente em 1774, momento da menor participação de mulheres no comando de fogos, ocorre a inexistência de mulheres solteiras controlando fogos. A presença de mulheres residindo sozinhas é um fator explicativo

da elevação de pouco mais de quatro pontos percentuais na participação feminina, que se eleva de 14,4% em 1774 para valores entre 18 a 23% nos anos seguintes, conforme tabela 13.

tabela 13 – Cabeças de fogo segundo sexo e estado civil, 1774-1829

| Ano | 1774 | 1785 | 1790 | 1795 | 1799 | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|---------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| SEXO | | | | | | | | | | | |
| HOMEM | 85,6 | 79,3 | 77,3 | 80,9 | 79,5 | 78,0 | 80,1 | 80,3 | 82,1 | 81,7 | 81,9 |
| MULHER | 14,4 | 20,7 | 22,7 | 19,1 | 20,5 | 22,0 | 19,9 | 19,7 | 17,9 | 18,3 | 18,1 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 797 | 1099 | 1309 | 1361 | 1481 | 1543 | 1575 | 1818 | 1823 | 1796 | 1961 |
| ESTADO CIVIL | | | | | | | | | | | |
| SOLTEIRO | 6,5 | 10,5 | 7,5 | 0,9 | 3,4 | 10,0 | 10,2 | 8,2 | 7,8 | 7,9 | 8,0 |
| CASADO | 78,6 | 65,2 | 72,6 | 92,6 | 81,4 | 73,0 | 73,7 | 76,9 | 77,6 | 78,0 | 76,8 |
| VIÚVO | 15,0 | 24,3 | 19,8 | 6,5 | 15,2 | 17,0 | 16,1 | 14,9 | 14,6 | 14,1 | 15,2 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 774 | 704 | 1210 | 933 | 1302 | 1534 | 1564 | 1801 | 1800 | 1775 | 1946 |

Obs.: Para análise de sexo, considera-se apenas os cabeças de fogo com sexo identificado; para estado civil, apenas os com estado civil identificado¹⁴⁴.

Fonte: Listas nominativas.

Outro aspecto a ressaltar é a importância das pessoas solteiras na formação destes fogos com menor presença de pessoas livres. Em 1829, nos fogos singulares, 45% são solteiros, 12% casados e 43% viúvos (ver tabela 14). Nos fogos de famílias desconexas, 42,6% são chefiados por solteiros, 32,2% por casados e 25,1% por viúvos. Metade dos chefes de fogo solteiros comandam famílias desconexas, enquanto a proporção de solteiros em fogos singulares é praticamente a mesma dos solteiros que controlam fogos de famílias nucleares (18,6% e 19,9%,

¹⁴⁴ As distorções presentes no ano de 1795 estão relacionadas a problemas de leitura nos microfilmes (veja-se o reduzido número de casos analisados).

respectivamente). Os cabeças de fogos casados, por sua vez, são majoritariamente (74%) chefes de famílias nucleares (ver tabela 14). Quanto aos viúvos, metade (47,5%) controla fogos nucleares e um quinto (27,5%) são cabeças de fogo com famílias aumentadas. Significa que a morte de um dos cônjuges coloca o outro como tutor dos filhos menores (e da herança a eles destinada), o que comumente se encontra nos inventários *post-mortem*. Ainda assim, 43% dos fogos singulares são de viúvos (9,5% do total de viúvos).

tabela 14 – tipo de família segundo estado civil do cabeça de fogo (e vice-versa) em Taubaté, 1829

| TIPO DE FAMÍLIA | | ESTADO CIVIL | | | Total (%) | Total (#) |
|-----------------|----------------------|--------------|---------|--------|-----------|-----------|
| | | Solteiros | Casados | Viúvos | | |
| Singular | % em tipo de família | 44,6 | 12,3 | 43,1 | 100,0 | 65 |
| | % em estado civil | 18,6 | 0,5 | 9,5 | 3,3 | |
| Desconexa | % em tipo de família | 42,6 | 32,2 | 25,1 | 100,0 | 183 |
| | % em estado civil | 50,0 | 3,9 | 15,6 | 9,4 | |
| Nuclear | % em tipo de família | 2,4 | 86,7 | 10,9 | 100,0 | 1281 |
| | % em estado civil | 19,9 | 74,3 | 47,5 | 65,9 | |
| Extensa | % em tipo de família | 50,0 | 50,0 | 0 | 100,0 | 6 |
| | % em estado civil | 1,9 | 0,2 | 0 | 0,3 | |
| Aumentada | % em tipo de família | 1,7 | 78,1 | 20,1 | 100,0 | 402 |
| | % em estado civil | 4,5 | 21,0 | 27,5 | 20,7 | |
| Fraterna | % em tipo de família | 100,0 | 0 | 0 | 100,0 | 8 |
| | % em estado civil | 5,1 | 0 | 0 | 0,4 | |
| Total | % em tipo de família | 8,0 | 76,8 | 15,2 | 100,0 | 1945 |
| | % em estado civil | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |
| | Total (#) | 156 | 1494 | 295 | 1945 | |

Fonte: lista nominativa de 1829.

Considerando que 65 a 92% dos chefes de fogos são casados e 6 a 20% são viúvos (ver tabela 13), explica que o predomínio das famílias nucleares seja a tendência da população: sair da casa dos pais significa, majoritariamente, casar. Aqueles que deixam a casa dos pais ainda

solteiros tendem, em grande parte, a permanecer celibatários, o que se depreende da análise do estado civil segundo a idade (ver tabela 15). Entre os solteiros, a maior parte (83,4%) tem idade superior a 29 anos. Tal permanência do celibato aparece ainda mais forte se considerarmos que um terço dos solteiros tem idade igual ou superior a cinquenta anos. Entre os cabeças de fogo casados e viúvos, estabelece-se uma relação inversamente proporcional. Pela tabela 15, quanto mais velho o cabeça de fogo, menor a participação de casados e maior a participação de viúvos. Esta pequena presença de solteiros entre os cabeças de fogo mais novos significa que uma parcela destes rapidamente se casa antes de completar trinta anos. Por isso a anotação de celibatários principalmente entre os mais velhos e, inversamente, maior proporção de casados entre os mais novos. Esta pequena participação de celibatários entre os homens que chefiavam fogos é bem expressa também pela tabela 45, ao indicar que sempre mais de 86% são casados.

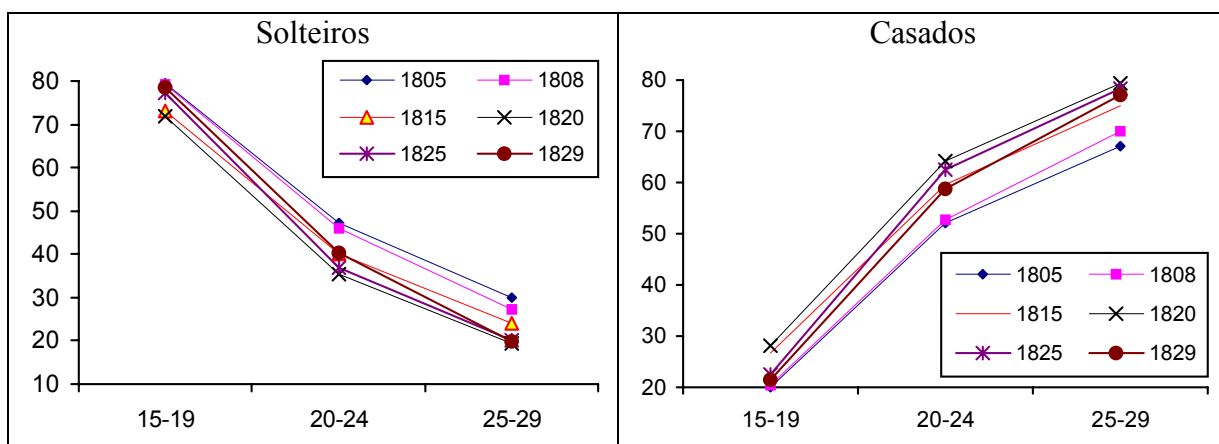
tabela 15 – estado civil segundo a idade do cabeça de fogo (e vice-versa) em Taubaté, 1829

| FAIXA ETÁRIA | | ESTADO CIVIL | | | Total (%) | Total (#) |
|--------------|-------------------|--------------|---------|--------|-----------|-----------|
| | | Solteiros | Casados | Viúvos | | |
| 10-19 | % em idade | 20,0 | 80,0 | 0 | 100,0 | 25 |
| | % em estado civil | 3,2 | 1,3 | 0 | 1,3 | |
| 20-29 | % em idade | 5,1 | 90,5 | 4,4 | 100,0 | 409 |
| | % em estado civil | 13,5 | 24,8 | 6,1 | 21,1 | |
| 30-39 | % em idade | 9,1 | 84,2 | 6,7 | 100,0 | 507 |
| | % em estado civil | 29,5 | 28,7 | 11,6 | 26,2 | |
| 40-49 | % em idade | 7,7 | 78,8 | 13,5 | 100,0 | 401 |
| | % em estado civil | 19,9 | 21,2 | 18,4 | 20,7 | |
| 50-59 | % em idade | 11,6 | 59,6 | 28,9 | 100,0 | 329 |
| | % em estado civil | 24,4 | 13,2 | 32,4 | 17,0 | |
| 60ou+ | % em idade | 5,6 | 59,9 | 34,5 | 100,0 | 267 |
| | % em estado civil | 9,6 | 10,7 | 31,4 | 13,8 | |
| Total | % em idade | 8,0 | 76,8 | 15,1 | 100,0 | 1938 |
| | % em estado civil | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |
| | Total (#) | 156 | 1489 | 293 | 1938 | |

Fonte: Lista nominativa de 1829.

Da mesma forma, a análise da proporção de casados e viúvos no conjunto da população livre¹⁴⁵ confirma a tendência de casar antes dos trinta anos. A predominância de casados entre as pessoas livres com quinze anos ou mais (ver tabela 54 em anexo) ocorre pela inversão que se estabelece nos quinze primeiros anos de fase adulta (ver gráfico 50 e tabela 55 em anexo). Se, entre os quinze e dezenove anos, predominam os indivíduos livres solteiros, entre vinte e vinte e cinco anos os livres casados representam de metade a dois terços do total de livres nesta faixa etária. Antes de completar trinta anos, três quartos da população livre já está casada (ver tabela 56). Esta variação está indicada pelo gráfico 7, abaixo, pelo qual se percebe uma oscilação bem mais intensa entre a primeira e a segunda faixa etária delimitada que entre o segundo e a terceiro lustro. Ressalta, ainda, que em todas as listas consideradas a oscilação é idêntica, de modo que uma lista confirma a outra.

gráfico 7 – Proporção de casados e solteiros na população livre com 15 a 29 anos segundo faixa de idade, 1805-1829



Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 56.

¹⁴⁵ Considerou-se todos os indivíduos não-escravos, o que inclui forros.

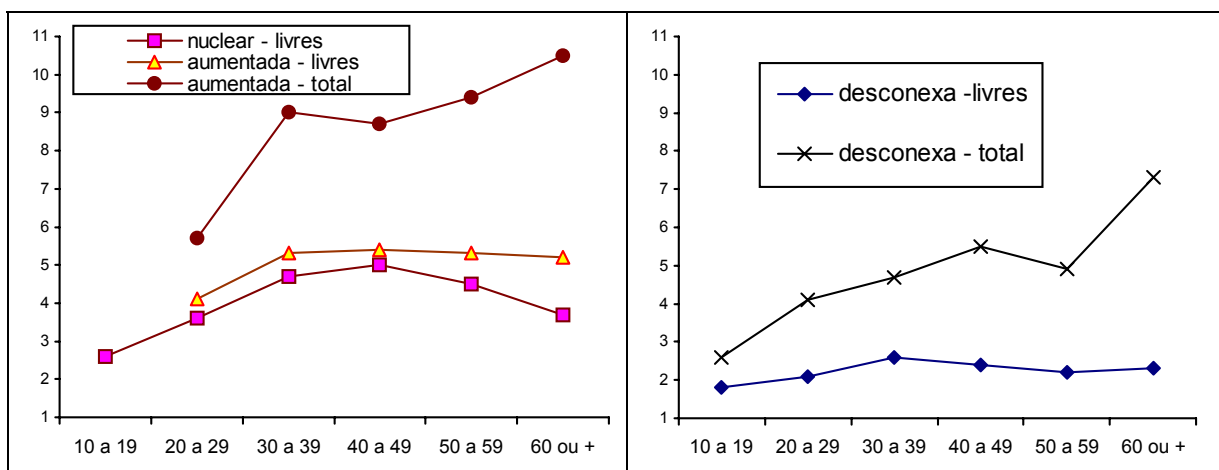
Do exposto tem-se, primeiro, uma correlação entre casados e viúvos formando famílias nucleares com solteiros formando famílias singulares e desconexas. Segundo, a redução da proporção de cabeças de fogo casados, com crescimento dos viúvos, quanto mais velho este for. Esta uma dupla condição indica resultado semelhante ao encontrado por Eni Samara: “esses dados permitem visualizar em conjunto o ciclo de vida da família. Casais de jovens constituem famílias nucleares que vão aos poucos se tornando extensas. Com o casamento dos filhos e a saída da casa paterna as famílias iniciam o processo inverso com tendência à diminuição do número de membros e relações”¹⁴⁶. Este “ciclo de vida da família” pode ser observada pelo gráfico 8. As famílias desconexas e aumentadas, que incluem cativos, apresentam crescimento do número de pessoas livres até a faixa de idade de 30 a 39 anos, estabilizando-se em seguida (a rigor, pequena redução). Incluindo os cativos, a média de pessoas por fogo continua a subir nestes dois tipos de famílias. Entre as famílias nucleares, que dependem da força de trabalho livre (este tipo de família não inclui cativos), a crise aparece apenas após a faixa etária de 49 anos. Significa que a necessidade de trabalho dos filhos mantém estes por mais tempo na companhia dos pais. Uma vez que estes casam e saem da residência paterna, a queda do número médio de pessoas por fogo é bem intensa. Isto permite deduzir que, para os fogos com cativos, a saída dos filhos é menos traumática, a força extra substitutiva pode ser obtida pela aquisição de cativos. A pequena redução na média de pessoas livres por fogo entre as famílias aumentadas é rapidamente compensada pela aquisição de cativos. Entre as famílias desconexas, que não incluem filhos – portanto, sem pessoas com data esperada para sair da casa (do fogo) – esta redução é ainda menor que nas famílias aumentadas.

Apesar de ser uma análise para um ano específico (1829), estas conclusões devem ter validade para o período mais próximo (a primeira metade do oitocentos), e mesmo para a

¹⁴⁶ SAMARA, Eni. *op. cit.*, p. 44.

segunda metade do setecentos. Considerando a maior média de pessoas livres por fogo em 1774 do que em 1929 (ver tabela 12), a presença dos filhos e agregados mostra-se mais importante (inclusive pela média de cativos por fogo ser muito próxima, conforme indicado pela tabela 3). Num ambiente de maior presença de livres em relação a uma mesma média de cativos, perder mão-de-obra familiar (pela saída para casar) mostra-se mais problemática que num ambiente com tendência para a formação de fogos com menor número de pessoas livres, considerando condições de tecnologia produtiva semelhantes.

gráfico 8 – média de pessoas por fogo segundo o tipo de família e a idade do cabeça do fogo, 1829



Obs.: “livres” considera apenas indivíduos livres; “total” considera a população livre e a cativa.
 Fonte: lista nominativa de 1829. Ver tabela 51, em anexo.

A transformação ocorrida ao longo da vida dos cabeças de fogos pode ser indicada também a partir de outros fatores, analisados no próximo item, como a produção de café e a posse de terras segundo o tipo de família. Ou, ainda, pela variação na posse média de cativos conforme a idade dos escravistas. Esta terceira forma, tradicionalmente empregada, reveste-se

de maior importância, considerando a tabela 44 em anexo. Se, ao fim da vida do indivíduo (quando se abre inventário), a posse de riqueza em réis corresponde à posse de cativos, a análise da variação de posse de cativos ao longo da vida (por faixas etárias do escravista), a partir das listas nominativas, permite expandir o padrão resultante do estudo da teoria de ciclo de vida para todo o período estudado.

*

Do já exposto, tem-se um padrão: primeiro estabelecer-se, somente depois casar. Nas famílias nucleares e aumentadas, predominam os chefes casados (86,7% e 78,1%, respectivamente - ver tabela 14). Ao contrário, nas famílias singulares e desconexas predominam os solteiros. Como todos os fogos de famílias desconexas apresentam cativos e os fogos singulares e as famílias nucleares não os possuem, sair de casa significa – para os que conseguem ter cativos – um esforço maior de produção (representada pela média de produção de café por fogo, indicada na tabela 16). Comparar a estrutura de famílias com a quantidade de café produzido e a posse ou não de terras reforça esta conclusão de primeiro estabelecer-se, depois casar.

tabela 16 – Produção de café (em arrobas) por tipo de família, 1829

| | tipo de família | | | Total |
|----------------------------|-----------------|-----------|-----------|--------|
| | nuclear | desconexa | aumentada | |
| Média de produção por fogo | 15,3 | 122,9 | 73,3 | 53,1 |
| Produção mínima por fogo | 2 | 4 | 4 | 2 |
| Produção máxima por fogo | 50 | 650 | 400 | 650 |
| Produção total | 902 | 1106 | 5790 | 7798 |
| Número de fogos | 59 | 9 | 79 | 147 |
| % sobre produção total | 11,6% | 14,2% | 74,2% | 100,0% |
| % sobre número de fogos | 40,1% | 6,1% | 53,7% | 100,0% |

Fonte: lista nominativa de 1829.

Entre os fogos que produziram café¹⁴⁷ em 1829, nove são de famílias desconexas, todas com escravos (plantéis com dois a quarenta escravos). Destas, cinco apresentam apenas uma pessoa livre. A produção média nestes fogos é a maior registrada, de 122,9 arrobas por fogo, produção total de 1106 arrobas. Valores bem superiores ao dos fogos com famílias nucleares. A diferença pode ser explicada pela relação já estabelecida no capítulo anterior, de maiores plantéis com maior produção (neste caso, tanto produção média quanto produção total). Isto porque, entre os plantéis com famílias nucleares, é a força de trabalho familiar que se considera (os cativos e agregados são excluídos desta categoria). Significa valorizar a força de trabalho dos filhos, que se expressa de tal modo que não há filhos em apenas um dos 59 fogos com família nuclear. A posse de cativos altera significativamente os valores de produção: os fogos com famílias aumentadas (as nucleares mais parentes e/ou escravos e/ou agregados) tem produção significativamente maior que as nucleares. Entre os 79 fogos com famílias aumentadas, apenas seis não tem escravos (para os demais fogos, plantéis de um a 34 cativos).

Entre os escravistas, predominam as famílias aumentadas: representam 68,6% dos 462 fogos com escravos. Em cada uma das faixas de tamanho de plantel consideradas, valores praticamente idênticos se repetem, oscilando entre 63 e 69%. Famílias desconexas representam a outra porção de escravistas, uma vez que famílias fraternas apresentam participação reduzida, sempre inferior a 2%, independente do viés considerado (ver tabela 46, em anexo). Famílias com maior número de pessoas livres (não apenas um indivíduo ou o casal, característica das famílias desconexas) também apresentam grande participação na posse de cativos: detém 68,2% dos 2234 cativos listados em 1829, média de 3,8 escravos por fogo. As famílias desconexas com

¹⁴⁷ Considerou-se para esta análise apenas a produção de café por ser o produto melhor descrito na lista de 1829. Mas outro fator deve ser destacado: sendo um produto típico de exportação, que exige um tempo maior de espera para a primeira colheita (até 4 anos) que os demais produtos listados, os resultados obtidos reforçam este caráter da produção concentrada em poucos fogos.

escravos controlam 30,2% dos escravos, média de 3,4 escravos por fogo. O que coloca a importância da mão-de-obra livre disponível, inclusive os filhos, sem conflitos entre esta e a mão-de-obra cativa. Surpreende, entretanto, que famílias desconexas consigam média de produção de café por fogo mais elevada, já que os indicadores de posse de cativos são muito semelhantes aos das famílias aumentadas (ver tabela 46, em anexo). Significa que os fogos de famílias desconexas dedicam-se mais intensamente ao plantio de café. O que reforça a conclusão que o crescimento dos fogos com menor número de indivíduos livres está diretamente associado ao crescimento do plantio para mercados mais distantes, fruto que é deste fenômeno de ressurgimento mercantil.

tabela 17 – posse de terra segundo o tipo de família (e vice-versa) em Taubaté, 1829

| tipo de família | VIVE A FAVOR | | | |
|-----------------|--------------|------|-----------|-----------|
| | Sim | Não | Total (%) | Total (#) |
| singular | 75,0 | 25,0 | 100,0 | 8 |
| desconexa | 22,8 | 77,2 | 100,0 | 79 |
| nuclear | 65,5 | 34,5 | 100,0 | 676 |
| aumentada | 18,7 | 81,3 | 100,0 | 192 |
| Total | 52,7 | 47,3 | 100,0 | 955 |

Vive a favor: Sim = fogos explicitamente citados como vivendo de favor;

Não = fogos explicitamente citados como proprietários de terras.

Fonte: lista nominativa de 1829.

A análise dos fogos que são listados como “vive a favor” reforça a conclusão de solteiros procurando primeiro estabelecer-se, para depois casar¹⁴⁸. Entre os fogos singulares, dois são explicitamente citados na lista nominativa de 1829 como vivendo a favor; enquanto seis

¹⁴⁸ Os reduzidos casos ocorrem pela ausência de informações, seja a favor ou contra a posse de terras. Um exemplo está na produção de Pedro Viana, assim descrita: “Agricultor. Planta para o gastos de sua casa” (lista nominativa de Taubaté, 1829, companhia 5, esquadra 2, fogo 59).

apresentam a indicação de possuírem terras próprias (por exemplo, “tem sítio”). Entre os chefes de famílias desconexas, 61 (77,2% das famílias desconexas) possuem terras próprias e apenas 18 vivem a favor (ver tabela 17). A posse de terra está diretamente associada à posse de cativos, outra conclusão obtida da tabela 17: famílias singulares e nucleares (sem cativos) possuem maior proporção de fogos sem terras, enquanto os demais tipos de famílias (que incluem a posse de cativos) tem maior proporção de pessoas com terras. O mesmo também pode ser observado pela tabela 49 em anexo: quanto maior o número de cativos possuídos, menor a proporção dos fogos sem terras. A este aspecto associa-se outro: o crescimento da proporção de pessoas vivendo a favor entre os anos de 1799 e 1829, segundo a tabela 49, em anexo. Provavelmente, a maior importância dos bens rurais (ver gráfico 6, sobre os principais setores econômicos) influencia decisivamente nesta redução de pessoas com a posse da terra em que reside.

A tabela 50, ao destacar a variação da posse ou não de terra segundo a faixa etária e o estado civil do cabeça de fogo, mostra uma sensível diferença entre os casados e os solteiros. Para os primeiros, quanto mais velhos menor a proporção dos que vivem a favor. Os solteiros, por sua vez, apresentam comportamento diferenciado entre os dois anos em estudo. Em 1799, seguem o padrão dos casados (redução dos que vivem a favor conforme aumenta a idade); em 1829, a tendência de redução no viver a favor conforme o aumento da idade reverte-se nas faixas etárias mais altas. Indica que os casados, ao longo de suas vidas, apresentam maiores condições de adquirir terra – o mesmo para os solteiros em 1799 (e pouco acessível aos solteiros mais velhos em 1829). Considerando que os solteiros tendem a casar logo, apenas um pequeno grupo permanece celibatário em idades avançadas, são estes renitentes celibatários com maior dificuldade para adquirir terra. O acesso à terra, para os jovens solteiros, repercute em melhores condições para casar.

origem e idade dos cabeças de casal

A maioria da população livre, sendo branca (ver tabela 52 em anexo) e nascida em Taubaté (tabela 18), estabelece uma sociedade virtualmente fechada. Esta é a principal conclusão deste item. No correr das três primeiras décadas do oitocentos, a tendência é um fechamento cada vez maior da comunidade livre em Taubaté. Os valores apresentados pela tabela 18 são apenas uma das formas de indicar este crescimento da presença de naturais de Taubaté na população listada (em 1805, 78,4% dos cabeças de fogo são naturais de Taubaté; em 1829 este valor sobe para 88,1%). Esta característica pode ser observada também no conjunto da população livre com origem identificada. Nasceram em Taubaté, em 1805, 88,9% dos 6804 livres; em 1815, são 95,3% dos 7963 livres nasceram em Taubaté; em 1829, são 91,6% dos 7408 livres. De modo especial para o presente estudo sobre a teoria do ciclo de vida, também entre os escravistas cresce a participação dos nascidos em Taubaté. Em 1805, 76,1% dos 297 escravistas são naturais de Taubaté. Este valor sobe para 85,7% entre os 447 escravistas listados em 1829 (ver gráfico 10). Considerando os escravistas segundo o sexo, em 1805 tem-se 76% das 75 mulheres e 76% dos 221 homens naturais de Taubaté. Em 1829, 89% das 100 mulheres e 84,7% dos 347 homens são naturais de Taubaté¹⁴⁹. Em todos os grupos considerados, redução

¹⁴⁹ Estes valores consideram apenas pessoas com origem determinada. Nos casos em que se analisa o sexo, também consideram-se apenas os indivíduos com sexo determinado. A indicação de naturalidade, contudo, não é uma informação imune aos lapsos de memória ou “descaso” da pessoa que registrava as informações neste corpo documental denominado “listas nominativas”. Em 1820, Luis Antônio dos Santos, natural de São Luiz, casado com Joaquina Maria, natural de Taubaté, tem quatro filhos, todos naturais de Taubaté (João, José, Ignácia, Margarida). Em 1829, falta a filha Inácia, e acrescem as filhas

da presença de não-nascidos em Taubaté – o que pode ter origem no maior crescimento endógeno da população livre, ou na redução da entrada de pessoas que não nasceram em Taubaté (a maior parte, oriunda de locais próximos, do próprio vale do Paraíba).

tabela 18 – origem dos cabeças de casal, 1805-1829

| Ano | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|
| TAUBATÉ | 78,4 | 77,2 | 83,9 | 86,3 | 90,2 | 88,1 |
| BRASIL | 20,1 | 20,8 | 14,8 | 10,9 | 8,8 | 11,1 |
| OUTROS | 1,5 | 2,1 | 1,3 | 2,8 | 0,8 | 0,8 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 1490 | 1556 | 1798 | 1821 | 1780 | 1889 |

Fonte: Listas nominativas.

A primeira hipótese, da crescente participação de pessoas nascidas em Taubaté, deve ser vista com cautela, pela redução nos índices de fecundidade nas três primeiras décadas do século XIX (ver gráfico 9)¹⁵⁰. Mais provável que se tenha uma redução na entrada de pessoas em Taubaté. O motivo mais plausível para isto ocorrer está na existência de regiões mais atrativas, inclusive no próprio vale do Paraíba. Os valores apresentados por Motta, em sua análise para Bananal vem em reforço a esta tese. Tamanha e rápida foi esta imigração de livres que, em 1801, inexistia escravista nascido em Bananal e, em 1817, estes correspondem a 6,6% dos

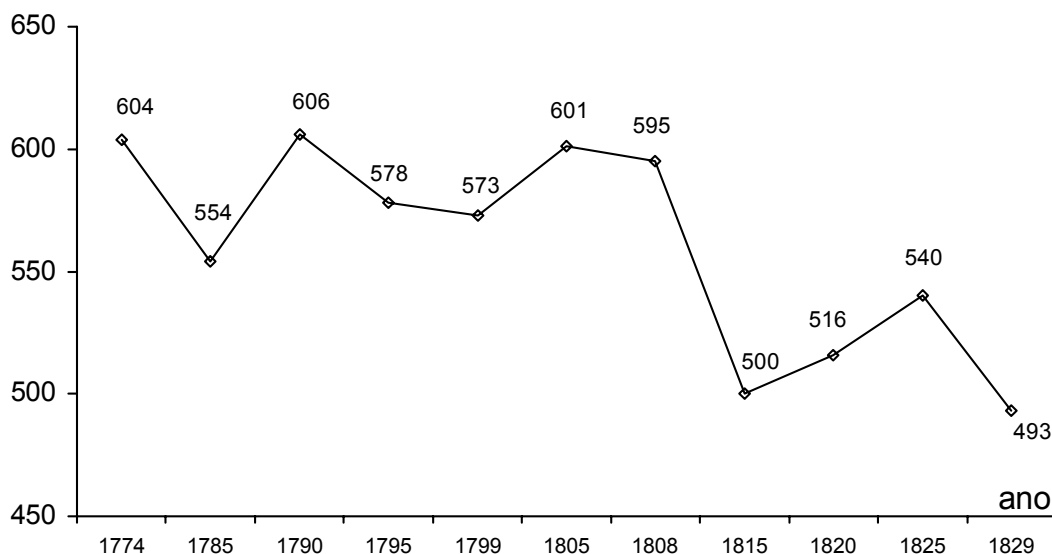
Joaquina e Maria. Passados nove anos, a naturalidade do casal permanece a mesma, mas a dos filhos se altera: João, Margarida e Joaquina são descritas como naturais de São Luis.

¹⁵⁰ Ocorre subdimencionamento das crianças com até quatro anos, segundo os resultados da pirâmide etária (gráfico 13). Como o subregistro ocorre em todo o período, mesmo com oscilações de intensidade, a tendência de queda dos índices gerais de fecundidade no século XIX pode ser aceita.

proprietários de cativos. Em 1829, este valor sobe para apenas 22,6%¹⁵¹. A redução progressiva nos índices gerais de fecundidade entre livres (ver gráfico 9) está associada à redução da participação das crianças, de 45,7% em 1774 para 41,2% em 1829, como indica a tabela 53, em anexo. Esta redução aparece nitidamente nas pirâmides etárias (gráfico 13). Alterna-se do pequeno predomínio de crianças sobre adultos para um ainda menor predomínio de adultos sobre crianças, uma vez que a participação das pessoas livres com 41 anos ou mais praticamente não se altera. Estes valores, bem próximos, grosso modo uma relação de um para um entre crianças e adultos, indicam uma permanente capacidade da população livre de repor-se, uma geração substituindo à outra. Prova disto está no crescimento da população livre, que de 4378 indivíduos livres em 1774, sobe para 8158 em 1829. O que não se explica pela entrada de pessoas nascidas fora de Taubaté, já que estes reduzem sua participação no conjunto da população livre. A redução do índice de fecundidade, associada à emigração de homens adultos, reduzindo o presença proporcional de crianças em favor do crescimento da presença de adultos, contudo, não impedem este crescimento geral da população livre, em números brutos.

¹⁵¹ MOTTA, J. F. Corpos escravos, vontades livres. *op. cit.*, p. 166.

gráfico 9 – índices gerais de fecundidade para livres, 1774-1829



índice geral de fecundidade = número de crianças com até 4 anos dividido pelo número de mulheres entre 15 e 49 anos, multiplicado por 1000.

Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 68 em anexo.

Ana Sílvia V. Scott, ao analisar a migração e a formação de famílias entre a elite paulista em fins do setecentos e inícios do oitocentos, afirma: “era usual, ou mais do que isso, era o costume, que o filho deixasse o fogo paterno antes de seu casamento. (...) Via de regra, a saída do lar paterno se dava em média aos 20 anos”¹⁵². O que Scott detectou para a elite, classificada como os possuidores de quarenta ou mais cativos (para Taubaté, dezesseis famílias), pode ser estendido para toda a população, a partir do gráfico 7 e das pirâmides etárias¹⁵³ (gráfico 13).

¹⁵² SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Migração e família no vale do Paraíba*. Anais do XII Simpósio de História do Vale do Paraíba, São José dos Campos: Univap, 1996, p. 39-40

¹⁵³ Os gráficos foram montados agrupando os indivíduos de cinco em cinco anos (até quatro anos, cinco a nove anos, dez a quatorze, quinze a dezenove e assim sucessivamente). Ao mesmo tempo, elaborou-se estas pirâmides etárias para listas com intervalo de tempo de aproximadamente cinco anos. A vantagem é poder visualizar *coortes* específicas. Considerando-se Taubaté uma comunidade quase fechada, o grupo das crianças com até quatro anos de idade em 1785 está representado no grupo das crianças com cinco a nove anos na lista de 1790, e assim sucessivamente (em 1805, as crianças que tinham até quatro anos de idade estarão em 1785 com 20 a 24 anos de idade). A construção dos gráficos

Mais ainda, que parte destes deslocamentos realizam-se para outras localidades, em especial de homens e de modo mais intenso no auge da atividade mercantil¹⁵⁴. As listas de 1799, 1805, 1825 e 1829 apresentam o maior índice de retração da participação dos homens com mais de quinze anos em relação aos com até esta idade. Em todo o período, o número de mulheres supera o número de homens (considerando-se indivíduos com idade e sexo simultaneamente determinados). Estas conclusões ampliam o lapso temporal delimitado por Scott (1798-1828) para desde 1774 (gráfico 13), e sugerem que mesmo no período anterior esta emigração é constante. Permite supor que este padrão migratório pode ser recuado no tempo. A própria “expansão” de vilas pelas regiões mineradoras, fundadas por moradores de Taubaté, desde o seiscentos, deve ser uma indicação (e mostra) desta tendência para migrar.

Mais ainda, as pirâmides etárias dos livres indica ser este processo migratório quase exclusivo dos homens, não só pelo predomínio numérico das mulheres, como também pela formação mais simétrica da pirâmide no lado feminino, na forma triangular. As principais reduções de participação das mulheres ocorre na faixa dos 25 a 29 anos (em especial de 1790 a 1799 e de 1815 a 1825) e na passagem da faixa de 5 a 9 anos para a seguinte, de dez a 14 anos (exceto 1805, quando a redução ocorre da primeira para a segunda faixa etária). Uma permanente redução em uma mesma faixa etária, de quinze a 19 anos entre homens e 25 a 29 anos entre mulheres, apesar de mais intensa entre homens, está a indicar ser estas faixas etárias as mais propensas a migrar, dependendo do sexo. Interpretar como morte a súbita redução não é

mantém sempre uma mesma graduação da porcentagem, de 2 em 2 %, sempre em relação ao total de indivíduos (homens + mulheres). Gráficos com os valores absolutos ou com a proporção em relação ao total para cada sexo geram figuras muito semelhantes, quando considerados apenas os indivíduos livres. Os gráficos consideram apenas indivíduos com idade e sexo determinado.

¹⁵⁴ O que torna plausível supor que, se o crescimento econômico em Taubaté não foi mais intenso, uma das razões deve ser creditada à esta contínua fuga de recursos, não só humanos, pois estes devem levar consigo condições mínimas para se estabelecerem nas novas regiões.

possível, nada há que justifique a concentração de falecimentos em uma mesma faixa etária por tão longo período.

O principal contratempo a esta argumentação está na própria característica das listas, pela sua função militarista, de recrutamento para as guerras do sul. Marcílio alerta para o subdimencionamento dos homens jovens, que se “escondem” no período de recenseamento, a fim de evitar o recrutamento¹⁵⁵. Muito provável que, em 1815, 1820 e 1825, este fator prepondere na queda acentuada que ocorre na quarta faixa etária (de quinze a dezenove anos), já que a queda de participação das partir das faixas etárias superiores (a partir de 20 a 24 anos) é menos intensa. Excluindo esta queda acentuada, mantém-se ainda a diferença entre as três primeiras faixas etárias (até quatorze anos) e as demais, em especial em relação nas faixas entre quinze e 34 anos. A continuidade da menor participação da primeira faixa (até quatro anos) em relação à segunda (cinco a nove anos) deve estar associada à falhas de registro, pois tal condição não sustenta a continuidade da população. A base da pirâmide deveria, rapidamente (já no lustro seguinte), apresentar uma redução, o que não ocorre – ou seja, é uma amostra da permanente imprecisão do contar os anos vividos (interferindo diretamente nos cálculos do gráfico 9).

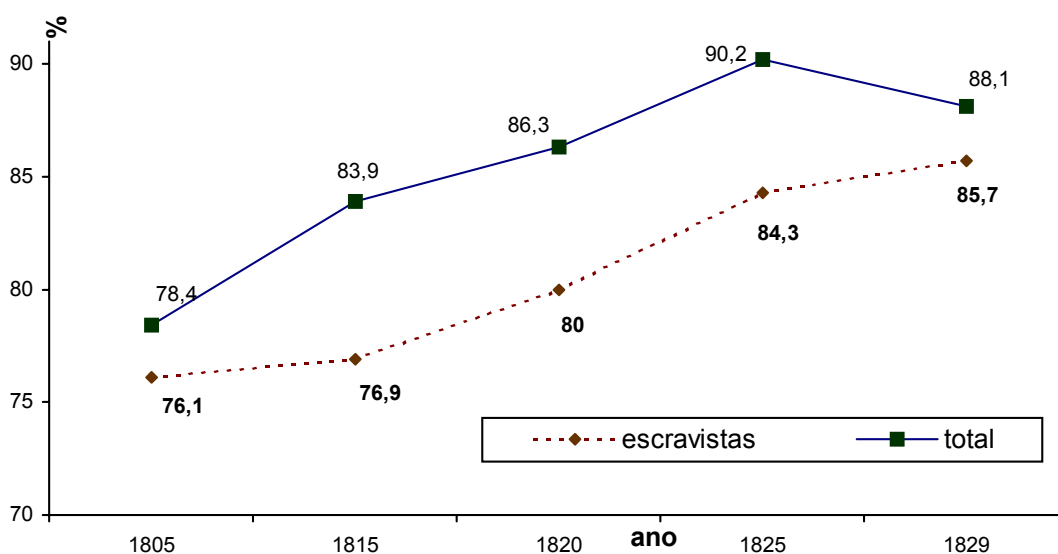
Em relação às mulheres, as conclusões de Scott¹⁵⁶ indicam que estas casam aos vinte anos, com homens que casam com idade média de 32,8 anos. Migrar aos 25 anos, ou aos 11, portanto, não se relaciona diretamente ao casar (fica aberta a questão para novas pesquisas). Considerando apenas os cabeças de fogo casados, das 1089 esposas encontradas em 1805, 83% são naturais de Taubaté; este valor eleva-se para 93% entre as 1439 esposas identificadas em 1829. Estende-se para o conjunto da população moradora em Taubaté o que Scott afirma para os casais detentores de quarenta ou mais cativos: “as vilas de Taubaté e Cunha atingiram os

¹⁵⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. *Op. cit.*.

¹⁵⁶ SCOTT, *op. cit.*, p. 40.

maiores índices de estabilidade de casais, pois a maioria deles nasceram, casaram e após o casamento permaneceram na mesma vila”¹⁵⁷. Isto é ainda mais forte se consideramos que a chefia de fogos é realizada majoritariamente por nascidos em Taubaté, conforme indica o gráfico 10.

gráfico 10 – proporção de cabeças de fogo nascidos em Taubaté



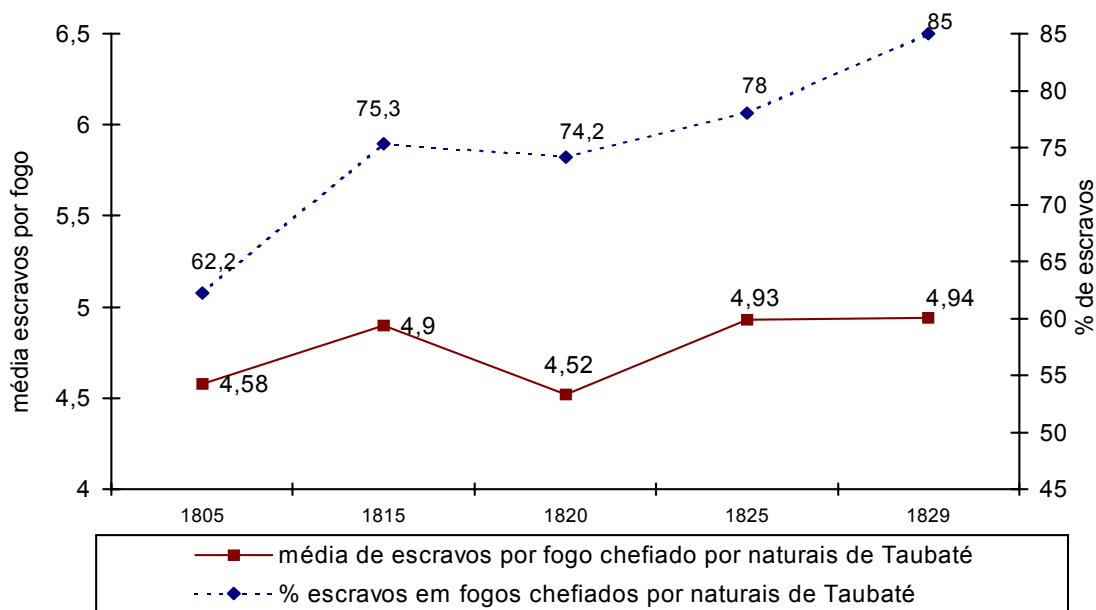
Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 18.

Ressalta, do gráfico 10, a crescente proporção de escravistas nascidos em Taubaté. Mesmo quando, em 1829, a proporção de cabeças de fogo nascidos em Taubaté se reduz, a proporção de chefes de fogos nascidos em Taubaté com escravos apenas reduz o ritmo de

¹⁵⁷ SCOTT, *op. cit.*, p. 42. Se ocorre com esta parcela da população permanecer residindo em Taubaté após o casamento, deve ocorrer que o processo emigratório deduzido das pirâmides etárias (gráfico 13), atinja principalmente a solteiros.

crescimento (sobe 0,4 pontos percentuais). Significa que a retomada do crescimento, na esteira do café, dá-se majoritariamente entre os nascidos em Taubaté. Comparando a naturalidade dos chefes de fogo com a quantia de pés plantados, informação disponível na lista de 1825, e com a quantia produzida (em arrobas) em 1829, reforça-se esta conclusão. Entre os 119 fogos que indicam a quantia de pés de café plantados, 113 (95%) são chefiados por naturais de Taubaté, e entre eles estão as 3 maiores plantações (15000, 19000 e 30000 pés). O quarto maior plantio pertence a um suíço, que planta em sociedade com seu irmão, tendo sob seu poder vinte escravos. Seguem 3 plantios com 10000 pés, todos de naturais de Taubaté. Os demais plantios tem no máximo 6000 pés. Em 1829, dos 147 fogos que arrolam produção de café, 131 (89%) são de nascidos em Taubaté. Entre estes estão as duas maiores quantias produzidas (650 e 400 arrobas). 29 fogos produziram acima de 60 arrobas, sendo apenas 2 chefiados por não nascidos em Taubaté (um produziu 300 e outro 200 arrobas). Em 1829, a formação de novos fogos a partir de imigração de chefes de novos fogos, indicada pela redução da proporção de naturais de Taubaté (gráfico 10) não foi suficiente para transferir o controle do plantio do café para estes moradores recém-chegados. A entrada de cativos (ver gráfico 5) direciona-se, majoritariamente para fogos cujos cabeças nasceram em Taubaté. Nestes, a proporção de cativos sobe de 62% do total de cativos em 1805 para 85% (gráfico 11). A média de cativos por proprietário sobe de 4,6% em 1805 para 4,9% em 1829. Inversamente, os cabeças de fogo não nascidos em Taubaté que possuem escravos tem, em 1805, média de 6,4 escravos. Em 1829, os proprietários de cativos não nascidos em Taubaté tem média de 4,3 escravos por fogo.

gráfico 11 – escravos controlados por fogos chefiados por naturais de Taubaté



Fonte: listas nominativas.

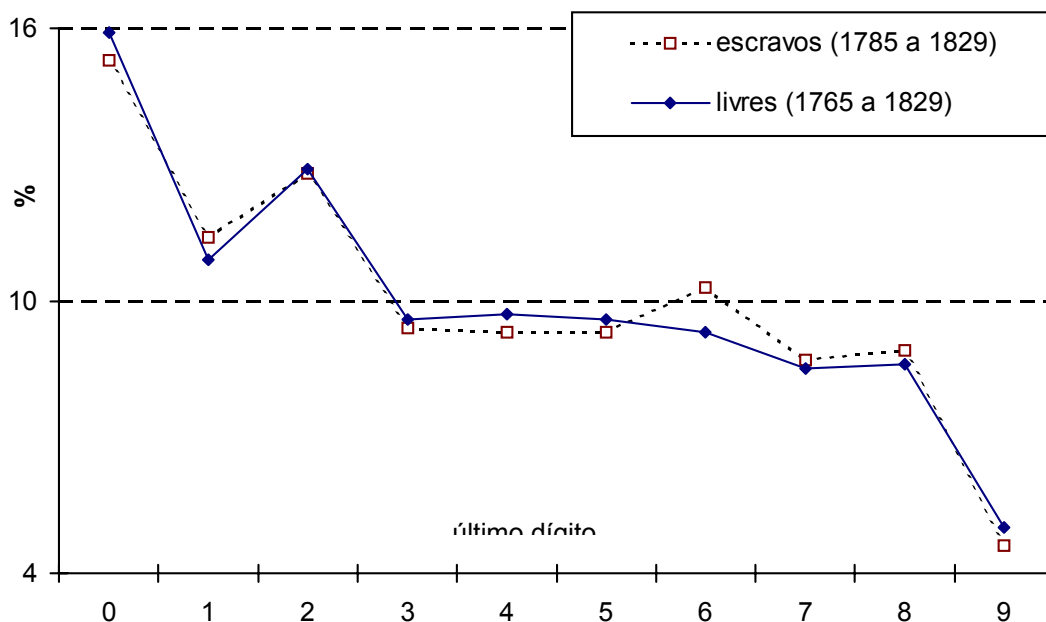
Seria desejável estender estas análises para outros períodos, mas a primeira lista copiada a indicar origem é a de 1805. Mesmo nas listas de 1798 e 1799, momento em que inicia sistematicamente a indicação da produção anual, não se indica a naturalidade das pessoas. A lista de 1829, entre as que copiei integralmente, corresponde à data limite superior (confiável) para tal informação. Nos demais documentos consultados, informar a naturalidade não é uma constante. A exceção são os testamentos, que geralmente indicam, após uma fórmula cartorária de abertura, a paternidade e a origem do testador. Mas grande parte dos processos de inventários *post-mortem* são abertos sem indicar existência de testamentos. Nos inventários, raramente esta informação está disponível. Mesmo registros eclesiásticos não informam, via de regra, a naturalidade.

*

Apesar da idade já ter sido empregada nas análises acima, esta é uma variável que carece de maior detalhamento, pois a noção de idade que hoje se aceita difere para o contexto estudado. O entendimento das medidas do tempo já vivido por uma pessoa varia de forma muito significativa ao longo do tempo, interferindo diretamente no presente estudo, ao considerar um tempo tão longo para análise. Acima de tudo, é uma variável cultural, histórica. Se hoje marcamos precisamente o dia de nascimento (e mesmo a hora), isto é fruto de uma longa transformação. Por todo o período estudado, a imprecisão das idades, que se apresenta com facetas variadas. A noção de idade, em nenhum momento, incorpora as características de precisão que hoje reputamos como essencial (uma precisão apenas cronológica, diga-se, pois os qualificativos para a idade são, ainda hoje, bem heterogêneos).

A imprecisão na descrição de idade aparece, por exemplo, na lista de 1795. O capitão mor João Francisco de Abreu Guimarães é citado, neste ano, como tendo 57 anos. Em 1799, o recenseador anota apenas 56 anos. Mas a sua esposa, Anna Joaquina, em 1795 apresenta a idade de 41, enquanto em 1799 tem 45 anos, bem mais condizente com a diferença cronológica entre estas listas. Independente da “posição social” (se livre ou cativo; se indigente ou alto funcionário – caso do capitão mor) ou da idade, esta é uma característica que prevalece, permeando todo o corpo social ao longo de todo o período abrangido pelas listas.

gráfico 12 – variação das idades da população livre e cativa segundo o último dígito da idade (de dez a 99 anos)



Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 57, em anexo.

Analisando-se a idade pelo último dígito, indicada pelo gráfico 12, mostra-se uma tendência ao predomínio das idades terminadas em zero (vinte, trinta, quarenta anos, e assim sucessivamente), considerando que a distribuição deveria tender para a faixa de 10% para cada um dos dígitos finais. Outra característica de destaque é que pouco se utiliza idades terminadas em nove. Assim, se um documento cita a idade como sendo 30 anos, bem pode ser que o indivíduo possuía 28 ou 29 anos (27, quem sabe?), como pode ter 31 ou 32 anos... Sem impedimentos, este desvio pode ser ainda maior. Isto é igualmente verdade tanto em 1774 quanto em 1829, perpassa tantas listas que, pode-se concluir, não é apenas erro do recenseador, ao marcar as idades conforme o interesse. Acompanhando outros estudos

semelhantes¹⁵⁸, indica-se que também outras localidades concentram as idades nos dígitos terminados em zero. Tal extensão conduz para um pensamento arraigado no conjunto da população. A imprecisão nas declarações de idades aparece também nos inventários *post-mortem* abertos em Taubaté. A grande diferença entre ambas está na forma como se recolhe a informação. Na lista, há uma coluna para a idade, junto a uma outra para cor e outra para estado civil. Não há margem de manobra para quem escreve: este deve apor um número, sinteticamente, sem meandros. A variação ocorre apenas nos recém-nascidos, cuja idade está em meses, e após o número vem escrito “meses” (ou, pela falta de espaço, abrevia-se: “m.”).

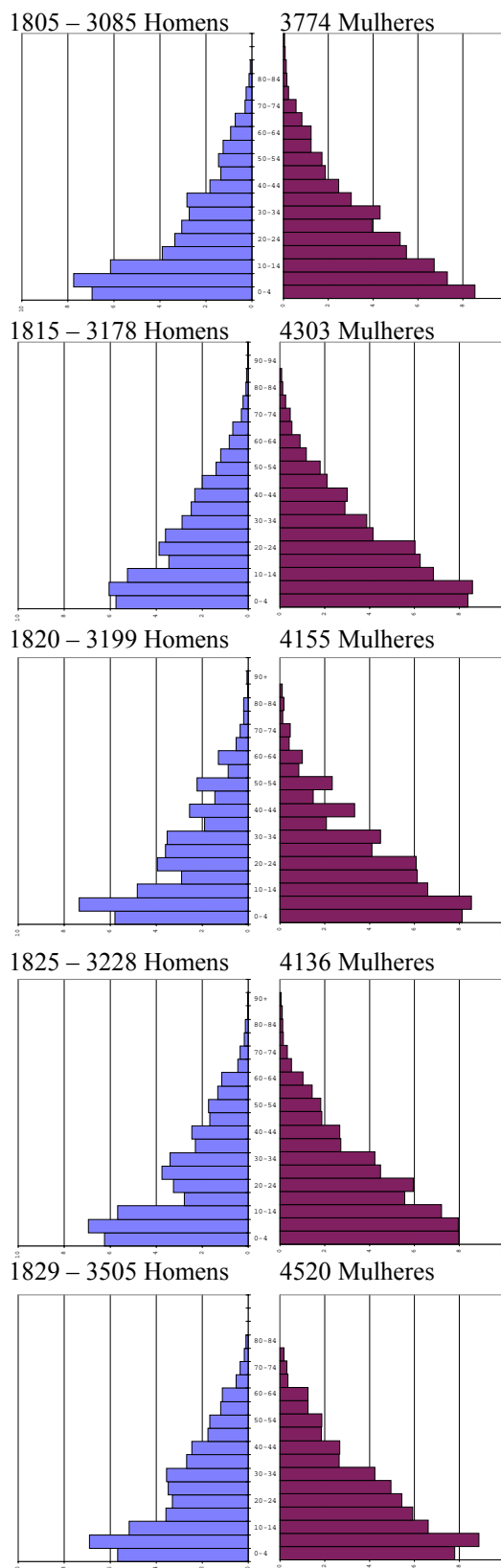
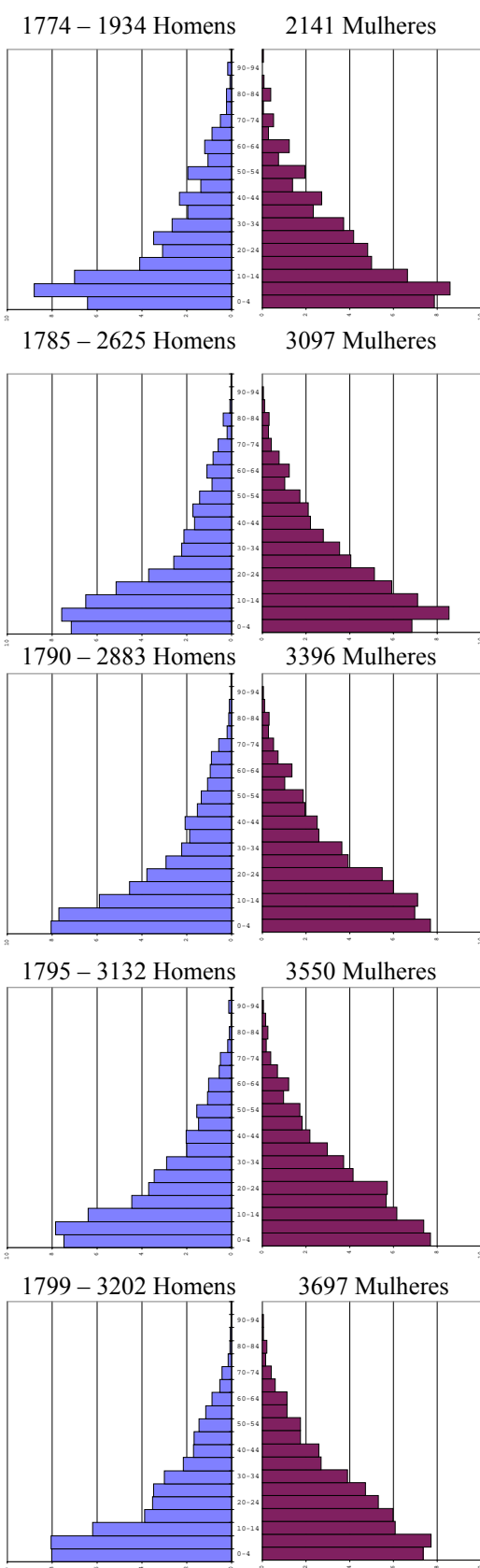
Nos inventários, estas discrepâncias aparecem ainda com maior força. Apesar dos limites cartoriais, com suas fórmulas escriturais, e dos objetivos dos inventários, que restringem a liberdade narrativa. Mesmo para o rol dos herdeiros, a descrição das idades não deve ser entendida como muito precisa (para os padrões de hoje). Tratando-se de uma informação importante para o inventário, a fim de determinar os herdeiros que são órfãos (ficando sob tutela) ou que já estão emancipados (e podem usufruir imediatamente dos bens herdados), é de se esperar um maior rigor neste item. Mas o que sobressai, até o final do setecentos, é a

¹⁵⁸ COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, N. H. *Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. Revista do IEB*. São Paulo, IEB-USP, (34):175-182, 1992. Ver também COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, N. *Achegas para a qualificação das listas nominativas. Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 21(2):271-284, 1991. O primeiro trabalho estuda algumas localidades de Minas nos anos de 1731, 1738, 1848 e São Paulo em 1870. Mostra que 18 a 44% dos livres do sexo masculino tem idade terminada em zero. O segundo trabalho mostra, para a primeira companhia de Lorena entre 1798 e 1812, que 8 a 28% das idades declaradas dos cabeças de fogos e respectivas esposas tem idade terminada em zero. A diferença entre as localidades estudadas para Taubaté está no segundo dígito de maior frequência, que em Taubaté é o dois e, nos dois trabalhos, é o cinco. Cabe ressaltar, ainda, do primeiro trabalho citado, que os autores apontam para o limite de 25% de predominância do zero (associados a valores abaixo de 230 e 60 para, respectivamente, os índices de WHIPPLE e de MYERS) como limite superior para “classificar um documento como de ‘boa qualidade’, vale dizer, próximo do melhor possível dadas as condições vigentes à época” – o que coloca as listas nominativas para Taubaté neste patamar de boa qualidade, pois apenas na lista de 1765 as idades terminadas em zero (de livres) apresentam peso superior (de 28,5%). Na lista de 1766 (incompleta), uma amostra de 1349 pessoas livres com dez anos ou mais indica 14,5% com idades terminando em zero (reforçando que o desvio maior em 1765 é realmente uma inconsistência desta lista).

afirmação de que o herdeiro tem de idade tantos anos “pouco mais ou menos”. Explicitamente, idade aproximada.

O inventário aberto pela morte de Ignácio Bicudo de Siqueyra, em 1735, é representativo: a viúva Bernardes Rodrigues da Silva, ao citar os filhos, o faz na seguinte ordem: Ignacio, “de idade de cinco ou seis anos pouco mais ou menos”; Francisco, “de idade de tres annos pouco mais ou menos”; e “outro o postimo que anda na barriga” (ou seja, feto). Muito raramente encontra-se uma descrição de idade como a feita em 1779 para a herdeira Francisca, de “dois annos e meio”, no inventário de Ana Clara do Espírito Santo. O mais importante no rol de herdeiros, quanto à idade, é definir a emancipação ou tutela. Quando Gonsalo da Rosa Leme falece, o inventário aberto em 1781 dá-nos uma mostra desta preocupação. Os autos do inventário são abertos em Vila Nova de Tapetininga, e são remetidos para Taubaté por um precatório feito pelo tutor da órfã. No rol de herdeiros, “uma filha legítima por nome Josefa *de menor de idade* que se acha em Pindamonhangaba ou Taubaté” (grifo meu), mais uma filha natural chamada Fermiana. Aberto longe dos olhos da família, o que se presume pela indefinição do local de moradia da órfã, o processo em Tapetininga definiu o essencial: há uma órfã “de menor de idade”, ou seja, uma herdeira não emancipada. A descrição das idades segue outros critérios que não a exata noção de anos.

gráfico 13 – Pirâmides etárias para livros (1774-1829)



Fonte: listas nominativas. Ver nota de rodapé 153 sobre a metodologia empregada.

Posse de cativos segundo idade do escravista

A análise da tipologia de famílias e domicílios mostra um “ciclo de vida da família”, repetindo o já colocado por Eni Samara: “casais de jovens constituem famílias nucleares que vão aos poucos se tornando extensas. Com o casamento dos filhos e a saída da casa paterna as famílias iniciam o processo inverso com tendência à diminuição do número de membros e relações”¹⁵⁹. Observando o estado civil e a média de pessoas segundo a idade dos cabeças de fogo, percebe-se a tendência de sair de casa para casar, seguida do crescimento familiar pelo nascimento de filhos, e posterior saída destes para casar, o que reduz o número de livres por fogo. Estas alterações repercutem no processo de acúmulo de riqueza, o que permite conceber um “ciclo de vida das famílias” também neste aspecto. Quando jovem e solteiro, o esforço para acumular pode ser percebido na busca pela posse de terra, no incremento da produtividade na produção de café entre os chefes de fogos com famílias desconexas, que são majoritariamente solteiros. De modo especial, por ser um mecanismo já reconhecido pela historiografia, esta relação entre o processo de acúmulo de riqueza e o “ciclo de vida das famílias” pode ser visualizada pelo número médio de cativos possuídos por proprietários, segundo a idade destes. Esta é a discussão a ser desenvolvida agora, não simplesmente para demonstrar a teoria do ciclo de vida enquanto processo de acúmulo de riqueza, mas para em capítulo adiante discutir a relação existente entre as alterações na posse de cativos ao longo da vida do escravista e a

¹⁵⁹ Samara, Eni. *op. cit.*, p. 44.

formação de laços de parentesco de primeiro grau entre os cativos (recolocando a proposta de Gutman, através de nova metodologia).

Renato Marcondes inventariou a produção historiográfica brasileira recente acerca da teoria do ciclo de vida¹⁶⁰. Destaca que os resultados empíricos analisam as informações em *cross section*, utilizando o número de cativos possuídos como *proxy* para a riqueza. Destaca o trabalho pioneiro de Iraci Costa, de 1983, com dados referentes ao ano de 1804 para dez localidades paulistas e oito mineiras. Conclui Iraci pelo crescimento do número de escravos por plantel conforme aumenta a idade do proprietário, mas apenas para São Paulo e sem considerar os senhores de engenho¹⁶¹. Para Minas, este trabalho de Costa e também o de Luna, para o mesmo ano de 1804, concluem para um crescimento constante da posse média de cativos conforme aumento da idade do escravista¹⁶². Em trabalho sobre Lorena em 1801, Costa e Nozoe verificam correlação positiva entre idade do proprietário e a posse de cativos até a faixa etária dos 70 a 79 anos, invertendo-se na faixa superior¹⁶³. Marcondes destaca, ainda, o trabalho de Motta para Bananal, que analisa as listas nominativas de 1801, 1817 e 1829. Dividindo os escravistas entre os que possuem até 25 escravos e os que possuem mais de 25, mostra uma correlação positiva entre a idade dos escravistas mais nítida no primeiro grupo do que no segundo. Separando os escravistas entre os que produzem café e os que produzem mantimentos, os dois grupos não apresentam o comportamento esperado pela teoria do ciclo de vida.

Marcondes destaca, ainda, os trabalhos de Scott e Bacellar, que realizam análise longitudinal, diferentemente da análise em *cross section* dos trabalhos citados no parágrafo

¹⁶⁰ MARCONDES, *op. cit.*, p. 211-228.

¹⁶¹ Costa, Iraci del Nero. *Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos*. História: questões e debates. Curitiba, v. 4, n. 6, p. 121-127, junho 1983.

¹⁶² LUNA, Francisco V. *Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1804)*. *Op. cit.*.

¹⁶³ COSTA, Iraci del N. e NOZOE, Nelson H. *Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX*. *op. cit.*

anterior¹⁶⁴. A área estudada por estes dois trabalhos compreende o vale do Paraíba, a região da capital de São Paulo e o Oeste paulista, destacando proprietários que em algum momento entre 1765 e 1836 possuíram quarenta ou mais cativos. São contudo, trabalhos restritos, tentando compreender cada processo de acumulação individual ou familiar em particular. Ainda nesta linha metodológica, Renato Marcondes destaca os trabalhos de Ida Lewkowicz para Mariana nos séculos XVIII e XIX e o estudo das posses do Comendador Manoel de Aguiar Vallim, proprietário da fazenda Resgate, em Bananal¹⁶⁵.

Outra metodologia destacada por Marcondes é a utilizada por Carlos Lima, ao estudar artesãos da cidade do Rio de Janeiro entre 1797 e 1845. Tal sistema consistiu em cruzar as informações da lista de pessoas com licença para desenvolver a atividade com as posses arroladas nos inventários *post-mortem*, permitindo comparar o tempo de artífice com o patrimônio alcançado. Analisando as conclusões de Lima, Marcondes afirma: “Destarte, a utilização da mão-de-obra familiar, a diversificação da riqueza e a estabilização e redução da propriedade cativa relacionaram-se aos distintos momentos do ciclo de vida dos artesãos. O desempenho de um artesão isoladamente dependeu de um variado conjunto de condições específicas de sua vida, como, por exemplo, seus recursos iniciais, empenho e até sorte na execução da atividade, mas também o ciclo de vida condicionou este processo”¹⁶⁶. A metodologia de Lima é muito próxima da empregada por Marcondes, que seleciona inventários *post-mortem* cujos inventariados aparecem na lista nominativa de 1829, acompanhando-os também através de outras documentações para visualizar a acumulação entre estes dois períodos. À diferença de Lima, Marcondes centra-se na análise da quantidade de escravos

¹⁶⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida P. Os senhores da terra. Campinas: CMU/Unicamp, 1997; SCOTT, Ana S. V. *Op. cit.*.

¹⁶⁵ MARCONDES, *op. cit.*, p. 217-219.

¹⁶⁶ MARCONDES, *op. cit.*, p. 220.

possuídos para a análise da evolução da riqueza dentro da amostra de 187 indivíduos selecionados, e conclui por uma relação cujo comportamento segue o padrão esperado pela teoria do ciclo de vida.

Da análise que realiza, Marcondes apresenta a concepção do ciclo de vida como *um dos* condicionantes na acumulação de riquezas, com diferentes fatores relacionados. Marcondes alerta, por exemplo, para o papel que dotes e heranças exercem, alterando o processo de acumulação gradual esperado ao longo da vida do escravista. Isto significa a formação ou incremento de plantéis a partir da conversão de riqueza adquirida por outras vias que não a reinversão de capital próprio¹⁶⁷. Além disso, fatores como novas possibilidades econômicas deslocam os padrões de acumulação: um exemplo é a presença do café. Marcondes ressalta, ainda, outros fatores a influírem no processo de acumulação de riqueza, como o crescimento vegetativo (positivo ou negativo) da escravaria e a atividade migratória.

Além das metodologias citadas acima, cabe destacar a proposta por Iraci Costa, que busca introduzir na análise em *cross section* (de dados tomados em diferentes momentos do tempo) condições de se aproximar, grosseiramente que seja, do que seria desejável: o levantamento longitudinal¹⁶⁸. Tomando como referência o número médio de cativos por proprietário, Iraci Costa propõe calcular a média de cativos segundo a faixa etária dos escravistas em diferentes levantamentos documentais, em intervalos regulares. Deste modo, tem-se como fazer o acompanhamento de uma coorte¹⁶⁹. O resultado desta metodologia, aplicada para Taubaté a partir das listas nominativas, é apresentada pela tabela 19, cujos resultados são graficamente visualizados pelo gráfico 14. Tratando-se de um levantamento que

¹⁶⁷ Neste âmbito situam-se os plantéis formados a partir da conversão de riqueza adquirida através da atividade mercantil.

¹⁶⁸ COSTA, Iraci del Nero da. *Ciclo de vida e posse de escravos: algumas relações entre cortes transversais e estudos longitudinais*. São Paulo, FEA-USP/NEHD, 1997, 13 p., mimeografado.

inicia em 1774 e finda em 1825, tem-se condições de acompanhar os proprietários de cativos pelo período de seis décadas. Os cálculos da historiografia citada acima colocam o ponto de flexão na curva de acúmulo de cativos após esta faixa etária, de modo que, pelas listas nominativas, o principal método ainda é analisar as oscilações da curva de acumulação ao longo da idade do escravista em cada ano separadamente (gráfico 16). Em particular, como a referência documental a laços parentais entre cativos aparece apenas para metade do período compreendido pelas listas nominativas, a análise isolada de anos apresenta-se ainda mais adequada para relacionar a posse de cativos e a presença de laços parentais entre estes cativos conforme a idade do proprietário.

tabela 19 – número médio de cativos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários

| ANO | 10 a 19 | | 20 a 29 | | 30 a 39 | | 40 a 49 | | 50 a 59 | | 60 a 69 | | 70 a 79 | | 80 a 89 | | 90 ou + | |
|------|---------|---|---------|----|---------|----|---------|----|---------|----|---------|----|---------|----|---------|----|---------|---|
| | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B |
| 1774 | 1,0 | 1 | 2,7 | 12 | 3,1 | 30 | 4,1 | 46 | 5,7 | 43 | 4,3 | 27 | 9,6 | 11 | 6,1 | 7 | 3,5 | 2 |
| 1785 | 1,0 | 1 | 1,7 | 24 | 2,5 | 50 | 4,9 | 61 | 4,1 | 55 | 5,3 | 37 | 5,9 | 17 | 5,0 | 11 | 5,0 | 1 |
| 1795 | 1,0 | 1 | 2,5 | 40 | 3,1 | 48 | 4,2 | 60 | 6,5 | 62 | 6,2 | 37 | 3,6 | 18 | 3,1 | 7 | 4,0 | 1 |
| 1805 | 1,3 | 3 | 5,5 | 27 | 4,6 | 81 | 5,3 | 67 | 5,6 | 71 | 5,5 | 50 | 2,8 | 13 | 5,0 | 3 | 2,0 | 2 |
| 1815 | 1,0 | 1 | 2,2 | 29 | 4,9 | 65 | 4,8 | 92 | 5,4 | 75 | 6,5 | 54 | 3,3 | 21 | 2,5 | 8 | 12 | 1 |
| 1825 | 2,5 | 2 | 2,7 | 40 | 5,5 | 95 | 3,6 | 91 | 5,6 | 96 | 8,0 | 49 | 5,3 | 19 | 8,0 | 5 | 3,0 | 2 |
| 1835 | 5,7 | 3 | 2,5 | 31 | 3,0 | 52 | 6,3 | 66 | 4,3 | 44 | 5,0 | 37 | 11,4 | 7 | 2,8 | 4 | 5,0 | 1 |

A = número médio de cativos por escravista

B = número de escravistas (# de fogos com escravos segundo a faixa etária do cabeça de fogo)

Obs.: Dados para 1835 obtidos a partir de amostra de 245 escravistas (lista está incompleta)

As cores utilizadas nas células da tabela indicam os dados que geram no gráfico 14 as curvas de mesma cor.

Fonte: listas nominativas.

¹⁶⁹ Um mecanismo semelhante foi empregado na análise das pirâmides etárias, apesar de limitado.

Como pressuposto básico de seu trabalho, Marcondes ressalta a necessidade de abstrair condições minimizadoras de desvios para estudo da teoria de ciclo de vida. Pela própria dificuldade de obtê-las, o autor as classifica de “heróicas”:

“a) Não poderia haver diferenciação entre os indivíduos.

b) Todas as pessoas desta análise apresentariam a mesma propensão à acumulação de riqueza e êxito em tal tarefa.

c) Elas começariam e terminariam o processo de acumulação com a mesma idade.

d) As heranças e doações recebidas/deixadas seriam de igual montante a todas as pessoas e ocorreriam somente no início e ao final de seu ciclo de vida.

e) O crescimento econômico e demográfico seria nulo.

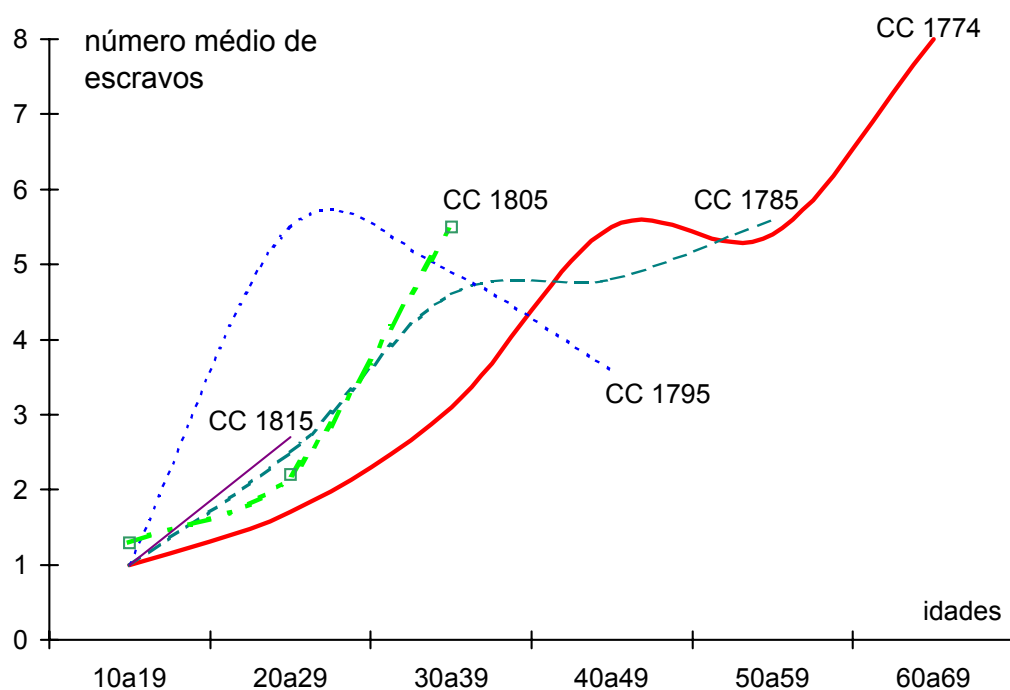
f) Não haveria entrada/saída de indivíduos de/para outras localidades, bem como a movimentação dos ativos para fora desta economia (economia fechada).

g) O retorno dos ativos (terras, instalações, mão-de-obra escrava, etc.) em que foram alocados a riqueza consistiria da única renda da atividade desenvolvida pelo indivíduo (sendo em valor idêntico para todos.”¹⁷⁰

A rigor, Marcondes observa que tais condições podem ser apenas aproximadas, avaliando variações nas curvas de posse de cativos na ocorrência de alterações do pressuposto. Nem todas as pessoas apresentam, necessariamente, o mesmo interesse em acumular. Como a morte ocorre sempre a qualquer momento, receber heranças/doações também, e em diferentes montantes, o que relativiza as condições A, C e D. A exigência das três últimas condições também deve ser atenuada, se consideradas para análise da teoria do ciclo de vida entre os escravistas em Taubaté. Do já analisado, tem-se marcadamente três grandes ciclos ao longo do período estudado e, mais especificamente, o período compreendido pelas listas nominativas

também repete esta oscilação. A análise das pirâmides etárias permite deduzir um contínuo processo de emigração e, por fim, pessoas com diferentes atividades podem apresentar diferentes taxas de retorno dos ativos¹⁷¹. Ainda assim, com estas limitações, o que se visualiza pelo gráfico 14 indica um comportamento próximo ao esperado pela teoria do ciclo de vida, ainda que muito marcado pelas transformações econômicas.

gráfico 14 – média de escravos por proprietário em coortes segundo a idade do proprietário, 1774-1825



CC 1774 = coorte dos escravistas que, em 1774, colocavam-se na faixa etária dos dez aos 19 anos de idade e cujos remanescentes estariam, portanto, em 1825, na faixa dos 60 aos 69 anos.

CC 1815 = coorte dos escravistas que, em 1815, colocavam-se na faixa etária dos dez aos 19 anos de idade e cujos remanescentes estariam, portanto, em 1825, na faixa dos 20 aos 29 anos.

Obs.: demais coortes seguem o mesmo padrão das duas coortes citadas.

Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 19.

¹⁷⁰ MARCONDES, *op. cit.*, p. 222-223.

¹⁷¹ Caso de prestamistas, cujo retorno dos ativos em terras, benfeitorias e cativos (em atividades rurais) é inferior ao retorno via usura.

Cabe relembrar as oscilações econômicas que ocorrem no período 1774-1825. Até a década de 1790, a produção econômica pauta-se por atividades pouco mercantilizadas. Na década de 1790, tem-se um pequeno surto de crescimento do plantio de cana de açúcar, mais intenso na virada do século, que refluí após a década de 1800. Assim, na década de 1810, tem-se um cenário de retração das atividades mercantilizadas. Somente na década de 1820, o plantio de café revitaliza a atividade agrícola mercantilizada. Esta variação é bem representada pelo gráfico 2, elaborado por Rangel. Em especial, para a análise do ciclo de vida, as listas de 1795 e 1805 representam, grosso modo, o princípio e o fim do período de crescimento do plantio de cana, enquanto a lista de 1825 representa o período inicial de crescimento do café. As listas de 1774, 1785 e 1815 situam-se em momentos de retração da atividade econômica mercantilizada. Conforme já analisado no capítulo anterior, a estas oscilações correspondem variações diretamente proporcionais na posse de cativos. Nos períodos de crescimento da agricultura mercantil, aumento da média de cativos por plantel, com a retração desta atividade econômica, redução nos valores médios de cativos por plantel. Esta mesma similitude aparece no crescimento da posse média de cativos segundo a idade do escravista (gráfico 14).

O maior número de informações disponíveis para análise refere-se aos escravistas que, em 1774, apresentavam idade entre dez e 19 anos (coorte denominada CC1774). Apesar da fase de juventude destes escravistas ocorrer num ambiente de retração da agricultura mercantilizada, a posse média de cativos evolui continuamente, incrementando-se na faixa de 30 a 49 anos, período de maior atividade agrícola mercantilizada (produção de cana). Com o refluxo da atividade mercantilizada em 1815, refluxo da posse média destes escravistas, que neste momento encontram-se com idade entre 50 e 59 anos. Em 1825, porém, a retomada econômica propiciada pelo café é bem aproveitada por estes escravistas nascidos na década de 1760, agora

então com idade entre 60 e 69, que retomam o crescimento da média de cativos sob seu poder. Infelizmente, a lista de 1835 está incompleta, impedindo de acompanhar estes escravistas por mais uma década, e verificar se após esta faixa etária inicia um refluxo, conforme esperado pela teoria do ciclo de vida. A amostra obtida a partir da lista incompleta de 1835 indica que estes escravistas nascidos na década de 1760 continuam a acumular, com a média de cativos por fogo subindo para 11,4 entre os sete escravistas nesta faixa etária¹⁷².

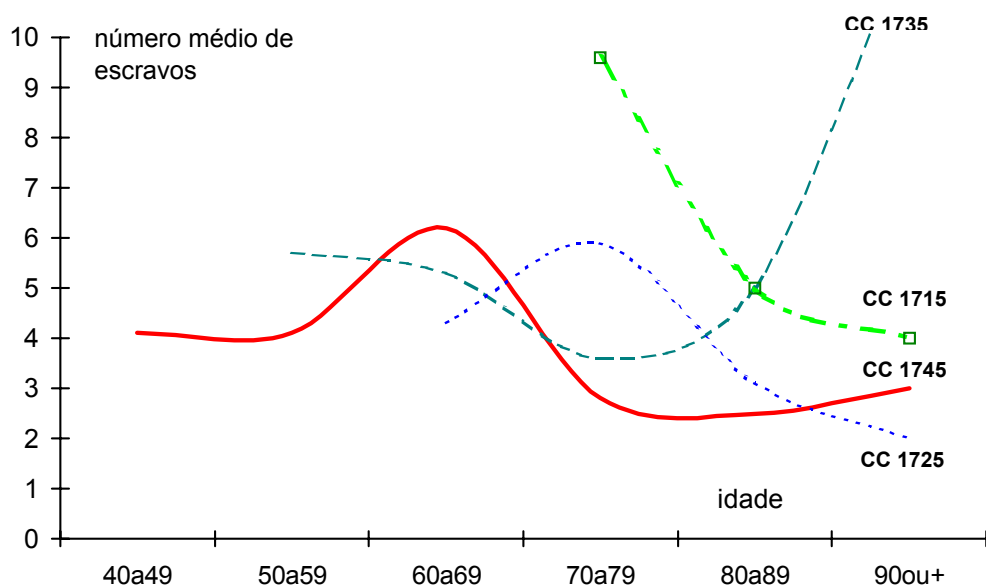
Esta influência da oscilação da atividade econômica no processo de acumulação de cativos se repete para as demais coortes. A única, e forte, variação deste padrão ocorre na coorte dos escravistas que tinham de dez a 19 anos em 1795. Estes escravistas, na faixa de quarenta a 49 anos em 1825, reduzem o tamanho médio de seus plantéis, em período de crescimento da atividade mercantil e numa faixa etária ainda propensa ao crescimento dos plantéis (segundo a teoria). A força desta correlação pode ser observada também por outro viés. Na passagem da primeira para a segunda faixa etária, em idade de formação dos plantéis, percebe-se que aqueles que se encontram num momento de crescimento da atividade agrícola tem um crescimento maior da posse média. De modo especial, a coorte de 1795 apresenta maior crescimento, seguida de grande redução na posse média de cativos.

A impossibilidade de analisar as faixas etárias mais elevadas a partir do gráfico 14 pode ser contornada, ainda utilizando os dados da tabela 19. Uma forma de aproximação está em destacar os escravistas que se encontram na faixa de idade mais elevada (90 ou mais anos), e acompanhá-los recuando no tempo, o que se indica no gráfico 15. Apesar de não ser possível conhecer o processo de acumulação nas faixas etárias iniciais, o fim de vida dos escravistas destas coortes sugere comportamento semelhante ao esperado pela teoria do padrão de vida,

¹⁷² Por ser um dado amostral, não foi incluído no gráfico 14. Em todos os anos analisados, o pequeno número de escravistas nas faixas etárias superiores, apesar de esperado, é fator limitante dos resultados.

com redução progressiva na média de cativos conforme aumenta a idade destes escravistas. A maior variação neste padrão ocorre na coorte de 1735, com crescimento progressivo nas duas últimas faixas etárias. Mas, se a pequena presença de escravistas nestas faixas mais elevadas forçam relativizar estas conclusões, a tendência de queda mostra-se inequívoca.

gráfico 15 – média de escravos por proprietário em coortes de idade mais elevada segundo a idade do proprietário, 1774-1825



CC 1745 = coorte dos escravistas que, em 1745, colocavam-se na faixa etária dos dez aos 19 anos de idade e cujos remanescentes estariam, portanto, em 1825, na faixa dos 90 anos ou mais. Este grupo de escravistas estaria, em 1774, situados na faixa etária de quarenta a 49 anos.

CC 1715 = coorte dos escravistas que, em 1715, colocavam-se na faixa etária dos dez aos 19 anos de idade e cujos remanescentes estariam, portanto, em 1825, na faixa dos 90 anos ou mais. Este grupo de escravistas estaria, em 1774, situados na faixa etária de 70 a 79 anos.

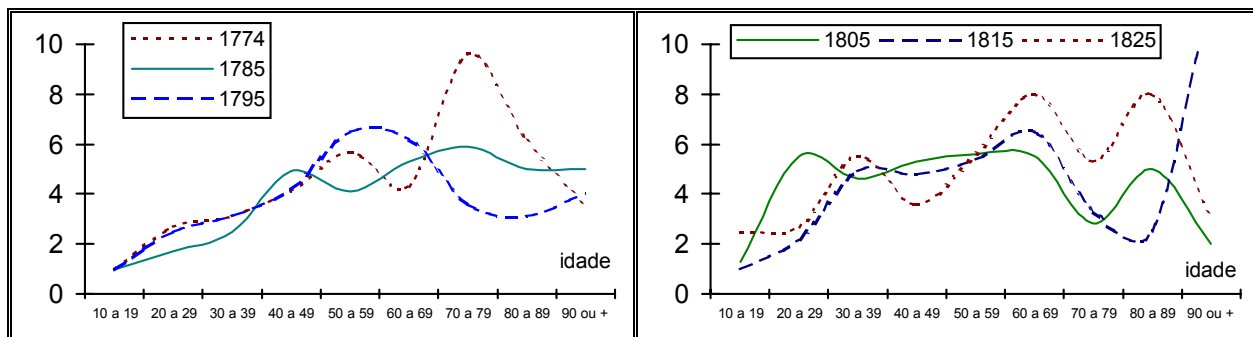
Obs.: demais coortes seguem o mesmo padrão das duas coortes citadas.

Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 19.

Outra forma de ler os dados da tabela 19 está em observar a variação da média de cativos por fogo em cada ano (ler as linhas da tabela, ao invés de ler na diagonal). Esta forma de leitura

está apresentada no gráfico 16, dividido de forma a apresentar de forma separada os anos situados no século XVIII dos situados no século XIX. Percebe-se que, no século XVIII, o acúmulo de cativos é mais gradual, e permanente nas primeiras faixas etárias; enquanto no século XIX este crescimento é mais intenso na passagem da primeira para a segunda faixa etária, reduzindo-se (inclusive com quedas) nas faixas etárias seguintes. Por este mecanismo de leitura, pode-se visualizar a oscilação da posse de cativos nas faixas superiores (não disponível para o mecanismo utilizado no gráfico 14). Indica-se que, para alguns anos, a tendência de reversão no crescimento da média de cativos ocorre após a faixa etária de 60 a 69 anos, em outros somente na faixa etária seguinte. O resultado obtido, assim, aproxima-se do esperado pela teoria do ciclo de vida.

gráfico 16 – média de escravos por proprietário segundo a idade do proprietário, 1774-1825



Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 19.

A análise do ciclo de vida também foi realizada pelo estudo de grupos específicos da população, seja agrupando os escravistas segundo o tamanho do plantel (como fez Motta, dividindo-os entre os que tem até 25 cativos e os que tem maior número) ou pela produção

agrícola (como feito por Costa, ao excluir os escravistas detentores de engenho). A análise do ciclo de vida por estes dois critérios para classificação dos escravistas, contudo, não comporta a proposta de Iraci Costa, utilizada no gráfico 14 acima. No primeiro caso, por fazer parte da própria teoria do ciclo de vida que as posses dos escravistas cresçam, o que significa em algum momento ultrapassar os marcos classificatórios. No começo e no fim da vida o esperado seria encontrar estes escravistas nas faixas inferiores de classificação de tamanho de plantel e, na meia vida do escravista, nas faixas etárias mais elevadas. No segundo caso, escravistas que alterassem a atividade produtiva acompanhando as condições momentâneas representariam um forte entrave para a análise. Mais adequado, com os dados coletados ano a ano, fazer análises por anos isoladamente, uma vez que não se realize o método ótimo de análise longitudinal.

Apesar destas restrições, estes dois critérios classificatórios da população de escravistas foi testado para Taubaté, cujos resultados estão colocados em anexo. A tabela 58 apresenta o resultado desta análise do ciclo de vida segundo duas faixas de tamanho de plantel (até nove escravos e dez ou mais escravos). A tabela 59 testa a teoria do ciclo de vida segundo a produção agrícola e tamanho dos plantéis. Dividindo os escravistas segundo duas faixas de tamanho de plantel, as principais variações no esperado pela teoria do ciclo de vida aparecem entre os escravistas com até nove escravos no ano de 1829 (crescimento contínuo) e 1774 (estabilidade na posse média dentro das faixas etárias mais elevadas). Entre os proprietários de dez ou mais escravos, o destaque fica para a tendência de queda após a faixa etária dos 30 a 39 anos. Apenas no ano de 1774 os proprietários de dez ou mais cativos fogem a este padrão, apresentando redução na posse média após a faixa etária de 70 a 79 anos. Na análise segundo a produção agrícola, o destaque fica para a dificuldade de formar uma série completa de dados para análise por faixa etária do escravista, mesmo sem dividir por tamanho de plantel. Nos produtos com

séries de dados minimamente completos, os resultados acompanham o esperado pela teoria, com crescimento da média de cativos nas faixas etária iniciais e redução desta média nas faixas etárias mais elevadas. Cabe ressaltar a análise da produção média de café (em arrobas), no ano de 1829, segundo faixas etárias dos produtores (seja de todos os produtores de café neste ano, ou apenas dos produtores de café escravistas), indicada pela tabela 82 em anexo. Tem-se uma oscilação muito próxima à indicada pela teoria do ciclo de vida, com médias maiores de produção de café entre produtores de meia idade.

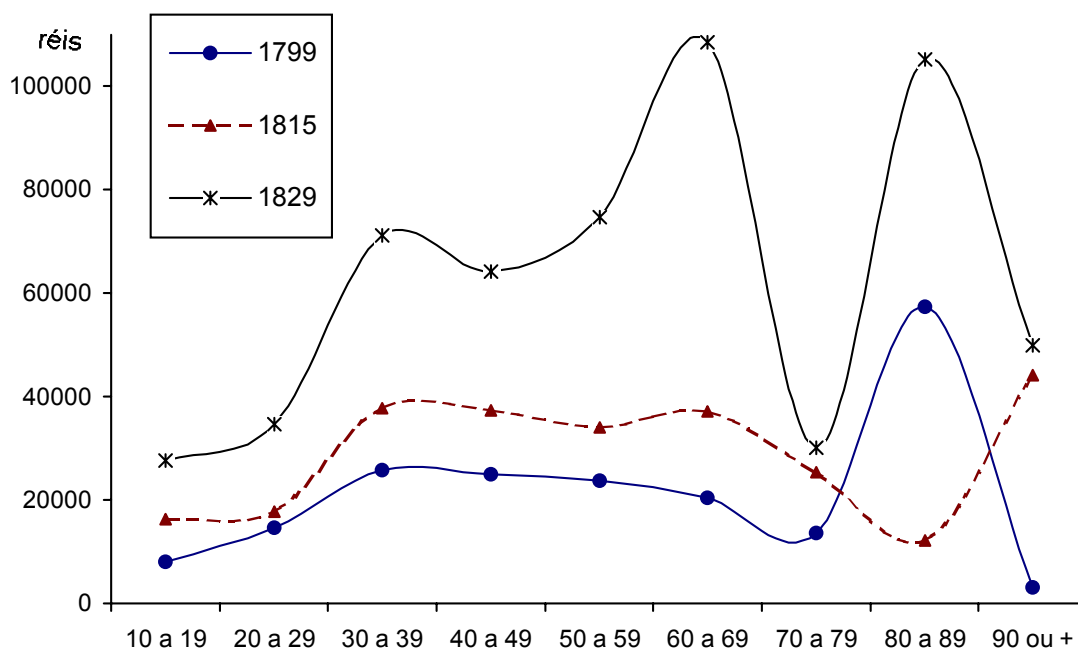
Outra tentativa de testar a teoria do ciclo de vida pode ser observada pela tabela 60, em anexo, que apresenta as variações da renda anual em réis, informação presente nas listas a partir de 1798. Três anos foram destacados para análise: 1799, 1815 e 1829, representativos dos três momentos da oscilação econômica nas primeiras décadas do século XIX (produção de cana, retração econômica, produção de café). Nestes três anos, calculou-se a média de rendimentos anuais tanto para o total dos fogos quanto para apenas os fogos com rendimento (excluindo os fogos com rendimento igual a zero). O resultado obtido, que pode ser visualizado no gráfico 17, acompanha o esperado pela teoria do ciclo de vida para os fogos com rendimentos, segundo a faixa etária do cabeça de fogo¹⁷³.

Por incluir não escravistas, atingindo parcela maior da população, a análise do rendimento médio em réis possibilita expandir a análise para o conjunto da população (o que se colocou também através da análise da tipologia das famílias). O destaque fica para a inversão do crescimento econômico em faixas etárias inferiores às percebidas entre os escravistas. Nada a estranhar, tratando-se de fluxo de renda, mais volátil que a posse de ativos em escravos,

¹⁷³ A tabela 60, em anexo, apresenta duas médias, uma considerando apenas os fogos com rendimentos (apresentada no gráfico 17) e outra considerando a totalidade dos fogos. A média resultante da inclusão dos fogos sem rendimentos funciona como uma “média ampliada”, a exemplo do índice de gini ampliado.

representativo do acumulado ao longo da vida do escravista (ainda que passível de venda). Mesmo em 1829, quando se percebe as maiores oscilações na média de rendimento anual, o padrão esperado pela teoria do ciclo de vida pode ser visualizado. Este momento de intenso crescimento econômico oferece novas oportunidades, aproveitadas também pelos escravistas mais idosos, isto deve explicar o crescimento dos valores médios nas faixas etárias mais elevadas. Entre os fogos com rendimentos, contudo, a reversão da tendência de crescimento da média de rendimentos aparece após a faixa etária de 60 a 69 anos (ver gráfico 17).

gráfico 17 – média de rendimento anual (em réis) dos fogos segundo a idade do cabeça de fogo



Obs.: média de rendimento anual (em réis) considerando apenas fogos com rendimentos.
 Fonte: ver tabela 60, em anexo.

As análise deste capítulo, ao destacar a tipologia de famílias e domicílios e a posse média de cativos segundo a idade do escravista mostra um “ciclo de vida da família”, não só no âmbito social, mas também no econômico. Observando o estado civil e a média de pessoas livres segundo a idade dos cabeças de fogo, percebe-se a tendência de sair de casa para casar, seguida do crescimento familiar pelo nascimento de filhos, e posterior saída destes para casar, o que reduz o número de livres por fogo. Estas alterações repercutem no processo de acúmulo de riqueza. Quando jovem e solteiro, o esforço para acumular revela-se na busca pela posse de terra, no incremento da produtividade na produção de café entre os chefes de fogos com famílias desconexas, que são majoritariamente solteiros. De modo especial, esta relação entre o processo de acúmulo de riqueza e o “ciclo de vida das famílias” é visível pelo número médio de cativos possuídos por proprietários, que cresce entre os mais jovens e, entre os mais idosos, tende a reduzir. A análise pelo rendimento anual (em réis) dos fogos representa um indicativo que as conclusões realizadas para os escravistas expandem-se para toda a população. Nascer, crescer, definh... a vida tem seus ciclos, e o ser humano, biológico e social, elaborou padrões de acúmulo de riqueza que permitem a uma geração sobrepor-se à anterior, reiniciando o ciclo.

Sexo, idade e origem dos cativos

Uma produção agrícola inicialmente marcada pela produção de cana de açúcar e, ao final do período delimitado para estudo, marcada pela produção de café. Intermediando estas duas etapas de expansão da atividade agrícola mercantilizada, um período de retração da economia agrícola, de crescimento da produção de mantimentos. Estas transformações econômicas marcam diretamente a composição da força de trabalho. Conforme se identificou no primeiro capítulo, de periodização, o crescimento da atividade mercantilizada (cana e café) significa o crescimento da presença de cativos, indicado pelo crescimento do número médio de cativos por plantel¹⁷⁴. Que reflete o padrão de posse de cativos. Se a produção agrícola e o padrão de posse de cativos estão diretamente associados (ver periodização, acima), outras características da população cativa também se modificam em sincronia com as variações já identificadas. Neste capítulo, o destaque fica para a composição sexual, a idade e a origem. Inicialmente, cativos indígenas, substituídos por cativos de origem africana. A “lógica” do tráfico atlântico, progressivamente predominante, leva à maior presença de homens adultos nos momentos de maior tráfico.

¹⁷⁴ O termo plantel é utilizado com duplo sentido neste trabalho. Nos inventários *post-mortem*, indica o total de cativos arrolados sob o poder do falecido – independente de estarem ou não distribuídos em propriedades variadas. Nas listas nominativas, plantel equivale ao total de cativos em um fogo. Ver nota de rodapé 31.

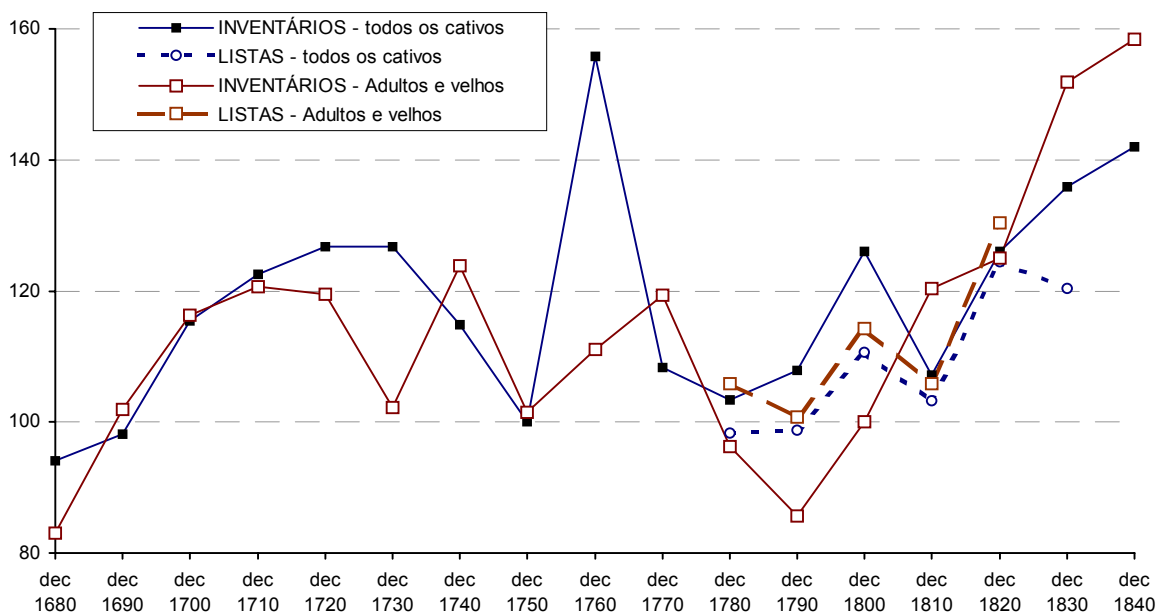
Composição sexual da população cativa

A variação da proporção de sexo oscila de modo sincrônico à produção agrícola comercial, como se vê pelo gráfico 18. Com o crescimento do plantio de cana de açúcar no começo do setecentos, a proporção de escravos masculinos cresce progressivamente até 126 homens para cada 100 mulheres. Com a queda da produção de cana, a proporção de mulheres se eleva, a razão de sexo se aproxima de cem. Com a retomada a atividade agrícola mercantilizada, na passagem do século XVIII para o XIX (primeiro num curto período de plantio de cana, depois com o café), volta a crescer a proporção de homens entre os escravos. A tendência da variação da presença de homens cativos (ver gráfico 18) é indicativo claro desta correlação entre o crescimento da presença de cativos (observável pela média de cativos e o padrão de posse de ativos) e da presença de homens. Homens que são fundamentalmente jovens, conforme se observa pela análise do gráfico 21 (sobre proporção de adultos) e do gráfico 20 (sobre idade média) dos cativos, realizada no próximo item. Para o período em que coincidem listas nominativas e inventários *post-mortem*, as oscilações na razão de sexo são muito semelhantes neste dois corpos documentais. Do mesmo modo que indicado na análise para periodização, um documento confirma o outro. Mais ainda, o confronto de oscilações semelhantes entre diferentes características da população confirmam-se mutuamente, não só confirmando resultados obtidos em bases documentais distintas.

Enquanto predomina a escravidão indígena, na passagem do século XVII para o século XVIII (ver gráfico 25), a supremacia de mulheres deve estar ligada às próprias condições do preamento e à divisão sexual do trabalho presente em muitas sociedades indígenas, onde as

mulheres e crianças executam as tarefas ligadas ao plantio e à colheita¹⁷⁵. Entre as décadas de 1680 e 1720, a razão de sexo entre indígenas oscila de 95 a 113. O tráfico de africanos, porém, não segue este padrão, os índices de masculinidade facilmente ultrapassam 113. A oferta maior de homens do que mulheres influencia a composição sexual nos plantéis da vila de Taubaté no século XVIII, quando cresce a participação dos africanos (ver gráfico 25). O ideal de trabalhador preconizado pelo tráfico africano passa a predominar sobre o ideal de trabalhador preconizado pelo preamento do indígena.

gráfico 18 – razão de sexo (índice de masculinidade) entre cativos, 1680-1848



Razão de sexo: número de homens por cem mulheres¹⁷⁶.

Fonte: Inventários *post-mortem* (tabela 20) e listas nominativas de 1785, 1795, 1805, 1815, 1825 e 1835 (tabela 21 – para 1835, valor de Rangel, *op. cit.*, p. 175).

¹⁷⁵ MONTEIRO, John. *Negros da Terra*. *Op. cit.*, p. 67-68 e 83-84.

Observando mais detidamente a oscilação da atividade econômica através das listas nominativas, de modo a acompanhar o estabelecido por Rangel no gráfico 2, tem-se um reforço à subdivisão do terceiro grande período estabelecido a partir dos inventários. A grande sincronia na oscilação das variáveis até aqui analisadas reforçam-nas mutuamente, de modo a permitir uma visão em que, associado ao crescimento das atividades “exportadoras” (nos três períodos delimitados: primeiras décadas do setecentos, passagem do setecentos para oitocentos e década de 1820 em diante), o crescimento da presença relativa de cativos, com aumento dos plantéis com maior número de escravos, e ampliação da presença masculina sobre a feminina entre os cativos. Ao inverso, a redução da produção de cana (nos dois períodos intermediários aos três períodos de crescimento delimitados) vem associada à queda destes indicadores: cresce a participação dos plantéis com até nove escravos, reduz-se a proporção de cativos homens.

A composição sexual da população cativa adulta ou velha¹⁷⁷ segue oscilações semelhantes às variações que ocorrem com a proporção sexual na totalidade dos cativos. Entre os cativos adultos e velhos, contudo, estas oscilações são mais intensas. No período inicial deste estudo, marcado pelo crescimento do plantio de cana de açúcar, a presença de indígenas explica a menor razão de sexo entre adultos do que entre o total da população cativa. No período seguinte, de crise deste plantio (segunda metade do século XVIII), a proporção de homens adultos ou velhos¹⁷⁸ reduz-se de tal modo que termina o século XVIII em patamares bem inferiores à proporção de homens no conjunto dos escravos. Com a retomada do crescimento da agricultura mercantilizada, pelo plantio do café, o inverso: cresce a proporção de homens

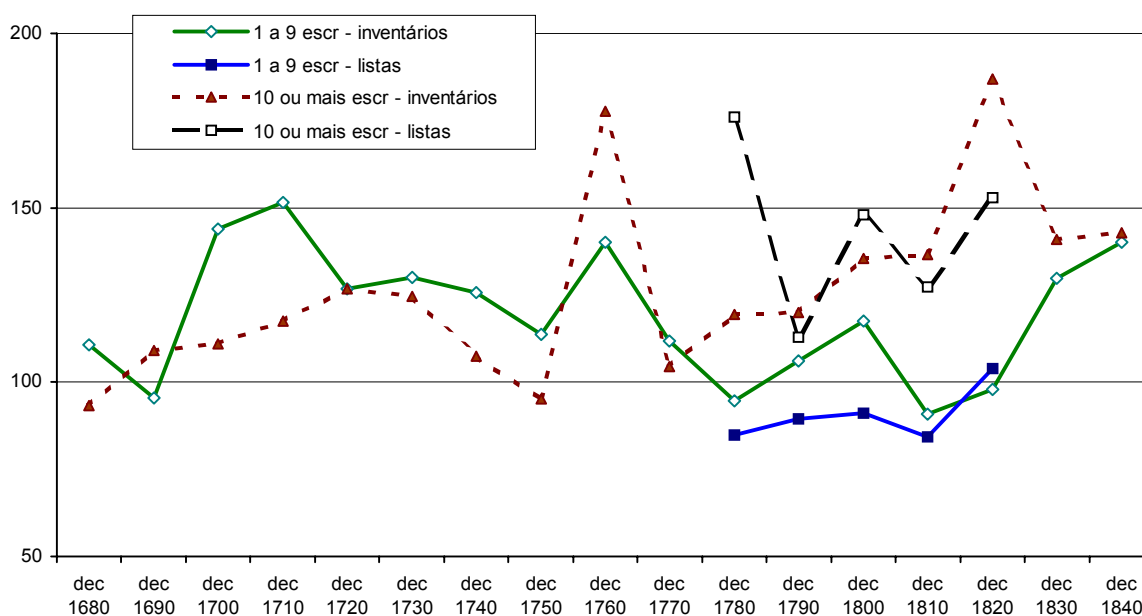
¹⁷⁶ O desvio na proporção de homens, na década de 1760, é uma condição atípica. Os dados coletados foram revistos e tal valor manteve-se. Pelo gráfico 19 percebe-se que as duas faixas de tamanho de plantel delimitadas apresentam esta variação, apesar do desvio ser maior nos plantéis maiores.

¹⁷⁷ Ver item adiante sobre os critérios para classificar qualitativamente os cativos segundo três grandes faixas etárias (crianças, adultos e velhos).

¹⁷⁸ “Adultos ou velhos” significa a soma das pessoas adultas com as velhas, não é disjunção.

adultos ou velhos de modo intenso, de modo que ao fim do período delimitado para estudo a presença de homens entre adultos e velhos é bem superior à existente no total da população cativa. Considerando as listas nominativas, repetem-se oscilações próximas (não iguais) às detectadas nos inventários (em especial, a redução da atividade mercantilizada na década de 1810). A oscilação da presença de homens adultos e velhos segundo as duas faixas de tamanho de plantel definidas também seguem estas variações (ver tabela 20 e tabela 21)

gráfico 19 – razão de sexo (todos os cativos) segundo faixa de tamanho de plantel, 1680-1848



Razão de sexo: número de homens por cem mulheres.

Fonte: Inventários *post-mortem* (tabela 20) e listas nominativas de 1785, 1795, 1805, 1815 e 1825 (tabela 21).

A análise da razão de sexo (índice de masculinidade) segundo faixas de tamanho de plantel reforça que os escravistas inventariados aproximam-se das condições dos escravistas

presentes nas listas nominativas, no período em que coincidem ambos os documentos (ver gráfico 19). Não só as oscilações são semelhantes, mas também os valores são próximos para as duas faixas de tamanho de plantel delimitadas (até nove escravos e dez ou mais cativos). Dividindo os plantéis em um número maior de faixas de tamanho, especificando aqueles com até quatro escravos e os com vinte ou mais cativos (ver gráfico 53 em anexo), percebe-se que as oscilações na composição sexual da população cativa permanecem muito semelhantes tanto ao determinado para o conjunto da população cativa, quando ao definido para a divisão dos cativos em apenas duas faixas de tamanho de plantel.

Se, nas diferentes faixas de tamanho de plantel, as oscilações são semelhantes, as características destas oscilações tem um diferencial importante para ser ressaltado. Entre os plantéis menores, a proporção de homens é inferior a existente entre plantéis maiores. A maior entrada de cativos homens, via tráfico, dirige-se preferencialmente para os plantéis maiores. Pelas listas nominativas, seja nos plantéis com até nove escravos (ver tabela 21), ou nos plantéis com até quatro escravos (ver gráfico 53 em anexo), pequeno predomínio de mulheres (exceto em 1808, 1820, 1825 e 1829). Neste período compreendido pelas listas (décadas de 1780 a 1820), também os inventários apresentam predomínio de mulheres nestes plantéis menores, particularmente nas décadas de 1780 a 1820 (ver tabela 20). Já nos plantéis com maior número de cativos, maior a proporção de homens. O que estabelece uma correlação, se associada com a produção agrícola por faixa de tamanho de plantel (ver periodização), de aquisição de homens para produção mercantilizada. Como já definido no capítulo sobre periodização, os plantéis maiores tendem a concentrar-se no plantio de produtos “exportáveis” e exatamente nestes plantéis encontram-se os maiores índices de masculinidade.

tabela 20 – razão de sexo (índice de masculinidade) dos cativos, 1710-1848

| Década | Todos os cativos | | adultos e velhos* todos os cativos | | adultos e velhos* plantéis com 1 a 9 | | adultos e velhos* plantéis com 10 ou + | |
|--------|------------------|------|---------------------------------------|-----|-----------------------------------------|----|-------------------------------------------|-----|
| | razão | # | razão | # | razão | # | razão | # |
| 1680 | 94,1 | 1254 | 83,1 | 877 | 105,0 | 41 | 82,1 | 836 |
| 1690 | 98,1 | 305 | 101,9 | 212 | 103,6 | 57 | 101,3 | 155 |
| 1700 | 115,4 | 519 | 116,3 | 349 | 130,8 | 60 | 106,4 | 289 |
| 1710 | 122,6 | 492 | 120,6 | 178 | 172,2 | 49 | 112,0 | 229 |
| 1720 | 126,7 | 628 | 119,5 | 382 | 113,3 | 64 | 120,8 | 318 |
| 1730 | 126,7 | 238 | 102,2 | 93 | 90,5 | 40 | 112,0 | 53 |
| 1740 | 114,8 | 189 | 123,9 | 103 | 127,8 | 41 | 121,4 | 62 |
| 1750 | 100,0 | 228 | 101,5 | 137 | 100,0 | 40 | 102,1 | 97 |
| 1760 | 155,8 | 110 | 11,1 | 57 | 120,0 | 33 | 100,0 | 24 |
| 1770 | 108,3 | 236 | 119,3 | 125 | 145,2 | 76 | 88,5 | 49 |
| 1780 | 103,4 | 177 | 96,2 | 104 | 86,5 | 69 | 118,8 | 35 |
| 1790 | 107,9 | 79 | 85,7 | 39 | 85,7 | 39 | 0 | 0 |
| 1800 | 126,0 | 217 | 100,0 | 120 | 96,7 | 65 | 103,7 | 55 |
| 1810 | 107,1 | 176 | 120,4 | 119 | 94,7 | 74 | 181,3 | 45 |
| 1820 | 126,0 | 165 | 125,0 | 99 | 89,7 | 55 | 193,3 | 44 |
| 1830 | 139,4 | 342 | 151,9 | 204 | 131,0 | 97 | 174,4 | 107 |
| 1840 | 142,0 | 613 | 158,4 | 398 | 151,4 | 88 | 160,5 | 310 |

Razão de sexo = número de homens por cem mulheres.

= número de cativos consultados (homens + mulheres).

* Adultos e velhos definidos por análise qualitativa (não só pela idade em anos). Ver detalhes no item sobre idade dos cativos.

Fonte: Inventários *post-mortem*.

tabela 21 – razão de sexo (índice de masculinidade) dos cativos, 1785-1829

| Ano | Todos os cativos | | 15 anos ou mais todos os cativos | | 15 anos ou mais plantéis com 1 a 9 | | 15 anos ou mais plantéis com 10 ou + | |
|------|------------------|------|-------------------------------------|------|---------------------------------------|-----|-----------------------------------------|-----|
| | razão | # | razão | # | razão | # | razão | # |
| 1785 | 98,3 | 1059 | 105,9 | 731 | 92,4 | 458 | 133,3 | 273 |
| 1790 | 98,6 | 1281 | 103,6 | 859 | 97,4 | 527 | 114,2 | 332 |
| 1795 | 98,9 | 1225 | 100,8 | 799 | 91,9 | 472 | 115,1 | 327 |
| 1799 | 97,5 | 1341 | 95,1 | 880 | 76,6 | 512 | 134,0 | 358 |
| 1805 | 110,2 | 1602 | 114,2 | 1073 | 89,6 | 512 | 142,9 | 561 |
| 1808 | 116,5 | 1615 | 120,6 | 1134 | 100,7 | 594 | 144,7 | 540 |
| 1815 | 103,3 | 1683 | 105,8 | 1208 | 92,2 | 613 | 122,0 | 595 |
| 1820 | 115,6 | 1684 | 119,6 | 1241 | 103,7 | 664 | 141,4 | 577 |
| 1825 | 124,5 | 2042 | 130,4 | 1419 | 105,6 | 732 | 164,2 | 687 |
| 1829 | 131,4 | 2233 | 142,2 | 1625 | 120,4 | 895 | 175,5 | 730 |

Razão de sexo = número de homens por cem mulheres.

= número de cativos (homens + mulheres).

Fonte: Listas nominativas.

Idade dos cativos

As oscilações até o momento indicadas associam-se a outras duas: a idade e a origem dos cativos. Metodologicamente, o estudo de um período tão prolongado (pouco mais de século e meio), se permite visualizar grandes mudanças, também apresenta sérias dificuldades de interpretação. Em particular, como se verá adiante, a designação de origem dos cativos representa bem o “estranhamento” daquele que, na tentativa de classificar, responde de modo variado ao problema em cada uma das fases indicadas neste estudo. O mesmo pode-se dizer quanto ao tempo de existência dos cativos. Se entre os livres a descrição em anos de vida sempre esteve presente, esta apenas progressivamente se tornou norma para discriminar a idade dos cativos. Mesmo entre os livres a definição de idade pouco se assemelha ao rigor hoje exigido. Entre os livres, com o correr do século XIX, a descrição da idade perde o adendo de “mais ou menos”; mas nem por isso fica mais precisa, conforme análise das listas (ver análise no capítulo anterior). Entre os cativos, a imprecisão (pelos padrões atuais) é ainda maior. Até a década de 1710, praticamente nenhum cativo tinha a idade declarada em anos. Entre os cativos indígenas, não é regra citar anos de idade. No momento inicial de entrada de cativos não-indígenas é que se inicia o uso mais sistemático do imputar idades em anos, sistema que será estendido aos indígenas. Uma amostra desta imprecisão está no testamento feito por Domingos de Oliveira, anexo ao inventário deste, aberto em 1732: “Declaro que hatrezfolegos escravos aSaber Pedro queterâ vinteeTantos Annoz, e Maria queterâ vinte eSinco Annoz pouco mais Ou

menoz, e Benadito queterâ dous annoz”. Em uma mesma citação, 3 modos diferentes de citar a idade destes cativos não-indígenas, partindo do mais vago para o mais exato. Nem assim, com muita certeza: “que terá”, ou seja, deve ser. Na década de 1740, os escravos com idade declarada em anos correspondem a apenas 40% dos escravos inventariados. Os escravos com idade declarada em anos passam a predominar apenas a partir da década de 1750 (ver gráfico 20). Mesmo assim, na primeira metade de século XIX, aproximadamente um em cada dez cativos não tem a idade declarada em anos, ou simplesmente não se declara a idade deste. Nas listas nominativas, só não foi possível determinar a idade em anos de um número muito reduzido de cativos (sempre menos de 3%), a maioria das vezes por problemas de leitura do microfilme. O motivo está na própria forma como se reúne a informação, com espaço limitado para registrar, que força a colocar um número (ver análise sobre a idade dos livros).

O predomínio da declaração da idade em anos, contudo, não significa a exatidão destas. Mesmo no ano de 1846 escravos são arrolados como “de trinta a quarenta anos” (inventário de Gertrudes Ramos de Oliveira), ou tendo idade “de dez a onze anos”. Neste mesmo ano, no inventário aberto por morte de Carolina Amália M. Moreira de Mattos, ente os 27 escravos que possui, dois são arrolados com a idade de “quarenta e tantos anos” e outros dois com a denominação de “velho”, apenas. Entre estes 27 cativos, cabe destaque para a narrativa da idade de Joaquim, de 21 anos, “de idade que dice ter”. Quem disse? O crioulo Joaquim ou o inventariante, por coincidência também de nome Joaquim (Joaquim Moreira dos Santos)? Sintomático, a própria conjugação do verbo dizer no pretérito perfeito identifica a primeira pessoa do singular com a terceira do singular (eu disse, ele disse). Decorre, deste caso, a dúvida, não apenas de quem disse, mas também a inexatidão generalizada da idade: é a que disseram ser, não um registro escrito e exato como se pressupõe hoje.

Registros de casamentos e os de batismo não tem tamanha preocupação com a idade. Nos 261 registros de casamentos consultados, nenhum declara a idade; provavelmente a subentendem por terem cumprido os requisitos para casar (no processo de banho matrimonial, ter idade superior a 14 anos e não ser parente próximo). Nos 2801 registros de batismo consultados, entre os anos de 1794 e 1828, 2502 não oferecem indicação de idade; entre os 123 adultos batizados, todos os casos seguem o exemplo de João, batizado em 1808: um escravo “de nação”, unicamente indicado como “adulto”. Apenas no registro de batismo dos 176 recém-nascidos ocorre uma indicação mais precisa da idade, como no caso de Salvador, batizado em 1821, com 4 dias de idade, ou o caso de Benedita, batizada em 19 de novembro de 1823, “nascida aos 16 do mesmo”. Dos registros eclesiásticos, apenas o de óbitos oferece sistematicamente informação sobre a idade do falecido. Dos 902 documentos consultados, em pouco menos de um quarto dos registros (23%) não foi possível identificar a idade do falecido (fornecida, geralmente, em anos) – em parte por não ser fornecida, em parte por dificuldades de leitura do original.

Esta oscilação do registro de idades em Taubaté mostra-se próxima da oscilação percebida por Schwartz¹⁷⁹ para a Bahia: “É difícil obterem-se informações sobre a idade dos cativos. Além do problema das idades ‘arredondadas’ em cinco ou dez anos, as idades mencionadas para os escravos, especialmente os africanos, eram, na melhor das hipóteses, simplesmente uma suposição ou estimativa do senhor de engenho, com base na aparência”. Somada a esta dificuldade de anotar a idade em anos, uma variada terminologia para identificar as crianças : “cria de peito”, “cria de pé”, “menino”, “moleque”, “moleque grande”, “rapaz” (ou “rapariga”) – empregados de formas diversas. Apesar destas dificuldades, Schwartz também

¹⁷⁹ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 288.

considera possível uma classificação dos cativos por faixa etária¹⁸⁰. O que destaca, porém, da citação de Schwartz, é a estranheza diante do diferente, do novo. Na Bahia, a dificuldade em estabelecer a idade dos cativos é maior entre os africanos. Esta estranheza, em Taubaté, perpassa todo o período delimitado para estudo, e amplia-se nos momentos de incremento do tráfico, de entrada mais acelerada de africanos (ou descendentes destes).

Ocorre, muitas vezes, do inventariante apenas arrolar “um escravo de nome tal”, sem definir características como origem e idade. A idade, contudo, sempre é subentendida pelos que elaboram o documento, pois ela altera substancialmente o valor do escravo enquanto bem arrolado. Pode não ser descrita, muito provavelmente pelo consenso entre os herdeiros, mas está sempre presente. O mais comum, quando não se diz a idade em anos, é chamar o escravo de “velho”, “rapaz”, etc... Algumas vezes, as duas formas de classificação são utilizadas, como no inventário de Pedro de Oliveira Gil, aberto em 1730, no qual “declarou a inventariante caveira de casal huma rapariga mulata chamada Roza de seys annos”. Ou ainda, em 1780, quando se abre o inventário de Antônio de Souza Pereira, a viúva inventariante arrola “um rapaz por nome Inacio cabra de idade de quinze annos”. Esta peculiaridade coloca um problema para a classificação, para o agrupamento de informação tão díspare no tempo. Tradicionalmente, a historiografia classifica, quanto à idade do cativo, em três grandes grupos: até 14 anos de idade, de quinze a quarenta annos, e mais de quarenta annos. Estes três grupos são aqui denominados, respectivamente, crianças, adultos e velhos.

¹⁸⁰ A análise dos registros de batismo na cidade do Rio de Janeiro, feitas por Mariza de Carvalho Soares (cf. SOARES, M. de C. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000), indicam uma definição maior das idades, se comparada com as obtidas por Schwartz e das encontradas em Taubaté. Talvez, a maior proximidade com a administração metropolitana, após a administração colonial ser deslocada de Salvador para o Rio, e a rapidez do registro (um mês após o nascimento) tenham estabelecido um rigor maior nos registros. Contra isto, a realidade rural de Taubaté e de parte das regiões estudadas por Schwartz.

Esta classificação moderna, que estabelece a idade de quinze anos como início da fase adulta tem, como ponto de partida, o caráter genésico (a capacidade de procriar). Também deve se considerar a regra eclesiástica que proíbe casamento entre menores de quatorze anos¹⁸¹. Como o estudo da proporção de casados e viúvos no conjunto da população deve excluir os impossibilitados de procriar e/ou casar pela pouca idade, tem-se a idade de quinze anos como um critério efetivo para separação. O que não quer dizer que os moradores em Taubaté, na época em estudo, fizessem uma separação tão clara. A distinção entre crianças e adultos, na documentação, oscila entre doze e quatorze anos, conforme se depreende da análise, nas listas, de como se elabora a coluna “estado civil”. Para os indivíduos dotados de estado civil, o recenseador escreve “S” (solteiro), “C” (casado) ou “V” (alguns escrevem “VV” – viúvo). Os que não tem estado civil apresentam este espaço da folha de papel preenchido com três pontos ou um traço (dependendo do ano e do recenseador). O interessante é que o limite para esta diferenciação está diretamente associado à idade da pessoa (seja livre ou cativa). Em 1829, de 10329 pessoas recenseadas, 3170 (37,6%) tem quatorze anos ou menos (96 pessoas sem idade identificada). Ente estas 3170 crianças, 3000 apresentam a coluna “estado civil preenchida com um traço (931 pessoas) ou preenchida com aspas (2069 pessoas). Em 1805, numa população de 7931 pessoas, 3016 (38%) tem de um a treze anos (136 pessoas sem idade identificada). Entre estas crianças, 2434 tem o campo de estado civil preenchido com traço e 573 são classificadas como solteiras. Apenas quatro são listadas como casadas. A proporção de solteiros ou casados com idade inferior a quinze anos, contudo é pequena. O que justifica a divisão feita acima, para efeito deste trabalho.

¹⁸¹ Ver SILVA, Maria Beatriz N. da. Sistema de casamento no Brasil Colonial. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1984.

Quando não há a indicação de quantos anos de vida tem o escravo, a solução foi incluir como critério classificatório os diferentes adjetivos que os escravos recebem. Normalmente, ao arrolar escravos mais velhos, estes recebem atributos como “velho”, “já velho”, “idoso”. A dificuldade para classificação aparece quando, em 1734, no inventário de Catarina Rodrigues de Faria, se afirma “haver outro escravo por nome João também com alguma idade”. Ter “alguma idade” é motivo para ser considerado velho? Como o item anterior era “hum escravo por nome Francisco ja idoso nação angolla”, o “também” permitiu classificar João como idoso. Aqueles “já de idade”, “de boa idade” ou “já de mais idade” podem, assim, por dedução, ser classificados como velhos. O título de “adulto”, entretanto, nunca aparece. Mesmo entre os livres, a denominação inexistente, sendo substituída pela afirmação que a pessoa é emancipada ou casada – fatores determinantes para não submetê-los à tutoria e/ou curadoria. Entre os cativos, considerou-se como adulto os que foram arrolados como casados ou como “solto” (solteiro – considerado como adulto por oposição a casado, ou seja, já em condições de casar, pois uma criança não está em condições para isto). Deve-se ressaltar, contudo, que o mecanismo de considerar os casados e solteiros como adultos traz problema de parte destes cativos classificados como adultos serem velhos. Mas, como é comum especificar os velhos, a proporção de idosos não declarados entre os casados e solteiros deve ser baixa (o critério do preço, mais baixo para os idosos, não foi utilizado para distinção, pela dificuldade em estabelecer um preço limite).

Se a denominação “cria de peito” indica tratar-se de um recém-nascido, o que dizer dos escravos inventariados como “cria”, “rapaz”, “pajem”, “moça”, “rapariga”, “moleque” ou “pequeno”, denominações comuns ao longo de todo o período estudado? A documentação indica tratar-se comumente de “crianças”. Mas isto apenas ameniza o problema de classificá-los

em três grandes grupos etários. Na categoria “rapaz” cabe tanto Inácio, citado acima, com idade de quinze anos, quanto Salvador, rapaz de três anos, inventariado em 1790 entre os bens do falecido Amaro Teixeira Bitancourt. O primeiro (Inácio) está no grupo dos adultos (quinze a quarenta anos), o segundo (Salvador) ainda é uma criança. Esta denominação de rapaz abrange, ainda, recém-nascidos: “declarou a inventariante cavessa de casal aver nelle hum rapas de peito chamado Cristino”, arrolado em inventário aberto em 1730, por falecimento de Pedro de Oliveira Gil. Como analisado para o termo “rapaz”, denominar como “moleque” representa um cativo que pode ser ainda uma criança ou alguém entrando na fase adulta. Em inventário aberto em 1743, por falecimento de Catarina Rodrigues Faria (ou de Oliveira), arrola-se “haver hum moleque por nome Caetano rapas”. A mesma indeterminação da idade em anos que se observa para o termo “rapaz” pode ser expandida para o termo “moleque”. Em 1751, em inventário aberto por falecimento de Antônio Luis Pereira, arrola-se um “moleque de 13 anos pouco mais ou menos por nome Andre”. Em 1743, em inventário aberto por falecimento de Sebastiana de Aguiar, afirma-se “haver hum moleque idade de dezoito annos por nome Antonio”¹⁸². O fator decisivo na classificação destes atributos como relativos a crianças foi a predominância de idades inferiores a quinze anos quando a notificação em anos acompanha um destes adjetivos. A permanência desta dupla classificação (adjetivação mais idade em anos) indica a força que ela exerce nesta sociedade: a forma mais recente de classificar (em anos) incorpora a forma mais antiga (de adjetivação), sem elimina-la. O caso de Inácio, que para nós hoje parece mais uma

¹⁸² No inventário aberto em 1770, por falecimento de Sebastião de Siqueira Garcia, repete-se a citação de moleque com 18 anos. Há outra citação, em inventário aberto em 1767 por falecimento de João Moreira da Costa, de um moleque de 16 anos. Mais quatro citações de “moleques”, todas sem declarar a idade em anos, completam o rol de citações desta terminologia. Comparado com as declarações de idade em anos que acompanham o termo “rapaz”, deduz-se que o termo “moleque” refere-se a cativos em idade maior que aqueles a que se referem o termo “rapaz”.

exceção, parece-nos ser anacrônico apenas porque hoje não possuímos mais uma denominação que abranja um intervalo de tempo de vida tão longo.

Tão cara aos contemporâneos coloniais como para os dias de hoje, as classificações respondem aos problemas de cada época em que são formuladas... Percebe-se, pela documentação, como o padrão do tráfico atlântico impõe-se sobre o padrão do preamento. A entrada de africanos (e de descendentes destes, mesmo que nascidos na colônia) altera o modo de registrar a idade: entre indígenas, nenhuma importância da citação de anos, para o tráfico atlântico, essencial. A exacerbação deste confronto, realizada na frase anterior, não é mero jogo de efeito, apesar de não realizado imediatamente, mas progressivamente. O substituir da adjetivação pela “precisão” dos números é concomitante à entrada de cativos não-indígenas, e prossegue mesmo após o desaparecimento dos indígenas na documentação. Fez-se necessário mais de uma geração para a substituição integral de uma mentalidade tão arraigada...

Ordem de descrição dos cativos

A “imprecisão” que reina deve ser colocada entre aspas, pois o principal papel da idade parece ser, ao lado da definição dos desimpedimentos legais (no caso do rol dos herdeiros), explicitar quem é mais velho ou mais novo em relação a outra pessoa. Por isso, comumente, a indicação em ordem cronológica dos indivíduos. No rol de herdeiros, como a função é definir quem está emancipado ou não, a ordem de descrição dos herdeiros inicia com as pessoas emancipadas para, progressivamente, em ordem cronológica, chegar ao órfão mais novo. Sendo

esta uma característica fundamental na definição dos herdeiros, comumente prevalece – ainda que associada a outras, como a de gênero. No inventário de Maria da Veiga, aberto em 1756, o viúvo inventariante arrola os herdeiros na seguinte ordem: Inácia, casada com José Rodrigues de Faria; Francisca, casada com Pedro Moraes de Castilho; Maria, de idade de dezessete anos pouco mais ou menos, solteira; Domingos, de idade de quatorze anos pouco mais ou menos, solteiro; Salvador, de idade de doze anos pouco mais ou menos, solteiro; José, de idade de dez anos pouco mais ou menos¹⁸³. Mais do que tudo, a noção de idade cumpre aqui o seu papel básico: separa os mais velhos dos mais novos, e isto se repetirá mesmo quando não está em jogo definir a emancipação. Este rol permite, ainda, retomar a classificação como criança ou adulto. Mesmo Salvador, com doze anos de idade, é “solteiro”: já apresenta estado civil definido. Sobre o estado civil de José, com dez anos de idade, nada se afirma. Doze anos de idade é suficiente para alguém ser “solteiro”? Talvez, pela aparência física, Salvador já tenha tamanho suficiente para os serviços que exigem maior força. Talvez, talvez. Quem sabe já tenha mostrado os primeiros sinais de alterações hormonais próprios da passagem para a fase adulta... Considerando solteiro sempre em oposição a casado, não é anacrônico considerar Salvador como adulto, e João como ainda não admitido no grupo dos adultos. Apesar disto, fica a marca do “talvez”: ao historiador, por ofício, resta montar quebra-cabeças. Neste caso em particular, para efeito de classificação, prevaleceu a indicação da idade em anos: Salvador é criança, como José.

A prioridade da idade sobre o gênero nem sempre é obedecida como único critério classificatório. Outra ordem também ocorre: o gênero combinado com a idade. Primeiro os homens, do mais velho para o mais novo; em seguida, as mulheres, também da mais velha para

¹⁸³ Outro exemplo de ordenamento dos herdeiros segundo a idade está no inventário aberto em 1735 pela morte de Ignácio Bicudo de Siqueyra (citado acima).

a mais nova. Diferenças de gênero, a indicar uma prevalência social masculina simbolicamente reproduzida no papel. Como no inventário aberto em 1848 por falecimento de Vicente José de Mattos, no qual os herdeiros são assim arrolados: primeiro, Manuel José de Siqueira Mattos, solteiro, sem idade declarada; seguido por José, solteiro, de maior, ausente; Joaquim, solteiro, 24 anos; Antônio, solteiro, 18 anos; Maria, solteira, 31 anos; Ana, casada com Antônio Marcondes do Amaral Neto; Mariana 31 anos; Maria, 14 anos; e Carolina, 12 anos. Indicativo de uma sociedade onde o masculino detém prerrogativas sobre o feminino, nestes casos o critério de classificação por idade reduz de valor. É o que ocorre no rol dos herdeiros quando, por exemplo, o marido da herdeira é citado à frente de sua esposa, “por cabeça de casal”. Este mesmo ordenamento de gênero associado à idade ocorre nas listas nominativas, quando invariavelmente o gênero divide o ordenamento por idade em dois grandes blocos.

Estas duas formas de ordenar as pessoas, contudo, apresentam variações, ainda que em pequena quantidade. Em alguns inventários, nenhuma ordem específica parece predominar. Caso do inventário de Catherina de Freitas, aberto em 1741, no qual inexistente ordenamento por gênero ou idade no rol dos herdeiros. O mesmo se dá entre os cativos, como no inventário de Antonio de Souza Prado, aberto em 1790, que arrola 4 escravos: Tereza, 24 anos, João, 60 anos, Agostinho, 80 e Caetano, 30 anos. Nesta ordem, Tereza vem no início por motivo não especificado. Se fosse idade, Caetano deveria seguir-lhe; se fosse pelo fato de ser mulher, deveria ocorrer em outros inventários que as mulheres fossem todas arroladas antes dos homens – o que não ocorre na imensa maioria dos casos estudados. Algumas vezes, o arrolamento dos cativos inventariados segue a ordem de preço (do escravo mais caro para o mais barato), em especial ao final do período estudado, mas mesmo esta ordem não é rígida, podendo ter oscilações internas.

Nas listas nominativas, o predomínio da classificação por gênero ocorre tanto entre os cativos quanto entre os livres. Exemplos existem fartamente, pois esta é uma fórmula que se repete como regra por todas as listas, raramente (ou mesmo nunca) quebrada. Em 1774, Cipriano Gomes Veiga, 50 anos, casado com Maria Magdalena Vieira, 44 anos, tem os filhos listados na seguinte ordem: Antônio, 11 anos; José, 9 anos; Maria, 18 anos; Francisca, 14 anos; Clara, gêmea de Francisca; e Bernardina, 7 anos. Via de regra, o cabeça do fogo é o homem, apenas na ausência deste a mulher assume a chefia do fogo. Na sequência, após o cabeça do fogo, o cônjuge, se existir. Em seguida, os filhos. Após o rol dos filhos, os agregados (mais raramente, estes aparecem no final). Fechando a relação dos habitantes do fogo, os escravos (Neste caso, Cipriano tem 17 escravos, mas a lista de 1774 dá poucos detalhes sobre os escravos possuídos). Em cada um destes grupos, a mesma ordem de apresentação dos habitantes: primeiro os homens, depois as mulheres – da pessoa mais velha para a mais nova. Foi o que se fez na listagem dos filhos de Cipriano Gomes Veiga. Em 1799, Anna Maria da Silva Passos, cabeça do fogo, solteira, 47 anos, tem os escravos seguintes: Jacó, 47 anos; Pedro, 25; Tereza, 50; Maria, 32; Efigênia, 19 anos. Tanto se repete esta fórmula de descrição que é inútil exemplificá-la mais.

*

Uma digressão, contudo, mostra-se não só oportuna, mas necessária. Qual a razão para tanta ênfase na análise na forma de descrever os habitantes, seja no rol dos herdeiros, seja no rol dos bens (para escravos inventariados), seja nas listas nominativas? Cabe aqui adiantar um pouco o conteúdo do próximo capítulo. O objetivo não é apenas mostrar a existência (ou não) de uma ordem de apresentação por idade ou por gênero, enquanto crítica de fonte. Se isto se fez, foi no intuito de apresentar uma outra ordem, que quebra a existência (ou não) desta. É o que ocorre

no momento de relatar os laços de parentesco de primeiro grau entre cativos. Na maioria das vezes, ao arrolar um cativo casado, a sua mulher vem em seguida. Tratando-se de filhos, estes são arrolados imediatamente após a mãe, seja esta mãe solteira (no sentido de não ter o pai identificado), seja esta casada. Nas listas nominativas, o mecanismo é o mesmo: Quando se especifica um casal de escravos (marido e mulher), a esposa vem logo em seguida ao marido, entre os demais cativos do sexo masculino. A especificação de filhos raramente acontece nas listas e, nas poucas vezes em que ocorre – lista de 1805 –, o grupo familiar é arrolado em conjunto. Nestes casos específicos em que se relatam pais e filhos, a distinção é tamanha que chega ao ponto de separar estes indivíduos dos demais pelo uso de um espaço em branco um pouco maior, entre uma linha e outra. O ordenamento por gênero, tão predominante, cede lugar ao parentesco explicitado.

A consistência desta quebra no ordenamento por gênero/idade é ainda mais forte se considerarmos que, com o fim do arrolamento de indígenas, este é o principal item a romper esta estrutura de apresentação. No meio século inicial deste estudo, período no qual mais de 41% dos cativos são indígenas, a própria característica diferenciada das leis a proteger os “gentios da terra” levou os inventariantes a registra-los à parte (ver item seguinte, sobre origem dos cativos). Apenas neste momento os cativos foram separados segundo o local de origem. Como exemplo, no inventário aberto em 1686, por falecimento de Margarida Bicuda: primeiro, entre os bens móveis, listam-se o tapanhuno Antonio, muito velho, ao preço de 5\$000 réis; seguido da mulatinha Juliana, de dez anos, por 10\$000. Em item à parte, as “pessas do gentio da terra”, todas sem preço, entre as quais Justina, com uma cria, mulher do tapanhuno (deve ser Antonio, único a ser listado). Estes casos, contudo, são poucos até a década de 1720, pois somente nesta década ocorre maior união de primeiro grau entre indígenas e não indígenas. E, após esta

década, rarefazem-se novamente (ver o gráfico 42). Entre os não-indígenas, quando é possível saber a naturalidade dos cativos, não ocorre de arrolar-se primeiro os que nasceram em Taubaté, para depois arrolar os nascidos em outra localidade – ou o inverso. A região de origem, por mais importante que seja este fator, não é um diferenciador a ponto de ordenar toda a população, de modo a primeiro citar quem nasceu em tal lugar, e somente depois quem nasceu nos outros locais. Como critério ordenador interno aos fogos, apenas segundo gênero/idade. Afora isto, nas listas, os fogos são listados segundo o cargo militar e/ou administrativo (iniciando pela maior patente/função).

Se, para os herdeiros legais a ordem por idade significa uma resposta concreta ao problema da emancipação ou não, para os escravos o arrolamento agrupado de marido e mulher (e seus filhos, nos inventários) indica um reconhecimento social desta união e, mais do que metáfora, da “inseparabilidade” desta. Tema central deste trabalho, os resultados que seguem apontam para a permanência e, principalmente, para a estabilidade das relações parentais entre cativos. Realidade efetiva, não uma simples metáfora, mesmo que restrita ao casal, na maioria das vezes, e pouco incluindo os filhos. Neste sentido, o primeiro período em estudo (fins do século XVII e início do século XVIII) é mais enfática ao descrever famílias incluindo os filhos. Em especial, entre os indígenas, como no inventário aberto por falecimento de Antônio Cunha Gago, aberto em 1714. Todas as “pessas do gentio da terra”, sem preços, estão arroladas na forma “declarou haver nesta faz^a Jorge e sua mulher Isabel com seus filhos João, Vivente, Lourenço e Margarida”. Em outro exemplo, o inventário aberto em 1689 por falecimento de Marta de Miranda. No arrolamento feito à página 9v, no item “alvidração das pessas da terra”, todos são “alvidrados” (ver análise do termo adiante, no item sobre origem dos cativos) com preços colocados individualmente. Curioso, neste rol, colocar primeiro a mulher, depois o

marido, em seguida os filhos, caso existirem. Esta será uma fórmula descritiva rara, normalmente faz-se o oposto: primeiro o homem, depois a mulher, seguido dos filhos. Mais comum entre indígenas a fórmula que aparece na página 12v, no item “gente forra que se achou p^a se partir com os erdeiros”: novos cativos indígenas são arrolados, sem preços, as relações parentais de primeiro grau declaradas em um único item, como no caso de “Paulo e sua mulher Maria e seu filho Pascacio”. Esta segunda fórmula descritiva, de arrolar toda a família em um único item, colocando um único preço para o conjunto dos membros, será menos usada com o passar dos anos, ao longo do setecentos. O que permanecerá por todo o período serão casos de mãe com sua cria reunidos em um único preço. A lógica do tráfico de africanos (e descendentes) não segue este mecanismo de registro das relações parentais.

O que se deduz, do exposto, é uma forma diferenciada de descrever relações parentais entre indígenas, uma mentalidade que progressivamente cederá lugar ao padrão do tráfico africano, com a redução dos patamares de registro de parentesco para algo próximo de um quinto a um terço dos cativos como unidos por laços parentais de primeiro grau (sobre este tema, ver capítulo seguinte, em especial a análise do gráfico 32). Também, por todo o período em estudo, coexistirá o oposto: o afastamento das crias recém-nascidas de suas mães. Coexistirão, num mesmo inventário, como no processo aberto em 1846 por falecimento de Carolina Amália Mor^a de Mattos, entre os 27 cativos arrolados, o caso da crioula Escolástica com seu filho Leôncio cabra, de dois meses, reunidos em um único item, com um só preço para ambos, e a “criola de nome Paula”, de 5 meses de idade, última cativa arrolada, logo após dois cativos com oito anos de idade e outros dois com cinco anos de idade. O caso da crioula Paula não representa um caso único entre os inventários consultados: o mesmo ocorre, por exemplo, no inventário do capitão Aleixo José de Oliveira, no mesmo ano, ou no inventário aberto em

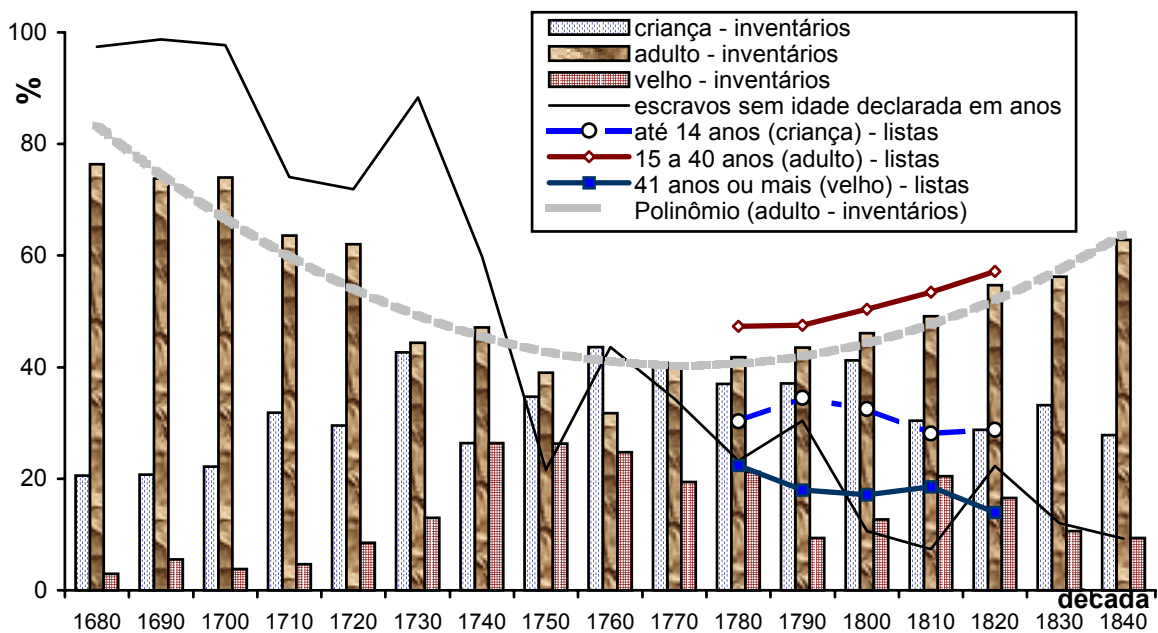
1835, por falecimento de Manuel Moreira da Silva (no qual Vicente, de seis meses de idade, é citado por último entre os treze cativos arrolados). Ou, no inventário de Maria Nunes Rodrigues, aberto em 1716, no qual se arrolam nove “pessas escravas”: a penúltima, Pedro, de dois anos, e a última, Antonio, “de peito”, com três meses de vida. Também no inventário de Marina de Chaves, aberto em 1706, o penúltimo cativo arrolado, o gentio da terra Manuel, de peito, é listado logo após Inácio, “pequeno rapaz”. Sem indicações de quem são os pais, estas crianças, como muitas outras, representam bem esta subnotificação das relações parentais que se instaura com maior ênfase no século XIX, mas presente em todo o período em estudo. As listas nominativas são especialmente exemplares: raramente se notifica outro laço parental que o dizer “casado” ou “viúvo”, poucos casos (e apenas na lista de 1805 e 1808) indicam os pais de algumas (somente algumas) crianças. Dizer que são casados, ou mãe (ou casal) com filhos, descrevendo um indivíduo seguido do outro, de modo a quebrar os padrões predominantes de arrolamento, reforça a importância destes laços parentais, e o próprio reconhecimento social destes laços. As situações desviantes, não sendo predominantes, destacam a importância do estudo destes critérios de arrolar os cativos.

Proporção de crianças, adultos e velhos

Cresce a produção mercantilizada e, a este crescimento, associam-se maior tráfico de mão-de-obra cativa, majoritariamente de homens destinados aos plantéis maiores. Esta correlação amplia-se, quando associada à idade destes cativos. O crescimento do tráfico tem,

como conseqüência, o crescimento da proporção de adultos – o que se mostra pelo gráfico 20. Privilegia-se cativos em início de idade produtiva, de tal modo que se reduz a idade média da população cativa, seja considerando-a no todo, seja apenas entre os cativos com quinze anos ou mais (ver gráfico 21). Em todo o período estudado, a proporção de crianças e idosos oscila de modo semelhante: cresce a participação destes dois grupos etários na segunda metade do século XVIII, reduzindo-se no século XIX. Esta visão de longa duração, desprezando oscilações circunstanciais, repete diretamente a periodização em três grandes momentos, conforme estabelecido no primeiro capítulo. A maior presença relativa de crianças e de idosos ocorre no período menos intenso da atividade agrícola mercantilizada. Em oposição, crescimento da participação de adultos, cuja curva de tendência foi colocada em destaque no gráfico 20. Estes valores, deduzidos de escravos inventariados, são confirmados pela análise da composição etária dos cativos através das listas nominativas. No mesmo gráfico, percebe-se quão sincrônica se faz as variações da participação destas três faixas etárias em ambos os corpos documentais. De tal modo, também para esta variável demográfica, pode-se repetir o que se estabeleceu anteriormente, de um documento confirmando o outro, de modo que as conclusões obtidas via listas nominativas podem ser expandidas no tempo através dos inventários, que se instituem como amostra confiável.

gráfico 20 – idade dos cativos, 1680-1848



Fonte: Inventários *post-mortem* (tabela 22) e listas nominativas (tabela 24).

O predomínio de adultos, nos dois períodos de crescimento da agricultura mercantilizada, ao ultrapassarem a margem de 60%, remetem para uma realidade sustentável apenas via tráfico, repondo continuamente estas elevadas proporções de pessoas em idade economicamente ativa (ver gráfico 20). A proporção de dois (e até três) adultos por criança representam uma impossibilidade genésica de reposição. No período de menor presença de adultos, de 1730 a 1800 (exceto década de 1740), a presença de crianças se aproxima muito da de adultos, valores semelhantes aos existentes entre a população livre, conforme a tabela 53. Ou seja, existe a capacidade de reposição endógena entre os cativos. Mas outro fator deve ser destacado: a elevada participação de idosos, em patamares que chegam a superar os 20%. Um indicativo da não reposição de cativos pelo tráfico, uma situação de envelhecimento dos cativos remanescentes da elevada entrada via tráfico em décadas anteriores. Passado este momento

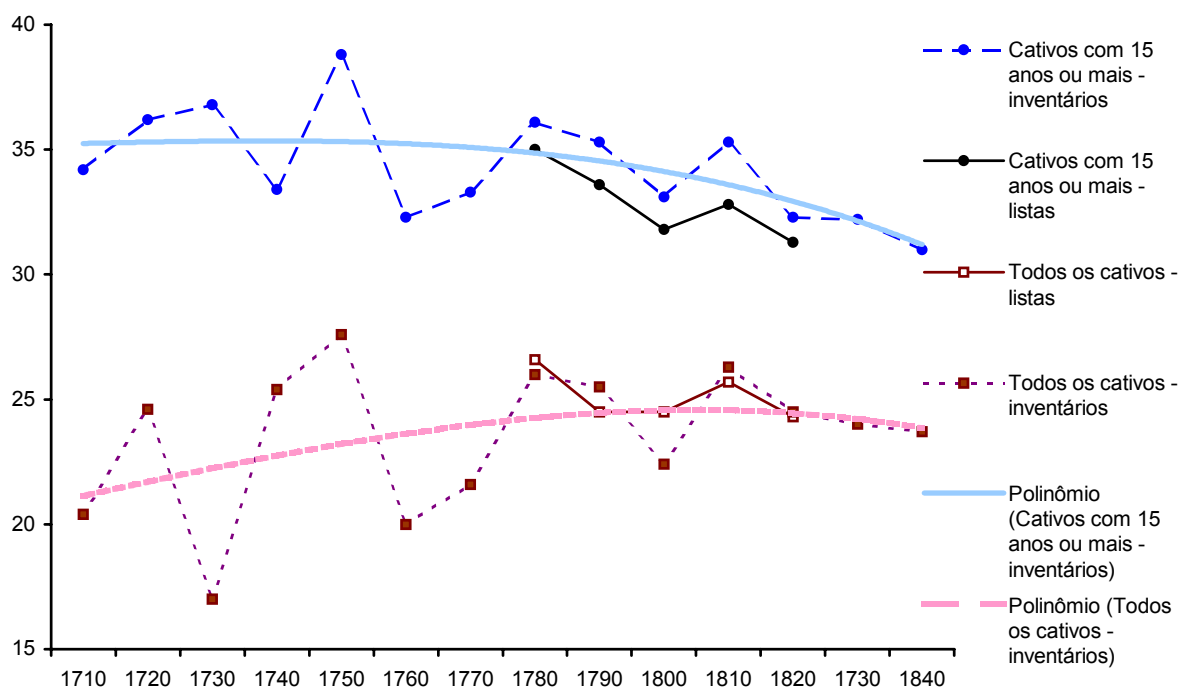
inicial de refluxo da entrada de cativos, a presença de velhos reduz-se progressivamente até a década de 1790.

A oscilação da participação destes três grupos de faixas etárias, expressa graficamente de modo bem nítido pelo gráfico 20, tem na curva de tendência da presença de adultos um referencial das transformações. A presença de cativos adultos nas listas nominativas segue de tal modo as variações apresentadas por este grupo nos inventários que o coeficiente de Pearson entre tais valores é de 0,99 – correlação perfeita. Entre velhos em ambos documentos, o coeficiente é de 0,77 (correlação forte); entre crianças nos dois documentos, de 0,43. Tal diferença de correlação deve ter origem num melhor registro de idade dos cativos em idade produtiva. Esta explicação é bem plausível se considerarmos que, na análise da pirâmide etária, a primeira faixa etária (até quatro anos) comumente apresenta menos indivíduo que a faixa etária seguinte – indicativo de subregistro na primeira faixa etária, com indivíduos “transferidos” para a faixa etária seguinte (cinco a nove anos).

A preferência por cativos em início do período produtivo fica ainda mais detalhada pela análise da idade média dos cativos. Se nas primeiras décadas do século XVIII a descrição de idades em anos impede conclusões seguras, ainda assim duas tendências opostas podem ser observadas para o século XVIII. Para o conjunto de todos os cativos, a tendência de elevação desta idade média. Entre os cativos com quinze anos ou mais, tendência de queda da idade média – lenta nas primeiras décadas do século XVIII, mais intensa a partir do último quartel do setecentos. Ou seja, um indicador da maior entrada de cativos com idades pouco superiores ao limite de quinze anos. Esta redução mais intensa da idade média, observada a partir dos inventários, também é observada através das listas nominativas. Entre as duas bases documentais, um sincronismo muito forte nas oscilações, em especial para os cativos com

quinze anos ou mais. Destas oscilações, destaque deve ser dado para as que ocorrem nas três primeiras décadas do século XIX. Na passagem do século XVIII para o século XIX, produção de cana, queda da idade média. Década de 1810, findo o crescimento do plantio de cana, crescimento na idade média. Na década de 1820, crescimento do plantio de café, queda na idade média. Cresce o plantio voltado para mercados de maior distância, centrados em plantéis de maior tamanho, com aquisição de cativos majoritariamente masculinos e em início de idade produtiva.

gráfico 21 – Idade média dos cativos, 1710-1848



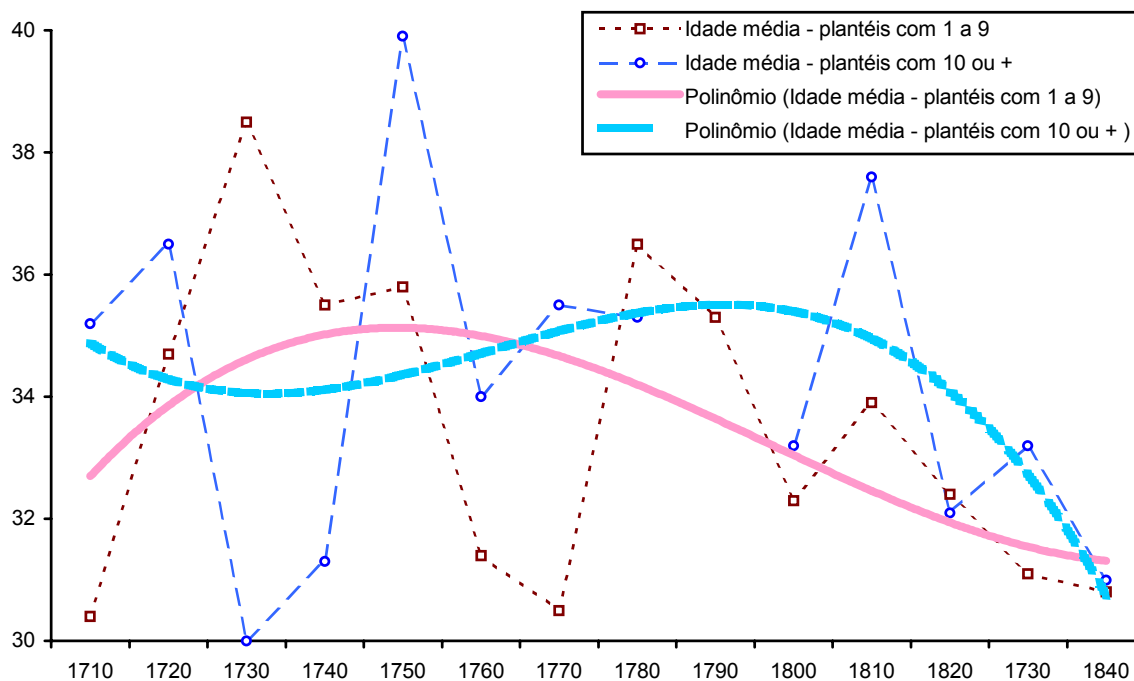
Fonte: Inventários *post-mortem* (tabela 23) e listas nominativas (tabela 26).

Separar para análise as crianças e os adultos representa outra forma de observar esta preferência do tráfico por cativos em idade pouco superior a quinze anos. Considerando apenas os cativos com idade entre quinze e quarenta anos, a média de idade permanece entre 25 e 26 anos, para todas as listas consultadas entre os anos de 1785 e 1829 (ver tabela 61, em anexo). Os adultos não envelhecem, uma vez que a idade média em nenhum momento tende a se aproximar de quarenta. Significa a entrada contínua de novos cativos, em idade inferior a 25 anos, de modo a balancear, nos números médios, o envelhecimento natural. A entrada de africanos jovens pode ser exemplificada pelo inventário de Jose dos Santos Luz, aberto em 1785, que arrola “um moleque por nome Joaquim de nação angola inda bossal”¹⁸⁴. Entre crianças, a média de idade não se altera substancialmente: oscila de 6,7 a 8 anos, com os maiores valores na década de 1820. Em parte, pelo tráfico trazer escravos com doze ou quatorze anos de idade, quando já se está apto ao trabalho, mesmo que de menor esforço. Por isso, na pirâmide etária dos africanos, ocorre a presença de cativos com dez anos ou mais. O que não deve ser exceção, já que mesmo crianças tem sua cota de trabalho. No final da década de 1850, em viagem pelo vale do Paraíba fluminense, Charles Ribeyrolles¹⁸⁵, ao descrever uma colheita de café, afirma: “Homens, mulheres e crianças, todos trabalham”.

¹⁸⁴ Ver análise acima para o termo “moleque”.

¹⁸⁵ RIBEYROLLES, C. Brasil Pitoresco. vol 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 246.

gráfico 22 – Idade média dos cativos segundo faixa de tamanho de plantel, 1710-1848



Fonte: Inventários *post-mortem* (tabela 23).

A análise da idade média por tamanho de plantel (gráfico 22) apresenta, de modo mais claro, a correlação entre crescimento da produção agrícola para mercados de longa distância em plantéis de maior tamanho (no caso, com dez ou mais cativos) e a entrada, via tráfico, de cativos em início de idade produtiva. No período inicial, pequena redução da média de idade. Nas duas últimas terças partes do século XVIII, envelhecimento da população cativa (crescimento da média etária). No século XIX, redução acentuada da idade média dos cativos. A intensidade da queda na idade média dos cativos nestes plantéis com dez ou mais escravos permite vislumbrar a intensidade do tráfico nestas décadas iniciais do século XIX (o que, de resto, as análises anteriores também demonstraram). Nos plantéis com até nove cativos, crescimento da idade média dos cativos durante a primeira metade do século XVIII, seguida de queda contínua no período subsequente. O comportamento destes plantéis menores no período inicial destes estudo

está associado ao menor envolvimento com a produção de cana¹⁸⁶. Como a razão de sexo cai nestes plantéis com até nove cativos, ao longo do século XVIII (ver gráfico 19), chegando a valores próximos de cem, a queda na média de idade deve estar associada a um crescimento endógeno. A favor disto está a proporção de crianças nestes plantéis menores. Segundo a tabela 25, baseada em listas nominativas, a maior presença de crianças nos plantéis com até nove cativos ocorre no final do século XVIII, caindo na década de 1820.

Este intenso tráfico, diretamente associado ao plantio de café, repercutindo diretamente na idade média dos cativos (que reduz) e na proporção de homens (que cresce), pode ser observado também pela análise das pirâmides etárias dos cativos, seja considerando-os em sua totalidade, seja discriminando-os segundo a origem, próximo item a ser analisado (ver gráfico 25 e tabela 28). Especificar a pirâmide etária segundo a origem apresenta, de modo bem expressivo, o quanto as variações gerais na composição sexo-etária dos cativos deve-se à entrada de africanos masculinos em início de idade produtiva. Tanto que dois modelos diferenciados de pirâmides podem ser percebidos. As pirâmides etárias dos cativos no setecentos (1785 a 1799) indicam um envelhecimento significativo da população cativa, para ambos os sexos, quando comparados com os valores para o oitocentos (especialmente 1815 a 1829). Dois grandes grupos etários podem ser separados no setecentos: a base, mais “quadrada”, e o topo da pirâmide, “triangular”. No oitocentos, esta divisão deve ser visualizada conformando três blocos: a base mais estreita, indicando menor participação das crianças (especialmente as menores de dez anos); os adultos (até 34 anos), que crescem enormemente entre os homens; e o topo da pirâmide, de idosos. Tanto para homens quanto mulheres, estes padrões determinam-se pela entrada majoritária de africanos com idade entre dez e 35 anos, que levam a diferenciar os dois padrões de visualização das pirâmides (dois blocos no setecentos e três no oitocentos).

¹⁸⁶ O que pode ser verificado em ALVES, *op. cit.*

tabela 22 – Idade dos cativos, 1680-1848

| Década | com idade declarada qualitativamente* | | | | | sem idade declarada** | | | |
|--------|---------------------------------------|--------|-------|-----------|-----------|-----------------------|-----------|---------|-----------|
| | criança | adulto | velho | Total (%) | Total (#) | qualitativamente | Total (#) | em anos | Total (%) |
| 1680 | 20,6 | 76,4 | 3,0 | 100,0 | 1108 | 18,3 | 248 | 97,4 | 1322 |
| 1690 | 20,7 | 73,8 | 5,5 | 100,0 | 271 | 16,6 | 54 | 98,8 | 321 |
| 1700 | 22,2 | 74,0 | 3,8 | 100,0 | 450 | 14,3 | 75 | 97,7 | 513 |
| 1710 | 31,8 | 63,6 | 4,7 | 100,0 | 409 | 18,4 | 92 | 74,1 | 371 |
| 1720 | 29,5 | 62,0 | 8,5 | 100,0 | 552 | 13,3 | 85 | 71,9 | 458 |
| 1730 | 42,6 | 44,4 | 13,0 | 100,0 | 162 | 32,2 | 77 | 88,3 | 211 |
| 1740 | 26,4 | 47,1 | 26,4 | 100,0 | 140 | 25,9 | 49 | 59,8 | 113 |
| 1750 | 34,7 | 39,0 | 26,3 | 100,0 | 213 | 7,8 | 18 | 21,6 | 50 |
| 1760 | 43,6 | 31,7 | 24,8 | 100,0 | 101 | 8,2 | 9 | 43,6 | 48 |
| 1770 | 40,8 | 39,8 | 19,4 | 100,0 | 211 | 10,6 | 25 | 33,8 | 80 |
| 1780 | 37,0 | 41,8 | 21,2 | 100,0 | 165 | 6,8 | 12 | 23,2 | 41 |
| 1790 | 37,1 | 43,5 | 9,4 | 100,0 | 62 | 21,5 | 17 | 30,4 | 24 |
| 1800 | 41,2 | 46,1 | 12,7 | 100,0 | 204 | 6,4 | 14 | 10,6 | 23 |
| 1810 | 30,4 | 49,1 | 20,5 | 100,0 | 171 | 2,8 | 5 | 7,4 | 13 |
| 1820 | 28,8 | 54,7 | 16,5 | 100,0 | 139 | 16,3 | 27 | 22,3 | 37 |
| 1830 | 33,2 | 56,2 | 10,6 | 100,0 | 301 | 10,5 | 36 | 12,0 | 41 |
| 1840 | 27,8 | 62,8 | 9,4 | 100,0 | 554 | 7,3 | 45 | 9,3 | 69 |

* Definição da idade qualitativamente considera designações como rapaz, velho, solto, etc., além da definição por anos de idade para classificar três grupos (criança, adulto, velho).

** % sobre o total de cativos arrolados = número de escravos com idade declarada qualitativamente somado ao número de escravos sem idade declarada qualitativamente.

Fonte: Inventários *post-mortem*.

tabela 23 – Idade média dos cativos, 1710-1848

| Década | Todos os cativos | | 15 anos ou mais todos os cativos | | 15 anos ou mais plantéis com 1 a 9 | | 15 anos ou mais plantéis com 10 ou + | |
|--------|------------------|-----|----------------------------------|-----|------------------------------------|----|--------------------------------------|-----|
| | média | # | média | # | média | # | média | # |
| 1710 | 20,4 | 130 | 34,2 | 64 | 30,4 | 14 | 35,2 | 50 |
| 1720 | 24,6 | 179 | 36,2 | 105 | 34,7 | 15 | 36,5 | 90 |
| 1730 | 17,0 | 28 | 36,8 | 10 | 38,5 | 8 | 30,0 | 2 |
| 1740 | 25,4 | 76 | 33,4 | 53 | 35,5 | 26 | 31,3 | 27 |
| 1750 | 27,6 | 181 | 38,8 | 116 | 35,8 | 32 | 39,9 | 84 |
| 1760 | 20,0 | 62 | 32,3 | 31 | 31,4 | 20 | 34,0 | 11 |
| 1770 | 21,6 | 156 | 33,3 | 88 | 30,5 | 48 | 35,5 | 40 |
| 1780 | 26,0 | 136 | 36,1 | 90 | 36,5 | 61 | 35,3 | 29 |
| 1790 | 25,5 | 55 | 35,3 | 35 | 35,3 | 35 | 0 | 0 |
| 1800 | 22,4 | 195 | 33,1 | 116 | 32,3 | 64 | 33,2 | 52 |
| 1810 | 26,3 | 163 | 35,3 | 114 | 33,9 | 71 | 37,6 | 43 |
| 1820 | 24,5 | 129 | 32,3 | 89 | 32,4 | 48 | 32,1 | 41 |
| 1830 | 24,0 | 301 | 32,2 | 201 | 31,1 | 93 | 33,2 | 108 |
| 1840 | 23,7 | 554 | 31,0 | 388 | 30,8 | 88 | 31,0 | 300 |

Fonte: Inventários *post-mortem*.

tabela 24 – Idade dos cativos, 1785-1829

| Ano | com idade declarada | | | | | sem idade declarada* | |
|------|---------------------|--------|-------|-----------|-----------|----------------------|-----------|
| | criança | adulto | velho | Total (%) | Total (#) | Total (%) | Total (#) |
| 1785 | 30,3 | 47,3 | 22,4 | 100,0 | 1063 | 1,4 | 15 |
| 1790 | 32,8 | 47,9 | 19,3 | 100,0 | 1289 | 0,2 | 2 |
| 1795 | 34,5 | 47,6 | 18,0 | 100,0 | 1219 | 0,7 | 8 |
| 1799 | 34,2 | 47,8 | 18,1 | 100,0 | 1344 | 0,2 | 3 |
| 1805 | 32,7 | 50,3 | 17,0 | 100,0 | 1637 | 1,6 | 27 |
| 1808 | 29,6 | 54,8 | 15,6 | 100,0 | 1637 | 1,0 | 16 |
| 1815 | 28,1 | 53,3 | 18,5 | 100,0 | 1684 | 0,1 | 2 |
| 1820 | 25,8 | 59,1 | 15,1 | 100,0 | 1681 | 0,7 | 12 |
| 1825 | 28,8 | 57,1 | 14,0 | 100,0 | 2029 | 0,7 | 15 |
| 1829 | 25,7 | 60,5 | 13,8 | 100,0 | 2210 | 1,1 | 25 |

* % sobre o total de cativos arrolados = soma dos escravos com e sem idade declarada em anos.
 Fonte: Listas nominativas.

tabela 25 – Idade dos cativos segundo tamanho do plantel, 1785-1829

| Ano | Plantéis com 1 a 9 escravos | | | | | Plantéis com 10 ou mais escravos | | | | |
|------|-----------------------------|--------|-------|---------|---------|----------------------------------|--------|-------|---------|---------|
| | criança | adulto | velho | Total % | Total # | criança | adulto | velho | Total % | Total # |
| 1785 | 30,1 | 50,0 | 19,9 | 100,0 | 670 | 30,5 | 42,7 | 26,7 | 100,0 | 393 |
| 1790 | 32,4 | 49,7 | 17,9 | 100,0 | 784 | 33,5 | 45,0 | 21,6 | 100,0 | 505 |
| 1795 | 32,3 | 50,1 | 17,6 | 100,0 | 697 | 37,4 | 44,3 | 18,4 | 100,0 | 522 |
| 1799 | 32,6 | 49,1 | 18,3 | 100,0 | 766 | 35,8 | 46,2 | 18,1 | 100,0 | 559 |
| 1805 | 32,4 | 49,6 | 18,0 | 100,0 | 772 | 32,9 | 51,0 | 16,1 | 100,0 | 865 |
| 1808 | 28,6 | 55,6 | 15,8 | 100,0 | 838 | 30,5 | 53,9 | 15,5 | 100,0 | 799 |
| 1815 | 27,9 | 54,7 | 17,4 | 100,0 | 852 | 28,4 | 51,9 | 19,7 | 100,0 | 832 |
| 1820 | 26,6 | 59,9 | 13,6 | 100,0 | 907 | 24,9 | 58,3 | 16,8 | 100,0 | 774 |
| 1825 | 30,5 | 58,3 | 11,2 | 100,0 | 1063 | 27,0 | 55,8 | 17,2 | 100,0 | 966 |
| 1829 | 25,7 | 61,2 | 13,1 | 100,0 | 1212 | 25,7 | 59,6 | 14,7 | 100,0 | 998 |

Fonte: Listas nominativas. Ver gráfico 53, em anexo, para a proporção de crianças segundo a divisão dos plantéis em quatro faixas de tamanho de plantel

tabela 26 – Idade média dos cativos, 1785-1829

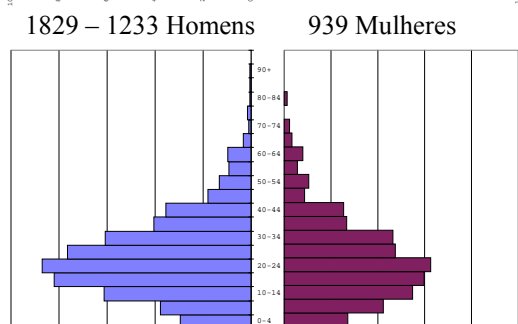
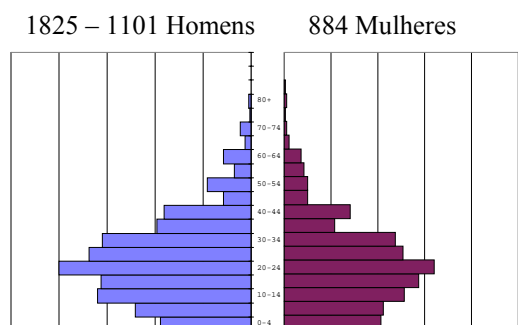
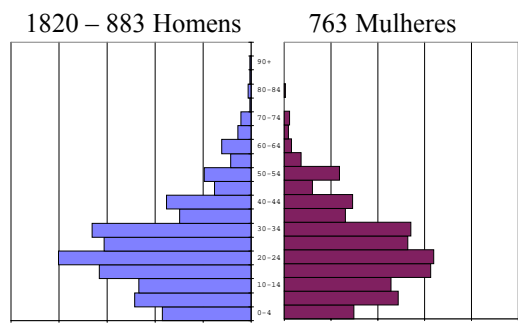
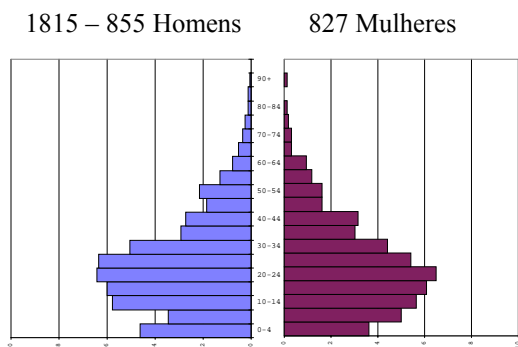
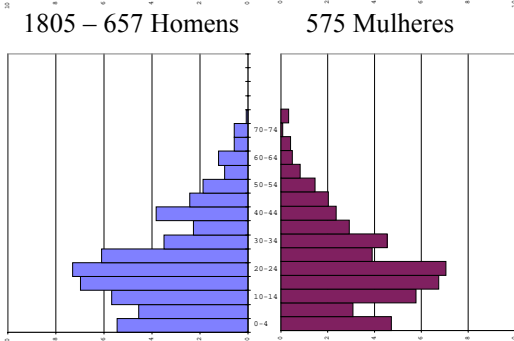
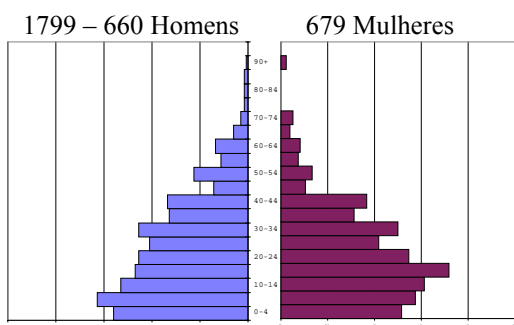
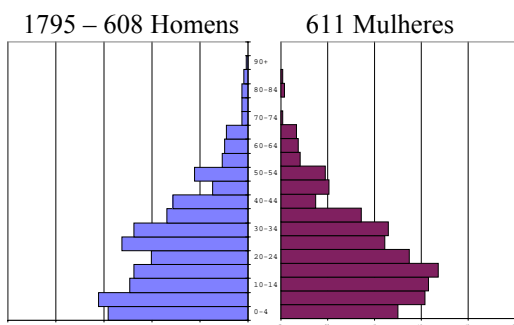
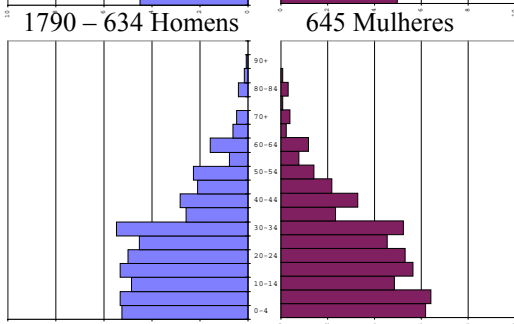
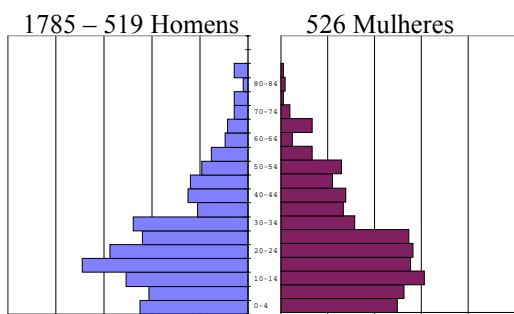
| Ano | Todos os cativos | | 15 anos ou mais todos os cativos | | 15 anos ou mais plantéis com 1 a 9 | | 15 anos ou mais plantéis com 10 ou + | |
|------|------------------|------|----------------------------------|------|------------------------------------|-----|--------------------------------------|-----|
| | média | # | média | # | média | # | média | # |
| 1785 | 26,6 | 1063 | 35,0 | 741 | 34,3 | 468 | 36,2 | 273 |
| 1790 | 25,1 | 1289 | 34,1 | 866 | 33,2 | 530 | 35,4 | 336 |
| 1795 | 24,5 | 1219 | 33,6 | 799 | 33,1 | 472 | 34,2 | 327 |
| 1799 | 24,6 | 1344 | 33,6 | 875 | 32,8 | 516 | 34,8 | 359 |
| 1805 | 23,5 | 1637 | 31,5 | 1102 | 31,9 | 522 | 31,1 | 580 |
| 1808 | 24,3 | 1637 | 31,6 | 1153 | 31,2 | 598 | 32,0 | 555 |
| 1815 | 25,7 | 1684 | 32,8 | 1210 | 31,8 | 614 | 33,8 | 596 |
| 1820 | 25,3 | 1681 | 31,5 | 1247 | 30,4 | 666 | 32,7 | 581 |
| 1825 | 24,3 | 2029 | 30,9 | 1444 | 30,0 | 739 | 31,9 | 705 |
| 1829 | 24,7 | 2210 | 30,1 | 1643 | 29,7 | 901 | 31,0 | 742 |

Fonte: Listas nominativas.

Entre os africanos, a pirâmide etária mostra uma tendência que se repete entre 1805 e 1829: entrada predominantemente de homens na faixa de quinze a 30 anos. Destaca-se em 1805 a aquisição de africanos com menos de dez anos, que praticamente inexistem no período posterior. Pela análise dos inventários, realiza-se o mesmo padrão. No setecentos, o maior número de cativos africanos com idade declarada em anos ocorre na década de 1780, com 17 cativos, idade média de 42,4 anos. No oitocentos, com o maior número de cativos africanos com idade indicada em anos, tem-se na primeira década a idade média de 33,9 anos (quarenta cativos); na segunda década, 35 anos em média (sessenta cativos); na década de 1820, a idade média cai para 32,5 anos (entre 46 cativos). Oscilação que acompanha a variação indicada para o conjunto da população cativa (ver gráfico 21). Da mesma forma, repete-se entre os cativos africanos nas três primeiras décadas do século XIX a oscilação na média etária que se verificou pelo gráfico 21. Médias etárias menores quando do plantio de cana e de café do que durante a crise da agricultura mercantil, no período (década de 1810) que intermedia estes dois momentos de agricultura mercantilizada (cabe recordar a subperiodização do século XIX indicada no gráfico 2).

Reproduz-se, tanto na composição sexual quanto na etária, a periodização definida a partir da atividade agrícola e do padrão de posse de cativos (incluindo posse média). São variáveis que apresentam forte interdependência. As indicações até o momento feitas acerca da origem dos cativos seguem este mesmo padrão, de modo que a tendência das variações de uma característica reforça a tendência de variação das demais. Estudar mais detidamente as variações na origem dos cativos, o que se faz a seguir, não apenas recoloca sob nova forma a periodização estabelecida, permite discutir um pouco mais o olhar sobre o outro. Sobre o diferente sem idade em anos (o indígena), para o diferente sem maiores qualificações de origem.

gráfico 23 – Pirâmides etárias para total dos escravos (1785-1829)



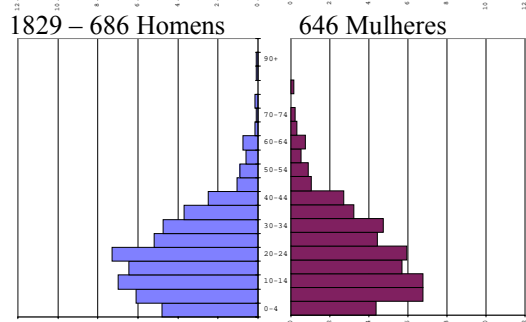
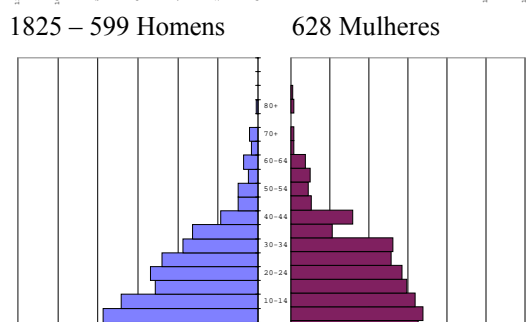
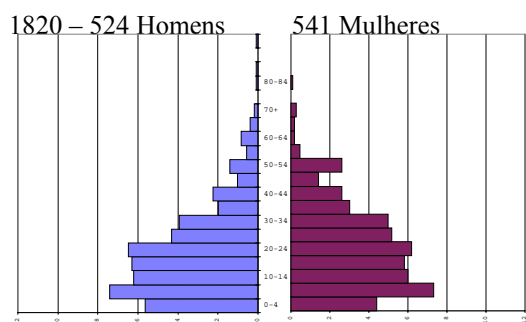
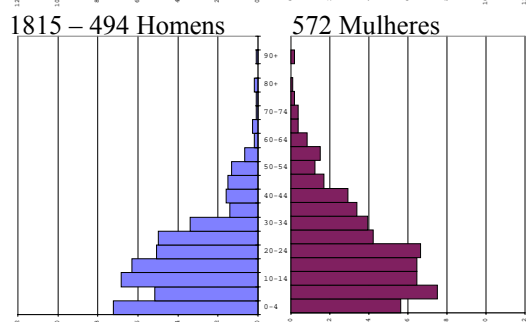
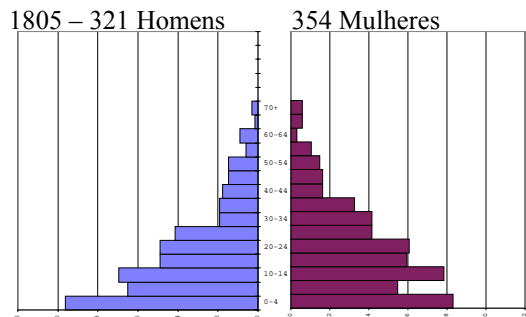
Obs.: Idades agrupadas de 5 em 5 anos (0-4, 5-9, 10-14, etc.); percentual graduado de 2 em 2% (0-10%), correspondente ao total de cativos (homens + mulheres) – gráficos com os valores absolutos ou com a proporção em relação ao total para cada sexo geram figuras muito semelhantes.

Os gráficos consideram apenas escravos com idade e sexo determinado.

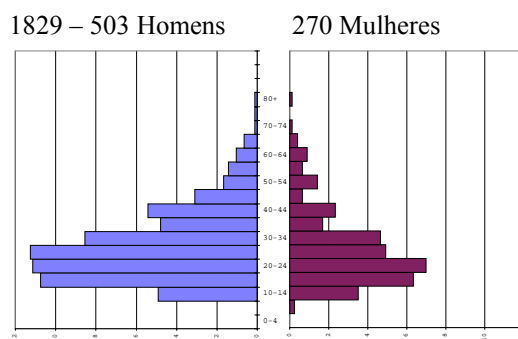
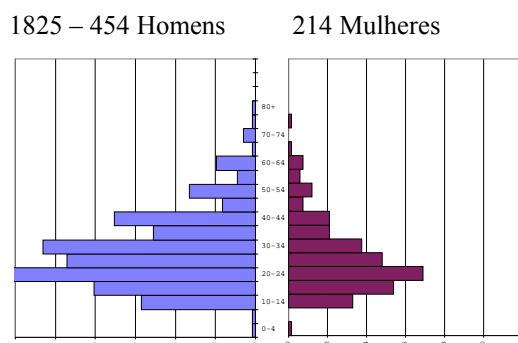
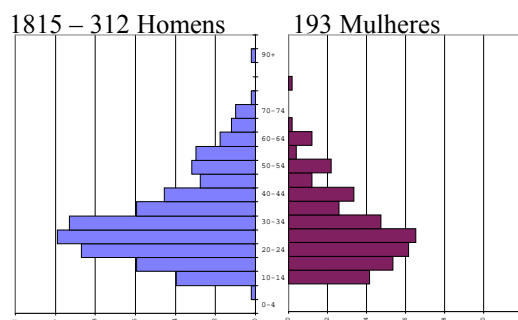
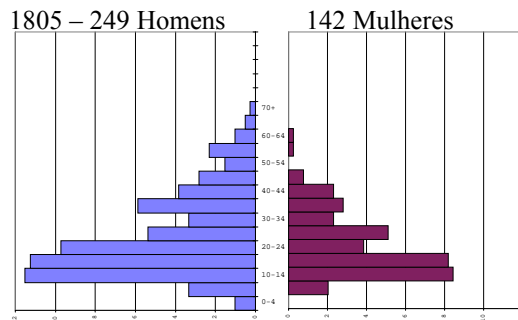
Fonte: listas nominativas.

gráfico 24 – Pirâmides etárias dos escravos segundo origem (1805-1829)

NATURAIS DE TAUBATÉ



AFRICANOS



Obs.: Idades agrupadas de 5 em 5 anos (0-4, 5-9, 10-14, etc.); percentual graduado de 2 em 2% (0-12%), em relação ao total de cativos (homens + mulheres) para cada origem. Entre africanos, gráficos pelo total por sexo geram figuras diferentes das apresentadas (entre nascidos em Taubaté, não). Considerou-se apenas escravos com idade, origem e sexo simultaneamente determinado.

Fonte: listas nominativas.

origem dos cativos

Mais do que a definição de idade, a distinção da origem de cada cativo alterou-se enormemente ao longo do período em estudo. Nas duas últimas décadas do século XVII, predomínio praticamente absoluto de cativos indígenas (ver gráfico 25). No século XVIII, contudo, a presença de indígenas declina com tamanha intensidade que, na década de 1740, praticamente deixam de ser arrolados. A substituição desta mão-de-obra realiza-se também intensamente, acompanhando as oscilações que ocorrem na posse média de cativos, apresentada no gráfico 3 (ver periodização)¹⁸⁷. A participação de cativos africanos cresce no começo do século XVIII e no começo do século XIX, retraindo-se no período intermediário. Os novos cativos, contudo, são estranhos, estrangeiros, o que se percebe pela forma como os inventariantes descrevem esta nova mão-de-obra. Ao ler o rol dos bens, mostra-se grande a dificuldade para identificar se o cativo é indígena, africano ou mestiço. Um subterfúgio para burlar a lei que proíbe a escravidão indígena, provavelmente¹⁸⁸. Mas apenas esta justificativa

¹⁸⁷ A redução da proporção de cativos indígenas não ocorre pela concentração destes em poucos fogos, o que se mostra pela redução da posse média de cativos indígenas (gráfico 3). A variação da posse média de indígenas, seguindo as oscilações para o total dos cativos, mostra que a convivência entre indígenas e não indígenas foi permanente, sem separações entre os dois grupos. Nenhum inventário *post-mortem* aberto no século XVIII arrola apenas indígenas, sempre aparece a posse concomitante dos dois tipos de cativos (indígenas ou não-indígenas).

¹⁸⁸ Segundo José Gabriel de Lemos Brito, em 1652 D. João IV proibia em absoluto a escravidão dos indígenas, mas diante do “clamor popular”, em 17 de outubro de 1653 surge uma nova lei, chamada dos resgates, que permitia a escravidão dos nativos tomados em guerra justa. Em 1680 uma nova lei restaura a lei de 1609 (que declarava os índios absolutamente livres, cominando penas aos seus escravizadores), dispondo que os índios resgatados fossem aldeados, restituindo aos jesuítas a jurisdição temporal e espiritual sobre as aldeias e as entradas. Em 1718, D. João V permite a descida de “antropófagos”.

não explica bem a dificuldade em identificar os cativos nascidos na África dos descendentes destes, nascidos na colônia. É o próprio olhar do inventariante que, a espelhar uma visão da sociedade da época, mostra-se incapaz ou indiferente para anotar as desigualdades entre os novos cativos.

O fim do arrolamento de indígenas, se indica queda inequívoca da presença destes, não permite concluir pela inexistência. Pode-se deduzir isto por, em alguns inventários, haver notificação indireta. É o caso do inventário aberto em 1756 por falecimento de Domingos de Oliveira, no qual se arrolam escravos casados com carijós¹⁸⁹, sem que indígenas tenham sido arrolados como cativos. Estes carijós não são cativos, ao menos oficialmente, pela documentação. Pode ser apenas que estes deixaram de ser citados, sem que tenham perdido o *status* de cativo. Esta situação deve ter ocorrido no inventário aberto em 1726 por falecimento de Sebastião Ferreira Albernaz. Nele, não se arrola nenhum indígena, mas no testamento anexo o falecido afirma possuir quatro peças carijós. Será que, no período entre o testamento e o inventário, tais peças carijós saíram da posse de Sebastião (venda, morte, etc.) ou deixaram de ser cativas? Não citar o cativo, ou designá-lo de modo furtivo: duas formas observadas na documentação para burlar a lei. Como no já citado inventário de Manuel Nunes Pereira, aberto em 1696, no qual Catharina e Salomão são simultaneamente designados como mulatos e como

BRITO, José Gabriel de Lemos. Pontos de partida para a história econômica do Brasil. 3 ed., São Paulo: Nacional; Brasília, INL, 1980, p. 201-217. Ver Gorender, Jacob. O escravismo colonial, *op. cit.*, p. 490-508; e também LEITE, Edgard. “Notórios rebeldes”: A expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa. Fundación Histórica Tavera, 2000.

¹⁸⁹ São citados: uma escrava, “Maria mulata”, casada com “Jacinto carijó”, com uma filha de vinte anos, chamada Joana, “casada com carijó Gonçalo” e o negro Antonio, de nação conga, com sessenta anos e quebrado das virilhas, casado com carijó (não diz o nome). Terá Antônio entrado em Taubaté com idade próxima a vinte ou trinta anos (ou seja, década de 1720), no momento de crescimento do plantio de cana? Em caso afirmativo, uma razão a mais para deduzir o estranhamento inicial, a indiferenciação do registro destes cativos, normalmente citados apenas como “gentio da guiné” nesta fase de intenso tráfico. Infelizmente, nenhum registro foi encontrado para confirmar esta hipótese. Mas a análise da idade dos cativos, realizada anteriormente, mostrando um forte envelhecimento da população cativa nesta década

“peças do gentio da terra”. Este exemplo se repete no inventário aberto por falecimento de Ines Resende, em 1758, com Ambrosio, de quatorze anos, “mulato de cabelo corredio”. A denominação “mulato”, em conjunto com “cabelo corredio”, termo este específico para indígena, serve de indício para pensar que outros cativos estejam em situação semelhante: para burlar a lei, muda-se a denominação ou simplesmente deixa-se de indicar o cativo no arrolamento. Considerando que a proporção de cativos sem origem determinada cai progressivamente após a década de 1740 (ver gráfico 25), não citar a origem do cativo pode ter a finalidade de ocultar a presença de indígenas. Mas a inexistência completa não deve ter ocorrido. O que sobra é mais uma indeterminação: desta feita, quanto ao padrão da redução da participação dos indígenas na população cativa. À luz do exposto, a queda tão abrupta da presença dos indígenas apontada pelo gráfico 25 pode ter sido um pouco (só um pouco) mais suave. Mas uma redução efetiva e, se associada às análises de J. Monteiro, extensiva a outras áreas de São Paulo¹⁹⁰.

A rigor, a queda da participação dos cativos indígenas ocorre desde a década de 1690, apesar de ainda predominante (a presença de cativos não-indígenas cresce apenas no setecentos). As leis restritivas à escravidão indígena certamente representaram algum obstáculo à manutenção destes como cativos, mas não impediu, tanto que até meados do setecentos se

de 1750, serve como defesa da entrada de Antônio quando jovem, sendo arrolado em inventário quando velho (uma defesa tênue, diga-se, pois um caso não segue necessariamente a transformação geral).

¹⁹⁰ Utilizando-se também de inventários, e de cartas de alforria, Monteiro mostra o declínio da concentração de mão-de-obra indígena em São Paulo na conjuntura de 1690 a 1730. Argumenta, a favor da redução da escravidão indígena, baseando-se na resistência deste à escravidão e na maior presença dos ouvidores e autoridades da Justiça metropolitana após a descoberta do ouro. MONTEIRO, John. *Alforrias, Litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo*. Revista de História - Nova Série, São Paulo, n. 120, p. 45-57, jan./jul. 1989. A redução do cativo indígena deve ter atingido também as áreas adjacentes a São Paulo, particularmente Minas, o que se deduz do próprio título do trabalho de Renato Venâncio: “os últimos carijós” (VENÂNCIO, R. Pinto. *Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 17, n.34, 1997.

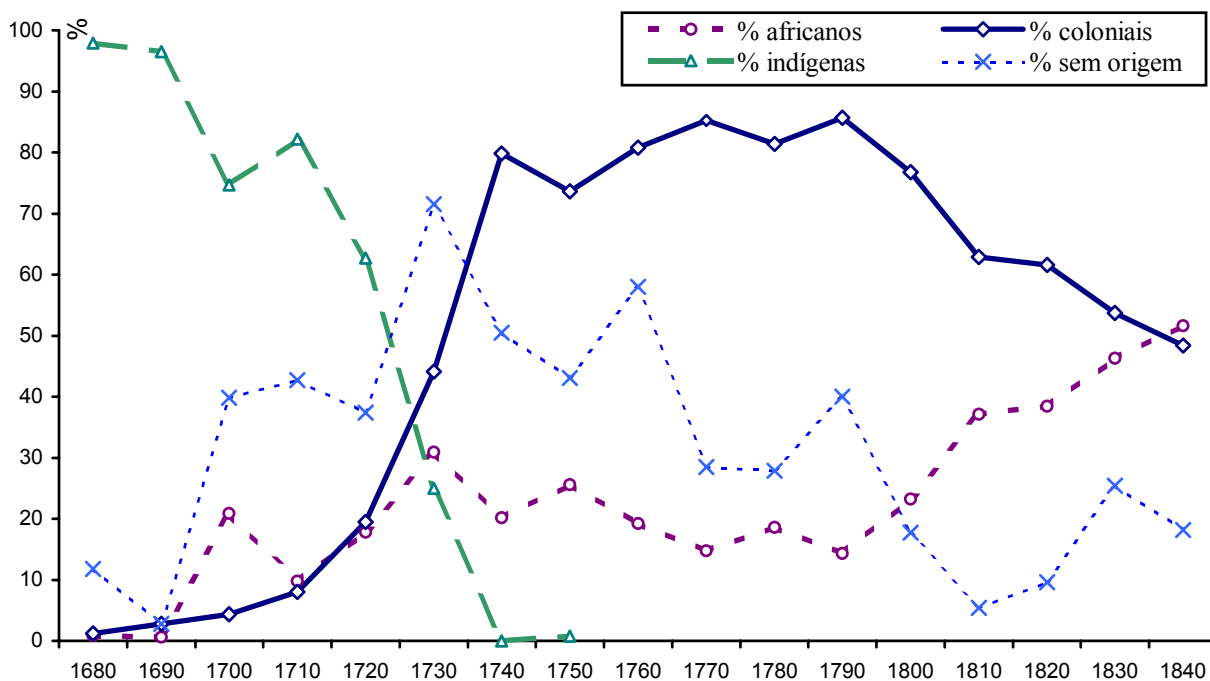
encontra registros desta prática¹⁹¹. A necessidade de buscar cativos indígenas cada vez mais longe, para suprir a demanda em crescimento nas primeiras décadas do setecentos explica em grande parte a queda tão abrupta. Coincidindo com a descoberta de ouro nas Minas Gerais, pode-se pensar que simplesmente se direcionou as entradas, antes eminentemente preadoras, para a “caça” ao ouro, em busca da riqueza fácil. As armações, pelos custos, eram empreendimentos para poucos, enquanto a procura pelo ouro, nos momentos iniciais, era feita por aventureiros sem grandes recursos¹⁹². O que deve ter desarticulado a organização preexistente em Taubaté, voltada para o preamento, fazendo com que a liquidez gerada pelo ouro não fosse investida em armações maiores, entrando ainda mais na mata para prear indígenas. Para os moradores de Taubaté, neste momento, esta não pareceu uma solução viável, exequível. Com o crescimento da atividade agrícola, a exigência de mais mão-de-obra. A presença de indígenas não supriu a demanda, exigindo outra mão-de-obra a substituí-los. O que se fez foi utilizar a liquidez gerada pelo ouro para adquirir cativos de origem africana¹⁹³, redirecionando o mercado de cativos.

¹⁹¹ Outra forma de gerar conformidade entre a lei e a “posse” de indígenas verifica-se pela denominação destes como “pessa administrada” – nunca como “escravos”. São arrolados, muitas vezes sem preço e em item à parte do rol dos demais bens. “Demais bens”, diga-se, pois os indígenas também são partidos entre os herdeiros. Em alguns casos, como no inventário aberto por falecimento de Marta de Miranda, em 1689, alguma “peças” (sem especificação) aparecem apenas na partilha, não no rol (podem ser cativos que se apresentam apenas após aberta a partilha, mas também um mecanismo para furtrar-se à lei, já que neste mesmo inventário tem-se um item de título “gente forra que se achou para se partir”. Sendo forras, porque devem ser partidas entre os herdeiros? Para o indígena, ser forro ou administrado pouco o diferencia enquanto cativo, passível de ter um preço atribuído (sob a alcunha de alvidrar o serviço) e de ser objeto de partilha entre herdeiros.

¹⁹² HOLANDA, S. B. *op. cit.*

¹⁹³ Não se pode dizer africanos, pela impossibilidade de diferenciar os africanos dos descendentes destes, nascidos na colônia.

gráfico 25 – distribuição dos cativos segundo origem, 1680-1848



Fonte: Inventários *post-mortem*. Ver tabela 27.

Obs.: coloniais¹⁹⁴ + africanos + indígenas = 100% dos escravos com origem identificada.

% sem origem = % escravos sem origem especificada sobre total de escravos inventariados.

No século XVII, os poucos cativos não indígenas são tapanhunos, mulatos, mestiços ou bastardos. Os cativos de origem africana, neste momento, recebem o nome de “tapanhunos”¹⁹⁵. Uma única terminologia, a separar estes que são “estrangeiros”. Outra parcela não tem origem determinada, são apenas “escravos”, ou “peças escravas”. Entre aspas, pois não se pode especificar a origem destes. Esta dificuldade aparece muito claramente no inventário de Manuel

¹⁹⁴ Uso a expressão “coloniais” à falta de melhor, apesar deste estudo ultrapassar o marco político de 1822. Não são “nativos”, pois os indígenas também o são, e com mais propriedade. Entenda-se, por “coloniais”, os nascidos no que hoje chamamos “Brasil” (mesmo que as delimitações territoriais tenham variado no período em estudo, os cativos com origem determinada raramente vão para além do triângulo Rio-São Paulo-Minas). A saber, são os denominados pelas fontes como deste limite geográfico e os “mulatos, “mestiços”, “cabras”, “pardos”, “bastardos” e “criolos”, como se discute neste item.

Nunes Pereira, aberto em 1696. neste documento, em um termo intitulado “termo de alvidração das peças do gentio da terra”, arrolam-se 12 “peças”, entre as quais Catharina e Salomão, mulatos, reunidos em um único item e um só preço. No quinhão da viúva (partilha do inventário), tem-se a seguinte correção: “ouve hu erro navaliação de duas almas q. dis asima hua molata e hü mulato filho da dita mulata q. forão alvidrados na fee deq. erão escravos em oitenta mil réis e desfeito o erro foi nova m^{te} alvidrados e sincoenta mil réis”. Primeiro, cabe entender os termos envolvidos. A palavra “peça” (como “negro” ou “gentio”) tem o sentido que hoje se atribui para designar de modo geral todo cativo através da palavra “escravo”. Ao contrário do que significa hoje, a palavra “escravo” representa aqueles cativos que não são indígenas. Outra forma de diferenciar os indígenas dos não indígenas aparece na afirmação de que foram “alvidrados”, terminologia utilizada apenas para os indígenas. Os escravos, ou seja, os não indígenas, são avaliados – nunca alvidrados. Segundo o dicionário Bluteau, alvidrar significa “julgar o arbitrador que salario, ou premio se hade dar”, e avaliar é “pôr o preço a alguma cousa”¹⁹⁶. O indígena não tem preço, apenas o serviço que prestam é remunerado – o que se explicita na designação de valor através da fórmula “alvidrado seu serviço”. Isto não impede que se atribua um valor em réis para o cativo indígena, veja-se o exemplo em análise.

Outro aspecto ressalta deste caso em análise. Sendo “alvidrados”, “peças do gentio da terra”, como entender que sejam simultaneamente classificados como “mulatos”? A isto associa-se o “erro de avaliação”, na “fé de que eram escravos”. O que significa uma indeterminação destes mulatos, se peças indígenas ou peças escravas. Por isso a alteração no valor em réis que se lhes atribui. Como ao correr de todo o texto sempre Catharina e Salomão são alvidrados,

¹⁹⁵ No dicionário Aurélio, o termo é assim definido: “[De or. indígena.]. S. 2 g. Bras. Obsol. 1. Designação comum aos negros africanos aqui residentes. [F. paral.: tapanhuna, tapanhuno, tapaiúna e tapaiúno.]”. Cf. FERREIRA, Aurélio B. de Holanda, *op. cit.*

¹⁹⁶ BLUTEAU, *op. cit.*

devem ser mesmo indígenas, comumente colocados em um termo à parte dos demais itens inventariados, em um “termo de alvidração das peças do gentio da terra”. No inventário aberto em 1722, por falecimento de Antônio de Góis da Costa: entre as 3 “pessas carijós”, únicos cativos arrolados, todos sem nome, todos avaliados (*sic*¹⁹⁷), tem-se: uma “pessa mulata carijó”, avaliada em 20\$000 réis; uma “negra carijó”, velha e com feridas, também avaliada em 20\$000; e uma “bastardinha carijó”, “avaliada seu serviço” em 30\$000 réis. Mas não são apenas com os indígenas que o termo “mulato” se confunde. No inventário aberto em 1723 por falecimento de José Cardoso, arrolam-se cativos como sendo “mulato” e “gentio da guiné”, simultaneamente. Ou, ainda, no inventário de Manuel da Cruz e Silva, aberto em 1723, no qual são mulatos os filhos de Isabel, gentia da guiné casada com o carijó Mário.

O significado de “mulato”, “mestiço” ou “crioulo”, altera-se com o fim da presença de indígenas na documentação. Inicialmente, estes termos são empregados para o resultado da miscigenação de indígenas com não-indígenas. Depois, crioulos, mulatos e cabras são aqueles nascidos na colônia, posteriormente império. Significativamente, a maior parte dos mulatos nestas três primeiras décadas do setecentos representam os cativos que tem pais já reconhecidos como mulatos ou pais que são um indígena e outro não-indígena. Somente da metade do setecentos em diante o termo adquire o significado que lhe dá o dicionário de Antônio de Moraes Silva em sua segunda edição, de 1813. Para este dicionário, mulato é o “filho, ou filha de preto com branca, ou ás avessas, ou de mulato com branca até certo gráo”. Os cabras (“O filho, ou filha de pái mulato, e mãe preta, ou ás avessas”, segundo o mesmo dicionário¹⁹⁸) apresentam-se de modo expressivo apenas na década de 1840. Para designar os não-africanos, no período

¹⁹⁷ Esta é uma das raras vezes em que se quebra a fórmula de alvidrar o serviço do indígena, e avaliar o escravo. Isto deve ter se tornado possível apenas pela inserção do termo “mulato” na designação “carijó”.

posterior ao da presença de indígenas usa-se cada vez mais o termo “crioulo”, em substituição ao termo “mulato”, a ponto daquele predominar sobre este no século XIX. Crioulo, segundo este mesmo dicionário, significa “o escravo, que nasce em casa do senhor; o animal, cria, que nasce em nosso poder: v.g. galinha crioula; que nasce, e se cria em casa; não comprado: neste sent. É adjetc”. Este deve ser o sentido a destacar: o que nasce, que se cria em casa. Quanto aos cativos, nesta definição de crioulo, se destaca a característica de não comprado, mas nascido sob o nosso poder. Termo apropriado, visto que, pelas listas nominativas (tabela 28), entre 1808 e 1829, aproximadamente dois terços dos cativos são naturais de Taubaté. O valor mínimo, em 1805, corresponde a 58,3%. Até a lista de 1798, os escravos são apresentados sem a indicação de local de origem (naturalidade). Nas listas pesquisadas após esta data, até o ano de 1836, tem-se regularmente esta informação, e a existência de um pequeno grupo sem esta informação disponível deve-se mais à dificuldade de leitura do microfilme do que à ausência desta informação.

Com o tráfico em crescimento explosivo em princípios do século XVIII, a entrada de novos cativos, nascidos na África ou não. São estranhos que chegam na vila de Taubaté para realizar o trabalho que antes se fazia com indígenas. Após 1709, cai em desuso a palavra “tapanhuno”, substituído pelo termo “gentio da guiné” desde o começo da década de 1700. Progressivamente, este termo cai, cresce a designação mais detalhada da origem do africano. No período de crise, marcadamente nas décadas de 1760 a 1790, a quase totalidade dos cativos (59 em 64) tem sua origem determinada conforme o local de origem (ver tabela 27). Os escravos “da guiné”, ao reaparecerem no século XIX, não mais serão sinônimo do indeterminado, e sim uma denominação de origem especificada (serão da Guiné, como outros são de Angola ou de

¹⁹⁸ SILVA, Antônio de Moraes, *op. cit.* No dicionário de BLUTEAU, o termo cabra remete para o indígena, mas tal significado não se aplica a Taubaté, por ser utilizado após o fim do arrolamento de

Moçambique...)¹⁹⁹. Entretanto, a retomada do crescimento do tráfico, com o café, leva ao retorno do império da indeterminação quanto ao registro da origem do cativo.

Mais do que tudo, é o olhar “branco”, daquele que registra no processo de inventário, que se mostra incapaz de diferencia-los. São todos “gentios”, a saber: “Barbaro, idolatra, Pagão. §. Ditos, e opiniões gentias; i.e, dos Ethnicos” – assim os define o dicionário de língua portuguesa de Antônio de Morais Silva²⁰⁰. Terminologia adequada para todo o período delimitado para estudo. Na passagem do seiscentos para o setecentos, representam o diferente, são gentios: da terra, ou da Guiné. Mesmo os “gentios da terra” permanecem indiferenciados, haja visto não serem classificados segundo as diferentes etnias (pory, tabajara, etc)²⁰¹. Algumas vezes, apenas “carijós”, o que pode não ser a designação de uma etnia indígena, mas um sinônimo para todos os indígenas²⁰². Este tratamento generalizante faz com que filhos de indígenas sejam considerados indígenas, nascidos ou não em Taubaté. Para estes, não cabe o termo “crioulo”. São “gentios”, “negros”, “pessas” – o diferente agrupado em oposição ao nós. O cativo em oposição ao livre. A cor escura dos novos cativos neste começo do setecentos não causou menor reforço a este padrão discriminatório: permanece o diferente como classe única, a suprimir as diferenças internas. Exemplar é o que ocorre no inventário aberto em 1715, por falecimento de Manuel Gil de Siqueira. Oito cativos são arrolados. Dois “negros”, “gentios da terra”, sem preços: Lázaro e Cristovão. Os demais, seis “gentios da guiné”, reunidos em duas famílias. A primeira, Antônia e com o filho Vicente, de nove anos, reunidos em um único item

gentios da terra (cf. BLUTEAU, *op. cit.*).

¹⁹⁹ Ao menos para os inventários e listas, pois os registros eclesiásticos reforçam esta indeterminação desde a década de 1810, como analisado adiante.

²⁰⁰ SILVA, Antônio de Morais. *op. cit.*

²⁰¹ Domingos Gomes, inventariado em 1671, exemplifica o recuo no tempo desta indiferenciação, com os cativos reunidos em um item denominado “titollo degentefora” – título de gente forra.

²⁰² Agrupar os indígenas em uma única terminologia não serve como tentativa de burlar a lei que proíbe a escravidão indígena, não explica esta indiferenciação, pois trata-los como gentio da terra já é suficiente

pelo preço de 80\$000 réis. A segunda, formada por Felipa, mãe de Francisco, rapaz de sete ou oito anos, Francisca, de três anos, e Miguel, “de peito”, também reunida em um único item, pelo preço de 220\$000 réis. Todos “gentio da guiné”, vale repetir, mas serão todos oriundos da África?

Foi impossível saber, pela documentação, onde nasceram os três filhos de Felipa, nem a quanto tempo ela está em Taubaté. Algumas conjecturas, porém, são cabíveis. Miguel deve ter menos de dois anos de idade (tempo de vida máximo encontrado na documentação para quem é “de peito”). Miguel pode ter nascido na África mesmo. Felipa poderia, também, ter engravidado durante a viagem para Taubaté, e Miguel nascido no caminho, ou pouco depois da chegada de Felipa a Taubaté. Chegando como cria de peito, nada estranho que Miguel seja tratado como africano, nascido ou não na África. Mas, se nascido em Taubaté, porque não trata-lo como crioulo? Considerando as crianças do “gentio da guiné” com idade declarada em anos (o que reduz muito o número de casos), encontram-se três casos. Na década de 1700, dois gentios da guiné tem idade de dois anos, e um tem cinco anos²⁰³. Em inventário aberto em 1726, por falecimento de Domingos Luiz Cabral, arrola-se no item “escravos” uma família formada por Manoel, trinta anos, casado com Suzana, 28 anos, com os filhos Eleutério, rapaz de doze anos, Ana, rapariga de dez anos, Sebastião, nove anos, André, seis anos, Vitória, cinco anos, Salvador, quatro anos – todos “gentios da guiné”. Na 1680, entre os onze tapanhunos, um tem idade de três anos, outro tem seis anos²⁰⁴. Em inventário aberto em 1716 por falecimento de Maria Nunes Rodrigues, arrola-se uma “pessa escrava” de nome Antônio, cria de peito com três meses de vida. Ou ainda, no inventário aberto no mesmo ano por falecimento de Izabel da Rosa, que arrola um “escravo” de nome Inacio também com três meses de idade.

para identifica-los perante a lei.

²⁰³ Inventários de João Porte del Rei, aberto em 1707 e de Januário Rodrigues, aberto em 1709.

Os inventários *post-mortem* sugerem que o mesmo que ocorre entre indígenas se repete para os gentios da guiné e para as peças escravas, neste princípio do setecentos. Filhos de gentios da guiné são gentios da guiné. Neste primeiro contato dos moradores de Taubaté com escravos de origem africana, inexistiu a distinção que se tornará regra, posteriormente, de separar os africanos como aqueles que nasceram na África daqueles que são seus descendentes nascidos na colônia, os crioulos. Neste primeiro contato, mulatos, crioulos, mestiços e bastardos são os que nascem de pais com origens diferentes considerados em três grandes grupos (indígena com gentio da guiné, ou destes com brancos). Apenas com a redução do tráfico e da presença de indígenas, a partir da década de 1730, cresce a diferenciação da origem do cativo arrolado, cessando as designações generalizantes (ver tabela 27).

Com a retomada da entrada de cativos em larga escala no correr do século XIX reproduz novamente a indeterminação reinante nos princípios do século anterior. Nos inventários *post-mortem* abertos nas décadas de 1800 e 1810, predomina o termo “da costa” para designar o cativo africano, e a partir da década de 1820, estes são “de nação”. Em 1845-48, todos são “de nação” (exceto um). Mesmo as listas nominativas, ao final, reproduzirão esta denominação generalizante. Entre os anos de 1805 e 1829, todas as listas consultadas determinam a região africana de origem dos cativos (ver análise adiante). Em 1835 e 1836, estes são apenas “Afric.”, ou seja africanos. Tal como o termo nos inventários, “de nação”, aqui o termo “africano” generaliza, anula, escamoteia as diferenças. Se nas listas esta indiferenciação aparece mais tardiamente, deve-se projetar esta defasagem ao padrão específico das listas, a exigir o recolhimento das informações segundo padrões de uniformização mínimos, estabelecidos para toda a capitania, depois província de São Paulo. Sintomático, nos dois momentos de maior atividade mercantilizada, primeiro com a cana e depois com o café, a entrada mais acelerada de

²⁰⁴ Inventário de Bartolomeu da Cunha Gago, aberto em 1685.

cativos os indiferencia, os torna exóticos e estranhos aos inventariantes, uma massa viva amorfa, sem contornos delimitados: são os “outros”. Diante do novo, do diferente, o agrupamento e a indefinição do conjunto.

Esta indiferenciação aparece também nos 251 registros de casamentos de cativos entre os anos de 1814 e 1829, para os quais foi possível determinar a origem do cônjuge²⁰⁵. Nestes registros, em 94 ambos os cônjuges são africanos, em 87 ambos são crioulos (“coloniais”, como definido acima), e em 70 um cônjuge é africano e o outro não (casamento misto). Entre os africanos, um é “da costa”, nove são “de nação”, dez são “gentios”, dois escravos são descritos como “do Guiné”, um escravo é descrito como “natural de Angola”, e outros dois são “Benguela”. A terminologia “natural da Guiné” aparece 66 vezes, e os demais africanos são designados como “gentio da guiné”. Em oposição, tem-se os não africanos, pode-se assim classificar no século XIX, significando os crioulos, na acepção do dicionário Moraes (a saber, os nascidos em casa – o que representa Taubaté, ou mais genericamente o território colonial²⁰⁶). Em apenas cinco registros aparece a afirmação “natural desta vila”. 23 cativos são “criolos”, três são “pardos”²⁰⁷. De certo fica que, como o registro das idades, a origem/naturalidade também obedece a idiosincrasias locais daqueles que elaboram o registro.

²⁰⁵ 47 registros apresentam problemas de leitura.

²⁰⁶ Depois imperial. Como o marco temporal deste estudo ultrapassa o limite de 1822, a terminologia é empregada à falta de melhor, remetendo à permanência de traços coloniais mesmo após a independência política (ver nota de rodapé 194).

²⁰⁷ Os demais escravos são considerados não-africanos por dedução, por não terem nenhuma indicação de origem. Isto ocorre para testar algumas variações de comportamento da população cativa africana em relação a esta sem designação, como se verá em capítulo adiante. A diferença, nítida, que se verifica entre estes três grupos de casais reforça a validade desta classificação dos cativos sem origem especificada como sendo coloniais, um indício de que os registros eclesiásticos tratam o conhecido (o cativo crioulo) como alguém que não precisa de maiores qualificações para defini-lo. O clero parece não se preocupar com tal diferenciação quando se trata de cativos crioulos, vê-se pelo pouco registro de origem destes. Ao contrário, parece valorizar a oposição com o novo, com o “estrangeiro” africano, sem explicitar diferenças internas neste grupo.

tabela 27 – distribuição dos cativos segundo origem, 1680-1848

| Década | 1680 | 1690 | 1700 | 1710 | 1720 | 1730 | 1740 | 1750 | 1760 | 1770 | 1780 | 1790 | 1800 | 1810 | 1820 | 1830 | 1840 |
|------------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| AFRICANOS | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tapanhuno | 11 | 2 | 17 | 1 | | 1 | 3 | | | | | | | | | | |
| Gentio da Guiné | | | 48 | 22 | 61 | 9 | 3 | 2 | | | | | | | | | |
| Or. Afric.determ. | | | 1 | 5 | 10 | 11 | 13 | 30 | 10 | 22 | 20 | 7 | 21 | 33 | 8 | | 1 |
| Da costa | | | | | | | | | | | | | 21 | 29 | 7 | | |
| De nação | | | | | | | | | | 3 | 4 | | | | 43 | 118 | 266 |
| TOTAL AFRIC. | 11 | 2 | 66 | 28 | 71 | 21 | 19 | 32 | 10 | 25 | 24 | 7 | 42 | 62 | 58 | 118 | 267 |
| % esc. orig. esp. | 0,9 | 0,6 | 20,9 | 9,8 | 17,8 | 30,9 | 20,2 | 25,6 | 19,2 | 14,8 | 18,6 | 14,3 | 23,2 | 37,1 | 38,4 | 46,3 | 51,6 |
| COLONIAIS | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mulatos | 9 | 8 | 14 | 19 | 66 | 24 | 38 | 55 | 27 | 69 | 53 | 25 | 59 | 27 | 23 | 7 | 19 |
| Crioulos | | | | | 5 | 6 | 35 | 34 | 15 | 67 | 45 | 13 | 74 | 69 | 68 | 127 | 195 |
| Cabras | | | | | | | 1 | 3 | | 8 | 6 | 4 | 6 | 9 | 2 | 3 | 36 |
| Pardo | | | | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | |
| Mestiços | 1 | | | 2 | | | | | | | | | | | | | |
| Bastardos | 4 | 1 | | 2 | 7 | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL COLONIAIS | 14 | 9 | 14 | 23 | 78 | 30 | 75 | 92 | 42 | 144 | 105 | 42 | 139 | 105 | 93 | 137 | 250 |
| % esc. orig. esp. | 1,2 | 2,8 | 4,4 | 8,0 | 19,5 | 44,1 | 79,8 | 73,6 | 80,8 | 85,2 | 81,4 | 85,7 | 76,8 | 62,9 | 61,6 | 53,7 | 48,4 |
| INDÍGENAS | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| % esc. orig. esp. | 117,1 | 305 | 236 | 236 | 250 | 17 | 0 | 1 | | | | | | | | | |
| # esc. orig. esp. | 1196 | 316 | 316 | 287 | 399 | 68 | 94 | 125 | 52 | 169 | 129 | 49 | 181 | 167 | 151 | 255 | 517 |
| <i>escravos sem origem especificada*</i> | 160 | 9 | 209 | 214 | 238 | 171 | 95 | 106 | 58 | 67 | 48 | 30 | 37 | 9 | 15 | 87 | 97 |
| <i>% sobre escravos inventariados</i> | 11,8 | 2,8 | 39,8 | 42,7 | 37,4 | 71,5 | 50,3 | 45,9 | 52,7 | 28,4 | 27,1 | 38,0 | 17,0 | 5,1 | 9,0 | 25,4 | 15,8 |
| Total de escravos inventariados | 1356 | 325 | 525 | 501 | 637 | 239 | 189 | 231 | 110 | 236 | 177 | 79 | 218 | 176 | 166 | 342 | 614 |
| # inventários | 30 | 26 | 30 | 31 | 35 | 32 | 26 | 23 | 22 | 37 | 30 | 21 | 38 | 30 | 32 | 53 | 62 |

Or. Afric.determ = origem africana determinada (Angola, Cassange, etc.);

% esc. orig esp. = % sobre escravos com origem especificada;

esc. orig esp. = número de escravos com origem especificada;

* o item “escravos sem origem especificada” inclui escravos classificados apenas como "peça escrava" ou “escravo”: 27 na década de 1700, 206 na década de 1710 e 203 na década de 1720²⁰⁸.

Fonte: inventários *post-mortem*.

²⁰⁸ Agrupar os cativos que não são indígenas nem mulatos permite definir o poder de compra (tráfico) de novos escravos que os inventariados possuem neste começo do século XVIII. Este foi o mecanismo classificatório que utilizei na dissertação de mestrado, agrupando-os simbolicamente sob a denominação “gentios da guiné”. Eliminada a dicotomia indígena / não-indígena, coube especificar melhor a origem destes cativos – o que apenas parcialmente pode ser feito. Se agrupa-los serviu bem ao propósito de contrapor dois grandes grupos nas primeiras décadas do século XVIII, a continuidade na consulta nas fontes, ao mostrar o fim do arrolamento de indígenas na década de 1730, apresentou os limites desta classificação inicial.

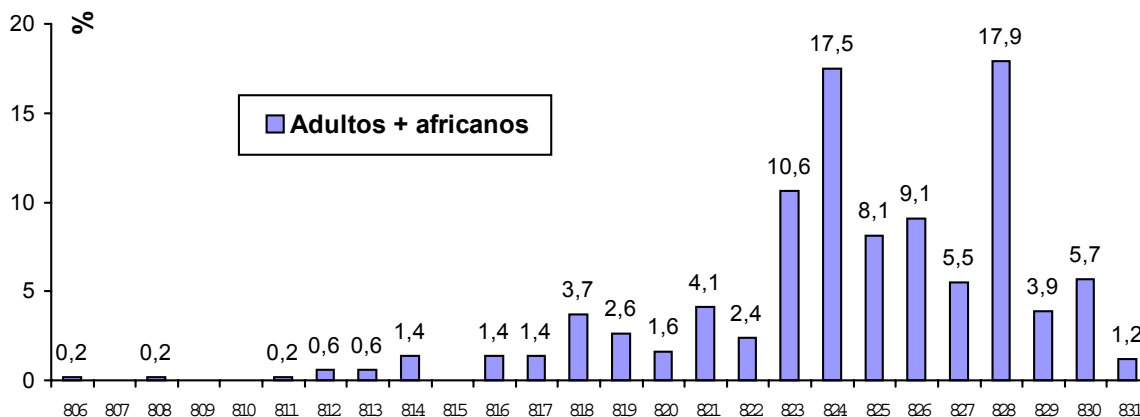
Outro documento a indicar a intensa entrada de cativos em Taubaté são os registros de batizados (atualmente sob a guarda da Cúria Diocesana de Taubaté), pois entre os batizados aparecem muitos adultos e “gentios”. Como a Igreja orienta para aplicar o sacramento o mais cedo, não permitindo que crianças cresçam sem o batismo, os batizados não-crianças devem ter chegado a Taubaté em momento muito próximo ao do batismo. Infelizmente, o registro de batismos de cativos remanescentes referem-se a uma pequena parte do período estudado: entre 1686 e 1704, e a partir de 1794. Nos dois períodos ocorre batismo de cativos adultos. Na passagem do seiscentos para o setecentos, de 1161 batismos, 191 são de adultos, a grande maioria indígenas (180 batismos). No período entre 1794 e 1831, entre 2960 batismos, 492 (16,6%) são de adultos e/ou de “gentio de Guiné” (ou “natural de Guiné”, ou ainda “de Guiné”, e nove batizados são “de nação”)²⁰⁹. Alguns batizados são simultaneamente identificados como adultos e “gentio da Guiné”, o que dá maior solidez à dedução de que os demais cativos adultos batizados também sejam africanos.

Com certeza, estes cativos africanos identificados genericamente como “da Guiné” são apenas uma parte dos cativos que entram em Taubaté: outra parte deve chegar já batizada. De qualquer modo, o registro de batismo serve como bom indicador da proporção das oscilações destas aquisições de mão-de-obra africana: pelas normas da Igreja Católica, adultos não batizados deveriam ser exceção. A entrada de africanos está indicada através de dois mecanismos: pelo gráfico 26, considera-se os 492 registros (tomando-os como 100%) e

²⁰⁹ Do total de 3320 registros neste segundo período, 360 foram excluídos deste cálculo: 6 batismos são de expostos e 354 apresentam problemas de leitura. Alguns destes não foram explicitamente identificados como cativos, apesar de estarem registrados em livro próprio para cativos (por exemplo, em alguns batismos a mãe é forra, em outros, tem nome e sobrenome e não se denomina proprietário para a mãe); os demais por não determinar se o batizando é africano ou não, ou se o batizando é filho natural ou legítimo.

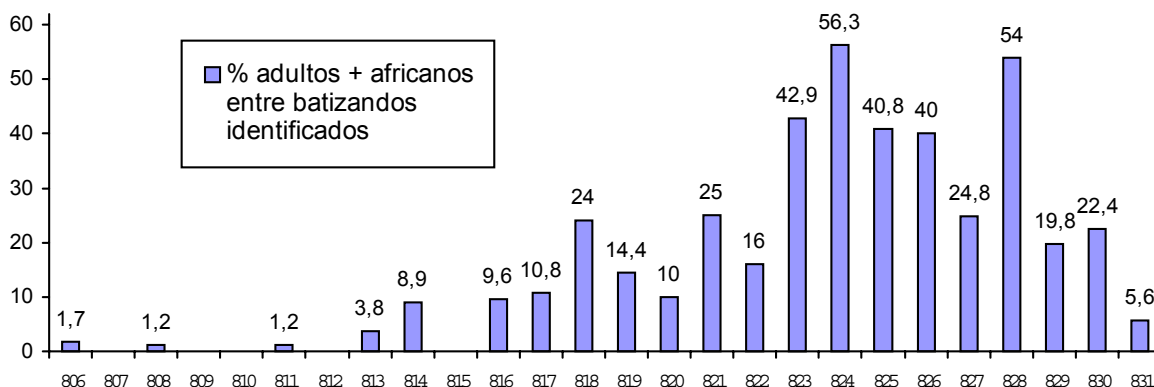
distribuindo-os pelos anos de batizado; pelo gráfico 27, considera-se a proporção de africanos e adultos no conjunto de cativos batizados em cada ano.

gráfico 26 – distribuição dos batizados de adultos e africanos segundo o ano do batismo, 1806-1831



FONTE: Livro de registro de batismo de escravos. Cúria Diocesana de Taubaté.

gráfico 27 – proporção de batizados adultos e africanos entre batizados identificados, 1806-1831.



FONTE: Livro de registro de batismo de escravos. Cúria Diocesana de Taubaté.

Até o ano de 1813, praticamente inexistente registro de entrada de cativos. A quase totalidade dos registros de batismo no período 1794-1813 referem-se a crianças, são apenas

nove registros²¹⁰. O primeiro batismo de africano ou adulto ocorre em 1806, o segundo em 1808, o terceiro em 1811. No período de crescimento da produção de cana de açúcar (passagem do setecentos para o oitocentos) praticamente inexistiu batismo de africano ou adulto. Apenas na década de 1810, identificada por Rangel como de retração da atividade mercantilizada, percebe-se o crescimento destes registros de batismo de africanos ou adultos. A maior parte destes registros concentra-se entre os anos de 1823 e 1828 (ver gráfico 26), indicando serem estes os de intenso tráfico. A conclusão de Rangel por um pequeno período de produção de cana-de-açúcar (comparativamente a outras regiões de São Paulo) reforça-se pelos números do gráfico 26, indicando raras entradas de africanos não-batizados. O que coaduna com a menor proporção de cativos africanos na lista de 1805. A redução de cativos adultos e africanos batizados após 1828 (apontada pelo gráfico 26), adquire outro significado se comparado ao conjunto dos registros de batismo (o que se indica pelo gráfico 27). O número de batizados de africanos/adultos cai em 1829 para dezenove, e é apenas seis em 1831. As listas nominativas escolhidas para cópia são exatamente do ano seguinte à maior entrada de cativos. Após 1828, os valores caem, ainda assim, em 1829 e 1830, a proporção de cativos adultos e africanos batizados é bastante significativa.

Reforça-se o caráter de diferenciação destes registros identificados como “gentios” o fato dos demais cativos raramente terem a origem identificada. O que impede maior análise dos registros de batismo segundo a origem dos cativos. Considerando os 2110 registros de batismo de crianças até 1827, apenas oito qualificam a origem da mãe: cinco são mulatas, duas são crioulas, uma é desta vila. Há, ainda, três mães pardas e, quanto à cor, nove pretas (ver análise

²¹⁰ Pode ocorrer de um recém-nascido, ou uma criança ainda não batizada chegar a Taubaté acompanhando a mãe (vindo da África ou não). Como os registros de batismo não fazem nenhuma referência a tal situação, se existiu deve ter proporção muito pequena - visto que mesmo a proporção de adultos/gentios sem batismo não é grande (16,6%).

de cor adiante). Em relação aos pais, um é monjolo, dois são crioulos e outros dois são mulatos. Há, também, dois pais que são pardos e, quanto à cor, cinco que são pretos. Mesmo que fosse possível reduzir os problemas de leitura, o número de registros com cativos que tem origem definida continuaria baixo. Se os adultos tem a característica de gentio atribuída, e não apenas a denominação de adulto, soa como se a origem atribuída explicasse o ser batizado apenas na fase adulta. Tanto que, dos 492 registros de adultos e/ou gentios, 375 indicam serem gentios, e 117 apenas explicitam o serem adultos (os cativos com ambas as denominações – adulto da guiné, por exemplo – foram considerados no grupo dos gentios).

Novamente, o padrão interno para os moradores em Taubaté, de não diferenciar a origem africana, como a indicar a distância entre o mundo dos cativos e de seus senhores. Ao analisar um processo crime ocorrido em 1847 em Campo dos Goitacases (Rio de Janeiro), Florentino e Góes²¹¹ relatam que “nenhuma das testemunhas livres soube dizer das motivações do crime. Os outros cativos de João Antônio, contudo, muito mais próximo do dia-a-dia de seus companheiros, foram unânimes em relatar uma história que deixava clara a não intencionalidade do gesto de Joaquim Angola”. Ao imiscuir-se no dia-a-dia de seus cativos, os senhores deviam fazê-lo de forma limitada, incapazes de conhecer todas as ações das “almas” que “possui”. Em plantéis maiores, ainda mais distante deve ser esta presença, mediada por feitores e outros empregados. Vendo pela ótica do cativo, alguma margem para o privado deve existir. Ainda assim, controle sobre ações potencialmente desagregadoras e ações necessárias para a continuidade da produção limitam ao cativo maior autonomia. Vistos pela ótica do senhor, predomina a uniformidade. Ao denominar de “gentio”, ou outra forma generalizante, mais do que a unificação de tratamento, está a distância entre senhor-cativo. Que deve se estender para além do nome.

Origem e cor dos cativos pelas listas nominativas

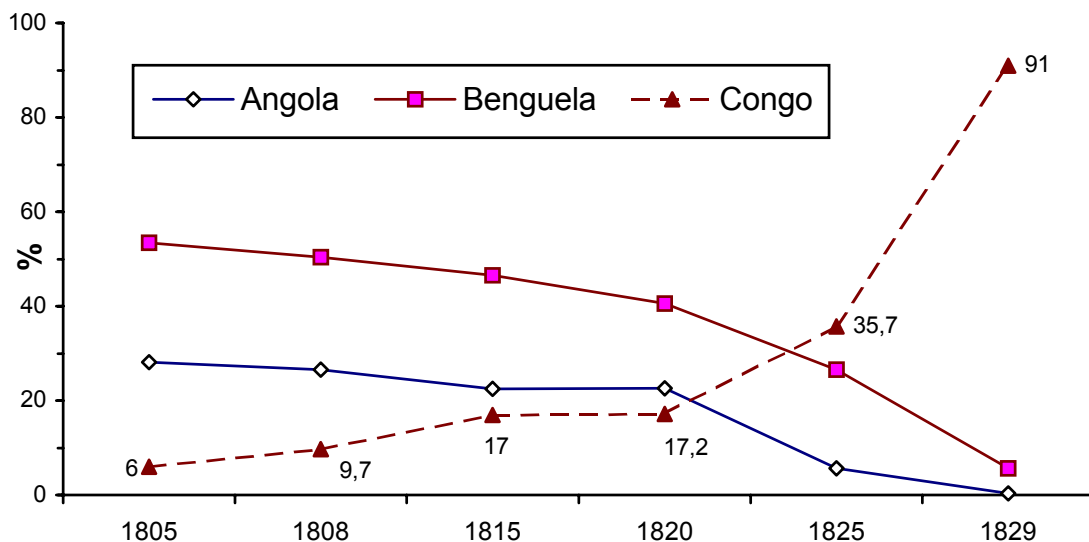
As variações na descrição de origem dos cativos, observadas pelos inventários e registros eclesiásticos, parecem idiossincrasias, obedecendo a critérios internos somente. Estes documentos até aqui analisados tem como público interno à vila de Taubaté. Caso dos herdeiros que, por princípio, conhecem os bens a que tem direito, cabendo especificar os cativos apenas no necessário para auferir o valor de partilha. Quando muito, um formal de partilha ou um registro de casamento pode ser enviado para uma localidade distante de Taubaté, mesmo assim, sem maiores problemas, pois os registros trazem as informações mínimas necessárias para identificar cada cativo. Ou não identificar – caso da omissão de origem, em especial no período de presença de indígenas. A indiferença para registro da origem dos cativos explica-se, assim, não por desconhecimento, ao menos para o século XIX, mas para destacar o diferente. O gráfico 28 fornece uma grande regularidade na imputação de origem dos cativos, mostrando o predomínio de cativos originados de Angola e Benguela, rapidamente substituídos por cativos do Congo na década de 1820. O que impede de aceitar que a designação de praticamente todos os cativos africanos como do “Congo” seja apenas uma denominação generalizante. Tem-se uma localização da origem no continente africano²¹². O que não ocorre nas listas de 1835 e 1836, que designa os cativos africanos somente por “afric.”. As listas nominativas, elaboradas para atender a interesses que não os locais, tem como público de destino o governo provincial.

²¹¹ FLORENTINO e GÓES. *A paz nas senzalas*. *Op. cit.*, p. 78.

²¹² O que não deve iludir quanto à precisão destes registros. Tanto para os livres quanto para os cativos, a precisão que hoje imputamos como desejada não ocorre perfeitamente. Veja-se o caso dos filhos de Luiz Antônio dos Santos (nota de rodapé 149). Não é incomum um escravo registrado em uma lista nominativa como “Angola” aparecer em outra lista como “Benguela” ou “Congo”.

Atendem, assim, a critérios para classificação de origem dos cativos que são distintos dos empregados nos documentos de circulação local.

gráfico 28 – distribuição dos cativos africanos segundo origem, 1805-1829



Obs.: apresenta-se apenas as origens de maior expressão quantitativa.
Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 62 em anexo.

As listas nominativas, ao indicarem a naturalidade (local de nascimento) dos cativos, permite detalhar um pouco mais a análise já realizada através dos inventários. Por um lado, definindo entre os cativos coloniais quais são nascidos em Taubaté, por outro lado, detalhando as oscilações na proporção de africanos nas três primeiras décadas do século XIX. Três grupos podem, assim, ser definidos: os africanos, os nascidos em Taubaté e os nascidos em outra localidade que não Taubaté. Entre estes três grupos, a oscilação mais acentuada ocorre entre coloniais não nascidos em Taubaté – oriundos de regiões próximas a Taubaté (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas), principalmente do vale do Paraíba. A queda progressiva da participação destes, como se observa pela tabela 28, coincide com o crescimento da atividade cafeeira. O

incremento da atividade agrícola mercantilizada estancou a saída de cativos para outras regiões, particularmente para Taubaté. Ou então, a necessidade de mão-de-obra em locais onde a agricultura cafeeira se desenvolveu mais do que em Taubaté (como Bananal) redirecionou estes cativos, não sendo mais adquiridos para Taubaté, mas para estas áreas mais prósperas.

A presença de cativos africanos apresenta, pelas listas, tendência de crescimento, também indicada pelos inventários (mesmo que não na mesma intensidade)²¹³. A entrada de cativos africanos oscila acompanhando as variações econômicas indicadas pelo gráfico 2 (ver periodização). Na lista de 1805 os africanos apresentam uma participação de 43%, reduzindo a participação em seguida. Só ultrapassam este patamar em 1825. Com a cana e o café, presença de africanos igual ou superior a 43%, no período intermediário, de crise na agricultura mercantil, redução da participação destes cativos para 38,6%. Mostra, assim uma oscilação diretamente proporcional à da atividade mercantilizada, segundo detectou Rangel²¹⁴.

tabela 28 – Distribuição dos cativos com quinze anos ou mais segundo origem, 1805-1835

| | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 | 1835 |
|---------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Africanos | 42,9 | 39,2 | 38,6 | 41,0 | 43,9 | 44,6 | 54,4 |
| Naturais de Taubaté | 45,3 | 52,9 | 54,3 | 55,3 | 54,2 | 54,3 | 43,2 |
| Naturais do Brasil | 11,7 | 7,9 | 7,1 | 3,6 | 1,9 | 1,1 | 2,4 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 1074 | 1143 | 1202 | 1238 | 1389 | 1599 | 715 |

Fonte: Listas nominativas. Para 1835, valores amostrais.

²¹³ A maior entrada de cativos africanos na década de 1820, indicada pelas listas, pode ter sido ainda maior, se considerarmos que alguns cativos indicados em uma lista não aparecem em outra. Como a procura do cativo em listagens diferentes ocorre pela busca do proprietário (o cabeça do fogo e esposa), talvez os movimentos migratórios expliquem parte desta dificuldade. Mas não totalmente, pois um cabeça do fogo (e sua esposa) que aparece na lista de 1820, desaparece na de 1825 e reaparece na listagem de 1829 não se encaixa neste padrão. Talvez erros de elaboração da lista, ou erros na digitação respondam por outra parte desta dificuldade. Mas a busca por diferentes elementos minimizam erros de digitação, como a pesquisa por várias partes pequenas do nome (seqüências de letras), tanto do cabeça quanto de sua mulher, e mesmo o nome dos filhos e/ou cativos e agregados.

²¹⁴ RANGEL, *op. cit.*, ver gráfico 2.

Na década de 1830, segundo os inventários, a entrada de africanos permanece intensa (ver gráfico 25). Pelas listas nominativas, pode-se delimitar este crescimento da presença de cativos nos anos seguintes a 1829. Em 1835, a entrada de africanos cresceu em ritmo suficiente para que estes superem a presença de naturais de Taubaté (ver tabela 28). Destacando apenas os cativos com quinze anos ou mais, em 715 escravos, 43,2% são naturais de Taubaté e 54,4% são africanos²¹⁵. A contínua entrada de africanos adultos, com o crescimento do plantio de café, leva ao predomínio de africanos entre os cativos adultos e velhos – o que se percebe nos inventários apenas na década de 1840. A entrada maior de cativos africanos, nestas décadas de 1830 e 1840, associa-se à crise das leis restritivas do tráfico deste período. O gráfico 54, em anexo, mostra a concentração de viagens e de cativos aportados no Brasil após 1810, com curto período de queda de entrada de cativos logo após a lei de 1830, rapidamente superado, mantendo-se alta proporção de entrada de cativos até o fim do tráfico, em 1850²¹⁶.

²¹⁵ Observando a amostra de 1017 escravos (incluindo crianças) na lista de 1835, num total de 2255 cativos, segundo Rangel, 56,0% destes cativos são naturais de Taubaté. A lista nominativa de 1835 não foi incluída sistematicamente para análise por estar incompleta. A parte remanescente corresponde a aproximadamente metade do que existia na década de 1980. As análises da amostra, nos tópicos passíveis de comparação com o trabalho de Rangel, não mostram desvios significativos. Um exemplo é a composição por sexo segundo faixas etárias decenais (ver tabela 66 em anexo). Da mesma forma, o padrão de posse de cativos na amostra manteve resultados próximos ao de Rangel (a análise de padrão de posse não foi utilizada para 1835 pois os estratos de posse definidos por Rangel não são os utilizados neste trabalho). Cf. RANGEL, *op. cit.*

²¹⁶ Conforme se observa das informações sobre navios negreiros aportados no Brasil, reunidas em Cd-Rom pela universidade de Cambridge. O gráfico 54, em anexo, relaciona o total de escravos que chegam ao primeiro porto brasileiro de desembarque segundo o ano do primeiro desembarque, entre os anos 1750-1856 (para o período anterior, é pequena a proporção de viagens; não há viagens para o período posterior). Deve ser ressaltado que a seleção, na base documental, dos registros de entradas de navios negreiros no Brasil, utilizou o campo "MJSELRG1", que classifica as regiões de desembarque em cinco regiões largamente definidas. O principal porto de desembarque não é necessariamente o primeiro porto de desembarque, nem significa que todos os cativos que chegam ao primeiro porto de desembarque fiquem na região onde ocorre o primeiro desembarque. Considera-se, no gráfico 54, 2702 viagens, com 1097022 escravos. Cf. ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen D.; RICHARDSON, David e KLEIN, Herbert S. The Trans-Atlantic Slave Trade (Cd-Rom). Cambridge University Press, 1999.

Outra característica desta entrada de africanos está na distribuição relativamente equânime dos africanos por plantéis com até nove cativos e planteis com dez cativos ou mais (ver tabela 19). A menor proporção (37%) de africanos ocorre entre plantéis com até nove escravos no ano de 1815: num momento de crise da atividade mercantilizada, reduz a capacidade dos escravistas de menor posse em adquirir cativos. A maior proporção de africanos ocorre, em contraposição, nos momentos de maior desenvolvimento da agricultura mercantilizada. Nestes períodos, de incremento do tráfico, os plantéis com dez ou mais cativos ampliam significativamente a presença de africanos, mas a maior proporção de cativos africanos ocorre nos plantéis com até nove escravos, nos anos de 1825 e 1829. Significa que os proprietários de pequenos plantéis participaram ativamente do tráfico, tinham recursos suficientes para adquiri-los. A tabela 64, em anexo, mostra que mesmo plantéis com um ou dois cativos possuíam escravos africanos.

tabela 29 – cativos com 15 anos ou mais segundo origem e tamanho do plantel, 1805-1829

| | NATURALIDADE | | | Total (%) | Total (#) |
|-------------|--------------|---------|--------|-----------|-----------|
| | Africanos | Taubaté | Brasil | | |
| 1805 | | | | | |
| 1 a 9 | 41,1 | 47,9 | 11,0 | 100,0 | 509 |
| 10 ou mais | 44,6 | 43,0 | 12,4 | 100,0 | 565 |
| 1808 | | | | | |
| 1 a 9 | 38,7 | 51,9 | 9,4 | 100,0 | 595 |
| 10 ou mais | 39,8 | 54,0 | 6,2 | 100,0 | 548 |
| 1815 | | | | | |
| 1 a 9 | 37,1 | 55,3 | 7,6 | 100,0 | 609 |
| 10 ou mais | 40,1 | 53,3 | 6,6 | 100,0 | 593 |
| 1820 | | | | | |
| 1 a 9 | 40,3 | 56,2 | 3,5 | 100,0 | 658 |
| 10 ou mais | 41,9 | 54,3 | 3,8 | 100,0 | 580 |
| 1825 | | | | | |
| 1 a 9 | 47,3 | 50,4 | 2,3 | 100,0 | 708 |
| 10 ou mais | 40,4 | 58,1 | 1,5 | 100,0 | 681 |
| 1829 | | | | | |
| 1 a 9 | 46,3 | 52,6 | 1,1 | 100,0 | 884 |
| 10 ou mais | 42,4 | 56,5 | 1,1 | 100,0 | 884 |

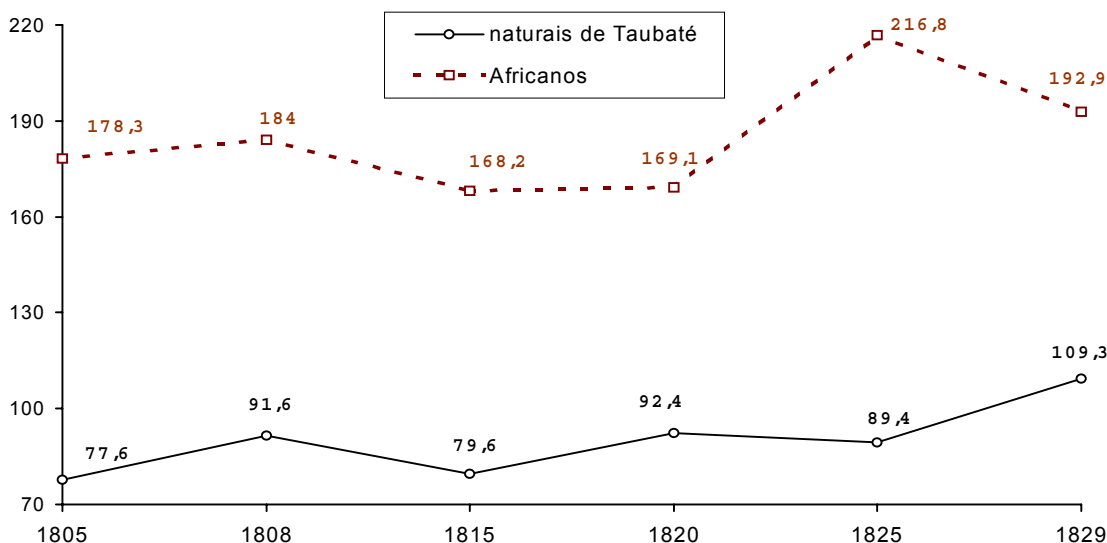
Obs.: Taubaté = Naturais de Taubaté; Brasil = Naturais do Brasil.

Fonte: Listas nominativas.

A entrada de cativos africanos, segundo as listas nominativas, repete características já apresentadas através dos inventários *post-mortem*. São majoritariamente homens, conforme indica o gráfico 29, com razão de sexo (índices de masculinidade) entre 160 e 217. Nos anos de 1825 e 1829, com maior tráfico, índices de masculinidade mais elevados. Em 1835, entre 382 africanos com quinze anos ou mais, razão de sexo igual a 143,3. Interessante que o crescimento da proporção de cativos africanos, em 1835, seja associada a uma redução da presença de homens entre cativos africanos, indicativo que, entre 1805 e 1835, a maior força do tráfico ocorre entre 1825 e 1829.

Se, entre os proprietários de dez ou mais cativos, a presença de africanos mostra-se menor, o fator a explicar não deve ser atribuído a uma menor participação no tráfico, mas a uma presença mais significativa dos cativos nascidos em Taubaté nestes plantéis de maior tamanho. O que remete, novamente, para um crescimento endógeno da população cativa, como explicação para que mais da metade dos cativos sejam naturais de Taubaté, a partir de 1808. Este crescimento endógeno fica favorecido pela maior presença de mulheres que homens, conforme indica o gráfico 29, com razão de sexo (índices de masculinidade) oscilando entre 77 e 109. Apenas em 1829 lista-se mais homens do que mulheres entre os nascidos em Taubaté. Coerente com estes números, entre 1808 e 1829, 62 a 64% das cativas adultas (quinze a quarenta anos) são nascidas em Taubaté, enquanto apenas 45 a 54% dos cativos adultos são nascidos em Taubaté.

gráfico 29 – razão de sexo (índice de masculinidade) dos cativos com quinze anos ou mais, segundo origem, 1805-1829



Fonte: listas nominativas. Ver tabela 63, em anexo.

A concentração de africanos em plantéis com até nove escravos pode ser observada também por outro viés, pela análise de como os cativos de cada origem se distribuem pelas duas faixas de tamanho de plantel delimitadas (ver tabela 65 em anexo). Percebe-se que os africanos concentram-se em plantéis com até nove escravos (em similitude aos plantéis com até nove escravos, que progressivamente concentram os africanos, conforme tabela 29). Os naturais de Taubaté, ao contrário distribuem-se de modo pouco mais equânime entre as duas faixas de tamanho de plantel (oscilando de modo próximo ao indicado na tabela 29): ora prevalecem pouco mais numa faixa de tamanho de plantel, ora prevalece na outra.

A estas especificações quanto ao local de nascimento, definidas pela lista nominativa, soma-se uma outra qualificação, a de cor, presente apenas nas listas (ver tabela 67, em anexo). Nas listas nominativas, ao lado da coluna de origem, abre-se espaço para a definição de cor, com a terminologia “N”, “P” e “B” – negro, preto e branco. A importância desta forma de

classificar, a partir de cores, ressalta pelos quadros de resumos (mapas) que acompanham as listas, subdivididos segundo a cor. Nos inventários *post-mortem* e nos registros eclesiásticos, porém, esta classificação não aparece. Novamente, uma forma de especificação do cativo voltada para o público externo, responde a uma questão que é indiferente para a identificação interna (local) do cativo.

A cor branca é empregada apenas para os livres, enquanto preto e negro são utilizados para cativos ou forros. Predomina, nas seis listas consultadas entre os anos de 1805 e 1829, a presença de negros: compõem de 79 a 85% da população cativa (ver tabela 67, em anexo). Confrontada as definições de origem com as de cor, indicada pela tabela 30, percebe-se que “preto” não refere-se ao cativo africano, mas ao nascido em Taubaté ou outra área da colônia. Para o cativo africano, o termo empregado é “negro”: nas seis listas nominativas analisadas, tem-se um total de 3165 negros e apenas 16 pretos²¹⁷. O termo “negro”, contudo, não é tão específico quanto o termo “preto”, também há cativos coloniais negros²¹⁸. Esta ambigüidade para designar origem reflete a própria ambigüidade do termo “negro” no dicionário de Antônio de Moraes Silva. Neste dicionário, ao se definir o termo “negro”, coloca-se “homem preto”; ao se definir “negra”, tem-se “s.f. Mulher preta”²¹⁹. Negro ou preto não designam origem, são

²¹⁷ Considera-se apenas cativos africanos com quinze anos ou mais de idade e cor especificada.

²¹⁸ Entre os cativos nascidos em Taubaté, 2988 (75%) são negros e 1006 (25%) são pretos. Para os cativos coloniais não nascidos em Taubaté, 299 são negros e 84 são pretos. Considera-se apenas cativos com quinze anos ou mais de idade e cor especificada, nas seis listas nominativas (1805, 1808, 1815, 1820, 1825 e 1829).

²¹⁹ SILVA, Antônio de Moraes. *op. cit.* Esta é uma comparação bem adequada, pela coincidência de datas – o dicionário é de 1813 (2ª ed.). No dicionário Bluteau, de um século antes, a condição inverte-se: a palavra “preto” remete para negro: “Preto. Negro.” Ou ainda “Preto também se chama o escravo preto” (sic). Negro significa o “Homem da terra dos negros, ou filha de pays negros”, enquanto “negra” é “Mulher natural da terra dos negros, ou filha de pays negros”. Se o termo negro no dicionário Bluteau reforça a indiferenciação entre africano e os descendentes destes nascidos na colônia (acompanhando o sentido atribuído nos inventários da época, começo do setecentos), também se contrapõe ao sentido generalizante para todo cativo que os inventários utilizam, ao falar em “negro da terra”. O que se define como norma culta em Portugal (codificado pelo dicionário), adapta-se ao falar local que se expressa mesmo em documentos oficiais (caso dos inventários *post-mortem*). Cf. BLUTEAU, *op. cit.*

apenas cor. A diferença entre ambas, contudo, não é precisa. Provavelmente, a diferença é fruto de um conjunto de fatores associados à cor da pele, como traços fisionômicos ou, quem sabe, algum tipo de comportamento (Slenes reforça a permanência de padrões africanos entre os cativos na América²²⁰). Como os africanos são “negros”, os negros nascidos em Taubaté devem manter características dos pais, inclusive fisionômicas, de tal modo que recebem a mesma classificação que estes²²¹.

tabela 30 – cor dos cativos segundo a origem, 1805-1829

| | NATURALIDADE | | | Total (%) | Total (#) |
|-------------|--------------|---------|--------|-----------|-----------|
| | Africanos | Taubaté | Brasil | | |
| 1805 | | | | | |
| Negro | 51,5 | 38,2 | 10,4 | 100,0 | 878 |
| Preto | 2,8 | 79,0 | 18,2 | 100,0 | 181 |
| 1808 | | | | | |
| Negro | 46,0 | 47,0 | 7,0 | 100,0 | 968 |
| Preto | 0 | 87,2 | 12,8 | 100,0 | 156 |
| 1815 | | | | | |
| Negro | 46,5 | 46,8 | 6,7 | 100,0 | 974 |
| Preto | 1,0 | 90,8 | 8,2 | 100,0 | 207 |
| 1820 | | | | | |
| Negro | 47,8 | 48,5 | 3,7 | 100,0 | 1052 |
| Preto | 1,8 | 94,7 | 3,5 | 100,0 | 171 |
| 1825 | | | | | |
| Negro | 51,0 | 47,2 | 1,9 | 100,0 | 1179 |
| Preto | 2,5 | 95,5 | 2,0 | 100,0 | 198 |
| 1829 | | | | | |
| Negro | 50,7 | 48,3 | 1,0 | 100,0 | 1401 |
| Preto | 0,5 | 97,4 | 2,1 | 100,0 | 193 |

Obs.: Taubaté = Naturais de Taubaté;

Brasil = coloniais nascidos em outras regiões que não Taubaté.

Fonte: Listas nominativas.

²²⁰ SLENES, *Na senzala uma flor*, *op. cit.*. É o caso do fogo dentro das senzalas, ou ainda da arquitetura destas.

²²¹ Uma hipótese plausível – embora não explique bem a diferença entre cativos negros e pretos, por não definir adequadamente cada grupo.

Crescimento endógeno da população cativa

Sobressai da indicação de origem feita pelas listas nominativas que mais da metade dos cativos nasceram em Taubaté. Considerando apenas os cativos com quinze anos ou mais (ver tabela 28), os naturais de Taubaté respondem a uma parcela de 53 a 55% (exceto em 1805). Considerando todos os cativos, aproximadamente dois terços dos cativos nasceram em Taubaté (ver tabela 62 em anexo). Nas duas grandes faixas de tamanho de plantel definidas (um a nove e dez ou mais escravos), a mesma realidade: predomínio de cativos nascidos em Taubaté (ver tabela 29). Esta estabilidade de valores está de acordo com o que apresenta os inventários nas décadas de 1810 e 1820 – a variação (grande) aparece quando comparados os valores inventariados na década de 1800 com a lista de 1805. A forte presença de cativos naturais de Taubaté coloca outra questão. Somente nascimentos continuados podem explicar a proporção de cativos naturais de Taubaté em aproximadamente dois terços de todos os cativos, ou aproximadamente 54% dos cativos com quinze anos ou mais. O que indica uma permanente relação familiar. Nada estranho a maior parte das crianças serem nascidas em Taubaté, mesmo se este predomínio for absoluto – a historiografia destaca, de longa data, a preferência pelo tráfico de africanos em idade produtiva (e não de crianças de pouca idade). Em Taubaté, nas seis listas selecionadas (1805 a 1829), 82 a 94% dos cativos com até quinze anos (inclusive) são naturais de Taubaté, enquanto 5 a 15% nesta faixa de idade são africanos. A presença de africanos entre crianças está associada à entrada destes cativos em idade próxima ao limite de quinze anos (e à inexatidão no registro de idades). Entre as crianças com até nove anos, o predomínio de cativos nascidos em Taubaté é praticamente total. A especificidade da tabela 28 está em apontar que, apesar da crescente entrada de africanos, mais da metade dos cativos com

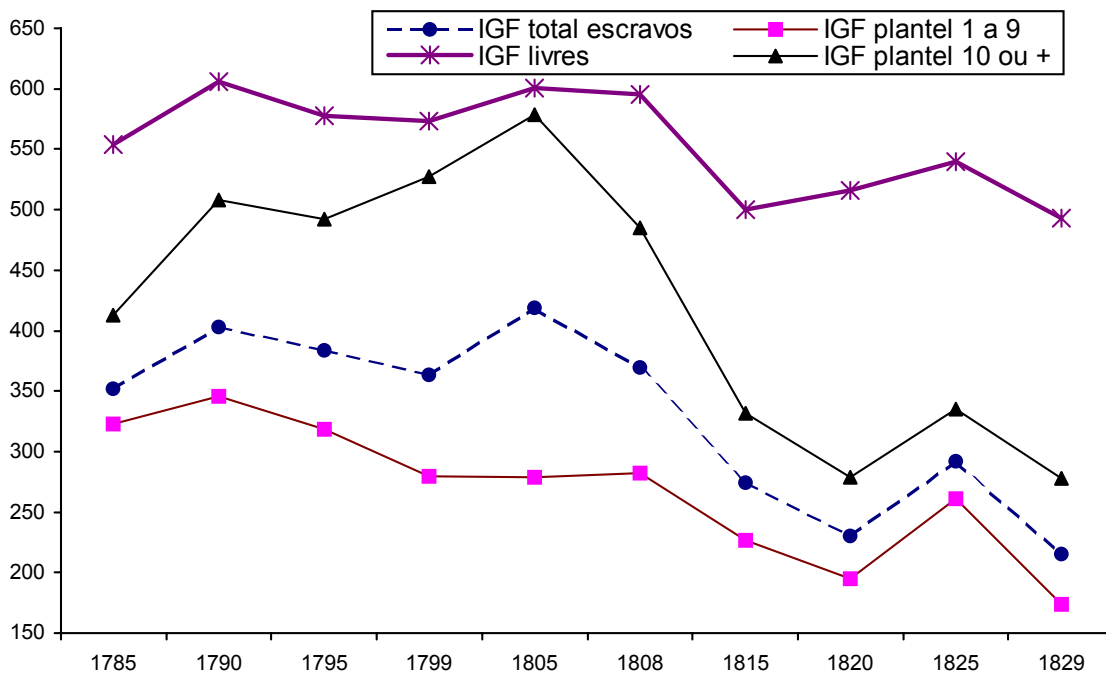
quinze anos ou mais são naturais de Taubaté (exceto 1803 e 1835), ou seja, encontraram condições suficientes para crescerem, para se tornarem adultos no próprio local de nascimento. Nas três primeiras décadas do século XIX, período em que coincidem listas e inventários, a presença de cativos nascidos em Taubaté supera a presença de africanos. A contínua entrada de africanos entre os anos de 1805 e 1829 apenas mantém a presença de africanos entre 38 e 45% dos cativos com quinze anos ou mais.

A possibilidade do crescimento endógeno, aventada pela proporção de cativos nascidos em Taubaté²²², pode ser testada a partir do índice geral de fecundidade (IGF), que relaciona a proporção de crianças com até quatro anos de idade em relação às mulheres em idade fértil, definidas como aquelas com quinze a quarenta e nove anos. O gráfico 30 mostra o IGF para o total de cativos e para as duas grandes faixas de tamanho de plantel delimitadas (um a nove e dez ou mais escravos)²²³. Neste gráfico, os valores do IGF para os livres permitem observar variações semelhantes no IGF para livres e cativos: crescimento entre 1774 e 1785, queda até 1799, elevação até 1805 (até 1808, entre os livres), outra queda seguida de curto período de crescimento em 1815, e posterior queda. Descartando as variações mais intensas, dois períodos sobressaem-se: no século XVIII, índices gerais de fecundidade mais elevados que no século XIX, tanto para livres quanto para escravos. Outro destaque no gráfico 30 é a permanente superioridade do IGF nos plantéis com dez ou mais escravos em relação aos plantéis com até nove escravos. No período entre 1799 e 1805, os índices de fecundidade nos plantéis com dez ou mais escravos aproximam-se muito dos índices entre livres.

²²² Este argumento também é empregado por Horácio Gutiérrez para o Paraná e por Jonas Santos para Mogi das Cruzes/SP, ao defenderem crescimento endógeno da população cativa. Ver nota de rodapé 255.

²²³ Não é possível calcular o IGF para cativos segundo origem, pois a documentação não permite separar crianças filhas de mãe africana ou colonial.

gráfico 30 – índice geral de fecundidade entre cativos, 1785-1829.



IGF = índice geral de fecundidade (número de crianças com até quatro anos dividido pelo número de mulheres entre quinze e quarenta e nove anos, multiplicado por mil).

IGF total = índice geral de fecundidade para todos os escravos;

IGF 1 a 9 = índice geral de fecundidade para escravos em plantéis com até nove escravos;

IGF 10 ou + = índice geral de fecundidade para escravos em plantéis com dez ou mais escravos.

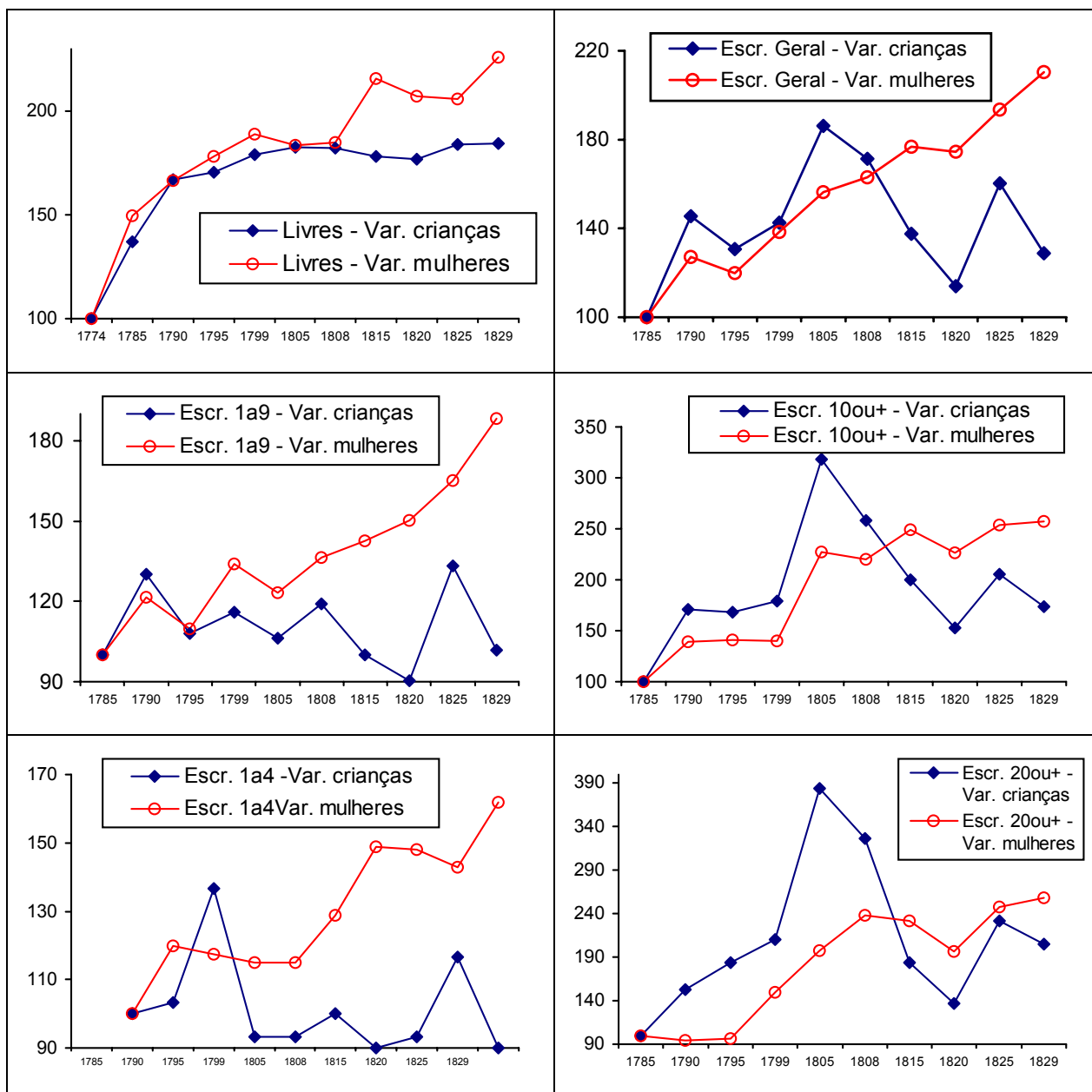
Fonte: listas nominativas. Ver tabela 68 em anexo.

A tabela 68 em anexo mostra que, quanto maior o tamanho do plantel, mais próximo o IGF nestes plantéis em relação ao apresentado pelos livres. Na faixa de tamanho de plantel mais alta (vinte ou mais cativos), o IGF chega a superar o IGF entre livres. A comparação entre livres e cativos, contudo, deve ser vista com ressalvas: por um lado, a distribuição etária das mulheres influencia na maior ou menor intensidade (risco) de terem filhos; por outro lado, as condições de liberdade diferenciadas e a razão de sexo favorecem aos livres. Ainda assim, as variações semelhantes entre livres e cativos tornam o IGF um fator minimamente confiável da capacidade

reprodutiva dos cativos nos diferentes anos. Mostram ainda, como as condições locais afetaram de modo próximo ao conjunto da população (ainda que em menor intensidade para os livres). Mais ainda, aproxima os cativos em plantéis maiores das condições reinantes entre livres. Reforça-se, assim, a maior proporção de cativos nascidos em Taubaté dentro dos plantéis com dez ou mais escravos, conforme a tabela 65. Esta maior presença de nascidos em Taubaté dentro dos plantéis maiores indica ser maior a reprodução endógena nestes plantéis, o que coaduna com índices gerais de fecundidade maiores.

Apesar da redução do IGF na década de 1820, a proporção de cativos nascidos em Taubaté não se altera significativamente, não segue a queda apresentada pelo IGF nesta década. A explicação para isto, que se utilizará também no próximo capítulo, sobre proporção de laços parentais entre cativos, é a de que estes número são números relativos, que se alteram pela maior presença de adultos. No cálculo do IGF, um dos fatores a influenciar decisivamente é o crescimento de escravas africanas, indicado nas pirâmides etárias (ver gráfico 24) para toda a população feminina. Para o cálculo de IGF, interessa verificar como alterou a presença (em números brutos) de mulheres em idade fértil, definidas como aquelas com idade entre quinze e quarenta e nove anos. Importante, também, verificar esta mesma variação para as crianças com até quatro anos de idade (inclusive), o que pode ser visualizado pelo gráfico 31. Uma realidade dupla sobressai: em relação às mulheres, crescimento permanente; em relação às crianças, crescimento no século XVIII, queda o século XIX. Significa dizer – por exemplo – que, de 983 mulheres livres em idade fértil no ano de 1774 o número de mulheres livres eleva-se para 2222 no ano de 1829 (ver tabela 68), ou seja, crescimento de 226%. O número de crianças livres, neste mesmo período, sobe de 594 para 1096, crescimento de 184,5%. O que o gráfico 31 mostra é esta variação percentual, uma vez que se pressupõe o primeiro valor como base 100.

gráfico 31 – variação da presença de crianças até 4 anos e de mulheres com 15 a 49 anos



FONTE: Listas nominativas. Ver tabela 69 em anexo.

O padrão que emerge desta variação de valores absolutos em diferentes anos indica uma redução geral dos nascimentos nas primeiras décadas do século XIX, se tomados os valores de 1799 como base 100 – com maior força entre escravos. Esta redução de nascimentos no século

XIX, associada ao contínuo crescimento da presença de mulheres em idade fértil explica a redução do índice geral de fecundidade neste princípio do oitocentos. O crescimento de crianças, se tomado todo o período com informações (1785 a 1829), ainda é positivo, exceto para os plantéis menores. Esta redução é mais acentuada quanto menor o tamanho do plantel e, inversamente, os planteis maiores apresentam maior crescimento da presença de crianças – outro indicativo de maior crescimento endógeno quanto maior o tamanho do plantel. Em reforço a esta tese está a análise das crianças cativas com idade inferior a quinze anos segundo as faixas de tamanho de plantel. Em 1820, 77 crianças com até quatorze anos estão em plantéis com vinte ou mais cativos. Elas representam 17,7% das 434 crianças neste ano e 21,8% dos 353 dos cativos encontrados nos plantéis com vinte ou mais escravos. Nove anos depois, 131 crianças foram encontradas nesta faixa de tamanho de plantel. Elas correspondem a 23,1% das 567 crianças com até quatorze anos listadas em 1829 e a 26,5% dos 495 cativos em plantéis com vinte ou mais escravos neste mesmo ano. Na década de 1820, o número de crianças nos plantéis com vinte ou mais escravos cresceu não só em número bruto, mas também proporcionalmente em relação aos cativos nesta faixa de tamanho de plantel e em relação ao total de crianças em cada um dos dois anos analisados.

Os dois momentos definidos a partir do índice geral de fecundidade, de crescimento no século XVIII e redução no século XIX reproduz oscilações já estudadas. Na segunda metade do setecentos, crise da atividade mercantilizada, redução no tamanho dos plantéis e na posse média de cativos, redução (proporcional) da presença de adultos e de cativos do sexo masculino. Na passagem do século XVIII para o século XIX, curto período de crescimento da produção de cana, seguido de crise desta atividade mercantilizada na década de 1810. Apenas na década de 1820, com o café, reforça-se o crescimento na posse média de cativos, com a entrada intensa de

cativos africanos jovens (em início de idade produtiva) e do sexo masculino. Estas oscilações detectadas para o século XIX também podem ser, ao menos parcialmente, observadas no índice geral de fecundidade: redução do IGF até 1815, elevação na década de 1820. Nesta década, período de grande crescimento da produção cafeeira, com maior entrada de africanos, há uma maior presença, em números absolutos, de crianças – quanto maior o tamanho do plantel, maior a presença de crianças. Mesmo que percentualmente a maior entrada de africanos adultos reduza a participação de velhos e crianças no conjunto da população, em plantéis de maior tamanho a presença de crianças permanece significativa, especialmente nos plantéis com vinte ou mais escravos.

A presença de crianças associa-se diretamente à elevada proporção de cativos nascidos em Taubaté nestas três primeiras décadas do século XIX, remetendo para um crescimento endógeno da população cativa. Apesar da reiteração da elevada proporção de adultos nos momentos de economia mercantilizada, de tal modo que a proporção de crianças é incapaz de repor generacionalmente a população, ainda assim há um crescimento endógeno significativo na reposição da população cativa, de tal sorte que mais da metade dos cativos nasceram em Taubaté. Este crescimento endógeno enseja a problemática dos laços parentais entre os cativos. Podem ser crianças nascidas de uniões esporádicas, da promiscuidade, ou fruto de relações estáveis, sancionadas socialmente. Cabe estudar, assim, sob que padrões se dá esta reprodução endógena. Ou seja, perguntar por mecanismos envolvidos neste “maior cuidado” requerido na lide com “escravos novos”, que “ainda não têm modo de viver”, como bem lembra Antonil²²⁴. Este é o propósito do capítulo seguinte.

²²⁴ ANTONIL, *op. cit.*, p. 91.

Casar os cativos: tornar ladinos...

A afirmação de Antonil, de que alguns escravos “chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida”, enquanto “outros, em poucos anos saem ladinos e espertos”²²⁵, destaca a importância do processo de socialização do indivíduo à nova realidade em que é inserido. Sintomático que Antonil ressalte, entre as características de ser “ladino”, a possibilidade de roça própria: “dos escravos novos se há de ter maior cuidado, porque ainda não têm modo de viver, como os que tratam de plantar suas roças”²²⁶. A possibilidade do cativo ser interpretado como agente (e não mero objeto, coisa, “res”) tem uma de suas raízes nesta afirmação de Antonil. Deste tema se discutirá muito, na década de 1980, sob a designação “brecha camponesa”, a saber, a possibilidade do cativo dispor de um lote e tempo para cultivo próprio. Casos como o do escravo Francisco, processado em 1870 por ter assassinado seu senhor, citando em sua defesa “que entre elle e seu senhor o finado José Gabriel não havia a mais ligeira discórdia, nem no dia de hontem nem em dias anteriores, tanto que elle respondente conseguiu de seu senhor licença para levantar uma cozinha... e fazer também algumas plantações e que esta morte elle respondente atribui a sua má sina”²²⁷. A polêmica estabelecida versa principalmente sobre esta “roça própria” ser ou não uma “brecha”, ou seja, uma “rachadura”, uma “abertura” conflitante com a escravidão. Para Gorender, nem por cultivar seu

²²⁵ ANTONIL, *op. cit.*, p. 89.

²²⁶ ANTONIL, *op. cit.*, p. 91.

lote com autonomia o escravo deixa de ser bem venal, submetido aos interesses do senhor. Ao contrário, fazê-lo significa privar-se de um dia de repouso, ou seja, um aumento no grau de exploração da força de trabalho cativa. Em suma, “a economia própria do escravo constitui elemento integrado com caráter orgânico na estrutura de plantagem”²²⁸. A discussão se é ou não uma ruptura aparece efetivamente entre Antônio B. Castro e Ciro F. Cardoso²²⁹. Castro vê a produção própria do cativo, a possibilidade de “agir como livre”, como contraponto à coerção do senhor sobre o cativo, não sendo mais “res”, “coisa”. A “brecha camponesa” representa um elemento de ruptura, um choque com o sistema escravista, um momento em que o cativo expressa sua liberdade, condição esta que é uma conquista dos escravos. Cardoso, por sua vez, não vê contradição entre a brecha camponesa e o sistema escravista, apontando a “brecha” como um momento da redução de custos de manutenção da escravaria (e da unidade produtiva, conseqüentemente), e como um redutor de tensões. Para Cardoso, “por ‘brecha’ não entendemos, de forma alguma, um elemento que pusesse em perigo, mudasse drasticamente ou diminuísse o sistema escravista (...) [representando] para o escravo, como se diria hoje ‘um espaço’, situado sem dúvida dentro do sistema, mas abrindo possibilidades inéditas para atividades autônomas dos cativos”²³⁰.

Poder “levantar uma cozinha... e fazer também algumas plantações” (exemplo do parágrafo anterior) torna-se, assim, alvo da disputa historiográfica acerca das resistências e acomodações entre o senhor e seu cativo. Este, tentando reduzir o controle sobre si; aquele, procurando mantê-lo. Uma relação conflituosa nem sempre feliz ao final, bem ilustrada pelo

²²⁷ Cf. MACHADO, Maria Helena P. Toledo. Crime e escravidão. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 90.

²²⁸ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. *Op. cit.*, p. 263-264.

²²⁹ CASTRO, Antônio B. de. *A economia política, o capitalismo e a escravidão*. In LAPA, José R. do A. Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980 e CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²³⁰ CARDOSO, *op. cit.*, p. 122.

assassinato do senhor pelo seu escravo. Uma economia própria do cativo: conquista ou concessão? Interessante a forma como Francisco diz: “conseguiu de seu senhor licença”. Algo dado (é licença), mas obtido (ele conseguiu) – simultaneamente conquista do escravo e concessão do senhor. Ressalta a ambigüidade²³¹. Mais correto deduzir a simultaneidade da conquista e da concessão. A brecha tem elementos de ruptura, mas também de redução das tensões. Voltar a este tema, porém, tem objetivo mais específico: apontar como as discussões sobre a formação de famílias entre cativos, marcadamente acentuadas na década de 1990, recolocam a problemática de autonomia dentro do dilema protagonizado por Cardoso e Castro. Se a posição de Gorender, de que o cativo não tem condições de introduzir indeterminações no sistema escravista está bem sepultada pela historiografia mais recente, nada está definido quanto às características desta indeterminação que o cativo insere no ambiente que o rodeia. Pode-se dizer que esta é uma questão não resolvida, como a própria discussão sobre a relação indivíduo/sociedade.

Admitir a formação de laços familiares entre cativos já não é problema para a historiografia recente. Já em 1988 José Flávio Motta reconhece: “Constituída com base na pura mercê dos proprietários, ou conquistada a duras penas pelos cativos, a família escrava, nuclear ou extensa, compreendendo os indivíduos ligados por laços de sangue, ou ainda pelo parentesco ou compadrio, tem sua existência inserida já na historiografia nacional, obrigando no mínimo a qualificação dos estereótipos de promiscuidade por tanto tempo atribuídos aos escravos negros

²³¹ “Sou assim porque foi preciso que me tornasse assim”. Foi preciso, necessário: a intervenção do geral no particular, na “coletivização”. Mas, eu me tornei, ação individual que eu me tornasse. A complexa interação entre o coletivo e o individual, o sujeito se moldando ao ambiente, ao mesmo tempo que o molda. Não sem sentido, Ortega y Gasset diz que “eu sou eu e minha circunstância” – entendendo circunstância como tudo que rodeia o eu, não apenas no espaço, mas também no tempo. A vida como um “quefazer”, uma permanente construção conjunta. O “eu” meramente racional e atemporal cede lugar para um eu que se faz permanentemente: é o que o rodeia, não só a realidade presente, também

neste país”²³². Muito contribuíram, para isto, os trabalhos de Robert Slenes e Manolo Florentino, José F. Motta, entre outros²³³.

A possibilidade de um contínuo lançar mão do mercado para repor fisicamente o cativo favoreceu, ao menos parcialmente, uma mentalidade reificadora por parte dos senhores. Mas também por parte dos historiadores. A historiografia tradicional das primeiras décadas deste século, por exemplo, ressalta a ausência de relações parentais mais estáveis entre os cativos. Nina Rodrigues justifica isto pela inferioridade racial. Gilberto Freyre também defende a ausência de relações parentais mais estáveis, atribuindo-a ao próprio sistema escravista. José F. Motta afirma que, na concepção de Gilberto Freyre, “até mesmo o concubinato – que poderia implicar um relacionamento consensual estável – aparentemente perde terreno para a devassidão, para a generalizada e desbragada promiscuidade”²³⁴. Segundo J. Motta, “adicionalmente, a perspectiva de venda do escravo é muitas vezes explicitada como norteadora da atitude de desinteresse da parte dos senhores no sentido de promover as relações familiares em seus plantéis”²³⁵. Outra explicação que J. Motta cita para esta ausência de laços mais estáveis é retirada de Katia de Q. Mattoso, para quem “comprar negros adultos é mais barato do que criar filhos de escravos: a mortalidade infantil é grande e, além disso, é preciso esperar 10 ou 15 anos para que eles comecem a produzir”²³⁶. Para esta vertente historiográfica apenas o fim

esperanças e recordações (suas e dos que o rodeiam). Mas sem ceder a um historicismo mais radical, pois acredito ter o homem tanto história quanto natureza.

²³² MOTTA, José Flávio. *Família escrava: uma incursão pela historiografia*. *Op. cit.*.

²³³ Ver FLORENTINO e GÓES. A paz nas senzalas. *Op. cit.*; FRAGOSO, João L. R. e FLORENTINO, Manolo G., *Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda*. *Op. cit.*; MOTTA, J. Flávio, Corpos escravos, vontades livres, *op. cit.*, p. 179-226; CASTRO, Hebe M. Mattos de. Das cores do silêncio. *Op. cit.*; FARIA, Sheila de Castro. A colônia em Movimento. *Op. cit.*. Ver também o volume da revista “população e família”, totalmente dedicado à relação de família entre cativos: POPULAÇÃO E FAMÍLIA. v 1, n. 1 (jan/jun 1998). São Paulo: Cedhal/Usp/Humanitas, 1998.

²³⁴ MOTTA, José F. *op. cit.*, p. 112.

²³⁵ MOTTA, José F. *op. cit.*, p. 114.

²³⁶ MATTOSO, Kátia de Q. Ser escravo no Brasil. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 126.

do tráfico negreiro estimularia a formação de laços familiares, como uma tentativa de suprir a escassez interna de braços.

Fragoso e Florentino, em sua análise das características demográficas da população escrava em Paraíba do Sul, encontram um predomínio do número de africanos sobre o número de crioulos no período anterior ao tráfico. Após 1850, esses valores se invertem: os crioulos predominam. Esses autores encontram, também, uma forte desproporção sexual, em torno de dois homens para cada mulher, ainda maior entre os escravos em idade fértil. Estes valores aproximam-se muito das afirmações da historiografia tradicional, a qual infere não só que seria inócuo e antieconômico a constituição de famílias, mas também um descaso com as condições de vida do escravo, facilmente repostas pelo tráfico. Entretanto, os autores apontam para uma grande quantidade de escravos ligados por laços de parentesco e conformando famílias tanto antes quanto depois do fim do tráfico, levando-os a concluir pela insuficiência destes modelos tradicionais para explicar o grande número de escravos com laços de parentesco encontrado²³⁷. Mais do que afirmar a existência de famílias escravas em uma situação que para a historiografia tradicional impediria sua existência, Fragoso e Florentino afirmam a reiteração destas famílias escravas no tempo, juntamente com o próprio sistema produtivo, o que significa terem estas um caráter estrutural para a estabilidade deste sistema produtivo, abrindo “um amplo espaço de investigação, aquele que do ponto de vista das práticas sociais escravistas se situa entre o tronco e a fuga”²³⁸.

Essa estabilidade das relações sociais é ressaltada por J. Motta, ao analisar os trabalhos de R. Slenes sobre a questão. Slenes considera um duplo aspecto nessas relações afetivas estáveis, ressaltando seu papel para a acomodação social. Assim, tanto do ponto de vista dos

²³⁷. FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, M. G.. *Marcelino, filho de Inocência... op. cit.*, p. 156.

²³⁸. *Id.*, p. 163.

senhores quanto dos escravos encontram-se condições propícias para o desenvolvimento da família cativa, que “(...) provavelmente ajudou muitos cativos a conservar sua identidade e a lidar eficazmente com as pressões psicológicas da escravidão. Porém, ao mesmo tempo, ela forneceu aos proprietários das plantations um poderoso instrumento de controle social”²³⁹. É neste sentido que José Flávio Motta conclui seu trabalho, ressaltando a formação da família escrava como uma estratégia de sobrevivência para o cativo e um controle social que se estabelece na relação senhor/escravo²⁴⁰.

O lance mais recente nesta disputa foi dado por Slenes, com seu livro “Na senzala, uma flor”, onde analisa as “esperanças e recordações na formação da família escrava” no sudeste brasileiro no século XIX. O título do livro representa uma resposta, pela negativa, à citação do viajante Charles Ribeyrolles: “Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem nem esperanças nem recordações”. Para Slenes a flor, no caso, a família entre cativos, está marcada por esperanças e recordações: “a ‘família cativa’ (...) expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas ‘esperanças e recordações’; ou, melhor, ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de *plantation* do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos”²⁴¹. As posições assumidas por Slenes recolocam a família entre cativos na mesma problemática da autonomia cativa enquanto

²³⁹. SLENES, R. W. The demography of brasilian slavery, 1850-1888. Stanford, 1976. Tese, Doutorado. Stanford University. p. 414. Apud MOTTA, José F. *op. cit.*, p. 139.

²⁴⁰ Para uma visão mais detalhada de como se pensou a formação de famílias entre cativos, ver MOTTA, J. Flávio. *Família escrava: uma incursão pela historiografia*. *Op. cit.* e MOTTA, J. Flávio, *Corpos escravos, vontades livres*, *op. cit.*, p. 179-226. Em especial, ver a atualização da historiografia no primeiro capítulo de SLENES, Robert A. W. Na senzala, uma flor. *Op. cit.*. Este trabalho de Slenes é particularmente interessante por associar as questões políticas e sociais do momento da escrita dos textos sobre o passado com as propostas que estes autores defendiam no presente, com especial ênfase nas disputas inter-raciais existentes nos EUA.

²⁴¹ SLENES, *op. cit.*, p. 49.

uma ruptura com o sistema escravista. No entender de Slenes, entretanto, o sentido de “brecha” camponesa corresponde à possibilidade de “uma pequena autonomia do cativo, enquanto reconfigure a impugnabilidade da muralha escravista” (significado próximo ao de Ciro Flamarion, diga-se). Neste sentido, o conceito “brecha” é rejeitado por Slenes; se o aceitasse, configuraria-se impossível utilizar a formação de famílias cativas como elemento de ruptura.

Por outro lado, Florentino e Góes consideram que a formação de famílias entre cativos representa um traço estrutural redutor de tensões. A síntese apresentada na introdução do presente trabalho apresenta bem a disputa. Certo é que persistência por três séculos de escravidão entre nós somente foi possível pela capacidade interna de redução das tensões a níveis nos quais a desagregação não se efetivasse. O que significa reconhecer, na frase anterior, uma dupla existência: a tensão, com sua força desagregativa, e a redução destas tensões, força associativa (pacificadora, se desejarmos outro nome para o forjar regras mínimas de coexistência).

Proporção de cativos unidos por laços de parentesco

Em 1805, o agricultor Salvador Correa da Mota, 25 anos, natural de Taubaté, colheu oito alqueires de milho e três de feijão, além de fazer em engenho alheio vinte barris de aguardente. Segundo o informe da lista nominativa, “tudo consumiu em sua casa”²⁴². Casado com Joaquina Soares, 23 anos, tem três filhos: Luis, com quatro anos, Rufino, com três meses de idade, e

²⁴² Lista nominativa de 1805, fogo 11, esquadra 1, cia 7.

Francisca, a mais velha, com seis anos. Além deles, compõe o fogo mais três pessoas, escravos de Salvador: Caetano, benguela, de 21 anos, casado com Rita, de 26 anos, natural de Taubaté, mais uma criança de um mês chamada Benedito, também natural de Taubaté. Um caso, pinçado entre outros. Sintomático, neste caso, que o recém-nascido Benedito não tenha indicação de quem é a mãe. Como não é costume um recém-nascido, de poucos dias, ser separado da mãe, certamente Benedito é filho do casal Caetano e Rita. Interessante que exista a preocupação de anotar que Rita é mulher de Caetano, e na linha seguinte nada se diga para o recém-nascido. Muito provável que, neste caso, tal anotação seja desnecessária para os envolvidos pela mesma razão que nos leva hoje, dois séculos depois de escrito, a considerar o recém-nascido Benedito como filho de Rita. Merece destaque também o fato de termos em um mesmo fogo duas famílias, uma livre outra cativa, ambas com recém-nascidos. Tendo produzido tão pouco milho e feijão, necessitando utilizar engenho alheio para destilar a cana, os oito membros do fogo devem ter igualmente pouco espaço a dividir. Grávidas no mesmo período, as duas mulheres do fogo (a escrava Rita e Joaquina, sua senhora) não devem ter relações tão distantes. A condição destas mulheres, tão semelhantes, deve ter gerado entre elas muito a compartilhar.

Este não é um caso isolado, outras crianças nesta lista de 1805 não tem indicação dos pais. Em 82 crianças com até um ano de idade, apenas 22 tem indicação explícita da mãe. Mesmo o convento de Santa Clara, franciscano, existente desde os seiscentos, também segue este padrão. Entre seus 25 cativos, arrolam-se crianças sem indicação dos pais, caso de Antônio, de 2 meses de vida, ou de Feliciano, de 6 anos²⁴³. Com a preocupação eclesiástica de não permitir o concubinato, o registro da união sacramental, mesmo entre cativos, deve ter sido incentivado em Taubaté, e a constância dos números de casados e viúvos entre cativos (ver gráfico 35 e tabela 31) com certeza tem reflexos da presença franciscana desde as primeiras

décadas de fundação da vila de Taubaté. O mesmo pode ser considerado para o batismo das “crias”. Seria “pecaminoso” deixar crescer “pagão”. Ainda assim, as crianças nascidas seja no momento de registro da listagem (casos de Benedito e Antônio), seja em anos imediatamente anteriores (como Feliciano), pouco são citadas quanto ao parentesco que as acompanha.

O registro das listas, para efeitos civis e militares, não exige necessariamente o registro do ato sacramental entre cativos, seja do matrimônio ou do batismo, apesar da presença constante do registro do ato matrimonial. A indicação de ser o cativo casado, algumas vezes, não indica o cônjuge. Nos casos em que se distingue o casal, lista-se o marido e, em seguida, a mulher (ver análise da ordem de descrição de idades, acima). A indicação de filhos, contudo, raramente aparece nas listas nominativas. Dentre as consultadas, apenas a de 1805 preocupa-se, minimamente, em indicar quem são os pais das crianças. Não é, contudo, uma norma geral mesmo para esta listagem. A escolha do ano de 1805 para estes exemplos mostra como, em uma lista com maior preocupação de arrolar os laços familiares entre cativos, também grassa a subnotificação das relações parentais²⁴⁴. Apenas nos inventários *post-mortem* as relações entre pais e filhos são descritas, ainda assim com casos semelhantes aos descritos acima, relativos à lista nominativa de 1805. No ano de 1847, em inventário aberto por falecimento de Benedito José Ferreira, arrolam-se três cativos: dois africanos, ambos com 25 anos (um do sexo feminino, outro do sexo masculino), e uma criança de cinco meses de vida. Para os três, nenhuma indicação de laços parentais. Os patamares a discutir são, portanto, sempre patamares mínimos.

²⁴³ Lista nominativa de 1805, fogo 41, esquadra 1, cia 1.

²⁴⁴ As listas nominativas consultadas por Slenes e Costa e por Motta são mais detalhadas quanto aos laços parentais. Infelizmente, nenhuma lista para Taubaté apresenta tal qualidade de descrição. Cf. MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres. *Op. cit.*; SLENES, Robert e COSTA, Iraci. *A família escrava em Lorena (1801)*. *Op. cit.*.

Nos inventários, a indicação dos laços de filiação das crianças ocorre principalmente quando predominam os indígenas. Nas primeiras décadas deste estudo, citam-se as famílias no formato “fulano, sua mulher beltrana e seus filhos...” em um único item, muitas vezes com um único preço para toda a família. A preocupação para com a permanência das famílias entre indígenas é bem expressa em citações solicitando a manutenção dos laços familiares na partilha dos bens inventariados, como a que aparece na página 10v do inventário de Maria de Urtunha, aberto em 1703:

“Partilha de pesas do gentio da terra lançado neste inventario.

E logo nom mesmo dia mes e ano atras escrito e declarado mandou o dito juiz aos avaliadores e partidores avalliasem a administrasam das ditas pesas pelos inconvenientes que ha de os repartire alhear pera que todos juntos ficasem na mesma administrasão em que estavam a the o presente e que a em portancia pagase o inventariante a dinheiro o que visto se avalliarão na forma seguinte (...)”

Da mesma forma o inventário de Manoel de Vasconcelos, aberto em 1728, afirma no “termo de repartição das peças do gentio da terra”:

“(...) e por que o tocante a tersa concorrião parentescos de pais e filhos e Irmãos e pellos não dividir e estarem satisfeitos da administradora mandou o dito juiz e partidorese os procuradores dos menores se ficase a D. viúva inventariante com ela [com a administração] (...)”.

Também no inventário de Mateus da Silva Rosa, aberto em 1728, diz-se, à pag. 12, que a “adona viuva inventariante e a herdeira que por escrupulo da consciência não mandava repartir nem alhear as pessas do gentio da terra”, indicando também uma preocupação em não repartir as

famílias cativas indígenas. O mesmo se dá no testamento feito por Domingos de Oliveira, anexo ao seu inventário, aberto em 1732, no qual afirma:

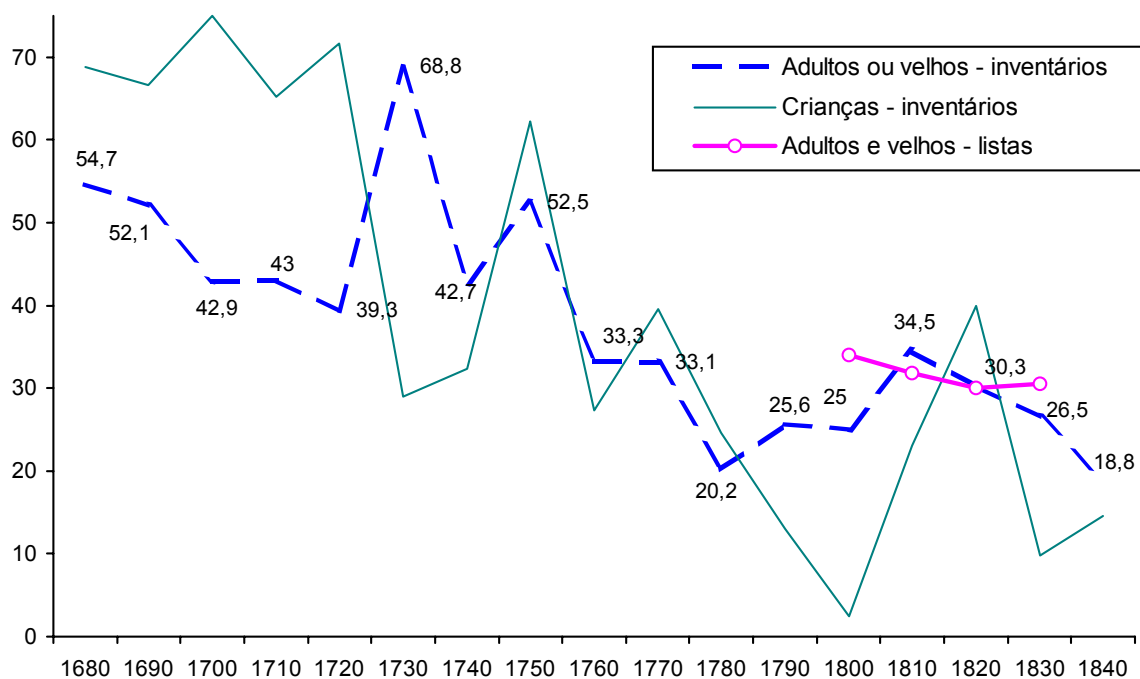
“Declaro que hatrezfolegos escravos aSaber Pedro queterâ vinteeTantos Annoz, e Maria queterâ vinte eSinco Annoz pouco mais Ou menoz, e Benadito queterâ dous annoz. Declaro que o negro hê cazadocom huma administrada demeufilho Rezam porque aelle lhe pertense dando apartequelhetocar Aos Irmaons pornão apartar omatrimonio”.

Sintomaticamente, com o fim do arrolamento de cativos indígenas, cessou o registro no processo de inventário de solicitações para manter famílias unidas. A entrada de africanos e de descendentes destes (não indígenas nascidos na colônia) inverte este procedimento. Parece moldar-se uma nova mentalidade no trato com a descrição de famílias, passando a ser mais comum encontrar cada membro da família em um item separado, com preços individualizados. Após a primeira metade do século XVIII, em poucos casos ocorre o padrão de unir a família em um único item (geralmente, no caso da mãe com cria recém-nascida, ou de casal de velhos). Não por acaso, entre os indígenas aparece o maior índice de laços familiares registrados pelos inventariantes (ver gráfico 34). Com o século XIX, será mais comum encontrar recém-nascidos sem a indicação de quem é o pai ou a mãe, como analisado acima. Mostra-se bem o quanto de subnotificação existe na documentação – seja nas listas nominativas ou nos inventários *post-mortem*. A observação da proporção de crianças com laços parentais pode servir, assim, como uma referência da subnotificação.

Estes dois padrões de registro das relações parentais de primeiro grau mimetiza o padrão que surge pelo gráfico 32. As oscilações na proporção de cativos com quinze anos ou mais com laços de parentesco de primeiro grau seguem, novamente, a periodização estabelecida no

primeiro capítulo, com três grandes fases. Inicialmente, com predomínio de indígenas, índices superiores a 40%. No fim do século XVIII e no século XIX, valores entre 19 e 35%. Entre os dois períodos, coincidindo com a fase de redução da produção agrícola mercantilizada, redução dos laços de parentesco do primeiro para o segundo patamar. Nas três primeiras décadas do século XIX, período em que coincidem inventários e listas nominativas na descrição de laços de parentesco de primeiro grau, os valores apresentados pelos dois corpos documentais são muito semelhantes. Da mesma forma que para outras variáveis (como média de escravos por plantel, idade e sexo dos cativos), a proporção de cativos unidos por laços de parentesco em ambos os documentos confirmam-se mutuamente.

gráfico 32 – Proporção (%) de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau, 1680-1848



Fonte: inventários *post-mortem* (ver tabela 71) e listas nominativas (ver tabela 31).

A diferença entre os critérios de registro de laços parentais nas listas nominativas e nos inventários, no período em que coincidem ambos os documentos, resume-se a dois aspectos. De um lado, as mães solteiras, que os inventários registram, mas as listas não; de outro, a definição de idade, que nas listas realiza-se pelos anos de vida e, nos inventários, com base também em qualificações (como rapaz, etc.²⁴⁵). Nas listas nominativas, a descrição de laços parentais resume-se a citar marido e mulher, enquanto os inventários *post-mortem* acrescentam relações de filiação. Como selecionou-se apenas os cativos com quinze anos ou mais (nas listas) e os cativos adultos ou velhos (nos inventários), os filhos foram excluídos desta análise: para o século XIX, os inventários não arrolam filhos com idade superior a dez anos (ver tabela 38 no próximo capítulo). Deste modo, os laços parentais analisados no gráfico 32 são similares²⁴⁶. No século XVIII, a descrição de relações filiais para cativos com idade superior a dez anos, inexistente no século seguinte (ver tabela 38 no próximo capítulo), apresenta-se como outro indicativo da diferença de modo de tratamento das relações parentais. Uma nova mentalidade no tratamento destas relações, que se percebe também pelo gráfico 32.

Percebe-se os três grandes períodos delimitados também quanto à citação das relações parentais entre crianças²⁴⁷. Até a década de 1720, entre 49 e 85% das crianças são arroladas com indicação dos pais (ou da mãe apenas); entre as décadas de 1790 e 1840, este valor reduz-se para o patamar de 2 a 40%. No período intermediário (décadas de 1730 a 1780), este valor oscila entre 24 e 62%. No primeiro momento, de melhor descrição de laços entre crianças, taxas

²⁴⁵ Ver critérios de classificação no capítulo anterior.

²⁴⁶ Apesar da grande proporção de filhos naturais nos registros de batismo (ver tabela 79 em anexo), os inventários registram poucos casos de mães solteiras nas três primeiras décadas do século XIX. Na década de 1800, os trinta cativos adultos ou velhos são todos casados. Na década seguinte, 34 são casados e sete são mães solteiras (dedução por só arrolar que é mãe, pode existir relação estável não sancionada oficialmente e não registrada). Na década de 1820, tem-se 22 escravos casados e oito mães solteiras.

²⁴⁷ Para este cálculo, o total de crianças foi tomado como 100%.

superiores às existentes entre adultos e velhos; no último período, taxas inferiores às dos adultos e velhos (exceto década de 1820). A qualidade de descrição dos laços de filiação repercute na qualidade de arrolamento dos laços conjugais. No meio século inicial deste estudo, a proporção muito elevada de crianças com indicação de filiação está diretamente associada ao maior cuidado em registrar uniões entre indígenas. Reduzida a presença de cativos indígenas nos arrolamentos feitos pelos inventariantes, este índice cai abruptamente. Na década de 1800, atinge seu menor valor: apenas 2,4% das crianças arroladas apresentam indicação de mãe e/ou pai. De 84 crianças arroladas, apenas 2 tem indicação de pai e/ou mãe. Impossível inexistir relação de filiação para as demais, em especial para 13 destas 84 crianças, que tem até um ano de vida. Claramente, forte subnotificação. Tamanha oscilação mostra o quanto mudou o critério de registro das relações parentais. Em especial, mostra que verificar as relações de filiação entre crianças representa um bom parâmetro metodológico para balizar os demais valores de laços parentais entre cativos apresentados no gráfico 32.

Considerando apenas os adultos e velhos, percebe-se que as oscilações na proporção de laços parentais dentro desta faixa etária segue padrões associáveis aos encontrados para as crianças. Em apenas dois momentos a discrepância é maior, na década de 1730 e na passagem do século XVIII para o XIX, momentos em que a proporção de relações anotadas entre crianças cai abruptamente, mas cresce entre adultos e velhos. No setecentos, no período de presença quase exclusiva de indígenas mais da metade dos adultos estão unidos por laços parentais. Com a entrada de cativos não indígenas, o período de presença concomitante destes dois grupos leva a proporção de cativos adultos ou velhos cair. O padrão do tráfico atlântico começa a se sobrepôr no tocante ao registro das relações parentais, embora a influência do sistema de registro dos indígenas permaneça forte. O registro de 68,8% dos adultos ou velhos unidos por

laços de parentesco na década de 1730 deve ser discrepância, mais provável este valor estar próximo aos 39-55%, valores encontrados até a primeira metade do setecentos. Na fase de crescimento da atividade mercantilizada, com o *boom* aurífero, o que se percebe é a permanência de uma relativamente alta proporção de cativos unidos por laços de parentesco. Enquanto a crise não se faz generalizada, o que ocorre a partir da metade do setecentos, o patamar de cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco é superior a 39%, caindo para um terço e, em seguida, para um quarto dos cativos adultos ou velhos. Mesmo reduzindo, em apenas na década de 1780 e na década de 1840 a proporção de cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco atingem a um quinto (20,2 e 18,8%, respectivamente), valores que também devem ser discrepâncias, desvios gerados por maior subnotificação. Com a crise do setecentos, a retração dos tamanhos de plantéis, a redução da entrada de africanos, o envelhecimento da população cativa, o que se percebe é um forte reflexo nos registros de cativos unidos por laços de parentesco na segunda metade do século XVIII. Com a retomada do crescimento da economia monetarizada (o curto período de crescimento do plantio de cana de açúcar na passagem do setecentos para o oitocentos), os valores voltam a crescer, estabilizando-se neste período na faixa de 25% (chegando a um terço na década de 1810). Como, neste período, a subnotificação de relações parentais entre crianças é alta, pode ser que os valores para os adultos e velhos devem estar subdimencionados também, sendo próximos a um terço. Tomando novamente como parâmetro as crianças, entre os cativos adultos ou idosos a proporção de cativos adultos ou velhos com laços parentais na década de 1840 deve ser maior do que a encontrada, encerrando o período estudado na faixa de um quarto (e não um quinto).

Estes cálculos de aproximação para a proporção de cativos adultos ou velhos são corroborados pelas análises das listas nominativas, que indicam relativa estabilidade da

proporção de cativos com mais de 14 anos relacionados por laços parentais de primeiro grau. Segundo o gráfico 33, de 1805 a 1835, entre 28 e 34% dos cativos são casados ou viúvos, ou seja, experimentaram o casamento ao menos uma vez. Comparando-se os números apresentados pelos inventários com os indicados pelas listas, mostra-se um grau maior de subnotificação dos inventários. Se as correções sugeridas pelo recurso de comparar a proporção de crianças unidas por laços de parentesco com a proporção de adultos ou velhos também unidos por laços de parentesco pode ser adotada para as primeiras décadas do oitocentos com relativa confiabilidade (proporcionada pelas listas), pode-se supor o mesmo para o setecentos e para as décadas de 1830 e 1840.

Tem-se assim, uma gradação em relação aos cativos adultos ou velhos com laços de parentesco indicados que acompanham as oscilações apontadas nos capítulos anteriores. Pode-se traçar dois perfis diferenciados segundo a origem dos cativos (gráfico 34). No padrão do preamento, altas taxas de relação parental entre cativos, atingindo valores próximos de metade dos cativos adultos e velhos unidos por laços de parentesco de primeiro grau. No padrão do tráfico atlântico, valores próximos a um terço (e a um quinto). Entre o domínio de um e de outro padrão, uma fase de acomodação, com valores intermediários.

Estes dois padrões podem ser expandidos, se associados à argumentação de Slenes. Robert Slenes defende uma menor propensão dos proprietários do Rio de Janeiro a realizar o registro eclesiástico das uniões entre os cativos, ao analisar a proporção de casados e viúvos em diferentes regiões do Rio de Janeiro e São Paulo. A base principal desta argumentação está na análise de relatos de viajantes e na análise da proporção de casados e viúvos entre os anos de 1776 e 1887, obtidos de diferentes autores e a partir de diferentes fontes. Exemplo desta indisposição de registrar os laços parentais está nos dizeres do viajante J.J. von Tschudi, em

visita a Cantagalo em 1861, citado por Slenes: “os fazendeiros do distrito de Cantagalo (e de outras localidades) desistiram de mandar casar seus escravos pelo religioso, em vista das experiências obtidas”²⁴⁸. Slenes interpreta a queda progressiva da proporção de casados e viúvos como uma subnotificação destas relações parentais. Esta subnotificação cresce ao longo do tempo (do fim do setecentos ao fim do oitocentos) e do Centro-Oeste paulista em direção à comarca de Campos. A maior proporção de casados e viúvos encontra-se na região Centro-Oeste de São Paulo, que em 1776 tem índice de 30% (em Jundiáí); em 1804 e 1829, 36,2% e 36,4%, respectivamente; em 1872, os casados e viúvos correspondem a 41,6% (maior valor anotado) e, em 1887, correspondem a 29,9% dos cativos. No vale do Paraíba Paulista²⁴⁹, os valores encontrados são de 28,8% em 1776, 37,1% em 1804 e 28,3% em 1829. Em 1872, a proporção de casados e viúvos é de 30,1% e, em 1887, 19,5%²⁵⁰.

Confrontando estes valores com os encontrados para Taubaté, eles se encontram muito próximos dos apresentados em outras regiões do vale do Paraíba paulista. Mas a escolha pela intercalação de anos muito distantes entre si, fato comum às análises até hoje realizadas, deve ser vista com cuidado. O próprio Slenes aponta para alguns limites de seus dados, em especial o valor apresentado para 1799, único indicado para o período anterior a 1850 no Rio de Janeiro, e oriundo de análises de resumo e não de leitura direta das listas nominativas. O que sobressai, e este é o mérito de Slenes, é a coerência da redução da porcentagem de casados e viúvos, tanto no espaço quanto no tempo (especialmente para a segunda metade do oitocentos), que ele percebe. O centro desta argumentação está na defesa de uma maior “preocupação” dos

²⁴⁸ SLENES, R. *Na senzala uma flor*. *Op. cit.*, p. 88.

²⁴⁹ Valores extraídos de LUNA, Francisco V. *Casamentos de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829*. NADALIN, Sérgio Odilon (coord). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990, p. 226-237 e LUNA, Francisco V. *Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)*. *Estudos Econômicos*, v. 22, n. 3, p. 443-483, set-dez 1992.

proprietários paulistas em realizar o registro “formal” das uniões matrimoniais, e de aponta-las diante do agente recenseador. A maior proporção de casamentos em São Paulo, segundo Slenes, ocorreria por um conjunto de fatores. Casar funciona como uma forma de reduzir a possibilidade de um recrutamento forçado para as guerras do sul (primeiro convocavam-se os solteiros); como uma forma de povoar e proteger uma zona de fronteira potencialmente vulnerável à invasão (daí o incentivo oficial para incrementar uniões “legítimas”, que se traduziam, por exemplo, na simplificação das exigências burocráticas para casar)²⁵¹.

Ao apresentar estes números relativos à proporção de cativos casados e viúvos, Slenes conclui que o maior índice de casados e viúvos efetivamente documentado em Campinas “seria bastante representativo dos municípios de *plantation* do Sudeste, no que diz respeito aos padrões reais de coabitação entre escravos. Mais do que isso, seria ‘paradigmático’, pois fornece condições ideais para a reconstituição daquilo que era típico”²⁵². No período coincidente com as análises realizadas para Taubaté, os valores são semelhantes aos de Campinas²⁵³. Em 1801, 39,7% dos cativos acima de quinze anos são casados ou viúvos²⁵⁴. Em Taubaté, em 1805, 34,9% dos 1059 cativos com idade superior a quinze anos e estado civil declarado são casados ou viúvos. Em Campinas, no ano de 1829, 31,4% dentre 4.773 escravos são casados ou viúvos. Neste mesmo ano, em Taubaté, 29,1% dos 1576 cativos com idade superior a quinze anos e estado civil declarado são casados ou viúvos. Neste parágrafo, os valores para Taubaté são relativos aos cativos com 16 anos ou mais, de modo a melhor comparar com os valores de Slenes. Por isso são ligeiramente superiores aos indicados pelo gráfico 33, que considera quem tem quinze anos ou mais.

²⁵⁰ SLENES, *op. cit.*, p. 86.

²⁵¹ SLENES, *op. cit.*, p. 89-90.

²⁵² SLENES, *op. cit.*, p. 93.

²⁵³ Valores extraídos da mesma base documental (listas nominativas)

Os números encontrados em Campinas são pouco superiores aos encontrados em Taubaté, e permitem insinuar uma conclusão interessante. Sendo plausível o padrão encontrado por Slenes de queda na proporção de cativos casados ou viúvos no correr do século XIX e, para São Paulo, no final do setecentos, por que não estende-lo ao longo do setecentos (e mesmo ao final do seiscentos), a partir da análise dos inventários realizada acima? O valores apresentados por Slenes para 1776 em Jundiá (30%) e Guaratinguetá (28,8%) são bem próximos aos encontrados nos inventários abertos em Taubaté na década de 1770 (33,1%)²⁵⁵. O valor superior em Taubaté se justifica pela diferença entre as duas bases documentais que fundamentam as análises. Ter-se-ia um padrão mais amplo, em nada oposto ao formulado por Slenes (particularmente para São Paulo, em vista da dificuldade de comparar com documentos fluminenses anteriores a 1850). Tomados na longa duração, as oscilações da participação de cativos que alguma vez conheceram o casamento (formalmente registrados²⁵⁶), conforme análise das listas nominativas, indicam para a região paulista divergências pouco expressivas, mais marcadas por idiossincrasias locais.

²⁵⁴ SLENES, *op. cit.*, p. 263.

²⁵⁵ Valores próximos são apresentados por Eni Samara, ao discutir a historiografia: Cerca de um terço da população escrava e/ou liberta era casada ou vivia em uniões consensuais estáveis. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. *A família Negra no Brasil. Revista de História - Nova Série*, São Paulo, n. 120, p. 27-44, jan./jul. 1989. Destaque deve ser dado aos estudos de Horacio Gutiérrez com as listas nominativas de Paraná, pelas quais sugere que o crescimento da população escrava verificada no Paraná nas primeiras décadas do século XIX pode ser explicada por reprodução natural. Ver GUTIÉRREZ, Horacio. Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1989. Neste sentido caminha Jonas Santos, ao estudar a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes, com base nas listas nominativas de 1777, 1801, 1818 e 1829. O autor observa um equilíbrio de sexo entre os cativos, elevado número de escravos com até 14 anos, bem como de cativos que contraíram matrimônio, concluindo que houve reprodução natural positiva em Mogi das Cruzes. Cf. SANTOS, Jonas Rafael. Escravos e senhores em Mogi das Cruzes: a estrutura da posse de escravos, 1777-1829. Franca, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social "Júlio de Mesquita Filho", dissertação de mestrado.

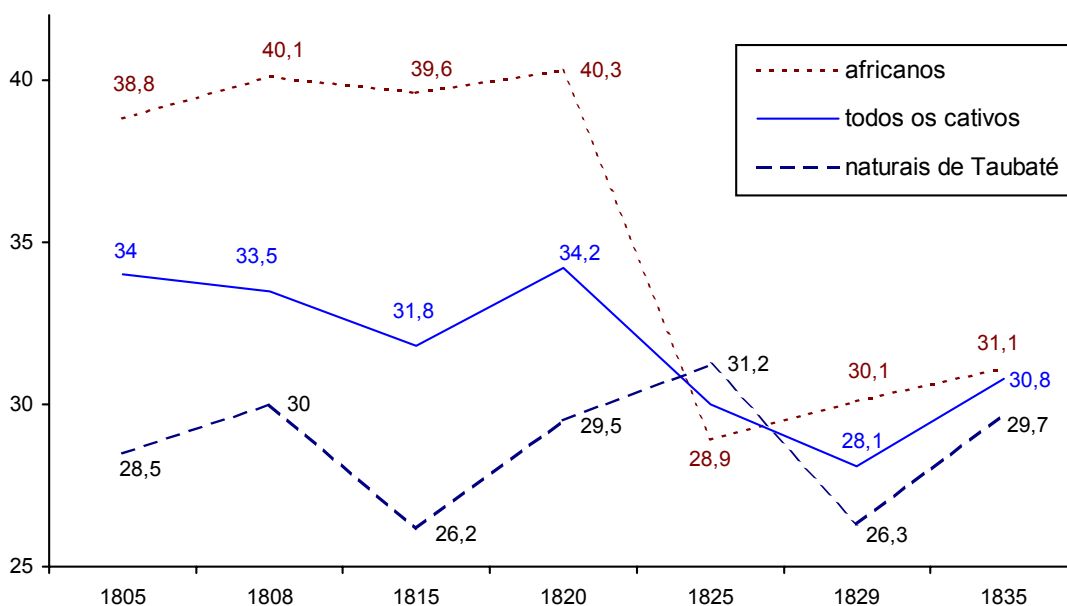
²⁵⁶ Esta é uma pressuposição deste trabalho, que os laços parentais indicados na documentação consultada signifiquem laços sancionados oficialmente pela autoridade religiosa.

Os números apresentados por Slenes, em sua argumentação, oscilam na faixa de 28 a 37% para o período 1776 a 1829. Francisco Vidal Luna²⁵⁷, ao analisar o estado civil de escravos em 25 localidades de São Paulo nos anos de 1804 e 1829, detecta que a proporção de casados e viúvos entre cativos com quinze anos ou mais no Vale do Paraíba oscilou de 37,2% em 1804 para 28,3% em 1829. Comparados com os números indicados para Taubaté, encontra-se notável semelhança: de 34% de casados e viúvos em 1805, cai para 28,1% em 1829. Segundo Luna, a menor proporção ocorre no litoral (de 21,5% para 21,1%). Concordando com os dados de Slenes, a maior proporção ocorre no Oeste Paulista (de 36,2% para 32,4%). Interessante que, segundo a divisão realizada por Luna, das 5 regiões paulistas estudadas, apenas o vale do Paraíba apresentou queda significativa da proporção de casados e viúvos no correr dos 25 anos que separam as duas datas de referência.

Estes valores não se alteram significativamente na década de 1830. Em Taubaté, uma análise da amostra de 781 cativos com quinze anos ou mais na lista de 1835 indica que 30,8% dos cativos com estado civil determinado são casados ou viúvos. Ocorre, assim, uma pequena elevação em relação aos valores de 1829, permitindo supor que ocorra uma retomada do crescimento da proporção de cativos casados ou viúvos após o período de maior entrada de africanos (ver análise dos registros de batismo de cativos acima, gráfico 26 e gráfico 27, que indicam o auge do tráfico nos anos 1823 a 1828). Como a variação desta proporção de casados e viúvos em Taubaté é muito próxima das indicadas por Slenes e Luna, ao analisarem outras localidades paulistas, é possível que estas também apresentem uma retomada (ainda que pequena) do crescimento dos patamares de casados e viúvos após um período inicial com grande entrada de cativos.

²⁵⁷ LUNA, Francisco V. *Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)*. *Op. cit.*, p. 464.

gráfico 33 – casados + viúvos entre cativos com quinze anos ou mais segundo origem, 1805-1835



Obs.: valores para 1835 são relativos a amostra de 681 cativos com quinze anos ou mais²⁵⁸.
 Fonte: listas nominativas. Ver tabela 31.

Outras regiões do vale do Paraíba também viram o crescimento da produção de café se acelerar enormemente na década de 1820. E, como apontou Luna, nelas também se percebe uma queda da presença de casados e viúvos, em relação ao total de cativos, no ano de 1829, se comparado aos primeiros anos do oitocentos²⁵⁹. Um bom exemplo é Bananal, mais

²⁵⁸ Na lista de 1799, parcela significativa da população não tem o estado civil citado. Considerando livres e cativos, de 8285 pessoas recenseadas, 2569 pessoas com mais de dez anos não indicam estado civil. Ente os 885 cativos com quinze anos ou mais, 413 (46,7%) não trazem indicação do estado civil. Se este contingente fosse considerado solteiro, o que parece plausível, a proporção de solteiros subiria para 70,6, valor próximo ao indicado para os demais anos. Com tamanha subnotificação, e com as listas nominativas de 1805 a 1829 permitindo separar os cativos segundo naturalidade (o que não ocorre em 1799), maior atenção é dada a estas do que à lista de 1799. A análise sobre o total de cativos inclui todos os que apresentam o estado civil declarado, mesmo que não se identifique o sexo. Por isso, a soma de homens + mulheres não necessariamente corresponde ao valor analisado para o total dos cativos (a variação, contudo, é pequena). Cf. tabela 31.

²⁵⁹ LUNA, Francisco V. *Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)*. Op. cit.

detalhadamente estudada por Motta²⁶⁰. Em 1801, sem produção de café, tem 40,4% de seus cativos com quinze anos ou mais como casados ou viúvos. Em 1817, quando 64% dos fogos listados produziam café (total de 4077 arrobas), esta proporção cai para 29,7% dos cativos. Em 1829, a produção de café cresce mais de dez vezes em relação à 1817: sobe para 47130 arrobas. Neste ano, apenas 22,9% dos cativos são listados como casados ou viúvos entre os cativos com quinze anos ou mais. A redução, percebida para todo o Vale, acentua-se em Bananal. Parte deste baixo valor deve ser creditado ao que já se analisou acima: mesmo a população livre também é recente (é muito pequena a presença de chefes de fogos nascidos em Bananal). Outro aspecto que se pode levantar é a inclusão de Bananal no referencial estabelecido por Slenes: a menor tendência de proprietários fluminenses formalizarem as uniões matrimoniais entre cativos. Na medida que a formação de Bananal está muito mais próxima do Rio de Janeiro, os índices de registro das uniões matrimoniais também.

Os registros de laços de parentesco entre cativos seriam, então, reconhecidamente “apenas a ponta de um grande iceberg”, restritos a uma parcela dos laços realizados conforme a norma. Significa ir além do questionamento de Gorender, que opondo-se ao resultado de aproximadamente um terço de cativos ligados por laços de parentesco de primeiro grau, afirma que os dois terços sem relações parentais são duas vezes mais significativos que este um terço²⁶¹, como a dizer que se deve olhar mais o maior número... Esquece-se que parcela significativa dos indivíduos livres também não casavam. No caso de Taubaté, conforme a tabela 54, as listas nominativas analisadas entre os anos de 1805 e 1829 mostram que 66,2% (em 1805) a 72,8% (em 1820) dos livres com quinze anos ou mais são casados ou viúvos²⁶². A proporção

²⁶⁰ MOTTA, *op. cit.*

²⁶¹ GORENDER, *A escravidão reabilitada*, p. 51.

²⁶² Nestes anos, não foi possível identificar o estado civil de menos de 1% dos livres, de modo que estes valores reproduzem bem o que a documentação permite visualizar. Para as listas nominativas

de casados e viúvos entre livres pode ser ainda menor, se for considerado que alguns solteiros podem ter evitado o registro para não serem recrutados para as guerras do Sul²⁶³. As dificuldades e impedimentos para casar estão distribuídos por toda a sociedade (apesar de bem menores para os livres que para os cativos), mesmo assim, casar não foi uma opção tão restrita. Um terço dos escravos e dois terços dos livres apresentaram relações parentais registradas; considerando as diferenças de ação de cada um destes grupos, com as liberdades restritas para cativos, é muito significativo que a proporção de casados ou viúvos entre livres seja apenas o dobro da existente entre cativos.

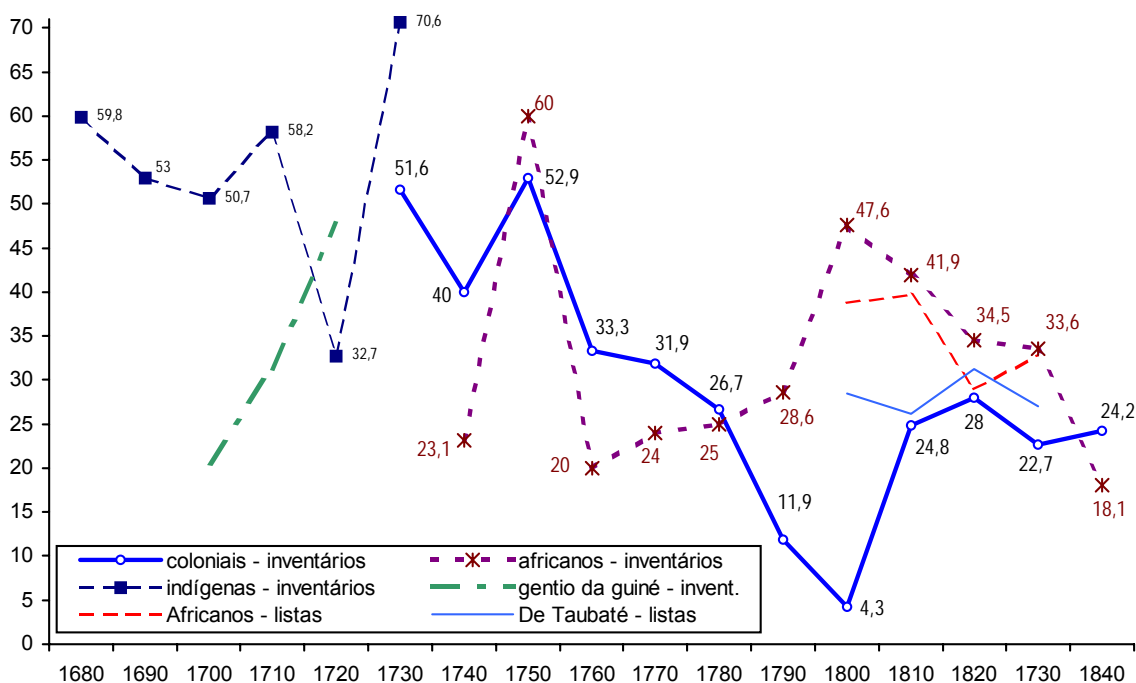
Nos anos de 1805 a 1835, a proporção de casados e viúvos nos plantéis com vinte ou mais escravos (ver no próximo item a tabela 32) aproxima-se bastante dos valores existentes entre livres. Entre as pessoas com quinze anos ou mais, 66 a 73% dos livres (ver tabela 54) e 43 a 61% dos cativos nesta faixa de tamanho de plantel são casados ou viúvos. Outra semelhança destaca-se quando considerados os cativos segundo faixas de idade. Como ocorre entre livres (ver análise acima: Estrutura das famílias e domicílios em Taubaté, 1829), também entre cativos a presença de solteiros reduz-se com o avançar da idade, enquanto a presença de cativos casados e viúvos se eleva (ver tabela 74 e os três gráficos que a acompanham). A variação da proporção de escravos casados, solteiros ou viúvos segundo faixas etárias também permite, pela similitude das variações em todos os anos considerados para análise, deduzir que tais valores para o conjunto da população cativa são confiáveis. Isto é particularmente relevante para o ano de 1835, cujos dados são amostrais (representam aproximadamente metade dos cativos²⁶⁴).

elaboradas no século XVIII, há uma elevada proporção de pessoas livres com quinze anos ou mais sem indicação do estado civil – gerando um resultado pouco confiável.

²⁶³ MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. *Op. cit.*

²⁶⁴ Parte desta lista nominativa não foi encontrada no Arquivo do Estado de São Paulo. Ver o texto que inicia o “Anexo 2: tabelas e gráficos”.

gráfico 34 – cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco de primeiro grau segundo origem



Fonte: Inventários *post-mortem*. Ver tabela 75 em anexo. Listas nominativas (ver tabela 31, valores rerepresentados no gráfico 33).

Os valores analisados até o momento consideram os cativos em conjunto, sem subdivididos. Separa-los por origem, sexo, tamanho de faixa de plantel em que estão inseridos apontam para novos padrões. Separando-se os cativos segundo a origem, e determinando a proporção de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau dentro de cada grupo de origem, percebe-se que o padrão geral se aplica mais diretamente ao conjunto dos cativos crioulos e aos indígenas do que aos africanos, segundo os inventários (ver gráfico 34). Considerando os indígenas, sempre mais de 50% deles estão unidos por laços de parentesco (exceto década 1720). Entre os cativos arrolados nos inventários abertos no primeiro meio século deste estudo (1680-1729) aqueles identificados como “gentios da guiné” mostram crescimento contínuo da

presença de laços parentais. Percebe-se o predomínio do padrão do preamento sobre o padrão do tráfico atlântico. No período em que esta entrada de cativos não indígenas é mais intensa (décadas de 1700 a 1720), mesmo entre os não indígenas a proporção de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau é significativamente mais elevada que no período subsequente.

O forte tráfico nas três primeiras décadas do século XVIII reduziu a proporção de cativos com relações parentais de pouco mais da metade no século XVII para pouco mais de 40%. Com o crescente predomínio dos cativos não oriundos de preamento, estes valores caem. Especialmente, com o fim da presença de indígenas (cabe lembrar que, indiretamente, estes ainda são citados até a década de 1750), os registros de laços parentais entram em acelerado declínio, tanto para os coloniais quanto para os africanos (ver definição dos termos no capítulo anterior). Alguns valores, entretanto, resultam da análise de poucos escravos (ver tabela 75 em anexo). Também os laços parentais entre cativos nos inventários da década de 1800 devem ser vistos com cautela, à luz dos resultados apresentados pelas listas nominativas de 1805 e 1808 (ver gráfico 33). Sendo eliminado o valor a menos, deve-se também eliminar o valor a mais, como igualmente discrepante. As variações tendenciais, contudo, permanecem muito semelhantes entre as duas bases documentais, de modo que a análise de laços parentais de primeiro grau entre cativos segundo a origem reproduz a simetria já observada para o conjunto dos cativos.

tabela 31 – casados, solteiros e viúvos entre cativos com quinze anos ou mais por origem e sexo

| | 1805 | | | 1808 | | | 1815 | | | 1820 | | | 1825 | | | 1829 | | |
|----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | M | F | T | M | F | T | M | F | T | M | F | T | M | F | T | M | F | T |
| Todos os cativos | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| S | 68,0 | 63,6 | 66,0 | 69,0 | 62,6 | 66,5 | 71,1 | 65,0 | 68,2 | 68,2 | 62,5 | 65,7 | 71,9 | 67,5 | 70,0 | 74,5 | 68,1 | 71,9 |
| C | 30,1 | 32,6 | 31,2 | 28,4 | 32,5 | 29,9 | 27,1 | 28,8 | 27,9 | 29,7 | 34,6 | 31,9 | 26,4 | 30,1 | 27,9 | 23,6 | 29,5 | 26,0 |
| V | 1,9 | 3,8 | 2,8 | 2,6 | 4,9 | 3,6 | 1,8 | 6,2 | 3,9 | 2,1 | 2,9 | 2,4 | 1,8 | 2,4 | 2,1 | 1,9 | 2,4 | 2,1 |
| %T | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| # I | 4 | 2 | 7 | 3 | 3 | 6 | 2 | 4 | 6 | 8 | 4 | 12 | 3 | 1 | 4 | 6 | 6 | 12 |
| # E | 568 | 499 | 1095 | 617 | 511 | 1147 | 620 | 583 | 1205 | 669 | 562 | 1237 | 800 | 615 | 1440 | 948 | 665 | 1631 |
| Naturais de Taubaté | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| S | 73,8 | 69,5 | 71,6 | 76,5 | 64,9 | 70,9 | 80,6 | 68,4 | 73,9 | 74,3 | 66,2 | 70,3 | 71,7 | 66,1 | 68,8 | 76,9 | 70,3 | 73,6 |
| C | 23,8 | 27,1 | 25,5 | 22,1 | 30,5 | 26,1 | 18,0 | 24,9 | 21,8 | 23,2 | 31,0 | 27,1 | 26,8 | 31,5 | 29,2 | 21,7 | 27,2 | 24,5 |
| V | 2,4 | 3,4 | 2,9 | 1,4 | 4,6 | 3,0 | 1,4 | 6,6 | 4,3 | 2,5 | 2,8 | 2,7 | 1,5 | 2,3 | 2,0 | 1,4 | 2,5 | 1,9 |
| %T | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| # E | 207 | 266 | 483 | 281 | 308 | 602 | 289 | 361 | 651 | 323 | 352 | 679 | 343 | 387 | 750 | 442 | 404 | 857 |
| Africanos | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| S | 64,2 | 55,9 | 61,2 | 62,6 | 59,6 | 61,7 | 62,1 | 57,3 | 60,3 | 62,3 | 57,8 | 60,6 | 71,7 | 69,5 | 71,1 | 72,7 | 64,3 | 69,9 |
| C | 35,1 | 41,0 | 37,3 | 34,3 | 35,9 | 34,7 | 35,9 | 37,4 | 36,4 | 35,8 | 39,6 | 37,2 | 26,1 | 27,9 | 26,6 | 24,9 | 33,6 | 27,8 |
| V | 0,7 | 3,1 | 1,5 | 3,1 | 4,5 | 3,6 | 2,1 | 5,3 | 3,3 | 1,9 | 2,7 | 2,2 | 2,2 | 2,6 | 2,3 | 2,4 | 2,1 | 2,3 |
| %T | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| # E | 285 | 161 | 459 | 286 | 156 | 447 | 290 | 171 | 461 | 316 | 187 | 505 | 414 | 190 | 609 | 465 | 241 | 712 |
| Coloniais | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| S | 64,4 | 61,9 | 64,0 | 64,3 | 57,8 | 61,4 | 69,2 | 64,4 | 67,1 | 60,9 | 47,6 | 54,5 | 77,8 | 76,5 | 76,9 | 90,9 | 83,3 | 88,9 |
| C | 32,2 | 31,7 | 31,2 | 31,0 | 33,3 | 31,8 | 28,2 | 28,9 | 28,2 | 39,1 | 47,6 | 43,2 | 22,2 | 17,6 | 19,2 | 9,1 | 16,7 | 5,6 |
| V | 3,4 | 6,3 | 4,8 | 4,8 | 8,9 | 6,8 | 2,6 | 6,7 | 4,7 | 0 | 4,8 | 2,3 | 0 | 5,9 | 3,8 | 0 | 0 | 5,6 |
| %T | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| # E | 59 | 63 | 125 | 42 | 45 | 88 | 39 | 45 | 85 | 23 | 21 | 44 | 9 | 17 | 26 | 11 | 6 | 18 |

1835

| | Todos os cativos | | | Africanos | | | Naturais de Taubaté | | | Coloniais |
|-----------|------------------|------|------|-----------|------|------|---------------------|------|------|-----------|
| | M | F | T | M | F | T | M | F | T | T |
| S | 71,1 | 66,3 | 69,3 | 66,9 | 69,4 | 68,9 | 73,2 | 67,3 | 70,3 | 83,3 |
| C | 28,7 | 33,4 | 30,5 | 32,5 | 30,6 | 30,8 | 26,8 | 32,7 | 29,7 | 16,7 |
| V | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,6 | 0 | 0,3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Total (#) | 429 | 344 | 781 | 157 | 222 | 386 | 149 | 156 | 306 | 6 |

1799 – todos os cativos

| S | Masculino | | | | | Feminino | | | | | Total | | | | | | |
|------|-----------|---|-----|-----|-----|----------|------|-----|-----|-----|-------|------|------|-----|-----|-----|-----|
| | S | C | V | T | # I | # E | S | C | V | T | # I | # E | S | C | V | T | # I |
| 46,5 | 53,5 | 0 | 100 | 173 | 256 | 42,8 | 56,3 | 0,9 | 100 | 237 | 178 | 45,0 | 54,5 | 0,4 | 100 | 413 | 472 |

S = Solteiros
C = Casados
V = Viúvos

M = cativos do sexo masculino com 15 anos ou mais
F = cativos do sexo feminino com 15 anos ou mais
T = total de cativos com 15 anos ou mais

Valores para 1835 são amostrais.

%T = Porcentagem total
E = Número de cativos com estado civil determinado
I = Número de cativos com estado civil indeterminado

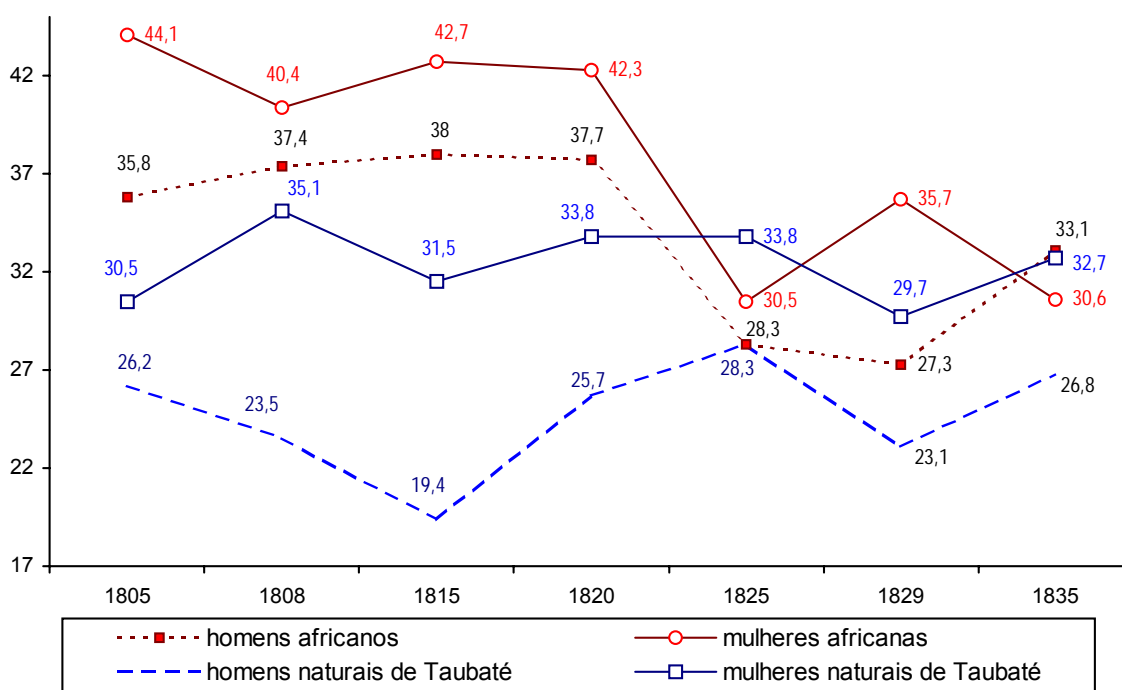
Fonte: listas nominativas.

A semelhança entre as oscilações apontadas pelas duas bases documentais, contudo, são sintomáticas. Nas duas bases documentais, a proporção de cativos africanos com quinze anos ou mais que alguma vez conheceram o casamento (são listados como casados ou viúvos) é bem superior à existente entre os cativos crioulos. Nos inventários, esta relação inverte-se apenas na década de 1840, enquanto as listas nominativas mostram esta inversão no ano de 1825. Ainda que em 1829 a proporção de cativos africanos casados ou viúvos tenha novamente se elevado a valor superior ao existente entre cativos nascidos em Taubaté, o valor é bem inferior ao detectado até a lista de 1820. As duas bases documentais diferem apenas no tempo em que se detectou tal mudança. Cabe recordar que estes dados (gráfico 34 e gráfico 33) são relativos ao total de casados e viúvos dentro de cada grupo de origem. Valores coletados por Luna²⁶⁵ para 25 localidades paulistas também apresentam maior proporção de casados e viúvos entre africanos, mas a diferença é pequena, se comparado aos valores em Taubaté. Considerando apenas os valores para a região do Vale do Paraíba, 39,4% dos africanos e 42,1% dos cativos nascidos no Brasil são casados ou viúvos e, em 1829, estes valores são, respectivamente, 25,7 e 24,9. Para as 25 localidades, em 1804, 34,3% dos africanos e 31,9% dos nascidos no Brasil são casados e viúvos; em 1829, são 29,5% e 29%, respectivamente. Analisando os cativos nascidos em Taubaté e os africanos segundo o sexo (gráfico 35), permanece a diferenciação. Independente do sexo, cativos africanos apresentam maior índice de casados ou viúvos, de tal modo que apenas em 1825 as mulheres nascidas em Taubaté apresentam índice superior aos cativos africanos (tanto homens quanto mulheres). Em 1829, a proporção de cativas africanas retoma o crescimento, novamente apresentando índice de casadas e viúvas que superam os demais grupos, que permanecem em queda. Ou seja, o crescimento da proporção de casados e viúvos detectado entre os anos de 1825 e 1829 ocorre pelo crescimento das relações parentais entre

²⁶⁵ LUNA, F. V. *Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)*. *Op. cit.*

africanos, justamente no momento de maior tráfico, conforme análise dos registros de batismo. Passada a fase mais intensa da entrada de cativos, os anos seguintes marcam-se pela redução da proporção de casados e viúvos entre mulheres africanas, e crescimento nos outros três grupos – de forma mais intensa entre homens africanos.

gráfico 35 – casados + viúvos entre cativos com quinze anos ou mais segundo origem e sexo



Fonte: listas nominativas. Ver tabela 31. Valores para 1835 são amostrais.

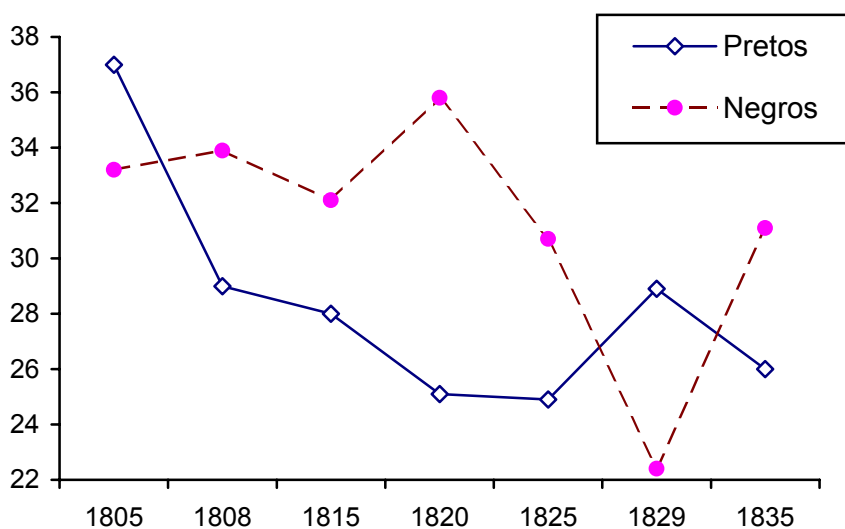
Outro aspecto a destacar, também coincidente com os dados para Campinas (em 1801 e 1829) e para Bananal (em 1801, 1817 e 1829), é a maior proporção de cativos casados e viúvos entre mulheres do que entre homens. Nas duas localidades, a proporção de casadas e viúvas entre as mulheres é muito superior à existente em Taubaté. Nestas duas outras localidades, a

proporção de casadas e viúvas entre as mulheres chega a ser o dobro (ou mais) do que a proporção de casados ou viúvos entre os homens. Em parte, esta diferença entre Taubaté e Campinas/Bananal deve-se a uma razão de sexo mais elevada nestas localidades. Em Campinas, há 192 homens para cada 100 mulheres no ano de 1801, e 286 no ano de 1829. Em Bananal, este valor sobe de 176 em 1801 para 283 em 1829. Em Taubaté, segundo análise das listas nominativas, a razão de sexo (índice de masculinidade) oscila de 98 para 132 para o conjunto dos escravos entre 1785 e 1825 (ver gráfico 18). No período de 1805 a 1829, a razão de sexo (índice de masculinidade) entre os cativos africanos oscila entre 168 e 219 e, entre os cativos naturais de Taubaté sobe de 77 para 109 (ver gráfico 29).

A explicação comumente empregada para o maior predomínio de laços parentais entre mulheres do que entre homens atribui este fato ao maior número de homens do que mulheres. Assim, em 1829, com 190 homens para cada 100 mulheres, um homem com laço de parentesco de primeiro grau representaria dentro de seu grupo sexual uma fração aproximadamente a metade do que uma mulher representaria em seu grupo sexual. Em Taubaté, os índices de masculinidade baixos (somente os africanos apresentam alta proporção de homens em relação às mulheres) e a grande participação de cativos nascidos em Taubaté (sempre superior à metade dos escravos, conforme tabela 28) não permitem adotar esta simples proporção matemática como explicação aos números de casados e viúvos segundo origem e sexo dos cativos. Em Taubaté, considerando os cativos em conjunto ou separando-os por origem, sempre há mais mulheres do que homens casados ou viúvos, exceto entre africanos em 1808, mas com diferenças pequenas (ver gráfico 35). Sintomático que, mesmo entre africanos, com índice de masculinidade mais elevado, a diferença chega a inverter-se: em 1835 há mais homens do que mulheres casadas ou viúvas. As mulheres africanas apresentam maior proporção de registro

como casada ou viúva, em relação às mulheres nascidas em Taubaté (exceto nos anos de 1825 e 1835). O mesmo ocorre entre os homens, entre os africanos a proporção de casados e viúvos é maior do que a proporção de homens nascidos em Taubaté que sejam casados ou viúvos.

gráfico 36 – Proporção (%) de cativos com quinze anos ou mais casados ou viúvos segundo cor, 1805-1829



Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 72.

Além da origem, pode-se verificar a influência da cor na formação de laços de parentesco de primeiro grau. Conforme discussão no capítulo anterior (ver tabela 30), a quase totalidade dos pretos são naturais de Taubaté. Os negros são, grosso modo, metade africanos, metade naturais de Taubaté. Pela maior proporção de casados e viúvos entre africanos que entre naturais de Taubaté (ver gráfico 33), não é de estranhar que os pretos apresentem menor proporção de casados e viúvos que os negros (ver gráfico 36). Como os negros correspondem à quase totalidade dos cativos (ver tabela 30 e tabela 72), também era esperado que as oscilações

na formação de laços matrimoniais neste grupo acompanhassem as oscilações para o total de cativos, o que se verifica pelo gráfico 36. Da mesma forma que o indicado no gráfico 33, entre os negros ocorre redução destes laços de parentesco na década de 1820, com retomada do crescimento na década seguinte (indicado pela lista nominativa de 1835).

Proporção de escravos casados e viúvos segundo tamanho de plantel

O tamanho dos plantéis, outro aspecto a destacar na análise dos laços parentais entre cativos, mostra uma tendência de plantéis maiores apresentarem maior proporção de casados e viúvos (ver tabela 32). Se, nos plantéis com até nove escravos a proporção de cativos com quinze anos ou mais oscila entre um quarto e um quinto, no plantéis com dez ou mais escravos estes valores oscilam entre um terço e metade. Nos plantéis com vinte ou mais escravos, chegam próximos a dois terços (61,8%). As condições de casamento, nos plantéis maiores, são muito favoráveis. A proporção de casados e viúvos se aproxima muito dos valores entre livres (ver tabela 54 em anexo), no período em que coincidem (1805 a 1835): aproximadamente dois terços das pessoas livres com idade igual ou superior a quinze anos são casadas ou viúvas. A grande diferença entre estes valores reafirmam o que já é reconhecido: plantéis maiores favorecem a formação de laços de parentesco entre cativos. Com as restrições para efetivar matrimônios entre escravos de diferentes senhores, as possibilidades de um casal se formar em um conjunto de 2 a 4 escravos, por exemplo, é bem reduzido (entre 1805 e 1829, valores sempre inferiores a um quinto, conforme tabela 32). Quanto maior o plantel, maior é a condição de escolha, amplia-

se o “pool” de possíveis parceiros. Isto independente de se considerar que o matrimônio tenha ocorrido por escolha própria dos cativos ou por determinação do senhor. Neste aspecto, Florentino e Góes, e também Slenes²⁶⁶, consideram ser uma escolha dos cativos, mesmo que tenha de passar pelo sancionamento dos senhores²⁶⁷.

Em Taubaté, a redução de cativos casados ou viúvos no conjunto da população cativa, nos anos 1825 e 1829, está também associada à redução destes laços parentais nos plantéis maiores. Entre 1820 e 1829, nos plantéis com dez ou mais escravos, redução de dez pontos percentuais (de 47 para 37%); nos plantéis com vinte ou mais escravos, redução de 62 para 43% (ver tabela 32). Nos plantéis com menos de dez cativos, os valores alteram-se pouco (redução de 23 para 20%). Se, nos plantéis maiores, durante o período de crise da atividade agrícola monetarizada (década de 1810), ocorre um crescimento da proporção de cativos, nos plantéis menores esta proporção pouco se altera. Com a maior entrada de cativos em plantéis maiores, como já se analisou (ver capítulo sobre periodização), tem-se uma redução na proporção de cativos com laços de parentesco. Esta observação pode servir de apoio à teoria de que o tráfico dificulta formação de laços parentais, colocando-se em oposição a formação destes laços entre cativos e o incremento do tráfico. O que se discutirá adiante, baseado no gráfico 37, mostrará que não é possível aceitar esta posição de forma tão simples: os valores proporcionais caem, os valores brutos não. A diferença está na variação entre o número total de cativos com quinze anos ou mais e o número de cativos, nesta mesma faixa etária, que sejam casados ou viúvos. Crescendo em maior intensidade o primeiro número (em relação ao segundo), tem-se queda nos valores proporcionais que se estabelecem, mesmo que o segundo número também esteja em crescimento.

²⁶⁶ FLORENTINO e GÓES. *A paz nas senzalas*. *Op. cit.*; SLENES. *Na senzala, uma flor*. *op. cit.*

²⁶⁷ Documentar esta opção, contudo, é muito difícil – o comum são estudos de casos.

tabela 32 – casados+viúvos entre cativos com quinze anos ou mais, segundo faixa de tamanho de plantel, 1805-1835

| | um | dois | 3 e 4 | 1a4 | 5 a 9 | 1 a 9 | 10 a 14 | 15 a 19 | 10a19 | 10 ou + | 20 ou + |
|-------------|-------|-------|-------|--------------|-------|-------|---------|---------|--------------|---------|---------|
| 1805 | | | | | | | | | | | |
| solteiros | 94,9 | 80,0 | 81,2 | 84,7 | 67,4 | 76,7 | 51,4 | 71,3 | 58,5 | 56,5 | 54,6 |
| cas+viu | 5,1 | 20,0 | 18,8 | 15,3 | 32,6 | 23,3 | 48,6 | 28,7 | 41,5 | 43,5 | 45,4 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 79 | 85 | 117 | 281 | 239 | 520 | 183 | 101 | 284 | 575 | 291 |
| 1808 | | | | | | | | | | | |
| solteiros | 90,6 | 83,0 | 74,5 | 81,2 | 71,2 | 76,5 | 68,2 | 51,5 | 63,1 | 55,9 | 51,1 |
| cas+viu | 9,4 | 17,0 | 25,5 | 18,8 | 28,8 | 23,5 | 31,8 | 48,5 | 36,9 | 44,1 | 48,9 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 85 | 88 | 141 | 314 | 278 | 592 | 154 | 68 | 222 | 555 | 333 |
| 1815 | | | | | | | | | | | |
| solteiros | 93,6 | 89,6 | 82,7 | 87,1 | 69,5 | 79,9 | 69,0 | 67,9 | 68,4 | 56,2 | 43,3 |
| cas+viu | 6,4 | 10,4 | 17,3 | 12,9 | 30,5 | 20,1 | 31,0 | 32,1 | 31,6 | 43,8 | 56,7 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 78 | 106 | 179 | 363 | 249 | 612 | 145 | 159 | 304 | 593 | 289 |
| 1820 | | | | | | | | | | | |
| solteiros | 93,7 | 87,9 | 77,7 | 84,0 | 67,5 | 76,9 | 60,3 | 73,6 | 65,9 | 52,9 | 38,2 |
| cas+viu | 6,3 | 12,1 | 22,3 | 16,0 | 32,5 | 23,1 | 39,7 | 26,4 | 34,1 | 47,1 | 61,8 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 79 | 107 | 188 | 374 | 283 | 657 | 179 | 129 | 308 | 580 | 272 |
| 1825 | | | | | | | | | | | |
| solteiros | 97,5 | 88,0 | 79,9 | 85,9 | 74,2 | 80,1 | 65,9 | 69,6 | 67,6 | 59,5 | 52,2 |
| cas+viu | 2,5 | 12,0 | 20,1 | 14,1 | 25,8 | 19,9 | 34,1 | 30,4 | 32,4 | 40,5 | 47,8 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 80 | 100 | 189 | 369 | 368 | 737 | 185 | 148 | 333 | 703 | 370 |
| 1829 | | | | | | | | | | | |
| solteiros | 96,0 | 86,3 | 82,4 | 86,7 | 72,3 | 79,6 | 75,3 | 57,0 | 67,7 | 62,4 | 56,7 |
| cas+viu | 4,0 | 13,7 | 17,6 | 13,3 | 27,7 | 20,4 | 24,7 | 43,0 | 32,3 | 37,6 | 43,3 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 101 | 146 | 210 | 457 | 437 | 894 | 223 | 158 | 381 | 737 | 356 |
| 1835 | | | | | | | | | | | |
| solteiros | 96,7 | 92,0 | 83,2 | 88,8 | 68,5 | 78,3 | 57,0 | 70,2 | 61,7 | 56,0 | 51,9 |
| cas+viu | 3,3 | 8,0 | 16,8 | 11,2 | 31,5 | 21,7 | 43,0 | 29,8 | 38,3 | 44,0 | 48,1 |
| Total (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Total (#) | 61 | 50 | 113 | 224 | 241 | 465 | 86 | 47 | 133 | 316 | 183 |

cas+viu = proporção (%) de casados + viúvos.

Fonte: Listas nominativas. Valores amostrais para 1835.

Variação do crescimento de casados e viúvos

A redução dos laços parentais na década de 1820, como se tem indicado até o momento, nada mais é do que uma redução da proporção de casados e viúvos em relação ao total de cativos, não uma redução nos números de cativos que alguma vez conheceram o casamento. Ao contrário, o número de cativos casados ou viúvos com quinze anos ou mais sobe continuamente – de 371 em 1805 para 459 em 1829 (variação de 123,7%). Mas a variação dos cativos com quinze anos ou mais é mais intensa: de 1095 cativos no ano de 1805, sobe para 1631 – variação de 148,9%. Por isso, no gráfico 33 (valores apresentados na tabela 31), tem-se uma redução percentual da proporção de cativos casados ou viúvos no total de cativos com quinze anos ou mais. Valores que caem apenas proporcionalmente, não em números brutos. Isto é o que se indica pelo gráfico 37. Significa que a proporção de cativos entrando em Taubaté é maior do que a proporção de cativos casando. O gráfico 37 apresenta esta relação, tomando-se os valores de 1805 como iguais a cem²⁶⁸. Entre 1805 e 1820, o crescimento da entrada de cativos segue ritmo de crescimento próximo do ritmo de crescimento do número de cativos casados ou viúvos. Na década de 1820, a entrada de cativos acelera-se abruptamente, o que não ocorre com o número de cativos alguma vez casados. Nestes 24 anos analisados, o crescimento do tráfico não significou a redução dos laços parentais. No momento de aceleração do tráfico, acelera-se também a formação de laços, a ponto de se poder distinguir duas fases no crescimento das relações parentais. No momento de menor atividade mercantilizada, crescimento lento; na retomada da atividade mercantilizada (café), crescimento acelerado. A entrada de cativos, contudo, cresce mais rapidamente. Como os gráficos anteriores analisam a proporção de casados

²⁶⁸ Ver análise dos índices gerais de fecundidade, realizada acima, através do gráfico 31 (tabela 69 em anexo), que segue o mesmo padrão.

e viúvos em relação ao total de cativos por ano, sintomaticamente detecta-se a redução de laços parentais na década de 1820.

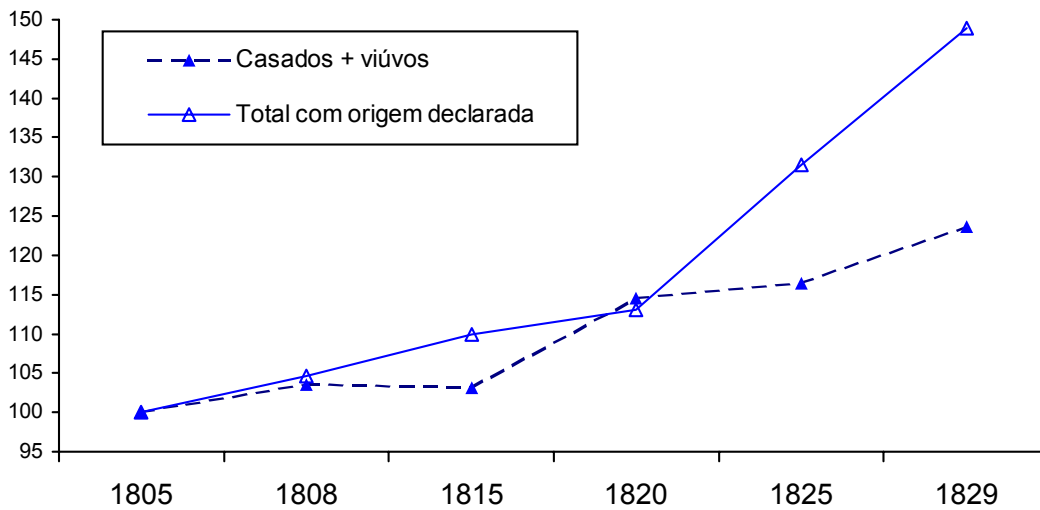
Isto é particularmente adequado se considerarmos os cativos segundo a origem. Entre os cativos nascidos em Taubaté, o crescimento do número de casados e viúvos e o crescimento do número total de cativos (o que significa a passagem para fase adulta/idosa de cativos nascidos em Taubaté) ocorre de modo muito sincrônico, remetendo, novamente, para uma reprodução endógena ao longo destas 3 décadas iniciais do oitocentos. Da mesma forma que se concluiu um crescimento endógeno a partir da proporção de crianças (ver índice geral de fecundidade, acima). Os dois cálculos remetem um para o outro: somente é possível o crescimento contínuo do número de cativos adultos e velhos nascidos em Taubaté se há um crescimento proporcional do número de crianças, de modo a sustentar (repor) a passagem para a fase adulta da população cativa. E o crescimento do número de crianças está associado ao estabelecimento de laços parentais. Crescendo paralelamente com o número de adultos e velhos nascidos em Taubaté, o número de casados e viúvos está a indicar a reposição (diretamente, e ao menos parcialmente) deste crescimento contínuo no número de adultos e velhos.

Apenas entre os africanos pode-se verificar queda no crescimento de laços parentais, entre os anos de 1820 e 1825, voltando a crescer em seguida (entre os anos de 1825 e 1829, pelas mulheres que casam, segundo o gráfico 35). A maior entrada de cativos desestabiliza as relações parentais entre estes cativos, mas apenas num primeiro momento. A entrada de cativos africanos apresenta um salto muito elevado entre 1820 e 1825: sobe de 505 para 609, enquanto o número de cativos africanos casados e viúvos cai de 199 para 176. esta é a fase, segundo os registros de batismo de cativos, que se intensifica o tráfico. Passada esta primeira metade da década de 1820, o crescimento do número de cativos africanos casados e viúvos volta a crescer

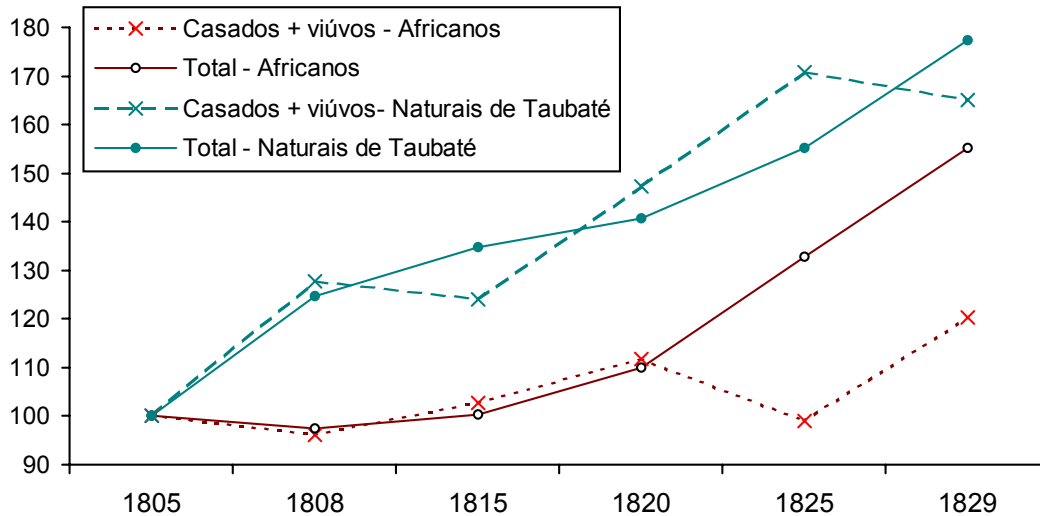
na mesma proporção que o crescimento da entrada de cativos africanos. Diante do outro, do diferente, a reação de adaptação. O “cuidado” de transformar um “boçal” em “ladino”, ou seja, em dar ao cativo recém chegado a um ambiente estranho uma “forma de viver” requer tempo. Um período de adaptação, sempre necessário.

gráfico 37 – Variação do crescimento de casados e viúvos em relação ao crescimento da população cativa com quinze anos ou mais

Base 1805 = 100



Base 1805 = 100



Fonte: listas nominativas. Ver tabela 70 em anexo.

No caso dos africanos que chegam a Taubaté, impossível saber, pelas listas nominativas e pelos inventários, se oriundos diretamente da África, ou se ficaram um tempo (maior ou menor) em outra região do Brasil antes de entrarem em Taubaté. Boa parte, contudo, deve vir diretamente da África, visto que muitos são batizados em Taubaté. De qualquer modo, um ambiente novo, relacionamentos pessoais novos. Costumes novos, ou não tão novos, se oriundo de outra região do Brasil²⁶⁹. Este tempo de adaptação em Taubaté, pelo indicado no gráfico 37, realiza-se em poucos anos. Na primeira metade da década de 1820, diante do incremento do tráfico, cai o número de cativos africanos casados ou viúvos. Aumenta a diferença entre a proporção de ativos africanos casados e viúvos e o total de cativos africanos (o que significa a redução da proporção de cativos africanos que alguma vez conheceram o casamento, conforme indicado pelo gráfico 33). Mas, expressivamente, a simetria existente antes de 1820 volta a ocorrer após 1825. A readaptação do padrão anterior a 1820 realiza-se em menos de 5 anos. A “desfamiliarização” dos cativos não pode ser colocado como prerrogativa do tráfico. Entre 1825 e 1829, continua o incremento do tráfico: o número de cativos africanos sobe de 609 para 712 (aumento de 1,17 vezes). Pelos registros de batismo, esta também é uma época de intenso tráfico. O número de casados e viúvos entre estes cativos, porém, sobe de 176 para 214 (crescimento de 1,22 vezes).

Considerando apenas os cativos africanos com estado civil determinado e idade entre vinte e quarenta anos, faixa etária na qual se concentra o tráfico, conforme indica a pirâmide etária (gráfico 24), a oscilação é a mesma. A presença de africanos cresce 1,35 vezes entre 1820 e 1825 (passa de 292 para 394), e continua a crescer nos anos seguintes, mas em menor escala, em 1,11 vezes (são 438 cativos em 1829). Na primeira metade da década de 1820, o número de

casados e viúvos cai de 199 para 108, mas eleva-se na segunda metade da década (são 123 africanos casados ou viúvos, crescimento de 1,14 vezes). Pelos números encontrados para a redução da presença de parentesco entre cativos no período de 1820 a 1825, poderia ocorrer a alguém alegar que o crescimento do tráfico leva à redução dos laços parentais, de tal modo que o tráfico não pressupõe parentesco. Se assim fosse, a continuidade da entrada de africanos entre 1825 e 1829 não deveria conduzir a um maior crescimento do número de cativos com laços parentais.

Ciclo de vida das famílias cativas

As análise do padrão de ciclo de vida, realizada no segundo capítulo, ao destacar a tipologia de famílias e domicílios e a posse média de cativos segundo a idade do escravista mostra um “ciclo de vida da família”, não só no âmbito social, mas também no econômico. Observando o estado civil e a média de pessoas livres segundo a idade dos cabeças de fogo, percebe-se a tendência de sair de casa para casar, seguida do crescimento familiar pelo nascimento de filhos, e posterior saída destes para casar, o que reduz o número de livres por fogo. Estas alterações repercutem no processo de acúmulo de riqueza. Quando jovem e solteiro, o esforço para acumular revela-se na busca pela posse de terra, no incremento da produtividade na produção de café entre os chefes de fogos com famílias desconexas, que são majoritariamente solteiros. De modo especial, esta relação entre o processo de acúmulo de riqueza e o “ciclo de vida das famílias” é visível pelo número médio de cativos possuídos por proprietários, que cresce entre os mais jovens e, entre os mais idosos, tende a reduzir. A análise

²⁶⁹ Neste caso, talvez do próprio vale do Paraíba ou redondezas (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas

pelo rendimento anual (em réis) dos fogos representa um indicativo que as conclusões realizadas para os escravistas expandem-se para toda a população. Nascer, crescer, definhar... a vida tem seus ciclos, e o ser humano, biológico e social, elaborou padrões de acúmulo de riqueza que permitem a uma geração sobrepor-se à anterior, reiniciando o ciclo.

O texto acima, que conclui o capítulo sobre a teoria de ciclo de vida, mostra um padrão de acúmulo de riqueza que, no tocante à posse de cativos, revela o crescimento da posse média na fase inicial da vida do escravista, e redução no fim de vida. A este padrão, Gutman associou um modelo de destruição, construção e dispersão da família escrava²⁷⁰. Renato Marcondes sintetiza a proposta de Gutman nos seguintes termos: “A partir da documentação particular dos proprietários de cativos, Gutman estabeleceu uma relação significativa entre a evolução da escravaria e a vida dos seus possuidores. A formação do plantel ocorreria na juventude do escravista por meio de compras e doações recebidas. Na meia idade do proprietário haveria a estabilização da força de trabalho e o crescimento das relações familiares, abrindo condições propícias para reprodução natural no âmbito familiar. Ao final de sua vida, o escravista dispersaria a força de trabalho cativa, com doações, vendas e divisões do plantel, rompendo os laços de parentesco, ou quando ocorresse sua morte se dividiria os seus escravos”²⁷¹. Por este modelo, as famílias entre escravos apresentariam uma grande estabilidade na segunda fase e, no início e fim de vida do escravista, redução desta estabilidade.

Dois aspectos podem ser destacados nesta análise de Gutman: o crescimento dos laços parentais na meia-vida do escravista e a desestabilização destes laços no começo e fim de vida do escravista. Sem recorrer a um estudo qualitativo, de casos, e sem fazê-lo para um longo lapso

Gerais), como observado para os cativos nascidos em outras áreas da colônia que não Taubaté.

²⁷⁰ GUTMAN, Herbert G. The black family in slavery and freedom (1750-1925). New York: Vintage Books, 1976.

²⁷¹ MARCONDES, *op. cit.*, p. 213-214.

temporal (o que se encontra em Gutman), estes dois aspectos podem apenas parcialmente serem analisados com base na documentação coletada para o presente estudo. No primeiro tópico, a maior estabilidade e crescimento dos laços parentais pode ser testada pelo mecanismo da posse média de cativos. A análise que segue mostra uma forte correlação entre a variação da posse média de cativos e a variação da média de cativos casados ou viúvos por fogo, segundo a idade do escravista. A discussão de estabilidade maior ou menor, contudo, não se mostra possível por este mecanismo. O próximo capítulo, dedicado a este tema, mostra que a partilha dos bens inventariados não significa necessariamente a quebra de laços parentais entre cativos – indicando que a baixa estabilidade proposta por Gutman para as fases de formação e destruição dos plantéis não deve ser tão intensa, nem tão generalizada. Apesar das menores médias de cativos casados ou viúvos nestes dois momentos do que durante a meia-vida do escravista.

De qualquer modo, se a posse média de cativos indica apenas um momento na vida do escravista, na forma como se apresenta pela tabela 33, a sucessão de momentos, mantendo um mesmo padrão, permite generalizar para além dos fragmentos capturados. Isto aparece muito claramente da representação visual indicada pelo gráfico 38. Tal é a semelhança nas oscilações que apenas em cinco momentos as oscilações entre as três médias oscilam de modo diferenciado. Em apenas um ano (1815) duas destas variações se acumulam: entre os proprietários com 60 a 69 anos (a média sobre o total de cativos cresce, enquanto as outras duas médias caem) e entre os cativos com noventa anos ou mais (a média de cativos casados ou viúvos cai, as outras duas médias sobem). As outras três variações ocorrem nos anos de 1808 (faixa de dez a dezenove anos), 1820 (faixa de nove anos ou mais) e 1829 (faixa de 50 a 59 anos). Nos demais anos, as oscilações entre estas três médias oscilam tão sincronicamente que, não fosse a permanência no tempo desta sincronicidade, por período tão longo (trinta anos),

caberia a dúvida acerca de vício na cópia da documentação. Ainda mais se considerarmos que, comparados os valores apresentados no gráfico 38 com a média total de cativos em todos os fogos com cativos e com a média de cativos adultos ou velhos²⁷², as oscilações ainda permanecem dotadas de grande sincronicidade. O que se estabeleceu como um momentâneo, uma “fotografia”, revela-se capaz de descortinar uma permanência no tempo, transforma-se em filme – imagens em movimento.

Desta sincronicidade ressalta outra conclusão, em reforço ao já estabelecido neste capítulo: o tamanho da posse de cativos está diretamente associada à maior ou menor possibilidade da constituição de famílias entre cativos (ver análise da tabela 32). Assim, as oscilações da média de cativos segundo a idade do escravista, discutida no capítulo anterior, repercutem diretamente na média de cativos casados ou viúvos detectada na tabela 33. Com as possibilidades de casar diretamente associadas ao tamanho dos plantéis, não é de estranhar que as curvas desenhadas pelo gráfico 38 assumam padrões muito semelhantes ao apresentado para o conjunto dos escravos, conforme se apresenta na análise do ciclo de vida dos escravistas (ver o item “Posse de cativos segundo idade do escravista” na página 113). Ao formar o plantel, a permanência sob um mesmo cuidado, ou seja, a continuidade das regras de sociabilidade que um mesmo senhor pode garantir, estabelecem fatores favoráveis ao enlace matrimonial. Ao se desfazer um plantel, no fim de vida do escravista, pelo mecanismo que for (doações, vendas, etc.), verifica-se que parte destes laços parentais também se esvaem. Ou seja, reforça-se a hipótese de um mercado de famílias. Não apenas cativos casados ou viúvos saem da posse do escravista com o avançar da idade. Se assim fosse, a curva deveria desviar, ao final, com uma

²⁷² O gráfico 38 é relativo apenas aos fogos com cativos casados ou viúvos (exceto os valores relativos aos fogos com café em 1829). Os valores de “Ad” consideram apenas os focos com cativos adultos ou velhos, e “Tt” considera a totalidade dos cativos. Como a média (e a proporção, apresentada na tabela

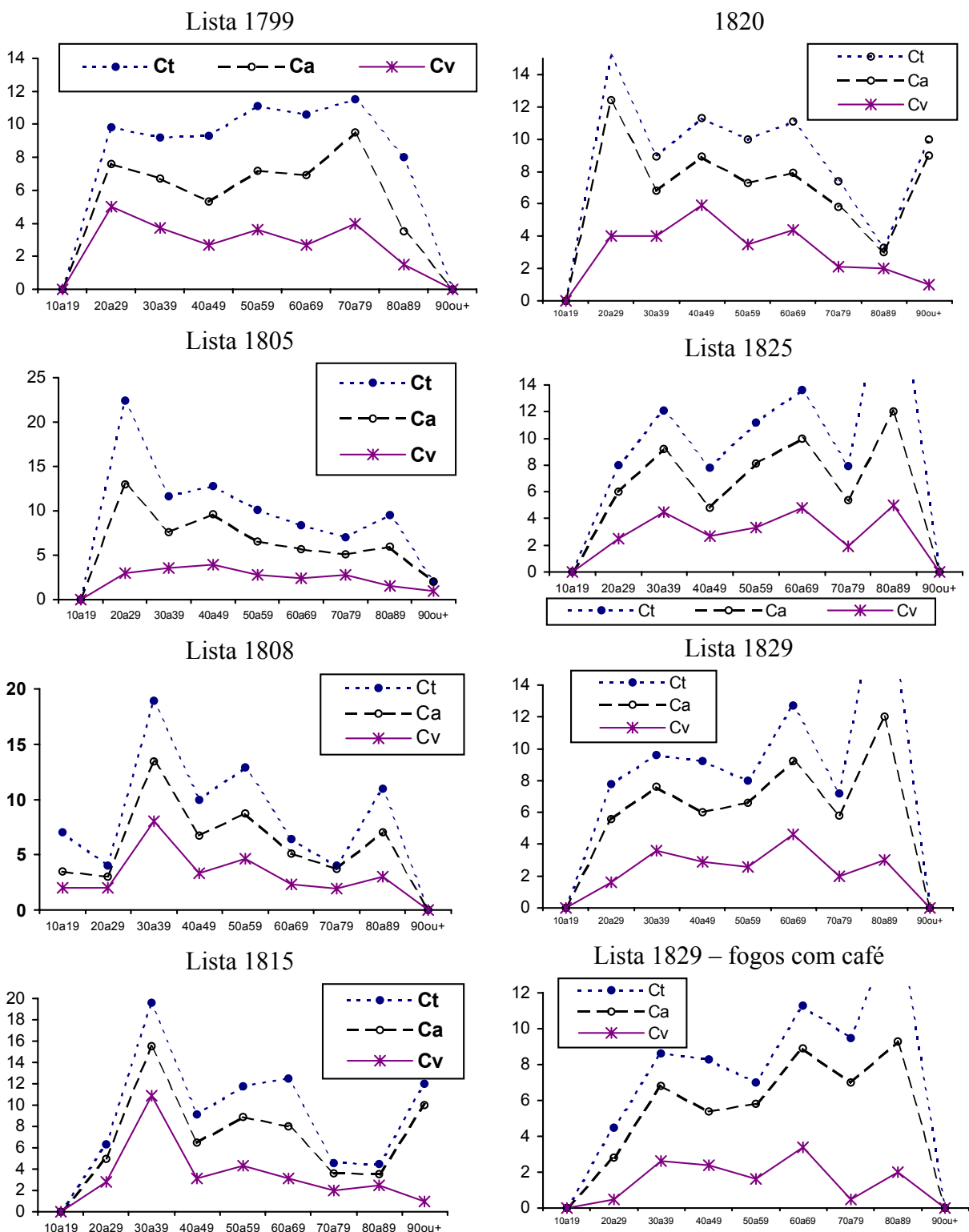
redução muito mais intensa que a do conjunto da escravaria. Se apenas cativos solteiros fossem transferidos para novos plantéis neste momento de fim de vida do escravista, o desvio das curvas desenhadas no gráfico 38 deveriam tender a uma redução muito mais abrupta da média geral em relação à média de cativos casados ou viúvos. Com a sincronicidade apresentada neste gráfico, tem-se uma saída, uma perda simultânea de escravos solteiros, casados e viúvos, que deslocam-se dos plantéis com escravistas mais idosos para escravistas mais novos.

Outra explicação a considerar são as elevadas taxas de mortalidades (Ver as projeções de Slenes²⁷³, baseadas no modelo de mortalidade “Brasil 4”): o envelhecimento do escravista, num plantel estável, significa também o envelhecimento – e morte – dos cativos sob a posse destes. Ainda assim, a variação do tamanho do plantel é um fator preponderante para explicar tais variações. Definidos desde o primeiro capítulo, tem-se a posse média de cativos diretamente associada à produtividade agrícola: plantéis maiores tendem a produzir mais por escravo. Da mesma forma, a variação da idade entre produtores de café no ano de 1829 apresenta uma oscilação da produção média (em arrobas) muito assemelhada ao esperado pela teoria do ciclo de vida, com os produtores mais novos e os mais velhos produzindo menos por fogo que os de meia idade (seja considerando apenas os escravistas ou todos os produtores de café). As oscilações da posse média de cativos casados ou viúvos em fogos produtores de café neste ano de 1829, apresentadas no gráfico 38 (ver tabela 81 e gráfico 56, em anexo), reforçam a existência de fatores interligados pelo eixo interpretativo do tamanho do plantel.

31) de cativos casados ou viúvos realiza-se sobre o total de cativos adultos ou velhos (com 15 anos ou mais), torna-se interessante, para efeito de teste, realizar também esta média.

²⁷³ SLENES. Na senzala, uma flor. *Op. cit.*, p. 99-101.

gráfico 38– Número médio de cativos casados ou viúvos por plantel, em plantéis com cativos casados ou viúvos, segundo idade do proprietário, 1799-1829



Ct = total ; Ca = adultos; Cv = casados + viúvos

Fonte: ver tabela 33 na próxima página.

tabela 33 – número médio de cativos casados ou viúvos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários, 1799-1829

| | 10 a 19 | | 20 a 29 | | 30 a 39 | | 40 a 49 | | 50 a 59 | | 60 a 69 | | 70 a 79 | | 80 a 89 | | 90 ou+ | |
|---------|---------|---|---------|----|---------|-----|---------|-----|---------|-----|---------|----|---------|----|---------|----|--------|---|
| | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B |
| 1799 Tt | 1,0 | 3 | 3,2 | 42 | 3,5 | 77 | 4,5 | 61 | 6,8 | 57 | 5,1 | 37 | 4,3 | 7 | 4,8 | 5 | 0 | 0 |
| 1799 Ad | 1,0 | 3 | 2,3 | 36 | 2,8 | 68 | 3,0 | 57 | 4,7 | 53 | 3,4 | 37 | 3,8 | 6 | 3,0 | 5 | 0 | 0 |
| 1799 Ct | 0 | 0 | 9,8 | 5 | 9,2 | 16 | 9,3 | 12 | 11,1 | 29 | 10,6 | 11 | 11,5 | 2 | 8,0 | 2 | 0 | 0 |
| 1799 Ca | 0 | 0 | 7,6 | 5 | 6,7 | 16 | 5,3 | 12 | 7,2 | 29 | 6,9 | 11 | 9,5 | 2 | 3,5 | 2 | 0 | 0 |
| 1799 Cv | 0 | 0 | 5,0 | 5 | 3,7 | 16 | 2,7 | 12 | 3,6 | 29 | 2,7 | 11 | 4,0 | 2 | 1,5 | 2 | 0 | 0 |
| 1805 Tt | 1,3 | 3 | 5,5 | 27 | 4,6 | 81 | 5,3 | 67 | 5,6 | 71 | 5,5 | 50 | 2,8 | 13 | 5,0 | 3 | 2,0 | 2 |
| 1805 Ad | 0 | 0 | 4,4 | 20 | 3,5 | 69 | 4,1 | 62 | 3,9 | 67 | 3,9 | 52 | 2,6 | 14 | 3,5 | 4 | 2,0 | 1 |
| 1805 Ct | 0 | 0 | 22,4 | 5 | 11,6 | 20 | 12,8 | 17 | 10,1 | 30 | 8,4 | 29 | 7,0 | 4 | 9,5 | 2 | 2,0 | 1 |
| 1805 Ca | 0 | 0 | 13,0 | 5 | 7,6 | 20 | 9,6 | 17 | 6,5 | 30 | 5,7 | 29 | 5,1 | 4 | 6,0 | 2 | 2,0 | 1 |
| 1805 Cv | 0 | 0 | 3,0 | 5 | 3,6 | 20 | 3,9 | 17 | 2,8 | 30 | 2,4 | 29 | 2,8 | 4 | 1,5 | 2 | 1,0 | 1 |
| 1808 Tt | 3,4 | 7 | 1,5 | 34 | 4,3 | 75 | 4,5 | 80 | 7,3 | 62 | 4,8 | 50 | 3,5 | 15 | 7,7 | 3 | 0 | 0 |
| 1808 Ad | 2,2 | 6 | 1,6 | 21 | 4,0 | 66 | 3,9 | 79 | 5,3 | 58 | 3,6 | 48 | 2,6 | 15 | 5,0 | 3 | 0 | 0 |
| 1808 Ct | 7,0 | 2 | 4,0 | 1 | 18,9 | 12 | 10,0 | 23 | 12,9 | 27 | 6,4 | 24 | 4,0 | 7 | 11,0 | 2 | 0 | 0 |
| 1808 Ca | 3,5 | 2 | 3,0 | 1 | 13,4 | 12 | 6,7 | 23 | 8,7 | 27 | 5,1 | 24 | 3,7 | 7 | 7,0 | 2 | 0 | 0 |
| 1808 Cv | 2,0 | 2 | 2,0 | 1 | 8,0 | 12 | 3,3 | 23 | 4,6 | 27 | 2,3 | 24 | 1,9 | 7 | 3,0 | 2 | 0 | 0 |
| 1815 Tt | 1,0 | 1 | 2,2 | 29 | 4,9 | 65 | 4,8 | 92 | 5,4 | 75 | 6,5 | 54 | 3,3 | 21 | 2,5 | 8 | 12,0 | 1 |
| 1815 Ad | 1,0 | 1 | 2,0 | 20 | 4,1 | 58 | 3,6 | 85 | 4,1 | 73 | 4,7 | 52 | 2,7 | 21 | 2,0 | 7 | 10,0 | 1 |
| 1815 Ct | 0 | 0 | 6,3 | 4 | 19,6 | 10 | 9,1 | 27 | 11,8 | 20 | 12,5 | 23 | 4,6 | 9 | 4,5 | 2 | 12,0 | 1 |
| 1815 Ca | 0 | 0 | 5,0 | 4 | 15,5 | 10 | 6,5 | 27 | 8,9 | 20 | 8,0 | 23 | 3,6 | 9 | 3,5 | 2 | 10,0 | 1 |
| 1815 Cv | 0 | 0 | 2,8 | 4 | 10,9 | 10 | 3,1 | 27 | 4,3 | 20 | 3,1 | 23 | 2,0 | 9 | 2,5 | 2 | 1,0 | 1 |
| 1820 Tt | 0 | 0 | 3,7 | 33 | 3,7 | 69 | 5,1 | 76 | 5,4 | 98 | 5,4 | 46 | 5,5 | 20 | 2,8 | 11 | 10,0 | 1 |
| 1820 Ad | 0 | 0 | 3,3 | 27 | 3,3 | 57 | 4,1 | 70 | 4,2 | 92 | 4,1 | 44 | 4,2 | 20 | 2,0 | 11 | 9,0 | 1 |
| 1820 Ct | 0 | 0 | 15,2 | 5 | 8,9 | 17 | 11,3 | 20 | 10,0 | 35 | 11,1 | 14 | 7,4 | 12 | 3,3 | 3 | 10,0 | 1 |
| 1820 Ca | 0 | 0 | 12,4 | 5 | 6,8 | 17 | 8,9 | 20 | 7,3 | 30 | 7,9 | 14 | 5,8 | 12 | 3,0 | 3 | 9,0 | 1 |
| 1820 Cv | 0 | 0 | 4,0 | 5 | 4,0 | 17 | 5,9 | 20 | 3,5 | 30 | 4,4 | 14 | 2,1 | 12 | 2,0 | 3 | 1,0 | 1 |
| 1825 Tt | 2,5 | 2 | 2,7 | 40 | 5,5 | 95 | 3,6 | 91 | 5,6 | 96 | 8,0 | 49 | 5,3 | 19 | 8,0 | 5 | 3,0 | 2 |
| 1825 Ad | 2,0 | 2 | 2,4 | 28 | 4,6 | 85 | 2,8 | 82 | 4,2 | 89 | 6,0 | 48 | 4,0 | 18 | 4,0 | 5 | 2,0 | 2 |
| 1825 Ct | 0 | 0 | 8,0 | 6 | 12,1 | 30 | 7,8 | 21 | 11,2 | 32 | 13,6 | 21 | 7,9 | 7 | 25,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1825 Ca | 0 | 0 | 6,0 | 6 | 9,2 | 30 | 4,8 | 21 | 8,1 | 32 | 10,0 | 21 | 5,4 | 7 | 12,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1825 Cv | 0 | 0 | 2,5 | 6 | 4,5 | 30 | 2,7 | 21 | 3,3 | 32 | 4,8 | 21 | 1,9 | 7 | 5,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1829 Tt | 1,0 | 2 | 2,8 | 38 | 4,3 | 110 | 4,3 | 113 | 4,7 | 105 | 7,4 | 64 | 4,6 | 19 | 12,4 | 5 | 5,0 | 1 |
| 1829 Ad | 1,0 | 1 | 2,2 | 35 | 3,7 | 97 | 3,3 | 103 | 3,7 | 101 | 5,7 | 60 | 3,7 | 19 | 8,0 | 5 | 3,0 | 1 |
| 1829 Ct | 0 | 0 | 7,8 | 5 | 9,6 | 28 | 9,2 | 33 | 8,0 | 33 | 12,7 | 27 | 7,2 | 6 | 22,0 | 2 | 0 | 0 |
| 1829 Ca | 0 | 0 | 5,6 | 5 | 7,6 | 28 | 6,0 | 33 | 6,6 | 33 | 9,2 | 27 | 5,8 | 6 | 12,0 | 2 | 0 | 0 |
| 1829 Cv | 0 | 0 | 1,6 | 5 | 3,6 | 28 | 2,9 | 33 | 2,6 | 33 | 4,6 | 27 | 2,0 | 6 | 3,0 | 2 | 0 | 0 |

A = número médio de cativos por proprietário; B = número de proprietários;

Tt = média de escravos (total) sobre total de fogos com escravos;

Ad = média de escravos adultos ou velhos (15 anos ou mais) em fogos com cativos adultos ou velhos;

Ct = média de escravos (total) nos fogos com cativos casados ou viúvos;

Ca = média de escravos adultos ou velhos (15 anos ou mais) em fogos com cativos casados ou viúvos.

Cv = média de escravos casados ou viúvos em fogos com cativos casados ou viúvos.;

Instaurar o cuidado: tempo de adaptação

As oscilações na proporção de cativos casados e viúvos na década de 1820 colocam a questão do tempo necessário para o cativo se adaptar à nova realidade em que é inserido, que pode ser traduzida no debate se a formação de laços parentais é estrutural ao tráfico ou não. Analisando a introdução do café em Bananal em três momentos distintos (1801, 1817 e 1829), José F. Motta apresenta um crescimento do número de escravos (de 401 para 2282) e no índice de masculinidade (no total da população cativa de 138.7 para 218.7 e entre os africanos de 175.9 para 282.8). Também aumenta a participação dos cativos africanos no total da escravaria (de 57.1% para 78.2%) que, associado ao índice de masculinidade dos africanos remete para um intenso tráfico, direcionado para o café: se no primeiro momento não há produção de café, no terceiro momento 89% dos fogos produzem café (47130 arrobas), concentrando 89% dos cativos. Nesse contexto, a porcentagem de casados + viúvos entre os cativos com quinze anos ou mais cai de 40.4% para 22.9%. O que leva Motta a concluir que o tráfico não pressupõe casamento, e que o aumento do índice de masculinidade não leva diretamente a um aumento da proporção de mulheres casadas²⁷⁴.

Fragoso e Florentino²⁷⁵, ao examinarem uma amostra de 2567 escravos de grandes fazendas cafeeiras de Paraíba do Sul, no período 1835-72, mostram a existência de famílias não apenas nucleares, mas também extensas, no período anterior ao fim do tráfico africano. O próprio título do artigo exemplifica: “Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana

²⁷⁴ MOTTA, J. Corpos escravos, vontades livres. *Op. cit.*

Cabinda”. Em outro artigo²⁷⁶, Florentino e Góes reafirmam a relação positiva entre família escrava - tráfico africano, analisando 4113 cativos inventariados entre os anos de 1790 e 1830, no meio rural fluminense. Dividem estas quatro décadas em três períodos a partir do crescimento médio anual dos desembarques de escravos no porto do Rio de Janeiro: inicialmente, entre 1790 e 1807, uma fase de crescimento médio anual de desembarque igual a 0,35; posteriormente, entre 1808 e 1825, uma fase de crescimento médio no valor de 2,4 e, por fim, uma fase com crescimento médio no valor de 4,5. Na primeira fase, 35,5% dos cativos inventariados neste período estão ligados por laços de parentesco de primeiro grau. No segundo período, com o crescer da entrada média de cativos, a proporção de parentes de primeiro grau reduz-se para 24,7%. Mas, com a continuidade do crescimento do tráfico, num patamar equivalente ao dobro do anterior, a proporção de cativos ligados por laços de parentesco de primeiro grau volta a subir para 31,2%. Ainda assim, “independentemente da conjuntura no máximo um entre cada três escravos e no mínimo um entre cada grupo de quatro cativos estavam unidos por laços de primeiro grau passíveis de serem capturados pelos avaliadores”.

A continuidade das pesquisas de Florentino e Goés resultou no livro “A paz das senzalas” que reafirma o que o título já diz: “A demografia da escravidão (...) é, antes, um cenário conflitivo por definição, espaço onde estratégias se delineiam e fazem conhecer melhor a escravidão. Eis o que tornava a constituição de relações parentais em geral, e familiares em particular, estratégias políticas por excelência, voltadas para a pacificação da escravaria. Pacificando, organizando a vida no cativo, a família amainava os enfrentamentos entre os cativos. O parentesco era a outra face do *nós* escravo. A pacificação e a organização parental eram importantes também ao próprio sistema. Sem se constituir em instrumento direto de

²⁷⁵ FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, M. G.. *Marcelino, filho de Inocência... op. cit.*,

²⁷⁶ Publicado oito anos depois (1995), e reelaborado em 1998.

controle senhorial, a família escrava funcionava como elemento de estabilização social, ao permitir ao senhor auferir uma renda política”²⁷⁷.

No confronto dos resultados obtidos por Motta e por Florentino, ressalta uma semelhança: a de, no período inicial de crescimento da entrada de cativos, ocorrer redução da proporção de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau. O mesmo se verifica para Taubaté, conforme discutido no item anterior: entre 1820 e 1829, redução na proporção de cativos casados ou viúvos. A continuidade do tráfico, entretanto, não significa oposição ao casamento, como se indica na análise do gráfico 37. Pela análise realizada no item anterior, é plausível supor que, individualmente, os cativos necessitem de um tempo de adaptação. A continuidade do tráfico, contudo, realiza-se em ambiente no qual os primeiros cativos já devem ter tido tempo suficiente para se adaptarem. Por isso, entre 1820 e 1825, queda acentuada na variação de africanos com laços matrimoniais²⁷⁸ e, entre 1825 e 1829, retomada do crescimento do número absoluto de cativos africanos com tais laços. As cativos que foram adquiridos via tráfico na primeira metade da década de 1820, encontram-se já adaptados na segunda metade desta mesma década – ainda que o tráfico continue intenso.

Para testar esta hipótese, a opção metodológica escolhida foi detectar o momento de entrada dos cativos em Taubaté, e acompanhá-los no tempo. A tentativa de encontrar escravos recém chegados nas listas de 1805, 1815 e 1820 mostrou-se infrutífera. Na lista de 1820, três fogos indicam cativos recém-chegados, um vindo de Lorena (o cabeça do fogo trás da casa de seu pai), ou outros dois comprados no Rio de Janeiro. Isabel Maria Leite, costureira, que ganhou 12\$000 réis em 1820, comprou a escrava Maria, de dezesseis anos. Isabel não aparece em 1825 ou 1829, mas apenas em 1815, também listada como costureira e com o mesmo rendimento.

²⁷⁷ FLORENTINO e GÓES. *A paz nas senzalas*. *Op. cit.*, p. 174-175.

²⁷⁸ Que é o laço de parentesco efetivamente registrado nas listas.

Fica a questão de como tão pequeno rendimento possa permitir comprar um cativo africano (além de Maria, Izabel tem outra cativa: Catarina, listada também em 1815). Joaquina, de doze anos, a outra escrava recém-chegada a Taubaté em 1820, também comprada no Rio de Janeiro, pertence a José Luciano da Silva. Em 1825 Joaquina é arrolada com dezesseis anos, ainda solteira. Mas José Luciano não foi encontrado em 1829 e, com isso, perde-se a “pista” de quando Joaquina pode ter casado. Novamente, dados insuficientes.

As listas revelam-se, assim, incapazes de indicar o momento de chegada a Taubaté. Os livros de registros de escrituras, no começo do setecentos, cumpriam bem esta função ao indicar a compra de cativos, mas uma leitura deste corpo documental na primeira década do oitocentos e nos primeiros anos da década de 1820 não apresentaram o mesmo resultado. Caudatário da maior valorização dos bens imóveis (ver gráfico 6), predomina o registro das transações de compra e venda (ou doação) de terras e casas. Entre os anos de 1800 e 1810, 70 registros envolvem cativos, mas apenas 2 referem-se a venda, ambos entre moradores na vila: uma em 1804, do mulato Inácio, e outra em 1806, dos crioulos Manuel e Benedito. Nos registros de alforrias ou doações de cativos (as demais 68 escrituras) nada indica a data de chegada a Taubaté. Os registros de batismo configuram, assim, a principal base documental para determinar (aproximadamente que seja) este momento de entrada do cativo em Taubaté.

Rito de iniciação, a ausência do batismo está a indicar que estes recém chegados são completamente bossais. Após a captura, até chegar em Taubaté (ou seja, durante transporte e revendas), não haviam sido introduzidos à religião dominante na nova terra. Chegam desconhecedores da cultura a que devem se adaptar, pode-se então presumir. Estranhos chegando a terras estranhas. Não é de se admirar, portanto, o predomínio do sentido genérico que recebem nas diversas bases documentais consultadas – à exceção das listas nominativas

entre 1805 e 1829. São “gentios da Guiné” nos registros eclesiásticos, “da costa” ou “de nação”, nos inventários, ou simplesmente “afric” na lista de 1835. São estrangeiros, recém-chegados, que no momento do registro da lista de 1825 deviam estar buscando a que se ater. Justifica-se, portanto, que a queda na variação de cativos africanos casados e viúvos apareça justo neste ano de 1825 (ver gráfico 37). Não houve tempo hábil para adaptação. Difícil casar tão rapidamente, os proclamas demoram, exigem muitos documentos e não saem de graça – mesmo que se tenha buscado facilitar a formalização dos laços matrimoniais, como argumenta Slenes²⁷⁹. Estas dificuldades levam inclusive os livres, muitas vezes, a preferirem o concubinato²⁸⁰.

Em 1829, parte dos cativos que chegam nos primeiros anos de intensificação do tráfico (em 1823-24) estão em Taubaté a pelo menos quatro anos, já estão estabelecidos – pode-se considerar que houve um tempo maior de adaptação, refletindo favoravelmente na variação do número de casados e viúvos entre africanos (ver gráfico 37). Em 1835, com o tráfico menos intenso pela amostragem considerada, a proporção de cativos casados e viúvos sobe, tanto entre africanos quanto entre crioulos, permitindo considerar que, após a grande concentração de entrada de cativos africanos entre os anos de 1823 e 1828 (segundo o registro de batismo), um padrão de acomodação já está estabelecido. Outro aspecto a considerar é a maior dificuldade de casar para os cativos em plantéis menores, já indicado pela tabela 32. Pela análise da tabela 29, pouco menos da metade dos cativos em plantéis com até nove escravos são africanos²⁸¹. A análise dos registros de batismo de adultos e gentios reforça esta conclusão. Entre os registros de batismo de africanos até o ano de 1827, considerando apenas os nomes de proprietários completos ou com grande parte identificada (o suficiente para diferenciar dos demais nomes

²⁷⁹ SLENES, *op. cit.*, p. 89.

²⁸⁰ TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família*. São Paulo: Loyola, 1999.

²⁸¹ E, pela tabela 64, em anexo, indicou-se que entre 45 e 57% dos cativos africanos estão em plantéis com até nove escravos.

identificados), obteve-se 305 registros²⁸². Destes, 148 registros (48,5%) referem-se a proprietários do batizando que aparecem mais de uma vez. Pouco mais da metade dos registros são de proprietários que aparecem uma única vez. 29 proprietários aparecem apenas duas vezes. Oito proprietários aparecem três vezes, sendo que dois destes podem ser a mesma pessoa, o que reduziria a sete proprietários com três cativos batizando (e colocaria mais um entre os que apresentam para batismo seis cativos). No topo da lista, o capitão-mor Vitoriano Moreira da Costa e o capitão Francisco Gomes, com o batismo de oito cativos por cada proprietário. Percebe-se, assim, como este mercado de almas encontra-se pulverizado numa ponta e concentrado na outra.

Selecionando os escravistas que apresentam quatro ou mais cativos adultos para batismo até 1827, tem-se 64 cativos, posse de doze escravistas. Dois destes escravistas, que apresentam cada um quatro cativos para batismo, apresentam dificuldades na leitura do nome (o mesmo problema para cada um deles), impossibilitando encontra-los nas listas, por diversas pessoas apresentarem a mesma seqüência de nome/sobrenome identificados no registro de batismo. Euzébio José de Araújo, que apresenta seis cativos para batismo, não foi encontrado nas listas nominativas de 1820, 1825 e 1829. Também os quatro cativos de Manoel Moreira da Silva não foram encontrados nas listas nominativas²⁸³. Os oito cativos do capitão Francisco Gomes não foram identificados com certeza, pois aparecem e desaparecem nas listas de 1820, 1825 e 1829. Os oito cativos do capitão mor Vitoriano Moreira da Costa, todos batizados em 1824, aparecem como solteiros em 1825. Batizados um ano antes do alistamento, estes cativos tiveram muito pouco tempo para adaptar-se e casar. Mas como o capitão mor Vitoriano Moreira não aparece na

²⁸² Eliminou-se 42 registros cujos nomes de proprietários apresentam maior dificuldade de leitura. Limitou-se a análise dos registros de batismo ao ano de 1827 para ter um ano, ou pouco mais, de diferença em relação à lista nominativa de 1829.

lista de 1829, não foi possível continuar acompanhando seus cativos. Faustino Bras Esteves apresenta seis cativos para batizar, mas Faustino foi encontrado apenas nas listas de 1820 e 1825, e assim os quatro cativos batizados em 1827 ficam sem acompanhamento. Os outros dois cativos, batizados em 1824, aparecem como solteiros em 1825. Novamente, talvez muito pouco tempo para adaptar-se e casar. Se for considerado que apenas um terço dos cativos chega a casar, e que a lista de 1825 aponta o menor índice de cativos casados ou viúvos, um ano é realmente muito pouco tempo para encontrar estes cativos já casados.

De cinco cativos apresentados para batismo pelo capitão João Francisco Vieira, não foi possível ler o nome de um. Outro, de nome Pedro, batizado em 1825, não aparece nas listas de 1825 e 1829. Maria, gentia da guiné batizada em 1827, não foi identificada com precisão em 1829: neste ano, a lista apresenta duas cativas com este nome, ambas do Congo, ambas solteiras, uma com dezoito e outra com vinte anos de idade. Mesmo que Maria venha a fazer parte deste um terço de cativos que casam, talvez dois anos ainda não sejam suficientes para tanto. Talvez (sempre talvez) nem cinco anos sejam suficientes para alguns cativos: Marcelina e Faustina, batizadas em 1825, não aparecem na lista de 1825. Em 1829, ambas aparecem como solteiras, com dezoito anos, do Congo. Talvez, nem venham a casar. Melhor sorte tem o cativo Luis, um adulto batizado em 1814, posse de Antônio José da Costa. Na lista de 1825 ele aparece como Congo, casado, com 21 anos. Em 1829, aparece como solteiro, com 24 anos e natural de Taubaté. Lapsos de memória, a adaptação permite inclusive atribuir a naturalidade local, e não a africana. Como, em todas as listas consultadas, Antônio José da Costa tem entre seus cativos apenas um de nome José, deve se tratar da mesma pessoa, e talvez o erro esteja na indicação do estado civil em 1829. Infelizmente, não foi possível encontrar Antônio José na lista de 1820.

²⁸³ Antônio de Barros Rodvalho, que apresenta três cativos para batizar, foi pesquisado pelo diferencial do nome, mas também não foi encontrado nas listas de 1820, 1825 e 1829.

Matheus e Benedita, cativos do mesmo Antônio José, também apresentam problemas quanto à consistência das informações que se encontrou nos documentos a respeito deles. Em 1827, Matheus casa com Benedita, segundo o livro de registro de casamento. Mas esta informação não condiz com a obtida pelas listas nominativas de 1825 e 1829. Dizer que Matheus é casado dois anos antes do registro eclesiástico do matrimônio, e depois de dois anos do registro de casamento afirmar que é solteiro é inconsistência dos registros, ou não está se falando do mesmo Matheus. Como não encontrou-se mais do que um Antônio José da Costa e neste fogo encontrou-se apenas um Matheus, deve ser inconsistência da documentação (como outras já indicadas).

Ao analisar os cativos de Vitoriano Moreira da Costa, de Faustino Bras Esteves e do capitão João Francisco Vieira, o tempo de um a cinco anos entre o registro de batismo e a presença na lista como solteiros fez supor que este tempo seja pequeno para adaptar-se ao ponto de casar. Mas todos estes casos foram tratados com a indeterminação do talvez. Necessariamente “talvez”, pois metade dos seis cativos que Joaquim Mariano da Costa apresenta para batizar, todos em 1825, indicam realidade diferente. Um destes cativos não aparece em nenhuma das listas consultadas. Outros dois aparecem como solteiros em 1825, um permanece solteiro em 1829 (o outro não aparece neste ano). João, Maria e Antônio, entretanto, aparecem como casados nas listas de 1825 e 1829. Antônio Congo, 24 anos em 1825, é listado neste ano como casado com Mariana Rebola, quinze anos. Em 1829, dois cativos aparecem entre as posses de Joaquim Mariano com nome de Antônio, ambos casados (sem dizer com quem), um com 27 e outro com 37 anos de idade. João é identificado como gentio da guiné pelo registro de batismo. Na lista de 1825, é Rebolo e tem 27 anos. Em 1829, João é Congo e tem 31 anos. Como Joaquim Mariano tem apenas um cativo com nome de João, trata-se da mesma

pessoa. A diferença na indicação de origem reforça a análises sobre este aspecto. Para os aspectos internos da vila, apenas um “gentio”, vindo de longe, “da guiné”. Explicitar a região africana de origem atende apenas ao padrão supra-local, e ser “rebolo” ou “congo” não deve fazer diferença para o poder provincial. Ao menos para Taubaté, as indicações da região de origem variam de tal forma que tanto o recenseador quanto a pessoa que dá os informes não parecem ter preocupação alguma com a determinação mais precisa desta informação. Se, a princípio, os cativos são majoritariamente “benguelas” e “angolas”, em 1829 são todos “congo” (ver gráfico 28). O mesmo, acontece com Maria: gentia da guiné no registro de batismo, rebola na lista de 1825 e conga na lista de 1829. Do mesmo modo que João, não há outra Maria entre os cativos de Joaquim Mariano. Em 1825, mesmo ano do batizado, Maria aparece na lista com quatorze anos e casada com João Rebolo. Em 1829, com dezoito anos, está listada como casada, sem dizer com quem. Estes três cativos, ao serem tratados como casados no mesmo ano em que são batizados, permitem supor que o tempo de adaptação pode ser bem curto para aqueles cativos que conseguem entrar para a terça parte dos cativos que conhecem o casamento. Mas nada conclusivo. Chegar e logo casar levanta algumas questões. Trata-se de um casamento forçado, entre dois desconhecidos? Ou já existia um conhecimento prévio, talvez se existir um tempo maior entre o registro de batismo e a chegada a Taubaté. Quem sabe, conheceram-se na viagem? Nada a indicar que se conheciam ou não, mas a Igreja não deveria permitir um tempo maior entre a chegada e o batismo. Se fosse casamento entre desconhecidos, porque não se observou o mesmo entre outros cativos?

Como para os casos já estudados, os quatro cativos adultos que Vicente Correa apresenta para batizar, todos em 1817, indicam um tempo maior de adaptação. Nas listas nominativas, o nome mais próximo é Vicente Correa de Siqueira. Na lista de 1820, passados três anos do

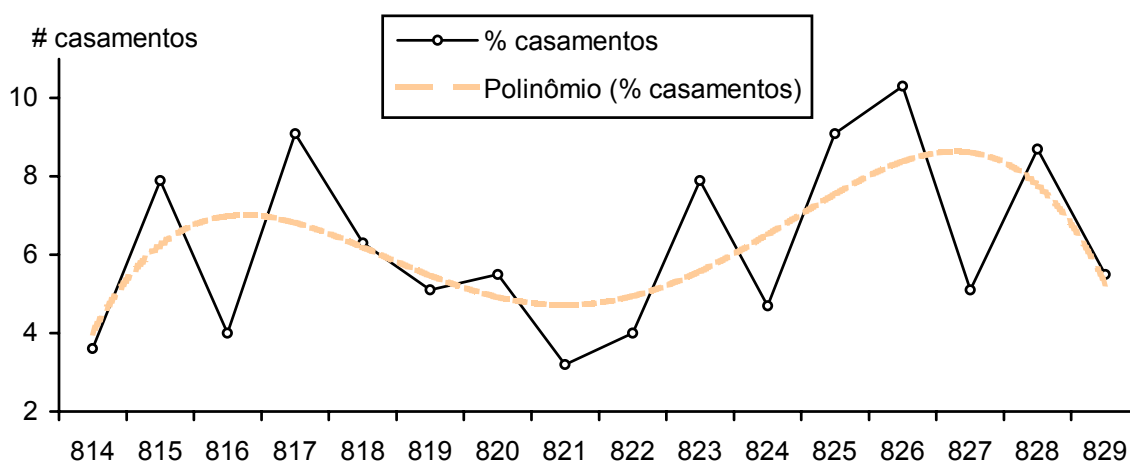
batismo, todos são solteiros. Na lista de 1825, Felizarda e Caetano são seguramente identificados como casados, ela esposa dele. Joaquim permanece solteiro e Benedita não é encontrada tanto na lista de 1825 quanto na de 1829. Em 1829, Caetano aparece como casado. O interessante é que, pelos registros de casamento, Felizarda casou-se com Caetano e Joaquim casou-se com Benedita no ano de 1827. O primeiro casamento em dois de setembro e o segundo em 25 de outubro. Os quatro cativos foram batizados no mesmo dia: onze de outubro. Como o primeiro casamento foi realizado antes do registro de batismo? Sendo a Igreja tão zelosa neste aspecto, somente um erro de anotação deve explicar esta diferença (por exemplo, que a anotação no livro tenha sido realizada posteriormente, e a data do batismo substituída pela data do registro). O fato de terem sido batizados e casados praticamente no mesmo mês recoloca as questões anteriores. Trata-se de casamento forçado entre desconhecidos? Mais plausível supor que estes cativos já deviam se conhecer, talvez durante a viagem. Talvez os quatro cativos já estivessem em Taubaté a algum tempo (anos?), e no momento do casamento teve-se dúvida do batismo, e se refez a cerimônia. Improvável, pois estes cativos não aparecem sob o poder de Vicente em 1815, mas é possível que tenham sido adquiridos em 1816 ou 1817... Se os quatro cativos formam casais desde 1817, porque nada consta na lista de 1820? E porque Joaquim só aparece como casado em 1829? Como não há outros cativos com estes nomes sob a posse de Vicente Correa, não se trata de homônimos²⁸⁴. Uma amostra clara da dificuldade de cruzar fontes diversas... O que se pode deduzir é a existência de tempos diferentes entre a chegada e a indicação de laço matrimonial: o mesmo ano para alguns, até doze anos para outro.

Os exemplos discutidos neste cruzamento de registros de batismo com as listas apontam para a inexistência de um padrão rígido, embora a maior parte dos cativos que chegam a casar

²⁸⁴ Se, mesmo para estes casamentos registrados na Igreja existe subnotificação nas listas – o que se vê pelos cativos de Vicente Correa – pode-se deduzir uma sonegação ainda maior de informações sobre

fazem-no nos primeiros anos. O imenso trabalho de cruzar nomes em documentos diferentes não permitiu conclusões seguras. A tentativa de pesquisa reversa, detectando nos registros de casamento os cativos que também aparecem nas listas nominativas ou nos registros de batismo, de modo a inferir o máximo de tempo entre a presença em Taubaté e o casamento, mostrou-se igualmente infrutífera. Apesar dos nomes digitalizados, e de uma boa ferramenta de buscas por seqüência de letras na base de dados²⁸⁵, este é um trabalho árduo e demanda maiores pesquisas. Mesmo com falhas de leitura e/ou digitação (neste item, significativas), o resultado ficou bem aquém do esperado. Pela negativa, reforça-se o cuidado que se deve ter em considerar tais interpretações da realidade histórica como aproximativas.

gráfico 39 – proporção de casamentos por ano (sobre total de casamentos), 1815-1829



FONTE: Livro de registro de casamento de escravos. Ver tabela 76 em anexo²⁸⁶.

laços de parentesco não sancionados pela norma eclesiástica.

²⁸⁵ Pesquisou-se tanto o nome do cabeça do fogo quanto da esposa, e mesmo a localidade de origem.

²⁸⁶ Os registros de casamento de cativos em 1814 não iniciam em janeiro – indicando que parte está em outro livro, perdido.

A análise mais quantitativa destes corpos documentais, porém, apontam para um maior número de casamentos no momento de maior tráfico, permitindo supor redução no tempo de demora para casar. Os registros eclesiásticos de casamento indicam que, concomitante ao incremento do tráfico, crescem os registros de união matrimonial (ver gráfico 39). Isto para a terça parte dos cativos que chegam a conhecer o casamento sacramentado, registrado. A redução do percentual de cativos casados indicada pelas listas nominativas, já se analisou acima, está associada à grande entrada de cativos. Um número muito alto chega e, mesmo que parte deles casem poucos anos após a chegada, não se restabelece a proporção de casados ou viúvos anterior. Isto porque os padrões de comparação remetem para o total de cativos, e não para a variação de casamentos. Desvinculando a proporção de casados e viúvos do total de cativos, mas considerando apenas os casados, percebe-se que mesmo durante o período de maior entrada de africanos, a proporção de casamentos entre eles não se reduziu²⁸⁷. No período de maior incremento do tráfico de almas, conforme indicado pelos registros de batismo, crescem as uniões matrimoniais, segundo os registros de casamentos ainda existentes, sob a guarda da Cúria Diocesana de Taubaté. O que permite deduzir uma redução no tempo de espera para a formação de laços matrimoniais.

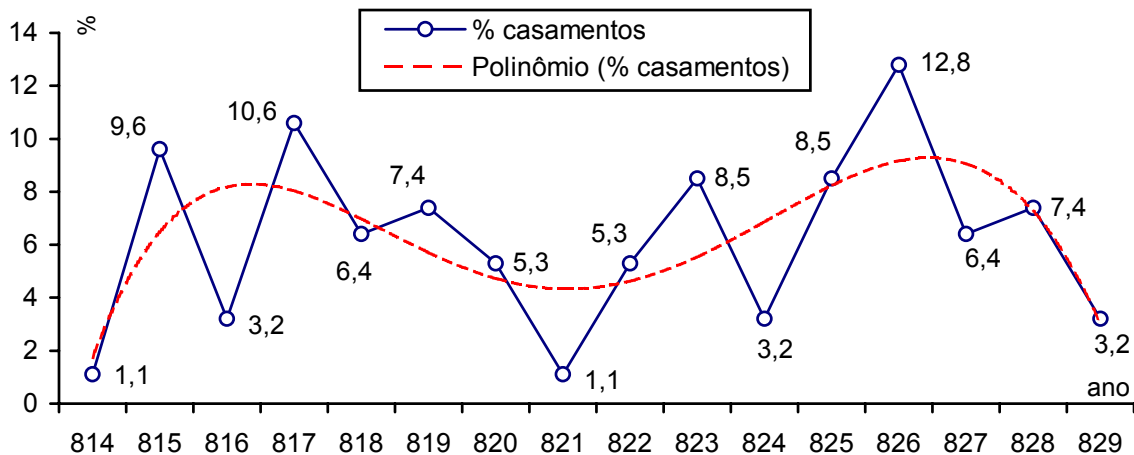
Origem dos cônjuges

Esta proposição pode ser melhor trabalhada pela variação dos casamentos segundo a origem dos cônjuges. De 253 registros de casamentos entre os anos de 1814 e 1829, 76 não

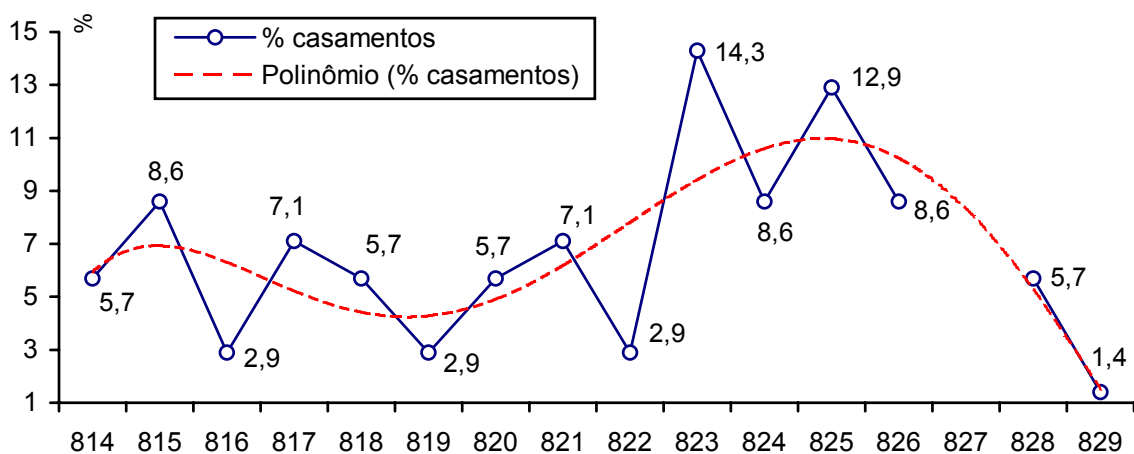
²⁸⁷ Os viúvos indicam cativos que, pela própria natureza da viuvez, estão a maior tempo aparentados: tiveram tempo para encontrar o parceiro(a) e o tempo casado, para somente então entrar no grupo dos viúvos.

indicam origem para ambos os cônjuges, 58 indicam para apenas um deles (sendo 49 africanos), 21 casamentos são mistos (um cônjuge africano, outro colonial), 94 indicam casamentos entre africanos e apenas quatro indicam casamentos entre coloniais. Provavelmente, a maior parte dos registros de casamentos com cativos sem indicação de origem são de coloniais. Em alguns casos o problema está na leitura do documento, mas na maior parte apenas se indica o nome do cativo, sem qualificativos, o que é comum para os coloniais (normalmente, o africano vem acompanhado de uma qualificação, como “João Angola”, “Antônio do gentio da guiné”...). Para efeito de teste, considerou-se os cativos sem origem especificada como coloniais: o número de casamentos mistos sobe para 70 e o de casamentos entre coloniais para 87 (excluiu-se os denominados como “pretos”, por ser cor e não origem). Estes casamentos estão indicados no gráfico 40.

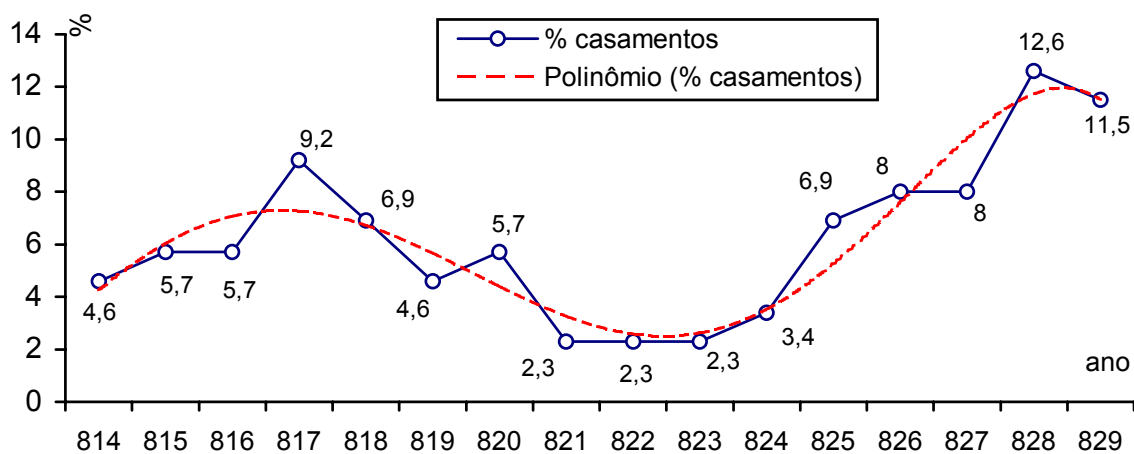
gráfico 40 – distribuição dos registros de casamentos segundo origem dos cônjuges, 1814-1829
Ambos os cônjuges africanos (94 casamentos)



Casamentos mistos um cônjuge africano, outro suposto colonial (70 casamentos)



Ambos os cônjuges supostamente coloniais (87 casamentos)



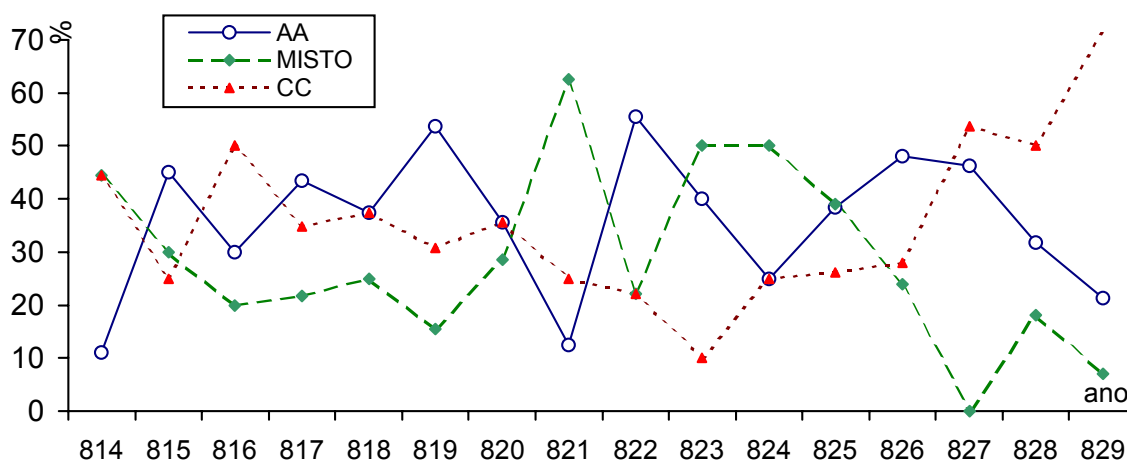
Obs.: porcentagem sobre o total de casamentos em cada um dos três grupos.

FONTE: Livro de registro de casamentos de escravos. Cúria Diocesana de Taubaté.

Entre os africanos, no momento que inicia a maior entrada de cativos (ver gráfico 26), cresce a proporção de casamentos. Como o gráfico 40 toma os 94 casamentos como 100%, o que se tem é uma variação da relação de parentesco dentro do próprio grupo dos africanos (o mesmo para os pretensos casamentos mistos e entre coloniais). Nos 87 casamentos entre supostos crioulos, percebe-se uma tendência de crescimento muito intensa neste mesmo período de incremento do tráfico, enquanto nos pretensos casamentos mistos a oscilação assume valores intermediários a estes dois grupos fechados. Tais oscilações, indicadas pela curva de tendência (polinômio), seguem de perto as oscilações indicadas no gráfico 42, indicando que é plausível a suposição de ser cativo colonial o cativo sem indicação explícita de origem. No momento de maior tenção, o de entrada de novos cativos, cresce o número (absoluto) de casamentos. Os 70 casamentos de possíveis coloniais com africanos fornecem uma curva de tendência muito próxima à observada para os 94 casamentos nos quais ambos os cônjuges são africanos: crescimento no exato momento de maior força do tráfico, e redução a seguir. Parte significativa destes africanos que casam não devem figurar no grupo dos recém-chegados. Seria pedir muito de alguém recém-chegado que se adaptasse imediatamente. Mas, supondo – por hipótese – serem todos estes africanos que casam moradores antigos em Taubaté, por que concentrar seu casamento justamente no momento de maior turbulência do mercado de almas? Se realmente uma redução da atividade mercantil favorecesse a formação de laços matrimoniais, tanto entre africanos quanto entre crioulos deveria ocorrer o contrário do indicado no gráfico 40. Estando a mais tempo em Taubaté, deveriam casar mais antes – isto, porém, não ocorre, tanto para os africanos quanto para os coloniais. As proporções de casamentos são maiores ao final da década de 1820 do que no final da década de 1810, se considerado o conjunto dos casamentos. 72 casamentos são registrados no período 1815-1819, 64 no período 1820-1824, enquanto 98

casamentos são registrados entre os anos de 1825 e 1829. A hipótese de que o tráfico se contraponha ao casamento de cativos não coaduna com os números apresentados, tanto pela análise das listas nominativas quanto pela análise dos registros eclesiásticos.

gráfico 41 – proporção dos casamentos ano a ano segundo a origem dos cônjuges, 1814-1829



FONTE: Livro de registro de casamentos de escravos.

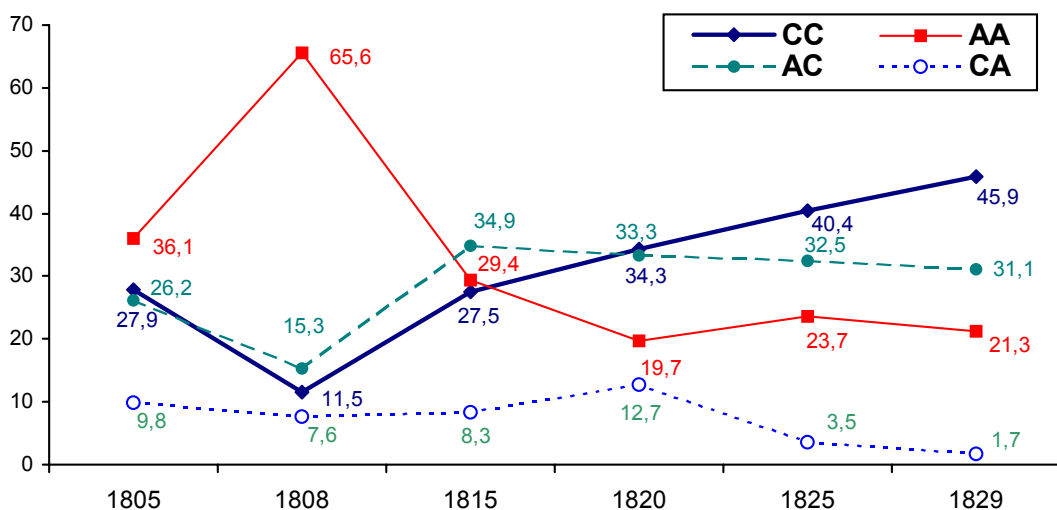
AA = casamento com ambos os cônjuges africanos; CC = casamento com ambos os cônjuges supostamente coloniais; MISTO = casamento com um dos cônjuges africano e outro supostamente colonial.

Considerando os casamentos por ano, destaca-se uma oscilação também muito próxima da apresentada pelo gráfico 42, já apontada para os gráficos anteriores. Entre os casamentos registrados, a proporção de casamentos entre coloniais cresce progressivamente a partir do crescimento do tráfico de almas, de modo que, em 1829, dez (74%) dos quatorze registros de casamentos ocorrem entre coloniais (gráfico 41). Para os casamentos entre africanos, a tendência é de pequena queda ao longo da década de 1820 e, para os casamentos mistos, maior queda já na metade desta mesma década. Tendências estas que, de modo incrivelmente semelhante, estão em consonância com as indicadas pelo gráfico 42, se comparado os valores da

lista de 1815 a 1829. No gráfico 41, o número de casamentos por ano oscila entre 8 (em 1821) e 25 (em 1826). Seria desejável agrupar por períodos de dois ou três anos, para aumentar o número de casos por período, mas a análise anual permite melhor comparação com os gráficos anteriores (tanto de batismo como casamento), e a seqüência anual pode ser considerada se atenuarmos as variações mais abruptas. Pelas análises dos registros de casamento, crescem os casamentos entre crioulos na segunda metade da década de 1820, tanto na análise por ano (gráfico 41) quanto analisando apenas este grupo (gráfico 40).

Pelas listas nominativas, a análise dos casais segundo a origem destes (gráfico 42), também indica crescimento do casamento entre coloniais na segunda metade da década de 1820. Mas a análise da proporção de casados ou viúvos entre os cativos coloniais (gráfico 33) e a análise da proporção de coloniais casados ou viúvos segundo o sexo destes (gráfico 35), indica redução na proporção de casados e viúvos entre coloniais na segunda metade da década de 1820, exatamente no momento em que os registros de casamentos acusam alta. Nesta contradição, os cálculos baseados nos registros de casamentos que indicam crescimento de relações parentais na segunda metade da década de 1820 devem ser aceitos como uma nova forma de expressar os valores da variação de laços parentais apresentados no gráfico 37. Reforça as análises deste gráfico sobre a variação de laços parentais sancionados, especificamente perceptíveis pelos os registros eclesiásticos. A favor desta análise baseada nos registros eclesiásticos de casamento, os valores apresentados no gráfico 42 apresentam crescimento dos laços parentais entre coloniais na década de 1820, agora baseando-se nas listas nominativas. Ainda assim, o número de famílias no gráfico 42 indica um subdimencionamento nos valores da lista de 1829: nos anos de 1805 a 1825 tem-se de 102 a 131 famílias, em 1829 tem-se 61 apenas.

gráfico 42 – Proporção de famílias entre cativos segundo origem dos cônjuges



FONTE: Listas nominativas.

Obs.: 122 famílias em 1805, 131 em 1808, 109 em 1815, 102 em 1820, 114 em 1825, 61 famílias em 1829²⁸⁸.

CA = esposo crioulo, esposa africana

CC = esposo e esposa crioulos

AC = esposo africano, esposa crioula

AA = esposo e esposa africanos

No momento de maior incremento do tráfico, percebido pelas listas de 1825 e 1829, os coloniais fecham-se mais, tendem a casar mais entre si. O casamento de africanos com africanos mantém-se relativamente estável (oscila entre 19 e 24%), e os casamentos mistos reduzem-se. Estes valores apresentados no gráfico 42 são resultados da seleção de todos os casais de cativos que tinham indicado explicitamente o laço matrimonial (pela expressão “fulana mulher de beltrano”), excluindo-se os casais sem indicação de origem²⁸⁹. Neste gráfico, a discrepância está na elevada proporção (65,6%) de casamentos entre africanos no ano de 1808 (esta oscilação

²⁸⁸ O total de casais explicitamente citados em 1805, 1808, 1815, 1820, 1825 e 1829 é, respectivamente: 130, 144, 110, 111, 114, e 67. A diferença entre estes valores corresponde aos casais cuja origem dos cônjuges não foi possível identificar.

²⁸⁹ A lista de 1799 não indicou origem para estes cativos, por isso o gráfico 42 considera apenas as listas de 1805 a 1829.

ocorre também em números brutos). O mais provável é que haja superdimensionamento das relações entre africanos, pois este é o ano que maior número de casais são especificados, e um indício a mais de subdimensionamento nos demais anos. O predomínio de casais com ambos os cônjuges africanos em 1808 apenas deve ser um pouco menor, tomando-se os demais anos como padrão.

A maior entrada de cativos africanos na década de 1820 remodela o que comumente chamamos de “mercado matrimonial”. Pela visão de seus senhores, são estranhos, indiferenciados: as denominações genéricas servem de sustento a esta afirmação. Para os cativos, nem tanto. A constância na proporção de casamentos mistos (entre africanos e coloniais) no período anterior ao incremento do tráfico (ou seja, antes de 1823) permite deduzir que um cativo com maior tempo para socializar-se tem maiores chances de casar com alguém já ladino. A maior entrada de africanos na década de 1820, entretanto, altera este padrão. Os escravos coloniais praticamente deixam de se casar com cativas africanas, enquanto as mulheres coloniais reduzem um pouco os casamentos com homens africanos. Cresce o casamento de coloniais com coloniais, que se voltam para o próprio grupo, fecham-se diante do diferente. Em contrapartida, com o incremento do tráfico, reduz-se a proporção de casamentos entre cativos africanos. Esta é uma situação semelhante ao indicado por Florentino e Góes, para o Rio de Janeiro no mesmo período. Estes autores perceberam também uma maior dificuldade dos africanos de casarem com coloniais dentro da norma²⁹⁰.

Entre 1805 e 1815, a proporção de casamentos entre africanos é mais elevada que na década de 1820 (gráfico 42), da mesma forma que a proporção de cativos africanos casados ou viúvos também é mais elevada até o ano de 1820 (gráfico 33). Sintomaticamente, a elevada entrada de cativos africanos durante a década de 1820 não reduz a proporção de casais nos quais

ambos os cônjuges sejam africanos, quando considerados em relação ao totais de casais listados com origens especificadas. Mantém-se uma proporção de casais que oscila muito pouco (entre 19 e 24%), apesar de ser um patamar inferior ao anterior (de mais de 29%). Novamente, cabe a argumentação já levantada acima de que a queda nos padrões de laços de parentesco tem sentido apenas enquanto valores proporcionais ao todo.

O tráfico de almas, intenso da década de 1820, representa a entrada de cativos marcados pelo estranhamento, considerando que os registros de casamentos de escravos remanescentes e as listas nominativas reproduzam de modo minimamente fidedigno as transformações das relações maritais oficialmente sancionadas²⁹¹. Estrangeiros, mas não só para aqueles que na colônia nasceram. A prática de dividir para controlar predomina no período anterior à década de 1820. Pela análise da origem dos cativos, realizada no capítulo anterior ao incremento do tráfico, observou-se que apenas nas listas nominativas designou-se com maior propriedade as diferentes origens africanas. Três grandes designações se destacam, a princípio Angolas e Benguelas, substituídos por Congos durante o grande incremento do tráfico na década de 1820 (ver gráfico 28). Analisando a formação dos laços matrimoniais entre cativos a partir destas informações mais detalhadas de origem, indicada pela tabela 34, percebe-se uma forte presença de laços parentais dos africanos com coloniais²⁹².

²⁹⁰ FLORENTINO e GÓES, *op. cit.*, p. 148-149.

²⁹¹ Quanto àquelas relações apenas socialmente aceitas, mas não sancionadas pela norma, pouco se pode dizer pelos documentos consultados. Tamanha cumplicidade, que relações maternas não sancionadas (filhos naturais), e mesmo relações filiais legítimas, pouco são registradas nos documentos elaborados em Taubaté no século XIX. Apenas o registro de batismo, pela sua especificidade, permitiu aproximar-se de tais relações de filiação (que se estudará em item adiante, sobre legitimidade das crianças).

²⁹² A análise da tabela 34 não inclui o ano de 1829 por ocorrer, neste ano, o predomínio dos naturais do Congo entre os africanos e dos naturais de Taubaté entre os coloniais (ver tabela 62). Estas são as interações dominantes. Congo casa com Congo ou com natural de Taubaté; identicamente, coloniais de Taubaté casam com os da mesma naturalidade ou com africanos do congo.

tabela 34 – Distribuição (%) dos casais segundo origem, 1805-1825

| Origem dos cônjuges | 1805 | 1815 | 1820 | 1825 |
|-------------------------|------|------|------|------|
| Angola – Angola | 7,4 | 4,7 | 0 | 0 |
| Angola – Africano | 10,5 | 3,7 | 2,0 | 0,9 |
| Angola – Colonial | 7,3 | 9,3 | 12,7 | 0 |
| Benguela – Benguela | 11,5 | 10,1 | 6,9 | 4,4 |
| Benguela – Africano | 10,5 | 13,8 | 6,9 | 3,5 |
| Benguela – Colonial | 20,5 | 15,6 | 22,6 | 12,3 |
| Congo – Congo | 0 | 0,9 | 2,9 | 6,1 |
| Congo – Africano | 1,6 | 5,5 | 3,9 | 5,3 |
| Congo – Colonial | 2,4 | 11,9 | 5,9 | 14,0 |
| De Taubaté – De Taubaté | 20,5 | 20,2 | 30,4 | 39,5 |

Obs.: Benguela – Colonial = um cônjuge Benguela, o outro Colonial. O cônjuge Benguela pode ser o marido ou a mulher (idem para o cônjuge colonial). Africano = cônjuge com origem africana diferente da especificada para o(a) companheiro(a). Porcentagem sobre o total de casais com origem especificada em cada ano.

Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 73 em anexo, que detalha as origens dos cônjuges, especificando as origens para o marido e para a mulher.

Em 1805 e 1815, quando predominam angolas e benguelas, percebe-se que os primeiros tendem a casar mais fora do próprio grupo de origem que o segundo grupo. Em 1805, 7,4% dos casais são formados por ambos os cônjuges naturais de Angola, praticamente a mesma proporção (7,3%) daqueles naturais de Angola casados com coloniais. O mesmo ocorre entre Benguelas. Na medida em que estes dois grupos reduzem a participação no conjunto dos cativos, os remanescentes orientam-se para casar com coloniais. Seria plausível supor que a redução destes dois grupos impelisse para o casamento inter-étnico, mas o que se realiza com os cativos originários do Congo não sustentam tal assertiva. O forte ingresso de cativos do Congo, via tráfico (ver gráfico 28), reproduz a tendência de casar com coloniais. A maior presença de membros do grupo não significou o reforço do casamento intra-grupal. O cativo africano que

chega à América portuguesa também é estrangeiro para seu companheiro de penúria. Iguais enquanto vítimas do tráfico de almas, mas diferentes desde a origem, cabe a estes um duplo papel de socialização: o de ajustarem-se aos companheiros que nasceram no cativo, presumidamente já ladinos, ao mesmo tempo que necessitam reduzir os conflitos com os companheiros igualmente bossais.

Formar uma comunidade, um “nós”, socializar significa coabitar com este duplo caminho. Por um lado, abrir-se para os companheiros de tráfico, por outro, associar-se aos já ladinos. Mesmo com o fechamento dos escravos naturais de Taubaté, que cada vez mais casam entre si, dobrando a participação de 20 para 40% (aproximadamente). Mais do que ser Angola, Benguela, Congo, predomina o ser africano e o tornar-se ladino. Entre africanos e coloniais formam-se estratégias de socialização diferenciadas. Entre os nascidos no cativo colonial, o fechar-se dentro do próprio grupo, entre os africanos, migrantes forçados, a abertura para os novos companheiros de infortúnio. A diversidade cultural – e os conflitos de convivência que daí podem resultar – não impedem o formar de um “nós”, o irmanar, o gerar igualdades na diferença. As agruras do novo ambiente suplantam as possíveis diferenças pré-tráfico, africanas – sem aniquilá-las, visto que parcela significativa dos casamentos entre africanos ocorre no mesmo grupo de origem. Reduzir o ambiente da escravidão a uma oposição “africano-colonial”, revela-se incapaz de perceber a forte miscigenação que acompanha o distanciamento entre os cativos coloniais (majoritariamente nascidos em Taubaté) e os cativos africanos – que se acirra no período de incremento do tráfico.

Laços de parentesco segundo origem nos inventários

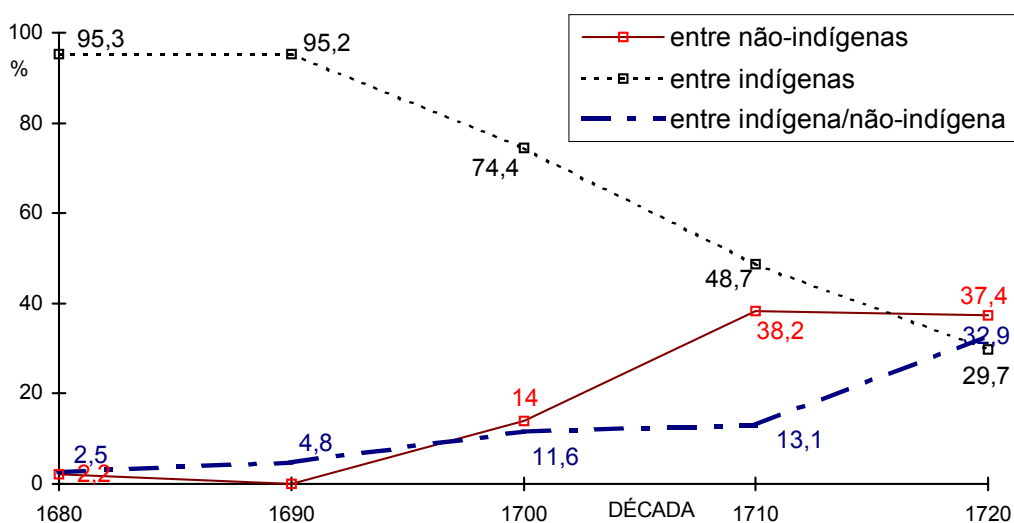
Observando-se a média de cativos por proprietário (gráfico 3), detectou-se dois momentos de maior entrada de escravos: as primeiras décadas do setecentos e do oitocentos. Nestes dois momentos, a documentação mostra a origem destes cativos por dois vieses. A princípio, diferenciando estes cativos recém-chegados dos cativos indígenas – ao ponto de indiferenciar os que chegam da África dos descendentes destes que nascem na colônia. Já no segundo momento, os registros discriminam os nascidos na África, e mesmo os nascidos em Taubaté. Nestes dois períodos de maior tráfico, a entrada de estranhos é destacada, seja de uma forma ou de outra, e a denominação que recebem por parte dos livres o atesta (ver discussão em capítulo específico sobre o origem e idade dos cativos). Para o oitocentos, pela análise das listas e dos registros de casamentos, percebe-se no momento de maior tráfico um claro direcionamento dos cativos já estabelecidos em casarem-se entre si, com os recém-chegados direcionando-se para a mesma atitude. De outro lado, a redução de casamentos mistos entre os já estabelecidos e os “outsiders”²⁹³. O que se indica agora é a permanência deste padrão pelas indicações dos inventários *post-mortem*. Diferente das análises já feitas neste capítulo, inclui-se aqui também os filhos para efeito de classificar a família segundo a origem, particularmente para o primeiro período, cujos valores estão indicados no gráfico 43. Neste gráfico considerou-se como família escrava apenas as descrições explícitas do tipo “fulano, sua mulher beltrana...” ou “fulana e seu(s) filho(s)...”. No momento em que o inventariante descreve, no corpo do

²⁹³ Uma referência ao livro de Norbert Elias de título homônimo. Neste livro, Elias analisa uma cidadezinha do interior da Inglaterra, mostrando as múltiplas tensões entre os habitantes há muito estabelecidos e os novos moradores, considerados estrangeiros que não partilham os valores e o modo de vida vigentes (ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000). Citar Elias (que trabalha uma região industrial no século XX) no contexto deste trabalho (escravidão nos séculos XVII-XIX) remete a problemas universais de discriminação e violência.

inventário, a existência de uma relação de marido-mulher ou de mãe-filho, pode-se subentender ser esta uma união estável, reconhecida pelo proprietário. Trata-se, portanto, apenas de valores mínimos, uma vez que outras relações (como amasiamento ou compadrio) são desconsideradas. Classificou-se como família indígena aquela em que todos os membros (pais/filhos) são inventariados como indígenas. Da mesma forma a família não indígena corresponde àquela em que todos os membros são inventariados como “gentio da guiné” ou simplesmente “escravos”. A família mestiça corresponde às famílias onde algum membro é indígena e o outro não. Também considerou-se como família mestiça alguns casos em que cativos possuem filhos de pessoas brancas (a descrição de relações entre cativos e livres, entretanto, são mínimas). Para efeito de maior observação do grau de desencontro entre estes dois mundos culturais – indígenas e não-indígenas – incluiu-se também os casos de mães solteiras. Recurso que dificulta a comparação com os demais gráficos, mas que expõe uma faceta nova: filhos de mães solteiras indígenas são também indígenas, filhos de mães solteiras não-indígenas são também não-indígenas. O que se percebe, neste primeiro período estudado, é um quase isolamento entre estes dois grupos. Se a proporção de casamento entre indígenas cai progressivamente, o motivo está mais na redução da presença destes do que no crescimento de relações entre os dois grupos. Tanto que o número de famílias mistas (ou mestiças) eleva-se apenas na década de 1720, quando o tráfico de não-indígenas já está bem estabelecido (iniciou com força na década anterior), e quando a presença de indígenas já é bastante reduzida. Caudatária de uma mentalidade mais voltada para registro das relações parentais, o número de famílias por década é bem elevado, se comparado com os valores para o período posterior a 1729. Tanto que, no gráfico 44, optou-se por dividir o período pós-1729 em 3 momentos, tornando o número de famílias minimamente consistente para análises estatísticas. O primeiro período (1730-1799)

representa a fase de crise da atividade econômica mercantil; o segundo (1800-1828), a fase de formação da atividade cafeeira; o terceiro período (1835-1848) é o do café já consolidado.

gráfico 43 – laços de parentesco entre cativos segundo origem, 1680-1729



FONTE: Inventários *post-mortem*. Considera-se 277 famílias na década de 1680, 62 na década de 1690, 43 na década de 1700, 76 na década de 1710 e 91 na década de 1720.

No gráfico 44, com as alterações nos critérios de classificação da origem dos cativos, pode-se retomar os mecanismos de classificação já empregados neste capítulo. O definidor do tipo de família passa a ser a origem de cada um dos cônjuges, excluindo-se os filhos desta análise (e também as mães solteiras, visto que filhos de africanos passam a ser crioulos). Pelos inventários, entre os anos de 1730 e 1848, 310 famílias foram identificadas, sendo 196 casais (63%). As demais famílias tem apenas a indicação da mãe com filhos (podem ser mães solteiras, ou apenas subnotificação do pai). Este os casais, 124 indicam claramente a origem para ambos os cônjuges. Os maiores valores são: 13 casais na década de 1750, 17 na década de 1810, 22 na

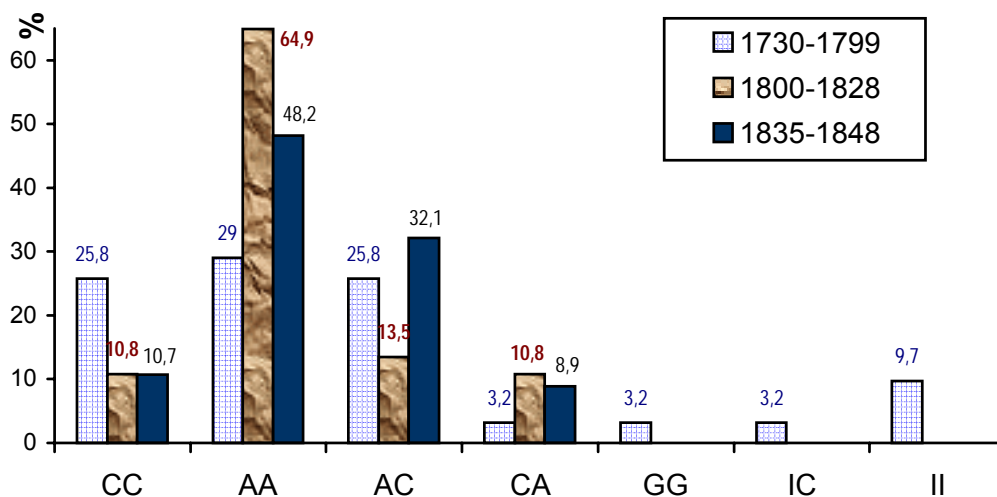
década de 1830 e 34 casais na década de 1840. Entre os anos de 1730 e 1799, apenas 31 famílias tem indicada a origem para ambos os cônjuges e, entre as décadas de 1800 e 1840, 93 famílias, número insuficiente para análise por década. Em todo o período pós-1729, os inventariantes indicam mais famílias cuja origem para ambos os cônjuges são africanos. No setecentos, contudo, esta superioridade é pequena: em 29% ambos os cônjuges são africanos, enquanto em 25,6% ambos os cônjuges são coloniais. No oitocentos, porém, o predomínio dos casais formados apenas por africanos é patente, muito superior aos demais tipos de composição familiar por origem. Especialmente nas três primeiras décadas do oitocentos, quando dois terços dos casais são formados apenas por africanos. Mais uma vez, o incremento do tráfico (década de 1820) leva ao isolamento, ao estranhamento.

Em ambiente diferente, um fechamento no próprio grupo aparece como atitude inicial, depois superada por uma maior abertura para os casamentos mistos. Se o impacto inicial da entrada de cativos não-indígenas no setecentos leva a identificar dois grupos quase antagônicos, a continuidade da convivência com africanos mostra nos dois terços finais do setecentos uma maior união matrimonial entre africanos e os filhos destes nascidos na colônia (as uniões mistas destes dois grupos representa o mesmo que as uniões entre africanos – 29%). Distanciados do período de presença indígena, a nova leva de cativos que o tráfico de almas insere em Taubaté apresenta um novo padrão de isolamento, desta vez com os descendentes de africanos não se unindo aos que chegam de longe, estanhos. Mas, passada a década de 1820, momento de intensificação do tráfico segundo as listas nominativas, reduz-se a oposição entre estes grupos: 41% das uniões são mistas (entre africanos e crioulos), patamar pouco inferior aos 48,2% de casais formados por africanos. Os inventários, por natureza, medem o acumulado ao longo de uma vida, enquanto as listas nominativas e os registros eclesiásticos de matrimônio permitem

uma visão mais compartimentada do tempo. Na base desta distinção, o motivo para uso dos inventários para análises de maior duração. Nem sempre as visões de curta e maior duração convergem (no caso, inclusive pela natureza de cada um destes corpos documentais citados).

As listas nominativas, como os registros eclesiásticos de matrimônio, apresentam um crescimento das relações matrimoniais entre crioulos, um fechamento, um isolamento (gráfico 41 e gráfico 42). De comum entre estes três corpos documentais, a queda (mesmo que pequena) das relações mistas no momento de maior tráfico: a década de 1820. Saber quem se afasta de quem, impossível, à luz dos documentos consultados. Se os africanos que se fecham ou os já estabelecidos, os ladinos. Pensando a diferença, sobressai a diferença, independente do grupo que se nega a casar com o outro. Documentos diferentes, destacando aspectos diferentes que convergem para o mesmo ponto: o isolamento. De qualquer modo, um fechamento apenas momentâneo, indicado pelos inventários – numa visão de maior duração. O forjar laços parentais não significa o formar um “nós” sem conflitos. A premência de adaptar-se, de forjar alianças, se inicialmente procura os iguais, não se restringe a estes.

gráfico 44 – laços de parentesco entre cativos segundo origem, 1730-1848



FONTE: Inventários *post-mortem*. Analisou-se 31 famílias no período 1730-1799, 37 no período 1800-1828 e 56 famílias no período 1835-1848.

Obs.: CC = ambos os cônjuges crioulos; AA = ambos os cônjuges africanos; AC = esposo africano, esposa crioula; CA = esposo crioulo, esposa africana; GG = ambos cônjuges gentios da Guiné; II = ambos cônjuges indígenas; IC = esposo indígena, esposa crioula.

Conclui-se, pelo que já foi analisado, uma redução da proporção das relações parentais apenas em relação ao total de cativos, pela entrada em ritmo mais acelerado que o de formação de famílias. O que Antonil chama de “cuidado”, a preocupação em transformar cativos bossais em ladinos, requer tempo. Se as análises até o momento realizados não permitiram – por dificuldades documentais – mostrar este tempo no âmbito do sujeito, do indivíduo, pode-se inferir este tempo a partir do conjunto de dados agrupados em diferentes variáveis, como sexo, origem, tamanho de plantel (análise da idade dos casados será feita a seguir). A lista de 1835, apesar das limitações, já aponta para uma reversão da queda dos laços matrimoniais indicada pela lista de 1825 e 1829. Comparada com os registros de batismo de adultos e africanos e com o registro de casamentos, este tempo de reversão da queda da proporção de casados e viúvos indicada pela lista de 1835 mostra que, para o conjunto dos escravos, boa parte dos cativos que

chegam a casar o fazem mais rapidamente com o maior incremento do tráfico. Este padrão de formação de laços parentais como essencial para adaptar um cativo a sua nova realidade, segundo o que se analisou até o momento, indica uma redução neste tempo de adaptação para o sujeito (indivíduo) recém-chegado nos momentos de maior incremento do tráfico de almas. Urge formar alianças para sobreviver na nova realidade em que está sendo inserido.

Mais ainda, formar condições para viver – e não apenas sobreviver – somente é possível adaptando-se ao novo ambiente. Tornar-se ladino, assim, não quer dizer tornar-se passivo. Não se vence uma guerra sem conhecer o terreno onde esta está sendo travada. O cativo, no mais das vezes, morre cativo – poucos atingem a alforria. Ele mais frágil, resta-lhe resistir para minorar sua dor – não é possível pensar a escravidão sem a violência que lhe é inerente. Nem por isso pode-se tratar o outro pelo mecanismo da violência permanente. É preciso pacificar, criar regras, gerar acomodação. Por isso o escravismo sobreviveu por três longos séculos, sempre se adaptando às condições locais. Embate diário, permanente: a paz é o outro nome da guerra, (quase) sem sangue derramado, onde todos se consideram vencedores (ou quase). Não é sem sentido que, no momento de maior necessidade de acomodação, quando da entrada em maior escala de cativos entre os anos de 1823 e 1827, crescem as relações matrimoniais.

Idade dos cônjuges

A entrada em larga escala de cativos na década de 1820 repercute, ainda, na composição etária dos casais que se formam, em função do tráfico priorizar cativos no início da idade produtiva (ver gráfico 45). É justamente nesta década que ocorrem as maiores oscilações na

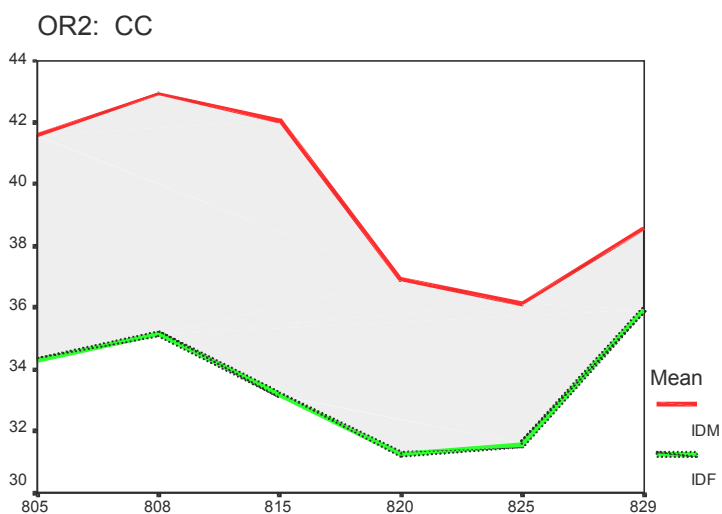
composição dos casais entre africanos e entre coloniais. Os laços parentais entre cativos africanos apresentam tendência de crescimento na idade média, para ambos os cônjuges. Como muitos casais aparecem em diferentes anos (a permanência destas relações será objeto de análise no próximo capítulo), pode-se supor um envelhecimento destes cônjuges. Em parte, a menor entrada de cativos africanos no período 1805 a 1820 poderia ser uma explicação. Entre os homens, há pequena redução na idade média entre 1815 e 1820, quando inicia o crescimento do tráfico, segundo os registros de batismo. Assim, a lista de 1825 coincide com o período de maior entrada de cativos, enquanto a lista de 1829, que apresenta maior redução da proporção de cativos casados ou viúvos, mostra uma realidade consolidada poucos anos após o início do incremento do tráfico, mas ainda com forte entrada de africanos. Tanto pelos cálculos das listas quanto dos inventários, nesta década de 1820 cai a média etária dos cativos (ver análise do gráfico 21). Isto repercute diretamente na idade dos cônjuges. Para indicar esta variação, calculou-se a idade média dos cônjuges, apresentada no gráfico 45, separando os cativos segundo a origem. O ênfase está na diferença da média de idade, representada graficamente pela área de cor mais escura²⁹⁴.

Dois aspectos devem ser ressaltados do gráfico 45: a variação na idade média com o incremento do tráfico e o predomínio de médias etárias mais elevadas entre os homens. Entre casais com ambos os cônjuges coloniais, a média etária cai entre os anos de 1808 e 1825, elevando-se a seguir. Em todo o período, redução progressiva da diferença entre a média de idade do marido em relação à média de idade da mulher. Em casais com ambos os cônjuges africanos, a redução na idade média, tanto para o marido quanto para a mulher, é mais fortemente sentida no ano de 1825. Estas variações indicam estratégias diferentes diante do

²⁹⁴ Corresponde à diferença etária total por origem apresentada na tabela 35. Esta tabela, contudo, apresenta apenas a diferença, não a idade média.

incremento do tráfico na década de 1820. Num primeiro momento do tráfico, com intensidade crescente a partir de 1823 (pelos registros de batismo), encontra-se na lista de 1825 um momento em que se pode detectar o ponto inicial deste incremento. Os casais que se formam voltados para seu próprio grupo de origem (africanos casando com africanos, coloniais casando com coloniais) respondem a esta nova condição com a redução da idade em que se casam. A continuidade do tráfico, contudo, é marcada pela elevação da idade média, tanto para homens quanto mulheres. Para os coloniais, diante do desconhecido, o fechar-se sobre si, o ensimesmanento. Provavelmente, a insegurança tendeu a antecipar os casamentos, com uma redução bem intensa da diferença de idade do média, que cai de 7,3 no ano de 1805 para 2,6 em 1829 (ver tabela 35). A tendência de casar mais cedo, que se estabelece no período de retração econômica (década de 1810, ver gráfico 2), reverte-se com o novo ambiente gerado pelo tráfico. Homens e mulheres coloniais que casam dentro do grupo voltam a casar mais tardiamente. Para os homens, contudo, a maior “concorrência” no “mercado matrimonial” força o casamento em idades mais baixas que no período anterior. E, para as mulheres, permite uma espera um pouco maior pelo registro oficial da relação matrimonial, após passado o impacto inicial do tráfico. Em relação aos casais formados por africanos, destaca-se a contínua elevação nas idades médias, tanto para homens quanto para mulheres. A quebra deste padrão ocorre apenas no ano de 1825, com redução brusca da média etária, para ambos os sexos. Mais provável que os cativos recém-chegados, de idade mais baixa, estejam casando. Diante do incremento do tráfico, identificado pelos registros de batismo a partir de 1823, tem-se uma rápida resposta no rearranjo matrimonial de africanos. A continuidade do tráfico, num ambiente em que houve tempo suficiente para uma mínima adaptação, possibilita a retomada dos padrões anteriores ao incremento do tráfico.

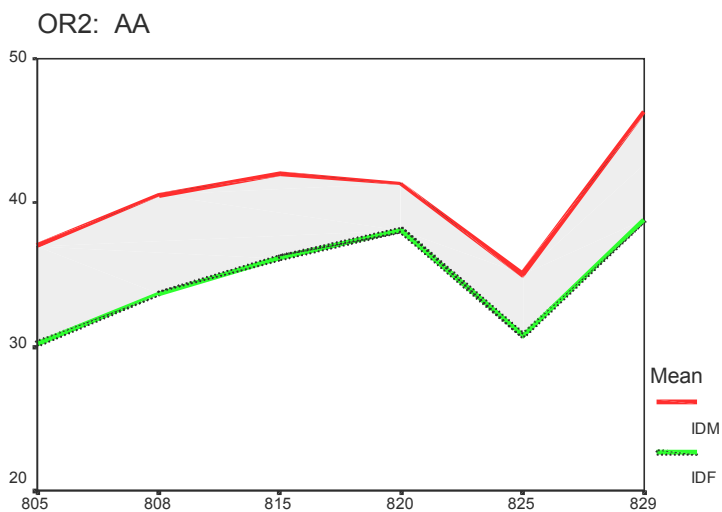
gráfico 45 – diferença na idade média dos cônjuges segundo origem do casal, 1805-1829



IDM = idade média do esposo.
IDF = idade média da esposa.

OR2 = origem do casal:
CC = esposo e esposa coloniais
AA = esposo e esposa africanos
CA = esposo colonial, esposa africana
AC = esposo africano, esposa colonial

ANO

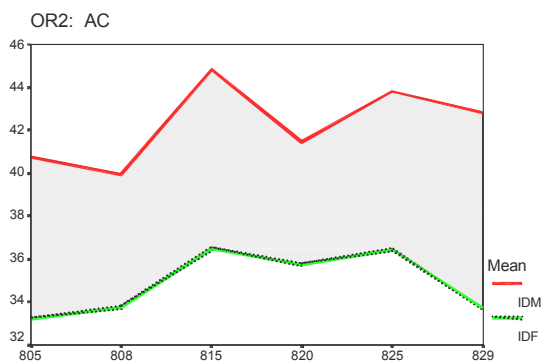


Número de famílias:

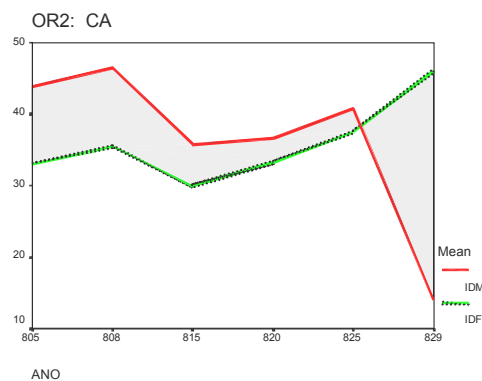
| Ano | AA | CC | AC | CA |
|------|----|----|----|----|
| 1805 | 44 | 33 | 31 | 10 |
| 1808 | 84 | 15 | 20 | 10 |
| 1815 | 32 | 31 | 37 | 8 |
| 1820 | 23 | 31 | 35 | 13 |
| 1825 | 24 | 47 | 33 | 4 |
| 1829 | 13 | 28 | 19 | 1 |

Valores apresentados na tabela 77, em anexo.
Fonte: listas nominativas.

ANO



ANO



ANO

O tráfico realiza, em parte, um fechar-se no próprio grupo. Mas, driblando restrições (como maiores índices de masculinidade, como desconhecimento do novo ambiente), faz-se alianças, estabelece-se um novo “modo de viver”. Entre cativos africanos, a reduzida diferença de média de idades mostra um padrão que parece mais típico da mulher africana do que do homem. Quando é um africano homem quem casa com uma escrava colonial, a diferença etária entre ele e sua esposa é visivelmente maior que a existente quando uma escrava africana casa com um cativo colonial. As mulheres africanas tendem a casar com homens pouco mais velhos que elas, enquanto os homens africanos tendem a casar com mulheres bem mais novas – reproduzindo uma diferença etária média próxima à existente entre coloniais no período anterior ao incremento do tráfico. Apesar de, em todos os quatro grupos destacados (CC, AA, CA e AC), a média etária dos homens sempre ser superior à média de idade das esposas (exceto para um casal de marido colonial e esposa africana, em 1829). Generalizando, homens casando com mulheres mais novas que eles, mas mulheres africanas casando com homens proporcionalmente mais novos que as mulheres coloniais.

Esta análise, vale frisar, refere-se ao conjunto dos casais. Selecionando-se os cônjuges segundo faixas etárias (tabela 35), um novo padrão emerge. Se as idades médias dos homens são superiores às das esposas, na maior parte das faixas etárias (e para todos os quatro grupos de origem), esta diferença oscila conforme a idade dos cônjuges. Entre os homens, quanto mais velho, maior é a diferença de idade entre este e a respectiva esposa. Entre as mulheres, quanto mais velha, menor é a diferença para com o respectivo esposo. Este é um padrão que se generaliza também para os quatro grupos de origem delimitados (CC, AA, CA e AC), em praticamente todos os anos analisados (ver gráfico 46 e tabela 35).

Os valores apresentados na tabela 35 devem ser interpretados à luz do predomínio de homens mais velhos que as respectivas esposas (ver gráfico 45)²⁹⁵. Uma vez que, para todos os casos, a diferença etária foi calculada subtraindo a idade da mulher da idade do marido, se a idade da mulher for superior à do marido, o resultado será um número negativo. Em oposição, o predomínio de maridos mais velhos que as respectivas esposas geram médias etárias positivas (maior que zero). Em 1805, entre casais cujos cônjuges são africanos, nos casais cujos maridos tem idade entre 15 e 24 anos (sete famílias), a diferença média entre a idade destes sete africanos e das respectivas mulheres é de três décimos (0,3). Significa que estes homens são praticamente da mesma idade que suas esposas (pouco mais velhos, apenas). Em contrapartida, neste mesmo ano, neste mesmo grupo (casais com ambos os cônjuges africanos), nas doze famílias em que a idade da esposa está entre 15 e 24 anos, a diferença etária média sobe para 5,6 anos. Se os africanos mais jovens casaram com mulheres da mesma idade, as africanas mais novas casaram com homens mais velhos. Ou seja, as mulheres africanas com 15 a 24 anos de idade, ao casarem com africanos, escolhem tanto homens da mesma idade quanto homens mais velhos. Aqueles africanos (homens) mais novos, quando conseguem casar no mesmo grupo de origem (vale recordar que apenas um quinto a um terço dos escravos conseguem casar), o fazem com cativas recém traficadas, visto a baixa idade destas esposas.

O mesmo ocorre quando o cativo africano jovem se casa com uma escrava nascida na colônia, em 1805: a diferença etária é inferior a um ano (0,8). Em contrapartida, para os africanos mais velhos, a tendência é casar com mulheres bem mais novas, sejam africanas ou coloniais, com diferença etária que chega a 32 anos. Para os escravos coloniais do sexo masculino, repete-se o padrão, com a característica extra destes cativos casarem com mulheres

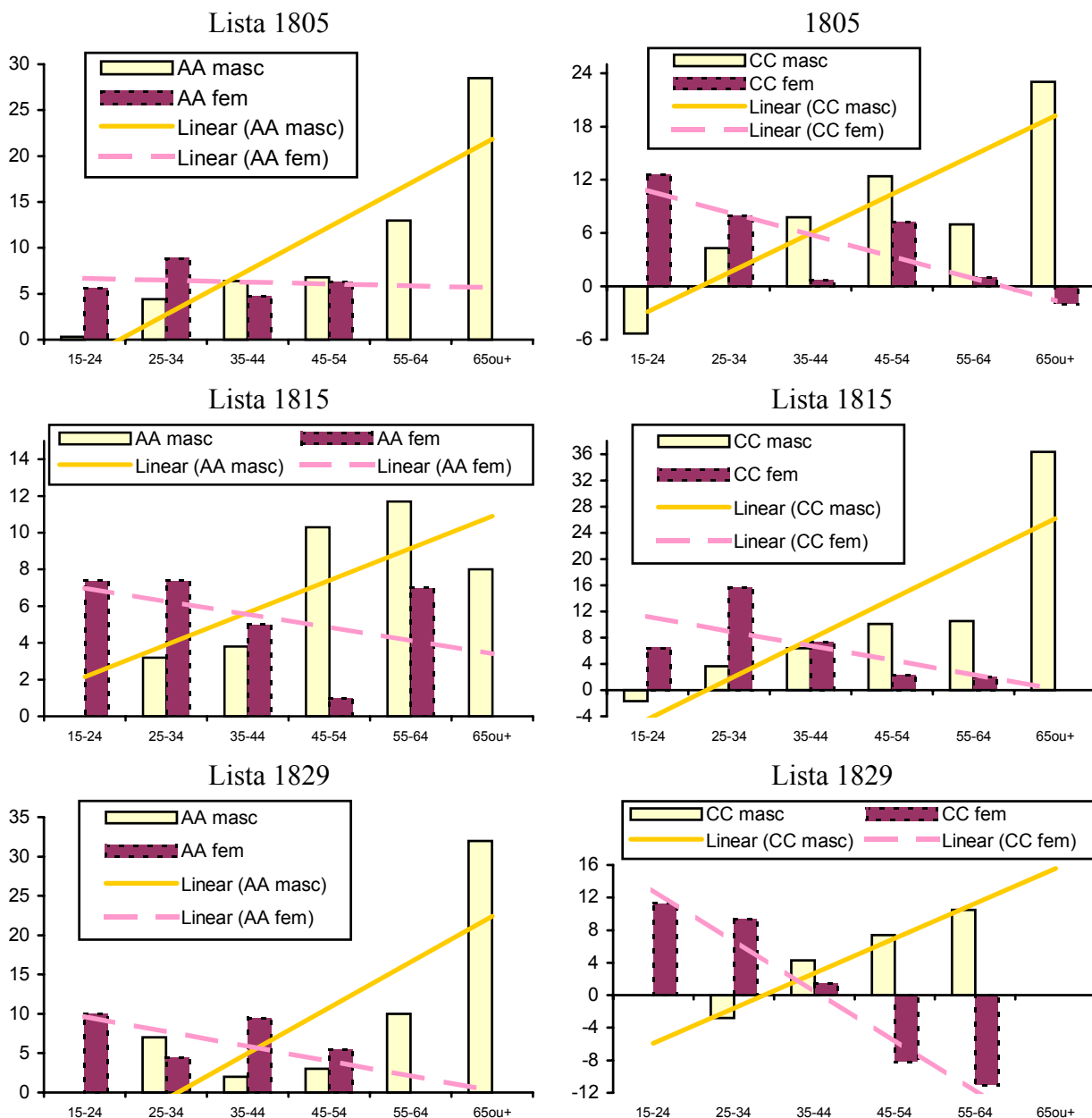
²⁹⁵ Vale reprimir, muda o padrão do predomínio não o predomínio de homens mais velhos do que as respectivas esposas, o que se expressa pelo predomínio de médias etárias superiores entre maridos.

mais velhas que eles. Quando um homem cativo nascido na colônia se casa com uma mulher também nascida na colônia, a tendência é casar com mulheres mais velhas (a diferença etária média chega a oito anos negativos, o que significa que as mulheres são, em média, oito anos mais velhas que os respectivos maridos). Em 1808 e 1825, a idade destes homens cativos nascidos na colônia é pouco superior à idade de suas mulheres também nascidas na colônia. O mesmo se repete quando um cativo homem nascido na colônia se casa com uma africana: sendo jovem, casa-se com mulher mais velha que ele ou de idade ligeiramente inferior. O que representa uma disputa desigual pelas cativas mais novas, em que se opõem o africano jovem (com vigor, mas com pouco tempo de adaptação), o africano idoso (mas ladino) e, com menor condição de sucesso²⁹⁶, os cativos homens nascidos na colônia.

Estranha sina do cativo nascido na colônia, por naturalidade forçado a ser ladino desde nascimento (ou não casaria, pelo suposto que casar – na norma sancionada – é um ato restrito a poucos, que estabelece um diferenciado “modo de viver”). Os maridos africanos com 15 a 24 anos casam-se com mulheres mais velhas apenas em 1808 (tanto no grupo AA quanto no AC). Os escravos mais jovens nascidos na colônia, entretanto, apresentam seis ocasiões em que casam com mulheres mais velhas que eles (com diferença etária média negativa). Na velhice, os escravos homens, nascidos na colônia ou na África, apresentam o mesmo padrão de casarem com mulheres bem mais novas que eles, independente destas mulheres serem africanas ou coloniais. Diferente condição vive a mulher cativa nascida na colônia, apresentando características praticamente iguais às das cativas africanas. Quanto mais velho o marido, maior é a diferença de idade entre este e a respectiva esposa. Esta é uma regra que atende tanto a africanos quanto coloniais. Entre as mulheres (tanto cativas africanas quanto coloniais), quanto mais velha, menor é a diferença para com o respectivo esposo.

²⁹⁶ Supondo que os interesses masculinos estejam prioritariamente voltados para as mais novas.

gráfico 46 – diferença etária média segundo origem e faixa etária dos cônjuges, 1805-1829



AA masc = diferença etária média em casais cujos cônjuges são africanos, segundo a faixa etária do marido.

AA fem = diferença etária média em casais cujos cônjuges são africanos, segundo a faixa etária da mulher.

Linear = linha de tendência (regressão linear).

CC masc = diferença etária média em casais cujos cônjuges são coloniais, segundo a faixa etária do marido.

CC fem = diferença etária média em casais cujos cônjuges são coloniais, segundo a faixa etária da mulher.

Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 35 para estes e demais grupos e anos.

As diferenças etárias médias entre cônjuges encontradas em Taubaté apenas aproximadamente reproduzem as encontradas para o Rio de Janeiro por Florentino e Góes e por Simonato²⁹⁷. No período de tráfico menos intenso, estes autores encontram diferenças etárias superiores a quinze ou vinte anos, tanto entre homens velhos com esposas muito mais novas quanto entre mulheres com esposos muito mais novos. Em termos comparativos, significa que os homens mais velhos encontram uma condição semelhante nas duas localidades, casando com mulheres muito mais novas que eles. Na outra ponta, a dos homens mais jovens, e para as mulheres, apenas parcialmente estabelecem-se semelhanças. São padrões que se assemelham mais às alterações que o incremento do tráfico produz no Rio de Janeiro²⁹⁸. Em Taubaté, ao contrário do ocorrido no Rio de Janeiro, o incremento do tráfico pouco altera o padrão já estabelecido, quanto à diferença etária média por faixas decenais de idade dos cônjuges.

A análise deste padrão de diferença etária, para o Rio de Janeiro, permitiu aos autores concluir que os homens mais velhos controlam o mercado matrimonial, podendo escolher para si as cativas mais novas, enquanto aos cativos mais novos resta o casamento com mulheres mais velhas (em parte, viúvas em segundas núpcias). Partindo da idéia de anterioridade e de respeito aos mais velho, dominante nas comunidades africanas, deduz-se destas práticas matrimoniais a presença de elementos culturais africanos. Estas grandes diferenças etárias, simétricas de tal forma que homens velhos casam com mulheres novas e mulheres velhas casam com homens novos, se encaixam bem na teoria proposta. Em Taubaté, contudo, tal padrão não se verifica entre escravos africanos. Poucas vezes uma mulher casa com homem muito mais novo. Os casos extremos ocorrem em 1829 (uma mulher 32 anos mais velha que seu marido) e em 1820 (um

²⁹⁷ FLORENTINO e GÓES, *op. cit.*; SIMONATO, Andréa Jácome. *O parentesco entre os cativos no meio rural do Rio de Janeiro em 1860. População e família*. São Paulo: Cedhal/Usp/Humanitas, vol. 1, n. 1, p. 143-179, jan/jun 1998.

²⁹⁸ FLORENTINO e GÓES, *op. cit.*, p. 153-159.

casal com diferença de dezoito anos). Nos demais casos em que a mulher é mais idosa que o marido, a diferença etária média não ultrapassa os onze anos. Sintomaticamente, todos estes casos registram-se com cativos homens nascidos na colônia. Entre os homens africanos, no máximo a mulher é seis anos mais velha que ele (um casal em 1815); nos demais casos, as mulheres apresentam no máximo a diferença média de três anos a mais que o companheiro africano.

Interessante como, num argumento que seria favorável à idéia de permanência de costumes africanos como elemento de resistência, Slenes vê a possibilidade de ser apenas um reajustamento às novas condições, com as mulheres recém-chegadas, jovens, escolhendo parceiros mais velhos por estarem estes mais adaptados ao ambiente em que estas são introduzidas. Não simplesmente negando este traço da diferença etária como “resquício” cultural africano, mas apresentando outra interpretação possível, Slenes está a reforçar o argumento da adaptação (e não explorando sua idéia chave, a de resistência). Ou, deduz-se, adaptação como resistência – um dos motes deste trabalho. No caso de Taubaté, as diferenças são mais brandas, em geral ficam próximas da casa de dez anos, e muitas vezes em apenas dois ou três anos. Um padrão tido como africano que se realiza com maior amplitude entre os coloniais.

O que se observa em Taubaté, se não é mera reprodução de padrão africano na América, não deixa de ser resposta a este – adaptação local. Se a imagem de jovens cativas submissas a velhos ladinos apenas como tática adaptativa é bem plausível, a verdade é que em poucos casos o inverso ocorre: mulheres já velhas normalmente não casam com homens jovens. Sem olhar para as oscilações internas, o predomínio fica para homens mais velhos que suas esposas, independente da faixa etária de ambos os cônjuges. Mais do que um padrão africano, deve-se

deduzir uma adaptação destes ao ambiente americano (no caso, Taubaté – especificamente), um fazer-se ladino. Slenes oferece um argumento a mais para a idéia de “paz” nas senzalas, e deve ser louvado pelo seu rigor metodológico (e honestidade) em não utilizar um argumento favorável a si – e abrir espaço para pensa-lo pelo oposto. O que não quer dizer que adaptação não seja também resistência. Padrões de respeito e anterioridade para os mais velhos, ao menos em Taubaté, não são restritos ao ambiente africano. Ao trabalhar a escolha dos cônjuges, Slenes coloca em evidência a problemática da escolha e, da mesma forma que Florentino e Góes, responde pela capacidade dos cativos de efetuarem escolhas, mesmo que escolhas limitadas pelas restrições senhoriais. Seja o homem mais velho que escolhe a mulher mais jovem, ou a mulher jovem que escolhe o velho ladino.

tabela 35 – diferença etária média segundo origem e faixa etária dos cônjuges, 1805-1829

Ambos os cônjuges africanos

| ANO | IDMasc. | Média NFam | IDFem. | Média NFam |
|-----|---------|------------|--------|---------------|
| 805 | 15-24 | 0,3 | 7 | 15-24 5,6 12 |
| | 25-34 | 4,4 | 10 | 25-34 8,9 13 |
| | 35-44 | 6,4 | 14 | 35-44 4,7 11 |
| | 45-54 | 6,8 | 8 | 45-54 6,3 8 |
| | 55-64 | 13,0 | 3 | |
| | 65ou+ | 28,5 | 2 | |
| | Total | 6,5 | 44 | Total 6,5 44 |
| 808 | 15-24 | -3,0 | 3 | 15-24 11,1 18 |
| | 25-34 | 2,7 | 33 | 25-34 7,7 34 |
| | 35-44 | 6,1 | 15 | 35-44 4,3 14 |
| | 45-54 | 10,7 | 17 | 45-54 8,9 15 |
| | 55-64 | 14,5 | 10 | 55-64 0,3 3 |
| | 65ou+ | 26,3 | 6 | |
| | Total | 7,8 | 84 | Total 7,8 84 |
| 815 | 25-34 | 3,2 | 12 | 15-24 7,4 7 |
| | 35-44 | 3,8 | 9 | 25-34 7,4 11 |
| | 45-54 | 10,3 | 3 | 35-44 5,0 6 |
| | 55-64 | 11,7 | 6 | 45-54 1,0 5 |
| | 65ou+ | 8,0 | 2 | 55-64 7,0 3 |
| | | Total | 5,9 | 32 |
| 820 | 15-24 | 1,3 | 3 | 15-24 7,8 6 |
| | 25-34 | 3,0 | 5 | 25-34 3,8 4 |
| | 35-44 | 2,0 | 7 | 35-44 0,8 4 |
| | 45-54 | -0,7 | 3 | 45-54 3,2 6 |
| | 55-64 | 6,0 | 4 | 55-64 -3,3 3 |
| | 65ou+ | 19,0 | 1 | |
| | Total | 3,2 | 23 | Total 3,2 23 |
| 825 | 15-24 | 9,0 | 1 | 15-24 8,0 8 |
| | 25-34 | 4,6 | 13 | 25-34 2,5 6 |
| | 35-44 | 1,6 | 7 | 35-44 1,2 6 |
| | 45-54 | 7,5 | 2 | 45-54 0,7 3 |
| | 55-64 | 6,0 | 1 | |
| | | Total | 4,2 | 24 |
| 829 | 25-34 | 7,0 | 3 | 15-24 10,0 2 |
| | 35-44 | 2,0 | 4 | 25-34 4,5 2 |
| | 45-54 | 3,0 | 2 | 35-44 9,5 6 |
| | 55-64 | 10,0 | 3 | 45-54 5,5 2 |
| | 65ou+ | 32,0 | 1 | 55-64 0,0 1 |
| | | Total | 7,5 | 13 |

Ambos os cônjuges coloniais

| ANO | IDMasc. | Média NFam | IDFem. | Média NFam |
|-----|---------|------------|--------|---------------|
| 805 | 15-24 | -5,3 | 3 | 15-24 12,6 10 |
| | 25-34 | 4,3 | 8 | 25-34 8,0 11 |
| | 35-44 | 7,8 | 12 | 35-44 0,7 7 |
| | 45-54 | 12,4 | 5 | 45-54 7,3 3 |
| | 55-64 | 7,0 | 3 | 55-64 1,0 1 |
| | 65ou+ | 23,0 | 2 | 65ou+ -2,0 1 |
| | Total | 7,3 | 33 | Total 7,3 33 |
| 808 | 15-24 | 2,0 | 1 | 15-24 5,0 3 |
| | 25-34 | 3,3 | 3 | 25-34 11,3 4 |
| | 35-44 | 4,5 | 4 | 35-44 6,2 5 |
| | 45-54 | 15,7 | 3 | 45-54 10,5 2 |
| | 55-64 | 11,7 | 3 | |
| | 65ou+ | 5,0 | 1 | 65ou+ 5,0 1 |
| | Total | 7,8 | 15 | Total 7,8 15 |
| 815 | 15-24 | -1,7 | 3 | 15-24 6,5 8 |
| | 25-34 | 3,6 | 8 | 25-34 15,7 9 |
| | 35-44 | 6,4 | 8 | 35-44 7,4 10 |
| | 45-54 | 10,1 | 7 | 45-54 2,3 3 |
| | 55-64 | 10,5 | 2 | 55-64 2,0 1 |
| | 65ou+ | 36,3 | 3 | |
| | Total | 8,9 | 31 | Total 8,9 31 |
| 820 | 15-24 | -1,0 | 2 | 15-24 9,9 8 |
| | 25-34 | 3,6 | 14 | 25-34 5,7 13 |
| | 35-44 | 7,6 | 10 | 35-44 0,6 5 |
| | | | | 45-54 4,8 4 |
| | 55-64 | 10,2 | 5 | 55-64 0,0 1 |
| | | Total | 5,6 | 31 |
| 825 | 15-24 | 0,3 | 3 | 15-24 9,5 12 |
| | 25-34 | 0,9 | 21 | 25-34 5,2 21 |
| | 35-44 | 8,3 | 14 | 35-44 3,4 9 |
| | 45-54 | 7,2 | 6 | 45-54 -3,0 2 |
| | 55-64 | 12,3 | 3 | 55-64 -11,0 3 |
| | | Total | 4,6 | 47 |
| 829 | 25-34 | -2,8 | 10 | 15-24 11,3 3 |
| | 35-44 | 4,3 | 10 | 25-34 9,4 8 |
| | 45-54 | 7,4 | 8 | 35-44 1,5 11 |
| | | | | 45-54 -8,2 5 |
| | | | | 55-64 -11,0 1 |
| | | Total | 2,6 | 28 |

IDMasc. = Faixa etária do homem;

IDFem. = Faixa etária da mulher;

Média = Diferença etária média

Nfam = Número de famílias consideradas

Tabela continua na próxima página.

Diferença etária média segundo origem dos cônjuges, 1805-1829
(continuação da tabela 35).

Um cônjuge africano (homem), outro colonial (mulher)

| ANO | | IDMasc. Média NFam | | IDFem. Média NFam | | |
|-----|-------|--------------------|----|-------------------|------|----|
| 805 | 15-24 | 0,8 | 4 | 15-24 | 11,3 | 11 |
| | 25-34 | 4,3 | 7 | 25-34 | 9,9 | 8 |
| | 35-44 | 9,3 | 6 | 35-44 | 5,7 | 6 |
| | 45-54 | 12,5 | 10 | 45-54 | 3,7 | 3 |
| | 55-64 | 3,5 | 2 | 55-64 | 2,0 | 3 |
| | 65ou+ | 16,5 | 2 | | | |
| | Total | 8,2 | 31 | Total | 8,2 | 31 |
| 808 | 15-24 | -1,3 | 3 | 15-24 | 10,2 | 5 |
| | 25-34 | -2,8 | 4 | 25-34 | 5,2 | 6 |
| | 35-44 | 10,8 | 4 | 35-44 | 5,3 | 6 |
| | 45-54 | 11,1 | 8 | 45-54 | 3,3 | 3 |
| | 55-64 | 7,0 | 1 | | | |
| | Total | 6,2 | 20 | Total | 6,2 | 20 |
| 815 | 15-24 | 4,5 | 2 | 15-24 | 13,5 | 10 |
| | 25-34 | 3,4 | 8 | 25-34 | 5,1 | 8 |
| | 35-44 | 9,4 | 10 | 35-44 | 8,3 | 11 |
| | 45-54 | 5,0 | 6 | 45-54 | 5,5 | 2 |
| | 55-64 | 13,3 | 8 | 55-64 | 7,4 | 5 |
| | 65ou+ | 14,3 | 3 | 65ou+ | -6,0 | 1 |
| | Total | 8,4 | 37 | Total | 8,4 | 37 |
| 820 | 15-24 | 2,0 | 1 | 15-24 | 8,9 | 7 |
| | 25-34 | 4,4 | 8 | 25-34 | 5,5 | 8 |
| | 35-44 | 4,0 | 14 | 35-44 | 6,0 | 12 |
| | 45-54 | 6,3 | 6 | 45-54 | 4,2 | 6 |
| | 55-64 | 7,8 | 5 | 55-64 | -1,5 | 2 |
| | 65ou+ | 30,0 | 1 | | | |
| | Total | 5,7 | 35 | Total | 5,7 | 35 |
| 825 | 15-24 | 1,0 | 3 | 15-24 | 7,4 | 5 |
| | 25-34 | 3,6 | 5 | 25-34 | 10,8 | 10 |
| | 35-44 | 2,8 | 11 | 35-44 | 5,5 | 11 |
| | 45-54 | 11,8 | 9 | 45-54 | 3,4 | 5 |
| | 55-64 | 12,5 | 2 | 55-64 | 10,0 | 2 |
| | 65ou+ | 20,0 | 3 | | | |
| | Total | 7,4 | 33 | Total | 7,4 | 33 |
| 829 | 25-34 | 1,0 | 4 | 15-24 | 14,0 | 2 |
| | 35-44 | 8,1 | 7 | 25-34 | 7,6 | 8 |
| | 45-54 | 12,0 | 5 | 35-44 | 10,3 | 7 |
| | 55-64 | 17,3 | 3 | 45-54 | 6,0 | 2 |
| | Total | 9,1 | 19 | Total | 9,1 | 19 |

Um cônjuge colonial (homem), outro africano (mulher)

| ANO | | IDMasc. Média NFam | | IDFem. Média NFam | | |
|-----|-------|--------------------|----|-------------------|-------|----|
| 805 | 15-24 | 0 | 1 | 15-24 | 7,3 | 3 |
| | 25-34 | 6,8 | 4 | 25-34 | 12,8 | 5 |
| | 35-44 | 9,0 | 1 | 45-54 | 2,0 | 1 |
| | 45-54 | 8,5 | 2 | 55-64 | 10,0 | 1 |
| | 65ou+ | 22,5 | 2 | | | |
| | Total | 9,8 | 10 | Total | 9,8 | 10 |
| 808 | 25-34 | 0,5 | 2 | 25-34 | 13,0 | 7 |
| | 35-44 | 11,8 | 4 | 35-44 | 7,0 | 1 |
| | 45-54 | 8,5 | 2 | 45-54 | 2,0 | 1 |
| | 65ou+ | 22,5 | 2 | 65ou+ | 10,0 | 1 |
| | Total | 11,0 | 10 | Total | 11,0 | 10 |
| 815 | 15-24 | -11,0 | 1 | 15-24 | 6,0 | 2 |
| | 25-34 | 3,0 | 3 | 25-34 | 5,5 | 4 |
| | 35-44 | 13,0 | 1 | 35-44 | 6,5 | 2 |
| | 45-54 | 12,0 | 3 | | | |
| | Total | 5,9 | 8 | Total | 5,9 | 8 |
| 820 | 15-24 | 2,0 | 2 | | 11,0 | 1 |
| | 25-34 | -0,2 | 6 | 15-24 | 2,0 | 2 |
| | 35-44 | 11,0 | 2 | 25-34 | 4,7 | 6 |
| | 45-54 | 3,0 | 2 | 35-44 | 10,0 | 1 |
| | 65ou+ | 13,0 | 1 | 45-54 | -18,0 | 1 |
| | | | | 55-64 | 4,5 | 2 |
| | Total | 3,4 | 13 | Total | 3,4 | 13 |
| 825 | 15-24 | 2,0 | 1 | 15-24 | 2,0 | 1 |
| | 25-34 | 5,0 | 1 | 25-34 | 5,0 | 1 |
| | 45-54 | 10,0 | 1 | 35-44 | 10,0 | 1 |
| | 55-64 | -4,0 | 1 | 55-64 | -4,0 | 1 |
| | Total | 3,3 | 4 | Total | 3,3 | 4 |
| 829 | 15-24 | -32,0 | 1 | 45-54 | -32,0 | 1 |
| | Total | -32,0 | 1 | Total | -32,0 | 1 |

IDMasc. = Faixa etária do homem;

IDFem. = Faixa etária da mulher;

Nfam = Número de famílias consideradas;

Média = Diferença etária média;

Diferença etária = idade do marido menos a idade da mulher (valor negativo = esposa mais velha que o esposo)

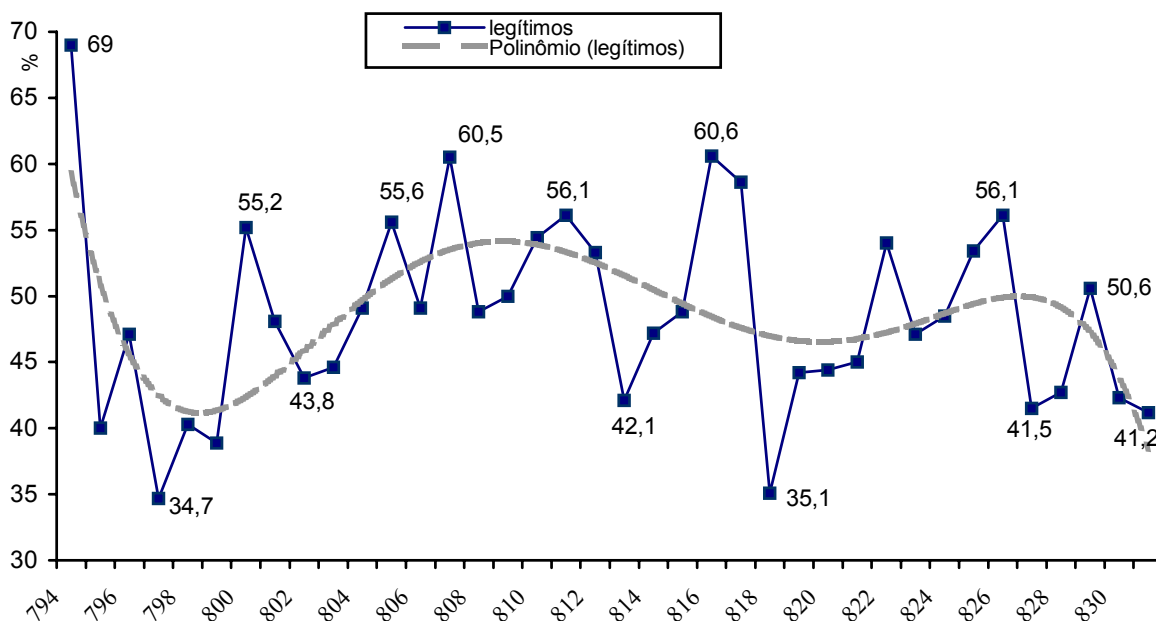
Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 78 em anexo sobre diferença etária média para o conjunto dos cônjuges cativos (sem dividi-los por origem).

Legitimidade das crianças

Nas análises realizadas, permanece a impressão de que as relações parentais entre cativos são notificadas apenas quando inevitáveis, tratando-se, no mais, de domínio público sem carecer de maior explicitação. Esta característica é reforçada se considerados os escravos batizados a partir do estatuto de filhos legítimos ou naturais, conforme indicado pelo gráfico 47. Na maior parte dos registros de batismo de filhos naturais, indica-se explicitamente a mãe como solteira; em alguns casos, o pai é incógnito e, em outros, indica-se apenas a mãe. O sacramento do matrimônio, precedendo ao sacramento do batismo, força a indicar a inexistência daquele no ato deste. Contudo, há negligência em explicitar a existência do matrimônio. Na maior parte dos registros, quando se indica pai e mãe, raramente estes são apresentados como casados. O que força, metodologicamente, a considerar como filhos legítimos, no presente cálculo, aqueles cujo registro de batismo apresentem tanto o nome para o pai quanto para a mãe. Este é, também, o critério adotado por Slenes²⁹⁹. Uma sistemática que não corresponde ao ideal, mas apenas ao possível, supondo que o conhecimento público leve ao não-registro. Pode ocorrer, é plausível supor, que em alguns casos os pais que são indicados no registro não sejam os pais biológicos; mas é difícil aceitar que a moral católica permitisse a proliferação desta prática. Os pais indicados no registro, socialmente aceitos como tal, devem ser os pais biológicos para a imensa maioria dos casos. A negativa de pais em registrarem seus filhos geralmente dava lugar à figura do “exposto”, e não à substituição do pai biológico por outra pessoa. Assim, a não indicação explícita de que os pais indicados são casados não é empecilho para considera-los como sendo.

²⁹⁹ SLENES. Na senzala, uma flor. *Op. cit.*, p. 101.

gráfico 47 – filhos legítimos segundo registro de batismo, 1794-1831



FONTE: Livro de registro de batismo de escravos. Ver tabela 79 em anexo.

A participação de filhos naturais faz-se em oposição aos legítimos, basta ler o gráfico de forma invertida, como um espelho.

O crescimento do maior número de casamentos entre cativos justamente no momento de incremento do tráfico de almas vem acompanhado do crescimento do número de filhos legítimos nos registros de batismo. Uma maior formação de matrimônios sancionados pela norma leva a um maior sancionamento dos filhos dentro da norma. Da mesma forma, uma desarticulação nos mecanismos de formação de laços matrimoniais dentro da norma repercutiria diretamente num maior índice de mães solteiras. O gráfico 47 destaca que, entre os anos de 1797 e 1807, e entre os anos de 1818 e 1826 ocorre um crescimento na proporção de filhos “legítimos” (os valores percentuais colocados no gráfico 47 indicam os períodos de pico na oscilação dos filhos legítimos). Como poucos habitantes devem ser de outra religião que não a católica, a imensa maioria das crianças nascidas vivas são batizadas. Com a preocupação da

Igreja em batizar, dificilmente o registro de batismos está subdimencionado. Outro aspecto a reter dos números apresentados no gráfico 47 está na permanência da proporção de filhos legítimos entre um terço e quase dois terços dos registros de batismo. Considerando os 2463 registros que baseiam os cálculos deste gráfico, tem-se 1196 registros de filhos legítimos, 48,6% do total. A reiteração destes valores no tempo permite supor, por via indireta, a permanência de relações estáveis entre os cativos. Os registros eclesiásticos de casamento entre cativos iniciam em 1814, mas a similaridade com as oscilações ocorridas na década de 1820 entre os registros eclesiásticos e as listas permite aludir às transformações da passagem do setecentos para o oitocentos. O primeiro momento de crescimento dos filhos legítimos (1797 a 1807) corresponde ao crescimento da produção de cana-de-açúcar. Com o incremento da produção mercantilizada, o incremento do tráfico de almas. Analogamente às oscilações demográficas da década de 1820 aqui estudadas, ao maior número de nascimentos legítimos entre os cativos deve corresponder um maior crescimento do registro de uniões matrimoniais. Ou seja, no momento de amplitude das possibilidades de conflito, o lançar-se mão de um poderoso meio de socialização: a formação de laços parentais – o que significa a formação de alianças, de relacionamentos estabilizadores (mesmo que inclua elementos de resistência ao cativo). Quanto maior o conflito, mais se carece de atenção. Como bem lembra Antonil... A exigência de “maior cuidado” com os que chegam, supõe que mais mecanismos de acomodação se disponibilizem justamente no momento de maior necessidade. Dificil aceitar que se abdique de uma forma tão forte de socialização, representada pela formação de laços de parentesco, que significa também o formar laços de aliança, estabelecer um novo “nós”. Apenas, como grande parte das atividades humanas, não se realiza instantaneamente, mas supõe um tempo de adaptação, de recriação de padrões conforme as condições possíveis no novo ambiente. Neste ponto, Slenes indica a

permanência de “recordações”, ou seja, a realização de padrões africanos na constituição de nova vida na América. E, da permanência destes padrões, o papel destes como resistência. O que Slenes destaca é o papel da resistência. Florentino e Góes destacam o da negociação. Aspectos que coexistem...

A permanência do cuidado

O inventário aberto em 1793 por falecimento de Maria Joaquina permite retomar questões já colocadas. São arrolados quatro escravos, na seguinte ordem: “huma escrava por nome Luzia de idade de trinta e dois annos”, mãe dos outros três escravos: “hum escravo de idade que diçe cer de idade de dezaceis annos”, cujo nome não se declara, “huma escrava por nome Marselina de idade que diçe ser de idade de doze annos” e “hum escravo por nome Domingos de idade que diçe ser de dez annos”. Como no caso do escravo Joaquim, analisado acima, cabe a mesma pergunta: quem disse a idade? Outro aspecto, porém, merece maior atenção neste momento. Ocorre aqui o mesmo caso descrito nas primeiras linhas deste trabalho. Miguel Vieira de Miranda, inventariado em 1741, também arrola todos os escravos como unidos por laço de parentesco. Recolocam-se as mesmas questões que foram feitas sobre Francisca, negra do gentio da guiné. Tendo Luzia um filho com 16 anos, não significa isto um laço familiar (entre mãe-filho) que durou 16 anos? Tendo Maria Joaquina 4 escravos, conformando uma família, não teria algo de intencional nesta escolha que manteve os filhos com a mãe até o momento da morte de Joaquina? Quanto ao pai dos filhos de Luzia, infelizmente, e novamente, nenhuma informação foi obtida. Vale, tanto para Luzia quanto para Francisca, o dito “mãe certa, pai incerto” como se elas fossem algo que não se pode provar que sejam (e neste caso, nem que não sejam desregradas). A instauração do cuidado subentende mais cuidado: da permanência

deste, instaura-se este. Tornar-se ladino é um caminho sem volta para aqueles que permanecem no convívio social, caso contrário, é o quilombo, a prisão, a morte. Como uma flor, não deve ser regada apenas uma vez ou outra: deve ser cuidada permanentemente. A reprodução no tempo de laços familiares indicados pelos índices de casados e viúvos deve repercutir, portanto, na estabilidade destes laços. Diferentes técnicas foram desenvolvidas pela historiografia para tentar aproximar-se do quanto durou estas uniões conjugais. Um dos mais empregados utiliza a idade do filho mais velho como parâmetro (como indagado para os cativos de Maria Joaquina), ou ainda a verificação da proporção de famílias mantidas juntas após a partilha entre os herdeiros do espólio deixado pelo inventariado. Mais forte em termos de demonstração, acompanhar no tempo os cônjuges representa outra técnica, apesar dos limites impostos pela documentação. O que se pretende, neste capítulo, é justamente aplicar estas técnicas aos documentos consultados relativos a Taubaté.

Slenes realiza um cruzamento para Campinas, entre os anos de 1872 e 1884, no intuito de “avaliar as implicações para os casais escravos no contexto de uma situação de mortalidade extrema”. A estratégia empregada foi separar, entre as posses com vinte ou mais cativos na amostra da matrícula de 1872, as posses nas quais o intervalo de tempo entre a matrícula e o documento de avaliação nos inventários *post-mortem* dos senhores excedia a dez anos. Considerou-se 82 casais cativos sob poder de 4 escravistas em 1872. Baseado na tábua de mortalidade Brasil-4, Slenes desenvolve um modelo demográfico “para prever a percentagem dos casais (segundo a faixa etária do marido) que deveria estar intacta depois de 11 anos”, concluindo que “os resultados teóricos (as previsões do modelo) e os empíricos são muito próximos”, de modo que “enquanto seu proprietário estava vivo, os casais ‘jovens’ nas posses médias e grandes de Campinas nas décadas de 1870 e 1880 normalmente podiam esperar uma

continuidade significativa, apesar das altas taxas de mortalidade peculiares a sua época e condição”. O próprio Slenes, entretanto, reconhece que estes números estão marcados pela lei de 1869 que proibia a separação de escravos casados por venda. Para o período anterior a esta lei, argumenta que a relativa estabilidade na amostra “sugere uma continuidade no tempo, não uma mudança brusca a partir de 1869” e acrescenta que outras pesquisas para São Paulo oitocentista “sugerem que as posses maiores normalmente vendiam poucos cativos e havia bastante continuidade na sua força de trabalho ao longo do tempo”. Reforça este argumento utilizando-se dos trabalhos de Florentino e Góes (para 1790-1830) e de Simonato (para 1860), indicando que a maioria das famílias nucleares permanecem unidas após partilha³⁰⁰.

O que se percebe, pelo exposto, é ainda uma fragilidade na demonstração da permanência de laços familiares e, especificamente, quanto ao tempo de duração destes laços. Mesmo Slenes continuamente diz que suas análises documentais “sugerem” a continuidade no tempo. Quanto ao tempo de duração, o modelo elaborado por Slenes restringe-se a 11 anos, em um momento mais favorável à permanência destas relações – é posterior à lei de 1869, contrária à venda em separado de cativos casados. Slenes tem a seu favor, para análise da permanência de famílias entre cativos, um detalhamento documental que não se encontrou em Taubaté: os 608 cativos de 5 posses trazem indicados na lista de 1872 o destino que tiveram, de modo que os inventários *post-mortem* de seus senhores, abertos em média 11 anos após, indicam que praticamente todos os cativos não presentes em ambos os documentos tem como motivo o falecimento destes. Em Taubaté, a documentação consultada permite analisar a continuidade de relações matrimoniais pelo acompanhamento no tempo destas relações apenas parcialmente, pois muitos casos de subnotação foram verificados. As análises realizadas nos capítulo anterior bem mostram esta dificuldade. Um novo caso, porém, elucida um pouco mais estas dificuldades,

³⁰⁰ SLENES, *op. cit.*, p. 98-101.

agora pelo confronto entre listas nominativas e inventários *post-mortem*. Em 1817, abre-se processo pelo falecimento de Inácio Raimundo de Loyola. A viúva, Manuela Ferraz de Araújo³⁰¹, arrola quatro escravos casados, sem discriminar filhos:

1º: “Uma escrava de nome Joana de nação da costa mulher do escravo Manuel de idade que parecia ter 55 anos com [acheda] no olho”, no valor de 38\$400rs, que após a partilha ficou para a inventariante pela Terça. 2º: “Um escravo crioulo por nome Manuel de idade que parecia ter 55 alejado de um joelho” no valor de 38\$400rs, que ficou para o herdeiro Jose Raimundo. 3º: “Uma escrava por nome Rita crioula alta de idade de 28 a 30 anos mulher do escravo Antonio cassange”, no valor de 128\$000rs. 4º: “Um escravo de nome Antonio de nação cassange de estatura alto bastante de idade que pareceria ter 35 anos” no valor de 153\$000rs. Rita e Antônio foram dados para pagamento do funeral, levados a leilão e arrematados em praça pública pelo reverendo vigário Antonio Moreira da Costa no valor de 328\$000rs.

Acompanhando estes escravos pelas listas nominativas, algumas surpresas fizeram-se notar. Foram lidas as listas de 1799, 1805, 1808 e 1815, pesquisando os escravos possuídos por Inácio. A única pessoa de nome Joana aparece em 1799, como mulata (e não de nação da costa), e como agregada (não como escrava). Nas demais listas, esta Joana desaparece. Manuel, arrolado como marido de Joana pelo inventário, aparece nas listas do século XIX como solteiro, explicitamente! Em 1799, com 25 anos, cor “N” (de negro). Em 1805, 30 anos, natural “desta vila”. Em 1815, 50 anos (sic), natural de Taubaté, cor “N”. Rita, arrolada pelo inventário como casada, também aparece em todas as listas como solteira (também explicitamente...), com a

³⁰¹ O nome do proprietário (Inácio Raimundo de Loyola) foi utilizado como referência inicial. Checando-se esposa e filhos, confirma-se ser a mesma família (não homônimos). Para os escravos, as únicas referências extras ao nome para confronto são origem e idade, e as variações destas informações estão discutidas em capítulo anterior deste trabalho. Interessante é a forma de listar Manuela Ferraz de Araújo. Este nome, que consta do inventário, não aparece nas listas: estas citam apenas Manuela Ferraz

mesma cor e origem de Manuel. Antonio, casado com Rita, de nação cassange, segundo o inventário, é listado em 1805 com 14 anos, solteiro, cor “N”. Em 1815, dois escravos com nome de Antônio foram listados, um com 24 e outro com 35 anos, ambos explicitamente listados como solteiros e naturais de Taubaté. Em 1799 e 1808, nenhum escravo com nome de Antônio foi listado. A diferença de informações entre as duas fontes é muito grande e, infelizmente, não foi possível encontrar outras referências a estes quatro escravos em outros documentos, como os registros eclesiásticos de batismo, casamento e óbito. Sobram perguntas a responder. Será erro do inventário arrolar Joana como escrava? Se na lista nominativa de 1799 Joana é agregada, mas desaparece após esta referência, teria se mudado ou falecido? Se o inventário estiver correto, que terá acontecido a esta cativa Joana, inventariada? Como pode o inventário de Inácio arrolar uma cativa que não aparece nas listas? Mesmo que as duas Joanas (a do inventário e a da lista) não sejam a mesma pessoa (como saber?), fica a certeza de que se sonegou informação, e não apenas uma forte impressão...

Os outros três escravos, inventariados como casados, representam um caso ainda mais interessante para o estudo de como as listas podem sonegar informação sobre laços de parentesco, já que todos são sistematicamente listados como solteiros. Mesmo a lista de 1805, com alguma preocupação em arrolar quem é casado com quem, não citou laços parentais entre estes cativos. Pode ser que não estivessem casados nesta época; em 1815, entretanto, a informação de serem casados teria maior chance de aparecer. Mas, dois anos antes da abertura do inventário, os nove escravos listados são considerados solteiros (e de cor “N”, negros). Teriam todos casados pouco antes da abertura do inventário? Nos registros de casamento ainda existentes, sob a guarda da Diocese de Taubaté, não consta que algum Inácio Raimundo de

e, em 1805, a lista trata-a por Manuela Francisca, mais um indicativo de uma despreocupação com a nossa exatidão atual.

Araújo tenha apresentado cativo para casar entre os anos de 1814 e 1829, mesmo procurando por variantes do nome (como Ignácio Raimundo). Parece mais provável a sonegação do que a inexistência dos laços parentais, a comparar com as outras omissões feitas pela lista. Como Antonio, que aparece, desaparece e volta a aparecer no rol dos cativos de Inácio Raimundo de Araújo. Mas, novamente o mas, se estes cativos estão realmente casados, qual o motivo para não aparecerem nos registros eclesiásticos de matrimônio? Teriam casados em outra região, ou o matrimônio estaria registrado em outro livro já perdido? Sempre perguntas, quebra-cabeças nem sempre solúveis... De certo, apenas a certeza da incapacidade de transpor nossa atual lógica rígida de exatidão para uma época e local regidos por outros cânones. E, conclusão possível, a noção de estar sendo colocado valores mínimos de estabilidade.

Cita-se esta dificuldade como um meio de apontar para as escolhas que nortearam a seleção dos documentos para análise da duração de laços parentais entre cativos. Destacar o momento de formação do laço matrimonial, especificado pelo registro eclesiástico do matrimônio apareceu, desde os primeiros momentos em que se pensou esta pesquisa, como ponto de partida. As primeiras análises destes registros eclesiásticos, porém, sugeriram a não continuidade deste rumo. Como a maior parte dos registros de matrimônio ocorrem na década de 1820, o cruzamento com as listas nominativas dificilmente permitiria detectar tempos superiores dez anos, já que a última lista nominativa digitada completamente é de 1829. O cruzamento destes registros de matrimônio com inventários *post-mortem*, um meio de ampliar o estudo da estabilidade até o ano de 1848, foi testado, mas com pouco resultado. Nos 216 registros matrimoniais, apenas quatro proprietários de cativos apresentados para casamento tiveram seus nomes encontrados como inventariado ou inventariante (no caso de cônjuge), todos nos anos de 1835 e 1836. Destes quatro escravistas, três apresentaram quatro casais de cativos

tanto no rol dos bens inventariados quanto nos registros eclesiásticos de matrimônio. Estes casamentos ocorreram em 1822, 1824, 1825 e 1827 – fornecendo um tempo de relação que oscila entre nove e treze anos. Com duas centenas de casos em cada um dos dois corpos documentais, apenas quatro cruzamentos é um resultado muito pequeno – apesar de seguros, pois coincidem nomes de proprietários e de cativos, além da origem destes. Como na base da dificuldade de cruzamento está a não coincidência de nomes dos escravistas nas duas fontes, pouco se pode concluir além do que se disse.

Outra solução aventada foi utilizar os registros de batismo como meio de acompanhar famílias cativas por um tempo maior que o permitido pelos registros de casamento, já que os registros de batismo principiam em 1794. Mas o fato de inventários abertos nas décadas de 1830 e 1840 não indicarem nenhum casal ou mãe solteira com filhos tendo idade superior a dez anos dificulta esta pesquisa, pela redução de nomes a comparar. Além disto, as dificuldades para encontrar nas listas os cativos adultos batizados, indicada no capítulo anterior, e as dificuldades para confrontar registros de casamento com inventários reforçaram a conclusão de não comparar inventários *post-mortem* com registro de batismo no século XIX. O cruzamento de listas nominativas com inventários, outro mecanismo possível para discutir estabilidade parental entre cativos, também foi abortado diante das dificuldades que o estudo do caso de Inácio Raimundo de Loyola apresentou. Para o século XIX, a melhor solução desenhada foi concentrar a análise nas listas nominativas, pois o grande número de registros anuais proporcionaria maior chance de formar uma amostra de tamanho significativo – o que se obteve, como se mostra abaixo.

Para o setecentos, o reduzido número de registros de famílias nos inventários abertos após 1729 cria dificuldades para analisar seriadamente a estabilidade parental entre cativos. Neste período, o principal instrumento utilizado foi a idade do filho mais velho (ver resultados

adiante). Na passagem do seiscentos para o setecentos, o melhor registro de relações parentais pelos inventariantes e os 1162 registros de batismo de cativos entre os anos de 1686 e 1704 permitiram estudos de casos com indicações de estabilidade bem significativos. Como mostra da riqueza possível do cruzamento de registro de batismo com inventários, dois estudos de casos serão apresentados ao final deste capítulo. O intuito destes estudos é indicar que a estabilidade das relações parentais deve estar presente em todo o período estudado, apenas não se obteve meios de documentá-la.

Permanência de laços matrimoniais nas listas nominativas

As restrições apontadas acima indicaram as listas nominativas como a principal documentação para acompanhar no tempo relações matrimoniais entre cativos. Tratando-se do acompanhamento determinado por uma data inicial (1799) e uma data final (1829), restrição colocada pela documentação³⁰², era de se esperar o que se detectou: o predomínio de relações parentais entre cativos com duração inferior a quinze anos (metade do tempo delimitado para esta análise). Contribuiu para isto que muitas uniões sejam realizadas na década de 1820, conforme análise dos registros de casamentos (ver gráfico 39). Mesmo que tal concentração não ocorresse, ainda assim não seria plausível supor que predominassem as relações com tempo de duração superior a quinze anos. Tal ocorreria apenas se a maior parte das uniões ocorresse nos primeiros anos delimitados para estudo. Se ocorresse uma distribuição igualitária dos

³⁰² A lista de 1835 não foi considerada por estar incompleta.

casamentos ao longo das três décadas estudadas, ainda assim não se esperaria o predomínio das relações com tempo de duração superior a quinze anos.

Pela negativa, a não ocorrência de relações matrimoniais com duração superior a quinze anos serviria de reforço à não existência de relações estáveis – apesar de limitado pela possibilidade de tratar-se apenas de subdimencionamento das fontes. Como os valores apresentados neste subitem mostram casais com tempo de relacionamento superior a quinze anos, uma redução progressiva na proporção de casais conforme aumenta o tempo de relacionamento, nega-se a generalização de um suposto desregramento e promiscuidade. Não é o caso de negar a existência de desregramento, mesmo entre livres também se encontram práticas de concubinato – de práticas não sancionadas pela norma eclesiástica vigente³⁰³. Detectar estabilidade entre casais cativos, entretanto, ganha notas distintivas desta mesma estabilidade entre livres. As restrições de mobilidade (como a dificuldade para casar com cativo pertencente a outro dono) e a possibilidade da venda (e partilha) não se apresentam para o livre. Ainda assim, a proporção de casados e viúvos entre cativos é de aproximadamente metade desta mesma proporção entre livres.

Para análise da duração das relações parentais pelas listas nominativas, separou-se todos os cativos indicados como casados nas listas nominativas de 1799, 1805, 1808, 1815, 1820, 1825 e 1829. A partir do nome do cabeça do fogo e esposa, proprietários destes cativos, procurou-se encontrar um mesmo cativo em diferentes anos de listas, atentando para características como idade e origem (no intuito de confirmar ser o mesmo cativo). O mecanismo de busca de relações familiares estáveis entre cativos obedeceu às seguintes etapas: separou-se, em um primeiro momento, todos os fogos com cativos casados em cada uma das listas digitadas entre os anos de 1799 e 1829. A segunda etapa consistiu em agrupar os fogos identificados,

partindo do nome do proprietário (e esposa). Ao fim da segunda etapa, obteve-se uma relação de escravistas com suas respectivas posses cativas, para cada ano em que este escravista aparece. Agrupados por escravistas, destacou-se para análise apenas os fogos que se apresentavam em mais de um ano de lista³⁰⁴. Os escravos casados identificados em mais de um ano de lista foram agrupados por dois mecanismos. A primeira análise considerou-os individualmente, pela grande frequência de escravos apenas citados como casados, sem indicação do cônjuge. Na segunda análise selecionou-se apenas os casais, ou seja, aqueles cativos unidos pela afirmação “‘Fulana’ mulher de ‘Beltrano’”. Neste segundo momento, considerou-se apenas o ano em que aparecem como marido e mulher pela primeira vez até o momento em que se verifica o último registro de citação do casal (mesmo que algum cativo aparecesse antes como casado, sem indicação do cônjuge). Esta segunda análise, portanto, considera apenas os casais e durante o tempo que se obteve o registro deste laço matrimonial.

O resultado deste cruzamento indicou 439 escravos casados presentes em mais de um ano de lista. Entre estes 439 cativos foi possível identificar explicitamente 152 casais que aparecem em mais de um ano de lista. Como muitos cativos aparecerem apenas como casados, sem citar com quem, não foi possível ampliar o número de casais para análise. Dezenove casais foram excluídos da análise, pois não foi possível ter certeza que os cônjuges indicados em um ano serem marido e mulher em anos anteriores. Apesar destes limites, a amostragem obtida pode ser considerada significativa. Nestas três décadas em estudo, a população cativa com quinze anos ou mais e estado civil declarado atinge o valor maior em 1829, com 1630 cativos. Comparados com este valor, a amostragem de 439 cativos representa 27% e, se comparados com os 1147 cativos com quinze anos ou mais e origem declarada em 1808, estes 439 cativos

³⁰³ TORRES-LONDOÑO, *op. cit.*

observados em mais de um ano de lista representam 38%. Valores muito próximos aos índices de casados sobre o total de cativos com quinze anos ou mais e idade declarada, que oscila de 26% em 1829 a 32% em 1820 (ver tabela 31). Esta comparação, porém, é meramente aproximativa e imperfeita, pois se está comparando valores obtidos pelo cruzamento de diferentes anos com valores de anos tomados isoladamente. O mérito está em mostrar que a amostra obtida não é insignificante.

A amostra poderia ser maior, se não ocorressem tantos problemas de identificação de cativos entre os diferentes anos de listas nominativas analisadas. Uma amostra desta dificuldade aparece na lista de 1799: apenas sete casais, entre 106 cativos casados, foram encontrados em listas posteriores. Os problemas apontados no capítulo anterior (como também o caso de Inácio Raimundo de Araújo, citado no começo deste capítulo) são também uma amostra desta dificuldade. Muitas vezes um proprietário aparece em determinado ano, desaparece na listagem seguinte e volta a aparecer na lista posterior a esta. Ou então o proprietário aparece em diferentes listagens, mas seus cativos não: como vaga-lumes que acendem e apagam na escuridão da noite, aparecem e desaparecem. Algumas vezes surgem cativos com mesmo nome e idades semelhantes sob poder de um mesmo senhor, outras vezes um cativo tem a origem grafada diversamente. A variação na origem não foi considerada impedimento para a identificação, pois ocorrem variações ao indicar a origem (um cativo do Congo pode ser tratado como de Angola, mas é pouco comum um africano ser tratado como natural de Taubaté). A não identidade de nomes (exceto variantes de grafia ou pequenas alterações), ou grandes variações na idade, contudo, foram critérios que excluíram cativos destes cálculos.

³⁰⁴ Como o objetivo é o de analisar a permanência no tempo, escravos casados que aparecem em apenas um ano foram descartados.

Duas análises, portanto, seguem adiante, a primeira destacando os 439 cativos casados individualmente (item gráfico 48 e tabela 36), a segunda destacando apenas os 152 casais identificados (gráfico 49 e tabela 37). Primeiro indicando a proporção em que aparecem segundo o ano inicial e final de identificação destes, depois agrupando-os por tempo (em anos) de observação da relação parental. No intuito de eliminar a tendência para menor duração dos casamentos que a inclusão da década de 1820 representa, as análises também são feitas considerando os cativos casados e os casais que são observados pela primeira vez até a lista de 1815. O que permite perguntar pela continuidade destas relações nos quinze anos seguintes (até 1829).

Fala-se em tempo de duração observado, porque o mecanismo de análise da documentação remete apenas para tempos mínimos. O primeiro ano observado (encontrado documentalmente) não deve ser o primeiro ano de relação, da mesma forma que o último registro de uma relação familiar não significa exatamente o fim desta relação. Por exemplo, um cativo indicado como casado pela primeira vez em 1808 e encontrado apenas mais uma vez na lista de 1815. Casou em 1808, ou algum tempo antes de 1808 – pode inclusive ter casado antes de 1805 e não ter sido anotado como casado pela lista nominativa neste ano (embora esta opção seja menos provável). Da mesma forma, a última indicação de casado em 1815 não representa necessariamente uma relação cujo registro terminou em 1815, pode ter se estendido por alguns anos mais e mesmo ter permanecido na década de 1820 sem que as listas consultadas nesta década o indiquem (opção também menos provável).

Se o certo é que apenas o registrado deve ser considerado, levar ao extremo estas suposições (como no parágrafo anterior) tem por objetivo explicitar o limite da documentação. Uma vez que cativos aparecem numa lista, desaparecem na seguinte e voltam a aparecer

posteriormente, não é infundado este registro dos limites da lista nominativa. Em particular, uma relação iniciada em 1799 ou terminada em 1829, datas limites deste estudo, deve ter existido para além destes marcos temporais. Como exemplo, seja um casal de cativos pertencentes a Ignacio Vieira de Almeida. Ambos os cônjuges são africanos, aparecem nas listas de 1825 e 1829, o marido com 32 anos e a esposa com quinze anos no primeiro momento. Como acreditar que, após 1829, esta relação tenha se desfeito rapidamente? O mesmo pode-se perguntar para um casal que apareça pela primeira vez em 1799: quando iniciou tal relação? Impossível dizer, pelas fontes consultadas. Trabalha-se, a rigor, com valores mínimos, mas são os valores possíveis, os registrados.

Permanência de cativos casados nas listas

A tabela 36 apresenta todos os escravos casados segundo o ano inicial e final em que foram observados³⁰⁵. Considera-se, nesta tabela, cativos que podem ou não estar casados com outro cativo, pois há casos listados de cativos casados com pessoa forra, que é indicada como agregada³⁰⁶. Verifica-se que três quartos (75,4%) dos cativos tem até dez anos de relacionamento. Considerando apenas os cativos casados encontrados pela primeira vez nas listas de 1799 a 1815 (ver tabela 84 em anexo), esta proporção reduz-se para dois terços (65,9%). Nada a estranhar, pois as relações formadas na década de 1820 não foram

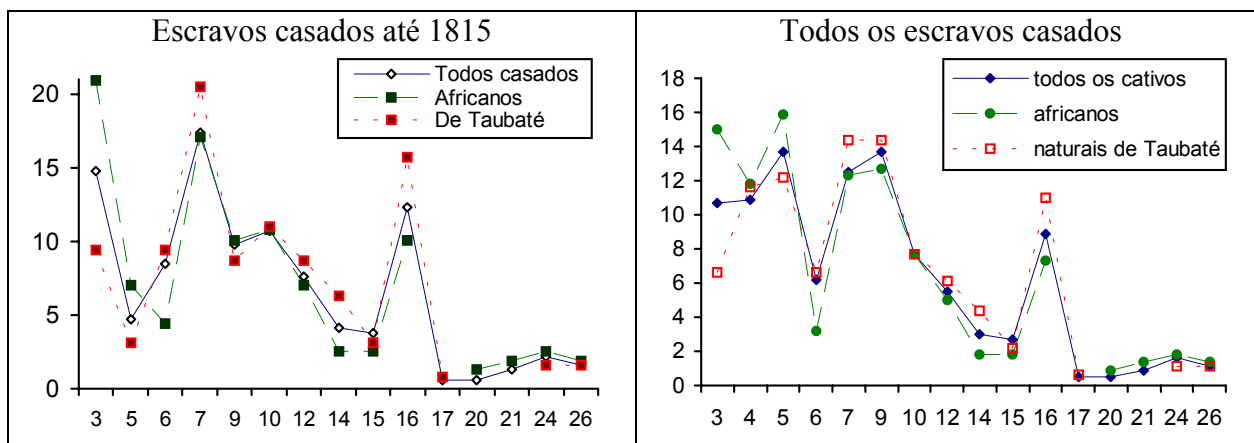
³⁰⁵ A primeira coluna apresenta o tempo de relação (em anos) entre o ano inicial e o ano final de observação, que está especificado na segunda coluna. Entre estes cativos foi possível identificar 152 casais (ver tabela 37), analisados adiante.

³⁰⁶ O que mostra a capacidade dos cativos de estabelecerem laços para além do cativo. O presente trabalho, contudo, centra-se nos laços estabelecidos entre cativos.

acompanhadas no período posterior a 1829, da mesma forma que, para os cativos que casaram no período anterior a 1799, não foi possível mensurar a duração. Entre os 438 cativos com sexo identificado, nas três décadas em estudo, 51,6% são homens. Separando-os em dois grandes grupos, os que tem até trinta anos de idade e os que tem mais de trinta anos, verifica-se uma inversão: entre os mais jovens predominam as mulheres (58,7%), entre os mais velhos predominam os homens (58,8%). Esta mesma simetria se verifica entre os cativos que aparecem inicialmente nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815. Entre os 126 escravos com menos de 31 anos, 59,5% são homens; entre os 191 cativos com 31 anos ou mais, 59,2% são mulheres (ver tabela 85). O tráfico determina, na década de 1820, o incremento da presença de homens, de modo que o predomínio de mulheres nas duas primeiras décadas do século XIX é revertido na terceira década.

O que recoloca a questão da origem destes cativos. Principalmente por não existir grandes diferenças entre os dois períodos na amostra de 436 escravos selecionados (ver tabela 86). Esta semelhança entre os valores encontrados nos dezesseis primeiros anos de análise (1799-1815) e na década de 1820 deve ser explicado pelo crescimento de casamentos entre coloniais, indicado pelo gráfico 41 (ver capítulo anterior). Considerando a duração dos relacionamentos matrimoniais dos cativos segundo sexo e segundo a origem, as variações são semelhantes à existente para o conjunto dos cativos (ver o gráfico 48 para análise por origem e a tabela 83 em anexo para análise por sexo). Repete-se que três quartos dos cativos tem até dez anos de relacionamento, observadas todas as listas, com redução para dois terços observando apenas os cativos casados encontrados pela primeira vez nas listas de 1799 a 1815. Como já discutido, era o esperado; o destaque fica por conta dos demais relações que ultrapassam esta marca de dez anos, chegando ao limite detectado de 26 anos.

gráfico 48 – duração (em anos) da presença nas listas de cativos casados, 1799-1829



Escravos casados até 1815 = escravos casados cujo primeiro ano de presença nas listas ocorre em 1799, 1805, 1808 ou 1815

Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 83 e tabela 84, em anexo.

Observando-se apenas as primeiras listas (até 1815) entre as selecionadas para estes estudo, verifica-se a continuidade das relações de parentesco, documentadas pela primeira vez neste momento, em mais de dez anos para um terço destas relações. Mais ainda, que esta proporção mais alta de estabilidade parental apresenta-se distribuída de modo muito uniforme. A distribuição do tempo de relação parental não apresenta grandes diferenças entre homens e mulheres, nada que indique tendência de, conforme o sexo, maior ou menor poder de manter uma relação parental. Homens e mulheres apresentam igual oportunidade, o que deve estar muito associado ao fato de a maior partes destes cativos estarem formando casais (afinal, 152 casais – 304 cativos – representam 69% dos 439 cativos identificados). A maior diferença aparece quanto a origem dos cativos, em relação aos primeiros anos de estabilidade, em especial até cinco anos, se considerados os escravos casados presentes pela primeira vez até a lista de 1815. Entre os africanos, 27,8% tem relação restrita a até cinco anos, enquanto apenas 12,6%

dos nascidos em Taubaté tem relação restrita a três ou cinco anos (ver tabela 84). Superados estes anos iniciais de relação, esta diferença praticamente desaparece, o que pode ser visualizado pelo gráfico 48 – tanto para os cativos que aparecem pela primeira vez nas listas até 1815 quanto para os que aparecem pela primeira vez nas listas da década de 1820.

tabela 36 – ano inicial e ano final da presença nas listas de cativos casados, 1799-1829

| Tempo (anos) de relação | Ano inicial e ano final do relacionamento | # cativos | % sobre subtotal | % sobre total |
|-------------------------|-------------------------------------------|-----------|------------------|---------------|
| 6 | 1799 a 1805 | 27 | 25,5 | 6,2 |
| 9 | 1799 a 1808 | 31 | 29,2 | 7,1 |
| 16 | 1799 a 1815 | 39 | 36,8 | 8,9 |
| 21 | 1799 a 1820 | 4 | 3,8 | 0,9 |
| 26 | 1799 a 1825 | 5 | 4,7 | 1,1 |
| | Subtotal | 106 | 100,0 | |
| 3 | 1805 a 1808 | 47 | 54,0 | 10,7 |
| 10 | 1805 a 1815 | 19 | 21,8 | 4,3 |
| 15 | 1805 a 1820 | 12 | 13,8 | 2,7 |
| 20 | 1805 a 1825 | 2 | 2,3 | 0,5 |
| 24 | 1805 a 1829 | 7 | 8,0 | 1,6 |
| | Subtotal | 87 | 100,0 | |
| 7 | 1808 a 1815 | 55 | 67,9 | 12,5 |
| 12 | 1808 a 1820 | 24 | 29,6 | 5,5 |
| 17 | 1808 a 1825 | 2 | 2,5 | 0,5 |
| | Subtotal | 81 | 100,0 | |
| 5 | 1815 a 1820 | 15 | 34,9 | 3,4 |
| 10 | 1815 a 1825 | 15 | 34,9 | 3,4 |
| 14 | 1815 a 1829 | 13 | 30,2 | 3,0 |
| | Subtotal | 43 | 100,0 | |
| 5 | 1820 a 1825 | 45 | 60,8 | 10,3 |
| 9 | 1820 a 1829 | 29 | 39,2 | 6,6 |
| | Subtotal | 74 | 100,0 | |
| 4 | 1825 a 1829 | 48 | 100,0 | 10,9 |
| | Total | 439 | | 100,0 |

Fonte: listas nominativas.

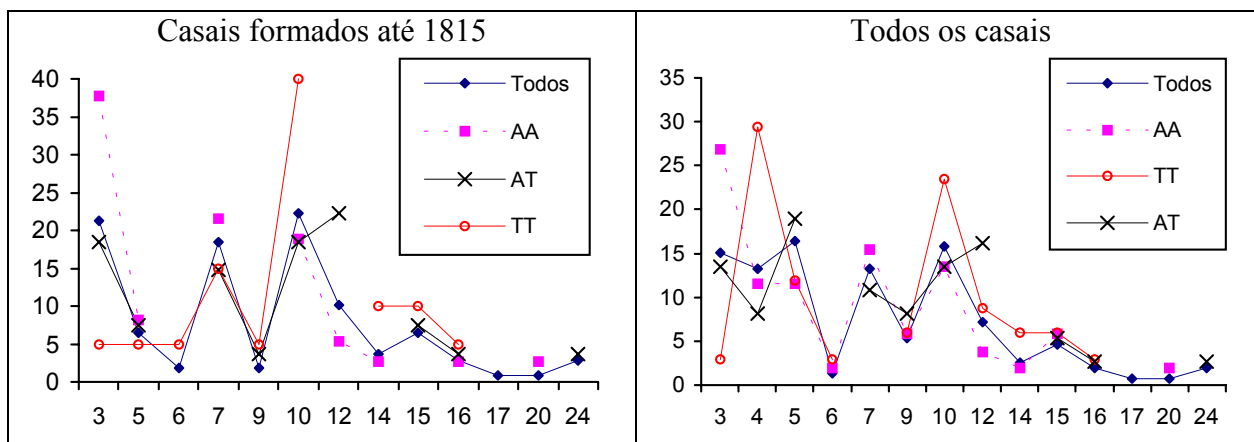
Permanência de casais nas listas

A análise realizada para os 439 escravos casados encontrados em mais de uma lista reflete-se diretamente entre os 152 casais formados por estes cativos. O predomínio de cativos casados africanos (ver tabela 86) reflete-se no predomínio de casais com ambos os cônjuges africanos (34,3% dos casais formados até 1815, conforme tabela 88). Como a idade média do esposo de um casal formado apenas por africanos é pouco menor que a idade média do esposo em casais formados apenas por coloniais (ver tabela 77), predominam os casais com ambos os cônjuges africanos entre os casais com esposo de idade inferior a 31 anos (ver tabela 88). A presença do africano em Taubaté, fruto do tráfico, inserindo cativos em início de idade produtiva, repercute no casamento de africanos em idade inferior aos escravos coloniais. Precisando se ater, os africanos estabelecem laços parentais em curto tempo de adaptação – deduzível pelas médias etárias menores que as existentes entre coloniais.

Também entre os 152 casais as relações com até dez anos de estabilidade predominam, seja no geral quanto separando-os por origem. Como entre os escravos casados, observando as relações observadas pela primeira vez até 1815, tem-se uma proporção de relações com duração superior a dez anos em pouco menos de um terço (27,8%, conforme tabela 91). Esta estabilidade do casal apresenta duração maior conforme mais jovem o marido (ver tabela 92). O que repete o observado para os escravos casados, tomados individualmente (ver tabela 87). Esperado, uma vez que a presença de um cativo mais velho significa menos tempo de vida. Supondo índices de mortalidades altos, resulta em ainda menores chances dos cônjuges mais velhos serem detectados por longo tempo na documentação. O que se confirma pela observação dos mais jovens permanecerem mais tempo juntos (ver tabela 92). Estranho seria observar o oposto, com

cônjuges mais jovens não apresentado laços matrimoniais mais estáveis – o que representaria um argumento favorável à promiscuidade.

gráfico 49 – duração (em anos) dos casamentos entre cativos – 1799-1829



Casais formados até 1815 = casais cujo primeiro ano de presença nas listas ocorre em 1799, 1805, 1808 ou 1815

AA = ambos cônjuges africanos; TT = ambos cônjuges nascidos em Taubaté; AT = esposo africano, esposa natural de Taubaté

Fonte: listas nominativas (ver tabela 89 e tabela 91 em anexo)

Entre os africanos ocorre maior proporção de tempos reduzidos de relacionamento do que entre os crioulos, tanto considerando individualmente os escravos casados (ver gráfico 48) quanto considerando os casais (ver gráfico 49). Passados estes anos iniciais, a oscilação do tempo de duração das relações parentais entre africanos e coloniais seguem tendências muito semelhantes. Com estes números é possível sugerir (sic) que, se os cativos africanos conseguem manter uma relação por tempo superior a cinco anos, a probabilidade desta relação se manter passa a ser quase a mesma que a de um crioulo (apenas um pouco menor). Esta conclusão cabe especialmente se os cativos forem tomados individualmente (gráfico 48). Para os casais (ver

gráfico 49), é possível que problemas de notificação levem ao grande descompasso entre as proporções de casais na faixa de três e quatro anos, considerando-se estes casais por origem. Sendo assim, mais um reforço à tese de que, para gerar paz, maior rapidez em casar faz-se necessário. Para aqueles que chegam estranhos em terras estranhas, o casamento forja estabilidade, e aqueles laços matrimoniais que tais cativos estabelecem, se sobrevivem aos primeiros anos de tormenta, passam a ser regidos por uma regra comum aos que já estão desde o nascimento no local – tornam-se ladinos como os que por naturalidade o são (os que nascem e crescem no local).

Os números até aqui apresentados neste capítulo mostram, de forma intensa, o quanto se encontra de estabilidade, de permanência de laços matrimoniais. Não atitude esporádica, mas atuação deliberada. Se para os cativos casados, nas três décadas iniciais do oitocentos, encontra-se relativa estabilidade sob a posse de um mesmo senhor, nada mais plausível que expandi-la para o conjunto da população cativa. Estabilidade que se mostra também por outros mecanismos, como a análise da idade do filho mais velho. Se a lista permitiu analisar apenas as relações conjugais, a relação matrimonial, incluindo mães solteiras, reforça esta permanência das relações parentais para além dos números até aqui apresentados. São relações, ainda, sob a égide de um mesmo senhor. Estudar a continuidade destas relações no momento de partilha dos bens permite ampliar ainda mais esta permanência no tempo dos laços parentais. Se, para Gutman, o fim de vida do escravista repercute numa situação favorável para quebra dos laços parentais entre cativos³⁰⁷, o que se mostra a seguir indica não ser esta uma situação tão desagregadora.

³⁰⁷ GUTMAN, *op. cit.*

tabela 37 – ano inicial e ano final de relação matrimonial nas listas, 1799-1829

| Tempo (anos) de relação | Ano inicial e ano final do relacionamento | # casais | % sobre subtotal | % sobre total |
|----------------------------|----------------------------------------------|----------|---------------------|------------------|
| 6 | 1799 a 1805 | 2 | 28,6 | 1,3 |
| 9 | 1799 a 1808 | 2 | 28,6 | 1,3 |
| 16 | 1799 a 1815 | 3 | 42,9 | 2,0 |
| | Subtotal | 7 | 100,0 | |
| 3 | 1805 a 1808 | 23 | 44,2 | 15,1 |
| 10 | 1805 a 1815 | 18 | 34,6 | 11,8 |
| 15 | 1805 a 1820 | 7 | 13,5 | 4,6 |
| 20 | 1805 a 1825 | 1 | 1,9 | 0,7 |
| 24 | 1805 a 1829 | 3 | 5,8 | 2,0 |
| | Subtotal | 52 | 100,0 | |
| 7 | 1808 a 1815 | 20 | 62,5 | 13,2 |
| 12 | 1808 a 1820 | 11 | 34,4 | 7,2 |
| 17 | 1808 a 1825 | 1 | 3,1 | 0,7 |
| | Subtotal | 32 | 100,0 | |
| 5 | 1815 a 1820 | 7 | 41,2 | 4,6 |
| 10 | 1815 a 1825 | 6 | 35,3 | 3,9 |
| 14 | 1815 a 1829 | 4 | 23,5 | 2,6 |
| | Subtotal | 17 | 100,0 | |
| 5 | 1820 a 1825 | 18 | 75,0 | 11,8 |
| 9 | 1820 a 1829 | 6 | 25,0 | 3,9 |
| | Subtotal | 24 | 100,0 | |
| 4 | 1825 a 1829 | 20 | 100,0 | 10,9 |
| | Total | 152 | | 100,0 |

Fonte: listas nominativas.

estabilidade de laços parentais segundo a idade do filho mais velho

Limitado pela qualidade das informações, as listas nominativas relativas a Taubaté pouco falam para além do casal – marido e mulher. Infelizmente, não ocorre para Taubaté a riqueza de

detalhamento sobre tais laços, como na lista de 1801, relativa a Lorena³⁰⁸. Entre as listas consultadas relativas a Taubaté, apenas a de 1805 apresenta algum destaque para outras relações que não apenas a de marido e mulher. De 113 casais citados na lista de 1805, 28 casais indicam 75 filhos com idades entre um e 16 anos (sete casais tem um filho, nove tem dois filhos, sete tem três filhos, um casal tem quatro, outro tem cinco e mais um tem seis filhos, além de dois casais com sete filhos). Não quer dizer que os demais casais não tenham filhos, pois, como já analisado no capítulo sobre idade dos cativos (ver gráfico 23, com pirâmide etária de cativos), 190 crianças tem até quatro anos de idade. Certamente, subnotificação, como ocorre ao citar de dois irmãos gêmeos de nove meses de idade, cujos pais não foram identificados. Além destes casais, tem-se uma família composta pelo pai africano (cassangue), de idade de 61 anos, com cinco filhos: o mais velho com 33 anos, os demais com 30, 16 e 14 anos, o mais novo com seis anos de idade. Acresce, ainda sete mães solteiras (assim consideradas por não se indicar o pai) com quinze filhos no total (três mães com um filho, duas com dois filhos e outras duas com quatro filhos). O filho mais velho destas sete mães tem, o mais velho, 27 anos, seguido por outro com 18, um com 17 anos, depois outra com filho de sete anos, uma com filho de dois anos e duas mães com filhos de um ano de idade.

Além desta lista nominativa de 1805, os inventários constituem outra fonte na qual se indica filiação. Com a vantagem dos inventários *post-mortem* o fazerem com relativa regularidade ao longo de todo o período estudado. Francisca e seus três filhos, cativos de Miguel Vieira de Miranda (inventariado em 1741), citado na introdução, é um bom exemplo. Recoloca-se a pergunta: se o filho mais velho de Francisca tem dezoito anos de idade, como não ver nesta família uma relação estável de no mínimo dezoito anos? A idade do filho mais velho faz supor este mesmo prazo como de uma relação estável. Luzia e seus filhos, escravos de Maria

³⁰⁸ Ver SLENES e COSTA. *A família escrava em Lorena (1801)*. *Op. cit.*

Joaquina, que abrem este capítulo, recolocam as mesmas questões. Não se pode concluir, entretanto, que o filho mais velho seja o primogênito. Outros filhos podem ter nascido antes do filho mais velho citado e, no momento em que ocorre o registro, terem falecido ou ainda separados; ou estar no mesmo plantel sem que tenham sido discriminados como tal. Os inventários capturam apenas os filhos que permanecem vivos e junto às suas mães³⁰⁹. Outro limite a considerar é a restrição à declaração da idade em anos, que aparece mais freqüentemente a partir da década de 1710, sem a exatidão com que hoje consideramos o tema (ver capítulo com análise sobre idade dos cativos). O que se mostra, acima de tudo, são exemplos de tempo mínimo de estabilidade na relação parental.

³⁰⁹ FLORENTINO e GÓES. A paz nas senzalas. *Op. cit.*, p 134.

tabela 38 – estabilidade de laços parentais segundo a idade do filho mais velho

| FAIXA DE IDADE DA MÃE | FAIXA DE IDADE DO FILHO MAIS VELHO | | | | | Total de famílias |
|-----------------------------|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------------|
| | até 2 | 3 a 5 | 6 a 10 | 11 a 19 | 20 ou + | |
| Décadas de 1710-1720 | | | | | | |
| 15 a 24 | | | 1 | | | 1 |
| 25 a 34 | 2 | 3 | 10 | 5 | 2 | 22 |
| 35 a 44 | | 1 | 4 | 6 | 1 | 12 |
| 45 ou + | | | 3 | 3 | 1 | 7 |
| Total de famílias (#) | 2 | 4 | 18 | 14 | 4 | 42 |
| (%) | 4,8 | 9,5 | 42,9 | 33,3 | 9,5 | 100,0 |
| Décadas de 1730-1790 | | | | | | |
| 15 a 24 | 5 | 2 | 2 | | | 9 |
| 25 a 34 | 6 | 4 | 3 | 1 | | 14 |
| 35 a 44 | 2 | | 2 | 4 | | 9 |
| 45 ou + | 1 | 1 | 1 | 2 | 10 | 15 |
| Total de famílias (#) | 15 | 7 | 8 | 7 | 10 | 47 |
| (%) | 31,9 | 14,9 | 17,0 | 14,9 | 21,3 | 100,0 |
| Décadas de 1800-1820 | | | | | | |
| 15 a 24 | 4 | 1 | | | | 5 |
| 25 a 34 | 4 | 1 | 1 | | | 6 |
| 35 a 44 | 1 | | 4 | | | 5 |
| 45 ou + | | | | | | |
| Total de famílias (#) | 9 | 2 | 5 | | | 16 |
| (%) | 56,3 | 12,5 | 31,3 | | | 100,0 |
| Décadas de 1830-1840 | | | | | | |
| 15 a 24 | 7 | 1 | | | | 8 |
| 25 a 34 | 8 | 3 | 3 | | | 14 |
| 35 a 44 | 3 | | | | | 3 |
| 45 ou + | | | | | | |
| Total de famílias (#) | 18 | 4 | 3 | | | 25 |
| (%) | 72,0 | 16,0 | 12,0 | | | 100,0 |

Fonte: inventários *post-mortem*.

1805

| FAIXA DE IDADE DA MÃE | FAIXA DE IDADE DO FILHO MAIS VELHO | | | | | Total de famílias |
|--------------------------|------------------------------------|------------|-------------|-------------|------------|----------------------|
| | até 2 | 3 a 5 | 6 a 10 | 11 a 19 | 20 ou + | |
| 15 a 24 | 6 | 1 | | 1 | | 8 |
| 25 a 34 | | 2 | 10 | 4 | | 16 |
| 35 a 44 | | | 4 | 3 | | 7 |
| 45 ou + | | | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Total de famílias (#) | 6 | 3 | 15 | 9 | 1 | 34 |
| (%) | 17,6 | 8,8 | 44,1 | 26,5 | 2,9 | 100,0 |

Excluiu-se dois irmãos gêmeos de nove meses sem indicação dos pais; um pai de 61 anos com cinco filhos, o mais velho com 33 anos; uma mãe sem idade declarada, com um filho de um ano.

Fonte: Lista nominativa de 1805.

O pequeno número de famílias que apresentam idade (em anos) tanto para mãe quanto para o filho mais velho, fez considerar indistintamente casais quanto mães solteiras, agrupando-se estas famílias em quatro períodos. No primeiro período, o crescimento da entrada de cativos nas décadas de 1710 e 1720. O segundo período compreende as duas últimas terças partes do setecentos, de crise na atividade mercantilizada. No oitocentos, uma fase de formação e outra de consolidação da atividade cafeeira. Entre o setecentos e o oitocentos, uma grande diferença: um crescimento progressivo na proporção de famílias com filhos de até dois anos de idade (ver tabela 38). Na primeira metade do oitocentos, mais de 56% dos filhos mais velhos tem até dois anos, e nenhum tem mais de dez anos de idade. Novamente, a subnotificação deve explicar tal fenômeno. As pirâmides etárias (gráfico 23), indicam uma significativa presença de crianças com até nove anos de idade entre 1785 e 1829. O tráfico de almas no oitocentos força a predominância (em termos proporcionais) de cativos na faixa etária entre dez e 34 anos, mas o número de crianças nascidas em Taubaté com até nove anos sobe de 325 na lista nominativa de 1805 para 343 na lista de 1825. Em reforço à tese de subnotificação, pode-se acrescentar o caso de um recém-nascido de dois meses sem indicação dos pais, arrolado em inventário aberto em 1836 por falecimento de Damazo Alves de Abreu. Este não é um caso isolado, outras crianças com até dois ou três anos são arroladas sem anotar quem são os pais.

Não se pode concluir, a rigor, pela redução de laços parentais – mais provável seja apenas redução do registro. Pode-se alegar que não indicar laços parentais tem por objetivo facilitar a venda ou partilha dos cativos. A Igreja não veria com bons olhos uma união sacramental desfeita por interesses “mundanos” (como não considerar que os cativos também tenham sido protegidos pela afirmação de Cristo: “o que Deus uniu, o homem não separe”?). Por que, então, entre um quarto e um terço dos cativos são apresentados pelas listas como

casados? Os inventários indicam entre um quinto e dois terços de cativos casados ou viúvos. Entre os livres, aproximadamente dois terços são casados ou viúvos. Ou seja, um terço das pessoas livres com quinze anos ou mais é solteira, apesar de terem maiores facilidades para casar que os cativos. Se não registrar casamentos objetivasse facilitar a venda/partilha dos cativos, seria plausível esperar números menores. E, nos plantéis maiores (com vinte ou mais escravos), não se encontrariam números que muito se aproximam da proporção de casados e viúvos existente entre livres (ver capítulo anterior).

Da mesma forma, contra esta tese de subnotificar para dividir melhor está os anos de estabilidade indicados tanto pela presença nas listas quanto pela idade do filho mais velho. Se o objetivo fosse garantir condições mais favoráveis para separar as famílias, além de não estabelece-las, deveria existir um contínuo esforço para que as poucas que viessem a se constituir não perdurassem, de modo a não ter um passado de relações comuns contrários à partilha. O cativo deveria ter as características que Finley lhes atribui: “a posição do escravo como propriedade, a totalidade de poder sobre ele e a falta de parentesco”³¹⁰. Sobre a ausência de parentesco entre cativos, todo este trabalho demonstra o oposto³¹¹. E, apesar de propriedade, podendo ser vendido e ser objeto de espólio, a totalidade de poder (outro aspecto destacado por Finley) fica prejudicada pelo embate diário, regido por negociação e conflito. As palavras de Antonil, que percorrem todo este texto, falam por si, ao preconizarem que o escravo tenha um “modo de viver”. O próprio Finley reconhece que, “os proprietários freqüentemente ofereciam aos escravos o incentivo de uma eventual manumissão, através de algumas providências que

³¹⁰ FINLEY, Moses I. Escravidão antiga e ideologia moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 79.

³¹¹ Cabe, entretanto, o sentido pensado por Meillassoux, ao explicitar as condições de existência da escravidão em sociedades africanas: a ausência de parentesco entre livres (escravistas) e cativos como gerador de estranhamento, de distanciamento entre os dois grupos. Ver MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 31.

desencadeavam uma série de comportamentos e expectativas que afetavam o próprio senhor. Embora na prática, e legalmente, sempre se pudesse revogar o concedido, os ganhos materiais com a escravidão seriam fortemente reduzidos se tais acordos não fossem regularmente respeitados”³¹². Ou seja, mais do que totalidade de poder, há negociação, o embate diário no qual as ações dos cativos afetam diretamente a vida do senhor. Misto de *res* e *persona*, a figura do cativo é um emblema do quanto a desigualdade pode ser forte. Permeando toda esta desigualdade, as negociações, a pacificação. Sem eliminar a diferença, o conflito, a desigualdade. Não por acaso a continuidade no tempo de relações parentais entre cativos, tanto quando aferida pelo viés da proporção em cada instante isoladamente, quanto pela aferição de casos que perduram, que se reproduzem no tempo por mais de duas décadas. Que permanecem mesmo na morte do senhor que os possui – o que se indica no item seguinte.

Continuidade dos laços parentais após partilha

Se a permanência sob poder de um mesmo senhor encontra-se estabelecida, a partir das análises já efetuadas, não se deve considerar este como o limite de duração de tais laços. Se o momento de partilha é um momento de tensão entre os herdeiros, que disputam no espólio seu quinhão, menor tensão não deve ocorrer entre os cativos, pela possibilidade de separação dos laços parentais. Como na venda, a partilha sintetiza um momento de disputa pela continuidade de relações parentais. Fonte adequada para estudo de partilha de heranças, os inventários *post-*

³¹² FINLEY, *op.cit.*, p. 79.

mortem são taxativos em afirmar a continuidade da maioria das relações de parentesco de primeiro grau após a divisão dos bens inventariados. O que se vê é a reprodução no tempo dos laços familiares de primeiro grau, não o esfacelamento desses laços. Indica-se uma reprodução das relações sociais marcadas pelo cotidiano familiar mesmo no delicado momento de transferência de posse por herança. A preocupação com a manutenção dos laços familiares na partilha dos bens inventariados perpassa todo o período estudado, como se observa pela tabela 39. Esta tabela segue uma periodização diferenciada, pois a indicação de laços parentais não segue o mesmo padrão ao longo de todo o período estudado, conforme análise do gráfico 32, que indica a proporção de cativos casados e viúvos. Há um maior registro de laços parentais no período de presença de indígenas e, no período posterior, uma progressiva redução dos registros parentais. Isto marca os números da tabela 39. Se, para as décadas de 1680 a 1720 tem-se mais de 26 famílias com destino conhecido após partilha, por década, chegando ao extremo de 162 famílias na década de 1680, após 1730 foi necessário agrupar os valores em três grandes fases, para um mínimo de segurança estatística.

Para os inventários abertos em Taubaté, considera-se como “família mantida junta” as famílias em que todos os seus membros são mantidos juntos após o processo de partilha dos bens inventariados. Por “família separada” entende-se aquela em que pelo menos um dos membros foi entregue a uma pessoa diferente daquela que ficou com o restante da família, mesmo que numa família de cinco pessoas só uma seja separada. Mais ainda, casos que pareciam indicar separação foram classificados como tal, mesmo sem a certeza; e casos em que a indicação de manter junto não foi obtida com segurança foram desconsiderados nestes cálculos. Trabalha-se, assim, com um subdimensionamento dos valores, e este rigor de classificação ressalta ainda mais os números obtidos. Ainda assim, valores muito elevados, e

bem próximos aos encontrados por Simonato³¹³ para o meio rural do Rio de Janeiro em 1860: 80% permanecem unidas após a morte de seus senhores, 7,7% são parcialmente mantidas juntas e apenas 4,4% ficam completamente esfaceladas.

tabela 39 – destino das famílias entre cativos após partilha

| 1680-1729 | | | | | |
|------------------|------------|-------------|-----------|--------------|----------|
| DECADA | % f. unida | % f. separ. | Total (%) | No. famílias | No. inv. |
| 1680 | 99,4 | 0,6 | 100,0 | 164 | 19 |
| 1690 | 94,3 | 5,7 | 100,0 | 53 | 20 |
| 1700 | 89,2 | 10,8 | 100,0 | 66 | 20 |
| 1710 | 96,2 | 3,8 | 100,0 | 26 | 13 |
| 1720 | 58,7 | 41,3 | 100,0 | 46 | 18 |
| 1730-1848 | | | | | |
| PERÍODO | % f. unida | % f. separ. | Total (%) | No. famílias | No. inv. |
| 1730 a 1799 | 69,1 | 30,9 | 100,0 | 68 | 41 |
| 1800 a 1828 | 61,3 | 38,7 | 100,0 | 31 | 18 |
| 1835 a 1848 | 79,1 | 20,9 | 100,0 | 67 | 31 |

OBS.: % f. unida = % de famílias escravas mantidas unidas após partilha;
 % f. separ. = % de famílias escravas separadas após partilha;
 No. famílias = número de famílias com destino conhecido após partilha;
 No. inv. = número de inventários que arrolam famílias com destino conhecido após partilha.

FONTE: Inventários *post-mortem*.

O primeiro aspecto a destacar da tabela 39 é a quase totalidade das famílias permanecendo juntas no momento de maior presença de indígenas (até a década de 1710), num

³¹³ SIMONATO, Andréa Jácome. *O parentesco entre os cativos no meio rural do Rio de Janeiro em 1860. População e família. Op. cit.*, p. 163-164.

patamar superior a 89%. Com o predomínio de não indígenas, a partir da década de 1720, este patamar recolhe-se para a faixa dos dois terços, fechando o período estudado em 79% (décadas de 1830 e 1840). Mais uma vez, um indicativo de uma mentalidade diferenciada no trato com os indígenas, em relação aos africanos e seus descendentes. Em alguns inventários, no período de presença de cativos indígenas, esta preocupação com a permanência das relações parentais aparece explicitamente no sentido de preservar os laços parentais entre indígenas³¹⁴. Para os cativos não indígenas, em nenhum momento se faz tal comentário, mesmo no período de predomínio de indígenas. Mas a ausência de declarações neste sentido não representou o predomínio do esfacelamento dos laços parentais entre cativos não indígenas – apenas reduziu-se a proporção de famílias mantidas juntas após partilha de 90% para a faixa de 59 a 79%. Permanece existindo um “acordo tácito” para a permanência destas famílias mesmo no momento de tensão que a partilha representa.

Nitidamente, ocorre um padrão diferenciado entre indígenas e não indígenas. Na década de 1720, quando inicia o padrão de aproximadamente dois terços de famílias juntas após partilha, a desintegração de famílias após partilha se reflete mais dentre as famílias de “gentios da guiné”. Das 18 famílias separadas após partilha na década de 1720, 12 são famílias de “gentios da guiné” e 6 são famílias “mestiças” (ver capítulo sobre origem dos cativos sobre o significado destes termos). Isto corresponde, respectivamente, a 46% das famílias de gentios da guiné com destino conhecido após partilha e a 40% das famílias mestiças com destino conhecido após partilha nesta década de 1720. Na década anterior (1710), apenas uma família de

³¹⁴. “Partilha de pesas do gentio da terra [indígenas] lançado neste inventario. E logo nom mesmo dia mes eano atras escrito edeclarado mandou odito juiz aosavaliadores epartidores avalliasem aadministrasamdas ditas pesas pelos inconvenientes que ha de os repartire alhear pera que todos juntos ficasem na mesma administrasão em que estavam athe o prezente e que aemportansia pagase oinventariante a dinheiro o que visto se avalliarão na forma seguinte (...)”. Inventário aberto em 1703 por falecimento de Maria de Urtunha, página 10v.

gentios da guiné foi separada (todas as famílias mestiças e de carijós formam mantidas juntas após partilha). Na década de 1720, o índice de separação dentro das famílias mestiças e de gentios da guiné assume valores próximos ao índice de separação de famílias no total de famílias inventariadas (41%).

tabela 40 – destino das famílias entre cativos após partilha segundo tipo de família e origem dos cônjuges

| PERÍODO | CASAIS | | | | MÃES SOLTEIRAS | | | |
|-------------|------------|-------------|-----------|--------------|----------------|-------------|-----------|--------------|
| | % f. unida | % f. separ. | Total (%) | No. famílias | % f. unida | % f. separ. | Total (%) | No. famílias |
| 1730 a 1799 | 70,2 | 29,8 | 100 | 47 | 68,4 | 31,6 | 100 | 19 |
| 1800 a 1828 | 60,9 | 39,1 | 100 | 23 | 62,5 | 37,5 | 100 | 8 |
| 1835 a 1848 | 84,9 | 15,1 | 100 | 53 | 61,5 | 38,5 | 100 | 13 |

| PERÍODO | AMBOS CONJUGES AFRICANOS | | | | AMBOS CONJUGES COLONIAIS | | | |
|-------------|--------------------------|-------------|-----------|--------------|--------------------------|-------------|-----------|--------------|
| | % f. unida | % f. separ. | Total (%) | No. famílias | % f. unida | % f. separ. | Total (%) | No. famílias |
| 1730 a 1799 | 75,0 | 25,0 | 100 | 8 | 80,0 | 20,0 | 100 | 5 |
| 1800 a 1828 | 66,7 | 33,3 | 100 | 15 | 0 | 100,0 | 100 | 2 |
| 1835 a 1848 | 81,8 | 18,2 | 100 | 22 | 75,0 | 25,0 | 100 | 4 |

| PERÍODO | ESPOSO AFRICANO, ESPOSA COLONIAL | | | | ESPOSO COLONIAL, ESPOSA AFRICANA | | | |
|-------------|----------------------------------|-------------|-----------|--------------|----------------------------------|-------------|-----------|--------------|
| | % f. unida | % f. separ. | Total (%) | No. famílias | % f. unida | % f. separ. | Total (%) | No. famílias |
| 1730 a 1799 | 33,3 | 66,7 | 100 | 6 | - | - | - | - |
| 1800 a 1828 | 66,7 | 33,3 | 100 | 3 | 50,0 | 50,0 | 100 | 2 |
| 1835 a 1848 | 88,2 | 11,8 | 100 | 17 | 100,0 | 0 | 100 | 4 |

OBS.: % f. unida = % de famílias escravas mantidas unidas após partilha;

% f. separ. = % de famílias escravas separadas após partilha;

No. famílias = número de famílias com destino conhecido após partilha;

FONTE: Inventários *post-mortem*.

No período posterior à década de 1720, os índices de famílias mantidas juntas após partilha permanecem muito próximos, independente da origem do casal (não mais da família

como um todo, casal e filhos – a título de lembrete, esta diferenciação ocorre pela forma de identificar a origem dos cativos, que se altera nesta década). Considerando o tipo de família, se mãe solteira ou casal (com ou sem filhos), os índices de permanência após partilha são muito semelhantes ao total geral, apenas percebe-se ligeira proporção a menos entre mães solteiras (ver tabela 40). Não se incluiu na tabela 40 valores para o período anterior a 1730 devido aos comentários já realizados no parágrafo anterior, relativo à década de 1720. Nesta década, a redução na permanência de laços parentais tem como principal motivo a origem, e não o tipo de família. No período anterior a 1720, a quase totalidade das famílias mantidas juntas significa que qualquer subgrupo destacado também indicará a quase totalidade das famílias como mantidas juntas. Observando a partilha das famílias escravas segundo faixas de tamanho do plantel (ver tabela 41), os valores tornam-se mais relativos ao baixo número de famílias por faixa de tamanho de plantel. Tomados ao longo de todo o tempo trabalhado, quatro grandes momentos de separação de famílias após partilha podem ser destacados. Primeiro, na década de 1720, nos plantéis com vinte ou mais escravos, com 45% das 31 famílias sendo separadas após partilha. A explicação está nesta faixa de tamanho de plantel concentrar os cativos não-indígenas recém adquiridos³¹⁵, que apresentam neste momento maior índice de separação, conforme análise acima. Outros dois casos de maior separação após partilha ocorrem nos plantéis com dez a dezenove escravos, primeiro na década de 1710 e depois no período de 1730 a 1799. O último caso a destacar ocorre nos plantéis com cinco a nove escravos no período de 1800 a 1828. Fora destes extremos, a tendência é plantéis menores apresentarem uma proporção mais elevada de separação que os plantéis com vinte ou mais escravos. Esta dificuldade dos pequenos plantéis em manter as famílias totalmente reunidas após a partilha deve-se

³¹⁵ Ver capítulo um, acima, e ALVES. Caminhos da pobreza. *Op. cit.*

principalmente à existência de poucos bens para partilhar, o que força o esfacelamento das famílias para satisfazer os direitos de cada herdeiro.

tabela 41 – destino das famílias entre cativos após partilha segundo tamanho do plantel

| 1680-1729 | | | | | | | | | | |
|------------------|---------------|--------|-------|----------|------|---------------|--------|-------|----------|------|
| DE | 1 a 4 CATIVOS | | | | | 5 a 9 CATIVOS | | | | |
| CA | % f. | % f. | total | No. | No. | % f. | % f. | total | No. | No. |
| DA | unida | separ. | | famílias | inv. | unida | separ. | | famílias | inv. |
| 1680 | 100 | 0 | 100 | 1 | 8 | 100 | 0 | 100 | 5 | 6 |
| 1690 | 50.00 | 50.00 | 100 | 2 | 5 | 100 | 0 | 100 | 12 | 10 |
| 1700 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 100 | 0 | 100 | 5 | 6 |
| 1710 | 100 | 0 | 100 | 1 | 7 | 100 | 0 | 100 | 5 | 10 |
| 1720 | 25.00 | 75.00 | 100 | 4 | 9 | 75.00 | 25.00 | 100 | 4 | 11 |

| DE | 10 a 19 CATIVOS | | | | | 20 OU MAIS CATIVOS | | | | |
|------|-----------------|--------|-------|----------|------|--------------------|--------|-------|----------|------|
| CA | % f. | % f. | total | No. | No. | % f. | % f. | total | No. | No. |
| DA | unida | separ. | | famílias | inv. | unida | separ. | | famílias | inv. |
| 1680 | 66.67 | 33.33 | 100 | 6 | 7 | 97.37 | 2.63 | 100 | 152 | 14 |
| 1690 | 90.91 | 9.09 | 100 | 22 | 7 | 100 | 0 | 100 | 17 | 5 |
| 1700 | 62.50 | 37.50 | 100 | 16 | 10 | 95.56 | 4.44 | 100 | 45 | 9 |
| 1710 | 100 | 0 | 100 | 10 | 9 | 90.00 | 10.00 | 100 | 10 | 6 |
| 1720 | 85.71 | 14.29 | 100 | 7 | 7 | 54.84 | 45.16 | 100 | 31 | 8 |

| 1730-1848 | | | | | | | | | | |
|------------------|---------------|--------|-------|----------|------|---------------|--------|-------|----------|------|
| PERÍODO | 1 a 4 CATIVOS | | | | | 5 a 9 CATIVOS | | | | |
| | % f. | % f. | Total | No. | No. | % f. | % f. | Total | No. | No. |
| | unida | separ. | (%) | famílias | inv. | unida | separ. | (%) | famílias | inv. |
| 1730 a 1799 | 72,7 | 27,3 | 100 | 11 | 11 | 71,4 | 28,6 | 100 | 14 | 13 |
| 1800 a 1828 | 60,0 | 40,0 | 100 | 5 | 5 | 53,8 | 46,2 | 100 | 13 | 7 |
| 1835 a 1848 | 100,0 | 0 | 100 | 3 | 3 | 83,3 | 16,7 | 100 | 6 | 6 |

| PERÍODO | 10 a 19 CATIVOS | | | | | 20 OU MAIS CATIVOS | | | | |
|-------------|-----------------|--------|-------|----------|------|--------------------|--------|-------|----------|------|
| | % f. | % f. | Total | No. | No. | % f. | % f. | Total | No. | No. |
| | unida | separ. | (%) | famílias | inv. | unida | separ. | (%) | famílias | inv. |
| 1730 a 1799 | 55,6 | 44,4 | 100 | 18 | 12 | 76,1 | 24,0 | 100 | 25 | 5 |
| 1800 a 1828 | 50,0 | 50,0 | 100 | 8 | 5 | 100,0 | 0 | 100 | 5 | 1 |
| 1835 a 1848 | 77,8 | 22,2 | 100 | 27 | 15 | 77,4 | 22,6 | 100 | 31 | 9 |

OBS.: % f. unida = % de famílias escravas mantidas unidas após partilha;
 % f. separ. = % de famílias escravas separadas após partilha;
 No. famílias = número de famílias com destino conhecido após partilha;
 No. inv. = número de inventários que arrolam famílias com destino conhecido após partilha.

FONTE: Inventários *post-mortem*.

A principal conclusão que estes números fornecem é a da manutenção das famílias, apontando para um mercado de famílias escravas no momento da partilha. A força dos resultados encontrados indicam uma clara política de manter juntas as famílias durante a partilha dos bens. Considerando o total de famílias mantidas juntas sobre o total de famílias com destino conhecido, sempre mais da metade das famílias permanecem juntas. Esta preocupação de manter juntas as famílias se afirma como predominante, apesar da redução apresentada após a década de 1710. Significa existir entre o senhor e seu escravo um amplo campo de relacionamento, no qual se insere uma margem de autonomia para o escravo, marcada pela formação e permanência de laços parentais. Sem tais pactos, o desarraigo poderia atingir níveis desestabilizadores. A permanência da escravidão por três séculos, superando uma tensa relação cotidiana senhor/escravo, demonstra a grande força destes (entre outros) mecanismos de acomodação. Acomodação que não se sustenta no uso da força bruta apenas ou principalmente. Para evitar os extremos do amofinamento ou amotinamento se estabelece um campo de negociações e conflitos em que se destaca uma relativa autonomia da mão-de-obra escrava. Perpetua-se a desigualdade perpetuando uma estrutura arcaica de controle sobre pessoas, através de um jogo de barganhas onde os limites estão sempre presentes.

Estabilidade familiar e compadrio: dois estudos de caso

As famílias estendidas e sua estabilidade no tempo também podem ser visualizadas pelo cruzamento dos registros de famílias arrolados nos inventários *post-mortem* com os registros de

batismo. É possível, através do confronto das datas destes dois corpos documentais, reafirmar a estabilidade no tempo não somente de laços de parentesco de primeiro grau, mas também de laços de apadrinhamento dentro do plantel. As figuras 3 e 4, resultado do cruzamento destes dois corpos documentais, mostram uma relação intra-grupal estável e complexa, contrariando afirmações favoráveis ao predomínio de relações efêmeras, fortuitas, entre os escravos.

A figura 3 apresenta os plantéis descritos nos inventários de Antônio Delgado de Escobar e de sua esposa Inez Gonçalves Gil. Ter o inventário dos dois cônjuges permite seguir a trajetória de seus bens num espaço maior de tempo, uma vez que é possível comparar o conjunto de bens em dois momentos distintos. Neste caso, após decorrer uma década: Inez Gonçalves é inventariada em novembro de 1698 e Antônio Delgado em outubro de 1708. O outro inventário selecionado foi o de Antônio da Cunha Gago, inventariado em 1714, apresentado na figura 4.

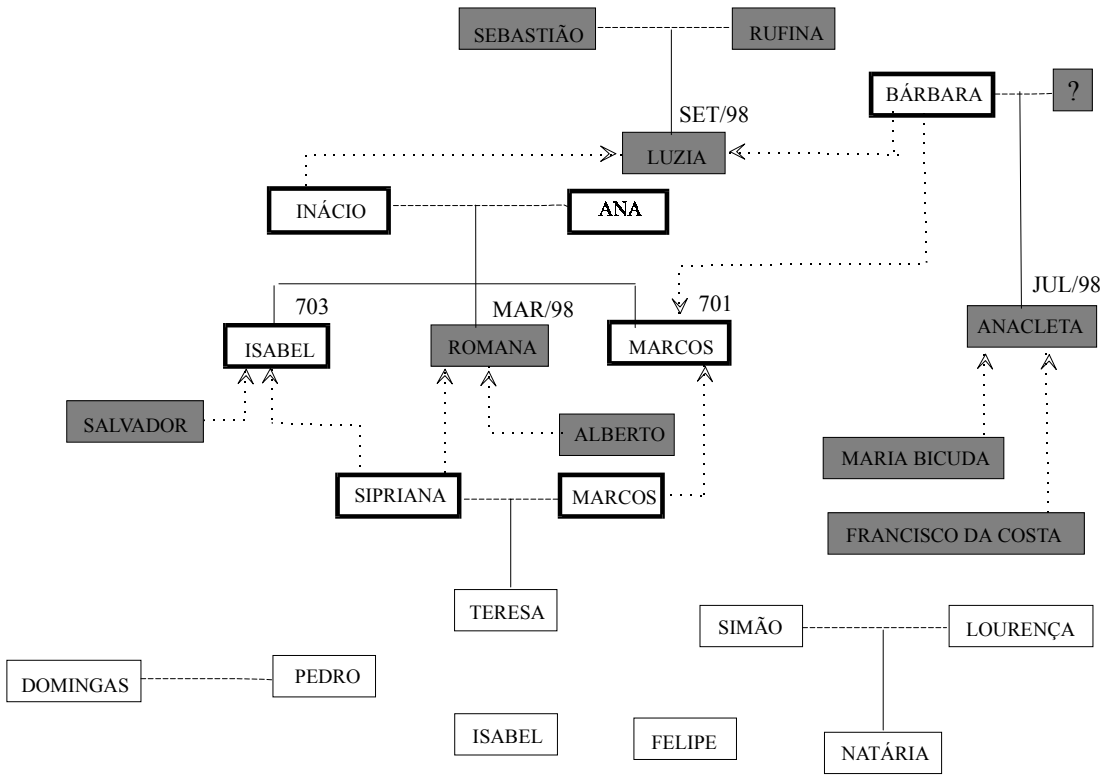
Para efeitos de comparação entre os dois corpos documentais (inventários e registros de batismos), utilizou-se alguns recursos gráficos. Os escravos que aparecem dentro de quadros de linha grossa sem preenchimento correspondem a escravos que aparecem tanto nos inventários quanto nos registros de batismo. Os escravos que aparecem dentro de quadros de linha fina sem preenchimento correspondem a escravos que aparecem somente nos inventários. Os indivíduos que aparecem dentro de quadros de linha fina com preenchimento correspondem àqueles que aparecem somente nos registros de batismo. As linhas tracejadas indicam serem escravos casados (laços de parentesco de primeiro grau). As linhas contínuas indicam filiação (laços de parentesco de primeiro grau). As linhas pontilhadas indicam laços de apadrinhamento (o quadro para o qual as setas apontam indica o (a) afilhado(a), e a origem da seta indica o padrinho ou madrinha).

Figura 3

LAÇOS DE PARENTESCO E APADRINHAMENTO ENTRE ESCRAVOS
NO INVENTÁRIO DE INEZ GONÇALVES GIL

Data da abertura do inventário: nov/1698

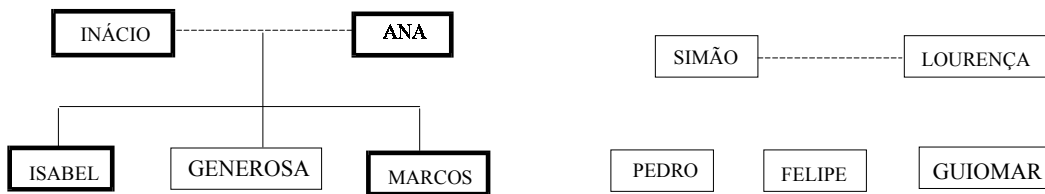
Data do fechamento do inventário: jan/1699



LAÇOS DE PARENTESCO E APADRINHAMENTO ENTRE ESCRAVOS
NO INVENTÁRIO DE ANTÔNIO DELGADO DE ESCOBAR

Data da abertura do inventário: out/1708

Data do fechamento do inventário: abr/1709



LEGENDA:

- ESCRAVO APARECE NO INVENTÁRIO E REGISTRO DE BATISMO
- ESCRAVO APARECE SOMENTE NO INVENTÁRIO
- ESCRAVO APARECE SOMENTE NO REGISTRO DE BATISMO

Inez Gonçalves possui treze escravos, que correspondem a 50,6% do total de sua riqueza (monte bruto em réis). Na partilha dos bens todos os escravos ficam sob a posse de seu marido, que se compromete a pagar em dinheiro para os herdeiros. O inventário descreve quatro famílias escravas, apenas uma delas com filhos (Natária, filha de Simão e sua mulher Lourença). Isabel e Marcos aparecem apenas no segundo inventário, já que ele nasce em 1701 e ela em 1703. Mas como essas datas são muito mais próximas do primeiro inventário do que do segundo, e seus padrinhos aparecem somente no primeiro inventário, eles são citados também no primeiro inventário. Isabel, Marcos e Generoza, filhos de Inácio e Ana, devem ter nascidos nos dez anos que separam os dois inventários.

Sebastião e Rufina, que dois meses antes do primeiro inventário batizam sua filha Luzia, não aparecem no inventário. Romana e Anacleta, também batizadas poucos meses antes do primeiro inventário, igualmente não são inventariadas. Devem ter morrido logo após nascerem, uma vez que não é comum separarem-se as mães de suas crianças recém-nascidas, mesmo numa mentalidade favorável à separação das famílias, uma vez que recém-nascidos necessitam de muitos cuidados. Se é mais provável que Romana e Anacleta tenham falecido, provavelmente a família Sebastião, Rufina e Luzia foi vendida. É pouco provável a hipótese dos três escravos terem falecido no curto tempo de dois meses.

Duas escravas com o nome de Isabel são inventariadas. Uma, filha de Inácio e Ana, nascida em 1703, é descrita nos dois inventários. A outra, inventariada como velha em 1698, deve ter falecido antes de 1708, pois não aparece no segundo inventário. Quanto a Salvador e Alberto, escravos citados nos registros de batismo apenas como padrinhos, não é possível saber se pertenciam a Antônio Delgado ou a outro plantel. A ausência de especificação no registro de batizado, porém, faz supor que pertenciam a Antônio Delgado. Quando este falece, possui dez

escravos, sendo que 6 destes são remanescentes dos 13 escravos inventariados em 1698, o que indica uma estabilidade muito grande nesse plantel. São pequenas as variações entre os dois inventários.

Muito provavelmente Bárbara deve ocupar um lugar de destaque nesta relação intra-grupal, uma vez que é madrinha de duas crianças, em duas famílias diferentes, e sua filha Analeta é a única criança a apresentar padrinho e madrinha livres. Considerando-se os escravos indivíduos ativos, existir escravos com maior influência sobre os demais membros do plantel é uma consequência imediata. Ao ser madrinha, Bárbara assume uma “segunda maternidade”, assumindo deveres para com as crianças que se tornam suas afilhadas. Devido a forte presença da Igreja (através do convento de Santa Clara, franciscano), é muito provável que na vila de Taubaté esses laços tenham atuado com maior vigor. As relações senhor/escravo não podem ser pensadas como realidades estanques e distantes de uma ampla gama de negociações e conflitos. A permanência das duas famílias de escravos inventariadas em 1708, mantidas juntas após a partilha, demonstra a estabilidade das famílias escravas. Das seis famílias registradas no ano de 1698 (pelo inventário e livro de batismo), duas permanecem unidas no mesmo plantel após dois processos de partilhas seguidos.

A figura 4 apresenta os 86 escravos arrolados no inventário de Antônio da Cunha Gago. Aberto em 1714, o inventário permite, pela comparação com registros de batizados datados da década de 1690, verificar a grande estabilidade dos laços de parentesco e apadrinhamento também dentro da *plantation*. É o caso de Laurência, filha de Felícia e de Felipe, batizada em 1694. Como o inventário data de 1714, ela deve estar completando vinte anos de existência. Ou seja, vinte anos de relação familiar estável. Da mesma forma Tereza e Manoel, padrinhos de Laurência, devem apresentar mais de vinte anos de relação intra-plantel estável. Tereza, filha de

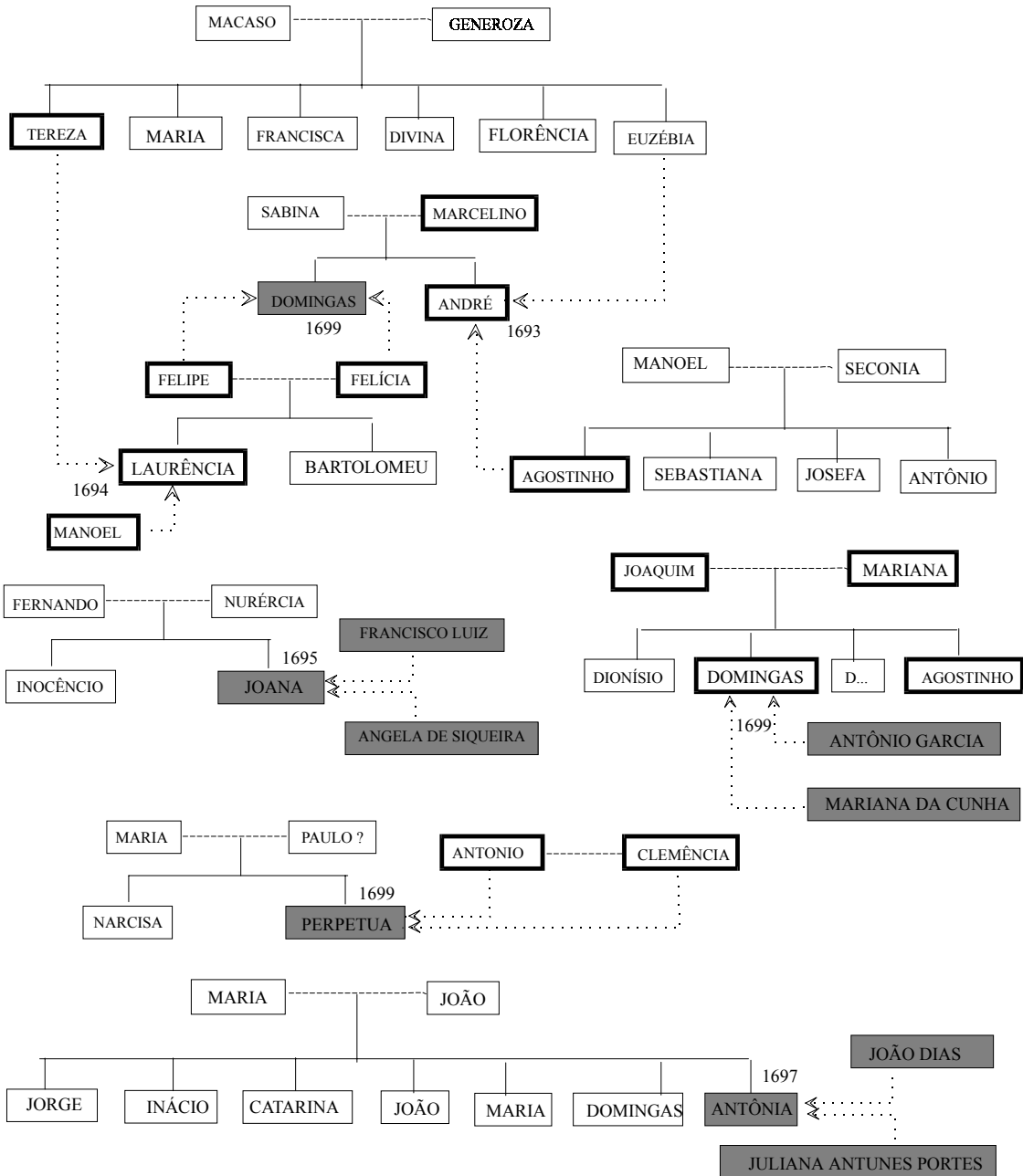
Macaso e Generoza, testemunha — ao ser madrinha em 1694 — uma relação estável entre seus pais de mais de vinte anos, gerando seis filhos, um dos quais Euzébia.

Figura 4

LAÇOS DE PARENTESCO E APADRINHAMENTO ENTRE ESCRAVOS
NO INVENTÁRIO DE ANTÔNIO DA CUNHA GAGO

Data da abertura do inventário: 1714

Data do fechamento do inventário: maio/1715



LEGENDA:

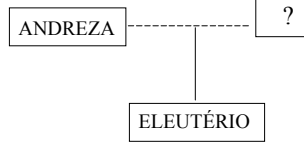
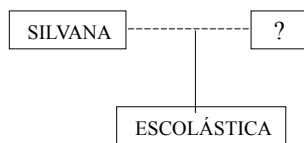
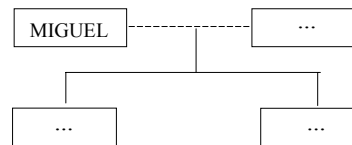
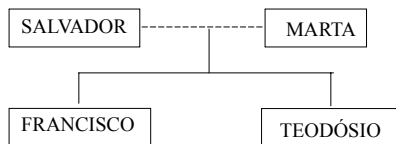
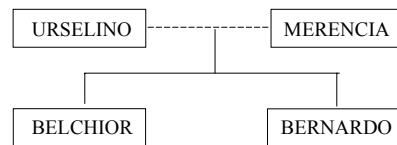
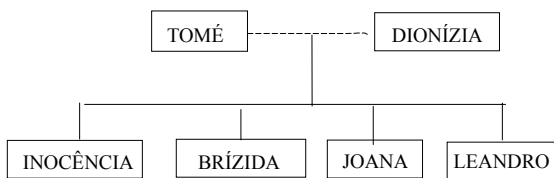
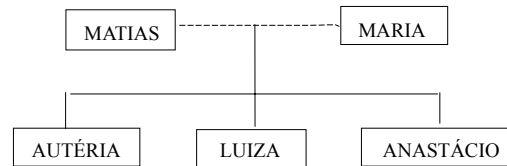
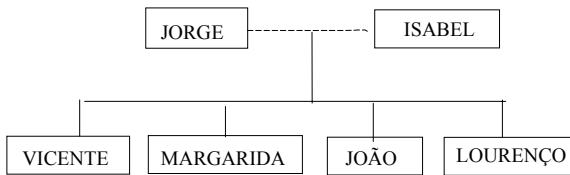
- ESCRAVO APARECE NO INVENTÁRIO E NO REGISTRO DE BATISMO
- ESCRAVO APARECE APENAS NO INVENTÁRIO
- ESCRAVO APARECE APENAS NO REGISTRO DE BATISMO

Figura 4

LAÇOS DE PARENTESCO E APADRINHAMENTO ENTRE ESCRAVOS
NO INVENTÁRIO DE ANTÔNIO DA CUNHA GAGO
(CONTINUAÇÃO)

Data da abertura do inventário: 1714

Data do fechamento do inventário: maio/1715



ROZA

ALBINO

LUIZ

JOÃO

ISABEL

AMARO

BENTA

ANTONIO

RAIMUNDO

SULFARA

LEGENDA:



ESCRAVO APARECE APENAS NO INVENTÁRIO

O registro de batismo de André, no ano de 1693, permite a mesma conclusão do registro de batismo de Laurência. Euzébia e Agostinho, padrinhos de André, testemunham uma união estável de pelo menos 21 anos entre Sabina e Marcelino. Do mesmo modo, testemunham uma relação estável entre Agostinho e Euzébia (e seus pais) de igual duração. Dois registros de batismo afirmam uma relação estável de pelo menos duas décadas entre Macaso e Generoza. Da mesma forma, Manoel e Secônia devem possuir 21 anos de relação estável.

Também pelo número de filhos pode-se supor o número mínimo de anos de relação estável. Considerando — por hipótese — que Maria, esposa de João, tenha um filho a cada ano, já existiriam pelo menos sete anos de relação estável com João, uma vez que ela tem sete filhos, todos inventariados como filhos de João. Não significa sete anos de casamento, pode-se ter filhos antes de possuir uma relação sancionada. Em algum momento, porém, essa relação é sancionada, de modo que os registros de batizados e os inventários descrevem explicitamente Maria como “mulher” de João.

A relação entre João e Maria deve possuir pelo menos 17 anos, pois sua filha Antônia é batizada em 1697. Esta estabilidade reflete-se também pelo grande número de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau: apenas dez cativos, do total de 86, não estão unidos por laços de parentesco de primeiro grau. Estes cativos formam 16 famílias, metade delas com filhos batizados na década de 1690, ou seja, mais de quinze anos de estabilidade. As demais famílias devem possuir também esta estabilidade, seria ineficaz (antiestabilizante), que metade dos cativos tivesse esta estabilidade tão alta e o restante não.

Esta estabilidade das relações parentais de primeiro grau reflete-se nas relações de apadrinhamento. Os mesmos anos de estabilidade nos laços de parentesco de primeiro grau apresentados acima devem ser atribuídos aos laços de apadrinhamento. As relações de apadrinhamento entre os escravos de Antônio da Cunha Gago indicam uma grande interação

entre seus cativos. Os casais Macaso e Generoza, Sabina e Marcelino, Felipe e Felícia, Manoel e Seconia estão intrincadamente relacionados através do apadrinhamento de seus filhos. São laços estáveis, com pelo menos quinze anos de duração, envolvendo 23 cativos.

A escravidão na vila de Taubaté não é apenas uma relação de produção, mas uma instituição social estabilizadora. Sua influência ultrapassa os limites da atividade produtiva e interfere nas dinâmicas relações de poder, em sintonia com a reprodução de uma estrutura arcaica. Como um sistema de direitos e deveres regulados por princípios divinos, o compadrio representa uma força de direito e de fato no contexto social, não sendo meramente uma relação espiritual. A escolha dos padrinhos representa, no contexto da escravidão, um momento dessas relações de poder. A formação de laços de parentesco de primeiro grau e de compadrio estabelecem campos de autonomia para o escravo, mas também representam um ambiente acomodativo. Não foi possível determinar quem escolhe os padrinhos, se os pais, o senhor ou outra pessoa. A regularidade das escolhas, porém, apontam para padrões que de modo algum permitem pensar os cativos como seres passivos. Apontam para uma grande interação, uma expansão dos mecanismos de socialização para além dos laços de parentesco de primeiro grau, com grande estabilidade. Realiza o preceito de Antonil, é preciso que o escravo tenha um “modo de viver”.

De forma mais ampla, a estabilidade das relações apresentadas neste capítulo indica uma atitude que lembra muito as orientações dadas por Antonil: “os que desde novatos se meteram em alguma fazenda, não é bom que se tirem dela contra sua vontade, porque facilmente se amofinam e morrem”³¹⁶. Pode-se acrescentar ao dizer de Antonil: se amofinam ou se amotinam. Entender os “desde novatos” como recém-chegados, estranhos (estrangeiros...), permite supor que os nascidos na própria casa seriam também dotados de vontade. Escrevendo provavelmente

no final da década de 1700 (o texto foi publicado em 1711), Antonil orienta para questões ainda presentes no século seguinte, relativo à necessidade de considerar a “vontade” dos cativos. Se Slenes pretende visualizar a formação de laços parentais como um elemento de resistência, é possível fazê-lo por efetivamente haver este aspecto associado – daí o alerta de Antonil para que se cuide deste cativo, para que tenha um modo de viver e, em pouco tempo, torne-se ladino. Mas ter um modo de viver, ou seja, gerar condutas sociais adaptativas – ser ladino – torna-se premente. Daí florentino e Góes destacarem uma paz nas senzalas. Da convivência dos opostos, a resistência contendo pacificação, a pacificação contendo resistência – um amálgama que sustenta três séculos de escravidão. Impossível pensar escravidão na América sem delinear a contínua e umbilical relação com a África, renovadora da mão-de-obra servil, resultado de migração forçada. Junto, renovação de recordações. De estranhamento. De produzir a paz.

³¹⁶ ANTONIL, *op. cit.*, p. 89.

Conclusão

O rigor do método pede, constantemente, que se explicitem os limites do mecanismo de demonstração aventado. Com isso, muitas vezes, os problemas ressaltam mais do que as soluções encontradas. Principalmente quando discutir método constitui parte integrante da argumentação. Perpassa todo este trabalho uma preocupação em questionar os métodos até então empregados para análise não apenas da presença de família entre escravos, mas da estabilidade desta presença. Contra uma abordagem pontual, focada na análise de fontes em datas restritas e distanciadas entre si, o presente trabalho procurou inovar pelo uso de uma vasta documentação por um longo período. Através de inventários *post-mortem*, abrange quase dois séculos; através de outras fontes, abrange períodos de até oito décadas. Questionar sistematicamente as fontes quanto a seus objetivos e funções no momento em que foram elaboradas reforçaram a conclusão de subdimencionamento das informações sobre laços parentais entre cativos. Conclusão esta já destacada por trabalhos recentes – como os de Slenes, de Florentino e Góes, de Hebe Castro e Sheila Faria. Mais importante, permitiram confirmar, de modo consistente, a permanência no tempo de relações parentais estáveis entre cativos. Se os limites metodológicos para esta demonstração levaram algumas vezes a destacar os problemas – e não os avanços – cabe agora ressaltar que expor limites, criticar/explicitar métodos, destacam problemas não apenas de como a ciência fundamenta o conhecimento que produz, mas também

o quanto se pode problematizar a capacidade humana de conhecer. Cabe o recurso, para concluir este trabalho, de ressaltar os ganhos em cada etapa deste trabalho. Se a história existe como arte e ciência de conhecer a vida, levantando questões no/do passado, o faz por estas questões estarem ainda hoje presentes como questões a serem trabalhadas para benefício da realização humana. Neste ponto, o cuidado no trato, na lide com o outro, sempre está por se pensar.

Num ambiente permeado pela violência e desigualdade – inerente ao escravismo – o embate diário por melhores condições, pela realização do que Slenes chamou de esperanças e recordações, para obter o que Florentino e Góes destacam como a paz possível. Vislumbrar um pouco de como este embate se concretizou em Taubaté mostra uma grande diferenciação quanto ao trato do cativo indígena em relação ao cativo africano e seus descendentes. Ao longo do período de quase dois séculos, três grandes fases podem ser detectadas. Em princípios do setecentos, uma fase de crescimento da atividade de plantio de cana de açúcar, com redução progressiva da presença indígena. Segue uma fase de crise na atividade mercantilizada, ao longo das duas últimas terças partes do setecentos. Por fim, após a década de 1820, a retomada do crescimento agrícola mercantil, com o predomínio do café. Em todo o período, presença cativa – mas com alterações significativas nos padrões desta presença. Marcadamente, dois padrões demográficos afloram, diferenciando indígenas de não indígenas. Nas fases de crescimento mercantil, crescimento na média de cativos por escravista, aumento da proporção de homens entre os cativos. Mais difícil fica determinar alterações de idade e origem, no longo tempo alteram-se as formas de registro, resultado de mudança na própria forma de pensar estes aspectos. O tráfico atlântico de almas trás, consigo, o pensar a idade em anos – que progressivamente se estabelece como norma, mas mesmo ao fim do período estudado nada de uma exatidão como hoje se pensa. A origem, marcada mais pelo estranhamento do que pela

precisão do local de nascimento, recoloca continuamente a diferença entre os estabelecidos e os estrangeiros (estranhos, outsiders). Num momento de predomínio de indígenas, os demais são indiferenciados – apenas escravos, ou então “gentios da Guiné”. Os filhos de indígenas são indígenas, filhos de gentios (o diferente) são gentios (diferentes também...). Levará algum tempo para filhos de africanos serem crioulos, e não mais serem confundidos pela mesma terminologia dirigida a seus pais. Somente com o predomínio de não indígenas, a partir da década de 1720, cativos crioulos deixarão de pertencer ao mesmo grupo de seus pais. Mesmo assim, o estranhamento será a tonalidade que especifica os atributos de origem. Na crise do setecentos, os africanos tem a região africana de origem cada vez mais especificada. Mas, com a retomada da entrada em larga escala do tráfico atlântico de almas no oitocentos, os africanos que chegam novamente são estranhos, estrangeiros, indiferenciados por qualificativos como “de nação” ou “da Costa”. As pessoas que registraram, que escreveram os documentos consultados, enxergam de modo diferenciado os descendentes de africanos nascidos no local e os que, vindos da África, são introduzidos em Taubaté. Estes são gente estranha em terra estranha; aqueles, crioulos, os novos estabelecidos. A proximidade inexistente entre indígenas e não indígenas traduz-se, em seguida, como distanciamento entre crioulos e africanos. Diante deste estranhamento, dissolvente, faz-se necessário mecanismos de associação, de alianças, que superem este impasse. É preciso, como diz Antonil, dar ao cativo recém-chegado “um modo de viver”. Gerar proximidade, pacificar. Não eliminar o conflito, tarefa ilusória, mas reduzi-lo, normatiza-lo – formar consenso no dissenso, num perene conflito entre estes dois pólos. Por isso a permanente presença de laços parentais entre os cativos, em especial nos momentos de tensão, de desarraigo social. Nos momentos de maior tráfico de almas, gerar proximidade no conflito se expressa pelo crescimento dos casamentos entre os indivíduos de seu próprio grupo, para só

posteriormente indígenas e não indígenas (na primeira fase), depois crioulos e africanos (na terceira fase) revalorizarem casamentos mistos, ou seja, forja-se o “desestranhamento”. Na primeira fase, mais da metade dos cativos com quinze anos ou mais estão unidos por laços parentais de primeiro grau; nas fases posteriores, entre um quinto e um terço. Na década de 1820, com a entrada crescente de cativos, o crescimento dos laços parentais pode ser percebido mais detidamente pela análise das listas nominativas e registros eclesiásticos. Destaca-se o crescimento dos laços parentais em proporção inferior à proporção de crescimento da entrada de cativos, de modo a gerar números gerais que apontam para a redução da formação de laços parentais. Maior o número de casamentos, mas ainda maior é a entrada de cativos via tráfico: se esta discrepância for pensada pelo mecanismo de tempo de adaptação, então adquire-se novo sentido. Aqueles cativos que virão a participar daquele grupo de um terço dos cativos que conhecem o matrimônio, não o fazem em tempos iguais, mas grande parte casam poucos anos após a chegada. Casamento que não é apenas temporário, mas dotado de estabilidade tal que pode chegar a manter-se por até duas décadas e meia sob o poder de um mesmo senhor. Mesmo no momento da morte do senhor, e conseqüente partilha, tal estabilidade repercute com a maior parte das famílias ficando juntas ao serem transferidas para novo proprietário. Nada melhor, portanto, que a contínua citação ao longo deste trabalho das palavras de Antonil (pela segunda vez referido nesta conclusão): cuidado, atenção, criar e recriar continuamente um “modo de viver”. Só assim processa-se a força da convivência social, que transforma cativos que chegam “muito rudes e muito fechados” em cativos que “em poucos anos saem ladinos e espertos”. Migrante forçado, ou nascido em regime coercitivo, é pelo embate diário que se criam as bases que não só garantem a “sobrevivência”, mas formulam uma vivência.

Bibliografia

Fontes manuscritas:

Arquivo Histórico Dr. Felix Guizard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté:

- Inventários e Testamentos: Acervo do Cartório de Segundo Ofício, cx. 7 a 49.
- Inventários e Testamentos: Acervo Felix Guizard Filho.
- Livro de registros de escrituras: Acervo Felix G. Filho, cx. 161 a 169.

Listas nominativas (maços de população) referentes à Taubaté/SP. Arquivo do Estado de São Paulo, Cx 198 a 212 (microfilmes).

Cúria Diocesana de Taubaté:

Registros de batizados entre escravos: livro 01 (1686-1704), livro 03 (1790-1802) e livro 05 (1802-1832).

Registros de casamentos entre escravos: livro 01 (1814-1888).

Livros e artigos:

ALEXANDRE, Valentim. Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português. Lisboa: Afrontamento, 1993.

- ALVES, Maurício Martins. Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté, 1680-1729. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1999.
- ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3 ed. Belo Horizonte:Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2001.
- _____. Os senhores da Terra. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da guerra dos emboabas e sua geografia. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.
- BLAJ, Ilana. A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo, Depto. de História da Universidade de São Paulo, 1995 (Tese de doutorado).
- BHD – Boletim de História Demográfica. São Paulo: NEHD - Núcleo de Estudos em História Demográfica, FEA-USP (http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/index.htm).
- BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Coimbra, 1712. (ed eletrônica facsimilar. Rio de Janeiro: UERJ, 2000).
- BOUSSO, Vitória D. Debret no vale do Paraíba: as montanhas são azuis. Jacareí/SP: Fundação Cultural de Jacarehy “José Maria de Abreu”, 1995.
- BOXER, C. R. A idade do ouro do Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Nacional, 1969.
- BRITO, José Gabriel de Lemos. Pontos de partida para a história econômica do Brasil. 3 ed., São Paulo: Nacional; Brasília, INL, 1980.
- BURGUIÈRE, André. História da família. Lisboa: Terramar, 1997.
- CARVALHO, José Alberto M. de, e outros. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. 2. ed. ver. São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998.

- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *As concepções acerca do “Antigo Sistema Colonial”: a preocupação excessiva com a “extração de excedente”* In: LAPA, José R. do A. (org.) Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. Das cores do silêncio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. Ao sul da história. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.
- COSTA, Iraci del Nero da (compilador). Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. *Boletim de História Demográfica*. São Paulo, FEA-USP, vol. 1, n. 1, 1994, disquete.
- _____. Arraia miúda. São Paulo: MGSP, 1992.
- _____. *Ciclo de vida e posse de escravos: algumas relações entre cortes transversais e estudos longitudinais*. São Paulo, FEA-USP/NEHD, 1997, 13 p., mimeografado.
- COSTA, Iraci del Nero da e NOZOE, Nelson H.. *Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX*. Estudos econômicos, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 319-345, 1989.
- _____. *Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX*. Revista do IEB. São Paulo, IEB-USP, (34):175-182, 1992.
- _____. *Achegas para a qualificação das listas nominativas*. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, IPE-USP, 21(2):271-284, 1991.

- DEL PRIORY, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. 2 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELLIS Jr., Alfredo e ELLIS, Myriam. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do luar – o ciclo do açúcar*. Boletim História da Civilização Brasileira 11. São Paulo: FFCLUSP, 1950.
- ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen D.; RICHARDSON, David e KLEIN, Herbert S. The Trans-Atlantic Slave Trade (Cd-Rom). Cambridge University Press, 1999.
- FAORO, Raimundo. Os donos do poder. 10. ed., São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FARIA, Sheila de Castro. A colônia em Movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio - século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FINLEY, Moses I. Escravidão antiga e ideologia moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FLORENTINO, Manolo G. e GÓES, José R. *Tráfico negreiro e socialização parental entre os escravos do agro fluminense, séculos XVIII e XIX*. População e família. São Paulo: Cedhal/Usp/Humanitas, vol.1, n° 1, p. 83-118, jan/jun 1998.
- _____. A paz das senzalas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João L. R. e FLORENTINO, Manolo G. O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

- _____. *Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda.*
Estudos Econômicos, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 151-173, 1987.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4 ed., São Paulo: Unesp, 1997.
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 5 ed., São Paulo: Ática, 1988.
- _____. A escravidão reabilitada. 2 ed., São Paulo: Ática, 1991.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1989.
- HERRMANN, Lucila. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos. São Paulo: Instituto de Pesquisas econômicas - USP, 1986 (edição fac-similada).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. MAIA, Tom e HOLANDA, Sérgio Buarque de. Vale do Paraíba: velhas fazendas. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- _____. Monções. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Metais e pedras preciosas. História geral da civilização brasileira. Tomo 1, vol. 2, 6 ed., São Paulo: Difel, 1985.
- JACQUARD, Albert. A explosão demográfica. São Paulo: Ática, 1998.
- KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- LAGO, Pedro Corrêa do. Iconografia paulistana do século XIX. São Paulo: Metalivros, 1998.
- LAPA, José Roberto do A. Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LARA, Silvia H. Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- LEITE, Edgard. “Notórios rebeldes”: A expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa. Fundación Histórica Tavera, 2000.
- LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1804)*. Costa, Iraci del Nero. Brasil: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- _____. *Estrutura de posse de escravos*. LUNA, Francisco V. e COSTA, Iraci del N. da. Minas colonial: economia e sociedade. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982
- _____. *Casamentos de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829*. NADALIN, Sérgio Odilon e outros (coord). História e população: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990, p. 226-237.
- _____. *Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)*. Estudos Econômicos, v. 22, n. 3, p. 443-483, set-dez 1992.
- LUNA, Francisco V. e COSTA, Iraci del N. da. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 211-222, jan-mar 1983.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Crime e escravidão. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. São Paulo: Martins, 1943.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836. São Paulo: Husitec, Edusp, 2000.
- _____. A cidade de São Paulo, povoamento e população 1750-1850. São Paulo: Pioneira : Edusp, 1974.
- MARCONDES, Renato Leite. A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX. São Paulo, FEA-USP, 1998 (tese de doutorado).

- _____. *A pequena e média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba*.
Locus: revista de História. Juiz de Fora, v. 4, n 2, p. 35-54, 1998.
- MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- MILLIET, Sérgio. *Prefácio*. In: MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. São Paulo: Martins, 1943.
- MONTEIRO, John. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. *Alforrias, Litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo*.
Revista de História - Nova Série, São Paulo, n. 120, p. 45-57, jan./jul. 1989.
- MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.
- _____. *Família escrava: uma incursão pela historiografia*. História: questões & debates, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 104-159, 1988.
- MOTTA, José F. e NOZOE, Nelson. *Cafeicultura e acumulação*. São Paulo: Estudos econômicos, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio-ago/1994.
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. 3 ed., São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- MÜLLER, Nice L. O fato urbano na bacia do Rio Paraíba - São Paulo. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1969.
- NAZZARI, Muriel. The disappearance of the dowry. Stanford University Press, 1991.

- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial 5 ed. São Paulo, Hucitec, 1989.
- NOZOE, Nelson e MOTTA, José Flávio. *Os arredados da cafeicultura*. Anais do X encontro. ABEP, 1996, p. 1831-1890.
- OESTREICH, G. *Problemas estruturais do absolutismo europeu*. HESPANHA, Antônio M. B. (org.) Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
- ORTIZ, José B. São Francisco das Chagas de Taubaté. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1988.
- PASIN, José L. *Os fundamentos históricos da industrialização do Vale do Paraíba*. Revista da Faculdade Salesiana, Lorena/SP, No. 21, 1973, p. 101-110.
- PEDREIRA, Jorge Miguel V. Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado).
- PETRONE, Maria Tereza S. A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo, 1979.
- POPULAÇÃO E FAMÍLIA. v 1, n. 1 (jan/jun 1998). São Paulo: Cedhal/Usp/Humanitas, 1998.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- QUEIRÓS, Suely R. R. *Escavidão negra em debate*. FREITAS, Marcos C. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.
- RANGEL, Armenio de S. Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté - 1765/1835. São Paulo, FEA-USP, 1990 (tese de doutorado).

- _____. *A economia do município de Taubaté: 1798 a 1835*. São Paulo: Estudos econômicos, v. 23, n. 1, p. 149-179, jan-abr/1993.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp : Imprensa Oficial do Estado : Fapesp, 2000.
- REIS, Paulo Pereira dos. Lorena nos séculos XVII e XVIII. Fundação Nacional do Tropeirismo, 1988.
- _____. O caminho novo da Piedade no nordeste da capitania de S. Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- RIBEYROLLES, Charles. Brasil Pitoresco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.
- SALGADO, Graça (Coord.) Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Arquivo nacional/Nova Fronteira; Brasília: Câmara Nacional do Livro, 1985.
- SAMARA, Eni de mesquita. As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado da cultura de São Paulo, 1989.
- _____. *A família Negra no Brasil*. Revista de História - Nova Série, São Paulo, n. 120, p. 27-44, jan./jul. 1989.
- SAMPAIO, Patrícia M. Os fios de Ariadne. Manaus, Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Jonas Rafael. Escravos e senhores em Mogi das Cruzes: a estrutura da posse de escravos, 1777-1829. Franca, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social "Júlio de Mesquita Filho", dissertação de mestrado, mimeografado.

- SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Migração e família no vale do Paraíba*. Anais do XII Simpósio de História do Vale do Paraíba, São José dos Campos, Univap, 1996.
- SILVA, Antônio de Moraes. Diccionario de lingua portuguesa. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1922 (ed. fac-simile da segunda edição, de 1813).
- SILVA, Maria Beatriz N. da. História da família no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. Sistema de casamento no Brasil Colonial. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1984.
- SIMONATO, Andréa Jácome. *O parentesco entre os cativos no meio rural do Rio de Janeiro em 1860*. População e família. São Paulo: Cedhal/Usp/Humanitas, vol. 1, n. 1, p. 143-179, jan/jun 1998.
- SLENES, Robert A. W. Na senzala, uma flor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____ e COSTA, Iraci Del Nero. *A família escrava em Lorena (1801)*. São Paulo: Estudos econômicos, v. 17, n. 2, p. 245-295, 1987.
- SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (Tese de doutorado defendida em 1997 pela Universidade Federal Fluminense, sob o título: Identidade étnica, religiosidade e escravidão: os “pretos minas” no Rio de Janeiro (século XVIII))
- SOUZA, Laura de Mello e. Os desclassificados do ouro. 3 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1995
- TORRES-LONDOÑO, Fernando. A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Loyola, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 17, n.34, 1997.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Ed. 70, 1983.

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento das Minas Gerais no século XVIII 2 ed. São Paulo, HUCITEC: EDUSP, 1990.

Anexo 1: A crise econômica no setecentos

Sobre a produção de bens, a maior parte dos trabalhos desenvolvidos sobre a economia do vale do Paraíba no período colonial indica uma atividade voltada, inicialmente, para o preamento do indígena como a principal fonte de riqueza. Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais na última década do século XVII, o vale do Paraíba torna-se produtor de pequenos excedentes consumidos pelos viajantes que se encaminham para as Minas. Aumenta o comércio, mas em pequenas proporções, incapaz de propiciar o crescimento da região. Para estes autores, o vale do Paraíba, ao longo do período colonial, apresenta uma economia camponesa, revertida apenas no final do século XVIII, quando desenvolver-se-ia na região valeparaibana uma agroindústria exportadora de açúcar, numa tentativa de reverter o processo de decadência que se instaura no vale do Paraíba com a decadência das Minas³¹⁷. A referência clássica, e primeira, nesta interpretação está em Lucila Herrmann³¹⁸, classificando todo o período anterior a 1775 como “ciclo da economia de subsistência”, com “produção pequena”, “lucros insignificantes”, com “raros” escravos.

A permanência desta concepção deve ser creditada, em parte, ao tipo de documentação que fundamentou sua elaboração. As cartas de sesmarias utilizadas como documentação básica

³¹⁷ HERRMANN, *op. cit.*; PETRONE, Maria Tereza S. A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968; MÜLLER, Nice L. O fato urbano na bacia do Rio Paraíba - São Paulo. *Op. cit.*; REIS, Paulo P. *op. cit.*; PASIN, José L. *Os fundamentos históricos da industrialização do Vale do Paraíba*. *Op. cit.*, p. 101-110.

³¹⁸ HERRMANN, *op. cit.*, p. 15.

por L. Herrmann para o estudo do período anterior a 1775 não possibilitam uma visão mais abrangente da economia. Por remeterem ao período inicial de ocupação de uma área, requerendo a posse desta, as cartas de sesmarias não possibilitam ver uma atividade econômica bem consolidada. As listas nominativas, documento principal da pesquisa de Herrmann para o final do período colonial, não permite visualizar adequadamente períodos anteriores à década de 1760. A primeira lista da região data de 1765, mas, no século XVIII, apenas em 1773-4 e 1798-9 a atividade econômica é descrita mais detalhadamente (nos demais anos, lista-se apenas as pessoas livres e os cativos). Como a posição teórica previa tal situação de dependência/pobreza, e os documentos consultados não a contestaram, deu-se por aceita a teoria. A tese de pobreza paulista foi colocada por Alcântara Machado³¹⁹, a partir da leitura de inventários abertos no século XVII e XVIII³²⁰. A transferência deste raciocínio para o século seguinte pode ser vista na citação abaixo, de Sérgio Milliet, ao prefaciar a obra de A. Machado:

“E eis que, de repente, já habituado o bandeirante à dureza e à hostilidade do hinterland jorra a riqueza do ouro. Logo começam os inventários a refletir um novo padrão de vida. (...) Ao mesmo tempo escasseiam as referências a mantimentos e plantações. (...) A tal ponto se desprende o paulista da lavoura, do trabalho em geral, que ao se esgotarem as Gerais se encontra na miséria como dantes. Desta feita, sem ânimo tão-pouco para voltar ao amanho da terra. A província se despoeva, o fatalismo substitue o antigo entusiasmo, a velha febre de aventuras. Nesse estado lamentável é que a vão descrever os capitães-generais no

³¹⁹ MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. São Paulo: Martins, 1943.

³²⁰ Alcântara Machado, ao citar um inventário de 1710, afirma: “Deixemo-lo de parte. Só nos interessam os dois séculos anteriores, porque a êles se referem de preferência os documentos em estudo” (MACHADO, A. *op. cit.*, p. 30).

fim do século XVIII. (...) Mas o café se esgueirava pelas fronteiras deitando as raízes de um novo surto progressista.”³²¹.

Os inventários lidos por Alcântara Machado mostram uma região pobre, se comparada aos centros exportadores, e sua análise trata o período anterior à descoberta do ouro como uma única realidade, desprezando conjunturas. Para o período setecentista, as citações de Herrmann e Milliet opõem-se quanto à atividade agrícola. Para a primeira, a descoberta do ouro incentiva uma pequena produção para venda à beira de estrada, para o segundo desarticula a atividade antes existente. Em ambos os casos, o século XVIII deve ser dividido entre período de produção aurífera e período de crise devido à queda desta produção, prevalecendo a posição de pobreza generalizada e decadência na segunda metade do século XVIII. Mesmo Sérgio Buarque de Holanda desenvolve uma visão muito próxima à tradicional, no que toca ao plantio de cana em São Paulo:

“às ambiciosas e promissoras tentativas para o incremento da lavoura açucareira, que nascem com a própria capitania, sucederá, igualmente, uma longa fase de depressão e atrofia, que de fato só cessará após o renascimento agrário de fins do século XVIII, e a rigor nos últimos anos do mesmo século ou nos primeiros do seguinte, quando estiverem razoavelmente melhorados os caminhos entre o sertão e a marinha”³²².

A posição defendida por John Monteiro³²³, em parte, é semelhante à de Sérgio Buarque. Isto ocorre por seguir as interpretações de Petrone e Ellis Jr.³²⁴. Monteiro³²⁵, ao mostrar o

³²¹ MILLIET, Sérgio. Prefácio. In: MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943, p. 18

³²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo: Brasiliense, 1990, 178-179

³²³ MONTEIRO, John. Negros da Terra. *Op. cit.*, p. 220-225.

³²⁴ PETRONE, *op. cit.*; ELLIS Jr., Alfredo e ELLIS, Myriam. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do luar – o ciclo do açúcar*. Boletim História da Civilização Brasileira 11. São Paulo: FFCLUSP, 1950.

³²⁵ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 99.

planalto piratiningano seiscentista como um grande centro produtor de trigo, merecedor do título “celeiro do Brasil”, opõe-se à opinião de que após breve período de atividade açucareira no início da província, somente no fim do século XVIII a produção agropecuária volta a ser significativa (ver citação de Sérgio Buarque, acima). Mas afirma que a pujante agricultura, sobretudo do trigo, cede lugar a um campesinato empobrecido após a descoberta do ouro, com a transição da mão de obra cativa indígena para a africana consumada apenas no final do século XVIII. Entre os motivos, destaca: a longa e penosa viagem para as minas, a escassez de índios, o alto custo para aquisição de africanos, reflexo da inflação gerada pelo ouro, de modo que “poucos paulistas dispunham de recursos suficientes ou acesso a fontes de crédito que permitissem a importação de escravos numa escala maior”³²⁶. Ressalva, porém, que novas pesquisas, com documentação pouco trabalhada, precisam ser feitas. Colocando os inventários e os registros paroquiais como os que proporcionam “evidências mais sólidas para o crescimento da população de origem africana em São Paulo”, afirma que “este material ainda espera um levantamento mais sistemático para o período [décadas iniciais do setecentismo]”³²⁷. A presente pesquisa confirma esta observação de Monteiro: a análise mais sistemática e detida da documentação do início do setecentos mostra que a transição da mão de obra cativa indígena para a africana completa-se na primeira metade do século XVIII (não no final deste século), ao menos para a vila de Taubaté. Também o Trabalho de Ilana Blaj³²⁸ aponta para o crescimento comercial de São Paulo entre os anos de 1681 e 1721. Os inventários *post-mortem* abertos em Taubaté nas primeiras décadas do setecentismo reforçam visão contrária a Sérgio Buarque, mas também se opõem à interpretação de pequena atividade mercantil na província de São Paulo na primeira metade do setecentos. É possível visualizar neste momento um forte crescimento do

³²⁶ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 221

³²⁷ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 265

plântio de cana-de-açúcar, com uma forte presença de cativos africanos (e seus descendentes). O ouro fortalece a rede de adiantamentos/endividamentos já existente e sustenta o crescimento de atividades mercantilizadas, que de alguma maneira foram escoadas, seja para o Rio de Janeiro ou São Paulo, ou para as Minas. A precariedade das estradas e dos meios de transportes, reais, deve ser minimizada. A crise na agropecuária será visível não nas primeiras décadas do setecentismo, como vê Monteiro, mas após um breve ciclo de crescimento acelerado nestas décadas iniciais do setecentos. As análises realizadas para periodização apontam, como momento desta inflexão, as décadas de 1730 e 1740. O número médio de cativos por proprietário cai continuamente ao longo do setecentos, o número de não proprietários de cativos sobe, a proporção de inventários que arrolam plântio de cana reduz-se, indicativo do agravamento da crise da agricultura monetarizada. Isto entre os detentores de algum bem, população apta a ser inventariada, base desta análise.

Rangel cita duas teses explicativas para a pobreza e decadência da segunda metade do setecentismo³²⁹. A primeira, “tradicional”, atribui a pobreza paulista à descoberta do ouro – e nela pode ser incluída a posição de Milliet (cf. a citação acima). A leitura dos inventários abertos em Taubaté, porém, não confirmam esta posição. O despovoamento posterior à descoberta do ouro reverte-se rapidamente, em menos de uma década após esta descoberta a vila de Taubaté reorganiza-se economicamente e a população cresce. Descoberto em meados da década de 1690, em Minas Gerais e, posteriormente (décadas de 1720-30), em Mato Grosso e Goiás, a produção de ouro cresce progressivamente até meados do século XVIII, quando inicia a

³²⁸ BLAJ, Ilana, *op. cit.*

³²⁹ RANGEL, *op. cit.*, p. 6-11.

crise³³⁰. Esta oscilação da quantia de ouro extraído é comumente utilizada para periodizar a atividade econômica no vale do Paraíba, ressaltando que com o fim do ouro foi preciso procurar outras formas de geração de riqueza, o que se fez voltando-se para o plantio de cana de açúcar no último quartel do século XVIII. A periodização realizada na primeira parte deste trabalho mostra que, para a vila de Taubaté, esta periodização não se aplica, e a análise seguinte ressalta esta divergência para com a historiografia relativa à pobreza do vale no setecentos.

O crescimento do número médio de cativos e da produção de cana de açúcar indica o crescimento da atividade monetarizada poucos anos após a descoberta do ouro. Também São Paulo apresenta um crescimento da atividade mercantilizada na passagem do século XVII para o século XVIII³³¹. Soma-se a esta constatação documental a argumentação bibliográfica de Rangel favorável a um significativo crescimento populacional³³². A crise subsequente, porém, recebe diferentes explicações. Rangel cita a perda da autonomia política em 1748, mas em seguida a desqualifica, considerando que “os sucessivos desmembramentos operados na capitania de São Paulo talvez se expliquem mais em função da geo-política do Estado Português em relação às minas do que devido a sua decadência”³³³. Ainda segundo este autor, outro motivo seria o decreto de 1758, “que libertou os indígenas do cativeiro”, que teria acelerado a decadência de São Paulo “na medida em que grande parte da agricultura paulista estaria fundada no trabalho dos incolos”³³⁴. Rangel credita a entrada de africanos ao ouro. Atribui a pequena presença de escravos africanos no período anterior ao ouro à pobreza da capitania e à abundância de indígenas. Contudo, a análise realizada em inventários abertos em Taubaté acrescenta a estes

³³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metals e pedras preciosas. História geral da civilização brasileira*. Tomo 1, vol. 2, 6 ed., São Paulo: Difel, 1985, p. 261-263; PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo, 1979.

³³¹ BLAJ, *op. cit.*

³³² cita ELLIS JÚNIOR, 1948, 115 e MARCÍLIO, *op. cit.*

³³³ RANGEL, *op. cit.*, p. 29.

fatores que a entrada de cativos africanos no começo do século XVIII deve-se primordialmente ao crescimento da demanda (para produção de cana de açúcar), que os indígenas não são suficientes para suprir. Não é a abundância de indígenas que impede a entrada de africanos. A presente pesquisa mostra a redução da presença de indígenas em Taubaté em período bem anterior a 1758, reforçando o argumento de que tal lei teve pouco efeito sobre Taubaté. Os novos mercados abertos pelo ouro potencializam a mercantilização já existente, mesmo que em queda, segundo análises de J. Monteiro.

A grande entrada de mão-de-obra extra indica que existe forte carência. A tese da “inadaptação” dos indígenas às formas culturais impostas ou a tese de que o comércio de africanos seria mais lucrativo para a Coroa (e por isto a oposição da Coroa ao cativo indígena) seria motivo suficiente para substituí-los por africanos³³⁵? Quando Monteiro fala em uma grande produção de trigo, não cogita a entrada em larga escala de africanos. O ouro possibilita comprar cativos africanos (sendo efetivamente utilizado para isto, em Taubaté), mas estes somente são adquiridos pela insuficiência dos indígenas, pela conjugação de dois fatores: a retomada da produção mercantilizada, exigindo maior número de braços, e a cada vez mais escassa presença de indígenas na região. Organizar uma “armação”, entrar sertão adentro na busca de cativos exige altos recursos, e cada vez maiores, para buscar cada vez mais longe esta mão de obra. A insuficiência de indígenas para incremento da produção gera a redução da participação destes no cativo, e não o interesse da Coroa em lucrar com o tráfico de negros. Contra o predomínio do lucro do tráfico ser predominantemente da Coroa portuguesa, veja-se as pesquisas de Fragoso e Florentino³³⁶, que apontam um controle significativo do comércio negreiro nas mãos de negociantes residentes no Rio de Janeiro. A presente pesquisa mostra que,

³³⁴ RANGEL, *op. cit.*, p. 7

³³⁵ defendida por NOVAIS, Fernando A. *op. cit.*

a partir da descoberta do ouro, a proporção de cativos indígenas na vila de Taubaté cai rapidamente, a ponto de já na década de 1740 terem participação insignificante no total de escravos. Atribuir ao decreto de 1758 a queda da atividade agrícola não corresponde ao observado pelos inventários abertos em Taubaté. Pode ser que parte destes indígenas esteja sendo registrada pela documentação sob outra denominação, ou sem especificação, ou mesmo não sendo registrados; mesmo assim, aumentar a proporção destes no conjunto dos escravos, supondo que parcela dos não identificados seja indígena não responde ao problema da crise de produção mercantilizada. Não é a redução de cativos indígenas que gera a crise, uma vez que substituí-los não será problema.

Outro ponto de vista atribui a decadência da capitania paulista à abertura do Caminho Novo do Rio de Janeiro. Zemella afirma que o caminho novo “realizou um verdadeiro fenômeno de captura econômica, roubando aos caminhos paulistas e aos baianos os lucros auferidos pelo comércio com o pujantíssimo *hinterland* mineiro”³³⁷. Rangel relativiza também esta segunda tese, defendendo que o papel de retaguarda econômica exercido pela baixada fluminense não excluía a possibilidade de outras regiões participarem do comércio mineiro, inviabilizando apenas as regiões mais distantes. Em defesa desta posição, cita o Conde de Azambuja, que em 1751 refere-se à estrada de Parati como um caminho “freqüentado de muitas cargas que por ali passam para as Minas”. Sobre a vila de Guaratinguetá, o Conde de Azambuja observa que “é já mais rica que as outras por ser passagem para as Minas daqueles que vem buscar estrada para Parati, pela qual me seguram andarem mil e trezentos cavaleiros na condução das cargas”³³⁸.

³³⁶ FRAGOSO e FLORENTINO *op. cit.*

³³⁷ ZEMELLA, *op. cit.*, p. 120.

³³⁸ TAVARES, 1977, 114-115 apud RANGEL, *op. cit.*, p. 8

Rangel considera pouco provável que se tenha exaurido todo o comércio por São Paulo após a abertura do Caminho Novo. Reforça este argumento com a rota do luar: o transporte de gado da região sul para as Minas, passando por São Paulo, desde a década de 1730. A importância desta atividade é ressaltada por Rangel, citando Zemella, bem como o Morgado de Mateus: “o negócio mais limpo que tem esta Capitania de São Paulo, é o de animais que vão buscar à fronteira do Viamão”³³⁹. Rangel cita, também, a descoberta das minas de Cuiabá em 1718 e Goiás em 1725 em favor desta não redução extremada do comércio via São Paulo, por abrirem novas rotas e mercados.

O caminho novo já aparece no relato de Antonil, de 1711, mas a melhoria do caminho ocorre apenas nos anos seguintes. Baseando-se em uma petição de Amador Bueno, Paulo Pereira Reis³⁴⁰ conclui que a estrada já estava pronta em 1703 ou 1704, mas “incapaz de cavalgadas carregadas nem gados”, e que “certos autores [não diz quais] supõem que a estrada somente foi terminada em 1725”, tendo por base uma provisão régia deste ano. Consoante com esta opinião, Zemella³⁴¹ diz que o caminho foi iniciado em fins de 1698, e em 1701 já tinha uma picada aberta suficiente para passagem de pedestres, mas não de cavalgadas. Barreiros³⁴² afirma estar este caminho, em 1709, já em franco trânsito. Como o caminho já deve estar plenamente transitável na década de 1720, e a crise ocorre na década seguinte, não se pode descartar a influência deste fator. Mas a argumentação de Zemella, citada por Rangel, concordante com o Morgado de Mateus, da mesma forma que a afirmação do Conde de Azambuja, refere-se à segunda metade do setecentos. Tais afirmações não podem ser atribuídas

³³⁹ Carta do Morado de Mateus para o Conde de Valadares de 13/11/1769, Documentos Interessantes para a História de São Paulo, vol. 19, p. 414.

³⁴⁰ REIS, P. P. O caminho novo da Piedade no nordeste da capitania de S. Paulo. *Op. cit.*, p. 31.

³⁴¹ ZEMELLA, *op. cit.*, p. 118.

³⁴² BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da guerra dos emboabas e sua geografia. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984, p. 112.

à crise percebida em Taubaté no final da primeira metade do setecentos. Para este período é mais consistente a citação de Zemella de que o caminho novo realizou uma “captura econômica”³⁴³. Zemella afirma ter sido este um mecanismo gradual: “O magnífico mercado consumidor das Gerais passou a ser zona tributária do Rio de Janeiro e os fornecimentos paulistas se reduziram à proporção que aumentavam as entradas pelo ‘caminho novo’”³⁴⁴. A favor desta tese posiciona-se Vilhena, fazendo uma correlação estreita entre a construção do caminho novo e a crise paulista³⁴⁵, a ponto de se considerar Garcia Rodrigues um “traidor” de seu povo (os paulistas). Mas, se a abertura do caminho novo fosse o fator preponderante da crise na vila de Taubaté, esta deveria começar a aparecer no momento de uso intenso deste novo caminho (década de 1710), e não duas décadas depois. Antes, é um fator que contribui, e muito, mas não se aplicando como solução única. Não explica a queda tão intensa da atividade econômica em Taubaté nas décadas de 1730 a 1760, após crescimento progressivo nas décadas de 1700 a 1720.

Outro argumento contrário ao malefício do caminho novo é o do crescimento de atividades alternativas, como a rota do mar a partir da década de 1730. Para Taubaté este não é um argumento significativo, considerando-se os números apresentados pelos inventários. Uma maior participação de moradores em Taubaté no transporte de muares deveria se refletir numa maior presença de cabeças de gado por inventário, o que não se verifica antes de 1790. Não apenas o número médio de cabeças de gado por inventário é baixo, na média geral, como também este gado apresenta-se diluído pela população, indicativo de uso local. Entre os anos de 1730 e 1785, 33% a 55% das cabeças de gado estão nas mãos de proprietários que possuem até quinze cabeças. A partir de 1790, no máximo 14% das cabeças estão sob a posse de quem

³⁴³ Ver citação acima, ZEMELLA, *op. cit.*, p. 120.

³⁴⁴ ZEMELLA, *op. cit.*, p. 122.

possui até quinze cabeças de gado. A rota do luar, em meados do setecentos, não deixou registros nos inventários. A forte presença da pecuária é destacada por Rangel para o período 1805-1817. Atividade que não exige grandes investimentos, a pecuária não deveria sofrer dos revezes apresentados na atividade agrícola. Tal situação, contudo, não se percebe: apenas os pequenos rebanhos sobrevivem à crise de meados do setecentos. Considerando que estes cálculos a partir de inventários reúnem diferentes tipos de gado (luar, cavalar, suínos, etc.) em um único item (ao contrário de Rangel, que os especificam), a participação de moradores em Taubaté no comércio de longa distância de gado parece como ainda mais improvável na metade do setecentos. Em Taubaté, neste momento, a presença do gado está em queda, se considerarmos o número médio de cabeças de gado por inventário um indicador confiável.

Argumento importante apresentado por Rangel é o de que as teses sobre pobreza e decadência da capitania estão fortemente impregnadas pelas descrições do Morgado de Mateus. Coloca ter sido o período de governo do Morgado marcado pela retração econômica, o que marca suas descrições da capitania. Bernardo José de Lorena, que governou a capitania num período de maior bonança (1788-1797), deixa um “depoimento estimulante” sobre a capitania em 1797, que esta se encontra “em um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que se acabou a preguiça de que geralmente era acusada a Capitania de São Paulo”. Rangel prossegue este argumento, citando Mello Castro e Mendonça (1797-1802), que em pleno crescimento do açúcar, afirma que a capitania de São Paulo “acha-se em circunstâncias de vir a ser a melhor de todo o Brasil”³⁴⁶. Rangel percebe bem o quanto a visão de pobreza está enviesada pela visão oficial, que vê pelos olhos dos interesses da Coroa. É possível expandir este argumento para criticar também as listas nominativas, por subdimencionar os produtos para

³⁴⁵ VILHENA cartas soteropolitanas, vol 1, p. 50

³⁴⁶ RANGEL, *op. cit.*, p. 20 (ver também p. 10).

consumo local e privilegiar os exportáveis. As visões historiográficas favoráveis à pobreza do vale do Paraíba no período anterior a década de 1770 parecem bastante impregnadas do pessimismo do Morgado de Mateus.

As análises de Rangel, bem como as dos autores citados por ele, não consideram o crescimento das primeiras décadas pós-descoberta do ouro que se observa em Taubaté. A documentação que baseia estes autores não possibilitou tal visão. Como afirma J. Monteiro, ainda é grande a carência de estudos para a região paulista no período colonial. Ficam perguntas em aberto. Outras áreas da capitania paulista (e também outras áreas periféricas às minas) teriam, nas primeiras décadas do setecentismo, um crescimento da atividade econômica como o verificado em Taubaté, sem que tenhamos conhecimento? Os trabalhos de Blaj³⁴⁷ e Cláudia Chaves³⁴⁸ reforçam esta suposição. Diz Sérgio Buarque de Holanda, ao falar sobre a formação dos mercados nas zonas auríferas:

“Com os descobrimentos das minas irá aparecer essa primeira oportunidade considerável para o avanço da indústria açucareira. A procura e carestia gerais da aguardente da terra, que se seguem, por exemplo, às primeiras explorações do ouro de Cuiabá, para onde os lavradores saem a vender seu produto ou mandam quem em seu lugar o venda, mostram o bom proveito que apesar dos riscos e rigores da mareagem dos rios, pode proporcionar o comércio a longa distância.”³⁴⁹

Com maior força se aplica tais incentivos para a atuação dos moradores no vale do Paraíba neste comércio, por estar no centro dos primeiros caminhos para as minas. Sérgio Buarque, contudo, defende que “o mercado que se suscita nas zonas de mineração logo se revela

³⁴⁷ BLAJ, *op. cit.*

³⁴⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

³⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. *Op. cit.*, p. 179-180.

insuficiente para dar calor a tal indústria”. O motivo: “ao lado das lavras de metal precioso, começam a repontar as lavouras de cana [nas minas]”³⁵⁰. Como exemplo, cita que “em 1728, e quase sob as vistas do capitão-general [Rodrigo César de Menezes], começassem a crescer as canas em Cuiabá, e que em 1729 já se destilasse e vendesse aguardente fabricada na terra”³⁵¹. A hipótese de a própria região das minas ter uma produção agropecuária suficientemente grande para competir com a oriunda das áreas próximas deve ser vista com ressalvas: o próprio Sérgio Buarque de Holanda³⁵² lembra das restrições oficiais para atividades concorrentes com a extração do ouro. Mesmo assim, Sérgio Buarque permite deduzir que a atividade agropecuária, ainda que mínima, não foi desconhecida nas minas: se inexistisse, não se proibiria. Às indicações documentais que Sérgio Buarque encontra para o crescimento da agricultura após a descoberta do ouro, inclusive defendendo um comércio de longa distância ainda que utilizando caminhos precários já no começo do setecentos, somam-se às indicações de comércio com as minas e com o Rio de Janeiro. Em Taubaté, mesmo antes da descoberta de ouro nas minas, é possível encontrar um comércio estruturado, caso de Bernardo Bonfilio, inventariado em Taubaté em 1681. Com a descoberta do ouro, intensifica-se este comércio: a existência de diversas lojas pode ser visualizada na leitura da documentação. Estes casos, acrescidos da produção agropecuária mercantil, mostram como os limites impostos pelos caminhos não podem ser interpretados como barreiras intransponíveis.

As explicações para a decadência paulista em meados do século XVIII, variadas como foram, não são consistentes com os valores apresentados nesta pesquisa. Conforme análise anterior, não pode ser creditada à tese de despovoamento pelo ouro, pois este foi momentâneo. A explicação baseada no decreto que proibia cativo indígena, de 1758, e mesmo a explicação

³⁵⁰ HOLANDA, *op. cit.*, p. 180.

³⁵¹ HOLANDA, *op. cit.*, p. 49.

baseada na perda da autonomia administrativa em 1748 também não se sustentam, considerando que a grande inflexão ocorre na década de 1730, muito antes destes acontecimentos. Quanto ao cativo indígena, a participação deste no total de cativos cai progressivamente desde a primeira década do setecentos. Situar a crise paulista como conseqüência da crise do ouro ocorrida na segunda metade do setecentos (como a redução de um mercado consumidor) também não corresponde à verdade pelo mesmo motivo: a crise econômica da vila de Taubaté é muito anterior. Ao contrário: a produção de ouro está em crescimento no momento que ocorre a crise. O comércio de gado é apontado como uma nova riqueza a “passar” por São Paulo. No caso de Taubaté, a rota do Muar não reverte a queda da atividade econômica de Taubaté, que ocorre justamente no período em que a historiografia credita o crescimento do transporte de muares.

A elevação dos preços dos cativos nas décadas iniciais ao descobrimento do ouro, bem descrita por Antonil³⁵³, não impede os moradores de Taubaté de adquirirem cativos justamente no momento de maior impacto de preços. Este aumento de preços torna-se problemático apenas quando ocorre a ausência de ouro em Taubaté. A descoberta das Minas de Cuiabá e Goiás neste período (década de 1720-30) não reverte a queda de participação do ouro no total da riqueza inventariada em Taubaté após a década de trinta do setecentos. Coincidentemente, a crise agrícola ocorre no momento seguinte em que os inventários *post-mortem* deixam de indicar a existência de ouro na vila de Taubaté. Talvez a atividade agrícola monetarizada não tivesse ainda força suficiente para repor sua mão-de-obra através de seus lucros, diante do crescimento dos preços dos cativos. Talvez, também, a forte dependência da atividade agrícola para com a rede de adiantamento/endividamento fez com que, caindo o segundo setor, entrasse em queda o primeiro.

³⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metals e pedras preciosas*. *Op. cit.*, p. 290

³⁵³ ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil. *Op. cit.*, p. 171.

Atribuir a crise da atividade agrícola mercantilizada (expressa, na documentação, pela redução da média de cativos por proprietário e pela redução da proporção de inventários que citam plantio de cana) a um único fator não parece explicar satisfatoriamente o mecanismo que rege esta crise que se estabelece em meados do setecentos na vila de Taubaté. Uma soma de fatores conjunturais, como a súbita ausência de ouro em Taubaté, combinado à escalada de preços dos cativos de origem africana, à insuficiência numérica de cativos indígenas para incremento da produção, a concorrência do caminho novo e de outros centros produtivos parece explicar melhor a forte crise em meados do século XVIII, apontada pelos inventários *post-mortem* abertos na vila de Taubaté.

Anexo 2: tabelas e gráficos

Os gráficos e tabelas apresentados neste anexo complementam e detalham informações já presentes no corpo do trabalho.

Sobre as fontes e metodologia de coleta

Para este trabalho foram copiados 35 inventários na década de 1680, 27 na década de 1690, 38 na década de 1700, 33 na década de 1710, 38 na década de 1720, 33 na década de 1730, 27 na década seguinte, 25 na década de 1750, 23 na década de 1760, 41 na década de 1770, 33 na década seguinte, 23 na década de 1790, 45 na década seguinte e 36 na década de 1810³⁵⁴. Foram copiados todos os inventários existentes no acervo do Cartório de Segundo Ofício (os inventários no Primeiro Ofício principiam em 1831, excluídos deste trabalho), e completados com os do acervo Felix Guizard Filho nas décadas de 1730 e 1750, nas quais o número de inventários no Cartório de Segundo Ofício era inferior a 20. Poucos inventários destas duas décadas, no acervo Felix Guizard Filho foram aproveitados para análise, pois apresentam sérias dificuldades de leitura, muitos incompletos. Os inventários abertos nas décadas de 1680 e 1690 pertencem ao acervo Felix Guizard Filho. Nas décadas de 1820, 1830 e 1840, pelo grande número de inventários existentes, selecionou-se os inventários no Cartório de Segundo Ofício abertos entre os anos de final 5 a 8. Para os anos 1825-28, consultou-se 41 inventários; entre 1835-38, 100 inventários; entre 1845-48, 120 inventários. No período delimitado, o único desmembramento territorial ocorre em 1705 (Pindamonhangaba), o que significa coesão do espaço delimitado para estudo.

As listas nominativas (maços de população), sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, foram copiadas (digitadas) a partir de microfilmes cedidos Arquivo do Estado de São

³⁵⁴ Estes inventários, inicialmente sob os cuidados do Cartório de Segundo Ofício, nas décadas de 1930 e 1940 foram utilizados por Felix Guizard Filho, que os retirava do cartório para suas pesquisas. Quando de sua morte, parte da documentação estava na sua fazenda e parte no seu escritório no centro da cidade. Os inventários encontrados no escritório ficaram sob os cuidados de Waldomiro Benedito de

Paulo, a quem também agradeço (sem os microfilmes cedidos esta pesquisa estaria na maior parte inviabilizada). Um dilema formou-se, desde as leituras iniciais dos microfilmes: utilizar quatro listas para cópia mais detalhada, inclusive confrontando-as com as originais (as de 1774, 1799, 1815 e 1829, representativas dos ciclos econômicos definidos por Rangel), ou ampliar a cópia para vários anos, mesmo com menor acuidade. A escolha pela segunda opção deve-se, sobretudo por já ser comum a análise pontual e detalhada desta documentação, e pela pequena presença de trabalhos que realizem uma leitura longitudinal das listas nominativas (por exemplo, o trabalho de Motta e Nozoe, voltados para análise de como se formou a unidade produtiva dos plantadores de café em 1829, em Bananal³⁵⁵). Para análise de relações parentais, desconheço produção historiográfica neste segundo formato.

Foram transferidas para banco de dados eletrônico as informações relativas às listas nominativas de 1765, 1766, 1774, 1785, 1790, 1795, 1799, 1805, 1808, 1815, 1820, 1825 e 1829, 1835 e 1836. Infelizmente algumas listas estão incompletas, como as de 1766, 1823, 1824; em especial, a falta de originais completos para as listas de 1835 e 1836 impediram a expansão no tempo de vários cálculos. Por uma política interna do Arquivo do Estado de São Paulo de restringir o acesso a originais que estejam microfilmados, não confrontei com os originais as partes em que tive dificuldade de leitura nos microfilmes. O processo de digitação das listas, para reduzir os erros, foi realizada por três pessoas: a segunda revisava o trabalho da primeira e eu, ao final, revisava o trabalho de ambas. Dentre as listas digitadas, as de 1774, 1799, 1815 e 1829 foram integralmente conferidas e reconferidas por mim. Para as demais, a terceira conferência (a minha) foi feita por amostragem e, na medida que aparecia um padrão de

Abreu e o restante, após ficarem empilhados na fazenda, foram levados para desinfecção em São Paulo, sob os cuidados de Lia Carolina Prado Alves Mariotto e Ana Lúcia di Lorenzo.

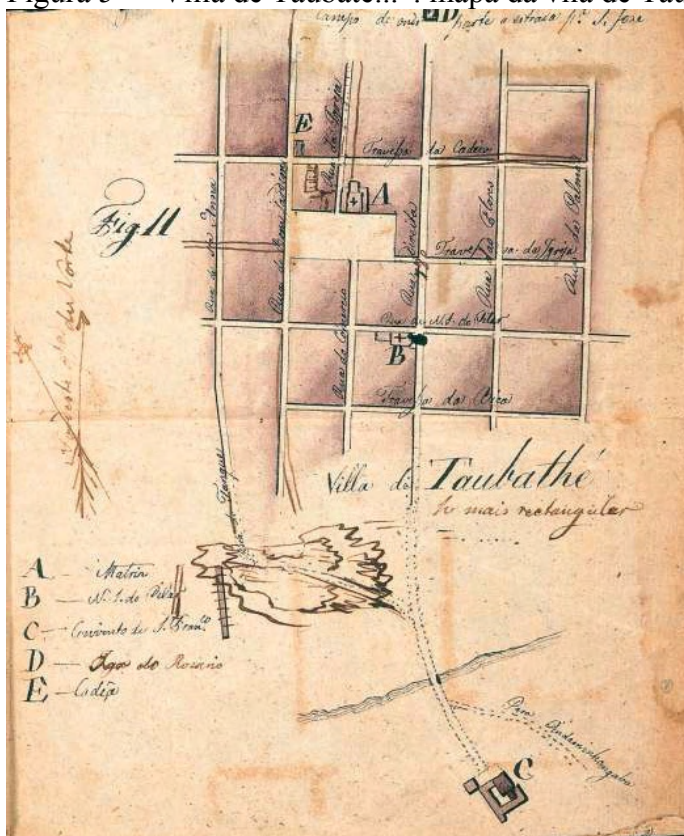
³⁵⁵ MOTTA, José F. e NOZOE, Nelson H. *Cafeicultura e acumulação*. São Paulo: Estudos econômicos, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio-ago/1994.

erro, toda a lista era revisada para correção deste desvio. Especial atenção foi dedicada para os códigos de identificação e, para os escravos, revisou-se mais acuradamente as informações de sexo, idade, estado civil e origem (nomes das pessoas, livres ou escravas, não foram sistematicamente corrigidos). Para diminuir as margens de erro, confrontou-se o quanto possível os dados coletados com os valores apresentados por Rangel. Nos itens comparáveis, pequenas diferenças entre meus resultados e os obtidos por Rangel ocorrem, em boa parte, por problemas de leitura em alguns microfilmes. Também realizei a cópia de informações pontuais (somente dos escravos) nas listas de 1814, 1828, 1830 e 1831, para confronto com as listas copiadas integralmente (os resultados, não incorporados ao presente trabalho, confirmam as tendências de variação observadas pelas demais listas). Dentre as listas integralmente digitadas, a maior dificuldade de leitura dos microfilmes está na lista de 1805. Em cinco páginas a leitura está completamente impossibilitada, pelo microfilme estar completamente branco. Em algumas outras, a parte superior da página microfilmada está em branco, sendo possível ler bem apenas a metade inferior da página. Nos casos de dificuldade de leitura neste ano, excluiu-se os fogos que não puderam ser completamente copiados. As outras listas digitadas não apresentam páginas com tantos problemas de leitura. Na lista nominativa de 1835, o quarteirão doze foi excluído das análises, também pela dificuldade de leitura; acresce, ainda, que a lista deste ano está pela metade (tem-se apenas os quarteirões um a dezesseis). A lista seguinte (de 1836) relaciona número ainda menor de habitantes.

Agradeço a Sonia Maria de Oliveira, Sonia Maria de Souza França Alves, Rogério Xavier Pinto e Kátia Regina Rico Santos de Mendonça pelo auxílio na cópia da documentação. De modo especial, agradeço aos funcionários da Divisão de Museus, Arquivo e Patrimônio Histórico da Prefeitura de Taubaté pela disponibilidade e atenção, exemplares – particularmente,

Lia Carolina Prado Alves Mariotto. Necessário se faz agradecer, também, aos funcionários da Cúria Diocesana de Taubaté, pela atenção recebida durante a cópia dos registros eclesiásticos de batismo, casamento e óbito de cativos. Outro auxílio importante a destacar, na leitura da documentação, refere-se à disponibilidade dos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo em checarem as listas microfilmadas com os originais, de modo a permitir-me afirmar que os microfilmes que recebi correspondem ao conteúdo original remanescente (dúvida originada das falhas nos microfilmes). Parte das análises deste trabalho utilizam informações da tese de doutoramento de Rangel, defendida em 1990 pela FEA-USP. Agradeço ao autor a permissão para reproduzi-las (em especial, o gráfico 2 e o gráfico 5).

Figura 5 – “Villa de Taubaté...”: mapa da vila de Taubaté - Pallière, 1821



Fonte: REIS, Nestor G. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp : Imprensa Oficial do Estado : Fapesp, 2000, p. 222.

tabela 42 – Média de indígenas e africanos por inventário, 1680-1848

| Década | INDÍGENAS | | | AFRICANOS | | |
|--------|-----------|------------|---------------|-----------|------------|---------------|
| | Média | # escravos | # inventários | Média | # escravos | # inventários |
| 1680 | 39,0 | 1171 | 30 | | | |
| 1690 | 11,7 | 305 | 26 | | | |
| 1700 | 9,8 | 236 | 24 | | | |
| 1710 | 12,4 | 236 | 19 | | | |
| 1720 | 11,4 | 250 | 22 | | | |
| 1730 | 8,5 | 17 | 2 | 2,3 | 21 | 9 |
| 1740 | 0 | 0 | 0 | 2,1 | 19 | 9 |
| 1750 | 1,0 | 1 | 1 | 2,7 | 32 | 12 |
| 1760 | | | | 1,3 | 10 | 8 |
| 1770 | | | | 1,5 | 25 | 17 |
| 1780 | | | | 1,7 | 24 | 14 |
| 1790 | | | | 1,4 | 7 | 5 |
| 1800 | | | | 2,5 | 42 | 17 |
| 1810 | | | | 3,0 | 62 | 21 |
| 1820 | | | | 2,6 | 58 | 22 |
| 1830 | | | | 2,9 | 118 | 41 |
| 1840 | | | | 4,8 | 267 | 56 |

Obs.: Ver tabela 27 sobre as denominações de origem que os cativos receberam.

Fonte: inventários *post-mortem*

tabela 43 – distribuição da riqueza (em réis) a partir de inventários *post-mortem*, 1680-1828

| DECADA | | GRUPO SOCIAL | | | TOTAL (%) | TOTAL (#) |
|--------|-------|--------------|-------|------------|-----------|--------------|
| | | + abastado | médio | – abastado | | |
| 1680 | % INV | 11,4 | 34,3 | 54,3 | 100,0 | 35 |
| | % MB | 50,9 | 38,4 | 10,7 | 100,0 | 32:552\$347 |
| 1690 | % INV | 11,1 | 29,6 | 59,3 | 100,0 | 27 |
| | % MB | 41,1 | 35,5 | 23,4 | 100,0 | 113:946\$939 |
| 1700 | % INV | 10,5 | 31,6 | 57,9 | 100,0 | 38 |
| | % MB | 33,3 | 44,5 | 22,2 | 100,0 | 106:013\$671 |
| 1710 | % INV | 12,1 | 30,3 | 57,6 | 100,0 | 33 |
| | % MB | 54,5 | 32,7 | 12,8 | 100,0 | 142:742\$904 |
| 1720 | % INV | 10,5 | 31,6 | 57,9 | 100,0 | 38 |
| | % MB | 37,8 | 48,1 | 13,2 | 100,0 | 110:678\$704 |
| 1730 | % INV | 9,1 | 27,3 | 63,6 | 100,0 | 33 |
| | % MB | 42,5 | 38,0 | 19,5 | 100,0 | 49:204\$453 |
| 1740 | % INV | 7,4 | 29,6 | 63,0 | 100,0 | 27 |
| | % MB | 27,5 | 48,7 | 23,8 | 100,0 | 27:950\$233 |
| 1750 | % INV | 20,0 | 28,0 | 52,0 | 100,0 | 25 |
| | % MB | 65,3 | 23,1 | 11,5 | 100,0 | 48:988\$630 |
| 1760 | % INV | 8,7 | 30,4 | 60,9 | 100,0 | 23 |
| | % MB | 23,6 | 47,2 | 29,2 | 100,0 | 10:815\$668 |
| 1770 | % INV | 12,2 | 34,1 | 53,7 | 100,0 | 41 |
| | % MB | 41,8 | 41,1 | 17,1 | 100,0 | 29:939\$244 |
| 1780 | % INV | 12,1 | 39,4 | 48,5 | 100,0 | 33 |
| | % MB | 54,1 | 33,9 | 12,0 | 100,0 | 29:210\$650 |
| 1790 | % INV | 13,0 | 17,4 | 69,6 | 100,0 | 23 |
| | % MB | 31,3 | 21,7 | 47,0 | 100,0 | 11:327\$082 |
| 1800 | % INV | 13,3 | 24,4 | 62,2 | 100,0 | 45 |
| | % MB | 61,7 | 21,8 | 16,5 | 100,0 | 62:641\$813 |
| 1810 | % INV | 5,6 | 41,7 | 52,8 | 100,0 | 36 |
| | % MB | 17,2 | 62,4 | 20,4 | 100,0 | 40:909\$169 |
| 1820 | % INV | 12,2 | 29,3 | 58,5 | 100,0 | 41 |
| | % MB | 47,1 | 34,1 | 18,8 | 100,0 | 61:897\$313 |

INV = inventários; MB = monte bruto (em réis). Excluiu-se legados, pios, dotes e funeral.

FONTE: inventários *post-mortem*.

tabela 44 – Distribuição da riqueza em réis segundo o número de escravos possuídos, 1730-1828

| DEC | PLT | | CLF | | | Total | |
|-------|-------|-----|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | A | B | C | | |
| 730 | s/e | # | | | 1 | 1 | |
| | | % | | | 100,0 | 100,0 | |
| | 1a4 | # | | | 17 | 17 | |
| | | % | | | 100,0 | 100,0 | |
| | 5a9 | # | 1 | 5 | 1 | 7 | |
| | | % | 14,3 | 71,4 | 14,3 | 100,0 | |
| | 10a19 | # | 1 | 4 | 1 | 6 | |
| | | % | 16,7 | 66,7 | 16,7 | 100,0 | |
| | 20ou+ | # | 1 | 1 | | 2 | |
| | | % | 50,0 | 50,0 | | 100,0 | |
| 740 | s/e | # | | | 1 | 1 | |
| | | % | | | 100,0 | 100,0 | |
| | 1a4 | # | | | 12 | 12 | |
| | | % | | | 100,0 | 100,0 | |
| | 5a9 | # | | 3 | 4 | 7 | |
| | | % | | 42,9 | 57,1 | 100,0 | |
| | 10a19 | # | 2 | 3 | | 5 | |
| | | % | 40,0 | 60,0 | | 100,0 | |
| | 20ou+ | # | | 2 | | 2 | |
| | | % | | 100,0 | | 100,0 | |
| 750 | s/e | # | | 1 | 1 | 2 | |
| | | % | | 50,0 | 50,0 | 100,0 | |
| | 1a4 | # | 1 | | 9 | 10 | |
| | | % | 10,0 | | 90,0 | 100,0 | |
| | 5a9 | # | 1 | 2 | 3 | 6 | |
| | | % | 16,7 | 33,3 | 50,0 | 100,0 | |
| | 10a19 | # | | 4 | | 4 | |
| | | % | | 100,0 | | 100,0 | |
| | 20ou+ | # | 3 | | | 3 | |
| | | % | 100,0 | | | 100,0 | |
| 760 | s/e | # | | | 1 | 1 | |
| | | % | | | 100,0 | 100,0 | |
| | 1a4 | # | | 3 | 9 | 12 | |
| | | % | | 25,0 | 75,0 | 100,0 | |
| | 5a9 | # | | 2 | 4 | 6 | |
| | | % | | 33,3 | 66,7 | 100,0 | |
| | 10a19 | # | 2 | 2 | | 4 | |
| | | % | 50,0 | 50,0 | | 100,0 | |
| | 770 | s/e | # | | | 4 | 4 |
| | | | % | | | 100,0 | 100,0 |
| 1a4 | | # | | 3 | 15 | 18 | |
| | | % | | 16,7 | 83,3 | 100,0 | |
| 5a9 | | # | 2 | 8 | 3 | 13 | |
| | | % | 15,4 | 61,5 | 23,1 | 100,0 | |
| 10a19 | | # | 2 | 3 | | 5 | |
| | | % | 40,0 | 60,0 | | 100,0 | |
| 20ou+ | | # | 1 | | | 1 | |
| | | % | 100,0 | | | 100,0 | |

Fonte: inventários *post-mortem*.

| DEC | PLT | | CLF | | | Total | |
|-------|-------|-----|-------|------|-------|-------|-------|
| | | | A | B | C | | |
| 780 | s/e | # | | | 3 | 3 | |
| | | % | | | 100,0 | 100,0 | |
| | 1a4 | # | | | 6 | 11 | 17 |
| | | % | | | 35,3 | 64,7 | 100,0 |
| | 5a9 | # | 1 | 5 | 2 | 8 | |
| | | % | 12,5 | 62,5 | 25,0 | 100,0 | |
| | 10a19 | # | 2 | 2 | | 4 | |
| | | % | 50,0 | 50,0 | | 100,0 | |
| | 20ou+ | # | 1 | | | 1 | |
| | | % | 100,0 | | | 100,0 | |
| 790 | s/e | # | | | 2 | 2 | |
| | | % | | | 100,0 | 100,0 | |
| | 1a4 | # | 1 | 3 | 13 | 17 | |
| | | % | 5,9 | 17,6 | 76,5 | 100,0 | |
| | 5a9 | # | 1 | 1 | 1 | 3 | |
| | | % | 33,3 | 33,3 | 33,3 | 100,0 | |
| | 10a19 | # | 1 | | | 1 | |
| | | % | 100,0 | | | 100,0 | |
| | 800 | s/e | # | | | 7 | 7 |
| | | | % | | | 100,0 | 100,0 |
| 1a4 | | # | | 5 | 17 | 22 | |
| | | % | | 22,7 | 77,3 | 100,0 | |
| 5a9 | | # | | 5 | 4 | 9 | |
| | | % | | 55,6 | 44,4 | 100,0 | |
| 10a19 | | # | 4 | 1 | | 5 | |
| | | % | 80,0 | 20,0 | | 100,0 | |
| 20ou+ | | # | 2 | | | 2 | |
| | | % | 100,0 | | | 100,0 | |
| 810 | s/e | # | | | 6 | 6 | |
| | | % | | | 100,0 | 100,0 | |
| | 1a4 | # | | 3 | 12 | 15 | |
| | | % | | 20,0 | 80,0 | 100,0 | |
| | 5a9 | # | | 9 | 1 | 10 | |
| | | % | | 90,0 | 10,0 | 100,0 | |
| | 10a19 | # | 2 | 3 | | 5 | |
| | | % | 40,0 | 60,0 | | 100,0 | |
| | 820 | s/e | # | | | 9 | 9 |
| | | | % | | | 100,0 | 100,0 |
| 1a4 | | # | | 8 | 13 | 21 | |
| | | % | | 38,1 | 61,9 | 100,0 | |
| 5a9 | | # | 2 | 3 | 2 | 7 | |
| | | % | 28,6 | 42,9 | 28,6 | 100,0 | |
| 10a19 | | # | 2 | 1 | | 3 | |
| | | % | 66,7 | 33,3 | | 100,0 | |
| 20ou+ | | # | 1 | | | 1 | |
| | | % | 100,0 | | | 100,0 | |

PLT = faixa de tamanho de plantel; s/e = sem escravos. CLF = classificação segundo a riqueza inventariada em réis; A = mais abastados; B = médios; C = menos abastados. Ver tabela 43.

DEC = década; # = número de inventários.

tabela 45 – Cabeças de fogo segundo sexo e estado civil, 1774-1829

| Ano | 1774 | 1785 | 1790 | 1795 | 1799 | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|--------------------------------|------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|
| ESTADO CIVIL – HOMENS | | | | | | | | | | | |
| SOLTEIRO | 5,0 | 5,6 | 3,4 | 0,5 | 2,4 | 3,9 | 5,0 | 3,7 | 3,9 | 3,8 | 4,4 |
| CASADO | 90,8 | 86,2 | 91,3 | 98,0 | 93,8 | 91,9 | 90,0 | 92,9 | 92,4 | 92,9 | 92,4 |
| VIÚVO | 4,2 | 8,2 | 5,3 | 1,5 | 3,8 | 4,2 | 5,0 | 3,4 | 3,7 | 3,3 | 3,2 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 665 | 522 | 962 | 881 | 1111 | 1192 | 1248 | 1445 | 1475 | 1443 | 1586 |
| ESTADO CIVIL – MULHERES | | | | | | | | | | | |
| SOLTEIRA | 15,6 | 25,0 | 23,2 | 7,7 | 8,9 | 31,0 | 30,8 | 26,3 | 25,9 | 25,9 | 24,0 |
| CASADA | 3,7 | 3,9 | 0,4 | 0 | 9,4 | 6,3 | 9,3 | 11,6 | 10,2 | 12,8 | 7,9 |
| VIÚVA | 80,7 | 71,1 | 76,4 | 92,3 | 81,7 | 62,8 | 59,9 | 62,1 | 63,9 | 61,3 | 68,1 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 109 | 180 | 246 | 52 | 191 | 336 | 312 | 354 | 324 | 328 | 354 |
| SOLTEIROS | | | | | | | | | | | |
| HOMENS | 66,0 | 60,8 | 36,7 | 50,0 | 61,4 | 31,1 | 39,6 | 36,7 | 40,4 | 39,3 | 45,2 |
| MULHERES | 34,0 | 39,2 | 63,3 | 50,0 | 38,6 | 68,9 | 60,4 | 63,3 | 59,6 | 60,7 | 54,8 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 50 | 74 | 90 | 8 | 44 | 151 | 159 | 147 | 141 | 140 | 155 |
| CASADOS | | | | | | | | | | | |
| HOMENS | 99,3 | 98,5 | 99,9 | 100,0 | 98,3 | 98,1 | 97,5 | 97,0 | 97,6 | 97,0 | 98,3 |
| MULHERES | 0,7 | 1,5 | 0,1 | 0 | 1,7 | 1,9 | 2,5 | 3,0 | 2,4 | 3,0 | 1,9 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 608 | 457 | 879 | 864 | 1060 | 1116 | 1152 | 1383 | 1396 | 1383 | 1493 |
| VIÚVOS | | | | | | | | | | | |
| HOMENS | 24,1 | 25,1 | 21,3 | 21,3 | 21,2 | 19,2 | 24,9 | 18,2 | 21,0 | 19,0 | 17,5 |
| MULHERES | 75,9 | 74,9 | 78,7 | 78,7 | 78,8 | 80,8 | 75,1 | 81,8 | 79,0 | 81,0 | 82,5 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 116 | 171 | 239 | 61 | 198 | 261 | 249 | 269 | 262 | 248 | 292 |

Obs.: Para análise de estado civil segundo o sexo, e sexo segundo estado civil, considera-se apenas os cabeças de fogo com ambas as informações especificadas.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 46 – tipo de família segundo faixa de tamanho de plantel (e vice-versa) em Taubaté, 1829

| tipo de família | | faixa de tamanho de plantel | | | | Total |
|-----------------|----------------------|-----------------------------|-------|---------|---------|-------|
| | | 1 a 4 | 5 a 9 | 10 a 19 | 20 ou + | |
| desconexa | # | 94 | 26 | 12 | 7 | 139 |
| | % em tipo de família | 67,6 | 18,7 | 8,6 | 5,0 | 100,0 |
| | % em FTP | 30,6 | 26,5 | 31,6 | 36,8 | 30,1 |
| aumentada | # | 209 | 70 | 26 | 12 | 317 |
| | % em tipo de família | 65,9 | 22,1 | 8,2 | 3,8 | 100,0 |
| | % em FTP | 68,1 | 70,4 | 68,4 | 63,2 | 68,6 |
| fraterna | # | 4 | 2 | 0 | 0 | 6 |
| | % em tipo de família | 66,7 | 33,3 | 0 | 0 | 100,0 |
| | % em FTP | 1,3 | 2,0 | 0 | 0 | 1,3 |
| Total | # | 307 | 98 | 38 | 19 | 462 |
| | % em tipo de família | 66,5 | 21,2 | 8,2 | 4,1 | 100,0 |
| | % em FTP | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FTP = faixa de tamanho de plantel.

Fonte: lista nominativa de 1829.

tabela 47 – tipo de família segundo sexo do cabeça do fogo (e vice-versa) em Taubaté, 1829

| tipo de família | | SEXO | | Total |
|-----------------|----------------------|----------|-----------|-------|
| | | Feminino | Masculino | |
| singular | # | 37 | 32 | 69 |
| | % em tipo de família | 53,6 | 46,4 | 100,0 |
| | em sexo | 10,4 | 2,0 | 3,5 |
| desconexa | # | 74 | 125 | 199 |
| | % em tipo de família | 37,2 | 62,8 | 100,0 |
| | % em sexo | 20,8 | 7,8 | 10,2 |
| nuclear | # | 162 | 1114 | 1276 |
| | % em tipo de família | 12,7 | 87,3 | 100,0 |
| | % em sexo | 45,6 | 69,4 | 65,1 |
| extensa | # | 0 | 6 | 6 |
| | % em tipo de família | 0 | 100,0 | 100,0 |
| | % em sexo | 0 | 0,4 | 0,3 |
| aumentada | # | 78 | 324 | 402 |
| | % em tipo de família | 19,4 | 80,6 | 100,0 |
| | % em sexo | 22,0 | 20,2 | 20,5 |
| fraterna | # | 4 | 4 | 8 |
| | % em tipo de família | 50,0 | 50,0 | 100,0 |
| | % em sexo | 1,1 | 0,2 | 0,4 |
| Total | # | 355 | 1605 | 1960 |
| | % em tipo de família | 18,1 | 81,9 | 100,0 |
| | % em sexo | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: lista nominativa de 1829.

tabela 48 – tipo de família segundo a idade do cabeça de fogo (e vice-versa) em Taubaté, 1829

| idade | tipo de família | | | | | | Total |
|-------|----------------------|-----------|---------|---------|-----------|----------|-------|
| | singular | desconexa | nuclear | extensa | aumentada | fraterna | |
| 10-19 | # | 1 | 4 | 19 | | 1 | 25 |
| | % em idade | 4,0 | 16,0 | 76,0 | | 4,0 | 100,0 |
| | % em tipo de família | 1,4 | 2,0 | 1,5 | | 12,5 | 1,3 |
| 20-29 | # | 12 | 22 | 340 | 3 | 33 | 410 |
| | % em idade | 2,9 | 5,4 | 82,9 | 0,7 | 8,0 | 100,0 |
| | % em tipo de família | 17,1 | 11,2 | 26,6 | 50,0 | 8,3 | 21,0 |
| 30-39 | # | 17 | 36 | 356 | 3 | 100 | 514 |
| | % em idade | 3,3 | 7,0 | 69,3 | 0,6 | 19,5 | 100,0 |
| | % em tipo de família | 24,3 | 18,4 | 27,8 | 50,0 | 25,1 | 26,3 |
| 40-49 | # | 11 | 35 | 252 | | 106 | 406 |
| | % em idade | 2,7 | 8,6 | 62,1 | | 26,1 | 100,0 |
| | % em tipo de família | 15,7 | 17,9 | 19,7 | | 26,6 | 20,7 |
| 50-59 | # | 14 | 54 | 179 | | 84 | 334 |
| | % em idade | 4,2 | 16,2 | 53,6 | | 25,1 | 100,0 |
| | % em tipo de família | 20,0 | 27,6 | 14,0 | | 21,1 | 17,1 |
| 60ou+ | # | 15 | 45 | 133 | | 75 | 268 |
| | % em idade | 5,6 | 16,8 | 49,6 | | 28,0 | 100,0 |
| | % em tipo de família | 21,4 | 23,0 | 10,4 | | 18,8 | 13,7 |
| Total | # | 70 | 196 | 1279 | 6 | 398 | 1957 |
| | % em idade | 3,6 | 10,0 | 65,4 | 0,3 | 20,3 | 100,0 |
| | % em tipo de família | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Listas nominativas

tabela 49 – Cabeças de fogo que vivem a favor segundo a posse de escravos, 1799 e 1829

| ANO | VIVE A FAVOR | número de escravos possuídos | | |
|------|--------------|------------------------------|----------------|------------------|
| | | Sem escravos | 1 a 9 escravos | 10 ou + escravos |
| 1799 | Não | 52,4 | 78,5 | 96,2 |
| | Sim | 47,6 | 21,5 | 3,8 |
| | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | (#) | 971 | 242 | 26 |
| 1829 | Não | 34,0 | 94,2 | 97,1 |
| | Sim | 66,0 | 5,8 | 2,9 |
| | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | (#) | 746 | 171 | 34 |

Fonte: Listas nominativas

tabela 50 – Cabeças de fogo que vivem a favor segundo estado civil e faixas de idade, 1799 e 1829

| FAIXA DE IDADE | 1799 | | | 1829 | | | | |
|------------------|--------------|------|-----------|-----------|--------------|-------|-----------|-----------|
| | Vive a Favor | | Total (%) | Total (#) | Vive a Favor | | Total (%) | Total (#) |
| Não | Sim | Não | | | Sim | | | |
| Casados | | | | | | | | |
| 10A19 | 31,3 | 68,8 | 100 | 16 | 0,0 | 100,0 | 100 | 5 |
| 20A29 | 38,5 | 61,5 | 100 | 247 | 23,8 | 76,2 | 100 | 185 |
| 30A39 | 56,5 | 43,5 | 100 | 271 | 45,5 | 54,5 | 100 | 233 |
| 40A49 | 67,8 | 32,2 | 100 | 180 | 52,9 | 47,1 | 100 | 174 |
| 50A59 | 74,5 | 25,5 | 100 | 145 | 58,5 | 41,5 | 100 | 106 |
| 60OU+ | 70,1 | 29,9 | 100 | 97 | 58,3 | 41,7 | 100 | 84 |
| Total (%) | 57,6 | 42,4 | 100 | 956 | 44,9 | 55,1 | 100 | 787 |
| Solteiros | | | | | | | | |
| 10A19 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0 |
| 20A29 | 37,5 | 62,5 | 100 | 8 | 42,9 | 57,1 | 100 | 7 |
| 30A39 | 42,9 | 57,1 | 100 | 7 | 37,5 | 62,5 | 100 | 8 |
| 40A49 | 66,7 | 33,3 | 100 | 6 | 80,0 | 20,0 | 100 | 5 |
| 50A59 | 75,0 | 25,0 | 100 | 4 | 30,0 | 70,0 | 100 | 10 |
| 60OU+ | 0,0 | 0,0 | 0 | 0 | 0,0 | 100,0 | 100 | 3 |
| Total (%) | 52,0 | 48,0 | 100 | 25 | 39,4 | 60,6 | 100 | 33 |
| Viúvos | | | | | | | | |
| 10A19 | 100,0 | 0,0 | 100 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 20A29 | 28,6 | 71,4 | 100 | 7 | 55,6 | 44,4 | 100 | 9 |
| 30A39 | 46,2 | 53,8 | 100 | 26 | 25,0 | 75,0 | 100 | 16 |
| 40A49 | 61,3 | 38,7 | 100 | 31 | 50,0 | 50,0 | 100 | 26 |
| 50A59 | 82,5 | 17,5 | 100 | 40 | 51,3 | 48,7 | 100 | 39 |
| 60OU+ | 62,5 | 37,5 | 100 | 48 | 67,6 | 32,4 | 100 | 34 |
| Total (%) | 63,4 | 36,6 | 100 | 153 | 52,4 | 47,6 | 100 | 124 |

Fonte: Listas nominativas de 1799 e 1829

tabela 51 – média de pessoas por fogo segundo o tipo de família e a idade do cabeça do fogo, 1829

| idade | | tipo de família | | | | aumentada |
|-------------------------|---------|-----------------|-----------|---------|---------|-----------|
| | | singular | desconexa | nuclear | extensa | |
| Apenas os livres | | | | | | |
| 10 a 19 | Média | 1 | 1,8 | 2,6 | | |
| | # fogos | 1 | 4 | 19 | | |
| 20 a 29 | Média | 1 | 2,1 | 3,6 | 6,0 | 4,1 |
| | # fogos | 12 | 22 | 340 | 3 | 33 |
| 30 a 39 | Média | 1 | 2,6 | 4,7 | 5,7 | 5,3 |
| | # fogos | 17 | 36 | 356 | 3 | 100 |
| 40 a 49 | Média | 1 | 2,4 | 5,0 | | 5,4 |
| | # fogos | 11 | 35 | 252 | | 106 |
| 50 a 59 | Média | 1 | 2,2 | 4,5 | | 5,3 |
| | # fogos | 14 | 54 | 179 | | 84 |
| 60 ou + | Média | 1 | 2,3 | 3,7 | | 5,2 |
| | # fogos | 15 | 45 | 133 | | 75 |
| Todas as pessoas | | | | | | |
| 10 a 19 | Média | 1 | 2,6 | 2,6 | | |
| | # fogos | 1 | 4 | 19 | | |
| 20 a 29 | Média | 1 | 4,1 | 3,6 | 8,3 | 5,7 |
| | # fogos | 12 | 22 | 340 | 3 | 33 |
| 30 a 39 | Média | 1 | 4,7 | 4,7 | 8,7 | 9,0 |
| | # fogos | 17 | 36 | 356 | 3 | 100 |
| 40 a 49 | Média | 1 | 5,5 | 5,0 | | 8,7 |
| | # fogos | 11 | 35 | 252 | | 106 |
| 50 a 59 | Média | 1 | 4,9 | 4,5 | | 9,4 |
| | # fogos | 14 | 54 | 179 | | 84 |
| 60 ou + | Média | 1 | 7,3 | 3,7 | | 10,5 |
| | # fogos | 15 | 45 | 133 | | 75 |

Obs.: considera-se o total de pessoas listadas (inclusive escravos).

Fonte: Lista nominativa de 1829

tabela 52 – cabeças de casal segundo a cor, 1805-1829

| Ano | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|
| BRANCO | 84,5 | 85,4 | 85,4 | 86,6 | 88,1 | 88,6 |
| NEGRO | 2,5 | 2,5 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 1,1 |
| PRETO | 13,0 | 11,7 | 13,8 | 12,6 | 11,1 | 10,3 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| TOTAL (#) | 1543 | 1575 | 1829 | 1822 | 1794 | 1963 |

Obs.: Sobre significado da cor, ver análise para escravos, no capítulo sobre origem dos cativos.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 53 – Composição etária da população livre, 1774-1829

| | 1774 | 1785 | 1790 | 1795 | 1799 | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| criança | 45,7 | 43,8 | 43,5 | 42,9 | 43,5 | 43,6 | 43,2 | 40,9 | 41,6 | 42,7 | 41,2 |
| adulto | 36,4 | 38,2 | 37,9 | 39,7 | 39,7 | 38,7 | 39,6 | 40,7 | 40,7 | 39,4 | 41,4 |
| velho | 17,8 | 18,0 | 18,6 | 17,3 | 16,8 | 17,7 | 17,1 | 18,4 | 17,8 | 17,9 | 17,4 |
| Total % | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total # | 4124 | 5772 | 6301 | 6685 | 6910 | 6942 | 6878 | 7488 | 7423 | 7501 | 8087 |

Criança = até 14 anos

Adulto = quinze a quarenta anos

Velho = 41 anos ou mais

Fonte: listas nominativas

tabela 54 – estado civil da população livre com quinze anos ou mais, 1774-1835

| | 1774 | 1785 | 1790 | 1795 | 1799 | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 | 1835 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Solteiros | 3,9 | 5,8 | 7,3 | 0,6 | 4,5 | 33,8 | 31,9 | 29,2 | 27,1 | 27,5 | 29,2 | 32,8 |
| Casados | 86,9 | 80,6 | 72,9 | 95,9 | 86,5 | 57,6 | 59,9 | 63,3 | 65,1 | 65,4 | 63,5 | 59,1 |
| Viúvos | 9,3 | 13,6 | 19,8 | 3,5 | 9,0 | 8,6 | 8,2 | 7,5 | 7,7 | 7,1 | 7,3 | 8,1 |
| Total % | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Sem ind | 867 | 1866 | 2335 | 2015 | 1463 | 26 | 31 | 34 | 32 | 28 | 41 | 18 |
| Total # | 2238 | 3242 | 3562 | 3814 | 3907 | 3915 | 3905 | 4428 | 4338 | 4296 | 4753 | 2312 |

Obs.: Sem ind = número de pessoas sem indicação de estado civil ou com estado civil ilegível.

Cabe ressaltar que os valores para o século XVIII são pouco confiáveis, pelo grande número de pessoas sem identificação do estado civil. Esta ausência de indicações de estado civil para livres repete-se para escravos, em 1799 (ver tabela 31)

Fonte: listas nominativas.

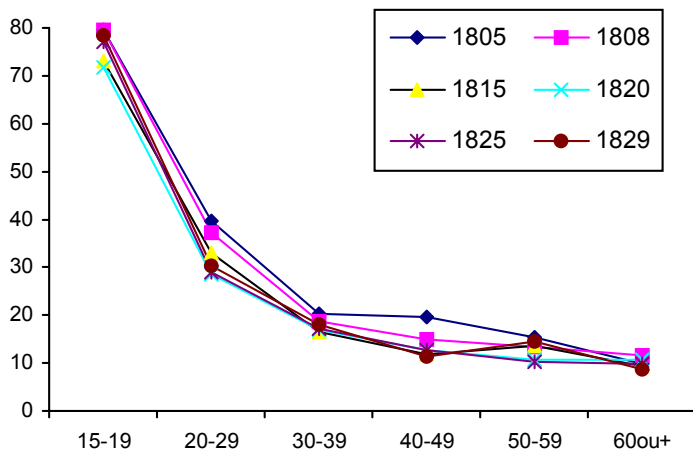
tabela 55 – Proporção casados, solteiros e viúvos na população livre com quinze anos ou mais segundo faixas de idade, 1805-1829

| ANO | 15-19 | 20-29 | faixa 30-39 | etária 40-49 | 50-59 | 60ou+ |
|-------------|-------|-------|----------------|-----------------|-------|-------|
| 1805 | | | | | | |
| Solteiros | 79,6 | 39,6 | 20,2 | 19,5 | 15,4 | 9,7 |
| Casados | 20,1 | 58,8 | 76,4 | 69,4 | 65,8 | 49,5 |
| Viúvos | 0,3 | 1,7 | 3,4 | 11,0 | 18,8 | 40,8 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 643 | 1072 | 886 | 517 | 389 | 382 |
| 1808 | | | | | | |
| Solteiros | 79,5 | 37,3 | 18,8 | 14,9 | 13,3 | 11,5 |
| Casados | 20,2 | 60,8 | 76,9 | 75,8 | 68,0 | 48,9 |
| Viúvos | 0,3 | 1,8 | 4,2 | 9,4 | 18,8 | 39,7 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 615 | 1082 | 902 | 565 | 362 | 348 |
| 1815 | | | | | | |
| Solteiros | 73,1 | 33,0 | 16,6 | 11,9 | 13,5 | 9,3 |
| Casados | 26,7 | 66,3 | 78,0 | 77,1 | 66,7 | 57,4 |
| Viúvos | 0,1 | 0,7 | 5,4 | 11,0 | 19,8 | 33,2 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 722 | 1314 | 897 | 703 | 415 | 343 |
| 1820 | | | | | | |
| Solteiros | 71,8 | 28,5 | 17,0 | 12,7 | 10,6 | 10,7 |
| Casados | 28,2 | 70,7 | 78,1 | 76,4 | 71,4 | 54,3 |
| Viúvos | 0 | 0,8 | 4,9 | 11,0 | 18,0 | 35,0 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 667 | 1301 | 875 | 639 | 461 | 363 |
| 1825 | | | | | | |
| Solteiros | 77,2 | 29,0 | 17,2 | 12,8 | 10,3 | 9,7 |
| Casados | 22,5 | 69,8 | 78,8 | 79,1 | 69,1 | 59,7 |
| Viúvos | 0,3 | 1,2 | 4,0 | 8,1 | 20,6 | 30,6 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 622 | 1283 | 926 | 631 | 466 | 340 |
| 1829 | | | | | | |
| Solteiros | 78,5 | 30,2 | 18,0 | 11,4 | 14,4 | 8,8 |
| Casados | 21,5 | 67,8 | 78,4 | 80,1 | 63,5 | 59,6 |
| Viúvos | 0 | 2,0 | 3,5 | 8,5 | 22,1 | 31,6 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 754 | 1375 | 1044 | 695 | 480 | 364 |

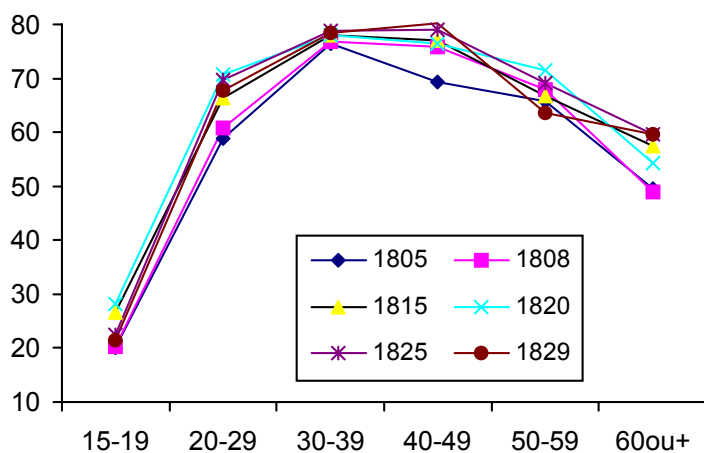
Fonte: Listas nominativas

gráfico 50 – Proporção casados, solteiros e viúvos na população livre com quinze anos ou mais segundo faixas de idade, 1805-1829

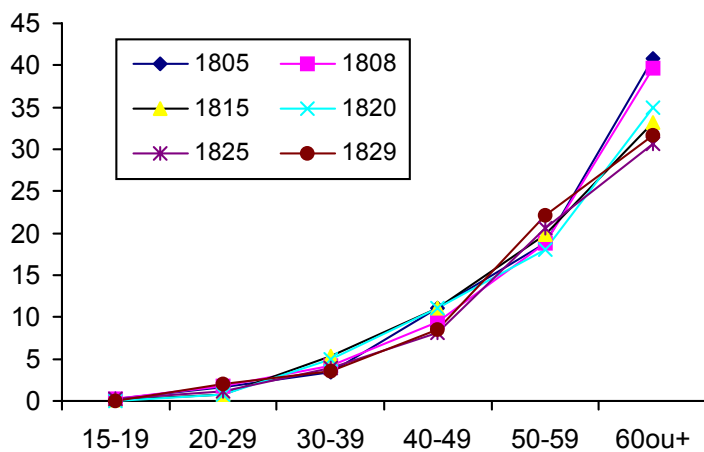
solteiros



casados



viúvos



Fonte: listas nominativas. Ver tabela anterior (tabela 55).

tabela 56 – Proporção casados, solteiros e viúvos na população livre com 15 a 29 anos segundo faixa de idade, 1805-1829

| ANO / Est. | faixa etária | | | ANO / Est. | faixa etária | | |
|-------------|--------------|-------|-------|-------------|--------------|-------|-------|
| Civil | 15-19 | 20-24 | 25-29 | Civil | 15-19 | 20-24 | 25-29 |
| 1805 | | | | 1820 | | | |
| Solteiros | 79,6 | 47,3 | 30,0 | Solteiros | 71,8 | 35,5 | 19,4 |
| Casados | 20,1 | 52,0 | 67,1 | Casados | 28,2 | 64,1 | 79,4 |
| Viúvos | 0,3 | 0,7 | 2,9 | Viúvos | 0 | 0,4 | 1,2 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 643 | 592 | 480 | Total (#) | 667 | 738 | 562 |
| 1808 | | | | 1825 | | | |
| Solteiros | 79,2 | 46,1 | 27,3 | Solteiros | 77,2 | 36,8 | 20,2 |
| Casados | 20,5 | 52,8 | 70,0 | Casados | 22,5 | 62,4 | 78,3 |
| Viúvos | ,3 | 1,1 | 2,7 | Viúvos | 0,3 | 0,9 | 1,5 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 600 | 547 | 516 | Total (#) | 622 | 680 | 603 |
| 1815 | | | | 1829 | | | |
| Solteiros | 73,1 | 40,0 | 24,1 | Solteiros | 78,5 | 40,3 | 19,8 |
| Casados | 26,7 | 59,6 | 74,9 | Casados | 21,5 | 58,7 | 77,1 |
| Viúvos | ,1 | ,4 | 1,0 | Viúvos | 0 | 1,0 | 3,1 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 722 | 737 | 577 | Total (#) | 754 | 698 | 677 |

Fonte: Listas nominativas

tabela 57 – Variação das idades da população segundo o último dígito da idade (de 10 a 99 anos)

LIVRES (listas de 1765, 1774, 1785, 1795, 1799, 1805, 1808, 1815, 1820, 1825 e 1829)

| ANO | ÚLTIMO DÍGITO DA IDADE | | | | | | | | | | TOTAL |
|----------|------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | |
| 1829 | 933 | 795 | 500 | 552 | 468 | 600 | 556 | 475 | 423 | 291 | 5593 |
| 1825 | 848 | 484 | 848 | 423 | 496 | 527 | 460 | 432 | 457 | 198 | 5173 |
| 1820 | 1050 | 368 | 971 | 348 | 478 | 388 | 443 | 407 | 464 | 166 | 5083 |
| 1815 | 701 | 621 | 604 | 563 | 505 | 538 | 518 | 494 | 415 | 248 | 5207 |
| 1808 | 745 | 504 | 509 | 431 | 483 | 447 | 404 | 415 | 414 | 255 | 4607 |
| 1805 | 542 | 568 | 513 | 446 | 490 | 443 | 413 | 376 | 388 | 235 | 4414 |
| 1799 | 604 | 556 | 538 | 559 | 412 | 445 | 458 | 383 | 407 | 265 | 4627 |
| 1795 | 679 | 457 | 618 | 444 | 457 | 462 | 403 | 360 | 407 | 246 | 4533 |
| 1790 | 642 | 514 | 466 | 441 | 448 | 381 | 382 | 399 | 404 | 189 | 4266 |
| 1785 | 517 | 455 | 416 | 500 | 379 | 394 | 355 | 365 | 289 | 248 | 3918 |
| 1774 | 423 | 264 | 526 | 196 | 280 | 185 | 269 | 269 | 229 | 162 | 2803 |
| 1765 | 683 | 138 | 256 | 170 | 211 | 266 | 237 | 111 | 223 | 102 | 2397 |
| TOTAL(#) | 8367 | 5724 | 6765 | 5073 | 5107 | 5076 | 4898 | 4486 | 4520 | 2605 | 52621 |
| TOTAL(%) | 15,9 | 10,9 | 12,9 | 9,6 | 9,7 | 9,6 | 9,3 | 8,5 | 8,6 | 5,0 | 100,0 |

ESCRAVOS (listas de 1785, 1795, 1799, 1805, 1808, 1815, 1820, 1825 e 1829)

| ANO | ÚLTIMO DÍGITO DA IDADE | | | | | | | | | | TOTAL |
|----------|------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----|-------|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | |
| 1829 | 283 | 304 | 156 | 149 | 164 | 197 | 211 | 135 | 135 | 100 | 1834 |
| 1825 | 294 | 136 | 286 | 113 | 170 | 145 | 187 | 142 | 157 | 28 | 1658 |
| 1820 | 287 | 72 | 244 | 97 | 119 | 125 | 134 | 121 | 132 | 46 | 1377 |
| 1815 | 163 | 162 | 161 | 143 | 147 | 121 | 139 | 141 | 122 | 74 | 1373 |
| 1808 | 216 | 148 | 121 | 121 | 119 | 148 | 119 | 115 | 93 | 62 | 1262 |
| 1805 | 166 | 155 | 171 | 113 | 127 | 92 | 128 | 116 | 134 | 54 | 1256 |
| 1799 | 123 | 133 | 129 | 147 | 74 | 88 | 93 | 89 | 80 | 47 | 1003 |
| 1795 | 134 | 94 | 120 | 77 | 78 | 84 | 111 | 72 | 104 | 42 | 916 |
| 1790 | 147 | 133 | 99 | 111 | 90 | 75 | 96 | 86 | 82 | 35 | 954 |
| 1785 | 98 | 82 | 105 | 106 | 67 | 87 | 63 | 71 | 72 | 85 | 836 |
| TOTAL(#) | 1911 | 1419 | 1592 | 1177 | 1155 | 1162 | 1281 | 1088 | 1111 | 573 | 12469 |
| TOTAL(%) | 15,3 | 11,4 | 12,8 | 9,4 | 9,3 | 9,3 | 10,3 | 8,7 | 8,9 | 4,6 | 100,0 |

Fonte: Listas nominativas

Obs.: o gráfico 12 corresponde ao total percentual por último dígito da idade.

tabela 58 – número médio de cativos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários e tamanho do plantel, 1774-1829

| ANO | 10 a 19 | | 20 a 29 | | 30 a 39 | | 40 a 49 | | 50 a 59 | | 60 a 69 | | 70 a 79 | | 80 a 89 | | 90 ou + | |
|--------|---------|---|---------|----|---------|----|---------|-----|---------|----|---------|----|---------|----|---------|----|---------|---|
| | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B |
| 1774 X | 1,0 | 1 | 2,4 | 11 | 2,7 | 29 | 2,9 | 40 | 2,9 | 37 | 3,5 | 25 | 3,4 | 9 | 3,6 | 5 | 3,5 | 2 |
| 1774 Y | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12,3 | 6 | 22,8 | 6 | 14,0 | 2 | 36,5 | 2 | 12,5 | 2 | 0 | 0 |
| 1799 X | 1,0 | 3 | 2,5 | 40 | 2,7 | 73 | 3,5 | 56 | 3,0 | 45 | 3,3 | 33 | 1,4 | 5 | 3,0 | 4 | 0 | 0 |
| 1799 Y | 0 | 0 | 19,0 | 2 | 18,3 | 4 | 16,8 | 4 | 21,2 | 12 | 19,8 | 4 | 11,5 | 2 | 12,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1805 X | 1,3 | 3 | 1,8 | 24 | 2,6 | 73 | 2,9 | 54 | 3,4 | 60 | 3,1 | 43 | 2,6 | 14 | 3,0 | 3 | 2,0 | 1 |
| 1805 Y | 0 | 0 | 35,7 | 3 | 22,3 | 8 | 15,2 | 13 | 19,3 | 11 | 16,2 | 10 | 10,0 | 1 | 13,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1808 X | 3,4 | 7 | 1,5 | 34 | 2,8 | 72 | 2,8 | 73 | 3,8 | 52 | 2,9 | 41 | 3,5 | 15 | 1,0 | 2 | 0 | 0 |
| 1808 Y | 0 | 0 | 0 | 0 | 39,6 | 5 | 18,6 | 12 | 27,8 | 9 | 13,6 | 8 | 11,0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1815 X | 1,0 | 1 | 1,9 | 28 | 2,4 | 62 | 3,0 | 80 | 3,1 | 63 | 3,1 | 42 | 3,0 | 20 | 2,5 | 8 | 0 | 0 |
| 1815 Y | 0 | 0 | 10,0 | 1 | 55,3 | 3 | 16,8 | 12 | 17,5 | 12 | 18,4 | 13 | 10,0 | 1 | 12,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1820 X | 0 | 0 | 1,9 | 30 | 2,7 | 65 | 3,3 | 70 | 3,1 | 83 | 3,0 | 37 | 3,2 | 15 | 2,8 | 11 | 0 | 0 |
| 1820 Y | 21,7 | 3 | 20,3 | 4 | 26,5 | 6 | 17,5 | 15 | 15,1 | 9 | 12,2 | 5 | 10,0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1825 X | 2,5 | 2 | 2,4 | 39 | 3,1 | 85 | 2,9 | 85 | 3,3 | 81 | 3,5 | 33 | 3,6 | 16 | 3,8 | 4 | 3,0 | 2 |
| 1825 Y | 0 | 0 | 16,0 | 1 | 25,8 | 10 | 14,5 | 6 | 18,0 | 15 | 17,3 | 16 | 14,0 | 3 | 25,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1829 X | 1,0 | 1 | 2,3 | 36 | 2,6 | 98 | 3,1 | 104 | 3,3 | 93 | 3,7 | 49 | 3,1 | 16 | 3,5 | 2 | 5,0 | 1 |
| 1829 Y | 0 | 0 | 12,0 | 2 | 18,1 | 12 | 18,1 | 9 | 15,3 | 12 | 19,3 | 15 | 12,7 | 3 | 18,3 | 3 | 0 | 0 |

A = número médio de cativos por escravista

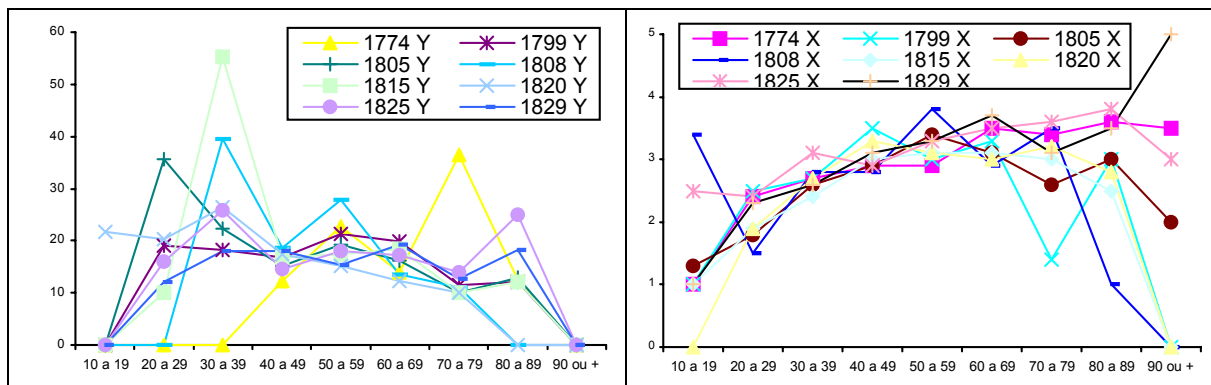
B = número de escravistas (# de fogos com escravos segundo a faixa etária do cabeça de fogo)

X = plantéis com até nove escravos;

Y = plantéis com dez ou mais escravos

Fonte: listas nominativas.

gráfico 51 – número médio de cativos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários e tamanho do plantel, 1774-1829



Fonte: Ver tabela 58 acima.

Apesar da “poluição visual” resultante do agrupamento de tantos dados em pouco espaço, manteve-se os dois gráficos por permitir visualizar minimamente as tendências da tabela 58.

tabela 59 – número médio de cativos por escravista segundo faixas etárias dos proprietários, produção agrícola e tamanho dos plantéis, 1774-1829

| ANO | 10 a 19 | | 20 a 29 | | 30 a 39 | | 40 a 49 | | 50 a 59 | | 60 a 69 | | 70 a 79 | | 80 a 89 | | 90 ou + | |
|---------|---------|---|---------|----|---------|----|---------|----|---------|----|---------|----|---------|---|---------|---|---------|---|
| | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B | A | B |
| 1774 F1 | 0 | 0 | 2,1 | 8 | 2,8 | 20 | 3,5 | 24 | 2,7 | 25 | 3,5 | 18 | 4,0 | 5 | 3,7 | 3 | 4,0 | 1 |
| 1774 F2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12,6 | 5 | 22,8 | 6 | 14,0 | 2 | 36,5 | 2 | 12,5 | 2 | 0 | 0 |
| 1774 F3 | 0 | 0 | 2,1 | 8 | 2,8 | 20 | 5,1 | 29 | 6,6 | 31 | 4,6 | 20 | 13,3 | 7 | 7,2 | 5 | 4,0 | 1 |
| 1774 M1 | 0 | 0 | 2,1 | 8 | 2,8 | 22 | 3,5 | 27 | 2,9 | 26 | 3,4 | 21 | 3,9 | 7 | 3,7 | 3 | 3,5 | 2 |
| 1774 M2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12,6 | 5 | 22,8 | 6 | 14,0 | 2 | 36,5 | 2 | 12,5 | 2 | 0 | 0 |
| 1774 M3 | 0 | 0 | 2,1 | 8 | 2,8 | 22 | 4,9 | 32 | 6,7 | 32 | 4,4 | 23 | 11,1 | 9 | 7,2 | 5 | 3,5 | 2 |
| 1799 U1 | 0 | 0 | 2,1 | 10 | 2,1 | 16 | 4,2 | 5 | 3,3 | 7 | 3,8 | 4 | 10,0 | 1 | 5,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1799 F1 | 0 | 0 | 3,8 | 4 | 1,0 | 5 | 5,0 | 3 | 4,0 | 3 | 3,0 | 1 | 0 | 0 | 5,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1799 G1 | 0 | 0 | 7,0 | 1 | 2,0 | 1 | 4,1 | 10 | 3,0 | 5 | 6,7 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1815 G1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,0 | 1 | 4,8 | 4 | 4,8 | 4 | 7,0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1829 G1 | 0 | 0 | 2,0 | 2 | 1,0 | 1 | 4,5 | 6 | 3,8 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1829 C1 | 0 | 0 | 2,8 | 5 | 3,1 | 12 | 5,1 | 17 | 3,4 | 14 | 4,4 | 8 | 7,0 | 1 | 5,0 | 1 | 0 | 0 |
| 1829 C2 | 0 | 0 | 13,0 | 1 | 19,5 | 6 | 22,0 | 4 | 23,7 | 3 | 20,5 | 6 | 12,0 | 1 | 22,0 | 2 | 0 | 0 |
| 1829 C3 | 0 | 0 | 4,5 | 6 | 8,6 | 18 | 8,3 | 21 | 7,0 | 17 | 11,3 | 14 | 9,5 | 2 | 16,3 | 3 | 0 | 0 |

A = número médio de cativos por escravista

B = número de escravistas (# de fogos com escravos segundo a faixa etária do cabeça de fogo)

F = fogos com plantio de feijão

M = fogos com plantio de milho

U = fogos com plantio de fumo

G = fogos com plantio de aguardente

C = fogos com plantio de café

1 = média de cativos por fogo em fogos com até 9 cativos

2 = média de cativos por fogo em fogos com até dez ou mais cativos

3 = média de cativos por fogo considerando todos os fogos

Fonte: listas nominativas.

tabela 60 – média de rendimento anual (em réis) dos fogos segundo a idade do cabeça de fogo

| | Faixas etárias | Fogos com rendimento | | todos os fogos | |
|-------------|----------------|----------------------|-----|----------------|-----|
| | | Média | # | Média | # |
| 1799 | 10 a 19 | 8057,1 | 7 | 2088,9 | 27 |
| | 20 a 29 | 14649,3 | 164 | 7171,6 | 335 |
| | 30 a 39 | 25701,7 | 206 | 14118,8 | 375 |
| | 40 a 49 | 24996,3 | 147 | 13313,3 | 276 |
| | 50 a 59 | 2375,0 | 118 | 11824,9 | 237 |
| | 60 a 69 | 20379,6 | 50 | 6885,0 | 148 |
| | 70 a 79 | 13672,0 | 15 | 3869,4 | 53 |
| | 80 a 89 | 57440,0 | 2 | 7180,0 | 16 |
| | 90 ou + | 3060,0 | 2 | 1530,0 | 4 |
| 1815 | 10 a 19 | 16342,5 | 16 | 4431,9 | 59 |
| | 20 a 29 | 17694,5 | 201 | 8388,2 | 424 |
| | 30 a 39 | 37709,6 | 242 | 21676,4 | 421 |
| | 40 a 49 | 37396,8 | 232 | 21964,7 | 395 |
| | 50 a 59 | 34041,5 | 151 | 19251,9 | 267 |
| | 60 a 69 | 37087,5 | 80 | 19019,2 | 156 |
| | 70 a 79 | 25310,7 | 30 | 11166,5 | 68 |
| | 80 a 89 | 12144,0 | 5 | 2760,0 | 22 |
| | 90 ou + | 44220,0 | 2 | 22110,0 | 4 |
| 1829 | 10 a 19 | 27714,3 | 7 | 7760,0 | 25 |
| | 20 a 29 | 34672,7 | 152 | 12854,3 | 410 |
| | 30 a 39 | 71107,4 | 285 | 39427,2 | 514 |
| | 40 a 49 | 64278,5 | 208 | 32849,9 | 407 |
| | 50 a 59 | 74716,3 | 164 | 36687,1 | 334 |
| | 60 a 69 | 108473,0 | 91 | 51411,7 | 192 |
| | 70 a 79 | 30176,9 | 26 | 12654,8 | 62 |
| | 80 a 89 | 105200,0 | 7 | 56646,2 | 13 |
| | 90 ou + | 50000,0 | 1 | 50000,0 | 1 |

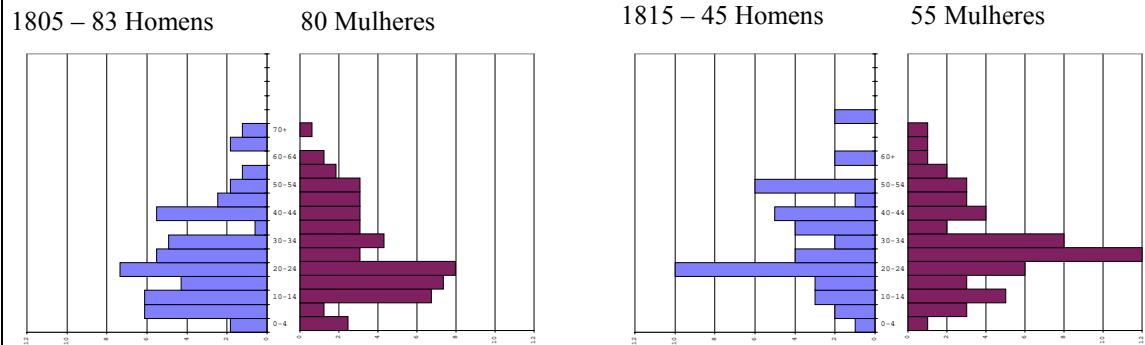
Fontes: Listas nominativas.

tabela 61 – Idade média dos cativos adultos (quinze a quarenta anos), 1785-1829

| ANO | média | mediana | # escravos |
|------|-------|---------|------------|
| 1785 | 25,32 | 24,00 | 503 |
| 1790 | 26,09 | 26,00 | 617 |
| 1795 | 25,98 | 26,00 | 580 |
| 1799 | 26,19 | 25,00 | 642 |
| 1805 | 24,85 | 23,00 | 824 |
| 1808 | 25,58 | 25,00 | 897 |
| 1815 | 25,68 | 25,00 | 898 |
| 1820 | 26,09 | 26,00 | 994 |
| 1825 | 25,84 | 25,00 | 1159 |
| 1829 | 25,46 | 25,00 | 1337 |

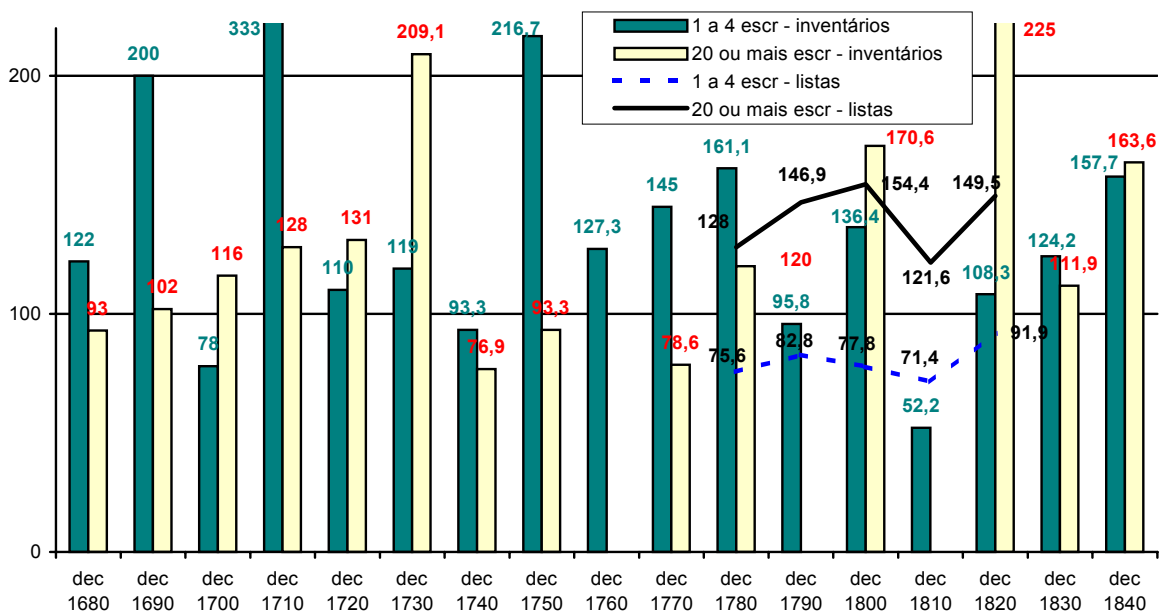
Fonte: Listas nominativas.

gráfico 52 – pirâmides etárias de cativos coloniais não naturais de Taubaté, 1805 e 1815



Obs.: Idades agrupadas de 5 em 5 anos (0-4, 5-9, 10-14, etc.); percentual graduado de 2 em 2 (0-12), em relação ao total de cativos (homens + mulheres) para cada origem. Considerou-se apenas escravos com idade, origem e sexo simultaneamente determinado.
 Fonte: listas nominativas.

gráfico 53 – razão de sexo por faixas de tamanho de plantel (1 a 4 e 20 ou mais), 1680-1848



Razão de sexo: número de homens por cem mulheres.

Fonte: Inventários *post-mortem* e listas nominativas de 1785, 1795, 1805, 1815 e 1825.

tabela 62 – distribuição dos cativos segundo origem, 1805-1829

| | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Angola | 8,7 | 7,6 | 6,8 | 7,2 | 1,9 | 0,1 |
| Benguela | 16,5 | 14,3 | 14,1 | 12,8 | 9,0 | 2,0 |
| Congo | 1,8 | 2,7 | 5,1 | 5,4 | 12,2 | 32,7 |
| Monjolo | 0,7 | 0,9 | 0,5 | 0,8 | 0,4 | 0,4 |
| Rebolo | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,6 | 1,0 | 0,1 |
| Moçambique | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,3 |
| Cassangue | 1,4 | 0,4 | 0,8 | 0,8 | 0,2 | 0 |
| Guiné | 0,1 | 0,1 | 0,7 | 0,3 | 9,1 | 0,3 |
| Cabinda | 0,1 | 0,5 | 1,0 | 2,3 | 0 | 0 |
| Mina | 0,2 | 0,6 | 0 | 0,1 | 0 | 0 |
| São Tomé | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0 |
| Bixicongo | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Guarangue | 0 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Magunda | 0 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Megala | 0 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Luana | 0,0 | 0 | 0,1 | 0 | 0 | 0 |
| Costa | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 | 0 | 0 |
| AFRICANO | 30,9 | 28,4 | 30,3 | 31,6 | 34,2 | 36,0 |
| TAUBATÉ | 58,5 | 65,0 | 63,8 | 65,5 | 64,4 | 63,1 |
| BRASIL | 10,6 | 6,6 | 6,0 | 2,9 | 1,4 | 0,9 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 1627 | 1640 | 1676 | 1677 | 1979 | 2184 |

Obs.: cálculos consideram somente os cativos com origem especificada.

Fonte: listas nominativas.

tabela 63 – razão de sexo (índice de masculinidade) dos cativos segundo origem, 1805-1829

| | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 15 anos ou mais | | | | | | |
| Africanos | 178,3 | 184,0 | 168,2 | 169,1 | 216,8 | 192,9 |
| Naturais de Taubaté | 77,6 | 91,6 | 79,6 | 92,4 | 89,4 | 109,3 |
| Naturais do Brasil | 95,2 | 89,4 | 86,7 | 114,3 | 52,9 | 183,3 |
| Total (#) Africanos | 476 | 592 | 652 | 681 | 733 | 858 |
| Taubaté | 448 | 443 | 464 | 506 | 605 | 706 |
| Brasil | 123 | 89 | 84 | 45 | 26 | 17 |
| 15 a 40 anos | | | | | | |
| Africanos | 156,8 | 160,5 | 159,2 | 161,1 | 205,7 | 190,3 |
| Naturais de Taubaté | 76,9 | 91,2 | 85,1 | 93,2 | 90,9 | 112,4 |
| Naturais do Brasil | 88,4 | 87,5 | 80,6 | 88,2 | 50,0 | 180,0 |
| Total (#) Africanos | 339 | 336 | 337 | 410 | 483 | 566 |
| Taubaté | 368 | 476 | 498 | 539 | 588 | 703 |
| Brasil | 81 | 60 | 56 | 32 | 18 | 14 |

Fonte: Listas nominativas.

tabela 64 – Distribuição dos cativos com 15 anos ou mais segundo origem e tamanho do plantel, 1805-1829

| | NATURALIDADE | | | Total (%) | Total (#) |
|-------------|--------------|---------|--------|-----------|-----------|
| | Africanos | Taubaté | Brasil | | |
| 1805 | | | | | |
| um | 41,8 | 44,3 | 13,9 | 100,0 | 79 |
| dois | 25,3 | 55,4 | 19,3 | 100,0 | 83 |
| 3 a 4 | 39,5 | 51,3 | 9,2 | 100,0 | 119 |
| 5 a 9 | 47,4 | 44,7 | 7,9 | 100,0 | 228 |
| 10 a 14 | 52,6 | 37,1 | 10,3 | 100,0 | 175 |
| 15 a 19 | 42,7 | 45,6 | 11,7 | 100,0 | 103 |
| 20 ou mais | 40,4 | 45,6 | 13,9 | 100,0 | 287 |
| 1808 | | | | | |
| um | 38,1 | 51,2 | 10,7 | 100,0 | 84 |
| dois | 38,2 | 47,2 | 14,6 | 100,0 | 89 |
| 3 a 4 | 29,4 | 63,6 | 7,0 | 100,0 | 143 |
| 5 a 9 | 43,7 | 47,7 | 8,6 | 100,0 | 279 |
| 10 a 14 | 37,5 | 57,2 | 5,3 | 100,0 | 152 |
| 15 a 19 | 48,5 | 51,5 | 0 | 100,0 | 68 |
| 20 ou mais | 39,0 | 53,0 | 7,9 | 100,0 | 328 |
| 1815 | | | | | |
| um | 44,3 | 49,4 | 6,3 | 100,0 | 79 |
| dois | 32,4 | 61,0 | 6,7 | 100,0 | 105 |
| 3 a 4 | 31,4 | 54,9 | 13,7 | 100,0 | 175 |
| 5 a 9 | 40,8 | 55,2 | 4,0 | 100,0 | 250 |
| 10 a 14 | 32,2 | 61,0 | 6,8 | 100,0 | 146 |
| 15 a 19 | 49,4 | 42,4 | 8,2 | 100,0 | 158 |
| 20 ou mais | 39,1 | 55,4 | 5,5 | 100,0 | 289 |
| 1820 | | | | | |
| um | 50,0 | 48,8 | 1,3 | 100,0 | 80 |
| dois | 41,9 | 58,1 | 0 | 100,0 | 105 |
| 3 a 4 | 42,1 | 50,8 | 7,1 | 100,0 | 183 |
| 5 a 9 | 35,9 | 61,0 | 3,1 | 100,0 | 290 |
| 10 a 14 | 31,8 | 64,8 | 3,4 | 100,0 | 179 |
| 15 a 19 | 39,5 | 55,0 | 5,4 | 100,0 | 129 |
| 20 ou mais | 49,6 | 47,1 | 3,3 | 100,0 | 272 |
| 1825 | | | | | |
| um | 53,2 | 41,8 | 5,1 | 100,0 | 79 |
| dois | 43,5 | 53,3 | 3,3 | 100,0 | 92 |
| 3 a 4 | 46,8 | 50,0 | 3,2 | 100,0 | 186 |
| 5 a 9 | 47,3 | 51,9 | 0,9 | 100,0 | 351 |
| 10 a 14 | 37,7 | 61,7 | 0,6 | 100,0 | 175 |
| 15 a 19 | 40,4 | 56,2 | 3,4 | 100,0 | 146 |
| 20 ou mais | 41,7 | 57,2 | 1,1 | 100,0 | 360 |
| 1829 | | | | | |
| um | 38,8 | 56,1 | 5,1 | 100,0 | 98 |
| dois | 55,7 | 43,6 | ,7 | 100,0 | 140 |
| 3 a 4 | 43,8 | 54,8 | 1,4 | 100,0 | 208 |
| 5 a 9 | 46,1 | 53,7 | ,2 | 100,0 | 438 |
| 10 a 14 | 35,0 | 63,2 | 1,8 | 100,0 | 220 |
| 15 a 19 | 58,9 | 40,4 | ,7 | 100,0 | 146 |
| 20 ou mais | 40,1 | 59,0 | ,9 | 100,0 | 349 |

Obs.: Taubaté = Naturais de Taubaté; Brasil = Naturais do Brasil.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 65 – cativos segundo origem e tamanho do plantel, 1805-1829

| | Todos os cativos | | | | | | Cativos com quinze anos ou mais | | | | | |
|----------------------------|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
| Africanos | | | | | | | | | | | | |
| a 1a9 | 46,6 | 51,9 | 51,1 | 53,0 | 56,2 | 57,4 | 45,3 | 51,3 | 48,7 | 52,2 | 54,9 | 57,4 |
| b 10ou+ | 53,4 | 48,1 | 48,9 | 47,0 | 43,8 | 42,6 | 54,7 | 48,7 | 51,3 | 47,8 | 45,1 | 42,6 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 502 | 466 | 507 | 530 | 676 | 786 | 461 | 448 | 464 | 508 | 610 | 712 |
| Naturais de Taubaté | | | | | | | | | | | | |
| a 1a9 | 47,9 | 50,1 | 49,9 | 54,4 | 49,8 | 53,7 | 50,1 | 51,1 | 51,6 | 54,0 | 47,4 | 53,5 |
| b 10ou+ | 52,1 | 49,9 | 50,1 | 45,6 | 50,2 | 46,3 | 49,9 | 48,9 | 48,4 | 46,0 | 52,6 | 46,5 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 952 | 1066 | 1069 | 1099 | 1275 | 1379 | 487 | 605 | 653 | 685 | 753 | 869 |

Obs.: Taubaté = Naturais de Taubaté; Brasil = Naturais do Brasil.

“Todos os cativos” inclui aqueles sem idade declarada.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 66 – Distribuição dos cativos por sexo e faixas etárias, 1835

| idade | F | F * | M | M* | F+ M | F + M* |
|------------|------|------|------|------|------|--------|
| 1 a 9 | 9,1 | 8,8 | 8,2 | 8,2 | 17,4 | 17,6 |
| 10 a 19 | 10,8 | 11,0 | 12,2 | 12,2 | 22,9 | 22,6 |
| 20 a 29 | 14,1 | 11,7 | 14,1 | 14,1 | 28,3 | 26,1 |
| 30 a 39 | 6,5 | 7,0 | 10,5 | 10,5 | 17,0 | 16,4 |
| 40 a 49 | 3,2 | 3,8 | 5,6 | 5,6 | 8,7 | 15,8 |
| 50 a 59 | 1,5 | 1,6 | 1,8 | 1,8 | 3,4 | 4,6 |
| 60 a 69 | 0,8 | 0,9 | 1,2 | 1,2 | 2,0 | 2,3 |
| 70 a 79 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,5 |
| 80 ou mais | 0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,3 |
| Total (%) | 46,1 | 45,2 | 53,9 | 54,8 | 100 | 100 |
| Total (#) | 513 | 1014 | 599 | 1230 | 1125 | 2244 |

F = feminino; M = masculino

* Valores de Rangel, *op. cit.*, p. 375.

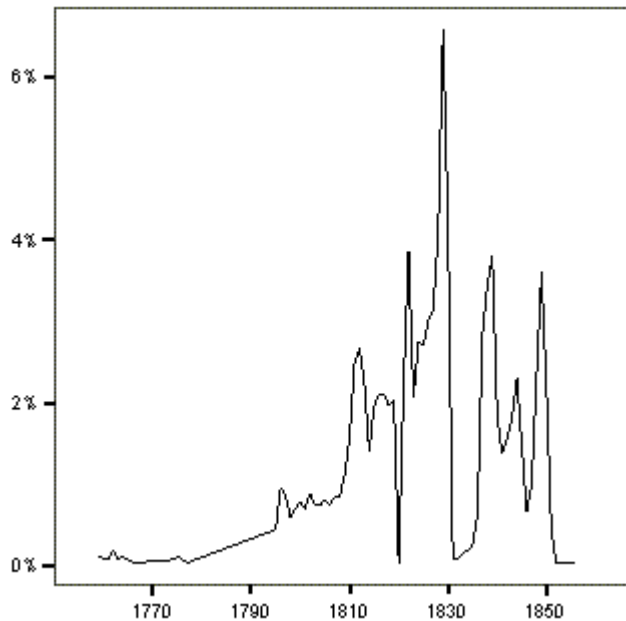
Entre amostra e população, o índice de correlação de pearson é de 0,99 para cada sexo separadamente, e de 0,97 para os valores relativos ao total de cativos (F+M). Os valores, muito próximos, e a correlação forte confirmam ser a amostra uma representação confiável da população.

tabela 67 – Distribuição dos cativos segundo cor, 1805-1829

| | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Negro | 80,6 | 82,0 | 78,8 | 84,0 | 83,1 | 84,8 |
| Preto | 19,4 | 18,0 | 21,2 | 16,0 | 16,9 | 15,2 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 1625 | 1614 | 1655 | 1667 | 2026 | 2223 |

Fonte: Listas nominativas.

gráfico 54 – Total de escravos que chegam ao primeiro porto brasileiro de desembarque segundo o ano do primeiro desembarque, 1750-1867



FONTE: David Eltis, Stephen D. Behrendet, David Richardson and Herbert S. Klein. The Trans-Atlantic Slave Trade (Cd-Rom). Cambridge University Press, 1999.

Obs.: análise dos campos “Year of first disembarkation” e “Total slaves arrived at first port of disembarkation”. Ver nota de rodapé 216.

tabela 68 – índice geral de fecundidade para população livre e cativa, 1774-1829

| | 1774 | 1785 | 1790 | 1795 | 1799 | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|---------------------------------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Livres | | | | | | | | | | | |
| # cri | 594 | 813 | 991 | 1013 | 1064 | 1084 | 1083 | 1058 | 1050 | 1092 | 1096 |
| # fem | 983 | 1472 | 1636 | 1753 | 1858 | 1803 | 1819 | 2118 | 2036 | 2022 | 2222 |
| IGF | 604 | 554 | 606 | 578 | 573 | 601 | 595 | 500 | 516 | 540 | 493 |
| Escravos (geral) | | | | | | | | | | | |
| # cri | - | 101 | 147 | 132 | 144 | 188 | 173 | 139 | 115 | 162 | 130 |
| # fem | - | 287 | 365 | 344 | 397 | 449 | 468 | 507 | 501 | 555 | 604 |
| IGF | - | 352 | 403 | 384 | 363 | 419 | 370 | 274 | 230 | 292 | 215 |
| Escravos (planteis com até nove escravos) | | | | | | | | | | | |
| # cri | - | 63 | 82 | 68 | 73 | 67 | 75 | 63 | 57 | 84 | 64 |
| # fem | - | 195 | 237 | 214 | 261 | 240 | 266 | 278 | 293 | 322 | 367 |
| IGF | - | 323 | 346 | 318 | 280 | 279 | 282 | 227 | 195 | 261 | 174 |
| Escravos (planteis com até dez ou mais escravos) | | | | | | | | | | | |
| # cri | - | 38 | 65 | 64 | 68 | 121 | 98 | 76 | 58 | 78 | 66 |
| # fem | - | 92 | 128 | 130 | 129 | 209 | 202 | 229 | 208 | 233 | 237 |
| IGF | - | 413 | 508 | 492 | 527 | 579 | 485 | 332 | 279 | 335 | 278 |
| Escravos (planteis com um a quatro escravos) | | | | | | | | | | | |
| # cri | - | 30 | 31 | 41 | 28 | 28 | 30 | 27 | 28 | 35 | 27 |
| # fem | - | 121 | 145 | 142 | 139 | 139 | 156 | 180 | 179 | 173 | 196 |
| IGF | - | 247,9 | 213,8 | 288,7 | 201,4 | 201,4 | 192,3 | 150,0 | 156,4 | 202,3 | 137,8 |
| Escravos (planteis com cinco a nove escravos) | | | | | | | | | | | |
| # cri | - | 33 | 51 | 27 | 45 | 39 | 45 | 36 | 29 | 49 | 37 |
| # fem | - | 74 | 92 | 72 | 122 | 101 | 110 | 98 | 114 | 149 | 171 |
| IGF | - | 445,9 | 554,3 | 375,0 | 368,9 | 386,1 | 409,1 | 367,3 | 254,4 | 328,9 | 216,4 |
| Escravos (planteis com dez a dezenove escravos) | | | | | | | | | | | |
| # cri | - | 19 | 36 | 29 | 28 | 48 | 36 | 41 | 32 | 34 | 27 |
| # fem | - | 42 | 81 | 82 | 54 | 110 | 83 | 113 | 110 | 109 | 108 |
| IGF | - | 452,4 | 444,4 | 353,7 | 518,5 | 436,4 | 433,7 | 362,8 | 290,9 | 311,9 | 250,0 |
| Escravos (planteis com vinte ou mais escravos) | | | | | | | | | | | |
| # cri | - | 19 | 29 | 35 | 40 | 73 | 62 | 35 | 26 | 44 | 39 |
| # fem | - | 50 | 47 | 48 | 75 | 99 | 119 | 116 | 98 | 124 | 129 |
| IGF | - | 380,0 | 617,0 | 729,2 | 533,3 | 737,4 | 521,0 | 301,7 | 265,3 | 354,8 | 302,3 |

cri = número de crianças com até 4 anos;

fem = número de mulheres com quinze a 49 anos;

IGF = índice geral de fecundidade (número de crianças com até 4 anos dividido pelo número de mulheres entre quinze e 49 anos, multiplicado por 1000).

tabela 69 – Variação da presença de crianças até 4 anos e de mulheres com 15 a 49 anos

| | 1774 | 1785 | 1790 | 1795 | 1799 | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|---------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Livres - Var. crianças | 100 | 136,9 | 166,8 | 170,5 | 179,1 | 182,5 | 182,3 | 178,1 | 176,8 | 183,8 | 184,5 |
| Livres - Var. mulheres | 100 | 149,7 | 166,4 | 178,3 | 189,0 | 183,4 | 185,0 | 215,5 | 207,1 | 205,7 | 226,0 |
| Escr. Geral - variação crianças | 100 | 145,5 | 130,7 | 142,6 | 186,1 | 171,3 | 137,6 | 113,9 | 160,4 | 128,7 | |
| Escr. Geral - variação mulheres | 100 | 127,2 | 119,9 | 138,3 | 156,4 | 163,1 | 176,7 | 174,6 | 193,4 | 210,5 | |
| Escr. 1a9 variação crianças | 100 | 130,2 | 107,9 | 115,9 | 106,3 | 119,0 | 100,0 | 90,5 | 133,3 | 101,6 | |
| Escr. 1a9 variação mulheres | 100 | 121,5 | 109,7 | 133,8 | 123,1 | 136,4 | 142,6 | 150,3 | 165,1 | 188,2 | |
| Escr. 10ou+ variação crianças | 100 | 171,1 | 168,4 | 178,9 | 318,4 | 257,9 | 200,0 | 152,6 | 205,3 | 173,7 | |
| Escr. 10ou+ variação mulheres | 100 | 139,1 | 141,3 | 140,2 | 227,2 | 219,6 | 248,9 | 226,1 | 253,3 | 257,6 | |
| Escr. 1a4 variação crianças | 100 | 103,3 | 136,7 | 93,3 | 93,3 | 100,0 | 90,0 | 93,3 | 116,7 | 90,0 | |
| Escr. 1a4 variação mulheres | 100 | 119,8 | 117,4 | 114,9 | 114,9 | 128,9 | 148,8 | 147,9 | 143,0 | 162,0 | |
| Escr. 20ou+ variação crianças | 100 | 152,6 | 184,2 | 210,5 | 384,2 | 326,3 | 184,2 | 136,8 | 231,6 | 205,3 | |
| Escr. 20ou+ variação mulheres | 100 | 94,0 | 96,0 | 150,0 | 198,0 | 238,0 | 232,0 | 196,0 | 248,0 | 258,0 | |

Para Livres, 1774 = base 100; para escravos, 1785 = base 100.

Valores absolutos retirados da tabela 68.

Escr. Geral = variação da presença absoluta das crianças cativas com até quatro anos e das mulheres cativas com quinze a quarenta e nove anos de idade.

Escr. 1a9 = variação da presença absoluta das crianças cativas com até quatro anos e todas as mulheres cativas com quinze a quarenta e nove anos de idade em plantéis com até nove cativos.

Escr. 10ou+ = idem Escr. 1a9, mas em plantéis com dez escravos ou mais

Escr. 1a4 = idem Escr. 1a9, mas em plantéis com até quatro escravos

Escr. 20ou+ = idem Escr. 1a9, mas em plantéis com vinte escravos ou mais

Fonte: Listas nominativas.

tabela 70 – Variação do crescimento de cativos casados e viúvos em relação ao crescimento da população cativa com quinze anos ou mais

| | 1805 | 1808 | 1815 | 1820 | 1825 | 1829 |
|----------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Todos os cativos | | | | | | |
| Casados + viúvos | 100 | 103,5 | 103,2 | 114,6 | 116,4 | 123,7 |
| Total com origem declarada | 100 | 104,7 | 110,0 | 113,0 | 131,5 | 148,9 |
| Africanos | | | | | | |
| Casados + viúvos | 100 | 96,1 | 102,8 | 111,8 | 98,9 | 120,2 |
| Total com origem declarada | 100 | 97,4 | 100,4 | 110,0 | 132,7 | 155,1 |
| Naturais de Taubaté | | | | | | |
| Casados + viúvos | 100 | 127,7 | 124,1 | 147,4 | 170,8 | 165,0 |
| Total com origem declarada | 100 | 124,6 | 134,8 | 140,6 | 155,3 | 177,4 |

Total considera o número de cativos com origem declarada e idade igual ou superior a quinze anos. Valores absolutos retirados da tabela 31.

Fonte: Listas nominativas.

tabela 71 – Proporção (%) de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau, 1680-1848

| DÉ CA DA | cativos adultos ou velhos | | | | todos os cativos | | | | cativos crianças | | | |
|----------------|---------------------------|-------------|--------------|--------------|------------------|-------------|--------------|--------------|------------------|-------------|--------------|--------------|
| | Sem laço | Com laço | Total (%) | Total (#) | Sem laço | Com laço | Total (%) | Total (#) | Sem laço | Com laço | Total (%) | Total (#) |
| 1680 | 45,3 | 54,7 | 100 | 880 | 34,7 | 65,3 | 100 | 1356 | 15,1 | 84,9 | 100 | 476 |
| 1690 | 47,9 | 52,1 | 100 | 215 | 38,5 | 61,5 | 100 | 325 | 20,1 | 79,9 | 100 | 110 |
| 1700 | 57,1 | 42,9 | 100 | 350 | 55,0 | 45,0 | 100 | 525 | 50,8 | 49,2 | 100 | 175 |
| 1710 | 57,0 | 43,0 | 100 | 279 | 46,3 | 53,7 | 100 | 501 | 32,9 | 67,1 | 100 | 222 |
| 1720 | 60,7 | 39,3 | 100 | 389 | 47,1 | 52,9 | 100 | 637 | 25,8 | 74,2 | 100 | 248 |
| 1730 | 31,2 | 68,8 | 100 | 93 | 57,7 | 42,3 | 100 | 239 | 71,0 | 29,0 | 100 | 69 |
| 1740 | 57,3 | 42,7 | 100 | 103 | 63,0 | 37,0 | 100 | 189 | 67,6 | 32,4 | 100 | 37 |
| 1750 | 47,5 | 52,5 | 100 | 139 | 45,5 | 54,5 | 100 | 231 | 37,8 | 62,2 | 100 | 74 |
| 1760 | 66,7 | 33,3 | 100 | 57 | 70,0 | 30,0 | 100 | 110 | 72,7 | 27,3 | 100 | 44 |
| 1770 | 66,9 | 33,1 | 100 | 124 | 66,7 | 33,3 | 100 | 234 | 60,5 | 39,5 | 100 | 86 |
| 1780 | 79,8 | 20,2 | 100 | 104 | 79,7 | 20,3 | 100 | 177 | 75,4 | 24,6 | 100 | 61 |
| 1790 | 74,4 | 25,6 | 100 | 39 | 82,3 | 17,7 | 100 | 79 | 87,0 | 13,0 | 100 | 23 |
| 1800 | 75,0 | 25,0 | 100 | 120 | 84,9 | 15,1 | 100 | 218 | 97,6 | 2,4 | 100 | 84 |
| 1810 | 65,5 | 34,5 | 100 | 119 | 68,8 | 31,3 | 100 | 176 | 76,9 | 23,1 | 100 | 52 |
| 1820 | 69,7 | 30,3 | 100 | 99 | 69,3 | 30,7 | 100 | 166 | 60,0 | 40,0 | 100 | 40 |
| 1830 | 73,5 | 26,5 | 100 | 204 | 81,3 | 18,7 | 100 | 342 | 90,2 | 9,8 | 100 | 102 |
| 1840 | 81,2 | 18,8 | 100 | 398 | 81,6 | 18,4 | 100 | 614 | 85,4 | 14,6 | 100 | 171 |

Sem laço = Sem laço de parentesco

Com laço = Com laço de parentesco

Fonte: Inventários *post-mortem*.

tabela 72 – Proporção (%) de cativos com quinze anos ou mais unidos por laços de parentesco de primeiro grau segundo cor, 1805-1829

| | 1805 | | 1808 | | 1815 | | 1820 | | 1825 | | 1829 | | 1835 | |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Negro | Preto | Negro | Preto | Negro | Preto | Negro | Preto | Negro | Preto | Negro | Preto | Negro | Preto |
| Solteiros | 66,8 | 63,0 | 66,1 | 71,0 | 67,9 | 72,0 | 64,2 | 74,9 | 69,3 | 75,1 | 71,1 | 77,6 | 68,9 | 74,0 |
| Casados | 31,1 | 31,5 | 30,6 | 23,2 | 27,9 | 25,1 | 33,3 | 22,8 | 28,7 | 22,9 | 26,8 | 20,3 | 30,8 | 26,0 |
| Viúvos | 2,1 | 5,5 | 3,3 | 5,8 | 4,2 | 2,9 | 2,5 | 2,3 | 2,0 | 2,0 | 2,1 | 2,1 | 0,3 | 0 |
| Total (#) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total(%) | 900 | 181 | 973 | 155 | 977 | 207 | 1050 | 171 | 1227 | 201 | 1434 | 192 | 705 | 73 |

Fonte: Listas nominativas

tabela 73 – Distribuição dos cônjuges segundo origem, 1805-1825

| Origem cônjuges | 1805 | | 1815 | | 1820 | | 1825 | | |
|--------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | % total | % Afric | % total | % Afric | % total | % Afric | % total | % Afric | |
| AA | 7,4 | 20,9 | 4,6 | 15,2 | | | | | Afric = Ambos os cônjuges africanos Subtotal : Em 1805 - 44 famílias Em 1815 - 33 famílias Em 1820 - 20 famílias Em 1825 - 27 famílias |
| ZZ | 1,6 | 4,7 | | | | | | | |
| BB | 11,5 | 32,6 | 10,1 | 33,3 | 6,9 | 35,0 | 4,4 | 18,5 | |
| QQ | | | | | 1,0 | 5,0 | 1,8 | 7,4 | |
| OO | | | 0,9 | 3,0 | 2,9 | 15,0 | 6,1 | 25,9 | |
| GG | | | | | | | 3,5 | 14,8 | |
| BO | | | 0,9 | 3,0 | 1,0 | 5,0 | | | |
| AJ | 0,8 | 2,3 | | | | | | | |
| AB | 4,9 | 14,0 | 2,8 | 9,1 | 2,0 | 10,0 | | | |
| AQ | 1,6 | 4,7 | | | 2,0 | 10,0 | | | |
| OB | 1,6 | 4,7 | 3,7 | 12,1 | 2,9 | 15,0 | 2,6 | 11,1 | Af-col = um cônjuge africano, outro colonial Subtotal : Em 1805 - 45 famílias Em 1815 - 46 famílias Em 1820 - 47 famílias Em 1825 - 41 famílias |
| QB | 1,6 | 4,7 | 0,9 | 3,0 | 1,0 | 5,0 | 0,9 | 3,7 | |
| BA | 0,8 | | 0,9 | 3,0 | | | | | |
| AK | 1,6 | 4,7 | | | | | | | |
| FB | 0,8 | 2,3 | | | | | | | |
| BZ | 0,8 | 2,3 | | | | | | | |
| QA | 0,8 | 2,3 | 1,8 | 6,1 | | | | | |
| KB | | | 0,9 | 3,0 | | | | | |
| OZ | | | | | | | 0,9 | 3,7 | |
| AO | | | | | | | 0,9 | 3,7 | |
| OQ | | | | | | | 0,9 | 3,7 | Colonial = ambos os cônjuges coloniais Subtotal: Em 1805 - 34 famílias Em 1815 - 30 famílias Em 1820 - 35 famílias Em 1825 - 46 famílias |
| FZ | | | | | | | 0,9 | 3,7 | |
| JB | | | 0,9 | 3,0 | | | | | |
| OA | | | 0,9 | 3,0 | | | | | |
| QK | | | | | | | 0,9 | 3,7 | |
| Afric | 36,1 | 100,0 | 30,3 | 100,0 | 19,7 | 100,0 | 23,7 | 100,0 | |
| AL | 1,6 | | | | | | | | |
| FD | 0,8 | | | | | | | | |
| JL | 0,8 | | | | | | | | |
| DO | 0,8 | | 1,8 | | | | | | |
| ZD | 1,6 | | | | | | | | |
| BL | 1,6 | | | | | | | | |
| JU | 0,8 | | | | | | | | |
| LB | 2,5 | | | | | | | | |
| QD | 0,8 | | 0,9 | | 1,0 | | 0,9 | | |
| DQ | 0,8 | | | | 2,0 | | | | |
| AD | 4,9 | | 6,4 | | 8,8 | | | | |
| BD | 12,3 | | 12,8 | | 16,7 | | 7,9 | | |
| DA | 0,8 | | 2,8 | | 2,9 | | | | |

Tabela continua na próxima página.

Continuação

| Origem cônjuges | 1805 | | 1815 | | 1820 | | 1825 | | |
|--------------------|-------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|-------------------------------|
| | % total | % Afric | % total | % Afric | % total | % Afric | % total | % Afric | |
| DB | 4,1 | | 2,8 | | 5,9 | | 3,5 | | |
| OD | 1,6 | | 10,1 | | 5,9 | | 14,0 | | Z = Cassangue |
| GD | | | 1,8 | | 6,1 | | | | Q = Rebolo |
| KD | | | | | | | 1,8 | | B = Benguela |
| BU | | | | | | | 0,9 | | O = Congo |
| ZD | | | 1,8 | | | | 0,9 | | J = Monjolo |
| JD | | | | | 1,0 | | | | A = Angola |
| UQ | | | | | 1,0 | | | | D = De Taubaté |
| LA | | | | | 1,0 | | | | L = Colonial de São Paulo |
| Af-Col | 36,0 | | 42,2 | | 46,1 | | 36,0 | | U = Colonial não de São Paulo |
| UL | 1,6 | | 0,9 | | | | | | |
| DL | | | 2,8 | | 2,0 | | | | |
| LD | 3,3 | | 2,8 | | 1,0 | | 0,9 | | |
| UU | 1,6 | | 0,9 | | 1,0 | | | | |
| DD | 20,5 | | 20,2 | | 30,4 | | 39,5 | | |
| LL | 0,8 | | | | | | | | |
| Colonial | 27,9 | | 27,5 | | 34,3 | | 40,4 | | Fonte: Listas nominativas |
| Total (%) | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | | |

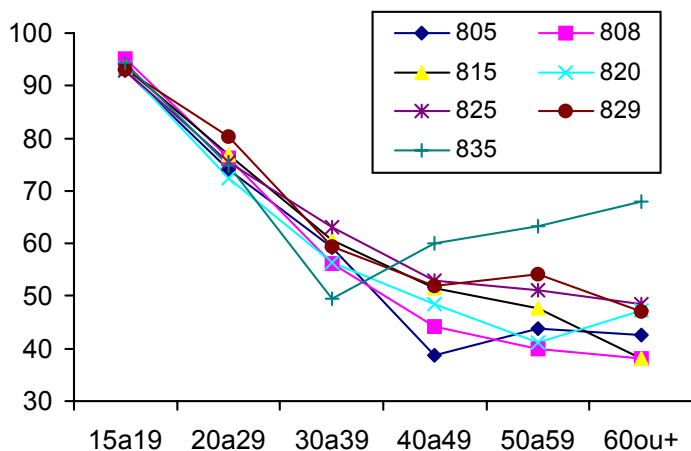
tabela 74 – Proporção de cativos casados, solteiros e viúvos entre cativos com quinze anos ou mais segundo faixa de idade dos escravos, 1805-1835

| ANO | idade | solteiros | casados | viúvos | total % | total # |
|------|-------|-----------|---------|--------|---------|---------|
| 1805 | 15a19 | 93,0 | 7,0 | | 100 | 214 |
| | 20a29 | 74,1 | 25,7 | 0,3 | 100 | 382 |
| | 30a39 | 59,3 | 37,3 | 3,3 | 100 | 209 |
| | 40a49 | 38,7 | 56,4 | 4,9 | 100 | 163 |
| | 50a59 | 43,8 | 46,6 | 9,6 | 100 | 73 |
| | 60ou+ | 42,6 | 44,4 | 13,0 | 100 | 54 |
| 1808 | 15a19 | 95,2 | 4,8 | | 100 | 189 |
| | 20a29 | 76,2 | 23,4 | 0,5 | 100 | 432 |
| | 30a39 | 56,1 | 41,8 | 2,1 | 100 | 239 |
| | 40a49 | 44,3 | 46,3 | 9,4 | 100 | 149 |
| | 50a59 | 40,0 | 48,0 | 12,0 | 100 | 75 |
| | 60ou+ | 38,1 | 44,4 | 17,5 | 100 | 63 |
| 1815 | 15a19 | 93,6 | 6,4 | | 100 | 204 |
| | 20a29 | 76,8 | 22,5 | 0,7 | 100 | 414 |
| | 30a39 | 60,7 | 36,2 | 3,1 | 100 | 257 |
| | 40a49 | 51,6 | 41,4 | 7,0 | 100 | 157 |
| | 50a59 | 47,6 | 41,9 | 10,5 | 100 | 105 |
| | 60ou+ | 38,2 | 41,2 | 20,6 | 100 | 68 |
| 1820 | 15a19 | 93,4 | 6,6 | | 100 | 211 |
| | 20a29 | 72,4 | 27,1 | 0,5 | 100 | 428 |
| | 30a39 | 56,3 | 42,0 | 1,7 | 100 | 295 |
| | 40a49 | 48,4 | 46,4 | 5,2 | 100 | 153 |
| | 50a59 | 41,1 | 51,6 | 7,4 | 100 | 95 |
| | 60ou+ | 47,3 | 38,2 | 14,5 | 100 | 55 |
| 1825 | 15a19 | 93,0 | 7,0 | | 100 | 243 |
| | 20a29 | 75,4 | 24,2 | 0,4 | 100 | 528 |
| | 30a39 | 63,0 | 35,6 | 1,5 | 100 | 343 |
| | 40a49 | 52,9 | 44,3 | 2,9 | 100 | 174 |
| | 50a59 | 51,1 | 43,2 | 5,7 | 100 | 88 |
| | 60ou+ | 48,4 | 31,3 | 20,3 | 100 | 64 |
| 1829 | 15a19 | 93,2 | 6,8 | | 100 | 311 |
| | 20a29 | 80,3 | 19,4 | 0,3 | 100 | 599 |
| | 30a39 | 59,5 | 38,9 | 1,6 | 100 | 380 |
| | 40a49 | 51,9 | 44,4 | 3,7 | 100 | 189 |
| | 50a59 | 54,2 | 38,6 | 7,2 | 100 | 83 |
| | 60ou+ | 47,1 | 33,8 | 19,1 | 100 | 68 |
| 1835 | 15a19 | 94,4 | 5,6 | | 100 | 124 |
| | 20a29 | 74,8 | 25,2 | | 100 | 313 |
| | 30a39 | 49,5 | 50,5 | | 100 | 186 |
| | 40a49 | 60,0 | 40,0 | | 100 | 95 |
| | 50a59 | 63,2 | 36,8 | | 100 | 38 |
| | 60ou+ | 68,0 | 24,0 | 8,0 | 100 | 25 |

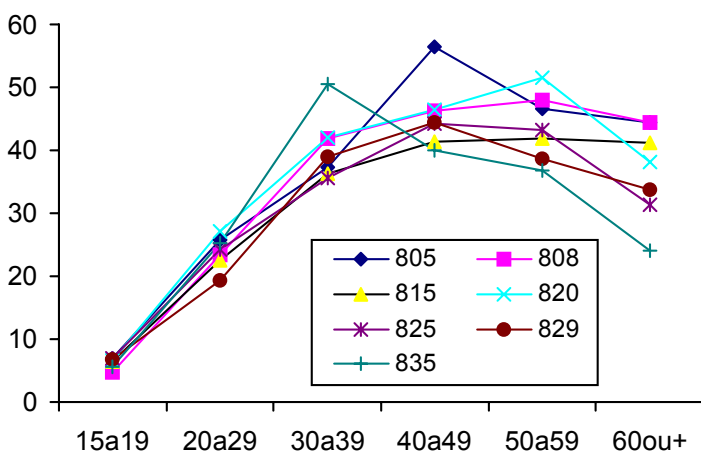
Fonte: listas nominativas

gráfico 55 – Proporção de cativos casados, solteiros e viúvos entre cativos com quinze anos ou mais segundo faixa de idade dos escravos, 1805-1835

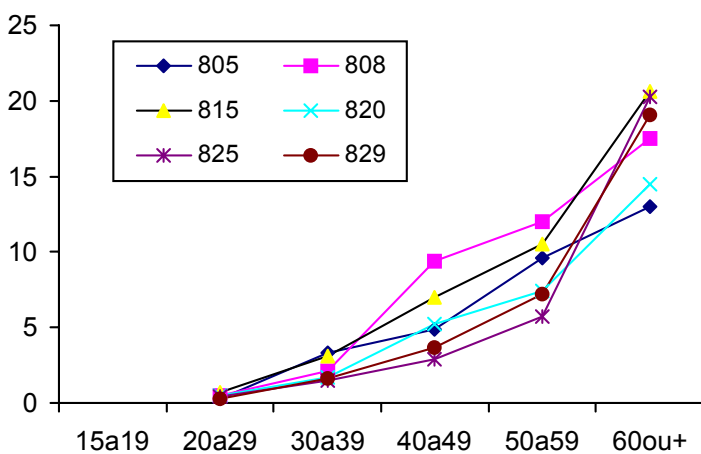
solteiros



casados



viúvos



Fonte: listas nominativas. Ver tabela anterior (tabela 74). As variações do estado civil por idade entre escravos e entre livres (ver gráfico 50), mostram-se muito semelhantes.

tabela 75 – Proporção (%) de cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco de primeiro grau segundo origem, 1680-1848

| DÉ CA DA | africanos | | | | coloniais | | | | gentio da guiné | | | | indígenas | | | |
|----------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-----------------|-------------|--------------|--------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| | Sem laço | Com laço | Total (%) | Total (#) | Sem laço | Com laço | Total (%) | Total (#) | Sem laço | Com laço | Total (%) | Total (#) | Sem laço | Com laço | Total (%) | Total (#) |
| 1680 | | | | | | | | | | | | | 40,2 | 59,8 | 100 | 744 |
| 1690 | | | | | | | | | | | | | 47,0 | 53,0 | 100 | 200 |
| 1700 | | | | | | | | | 79,4 | 20,6 | 100 | 68 | 49,3 | 50,7 | 100 | 138 |
| 1710 | | | | | | | | | 68,8 | 31,3 | 100 | 144 | 41,8 | 58,2 | 100 | 122 |
| 1720 | | | | | | | | | 52,3 | 47,7 | 100 | 172 | 67,3 | 32,7 | 100 | 162 |
| 1730 | 100 | 0 | 100 | 11 | 48,4 | 51,6 | 100 | 31 | 66,7 | 33,3 | 100 | 9 | 29,4 | 70,6 | 100 | 17 |
| 1740 | 76,9 | 23,1 | 100 | 13 | 60,0 | 40,0 | 100 | 75 | 66,7 | 33,3 | 100 | 3 | 100,0 | 0 | 100 | 1,0 |
| 1750 | 40,0 | 60,0 | 100 | 30 | 47,1 | 52,9 | 100 | 104 | 50,0 | 50,0 | 100 | 2 | | | | |
| 1760 | 80,0 | 20,0 | 100 | 10 | 66,7 | 33,3 | 100 | 42 | | | | | | | | |
| 1770 | 76,0 | 24,0 | 100 | 25 | 68,1 | 31,9 | 100 | 144 | | | | | | | | |
| 1780 | 75,0 | 25,0 | 100 | 24 | 73,3 | 26,7 | 100 | 105 | | | | | | | | |
| 1790 | 71,4 | 28,6 | 100 | 7 | 88,1 | 11,9 | 100 | 42 | | | | | | | | |
| 1800 | 52,4 | 47,6 | 100 | 42 | 95,7 | 4,3 | 100 | 139 | | | | | | | | |
| 1810 | 58,1 | 41,9 | 100 | 62 | 75,2 | 24,8 | 100 | 105 | | | | | | | | |
| 1820 | 65,5 | 34,5 | 100 | 58 | 72,0 | 28,0 | 100 | 93 | | | | | | | | |
| 1830 | 66,4 | 33,6 | 100 | 107 | 77,3 | 22,7 | 100 | 66 | | | | | | | | |
| 1840 | 81,9 | 18,1 | 100 | 243 | 75,8 | 24,2 | 100 | 120 | | | | | | | | |

Fonte: inventários *post-mortem*.

tabela 76 – proporção de casamentos de escravos por ano (sobre total de casamentos)

| ano | 1814 | 1815 | 1816 | 1817 | 1818 | 1819 | 1820 | 1821 | 1822 | 1823 | 1824 | 1825 | 1826 | 1827 | 1828 | 1829 | total |
|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| % | 3,6 | 7,9 | 4 | 9,1 | 6,3 | 5,1 | 5,5 | 3,2 | 4 | 7,9 | 4,7 | 9,1 | 10,3 | 5,1 | 8,7 | 5,5 | 100 |
| # | 6 | 20 | 10 | 23 | 16 | 13 | 14 | 8 | 10 | 20 | 12 | 23 | 26 | 13 | 22 | 14 | 250 |

% = porcentagens de casamentos

= número de casamentos

Fonte: livro de registro de casamentos de escravos. Cúria Diocesana de Taubaté.

tabela 77 – diferença na idade média dos cônjuges segundo origem do casal, 1805-1829

| Origem do casal | Ano | Id. média Marido | Id. média Mulher | # famílias |
|-----------------|------|------------------|------------------|------------|
| AA | 1805 | 39,05 | 32,57 | 44 |
| | 1808 | 41,50 | 33,69 | 84 |
| | 1815 | 42,03 | 36,13 | 32 |
| | 1820 | 41,30 | 38,09 | 23 |
| | 1825 | 34,96 | 30,75 | 24 |
| | 1829 | 46,31 | 38,85 | 13 |
| CC | 1805 | 40,85 | 33,55 | 33 |
| | 1808 | 42,93 | 35,13 | 15 |
| | 1815 | 42,06 | 33,16 | 31 |
| | 1820 | 36,88 | 31,55 | 33 |
| | 1825 | 36,13 | 31,55 | 47 |
| | 1829 | 38,57 | 35,93 | 28 |
| AC | 1805 | 41,32 | 33,13 | 31 |
| | 1808 | 39,95 | 33,75 | 20 |
| | 1815 | 44,84 | 36,49 | 37 |
| | 1820 | 41,32 | 35,50 | 34 |
| | 1825 | 43,82 | 36,45 | 33 |
| | 1829 | 42,84 | 33,74 | 19 |
| CA | 1805 | 42,20 | 32,40 | 10 |
| | 1808 | 46,50 | 35,50 | 10 |
| | 1815 | 35,75 | 29,88 | 8 |
| | 1820 | 37,42 | 33,67 | 12 |
| | 1825 | 40,75 | 37,50 | 4 |
| | 1829 | 14,00 | 46,00 | 1 |

Origem do casal:

CC = esposo e esposa coloniais;

AA = esposo e esposa africanos;

CA = esposo colonial, esposa africana;

AC = esposo africano, esposa colonial.

Obs.: Considera-se apenas as famílias com idade identificada para ambos os cônjuges. Cativos casados sem indicação de cônjuge foram desconsiderados.

Fonte: listas nominativas.

tabela 78 – Diferença etária média entre cônjuges segundo faixas etárias destes

| ANO | ID_M | Média | N° casais | ID_F | Média | N° casais |
|-------|-------|--------|-----------|-------|-------|-----------|
| 799 | 15a24 | | | 15a24 | 10,00 | 3 |
| | 25a34 | 6,40 | 5 | 25a34 | 11,75 | 4 |
| | 35a44 | 3,20 | 5 | 35a44 | 7,50 | 6 |
| | 45a54 | 5,75 | 4 | 45a54 | 6,43 | 7 |
| | 55a64 | 14,29 | 7 | 55a64 | 4,00 | 1 |
| | Total | 8,14 | 21 | Total | 8,14 | 21 |
| 805 | 15a24 | -0,73 | 15 | 15a24 | 9,74 | 38 |
| | 25a34 | 4,75 | 32 | 25a34 | 9,24 | 42 |
| | 35a44 | 8,00 | 36 | 35a44 | 3,83 | 24 |
| | 45a54 | 9,96 | 27 | 45a54 | 5,06 | 16 |
| | 55a64 | 8,38 | 8 | 55a64 | 3,40 | 5 |
| | 65ou+ | 22,63 | 8 | 65ou+ | -2,00 | 1 |
| Total | 7,51 | 126 | Total | 7,51 | 126 | |
| 808 | 15a24 | -1,13 | 8 | 15a24 | 9,67 | 30 |
| | 25a34 | 2,47 | 49 | 25a34 | 8,14 | 59 |
| | 35a44 | 7,23 | 30 | 35a44 | 5,19 | 27 |
| | 45a54 | 11,53 | 32 | 45a54 | 7,95 | 21 |
| | 55a64 | 12,60 | 15 | 55a64 | 0,75 | 4 |
| | 65ou+ | 23,11 | 9 | 65ou+ | 7,50 | 2 |
| Total | 7,66 | 143 | Total | 7,66 | 143 | |
| 815 | 15a24 | -1,17 | 6 | 15a24 | 9,30 | 27 |
| | 25a34 | 3,32 | 31 | 25a34 | 8,91 | 32 |
| | 35a44 | 6,72 | 29 | 35a44 | 7,03 | 31 |
| | 45a54 | 8,75 | 20 | 45a54 | 2,30 | 10 |
| | 55a64 | 12,31 | 16 | 55a64 | 6,67 | 9 |
| | 65ou+ | 21,00 | 8 | 65ou+ | -6,00 | 1 |
| Total | 7,55 | 110 | Total | 7,55 | 110 | |
| 820 | 15a24 | 1,00 | 8 | 15a24 | 8,52 | 25 |
| | 25a34 | 2,97 | 35 | 25a34 | 7,48 | 33 |
| | 35a44 | 4,42 | 36 | 35a44 | 3,36 | 25 |
| | 45a54 | 3,75 | 12 | 45a54 | 2,00 | 19 |
| | 55a64 | 7,60 | 15 | 55a64 | -0,44 | 9 |
| | 65ou+ | 29,60 | 5 | | | |
| Total | 5,21 | 111 | Total | 5,21 | 111 | |
| 825 | 15a24 | 1,78 | 9 | 15a24 | 8,60 | 30 |
| | 25a34 | 2,09 | 45 | 25a34 | 5,73 | 41 |
| | 35a44 | 5,45 | 33 | 35a44 | 3,54 | 28 |
| | 45a54 | 9,67 | 18 | 45a54 | 1,30 | 10 |
| | 55a64 | 9,14 | 7 | 55a64 | -2,83 | 6 |
| | 65ou+ | 20,00 | 3 | | | |
| Total | 5,11 | 115 | Total | 5,11 | 115 | |
| 829 | 15a24 | -15,50 | 2 | 15a24 | 8,27 | 11 |
| | 25a34 | 0 | 21 | 25a34 | 8,38 | 21 |
| | 35a44 | 5,59 | 22 | 35a44 | 6,08 | 24 |
| | 45a54 | 9,13 | 16 | 45a54 | -5,00 | 10 |
| | 55a64 | 13,67 | 6 | 55a64 | -5,50 | 2 |
| | 65ou+ | 32,00 | 1 | | | |
| Total | 5,18 | 68 | Total | 5,18 | 68 | |

ID_M = faixa etária do homem; ID_F = faixa etária da mulher; Média = diferença etária média (idade do marido menos idade da mulher. Valor negativo = esposa mais velha que esposo).

Fonte: Listas nominativas.

tabela 79 – Filhos legítimos e naturais – Taubaté, 1794-1831

| ANO | legítimos | naturais | Total (%) | Total (#) |
|-----|-----------|----------|-----------|-----------|
| 794 | 69,0 | 31,0 | 100 | 29 |
| 795 | 40,0 | 60,0 | 100 | 50 |
| 796 | 47,1 | 52,9 | 100 | 51 |
| 797 | 34,7 | 65,3 | 100 | 49 |
| 798 | 40,3 | 59,7 | 100 | 62 |
| 799 | 38,9 | 61,1 | 100 | 18 |
| 800 | 55,2 | 44,8 | 100 | 58 |
| 801 | 48,1 | 51,9 | 100 | 54 |
| 802 | 43,8 | 56,3 | 100 | 64 |
| 803 | 44,6 | 55,4 | 100 | 56 |
| 804 | 49,1 | 50,9 | 100 | 57 |
| 805 | 55,6 | 44,4 | 100 | 91 |
| 806 | 49,1 | 50,9 | 100 | 57 |
| 807 | 60,5 | 39,5 | 100 | 80 |
| 808 | 48,8 | 51,2 | 100 | 82 |
| 809 | 50,0 | 50,0 | 100 | 72 |
| 810 | 54,4 | 45,6 | 100 | 69 |
| 811 | 56,1 | 43,9 | 100 | 82 |
| 812 | 53,3 | 47,6 | 100 | 60 |
| 813 | 42,1 | 57,9 | 100 | 76 |
| 814 | 47,2 | 52,8 | 100 | 72 |
| 815 | 48,8 | 51,2 | 100 | 43 |
| 816 | 60,6 | 39,4 | 100 | 66 |
| 817 | 58,6 | 41,4 | 100 | 59 |
| 818 | 35,1 | 64,9 | 100 | 57 |
| 819 | 44,2 | 55,8 | 100 | 77 |
| 820 | 44,4 | 55,6 | 100 | 63 |
| 821 | 45,0 | 55,0 | 100 | 60 |
| 822 | 54,0 | 46,0 | 100 | 63 |
| 823 | 47,1 | 52,9 | 100 | 68 |
| 824 | 48,5 | 51,5 | 100 | 66 |
| 825 | 53,4 | 46,6 | 100 | 58 |
| 826 | 56,1 | 43,9 | 100 | 66 |
| 827 | 41,5 | 58,5 | 100 | 82 |
| 828 | 42,7 | 57,3 | 100 | 75 |
| 829 | 50,6 | 49,4 | 100 | 77 |
| 830 | 42,3 | 57,7 | 100 | 97 |
| 831 | 41,2 | 58,8 | 100 | 102 |

Fonte: Livro de registro de batismo de escravos – Cúria Diocesana de Taubaté.

tabela 80 – Coeficiente de correlação linear (Pearson) entre os valores da tabela 33.

| | | | | | |
|---------------|------|---------------|------|-------------------------|------|
| 1799 | | | | | |
| Pearson Ct-Ca | 0,95 | Pearson Tt-Ad | 0,97 | | |
| Pearson Ct-Cv | 0,88 | Pearson Tt-Cv | 0,62 | | |
| Pearson Ca-Cv | 0,94 | Pearson Ad-Cv | 0,69 | | |
| 1805 | | | | | |
| Pearson Ct-Ca | 0,99 | Pearson Tt-Ad | 0,94 | | |
| Pearson Ct-Cv | 0,73 | Pearson Tt-Cv | 0,72 | | |
| Pearson Ca-Cv | 0,81 | Pearson Ad-Cv | 0,82 | | |
| 1808 | | | | | |
| Pearson Ct-Ca | 0,98 | Pearson Tt-Ad | 0,97 | | |
| Pearson Ct-Cv | 0,96 | Pearson Tt-Cv | 0,50 | | |
| Pearson Ca-Cv | 0,98 | Pearson Ad-Cv | 0,66 | | |
| 1815 | | | | | |
| Pearson Ct-Ca | 0,99 | Pearson Tt-Ad | 0,99 | | |
| Pearson Ct-Cv | 0,80 | Pearson Tt-Cv | 0,03 | Pearson Tt-Cv corrigido | 0,50 |
| Pearson Ca-Cv | 0,81 | Pearson Ad-Cv | 0,02 | Pearson Ad-Cv corrigido | 0,59 |
| 1820 | | | | | |
| Pearson Ct-Ca | 0,99 | Pearson Tt-Ad | 0,99 | | |
| Pearson Ct-Cv | 0,63 | Pearson Tt-Cv | 0,13 | Pearson Tt-Cv corrigido | 0,72 |
| Pearson Ca-Cv | 0,66 | Pearson Ad-Cv | 0,08 | Pearson Ad-Cv corrigido | 0,78 |
| 1825 | | | | | |
| Pearson Ct-Ca | 0,94 | Pearson Tt-Ad | 0,89 | | |
| Pearson Ct-Cv | 0,90 | Pearson Tt-Cv | 0,84 | | |
| Pearson Ca-Cv | 0,98 | Pearson Ad-Cv | 0,82 | | |
| 1829 | | | | | |
| Pearson Ct-Ca | 0,97 | Pearson Tt-Ad | 0,98 | | |
| Pearson Ct-Cv | 0,75 | Pearson Tt-Cv | 0,51 | | |
| Pearson Ca-Cv | 0,87 | Pearson Ad-Cv | 0,65 | | |

Obs.: Os valores corrigidos excluem a última faixa etária do proprietário.

Tt = média de escravos (total) sobre total de fogos com escravos;

Ad = média de escravos adultos ou velhos (15 anos ou mais) em fogos com cativos adultos ou velhos;

Ct = média de escravos (total) nos fogos com cativos casados ou viúvos;

Ca = média de escravos adultos ou velhos (15 anos ou mais) em fogos com cativos casados ou viúvos.

Cv = média de escravos casados ou viúvos em fogos com cativos casados ou viúvos;

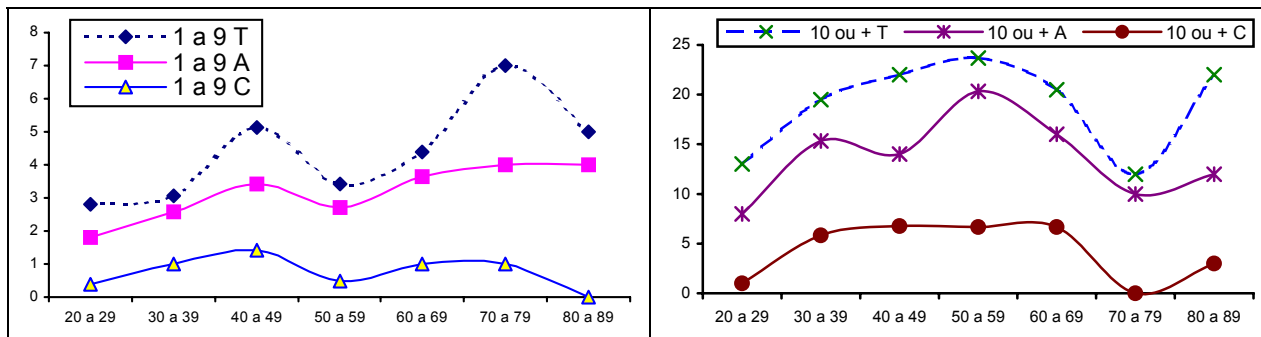
Fonte: Listas nominativas. Ver tabela 33 para os valores analisados.

tabela 81 – média de escravos segundo faixa etária do cabeça de fogo entre produtores de café escravistas, 1829

| IDADE | faixa de tamanho de plantel | Total de escravos | Escravos com 15 anos ou + | Escravos casados ou viúvos | # FOGOS |
|-------------|-----------------------------|-------------------|---------------------------|----------------------------|---------|
| 1799 | | | | | |
| 30 a 39 | 1 a 9 | 5,00 | 3,00 | 1,50 | 2 |
| 50 a 59 | 1 a 9 | 2,00 | 2,00 | ,00 | 1 |
| | 10 ou + | 20,00 | 12,00 | 5,00 | 1 |
| | Total | 11,00 | 7,00 | 2,50 | 2 |
| Total | 1 a 9 | 4,00 | 2,67 | 1,00 | 3 |
| | 10 ou + | 20,00 | 12,00 | 5,00 | 1 |
| | Total | 8,00 | 5,00 | 2,00 | 4 |
| 1815 | | | | | |
| 30 a 39 | 1 a 9 | 2,00 | 1,00 | ,00 | 1 |
| | 10 ou + | 119,00 | 94,00 | 70,00 | 1 |
| | Total | 60,50 | 47,50 | 35,00 | 2 |
| 40 a 49 | 10 ou + | 19,00 | 14,00 | 3,00 | 1 |
| | Total | 19,00 | 14,00 | 3,00 | 1 |
| 50 a 59 | 10 ou + | 16,00 | 11,00 | 6,00 | 1 |
| | Total | 16,00 | 11,00 | 6,00 | 1 |
| Total | 1 a 9 | 2,00 | 1,00 | ,00 | 1 |
| | 10 ou + | 51,33 | 39,67 | 26,33 | 3 |
| | Total | 39,00 | 30,00 | 19,75 | 4 |
| 1829 | | | | | |
| 20 a 29 | 1 a 9 | 2,80 | 1,80 | ,40 | 5 |
| | 10 ou + | 13,00 | 8,00 | 1,00 | 1 |
| | Total | 4,50 | 2,83 | ,50 | 6 |
| 30 a 39 | 1 a 9 | 3,08 | 2,58 | 1,00 | 12 |
| | 10 ou + | 19,50 | 15,33 | 5,83 | 6 |
| | Total | 8,56 | 6,83 | 2,61 | 18 |
| 40 a 49 | 1 a 9 | 5,12 | 3,41 | 1,41 | 17 |
| | 10 ou + | 22,00 | 14,00 | 6,75 | 4 |
| | Total | 8,33 | 5,43 | 2,43 | 21 |
| 50 a 59 | 1 a 9 | 3,43 | 2,71 | ,50 | 14 |
| | 10 ou + | 23,67 | 20,33 | 6,67 | 3 |
| | Total | 7,00 | 5,82 | 1,59 | 17 |
| 60 a 69 | 1 a 9 | 4,38 | 3,63 | 1,00 | 8 |
| | 10 ou + | 20,50 | 16,00 | 6,67 | 6 |
| | Total | 11,29 | 8,93 | 3,43 | 14 |
| 70 a 79 | 1 a 9 | 7,00 | 4,00 | 1,00 | 1 |
| | 10 ou + | 12,00 | 10,00 | ,00 | 1 |
| | Total | 9,50 | 7,00 | ,50 | 2 |
| 80 a 89 | 1 a 9 | 5,00 | 4,00 | ,00 | 1 |
| | 10 ou + | 22,00 | 12,00 | 3,00 | 2 |
| | Total | 16,33 | 9,33 | 2,00 | 3 |
| Total | 1 a 9 | 4,02 | 2,98 | ,93 | 58 |
| | 10 ou + | 20,35 | 15,09 | 5,61 | 23 |
| | Total | 8,65 | 6,42 | 2,26 | 81 |

Fonte: Listas nominativas

gráfico 56– média de escravos segundo faixa etária do cabeça de fogo entre produtores de café em 1829



T = média do total de cativos por fogo

A = média dos cativos com 15 anos ou mais por fogo

C = média dos cativos casados ou viúvos por fogo

Obs.: As três médias (T, A e C) são calculadas considerando os fogos produtores de café com cativos.

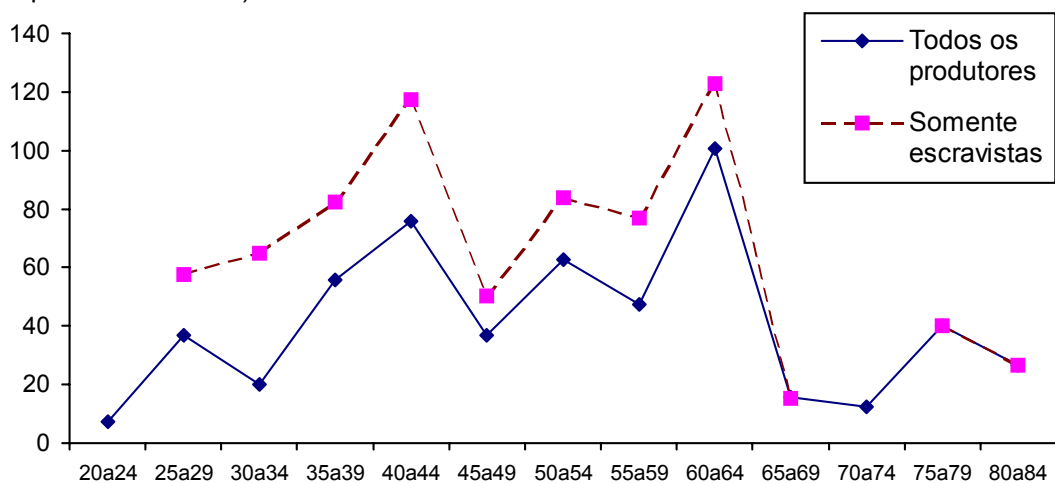
Fonte: listas nominativas. Ver tabela 81

O coeficiente de Pearson entre a média de cativos casados e viúvos em relação às outras duas médias, para os plantéis com dez ou mais escravos é de 0,85. Para os plantéis com até nove escravos, estes coeficientes não indicam relação significativa (valores pouco superiores ao zero) – mas, se excluída a última faixa etária, os valores se elevam para 0,57 (entre T e C) e 0,69 (entre A e C). O coeficiente de Pearson entre a média de cativos com quinze anos ou mais e a média para o total de cativos é de 0,8 para os fogos com dez ou mais cativos, 0,86 para os fogos com até nove cativos e 0,91 para o total de fogos. Ou seja, o incremento ou redução dos plantéis como um todo está diretamente associado ao incremento ou decréscimo de adultos também segundo as duas faixas de tamanho de plantel delimitadas.

tabela 82 – Produção média de café (em arrobas) segundo faixas de idade do produtor em 1829

| Faixa de idade | Todos os produtores | | Somente escravistas | |
|----------------|---------------------|----------|---------------------|----------|
| | Média | Nº fogos | Média | Nº fogos |
| 20 a 24 | 7,3 | 3 | | |
| 25 a 29 | 36,9 | 11 | 57,7 | 6 |
| 30 a 34 | 20,2 | 16 | 65,0 | 2 |
| 35 a 39 | 55,6 | 27 | 82,5 | 16 |
| 40 a 44 | 75,8 | 20 | 117,3 | 12 |
| 45 a 49 | 36,9 | 15 | 50,2 | 9 |
| 50 a 54 | 62,8 | 16 | 84,0 | 11 |
| 55 a 59 | 47,5 | 13 | 76,8 | 6 |
| 60 a 64 | 100,5 | 14 | 122,7 | 11 |
| 65 a 69 | 15,5 | 4 | 15,3 | 3 |
| 70 a 74 | 12,5 | 2 | | |
| 75 a 79 | 40,0 | 2 | 40,0 | 2 |
| 80 a 84 | 26,7 | 3 | 26,7 | 3 |
| Total | 53,0 | 146 | 82,9 | 82 |

O gráfico abaixo reproduz os valores da tabela acima (Produção média de café segundo faixas de idade do produtor em 1829)



Fonte: lista nominativa de 1829.

tabela 83 – duração, em anos, da presença nas listas de cativos casados, 1799-1829

| Tempo de relação | Todos os cativos | Feminino | Masculino | Africanos | Naturais de Taubaté | Coloniais não naturais de Taubaté |
|------------------|------------------|----------|-----------|-----------|---------------------|-----------------------------------|
| 3 | 10,7 | 10,4 | 11,1 | 15,0 | 6,6 | 5,7 |
| 4 | 10,9 | 9,9 | 11,5 | 11,8 | 11,6 | |
| 5 | 13,7 | 13,7 | 13,7 | 15,9 | 12,2 | 8,6 |
| 6 | 6,2 | 3,3 | 8,8 | 3,2 | 6,6 | 17,1 |
| 7 | 12,5 | 12,7 | 12,4 | 12,3 | 14,4 | 5,7 |
| 9 | 13,7 | 14,6 | 12,8 | 12,7 | 14,4 | 17,1 |
| 10 | 7,7 | 7,1 | 8,4 | 7,7 | 7,7 | 8,6 |
| 12 | 5,5 | 5,7 | 5,3 | 5,0 | 6,1 | 5,7 |
| 14 | 3,0 | 3,3 | 2,7 | 1,8 | 4,4 | 2,9 |
| 15 | 2,7 | 3,8 | 1,8 | 1,8 | 2,2 | 11,4 |
| 16 | 8,9 | 10,8 | 7,1 | 7,3 | 11,0 | 8,6 |
| 17 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 2,9 |
| 20 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,9 | | |
| 21 | 0,9 | 1,4 | 0,4 | 1,4 | | 2,9 |
| 24 | 1,6 | 1,4 | 1,8 | 1,8 | 1,1 | 2,9 |
| 26 | 1,1 | ,9 | 1,3 | 1,4 | 1,1 | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| # cativos | 439 | 212 | 227 | 220 | 181 | 38 |

Fonte: Listas nominativas de 1799, 1805, 1808, 1815, 1820, 1825 e 1829.

tabela 84 – duração, em anos, da presença de cativos casados encontrados inicialmente nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815

| Duração | Todos casados | | Até 30 anos | | Mais de 30 anos | | Africanos | | De Taubaté | |
|-----------|---------------|-------|-------------|-------|-----------------|-------|-----------|-------|------------|-------|
| | % | %acum | % | %acum | % | %acum | % | %acum | % | %acum |
| 3 | 14,8 | 14,8 | 12,7 | 12,7 | 16,2 | 16,2 | 20,9 | 20,9 | 9,4 | 9,4 |
| 5 | 4,7 | 19,6 | 4,8 | 17,5 | 4,7 | 20,9 | 7,0 | 27,8 | 3,1 | 12,6 |
| 6 | 8,5 | 28,1 | 6,3 | 23,8 | 9,9 | 30,9 | 4,4 | 32,3 | 9,4 | 22,0 |
| 7 | 17,4 | 45,4 | 16,7 | 40,5 | 17,8 | 48,7 | 17,1 | 49,4 | 20,5 | 42,5 |
| 9 | 9,8 | 55,2 | 4,8 | 45,2 | 13,1 | 61,8 | 10,1 | 59,5 | 8,7 | 51,2 |
| 10 | 10,7 | 65,9 | 15,1 | 60,3 | 7,9 | 69,6 | 10,8 | 70,3 | 11,0 | 62,2 |
| 12 | 7,6 | 73,5 | 4,8 | 65,1 | 9,4 | 79,1 | 7,0 | 77,2 | 8,7 | 70,9 |
| 14 | 4,1 | 77,6 | 6,3 | 71,4 | 2,6 | 81,7 | 2,5 | 79,7 | 6,3 | 77,2 |
| 15 | 3,8 | 81,4 | 4,8 | 76,2 | 3,1 | 84,8 | 2,5 | 82,3 | 3,1 | 80,3 |
| 16 | 12,3 | 93,7 | 11,9 | 88,1 | 12,6 | 97,4 | 10,1 | 92,4 | 15,7 | 96,1 |
| 17 | 0,6 | 94,3 | 1,6 | 89,7 | | | | | 0,8 | 96,9 |
| 20 | 0,6 | 95,0 | 1,6 | 91,3 | | | 1,3 | 93,7 | | |
| 21 | 1,3 | 96,2 | 0,8 | 92,1 | 1,6 | 99,0 | 1,9 | 95,6 | | |
| 24 | 2,2 | 98,4 | 4,8 | 96,8 | 0,5 | 99,5 | 2,5 | 98,1 | 1,6 | 98,4 |
| 26 | 1,6 | 100,0 | 3,2 | 100,0 | 0,5 | 100,0 | 1,9 | 100,0 | 1,6 | 100,0 |
| Total (%) | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | |
| Total (#) | 317 | | 126 | | 191 | | 158 | | 127 | |

%acum = porcentagem acumulada

Até 30 anos = Cativos casados (masc. ou Fem.) com até trinta anos de idade (inclusive)

Mais de 30 anos = Cativos casados (masc. ou Fem.) com mais de trinta anos de idade

Fonte: Listas nominativas

tabela 85 – sexo dos cativos casados, por idade, segundo o ano inicial de presença nas listas

| SEXO | Em todas as listas | | | Até 1815 | | |
|-----------|--------------------|-------------|-----------------|----------|-------------|-----------------|
| | Todos | Até 30 anos | Mais de 30 anos | Todos | Até 30 anos | Mais de 30 anos |
| M | 51,6 | 41,3 | 58,8 | 48,3 | 59,5 | 40,8 |
| F | 48,4 | 58,7 | 41,2 | 51,7 | 40,5 | 59,2 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 438 | 181 | 257 | 317 | 126 | 191 |

Até 1815 = cativos casados encontrados inicialmente nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815

Fonte: listas nominativas.

tabela 86 – origem dos cativos casados, por idade, segundo o ano inicial de presença nas listas

| ORIGEM | Em todas as listas | | | Até 1815 | | |
|-----------|--------------------|-------------|-----------------|----------|-------------|-----------------|
| | Todos | Até 30 anos | Mais de 30 anos | Todos | Até 30 anos | Mais de 30 anos |
| A | 50,5 | 50,8 | 51,2 | 50,2 | 52 | 48,9 |
| T | 41,5 | 43,1 | 41,2 | 40,3 | 40,8 | 40,0 |
| B | 8,0 | 6,1 | 7,6 | 9,5 | 7,2 | 11,1 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 436 | 181 | 250 | 315 | 125 | 190 |

Até 1815 = cativos casados encontrados inicialmente nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815

A = Africano; T = natural de Taubaté; B = natural do Brasil (exceto Taubaté)

Fonte: listas nominativas

tabela 87 – ano inicial e final de presença dos cativos casados encontrados inicialmente nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815

| Ano1e2 | Todos | Até 30 | Mais de 30 | Africano | De Taubaté | Do Brasil |
|-----------|-------|--------|------------|----------|------------|-----------|
| 1799-1805 | 8,5 | 6,3 | 9,9 | 4,4 | 9,4 | 20,0 |
| 1799-1808 | 9,8 | 4,8 | 13,1 | 10,1 | 8,7 | 13,3 |
| 1799-1815 | 12,3 | 11,9 | 12,6 | 10,1 | 15,7 | 10,0 |
| 1799-1820 | 1,3 | ,8 | 1,6 | 1,9 | | 3,3 |
| 1799-1825 | 1,6 | 3,2 | ,5 | 1,9 | 1,6 | |
| 1805-1808 | 14,8 | 12,7 | 16,2 | 20,9 | 9,4 | 6,7 |
| 1805-1815 | 6,0 | 7,9 | 4,7 | 5,7 | 5,5 | 10,0 |
| 1805-1820 | 3,8 | 4,8 | 3,1 | 2,5 | 3,1 | 13,3 |
| 1805-1825 | 0,6 | 1,6 | | 1,3 | 0,8 | |
| 1805-1829 | 2,2 | 4,8 | ,5 | 2,5 | 1,6 | 3,3 |
| 1808-1815 | 17,4 | 16,7 | 17,8 | 17,1 | 20,5 | 6,7 |
| 1808-1820 | 7,6 | 4,8 | 9,4 | 7,0 | 8,7 | 6,7 |
| 1808-1825 | 0,6 | 1,6 | | | | 3,3 |
| 1815-1820 | 4,7 | 4,8 | 4,7 | 7,0 | 3,1 | |
| 1815-1825 | 4,7 | 7,1 | 3,1 | 5,1 | 5,5 | |
| 1815-1829 | 4,1 | 6,3 | 2,6 | 2,5 | 6,3 | 3,3 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 317 | 126 | 191 | 158 | 127 | 30 |

Ano1e2 = ano inicial e final da presença dos casados nas listas consultadas. Fonte: Listas nominativas

tabela 88 – origem dos cônjuges segundo idade do marido, em casais com presença inicial nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815

| ORI GEM | Todos os casais | Homem até 30 | Homem + de 30 |
|-----------|-----------------|--------------|---------------|
| AA | 34,3 | 44,7 | 28,6 |
| AB | 5,6 | 7,9 | 4,3 |
| AT | 25,0 | 23,7 | 25,7 |
| BA | 2,8 | | 4,3 |
| BB | 2,8 | | 4,3 |
| BT | 2,8 | | 4,3 |
| T | 0,9 | | 1,4 |
| TA | 6,5 | 7,9 | 5,7 |
| TT | 18,5 | 13,2 | 21,4 |
| TB | 0,9 | 2,6 | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 108 | 38 | 70 |

A = Africano; T = natural de Taubaté; B = natural do Brasil (exceto Taubaté)

Fonte: Listas nominativas de 1799, 1805, 1808 e 1815.

tabela 89 – duração (em anos) dos casamentos entre cativos – 1799-1829

| Tempo de relação | Todos os casais | ambos cônjuges africanos | ambos cônjuges naturais de Taubaté | esposo africano, esposa natural de Taubaté |
|------------------|-----------------|--------------------------|------------------------------------|--------------------------------------------|
| 3 | 15,1 | 26,9 | 2,9 | 13,5 |
| 4 | 13,2 | 11,6 | 29,4 | 8,2 |
| 5 | 16,4 | 11,5 | 11,9 | 18,9 |
| 6 | 1,3 | 1,9 | 2,9 | |
| 7 | 13,2 | 15,4 | | 10,8 |
| 9 | 5,3 | 5,8 | 5,9 | 8,1 |
| 10 | 15,8 | 13,5 | 23,5 | 13,5 |
| 12 | 7,2 | 3,8 | 8,8 | 16,2 |
| 14 | 2,6 | 1,9 | 5,9 | |
| 15 | 4,6 | 5,8 | 5,9 | 5,4 |
| 16 | 2,0 | | 2,9 | 2,7 |
| 17 | 0,7 | | | |
| 20 | 0,7 | 1,9 | | |
| 24 | 2,0 | | | 2,7 |
| Total (%) | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Total (#) | 152 | 52 | 34 | 37 |

Fonte: listas nominativas.

tabela 90 – ano inicial e final de presença dos casais, para casamentos com presença inicial nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815

| Ano1e2 | Todos os casais | Homem até 30 | Homem + de 30 |
|-----------|-----------------|--------------|---------------|
| 1799-1805 | 1,9 | | 2,9 |
| 1799-1808 | 1,9 | | 2,9 |
| 1799-1815 | 2,8 | 2,6 | 2,9 |
| 1805-1808 | 21,3 | 15,8 | 24,3 |
| 1805-1815 | 16,7 | 18,4 | 15,7 |
| 1805-1820 | 6,5 | 5,3 | 7,1 |
| 1805-1825 | ,9 | 2,6 | |
| 1805-1829 | 2,8 | 5,3 | 1,4 |
| 1808-1815 | 18,5 | 18,4 | 18,6 |
| 1808-1820 | 10,2 | 5,3 | 12,9 |
| 1808-1825 | ,9 | 2,6 | |
| 1815-1820 | 6,5 | 5,3 | 7,1 |
| 1815-1825 | 5,6 | 7,9 | 4,3 |
| 1815-1829 | 3,7 | 10,5 | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total (#) | 108 | 38 | 70 |

Ano1e2 = ano inicial e final da presença do casal nas listas consultadas

Fonte: Listas nominativas

tabela 91 – duração, em anos, de casamentos com presença inicial nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815 segundo origem

| anos | Todos os casais | | AA | | AT | | TT | |
|-----------|-----------------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
| | % | % Acum | % | % Acum | % | % Acum | % | % Acum |
| 3 | 21,3 | 21,3 | 37,8 | 37,8 | 18,5 | 18,5 | 5,0 | 5,0 |
| 5 | 6,5 | 27,8 | 8,1 | 45,9 | 7,4 | 25,9 | 5,0 | 10,0 |
| 6 | 1,9 | 29,6 | | | | | 5,0 | 15,0 |
| 7 | 18,5 | 48,1 | 21,6 | 67,6 | 14,8 | 40,7 | 15,0 | 30,0 |
| 9 | 1,9 | 50,0 | | | 3,7 | 44,4 | 5,0 | 35,0 |
| 10 | 22,2 | 72,2 | 18,9 | 86,5 | 18,5 | 63,0 | 40,0 | 75,0 |
| 12 | 10,2 | 82,4 | 5,4 | 91,9 | 22,2 | 85,2 | | |
| 14 | 3,7 | 86,1 | 2,7 | 94,6 | | | 10,0 | 85,0 |
| 15 | 6,5 | 92,6 | | | 7,4 | 92,6 | 10,0 | 95,0 |
| 16 | 2,8 | 95,4 | 2,7 | 97,3 | 3,7 | 96,3 | 5,0 | 100,0 |
| 17 | ,9 | 96,3 | | | | | | |
| 20 | ,9 | 97,2 | 2,7 | 100,0 | | | | |
| 24 | 2,8 | 100,0 | | | 3,7 | 100,0 | | |
| Total (%) | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | |
| Total (#) | 108 | | 37 | | 27 | | 20 | |

% Acum = porcentagem acumulada

AA = ambos cônjuges africanos; TT = ambos cônjuges nascidos em Taubaté; AT = esposo africano, esposa natural de Taubaté

Fonte: Listas nominativas.

tabela 92 – duração, em anos, de casamentos com presença inicial nas listas de 1799, 1805, 1808 e 1815 segundo origem e idade

| ANOS | Todos ate 30 | | Todos + de 30 | | AA até 30 | | CC até 30 | | AA + de 30 | | CC + de 30 | |
|-----------|--------------|-------|---------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|------------|-------|------------|-------|
| | % | % ac | % | % ac | % | % ac | % | % ac | % | % ac | % | % ac |
| 3 | 15,8 | 15,8 | 24,3 | 24,3 | 29,4 | 29,4 | | | 45,0 | 45,0 | 6,7 | 6,7 |
| 5 | 5,3 | 21,1 | 7,1 | 31,4 | | | 20,0 | 20,0 | 15,0 | 60,0 | | |
| 6 | | | 2,9 | 34,3 | | | | | | | 6,7 | 13,3 |
| 7 | 18,4 | 39,5 | 18,6 | 52,9 | 29,4 | 58,8 | | | 15,0 | 75,0 | 20,0 | 33,3 |
| 9 | | | 2,9 | 55,7 | | | | | | | 6,7 | 40,0 |
| 10 | 26,3 | 65,8 | 20,0 | 75,7 | 17,6 | 76,5 | 40,0 | 60,0 | 20,0 | 95,0 | 40,0 | 80,0 |
| 12 | 5,3 | 71,1 | 12,9 | 88,6 | 5,9 | 82,4 | | | 5,0 | 100,0 | | |
| 14 | 10,5 | 81,6 | | | 5,9 | 88,2 | 40,0 | 100,0 | | | | |
| 15 | 5,3 | 86,8 | 7,1 | 95,7 | | | | | | | 13,3 | 93,3 |
| 16 | 2,6 | 89,5 | 2,9 | 98,6 | 5,9 | 94,1 | | | | | 6,7 | 100,0 |
| 17 | 2,6 | 92,1 | | | | | | | | | | |
| 20 | 2,6 | 94,7 | | | 5,9 | 100,0 | | | | | | |
| 24 | 5,3 | 100,0 | 1,4 | 100,0 | | | | | | | | |
| Total(%) | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | | 100,0 | |
| Total (#) | 38 | | 70 | | 17 | | 5 | | 20 | | 15 | |

%ac = porcentagem acumulada

AA = ambos cônjuges africanos; TT = ambos cônjuges nascidos em Taubaté; AT = esposo africano, esposa natural de Taubaté

Até 30 = casais cujo marido tem até trinta anos (inclusive)

+ de 30 = casais cujo marido tem mais de trinta anos de idade

Fonte: listas nominativas.

tabela 93 – período inicial e final da relação de casamento nas listas, segundo origem dos cônjuges, 1799-1829

| Origem | período | # casais | % | Origem | período | # casais | % |
|--------|-----------|----------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------|----------|-------|
| AA | 1799-1815 | 1 | 1,9 | BA | 1805-1808 | 1 | 25,0 |
| | 1805-1808 | 14 | 26,9 | | 1808-1815 | 1 | 25,0 |
| | 1805-1815 | 6 | 11,5 | | 1808-1820 | 1 | 25,0 |
| | 1805-1825 | 1 | 1,9 | | 1820-1825 | 1 | 25,0 |
| | 1808-1815 | 8 | 15,4 | | Total | 4 | 100,0 |
| | 1808-1820 | 2 | 3,8 | BB | 1805-1808 | 1 | 33,3 |
| | 1815-1820 | 3 | 5,8 | | 1805-1815 | 1 | 33,3 |
| | 1815-1825 | 1 | 1,9 | | 1805-1829 | 1 | 33,3 |
| | 1815-1829 | 1 | 1,9 | | Total | 3 | 100,0 |
| | 1820-1825 | 6 | 11,5 | BT | 1805-1815 | 1 | 25,0 |
| | 1820-1829 | 3 | 5,8 | | 1808-1815 | 1 | 25,0 |
| | 1825-1829 | 6 | 11,5 | | 1808-1820 | 1 | 25,0 |
| | Total | 52 | 100,0 | | 1825-1829 | 1 | 25,0 |
| AB | 1805-1808 | 1 | 14,3 | | Total | 4 | 100,0 |
| | 1805-1820 | 3 | 42,9 | TT | 1799-1805 | 1 | 2,9 |
| | 1805-1829 | 1 | 14,3 | | 1799-1808 | 1 | 2,9 |
| | 1815-1829 | 1 | 14,3 | | 1799-1815 | 1 | 2,9 |
| | 1820-1825 | 1 | 14,3 | | 1805-1808 | 1 | 2,9 |
| | Total | 7 | 100,0 | | 1805-1815 | 5 | 14,7 |
| AT | 1799-1815 | 1 | 2,7 | | 1805-1820 | 2 | 5,9 |
| | 1799-1808 | 1 | 2,7 | 1808-1815 | 3 | 8,8 | |
| | 1805-1808 | 5 | 13,5 | 1815-1820 | 1 | 2,9 | |
| | 1805-1815 | 3 | 8,1 | 1815-1825 | 3 | 8,8 | |
| | 1805-1820 | 2 | 5,4 | 1815-1829 | 2 | 5,9 | |
| | 1805-1829 | 1 | 2,7 | 1820-1825 | 3 | 8,8 | |
| | 1808-1815 | 4 | 10,8 | 1820-1829 | 1 | 2,9 | |
| | 1808-1820 | 6 | 16,2 | 1825-1829 | 10 | 29,4 | |
| | 1815-1820 | 2 | 5,4 | | Total | 34 | 100,0 |
| | 1815-1825 | 2 | 5,4 | Origem: | | | |
| | 1820-1825 | 5 | 13,5 | AA: ambos cônjuges africanos; | | | |
| | 1820-1829 | 2 | 5,4 | TT: ambos cônjuges nascidos em Taubaté; | | | |
| | 1825-1829 | 3 | 8,1 | BB: ambos cônjuges colonial não nascidos em Taubaté; | | | |
| Total | 37 | 100,0 | AT: esposo africano, esposa nascida em Taubaté; | | | | |
| TA | 1805-1815 | 2 | 22,2 | TA: esposo nascido em Taubaté, esposa africana; | | | |
| | 1808-1815 | 3 | 33,3 | AB: esposo africano, esposa colonial não nascido em Taubaté | | | |
| | 1808-1820 | 1 | 11,1 | BA: esposo colonial não nascido em Taubaté, esposa africana | | | |
| | 1815-1820 | 1 | 11,1 | BT: esposo colonial não nascido em Taubaté, esposa nascida em Taubaté | | | |
| | 1820-1825 | 2 | 22,2 | TB: esposo nascido em Taubaté, esposa colonial não nascida em Taubaté | | | |
| Total | 9 | 100,0 | T: apenas um cônjuge com origem identificada, de Taubaté | | | | |
| TB | 1808-1825 | 1 | 100,0 | | | | |
| T | 1799-1805 | 1 | 100,0 | | | | |

Fonte: Listas nominativas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)